UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Acidentes de trabalho na agroindústria canavieira: circunstâncias de
ocorrência e suas consequências para os trabalhadores**

Dathiê de Mello Franco-Benatti

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências
para a obtenção do título de Doutor em Ciências, Área:
Psicologia.

RIBEIRÃO PRETO - SP

2016

DATHIÊ DE MELLO FRANCO-BENATTI

**Acidentes de trabalho na agroindústria canavieira: circunstâncias de
ocorrência e suas consequências para os trabalhadores**

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências
para a obtenção do título de Doutor em Ciências, Área:
Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera Lucia Navarro

RIBEIRÃO PRETO - SP

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Franco-Benatti, Dathiê de Mello

Acidentes de trabalho na agroindústria canavieira: circunstâncias de ocorrência e suas consequências para os trabalhadores.

Ribeirão Preto, 2016.

405p.: il. ; 30 cm

Tese de Doutorado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Navarro, Vera Lucia.

1. Acidentes de trabalho. 2. Agroindústria canavieira. 3. Saúde do trabalhador. 4. Trabalhadores rurais. 5. Trabalho e Saúde.

Nome: Franco-Benatti, Dathiê de Mello

Título: Acidentes de trabalho na agroindústria canavieira: circunstâncias de ocorrência e suas consequências para os trabalhadores

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dra. Vera Lucia Navarro

Instituição: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – FFCLRP/USP

Assinatura: _____

Prof. Dra. Dulce Consuelo Andreatta Withaker

Instituição: Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – FCLAR/UNESP

Assinatura: _____

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Chiavegato Filho

Instituição: Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ

Assinatura: _____

Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves

Instituição: Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Assinatura: _____

Prof. Dra. Lucieneida Dovão Praun

Instituição: Universidade Metodista de São Paulo

Assinatura: _____

Dedico este trabalho à minha querida família que sempre me apoiou e me ajudou a chegar até aqui.

Aos trabalhadores que a cada dia enfrentam o árduo trabalho rural.

Agradecimentos

Durante todo o percurso para a elaboração deste trabalho, não poderia deixar de agradecer pessoas que contribuíram grandemente para a concretização deste estudo. São muitas pessoas que às vezes me sinto incapaz de nomear todas aqui, mas gostaria de deixar a minha enorme gratidão.

Primeiramente a Deus, pelas bênçãos derramadas em minha vida. “Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as cousas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém” (Rm. 11:36).

À Profa. Dra. Vera Lucia Navarro, minha querida orientadora, que desde 2008 me aceitou como aluna e me ajudou a trilhar o caminho para mais esta realização profissional. Obrigada pelos ensinamentos de grande valor e por acreditar em mim ao longo desses anos.

Ao Departamento de Psicologia pelo meu ingresso no Doutorado.

À toda equipe do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara pelo apoio na execução da primeira etapa deste estudo. Obrigada a todos da equipe que abriram as portas e se dispuseram em me ajudar para que este estudo se tornasse realidade.

Aos trabalhadores que entrevistei, que tiveram um papel indescritível neste estudo. Sem vocês, este trabalho não teria sido escrito da forma que hoje se encontra. Obrigada pela colaboração!

À Banca de Qualificação, Prof. Dr. Francisco Alves e Prof. Dr. Luiz Gonzaga Chiavegato Filho pelas observações valiosas para que eu pudesse melhorar o meu trabalho. Obrigada pelas considerações que contribuíram muito para o desenvolvimento desta Tese.

À Banca Examinadora pelo aceite em participar da composição da banca.

Aos meus pais pelo eterno amor e incentivo para trilhar essa trajetória de estudos. Obrigada pelos valores que me passaram, de respeito e humildade e pelos conselhos sempre valiosos. A minha eterna gratidão a vocês!

Aos meus irmãos que sempre tiveram ao meu lado. E aos meus queridos sobrinhos, alegria da nossa família.

Ao meu marido, que ao longo de todos esses anos, sempre se dispôs a me acompanhar e me incentivar a seguir esse caminho.

À minha filha, que desde o ventre já me acompanhava na finalização deste trabalho.

Aos amigos que sempre tiveram presentes na minha caminhada profissional e aqueles novos que formei durante o curso de Doutorado. Obrigada pelos momentos de divertimento e pelas trocas de experiências!

A todos os meus familiares, pelos momentos felizes em família.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio fundamental durante o curso e realização de todo este estudo.

A todos que fizeram parte dessa caminhada, deixo aqui o meu carinho e gratidão. Muito Obrigada!

Ao desenvolver-se no campo, a usina incute no verde dos canaviais uma vibração e uma aspereza que nada têm a ver com a doçura da cana madura.

Octavio Ianni

Resumo

Franco-Benatti, D. M. (2016). *Acidentes de trabalho na agroindústria canavieira: circunstâncias de ocorrência e suas consequências para os trabalhadores*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Os acidentes de trabalho constituem-se em um grave problema de saúde pública. O Brasil já foi considerado campeão mundial em acidentes de trabalho e sua incidência ainda é muito elevada no país, acarretando profundos impactos físicos e psicológicos na vida dos trabalhadores. Em decorrência da modernização tecnológica, intensificada nas últimas décadas, o processo de trabalho no meio rural brasileiro passou por profundas transformações que afetaram as condições de trabalho e deixaram os trabalhadores mais suscetíveis à ocorrência de acidentes e a diferentes agravos à saúde. A exposição a agrotóxicos, as novas práticas de queima da cana e o manuseio de máquinas e instrumentos de trabalho em um contexto de intensificação do trabalho exemplificam esta situação. O objetivo deste estudo foi o de conhecer em que circunstâncias ocorreram os acidentes de trabalho envolvendo trabalhadores da agroindústria canavieira da região de Araraquara (SP) e suas consequências para os trabalhadores. A pesquisa foi realizada em duas etapas: na primeira, levantaram-se os acidentes ocorridos com trabalhadores rurais no período de 2010 a 2012. Nesta etapa, os dados foram levantados nos Relatórios de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT), disponíveis no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) de Araraquara, e teve por finalidade traçar um perfil dos acidentes e dos acidentados e selecionar, dentre as vítimas, as que seriam entrevistadas. Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 14 trabalhadores acidentados e com a gestora do CEREST. O cruzamento dos dados obtidos nos documentos consultados e nas entrevistas com os trabalhadores apontam para uma série de fatores que contribuem para a ocorrência dos acidentes, tais como o ritmo intenso de trabalho, as jornadas de trabalho prolongadas, os instrumentos de trabalho inadequados, a falta de equipamentos de proteção, a exposição a agrotóxicos, ao ruído, ao sol, a chuva e presença de animais peçonhentos, fatores estes que estão relacionados às condições e organização do trabalho. Além de o trabalho rural provocar danos físicos, também pode deixar marcas por meio do sofrimento psíquico, através das exigências da organização do trabalho.

Palavras-Chave: Acidentes de trabalho. Agroindústria canavieira. Saúde do trabalhador. Trabalhadores rurais. Trabalho e Saúde.

Abstract

Franco-Benatti, D. M. (2016). *Labor accidents in the sugar plant agribusiness: circumstances of their occurrences and their consequences to laborers*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Labor accidents are a serious public health problem. Brazil was once considered the world's worst country regarding labor accidents and the country's situation hasn't improved much since then, resulting in severe physical and psychological impacts on the laborers lives. As a result of the technological modernization which took place on the last decades, the work process in Brazil's rural area has suffered deep transformations. These transformations have affected working conditions and have left laborers more exposed to accidents and dangers to their health. Exposure to agro-toxic material, the new sugar cane burning practices, and operation of machines and working tools under intense working hours are just some examples of the current situation. The purpose of this research was to understand the circumstances which lead to accidents with employees of the sugar cane agroindustry of Araraquara, a countryside municipality in São Paulo State, and the physical and psychological consequences of such occurrences. The purpose of this study was to understand the circumstances under which the accidents involving laborers of the sugar plant agribusiness in Araraquara's region occurred and the consequences these accidents inflicted upon laborers. The research was conducted through two phases. First, accidents which took place in this area between 2010 and 2012 were surveyed through the Occupational Accident Attendance Report, available on the Center of Reference on Worker's Health (CEREST) in Araraquara. The purpose of this first phase was to establish the kinds of accidents occurred and their severity, and also come up with a profile of the laborers involved in these accidents in order to select 14 of them for the interviews which would be conducted during the following phase. On the second phase, the selected 14 injured workers were interviewed and also an interview was conducted with the manager of the Center of Reference on Worker's Health (CEREST). Data crossing the information acquired from the Occupational Accident Attendance Reports and the insight obtained through the interviews have indicated a series of contributing factors generating these labor accidents. Among these factors are intensification of work pace; increased labor hours; the use of inadequate working tools; lack of personal protective equipment; exposure to agro-toxic materials; exposure to solar radiation, noise and rain and the presence of venomous animals in their labor locations. All these factors are intertwined to their labor conditions and organization. Despite the physical damages caused by these accidents they also incur psychological suffering through the demands of labor organization.

Key words: Labor accidents. Sugar plant agribusiness. Laborers' health. Rural laborers. Labor and health.

Lista de Quadros

Quadro 1.	Quantidade mensal de benefícios urbanos concedidos, segundo os grupos de espécie, 2013.....	122
Quadro 2.	Quantidade mensal de benefícios rurais concedidos, segundo os grupos de espécies, 2013.....	123
Quadro 3.	Auxílios-doença acidentários segundo os códigos da Classificação Internacional de Doenças - CID-10.....	125
Quadro 4.	Quantidade e valor de auxílios-doença urbanos acidentários concedidos, por sexo do segurado, segundo os capítulos da CID, 2011/2013.....	126
Quadro 5.	Quantidade e valor de auxílios-doença rurais acidentários concedidos, por sexo do segurado, segundo os capítulos da CID, 2011/2013.....	127
Quadro 6.	Lavoura Permanente (Laranja) dos anos de 2008-2012 no município de Araraquara (SP).....	186
Quadro 7.	Lavoura Temporária (Cana-de-açúcar) dos anos de 2008-2012 no município de Araraquara (SP).....	187
Quadro 8.	Quantidade de acidentes de trabalho rural registrado no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara.....	194
Quadro 9.	Acidentes de Trabalho Rural notificados no SINAN-NET em 2011, no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara.....	195
Quadro 10.	Acidentes de Trabalho Rural notificados no SINAN-NET em 2012, no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara.....	196
Quadro 11.	Quantidade de registros de Acidentes de Trabalho nos anos 2010, 2011 e 2012.....	197
Quadro 12.	Faixa etária dos trabalhadores rurais acidentados nos anos 2010, 2011 e 2012.....	198
Quadro 13.	Ramo de Atividade dos trabalhadores rurais acidentados nos anos 2010, 2011 e 2012.....	199
Quadro 14.	Regime de Trabalho dos trabalhadores rurais acidentados nos anos 2010, 2011 e 2012.....	200
Quadro 15.	Tipo de acidente de trabalho nos anos 2010, 2011 e 2012.....	200
Quadro 16.	Classificação Inicial do Acidente de Trabalho Rural nos anos de 2010, 2011 e 2012.....	202
Quadro 17.	Afastamento do trabalho em decorrência do acidente de trabalho nos anos 2010, 2011 e 2012.....	203

Lista de Tabelas

Tabela 1.	Principais indicadores da mecanização na colheita da cana-de-açúcar, Estado de São Paulo, 2012/2013.....	82
Tabela 2.	Evolução no número de acidentes do trabalho no Brasil (1968-1982)..	113
Tabela 3.	Estatística de Acidentes de Trabalho (1988-2010).....	115
Tabela 4.	Estatística de Acidentes de Trabalho (2011-2013).....	128
Tabela 5.	Quantidade de acidentes do trabalho, por situação do registro, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas.....	146

Lista de Gráficos

Gráfico 1.	Registro de Acidente de Trabalho rural no ano de 2010, por ocupação.	204
Gráfico 2.	Registro de Acidente de Trabalho rural no ano de 2011, por ocupação.	206
Gráfico 3.	Registro de Acidente de Trabalho rural no ano de 2012, por ocupação.	208
Gráfico 4.	Registro de acidente de trabalho rural no ano de 2010, por parte do corpo.....	209
Gráfico 5.	Registro de acidente de trabalho rural no ano de 2011, por parte do corpo.....	211
Gráfico 6.	Registro de acidente de trabalho rural no ano de 2012, por parte do corpo.....	212
Gráfico 7.	Registro de acidentes de trabalho rural no ano de 2010, por diagnóstico.....	213
Gráfico 8.	Registro de acidentes de trabalho rural no ano de 2011, por diagnóstico.....	214
Gráfico 9.	Registro de acidentes de trabalho rural no ano de 2012, por diagnóstico.....	215

Lista de Figuras

Figura 1.	Mapa de localização da cidade de Araraquara no estado de São Paulo.	185
Figura 2.	Abrangência dos municípios da Divisão Regional de Saúde DRS III, cobertura CEREST regional Araraquara.....	188

Sumário

Apresentação.....	15
Introdução.....	21
1 Transformações no mundo do Trabalho.....	27
1.1 O Trabalho no Capitalismo.....	34
1.1.1 Processo de desenvolvimento da Indústria no Capitalismo.....	37
1.2 O Capitalismo e o desenvolvimento da Agricultura no Brasil – a herança histórica.....	64
1.2.1 A Hegemonia do Café.....	68
1.2.2 A expansão da agroindústria açucareira no Brasil – breve histórico.....	71
1.2.3 O interior do estado de São Paulo: a agroindústria da cana-de-açúcar.....	78
1.2.4 O trabalho no canavial e os trabalhadores.....	83
2 Os Acidentes de Trabalho.....	91
2.1 Acidentes de trabalho no Brasil.....	101
2.2 Estatística de Acidentes de Trabalho.....	112
3 A Saúde do Trabalhador.....	153
4 Procedimentos Metodológicos.....	177
4.1 Procedimentos metodológicos – Primeira etapa.....	178
4.2 Procedimentos metodológicos – Segunda etapa.....	180
5 Universo empírico da pesquisa - O município de Araraquara (SP).....	185
5.1 O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) – regional Araraquara.....	187
5.2 Acidentes de trabalho rural em Araraquara (SP).....	189
6 Acidentes de Trabalho com trabalhadores rurais da região de Araraquara: o que os números revelam.....	193
6.1 Descrição dos acidentes de trabalho rural da região de Araraquara.....	197
7 O processo de trabalho e saúde do trabalhador.....	217
7.1 Os sujeitos da pesquisa: um breve histórico.....	217
7.2 Trabalho e Migração.....	221
7.3 O emprego na lavoura canavieira.....	229
7.4 Organização, processo e condições de trabalho na cultura canavieira.....	235
7.4.1 A organização da atividade.....	237

7.4.2 O cotidiano de trabalho.....	247
7.4.3 Na lavoura: os tipo de cana-de-açúcar.....	261
7.4.4 Macetes – um jeitinho para trabalhar.....	274
7.4.5 Ritmo de trabalho.....	277
7.4.6 As condições de trabalho.....	288
7.4.7 Pausas na jornada de trabalho.....	297
7.4.8 A queima da cana-de-açúcar e o uso de agrotóxicos.....	301
7.4.9 O trabalho na lavoura canavieira e o desgaste da saúde física e psíquica...	312
8 Os acidentes de trabalho na lavoura da cana-de-açúcar.....	321
8.1 Reflexos dos acidentes de trabalho na vida dos trabalhadores.....	345
9 Prazer e sofrimento no trabalho.....	361
9.1 Perspectivas do futuro e sonhos.....	366
Considerações Finais.....	369
Referências.....	375
APÊNDICE A – Produção imagética.....	397
APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas.....	398
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista para a equipe do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara.....	400
APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	401
ANEXO A – Aprovação Comitê de Ética.....	403
ANEXO B – Modelo do Relatório de Atendimento ao Acidentado.....	404
ANEXO C – Termo de Autorização para realização da pesquisa no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara.....	405

Apresentação

Esta Tese tem como foco os acidentes de trabalho na agroindústria canavieira da região de Araraquara, interior de São Paulo. Para chegar até essa temática foi preciso trilhar um longo caminho que destaco ser importante, para você, leitor, compreender como se deu toda essa trajetória.

Primeiramente, coloco-me diante de uma apresentação que retoma o caminho percorrido, por mim, desde a minha entrada na graduação. E foi nos idos da graduação que me despertou o interesse pelo mundo do trabalho e suas diversas formas de adoecimento pelo ser humano.

Assim, o meu interesse pela temática Trabalho e Saúde foi despertado durante a graduação em Psicologia, quando ainda realizava estágios na Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis).

Por dois anos participei do estágio do Núcleo de Pesquisa e Intervenção em Saúde do Trabalhador, junto ao Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho da UNESP, sob orientação da Profa. Dra. Maria Luiza Gava Schmidt, que me despertou o olhar para o mundo do trabalho e para os trabalhadores. As atividades de estágios, realizadas neste Núcleo, permitiram reflexões sobre o mundo do trabalho, em constante transformação, e os impactos à saúde dos trabalhadores.

No ano de 2007, tive a oportunidade de iniciar o meu primeiro contato com a área da Saúde do Trabalhador, quando realizei um estágio na Santa Casa de Misericórdia de Assis (SP), junto ao Setor de Ortopedia e Traumatologia, onde entrei em contato com trabalhadores que haviam sofrido acidentes no ambiente de trabalho.

Durante a realização desse estágio, um paciente, que aguardava na fila do Setor de Ortopedia e Traumatologia para ser atendido pelo médico da unidade do hospital, chamou-me muito a atenção. Fiquei observando-o até que tivemos nosso primeiro contato.

Este paciente estava afastado já há alguns meses de sua atividade ocupacional, no ramo da metalurgia, devido a um acidente grave, em que fraturou a coluna. Também tive a oportunidade de entrevistá-lo, depois de um ano, em seu local de trabalho, num segundo estágio em que desenvolvi um diagnóstico dos acidentes de trabalho em uma empresa do ramo da metalurgia, onde estagiei por dois anos, ainda nos idos da graduação.

No dia da primeira entrevista, observei este jovem de 30 anos que estava acompanhado de sua esposa e seu filho de três anos. Percebi logo o impacto que a situação do acidente estava lhe causando e afetando seu modo de caminhar e agir com o seu filho que insistia em correr

pelo corredor do hospital, sem que ao menos seu pai pudesse segurá-lo no colo ou mesmo de acompanhá-lo a caminhar.

Este fato, de certo modo, trouxe-me preocupação quanto ao impacto que este acidente de trabalho estava proporcionando na vida deste jovem, acarretando-lhe uma imensa insatisfação com o trabalho e com a sua vida permeada pelo sofrimento físico, com fortes dores que sentia na coluna e pelo sofrimento psíquico que essa ocorrência o trouxera, conforme me foi relatado.

A partir de então, as minhas indagações sobre o mundo do trabalho e as diversas formas de adoecimento do ser humano tornaram-se alvo de minhas pesquisas, voltando-me então para o campo da Saúde do Trabalhador.

Estes primeiros estágios na área da Saúde do Trabalhador me deram motivação para continuar com pesquisas relacionadas à temática dos acidentes de trabalho e as repercussões físicas e psíquicas de tais ocorrências.

A necessidade de aprofundar ainda mais tais questionamentos, acerca do Trabalho e da Saúde, levou-me a ingressar no Mestrado, no Programa de Pós Graduação do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (FMRP/USP), em que pude compreender melhor o mundo do trabalho e as diversas formas como as pessoas adoecem.

Uma nova experiência surgia! O contato com os trabalhadores do calçado.

A pesquisa, de mestrado, na indústria de calçados de Franca (SP) possibilitou a compreensão acerca do mundo do trabalho e suas transformações. O processo de reestruturação produtiva, vivenciado pelas indústrias de calçados, provocou consequências maléficas na saúde dos trabalhadores. E essas mudanças puderam ser vistas em diversos setores da economia, quanto ao processo de trabalho, marcado por uma intensificação da jornada laboral e pelas precárias condições dos ambientes e das relações de trabalho. Essas transformações no trabalho contribuíram para o aumento da incidência de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais, causadores de incapacidade temporária, permanente e de mortes de trabalhadores.

Questões importantes foram discutidas nesta pesquisa, o que permitiu relacionar os acidentes e as doenças ocupacionais aos aspectos das condições e organização do trabalho na indústria de calçados.

Percebia-se, pelo discurso do trabalhador, o sofrimento que os acidentes de trabalho causava em suas vidas. Além de o acidente deixar marcas visíveis no corpo do trabalhador, principalmente, nos membros superiores, como mãos, dedos, braços, antebraços e ombros, havia também o sofrimento psíquico que toda essa situação provocara. Não apenas pelas

insatisfações no trabalho, mas os longos afastamentos e a trajetória percorrida para estabelecer o nexo entre acidente/doença e o seu trabalho, deixavam os trabalhadores com um sentimento de incapacidade para o trabalho e para a realização de outras atividades, expressão que foi usada pelos próprios entrevistados, “se sentir inválido”. Além da desvalorização sentida por aqueles trabalhadores.

Os questionamentos ainda não se esgotaram quanto aos acidentes de trabalho e as repercussões físicas e psíquicas que esses eventos podem causar na vida do trabalhador.

O caminho continuava a ser percorrido com o ingresso no Doutorado. As questões sobre a Saúde do Trabalhador ainda precisavam ser discutidas e era preciso buscar uma maior compreensão acerca do mundo do trabalho e dos adoecimentos provocados pelo exercício da atividade laboral.

A questão dos acidentes de trabalho tem sido um foco em minhas pesquisas, devido a sua gravidade e complexidade. Trata-se, sobretudo, de uma questão de saúde pública. O Brasil já foi considerado campeão em acidentes de trabalho no mundo, na década de 1970. Para compreender a questão dos acidentes de trabalho no país é necessário resgatar a própria história do Brasil, ou seja, as transformações que ocorreram em nossa sociedade, no mundo social e no mundo do trabalho.

A escolha pelo trabalho rural nesta pesquisa se dá pelo próprio desafio de pesquisadores com relação à temática. Os estudos e as publicações sobre os acidentes de trabalho são, em sua maioria, com trabalhadores urbanos, porém muito pouco se publica e estuda sobre os acidentes na lavoura e os impactos sobre a saúde dos trabalhadores.

Compreender os acidentes de trabalho rural também é entender o contexto histórico das transformações da agroindústria no Brasil. Eleger os acidentes de trabalho na agroindústria canavieira da região de Araraquara justifica-se pelo fato de o interior do estado de São Paulo, região central, possuir um importante centro agropecuário com relação ao conjunto nacional. A região de Araraquara se destaca com o cultivo de cana-de-açúcar e de laranja, com grande impacto sobre a economia nacional.

Esta pesquisa intitulada Acidentes de trabalho na agroindústria canavieira: circunstâncias de ocorrência e suas consequências para os trabalhadores buscou conhecer em que circunstâncias ocorreram os acidentes de trabalho envolvendo trabalhadores da agroindústria canavieira da região de Araraquara (SP), com o intuito de identificar as consequências dessas ocorrências na vida dos trabalhadores rurais.

Especificamente buscou-se: Conhecer o processo de trabalho dos trabalhadores rurais; Verificar as ocorrências e as características dos acidentes de trabalho; Conhecer a história do

acidente de trabalho, a partir dos relatos dos trabalhadores; Analisar a percepção dos trabalhadores frente à situação de risco no trabalho; Identificar as estratégias de defesa utilizadas pelos trabalhadores perante a organização do trabalho; Identificar os impactos físicos e psíquicos do acidente de trabalho na vida do trabalhador rural.

Para compreender a questão dos acidentes de trabalho na lavoura da cana-de-açúcar foi preciso retratar o mundo do trabalho na agroindústria canavieira.

A agroindústria canavieira também vivencia profundas transformações no processo de trabalho, marcadas pela mecanização com a utilização de modernas máquinas agrícolas, pelo fim do corte manual da cana-de-açúcar e das queimadas de cana. Essas transformações provocam também um aumento da produtividade, um aumento da precarização das relações e condições de trabalho e um aumento da intensificação laboral, acarretando o desgaste físico e psíquico dos trabalhadores em função da fadiga e do cansaço do trabalho na lavoura.

Esta intensificação do trabalho tem ocasionado o aumento das doenças relacionadas ao trabalho e criado condições que conduzem ao incremento da probabilidade de acidentes que, por sua vez, acarretam profundos impactos físicos e psíquicos na vida dos trabalhadores.

A compreensão dos acidentes e dos diferentes agravos à saúde dos trabalhadores perpassa pelo entendimento do processo e da organização do trabalho, como enfatiza Lourenço (2009, p. 24) que “o entendimento é que os agravos à saúde expressam os conflitos e as contradições do trabalho no sistema capitalista”.

A tese aqui defendida é que os acidentes de trabalho devem ser visto sob o prisma da organização do trabalho. A premissa é que a forma como o trabalho está sendo organizado, somado a intensificação da atividade laboral e as precárias condições do ambiente, deixam os trabalhadores, cada vez mais, vulneráveis aos acidentes e aos adoecimentos provocados pelo trabalho, trazendo consequências físicas e psíquicas para o indivíduo acidentado.

Para discutir sobre esse assunto algumas questões foram norteadoras para desenvolver essa pesquisa, tais como: de que forma a Organização do Trabalho contribui para as ocorrências de acidentes de trabalho? E como estes acidentes irão repercutir tanto do ponto de vista físico quanto psíquico na vida do trabalhador acidentado?

No primeiro capítulo discutem-se as transformações que ocorreram no mundo do trabalho. Tratamos primeiro acerca da categoria Trabalho como um processo sócio-histórico e a seguir abordamos, brevemente, a histórica do trabalho no capitalismo desde a revolução industrial até a reestruturação produtiva. Também, neste capítulo, resgatamos a história da agroindústria brasileira, principalmente, no estado de São Paulo.

No segundo capítulo, aborda-se a questão dos acidentes de trabalho, trazendo um pouco da história em que este assunto começa a aparecer na mídia e nos jornais no Brasil. Este capítulo também contempla as estatísticas, elaboradas pelo Ministério da Previdência Social, do número de ocorrências de acidentes de trabalho, dos benefícios concedidos em virtude dos acidentes para trabalhadores urbanos e rurais, além de abordar também, de forma breve, as diversas concepções sobre os acidentes de trabalho e sobre os direitos dos trabalhadores rurais.

O terceiro capítulo aborda a temática do campo Saúde do Trabalhador. Neste capítulo, resgatou-se a construção histórica da saúde do trabalhador no país e evidencia aspectos da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, do Ministério da Saúde, que se encontra em vigência no país.

No quarto capítulo detalha-se o percurso metodológico deste trabalho. Aqui se descreve todo o percurso estabelecido para a realização do estudo.

O quinto capítulo busca retratar um pouco do universo empírico da pesquisa, destacando o local onde a pesquisa foi realizada, no município de Araraquara (SP) e um breve histórico do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador dessa cidade. Neste capítulo também são abordadas duas questões, uma, acerca da produção agrícola, com destaque para as lavouras de laranja e cana-de-açúcar e, outra sobre os acidentes de trabalho rural em Araraquara.

No sexto capítulo destaca-se a apresentação e análise dos dados da primeira parte da pesquisa. Nesta seção apresenta-se a descrição dos acidentes de trabalho.

O sétimo capítulo é dedicado à apresentação e análise dos principais depoimentos obtidos no trabalho de campo. Através dos relatos obtidos e da bibliografia especializada sobre a temática, foi-se reconstituindo fases do processo de trabalho e, concomitantemente, demonstrando como as formas de organização e as condições de trabalho são nocivas à saúde dos trabalhadores rurais.

No oitavo capítulo destaca-se a apresentação e análise dos depoimentos acerca dos acidentes de trabalho e das doenças relacionadas ao trabalho. Este capítulo é dedicado a abordar as questões dos acidentes e das repercussões físicas e psíquicas dos acidentes na vida dos trabalhadores. São abordadas questões que giram em torno da dificuldade do reconhecimento da doença como relacionada ao trabalho na lavoura, o sentimento de desvalorização profissional e pessoal que o trabalhador rural vivencia no trabalho e na sociedade, as limitações físicas advindas dos acidentes e o medo do desemprego.

No nono capítulo aborda-se a questão do prazer e sofrimento no trabalho e a perspectiva de futuro que o trabalhador acidentado almeja.

Por último, são apresentadas as considerações finais. Este capítulo é dedicado a pontuar as nossas observações sobre os objetivos propostos e também nossa reflexão acerca do tema investigado.

Uma boa leitura!

Introdução

A indústria sucroalcooleira no Brasil vem crescendo ao longo das últimas décadas, com destaque para o Estado de São Paulo, com forte potencial na lavoura da cana-de-açúcar. Esse crescimento, por sua vez, despertou o interesse de estudiosos com relação a problemática que gira em torno das condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores que exercem as suas atividades nas lavouras canavieiras.

A área da saúde do trabalhador, que envolve os acidentes de trabalho e as doenças relacionadas ao trabalho, vem se tornando uma preocupação de muitos pesquisadores que buscam respostas para entender os impactos do trabalho na vida e na saúde do trabalhador.

As transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho repercutem na vida dos trabalhadores sob formas de adoecimento e do aumento da probabilidade de ocorrências de acidentes de trabalho. Nos últimos anos vem crescendo o interesse de estudiosos sobre a saúde do trabalhador. De acordo com Minayo-Gomez e Lacaz (2005), a produção científica que aborda a saúde do trabalhador apresenta uma “[...] tendência continuada de crescimento nas últimas décadas, universalizando-se por muitas instituições universitárias, abrangendo diversas áreas do conhecimento [...]” (p. 801).

No entanto, mesmo observando esta tendência de crescimento da produção científica referente à temática Saúde e Trabalho, nossa produção é muito baixa relacionada a produção mundial. De acordo com Wünsch Filho (2004, p. 113) “[...] estima-se que anualmente são publicados cerca de 1 milhão e 150 mil artigos científicos com enfoques nas relações entre trabalho e saúde. A produção brasileira representa menos que 1% desse total”. De acordo com esse autor, o número de pesquisas na área de saúde do trabalhador tem aumentado no país, mostrando crescente preocupação em organizar e sistematizar dados para subsidiar as ações, porém ainda “[...] há muito a fazer e muitos tópicos ainda estão à espera de um tratamento epidemiológico mais adequado” (Wünsch Filho, 2004, p. 113).

De acordo com M. G. Jacques e C. C. Jacques (2009, p. 147), “as análises sobre os acidentes de trabalho têm pouca visibilidade social e, quando se fazem, priorizam uma análise simplista de ações seguras e inseguras, sem considerar a complexidade do fenômeno”. Para essas autoras, os acidentes e a morte no trabalho não são episódios isolados, pois existe uma inter-relação entre os fatos, condições e consequências acerca dos acidentes. Entre as consequências, além do comprometimento da integridade física, podem ocorrer alterações

psicológicas e sintomas psiquiátricos que repercutem no relacionamento interpessoal familiar, social e laboral do trabalhador.

A maioria dos dados que está disponível se refere à saúde dos trabalhadores urbanos. Com relação à saúde dos trabalhadores rurais, as informações são pouco precisas, principalmente, no que tange aos agravos relacionados ao trabalho.

De acordo com Alessi e Navarro (1997), as repercussões do trabalho na saúde do trabalhador rural apontam para a necessidade de se aprofundar os estudos sobre Saúde e Trabalho Rural. O debate sobre a temática do acidente do trabalho no meio rural é fundamental, pois no meio rural também se sucederam intensas transformações tecnológicas que modificaram a vida dos trabalhadores, porém são precários os estudos e a disponibilidade de dados sobre o tema (Teixeira & Freitas, 2003).

Nos últimos anos, o setor sucroalcooleiro nacional passou por um momento expressivo em relação à expansão¹ da produção devido ao crescente interesse pelo álcool. As empresas nacionais e internacionais investem cada vez mais na produção do etanol (álcool), o que coloca o Brasil² como um dos países mais competitivos do mundo (M.A.M. Silva, 2008).

De acordo com Ianni (1984), a produção açucareira do Brasil e, em especial do Estado de São Paulo, vinha crescendo desde o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Neste período foi restabelecido e dinamizado o comércio de gêneros alimentícios e outros como as matérias-primas e manufaturados e o açúcar se estabeleceu como um importante comércio internacional de gêneros alimentícios.

O mundo do trabalho tem passado por grandes transformações que repercutiram na saúde dos trabalhadores. A agroindústria da cana-de-açúcar também sofreu imensas transformações, principalmente, com a introdução de tecnologias no campo.

De acordo com Araújo, Schuh, Barros, Shiota e Nicolella (2003), o sucesso da agricultura brasileira tem provocado grande interesse em todo o mundo. O aumento significativo da produtividade tem motivado a presença de estrangeiros para verificar a razão desse sucesso. Um dos motivos desse sucesso seriam as transformações que ocorreram ao longo dos últimos anos.

¹ Nos anos de 1950, a cana-de-açúcar no Brasil se concentrava no Nordeste, mas com a valorização do açúcar no mercado internacional, a expansão da produção chegou a São Paulo (F. Alves, 2007; Novaes, Conde, Maiane, & Zeitune, 2007). Na década de 1960, o Brasil implantou um rigoroso processo de modernização das usinas. A partir da década de 1980, a produção de cana teve um aumento em decorrência da incorporação de novas técnicas de cultivo e da mecanização da lavoura.

² O Brasil é líder mundial na produção de cana-de-açúcar, tendo processado cerca de 569 milhões de toneladas na safra 2008/2009, cerca de 90% do total na principal região produtora do país, a Centro-Sul e 10% no Nordeste (União da Indústria de Cana-de-Açúcar, <http://www.unica.com.br>).

Modernização diz respeito à adoção de tecnologia para elevar a produtividade na agricultura. Essa tecnologia pode ser representada por inovações biológicas (melhores variedades, por exemplo) acompanhadas pela adoção de insumos modernos: fertilizantes, defensivos e novas práticas de cultivo. As inovações mecânicas na agricultura são outra maneira de materializar a tecnologia, o que significa intensificar o uso de máquinas e implementos agrícolas (Araújo et al., 2003, p. 5).

Estas transformações, no mundo do trabalho rural, intensificaram-se na década de 1990 e resultaram em pioras nas condições de trabalho com consequência para a saúde dos trabalhadores.

As profundas transformações advindas com o processo de reestruturação produtiva, que se intensificaram a partir dos anos de 1990, como a integração mundial dos mercados financeiros, da internacionalização das economias, da desregulamentação e abertura dos mercados, com a quebra de barreiras protecionistas, vêm atingindo diversos setores da população trabalhadora (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1999).

Essas mudanças, segundo Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1999) geram permanentes incertezas, novas tensões, aprofundamento das desigualdades sociais e da exclusão social. “No caso brasileiro, observa-se um processo de pauperização, inclusive entre os trabalhadores integrados ao mercado de trabalho, como resultado de uma trajetória marcada pela insegurança, instabilidade e precariedade nos vínculos laborais” (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1999, p. 412).

No Brasil, há situações em que o trabalho é realizado em ambientes apropriados e também, o que é bem comum, em situações em que o trabalho é realizado em ambientes inadequados e insalubres, com diversos agentes de riscos ocupacionais que favorecem a ocorrência de agravos à saúde dos trabalhadores (Silveira, Robazzi, Marziale, & Dalri, 2005).

De acordo com Szmrecsányi (1994) diante da consolidação do processo técnico-científico ocorreram várias mudanças na agricultura: uso intensivo de agrotóxicos, a implantação de novas variedades de cana-de-açúcar e a expansão de máquinas colhedeiras de cana. Segundo Alessi e Navarro (1997), F. Alves (2006, 2009), Faria, Facchini, Fassa e Tomasi (2000) e Novaes (2009) essas transformações provocaram, além de aumento na produtividade, mudanças ambientais, nas condições de trabalho, no aumento da precarização das relações de trabalho, na intensificação laboral, acarretando o desgaste físico e psíquico dos trabalhadores em função da fadiga e do cansaço.

Tais transformações no mundo do trabalho rural provocaram mudanças na organização e nas condições de trabalho. A intensificação do trabalho tem ocasionado o aumento das doenças relacionadas ao trabalho e criado condições que conduzem ao incremento da

probabilidade de acidentes que, por sua vez, acarretam profundos impactos físicos e psíquicos na vida dos trabalhadores.

De acordo com Drebes, Scherer, Gonçalves e Dörr (2014), ao analisar a evolução do trabalho no meio rural brasileiro, é possível perceber que os riscos ocupacionais sempre existiram, e que foram intensificados e agravados a partir da década de 1940 em virtude de diversas transformações que afetaram o ambiente do trabalho rural, provocando o aumento de ocorrências de acidentes de trabalho.

Silveira et al. (2005) destacam que os trabalhadores rurais executam variadas atividades em ambiente propiciador de diversificados fatores de riscos ocupacionais. Entre eles, destacam-se os riscos físicos, pois o trabalho é realizado em locais sem abrigo; os químicos, em virtude dos produtos agrícolas e também da poeira do solo; os ergonômicos, devido os pesos que os trabalhadores carregam ao longo do dia de trabalho; os biológicos, pela presença de animais que lhes podem causar certos ferimentos, entre outros.

Os acidentes de trabalho são um grave problema de saúde pública, no Brasil. Apesar das estatísticas oficiais mostrarem a diminuição do número de acidentes, a sua ocorrência ainda é muito elevada, sem contar que na década de 1970, o Brasil recebeu o título de campeão mundial de acidentes de trabalho.

Os acidentes de trabalho não são apenas destaques nas atividades consideradas urbanas, como indústria e comércio, mas também são destaques no meio rural e, entre as atividades rurais, podemos salientar os acidentes que ocorrem na lavoura canavieira.

Embora muito tempo tenha se passado desde o período da modernização da agricultura e mudanças tenham sido instituídas, ainda nos dias atuais os acidentes do trabalho no meio rural representam um problema social de relevância, que é agravado em virtude das subnotificações e da escassez de informações, as quais tendem a menosprezá-lo (Drebes et al., 2014, p. 3468).

Em uma reportagem, no ano de 2010, realizada por Talamone, sobre as condições de trabalho nas plantações de cana-de-açúcar³, realizada com pesquisadores que trabalham com pesquisas voltadas a essa temática, destacam que ainda as condições no meio rural são extremamente precárias. De acordo com os pesquisadores entrevistados, Navarro, Galiano e Rosa, a forma de contratação, o salário por produção, as condições de moradias e de trabalho são fontes de desgaste para esses trabalhadores que chegam de diversas regiões do país,

³ Texto elaborado por Rosemeire Soares Talamone, do Serviço de Comunicação Social da Coordenadoria do Campus de Ribeirão Preto/USP. Os pesquisadores entrevistados, nessa reportagem, foram Vera Navarro, André Galiano e Leandro Amorim Rosa.

inclusive do nordeste e representam ainda formas de trabalho precário. Rosa ainda salienta que manter o trabalho precário torna-se ainda mais produtivo para as usinas.

Nessa mesma reportagem, Navarro considera que a conjuntura é muito diferente da década de 1980, pois os sindicatos eram mais atuantes e os movimentos sociais cobravam mais. Para a pesquisadora, a mudança na forma de produção, de plantação e de colheita da cana é que intensificaram o aumento do trabalho e isto seria o grave nó da questão. “O trabalho por produção aumenta esse tipo de exploração e o desgaste do trabalhador”.

A queimada da cana-de-açúcar também é outro fator de destaque, mesmo hoje havendo uma lei que proíbe a queima da cana, em alguns lugares ainda essa prática é comum, o que reforça, ainda mais, que o trabalho no corte da cana continua bastante desumano. A Lei Estadual No. 11.241, de 2002, do Estado de São Paulo, estabelece que até o ano de 2031 seja completamente cessada a queima da palha da cana na fase de pré-colheita.

Nos últimos anos, as usinas estão passando por um processo de modernização na colheita da cana, com a inserção de máquinas no campo, como por exemplo as colheitadeiras. Algumas usinas já chegam a utilizar 90% da colheita de cana mecanizada, porém isso torna a situação ainda mais grave. De acordo com a pesquisadora Navarro, nessa conjuntura de corte mecanizado e corte manual, o trabalhador fica com a pior área, onde a máquina não consegue entrar para realizar a colheita e nem dá para queimar a cana, como afirma uma fala da pesquisadora, “alta tecnologia para a produção e, para o trabalhador, relações arcaicas e precárias”.

No corte manual da cana, os trabalhadores além de ficarem expostos a diferentes condições climáticas, como o sol e a chuva, lembrando que no período da colheita, que se inicia por volta de abril ou maio e vai até o mês de novembro, as temperaturas são extremamente quentes, chegando a variar de 23 a 40⁰C, ainda há riscos de intoxicação com o uso de defensivos agrícolas nas plantações.

Como afirma Penteado, Sanches, Castelane, Valderrama e Magagnini (2013, p. 52),

Os trabalhadores do corte manual da cana se mantêm expostos a diferentes condições climáticas. No período da colheita o clima é quente e o trabalho do corte é realizado sob temperaturas elevadas que variam de 23 a 36⁰C. Além de enfrentarem diferentes fenômenos climáticos como a chuva, o vento, a umidade e poeira advindas do corte e fuligem, ainda há riscos de intoxicação com agrotóxicos e acidentes com animais peçonhentos.

Penteado et al. (2013) ainda destacam que de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho rural é significativamente mais perigoso que outras atividades e estima que muitos trabalhadores sofram graves problemas de saúde.

Em pesquisas realizadas no noroeste do Estado de São Paulo, por Penteado et al. (2013), os autores destacam que o cortador de cana convive tanto com a alta tecnologia na lavoura como com condições mais simples de plantio e corte. Os autores salientam que o número de acidentes do trabalho é muito elevado, em virtude das queimadas de cana, da postura física exigida para o trabalho braçal no corte e pela utilização das ferramentas de trabalho, como o afiado facão ou podão.

Deve-se destacar que os acidentes de trabalho na lavoura canavieira ocorrem tanto com os trabalhadores braçais quanto aqueles que exercem atividades com as máquinas agrícolas.

D.A. Rodrigues (2014) ainda destaca que as máquinas colhedoras de cana têm destaque nas ocorrências de acidentes e são consideradas agentes envolvidos nestes infortúnios, pois assumem um papel de destaque no estudo dos acidentes com máquinas agrícolas, em virtude de seu potencial de gerar situações de acidentes e, muitas vezes, fatais, ou deixar sequelas nas vítimas, como amputações, mutilações que as acompanham pelo resto da vida.

A problemática dos acidentes de trabalho no meio rural torna-se, então, relevante nas pesquisas sociais, pois há a necessidade de se obter informações sobre a gravidade dessas ocorrências, de forma a contribuir para a prevenção de acidentes de trabalho e de melhorias nas condições laborais.

Por este fato, como já foi revelado, este trabalho teve como objetivo conhecer em que circunstâncias ocorreram os acidentes de trabalho envolvendo os trabalhadores da agroindústria canavieira da região de Araraquara (SP) e suas conseqüências para os trabalhadores.

1 Transformações no mundo do Trabalho

[...] foi mediante o trabalho que os membros dessa espécie se tornaram seres que, a partir de uma base natural (seu corpo, suas pulsões, seu metabolismo etc.), desenvolveram características e traços que os distinguem da natureza. Trata-se do processo no qual, mediante o trabalho, os homens produziram-se a si mesmo (isto é, se autoproduziram como resultado de sua própria atividade), tornando-se – para além de seres naturais – seres sociais (Netto & Braz, 2007).

As transformações que ocorrem no mundo do trabalho atingem diversos setores da economia mundial. Essas transformações acarretam mudanças no processo de produção e na organização do trabalho com sérias implicações para o trabalhador que, de certo modo, sofre as consequências dessa onda de mudanças em sua atividade laboral.

Essas mudanças no mundo do trabalho podem ser observadas por meio do aumento da jornada laboral; da introdução de tecnologias no processo de trabalho; da precarização das condições dos ambientes onde as atividades laborais são realizadas; da intensificação do trabalho; do contrato precário ou subcontratação da força de trabalho; do trabalho terceirizado e até mesmo daquelas atividades que são realizadas no domicílio dos trabalhadores.

A organização do trabalho e as condições laborais, onde a atividade é realizada, repercutem negativamente na saúde do trabalhador que sofre graves doenças relacionadas ao trabalho e vivencia, diariamente, diversos tipos de acidentes durante o exercício da atividade laboral. De um lado, temos aspectos negativos do trabalho que são refletidos por meio do aumento dos adoecimentos provocados pelo trabalho, e por outro, aspectos positivos com relação ao próprio significado do trabalho para o indivíduo e a sociedade, ou seja, a importância dessa categoria nas nossas relações humanas. Por isso, muitas vezes o trabalho é visto em seu duplo sentido, ora pelo prazer, em virtude da importância e do significado que a atividade tem para o homem, ora pelo sofrimento provocado pelas precárias condições laborais que afetam a saúde do sujeito.

Por este fato, para compreender tais mudanças, no mundo do trabalho, é preciso resgatar a história do trabalho para chegarmos ao capitalismo atual. É preciso resgatar fatos históricos que ocorreram na nossa sociedade e toda a transformação advinda do sistema capitalista para compreendermos as repercussões na saúde do trabalhador.

Discutir as transformações que ocorreram e ocorrem no mundo do trabalho, torna-se importante, primeiramente, destacar a categoria Trabalho do ponto de visto histórico. Essa

categoria tem sido o foco de muitos estudiosos, devido a centralidade que o trabalho ocupa na vida dos seres humanos.

A questão da história do trabalho pode ser compreendida por meio dos modos de produção existentes na sociedade.

O trabalho está inserido em nossa sociedade muito antes do surgimento do capitalismo. O trabalho surgiu em virtude da necessidade do ser humano em buscar alimentos para a sua sobrevivência. Por meio dessa necessidade humana, o homem se apropriou de elementos da natureza para construir suas ferramentas em busca de alimentação.

A categoria trabalho é central na teoria de Marx. Para o autor,

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem (Marx, 1996a, pp. 297-298).

A Psicologia Sócio-Histórica, associada ao nome de L. Vygostky, sob a influência do pensamento marxista, estuda o ser humano como construções históricas e sociais da humanidade. Segundo esta teoria, o trabalho seria uma atividade instrumental de transformação do mundo para obter sobrevivência. “E não só o trabalho como uso de instrumentos para a transformação, mas o fato de se dar em um coletivo de humanos. Instrumentos, trabalho, coletivo de humanos... eis aí a origem de tudo” (Bock, Furtado & Teixeira, 2008, p.73).

Para Netto e Braz (2007, p. 29), na base da atividade econômica está o trabalho,

[...] é ele que torna possível a produção de qualquer bem, criando os *valores* que constituem a riqueza social. [...] trata-se de uma categoria que, além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade.

Impossível compreender o trabalho sem compreender a sociedade, pois o homem vive em contato com outros homens. De acordo com Tomazi (1986), a natureza humana é social.

“[...] não podemos pensar a vida social como um conjunto de relações abstratas, desligadas de um contexto concreto” (Tomazi, 1986, p. 12).

Os homens se relacionam uns com os outros por meio do trabalho, ou seja, o trabalho só se torna possível em sociedade. “É um processo pelo qual o ser humano estabelece, ao mesmo tempo, relação com a natureza e com os outros indivíduos – relações que se determinam reciprocamente. Portanto, o trabalho só pode ser entendido dentro das relações sociais determinadas” (Bock et al., 2008, p. 78).

As pessoas se relacionam sempre através do trabalho. Todas as sociedades apresentam uma divisão de trabalho, que regula as relações dos homens entre si no processo de produção de vida. E, nesse processo de produção de vida, as relações que se estabelecem são de trabalho, de transformação da natureza. Isto é, a sociedade é sempre um conjunto de relações dos homens entre si e com a natureza por intermédio do processo de trabalho, para a produção de vida (Tomazi, 1986, p. 12).

O trabalho não transforma apenas a matéria, pela ação dos seus sujeitos, numa interação que pode ser caracterizada como o metabolismo entre sociedade e natureza. Segundo Netto e Braz (2007), o trabalho implica mais que a relação sociedade e natureza, implica, contudo, uma interação no marco da própria sociedade, afetando inclusive os seus sujeitos e a sua organização.

Para a Psicologia Sócio-Histórica não podemos compreender o homem sem conhecer o mundo em que ele vive. Sujeito e Mundo são, portanto, âmbitos distintos, mas criado no mesmo processo. “Ao interferir de modo transformador sobre o mundo material, o ser humano estará se constituindo e construindo o mundo que tem à sua volta” (Bock et al., 2008, p. 76).

E nessa perspectiva dialética que o homem torna-se um ser ativo, pois ao agir na natureza, por meio da atividade, o homem a transforma, mas também é transformado por ela. Por isso, essa abordagem destaca, portanto, que o ser humano é um ser ativo, social e histórico.

De acordo com Marx e Engels (2007), o homem se torna diferente dos outros animais em virtude de muitas características, porém, uma em destaque é a capacidade para o trabalho. Para os autores, os animais apenas recolhem o que encontram na natureza, o homem a transforma, na medida que produz as condições da sua sobrevivência. Essa capacidade do trabalho faz com que o homem seja um ser histórico.

O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios,

tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (Marx & Engels, 2007, p. 33).

Outro ponto importante para os autores, é que a satisfação dessa primeira necessidade, ou seja, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades.

Outra concepção, segundo Marx e Engels (2007), que intervém no desenvolvimento histórico, é a família. No início, a família se constitui a única relação social, porém mais tarde, quando as necessidades aumentam, criam novas relações sociais e o crescimento da população engendra novas necessidades⁴.

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” –, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas (Marx & Engels, 2007, p. 34).

Para a abordagem Sócio-Histórica, a atividade que cada ser humano exerce é determinada pela forma como a sociedade se organiza para o trabalho. Dessa forma, o trabalho só é possível em sociedade.

Segundo Tomazi (1986), a produção da vida implica não só a produção dos bens materiais, mas também dos culturais, ideológicos como um todo. E a sociedade é sempre esse conjunto de relações sociais entre os homens e a natureza no processo de trabalho. “O trabalho deve, então, ser entendido como a atividade fundamental para o estabelecimento das relações sociais entre os homens” (Tomazi, 1986, p. 13).

De acordo com Marx (2004), o trabalho é fundamental para a reprodução social. O trabalho torna-se um elemento mediador entre o homem e a natureza e, dessa interação, surge o processo de formação humana.

⁴ Um exemplo: a técnica de navegação com embarcações simples, mas que é possível atingir o centro do rio, onde os peixes são maiores. Consequentemente, haverá uma alteração tanto econômica quanto social, pois o domínio da nova técnica implicará na necessidade de novos instrumentos de pesca e, provavelmente, de uma nova divisão de trabalho em relação a essa atividade e, isto mudará o conjunto da organização social do grupo para a produção de vida (Tomazi, 1986).

Portanto, o trabalho tem importância fundamental ao longo da história da humanidade. Lukács (1972) destaca que para Marx o trabalho é uma categoria central. Na medida em que Marx faz da produção e da reprodução da vida humana um problema central, surge relações e vínculos entre o homem e os objetos que por ele foram criados.

No momento em que Marx faz da produção e da reprodução da vida humana o problema central, surge — tanto no próprio homem como em todos os seus objetos, relações, vínculos, etc. - a dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base (Lukács, 1972, p. 16).

Por meio do trabalho há uma dupla transformação. De um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pela sua própria atividade, o trabalho, pois ele atua sobre a natureza exterior, modificando-a, mas ao mesmo tempo, também modifica a sua própria natureza; “[...] ‘desenvolve as potências nela ocultas’ e subordina as forças da natureza ‘ao seu próprio poder’” (Lukács, 1972, p.16). Por outro lado, os objetos são transformados em meios, em matérias-primas. “O homem que trabalha ‘utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meios para poder exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com sua finalidade’” (Lukács, 1972, p. 16).

O trabalho passa a ser considerado como uma objetivação primária e ineliminável do ser social. Com o desenvolvimento, suas objetivações se diversificam, ou seja, surgem novas objetivações, entre as quais podemos classificar a ciência, a religião, a filosofia, a arte (Netto & Braz, 2007).

Para Marx (2004), o trabalho será sempre um elemento cujo papel mediador é ineliminável da sociedade, ou seja, da sociabilidade humana. O conjunto das esferas da existência humana, seja a arte, a religião, a filosofia, a liberdade, até as formas concretas e imediatas de realização do trabalho aparece como dependente da produção. Assim, o trabalho é mediação entre o homem e a natureza e dessa interação deriva todo o processo de formação humana.

A produção aparece como forma de o homem se manter, além de configurar a forma de ele definir e orientar suas necessidades. Necessidades que, uma vez satisfeitas, repõem, ao infinito, novas necessidades; inclusive, na medida em que a produção se enriquece, a produtividade aumenta, e, portanto, o trabalho se sofisticar. Repõem e renovam necessidades não propriamente materiais, mas abstratas, espirituais, que aparecem, também elas, como resultado da atividade produtiva, tendo em vista o fato de que o

marco inicial desse movimento é a relação estabelecida entre o ser humano e o meio natural (Marx, 2004, p. 14)⁵.

Ranieri (2000) destaca, baseado nas obras de Marx, que “[...] é somente pela compreensão do objeto do trabalho enquanto objeto que, ao mesmo tempo, supre e cria necessidades que repousa, por um lado, o sentido da sociabilidade e, por outro, a chave de seu coroamento numa sociedade emancipada” (p. 32).

O movimento indissociável entre objetivação e subjetivação, pressupondo-se que o trabalho é a base na qual se solidifica a própria realização da atividade do homem, para Marx o objeto, produto dessa atividade, é extensão objetiva de uma existência subjetiva, isto é, é externalização da capacidade humana para alcance dessa mesma atividade.

O produto é aquela forma cuja apropriação natural é apropriação humana, objetivação da atividade do sujeito, isto é, objeto do trabalho enquanto objetivação genérica. Ao mesmo tempo em que aparece como uma relação histórica entre o homem e a natureza, o trabalho acaba por determinar o conjunto da vida humana, isto é, o trabalho como mediador satisfaz necessidades “[...] tornando o gênero humano, na sua apropriação da natureza, cada vez mais um gênero para-si mesmo” (Ranieri, 2000, p. 34).

Segundo Ranieri (2000), em seus estudos sobre a obra de Marx, é através do trabalho que Marx revela o pressuposto da economia política, que toma o trabalhador como um instrumento de trabalho e o distancia de sua condição humana. É também através do trabalho que Marx chega a conclusões acerca do estranhamento em sociedades de formação pré-capitalista. O processo de alienação e exteriorização, enquanto atividade humana se dá por intermédio das formas de organização do trabalho, destacando também a divisão do trabalho.

Uma das preocupações de Marx não é somente o objeto, mas o próprio trabalho enquanto mediador é responsável pela satisfação de necessidades, mas também pela sua criação. Aí se encontra a interação entre objeto e sujeito. Assim, a preocupação de Marx com relação ao sujeito e objeto não é somente metodológica, por isso supera a oposição sujeito e objeto.

[...] sabe ele que o caráter intrínseco do estranhamento humano que começa no trabalho e termina no dinheiro (forma complexa e mais atual do estranhamento enquanto sociabilidade do capital) só tem sentido e explicação se o próprio trabalho for compreendido no contexto da realização histórica do homem: o autodesenvolvimento ontológico do próprio trabalho (Ranieri, 2000, p. 35).

⁵ Citação da Introdução do livro “Manuscritos econômicos-filosóficos”, escrito por Jesus Ranieri.

É muito propagado o fenômeno do estranhamento e alienação segundo Marx. A noção de estranhamento para o autor é um ato em que o homem se torna um estranho aos resultados de sua própria atividade⁶. Para Marx (2004, p. 80),

[...] o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produto. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a objetivação do trabalho. A efetivação do trabalho é a sua objetivação. Essa efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento, como alienação.

Marx (2004) se refere à alienação como o trabalho externo ao trabalhador, ou seja, não pertence ao seu ser, não se sente feliz.

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele [...]. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro (Marx, 2004, p. 83).

A cada momento do desenvolvimento da nossa sociedade, o trabalho passou por modificações que possibilitaram novas relações entre o homem e o objeto de trabalho, ou seja, a cada momento histórico, o trabalho passou por diferentes momentos que possibilitaram distintas formas de organização da atividade laboral.

Por isso, faz-se necessário resgatar a história do capitalismo na nossa sociedade, pois de acordo com Tomazi (1986) o trabalho como forma de luta pela sobrevivência do homem em conjunto com outros homens assume formas distintas em momentos e em sociedades diferentes, como por exemplo, a diferença entre o trabalho da caça e da pesca, onde os homens, a partir de uma atividade coletiva, dividiam o produto entre os membros do grupo e o trabalho baseado na pequena agricultura e no artesanato, tal como sucedia na sociedade feudal.

⁶ Ranieri (2000) destaca que para Marx o processo de humanização depende do alcance histórico do desenvolvimento efetivo da atividade, no qual, só pode ser compreendido a partir da consideração da maneira como o trabalho, a partir das formas de apropriação, expropriação e desenvolvimento das forças produtivas, perpassa a história até atingir a sua forma máxima de substancialidade estranhada e genérica sob o domínio do capital.

1.1 O Trabalho no Capitalismo

Até aqui fizemos um esboço acerca da categoria trabalho e já adentramos, sucintamente, a questão do trabalho no capitalismo. O conceito de estranhamento e alienação no trabalho passa a adquirir uma atenção especial, por parte dos estudiosos, como Marx. Na sociedade capitalista, é muito propagado o fenômeno da alienação, quando o homem já não se reconhece mais como produtor de suas objetivações.

Segundo Marx (2004), o trabalho é e sempre será um mediador entre o homem e a natureza, ou seja, seu papel como mediador é ineliminável da sociedade, porém o trabalho sob os auspícios do capitalismo traz consigo uma subordinação do trabalho ao capital, já que o seu controle é determinado pela sociedade da reprodução privada da apropriação do trabalho alheio. O trabalho como mediador universal tem continuidade, mas se submete às exigências da troca capitalista, da propriedade privada e da divisão do trabalho.

Marx destaca que a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como imensa mercadoria⁷. O valor de um produto é determinado segundo a qualidade e a quantidade e o trabalho é o único responsável pela produção de valor.

De acordo com Marx (1996a), a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso⁸. Um exemplo que o autor destaca é o casaco como um valor de uso.

[...] tanto faz ser usado pelo alfaiate ou pelo freguês do alfaiate. Em ambos os casos ele funciona como valor de uso. Tampouco a relação entre o casaco e o trabalho que o produz muda, em si e para si, pelo fato de a alfaiataria tornar-se uma profissão específica, um elo autônomo da divisão social do trabalho. Onde a necessidade de vestir o obrigou, o homem costurou durante milênios, antes de um homem tornar-se um alfaiate. Mas a existência do casaco, do linho, de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas (Marx, 1996a, p. 172).

Por isso Marx (1996a) afirma que o trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, uma eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e

⁷ “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie” (Marx, 1996a, p. 165).

⁸ Segundo Marx (1996a), cada coisa útil, seja o ferro ou o papel deve ser encarada sob dois pontos de vistas: a qualidade e a quantidade. Cada uma dessas coisas é um todo de muitas propriedades e pode ser útil sob vários aspectos. Descobrir os diversos modos de usar as coisas também é um ato histórico.

natureza. O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendido para a sua produção.

O trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem. A força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais (Marx, 1996a, p. 168).

A força de trabalho é, no capitalismo, uma mercadoria, que se colocada no mercado é comprada pelos capitalistas. Segundo Tomazi (1986), a força de trabalho não se iguala simplesmente com as outras mercadorias, pois ela é uma mercadoria especial. Somente ela pode criar outras mercadorias.

Foi a partir dos séculos XVI e XVII que os trabalhadores artesãos e camponeses foram submetidos a um processo de expropriação dos instrumentos de trabalho e da terra, em virtude do avanço do desenvolvimento da manufatura e da política de concentração de terras. Tomazi (1986) destaca que os trabalhadores, expropriados dos seus meios de produção, se viram obrigados a vender sua força de trabalho a uma outra classe social, a burguesia, dona dos meios de produção. Desta forma, o capitalista compra a força de trabalho, que é o conjunto das capacidades físicas e intelectuais do trabalhador.

No sistema capitalista existe uma cooperação dos trabalhadores entre si no processo de elaboração das mercadorias, no qual transforma o trabalho individual em trabalho social. Tomazi (1986) destaca que todos os trabalhadores se igualam porque todos se desgastam, se consomem, despendem energias no processo de trabalho de transformação da natureza, ou seja, em mercadorias.

O advento do capitalismo transforma radicalmente a relação do homem com a natureza e dos homens entre si, possibilitando a apropriação privada dos meios de produção apenas por uma parte da sociedade, a exploração do trabalho de segmentos significativos da população, e, conseqüentemente, a apropriação por parte dos proprietários dos meios de produção do trabalho excedente realizado pelos trabalhadores (Cohn & Marsiglia, 1993, p. 59).

Como mercadoria, a força de trabalho deve ser constantemente produzida e reproduzida. Tomazi (1986) destaca que o processo de desenvolvimento do capital implica o processo de ampliação do quadro de trabalhadores. Isso requer à criação de novos operários, novos meios de realização da dominação de camadas, como por exemplo, as mulheres e as crianças.

Num primeiro momento, o processo de trabalho é puramente individual, ou seja, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que, mais tarde, serão separadas. “Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado” (Marx, 1996b, p. 137). O que Marx destaca é que, num segundo momento, o homem será controlado pelo trabalho de caráter cooperativo. Marx ainda salienta que o homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem a atuação de seus músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Assim como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, Marx faz uma analogia de que o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. E mais tarde se separam.

Desta forma, o produto se transforma de um produtor individual para um trabalhador coletivo, ou seja, o caráter do processo de trabalho torna-se coletivo. E assim, o conceito de trabalho produtivo se estreita.

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não mais para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital (Marx, 1996b, p. 138).

A mais-valia absoluta constitui a base geral do sistema capitalista e é o ponto de partida para a produção da mais-valia relativa. De acordo com Marx (1996b) a produção da mais-valia absoluta gira em torno da duração da jornada de trabalho e a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais.

Dessa forma, no modo de produção capitalista surge a subordinação do trabalho ao capital. O objetivo final desse sistema capitalista é o lucro, ou seja, a acumulação de capital.

O processo de trabalho no capitalismo passou por profundas transformações que expressaram a necessidade de ampliar a produtividade visando a acumulação do capital. Cohn e Marsiglia (1993) destacam que a acumulação de capital demanda o controle do processo de trabalho para que o trabalhador produza por meio da divisão do trabalho. Essa divisão é feita separando as tarefas de concepção das tarefas de execução do trabalho, isto é, desqualificando o trabalhador ao expropriá-lo de seu saber-fazer; o incremento da produtividade no qual são desenvolvidos os instrumentos de trabalho.

1.1.1 Processo de desenvolvimento da Indústria no Capitalismo

O processo de consolidação do capitalismo compreendeu diversos ciclos, isto é, foi marcado por importantes mudanças repletas de inovações tecnológicas, de qualificação do trabalhador, de modos de organização do trabalho e da produção, de estratégias empresariais e formas de controle dos trabalhadores. De acordo com Merlo e Lapis (2007) essas transformações marcaram as etapas históricas do capitalismo, nas quais se pode resgatá-las desde a Revolução Industrial.

A transição do feudalismo para o capitalismo é marcada pela Revolução Industrial. Esta fase proporcionou o nascimento do capitalismo que superou a fase de acumulação primitiva do capital (Arruda, 1984).

Merlo e Lapis (2007) destacam que na Primeira Revolução Industrial já se iniciou o uso intensivo de mão-de-obra assalariada. Essa fase é associada ao trabalho pesado e insalubre nas indústrias têxtil, tendo como referência tecnológica o uso da máquina a vapor.

A Revolução Industrial marcou o surgimento de novas classes sociais, a burguesia e o proletariado, além da passagem da sociedade agrária para a industrial. Segundo Kantorski (1997), isso resultou em profundas mudanças políticas e sociais e significou uma enorme mudança no processo de trabalho “[...] não só pela introdução de uma base técnica, como pela função do trabalho assalariado” (p. 8).

No livro “O Capital”, Marx aponta três momentos característicos do processo de trabalho na história do modo de produção capitalista, denominadas de cooperação simples, manufatura, maquinaria.

A fase da cooperação simples, destacadas por Marx, baseia-se no ofício, sendo a divisão do trabalho ainda incipiente, pois o trabalhador executa várias tarefas que correspondem às do artesanato⁹. Nesta etapa, ainda se mantém a unidade entre a concepção e a execução do trabalho, pois o controle do capitalista sobre o processo de trabalho se dá pela relação de propriedade e não pela apropriação do saber do trabalhador. O controle sobre o processo de trabalho é substituído pelo controle despótico direto sobre o trabalhador para que se possa produzir mais, prolongando a jornada de trabalho e pressionando a queda do salário. Este é ponto em que predomina a mais-valia absoluta (Cohn & Marsiglia, 1993).

⁹ A manufatura, nessa etapa, não se distingue, no seu princípio, da indústria artesanal das corporações. A única diferença é o maior número de trabalhadores ocupados pelo mesmo capital. A oficina do mestre-artesão é apenas ampliada (Marx, 1996a).

Segundo Marx (1996a), a produção capitalista se inicia, de fato, quando um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores e o processo de trabalho amplia sua extensão e fornece produtos em quantidades maiores que antes.

A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista (Marx, 1996a, p. 439).

A cooperação baseada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura. Esse segundo momento, que permeou os séculos XVI até o século XVIII, foi conhecido como o período manufatureiro.

A manufatura apresenta pontos semelhantes com a cooperação, mas se distingue desta por causa da divisão do trabalho. O ofício dos antigos artesãos é decomposto em várias atividades, assim, cada trabalhador realiza tarefas parcializadas.

A parcialização, por outro lado, possibilita o aumento da intensidade do trabalho, e por consequência sua produtividade, já que a decomposição, hierarquização e reorganização das atividades permitem diminuir os chamados ‘tempos mortos’, isto é, tempos em que o trabalhador abandona uma tarefa para fazer outra. O trabalho parcializado combina os trabalhos individualizados para compor um trabalho coletivo, que consome menos tempo que o trabalho completo realizado por cada trabalhador individualmente (Cohn & Marsiglia, 1993, pp. 60-62).

De acordo com Braverman (1981), o mais antigo e inovador princípio do modo capitalismo de produção foi a divisão manufatureira do trabalho. O autor destaca que a divisão do trabalho na indústria capitalista não é nada igual ao fenômeno da distribuição de tarefas, ofícios ou especialidades da produção através da sociedade, embora todas as sociedades conhecidas tenham também dividido seu trabalho em especialidades produtivas, nenhuma delas, antes do capitalismo, subdividiu sistematicamente o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas. “Esta forma de divisão do trabalho torna-se generalizada apenas com o capitalismo” (Braverman, 1981, p. 70).

É nesse momento também que surge a separação entre concepção e a execução do trabalho, ou seja, alguns trabalhadores deverão organizar o trabalho coletivo e fazê-lo ser executado por outros trabalhadores. Cohn e Marsiglia (1993) destacam que isso possibilita um aumento do controle do capital sobre o processo de trabalho. Alguns trabalhadores se

sobrequalificam, na medida em que têm o conhecimento de todo o processo de trabalho, outros se desqualificam por concentrar a sua ação no desempenho de atividades que são parcializadas.

Para Marx (1996a) o caráter capitalista da manufatura é o controle dos trabalhadores sob o comando de um mesmo capital. A divisão manufatureira desenvolve o crescimento do número de trabalhadores empregados, ou seja, o mínimo de trabalhadores que o capitalista tem de empregar é prescrito pela divisão do trabalho.

Esse controle do capital sobre os trabalhadores possibilita o aumento da produtividade, ou seja, cada trabalhador passa a produzir mais na mesma unidade de tempo. De acordo com Cohn e Marsiglia (1993), nesta subsunção real do trabalho ao capital, a forma de exploração é a mais-valia relativa.

Com a parte variável tem de crescer também a parte constante do capital, além do volume das condições comuns de produção, como construções, fornos etc., nomeadamente também e com muito mais rapidez que o número de trabalhadores, a matéria-prima (Marx, 1996a, p. 474).

Neste período da manufatura, como afirma G. Alves (2013), foi o revolucionamento da força de trabalho que caracterizou o desenvolvimento dessa forma social capitalista. O capital criou, por meio da expropriação dos camponeses, a massa de força de trabalho em favor das manufaturas em crescimento no século XVIII. O autor continua ressaltando que a manufatura, ao incorporar a divisão do trabalho no processo de produção, degradou as habilidades artesanais da força de trabalho, ou seja, sua relação com o instrumento de trabalho que fora herdado no período anterior.

O trabalhador, no entanto, passa a não intervir em todas as etapas da produção, mas apenas numa parte de todo esse processo, pois o seu trabalho se tornou parcelar.

O trabalhador parcelar é alienado do seu ofício e, por conseguinte, do seu espaço domiciliar de produção. Na medida em que concentrou no território da manufatura a força de trabalho alienada de seus meios de produção, a manufatura reordenou o espaço da produção como espaço de cooperação e território do controle despótico do capital (G. Alves, 2013, p. 21).

Neste momento, G. Alves (2013) ainda reforça que a produção concentra numa mesma dimensão territorial todos aqueles que trabalham. Na manufatura,

[...] a lógica do capital subsume formalmente o trabalhador assalariado por meio do controle da força de trabalho como mercadoria. O trabalho vivo é reconfigurado no novo

espaço territorial da produção do capital como trabalhador coletivo constituído por um complexo de trabalhadores parcelares (G. Alves, 2013, p. 21).

O trabalhador, na manufatura, encontra-se subsumido apenas formalmente ao capital, pois ainda preserva habilidades manuais que tinha em seu ofício artesanal. Ainda, segundo G. Alves (2013) mantém uma relação efetiva com o meio de trabalho, mesmo que tenha se tornado um trabalhador parcelar.

Bem lembrado também por G. Alves (2013), que foi nesse período histórico da manufatura capitalista que instaurou a questão moderna do adoecimento laboral. A ascensão do capitalista significou também a produção de corpos-mentes doentes. “O que significa que o revolucionamento da força de trabalho como ponto de partida da manufatura significou a degradação da vida física e mental do homem-que-trabalha” (p. 21).

Alterou-se também a relação de tempo e tempo de vida dos trabalhadores assalariados, ou seja, houve um aumento da jornada de trabalho que eram extensas.

O princípio da manufatura que se incorporou na lógica de desenvolvimento capitalista é o princípio do controle laboral por meio da reorganização territorial (o capital constitui o trabalhador coletivo), reorganização das habilidades manuais (o capital constitui um novo nexos psicofísico do trabalho) e reordenamento do tempo de vida reduzindo-o a tempo de trabalho (G. Alves, 2013, p. 22).

O terceiro momento, que Cohn e Marsiglia (1993) destacam, é a maquinaria, em que as ferramentas artesanais são substituídas por máquinas. A separação entre a concepção e a execução se acentua. O trabalho passa a ser dividido em várias fases que se sucedem e são determinadas pelas operações da máquina. Ocorre ainda uma acentuação da desqualificação do trabalhador, pois passa a realizar tarefas isoladas, o que o impede de ter o conhecimento sobre a totalidade do processo de trabalho que está exercendo.

Marx (1996b) destaca que toda maquinaria desenvolvida constitui-se de três partes essencialmente diferentes: a máquina-motriz, o mecanismo de transmissão e a máquina-ferramenta¹⁰. É nessa etapa da máquina-ferramenta que se origina a Revolução Industrial do século XVIII.

¹⁰ A máquina-motriz atua como força motora de todo o mecanismo, ou seja, ela produz a sua própria força motriz, como a máquina a vapor. O mecanismo de transmissão é composto de volantes, eixos, rodas dentadas, cabos, correias, dispositivos intermediários que regula o movimento, modifica, onde necessário, sua forma, por exemplo, de perpendicular em circular, o distribui e transmite para a máquina-ferramenta. Essas duas partes do mecanismo só existem para transmitir o movimento à máquina-ferramenta, por meio do qual ela se apodera do objeto do trabalho e o modifica-o segundo a finalidade. É dessa parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que se origina a revolução industrial do século XVIII. A máquina-ferramenta é um mecanismo que, ao ser transmitido o movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes

A maquinaria apresenta duas situações com respeito à divisão e à organização do trabalho que são a maquinaria simples e a organização científica do trabalho.

Segundo Cohn e Marsiglia (1993), na maquinaria simples, o trabalhador mantém algum controle, mesmo que reduzido, sobre a realização da sua tarefa, pois é ele quem aciona, prepara e ajusta a máquina, o que permite um controle do seu ritmo de trabalho e toma algumas decisões a respeito sobre como realizar sua tarefa. “[...] o capital busca incentivar a produtividade criando a remuneração por volume de produção na tentativa de fazer o trabalhador aumentar voluntariamente o seu ritmo de trabalho” (Cohn & Marsiglia, 1993, pp. 61-62).

Na segunda situação, a organização do trabalho, representadas pelo taylorismo e pelo fordismo, não promove tantas mudanças na base técnica do processo de trabalho, mas converte o trabalhador, de sujeito, em objeto de produção. Os movimentos dos trabalhadores são determinados pela máquina, ocorre uma intensificação do trabalho e aumenta a parcialização. Desta forma, há a extrema separação entre a concepção e a execução do trabalho.

Marx (1996b) afirma que o ponto de partida da grande indústria foi a revolução do meio de trabalho, ou seja, o meio de trabalho revolucionado assume sua configuração mais desenvolvida no sistema articulado de máquinas da fábrica.

É nesse período que se verifica o aumento do número de trabalhadores do sexo feminino e de crianças nos interiores das fábricas, pois como Marx (1996b) salienta, “à medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade” (Marx, 1996b, p. 28).

Por esse fato, o trabalho de mulheres e de crianças foi útil para a aplicação capitalista da maquinaria. Esse meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se num meio de aumentar o número de assalariados, “[...] colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital” (Marx, 1996b, p. 28).

Essa fase do capitalismo foi marcada por uma intensificação do trabalho, com o aumento da jornada laboral nas fábricas. Assim, a maquinaria desde o início amplia o material humano de exploração. Houve mudança também nas relações de trabalho entre trabalhadores e capitalista. Marx retrata essa situação demonstrando que o trabalhador vendia antes a sua força

com ferramentas semelhantes. “Que portanto a força motriz provenha do homem ou novamente de uma máquina em nada modifica a essência da coisa. Quando a própria ferramenta é transferida do homem para um mecanismo, surge uma máquina no lugar de uma mera ferramenta. A diferença salta logo à vista, mesmo que o ser humano continue sendo o primeiro motor” (Marx, 1996b, p. 9).

de trabalho, porém nessa fase, vende a mulher e os filhos, que nas palavras de Marx “torna-se mercador de escravos”.

Se a maquinaria é o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, ela se torna, como portador do capital, inicialmente nas indústrias de que se apodera de imediato, o mais poderoso meio de prolongar a jornada de trabalho para além de qualquer limite natural (Marx, 1996b, p. 36).

Neste cenário, os trabalhadores não dispunham de nenhum sistema de proteção social. Nas fábricas ocorriam inúmeros acidentes de trabalho gravíssimos, como por exemplo, perdas de dedos, esmagamento das mãos, queimaduras e outros tipos de doenças profissionais que levavam crianças e adultos à morte.

A descrição da vida destes pequenos trabalhadores, de ambos os sexos, é dantesca. Trabalhavam até 18 horas por dia, sob o látego de um capataz que ganhava por produção. Os acidentes de trabalho eram freqüentes, má alimentação, falta de higiene, de ar ou de sol, imoralidade e depravação, nos alojamentos. As faltas eram punidas com castigos terríveis (Arruda, 1984, p. 77).

Com relação aos acidentes ocorridos nessa fase do capitalismo, Arruda (1984) ainda salienta que muitas vezes, as crianças eram sustentadas por uma perna de pau, para alcançar as máquinas. Muitas crianças adormeciam em cima dos teares e tinham seus dedos estraçalhados pelas engrenagens dos teares.

O número de acidentes ocorridos não tem paralelo na história da maquinaria. Num único estabelecimento industrial, de estomatar o linho, entre 1852 e 1856, houve seis casos de morte e 60 mutilações graves. Não havia qualquer indenização pelos membros amputados, muito menos para os dias de paralisação das atividades (Arruda, 1984, pp. 77-78).

Ainda segundo o autor, a vida na fábrica era odiosa, pois a disciplina era intolerável. A diferença do antigo sistema era que no sistema artesanal, o trabalhador era dono de seu tempo e dos meios de produção. O trabalho era apenas para garantir a sua sobrevivência. Agora, o trabalhador vende sua força de trabalho para o capital e não é mais o dono de seu tempo. Tudo é controlado pelo capitalista.

As condições materiais em que se realizava o trabalho fabril agrediam o corpo do trabalhador. Segundo Marx (1996b), os órgãos dos sentidos dos trabalhadores são lesados pela temperatura artificialmente elevada, pela atmosfera impregnada de resíduos de matéria-prima,

pelo ruído das máquinas e, sobretudo, o perigo de vida sob a maquinaria densamente amontoada.

A economia nos meios sociais de produção, artificialmente amadurecida apenas no sistema de fábrica, torna-se ao mesmo tempo, na mão do capital, roubo sistemático das condições de vida do operário durante o trabalho, roubo de espaço, de ar, de luz e de meios de proteção de sua pessoa física contra condições que oferecem perigo de vida ou são nocivas à saúde no processo de produção, isso sem sequer falar de instalações para a comodidade do trabalhador (Marx, 1996b, pp. 58-59).

As transformações vivenciadas pelos trabalhadores, nessa fase do capitalismo, provocaram revoltas devido ao prolongamento da jornada de trabalho, a precárias condições laborais e pelos baixos salários. Houve, nesse momento da maquinaria, períodos de greves iniciada pelos trabalhadores, e no interior das fábricas, quebras de máquinas.

A maquinaria entra no mundo não como serva da “humanidade”, mas como instrumento daqueles a quem a acumulação de capital proporciona a propriedade das máquinas. A capacidade humana para controlar o processo de trabalho mediante maquinaria é dimensionada pelo gerenciamento desde o início do capitalismo como o meio principal pelo qual a produção pode ser controlada não pelo produtor imediato, mas pelos proprietários e representantes do capital (Braverman, 1981, p. 168).

Braverman destaca, então, que as máquinas podem ser controladas e reguladas com base nas decisões da gerência, pois o interesse pela produtividade era mais por parte dos capitalistas. “No lugar do chicote do feitor de escravos surge o manual de penalidades do supervisor. Todas as penalidades se resolvem, naturalmente, em penas pecuniárias e descontos de salários [...]” (Marx, 1996b, p. 57).

As penalidades no trabalho já eram vistas desde a época da maquinaria. O trabalhador não só passa a ser controlado pelo capital como também sofre algumas penalidades durante o exercício de sua atividade que poderiam ter reflexos nos descontos salariais, por exemplo. Não obstante, as ocorrências de acidentes eram inúmeras e com certo teor de gravidade, exemplificadas pelas amputações, quedas de máquinas e até mesmo morte de trabalhadores dentro das fábricas. As vítimas mais frágeis desse processo eram as mulheres e as crianças que passavam horas produzindo em cima das altas máquinas de teares. Todos os trabalhadores recebiam o salário por produção, que hoje ainda é muito comum em certas atividades cujo ganho é vinculado à produtividade, e por isso se submetiam as longas jornadas de trabalho para garantir a sua sobrevivência.

Com relação aos acidentes de trabalho, na fase da grande indústria, Marx destaca que essas ocorrências tinham relação com as máquinas, especialmente, tem a ver com a velocidade das máquinas.

Rodas, cilindros, fusos e teares são, agora, impulsionados com força maior e em constante aumento; os dedos precisam pegar o fio quebrado com mais rapidez e segurança porque se colocados com hesitação ou descuido são sacrificados. (...) Grande número de acidentes é causado pela ansiedade dos trabalhadores em executar rapidamente seu serviço. É preciso recordar que é de maior importância para os fabricantes que sua maquinaria esteja ininterruptamente em movimento, isto é, produzindo fios e tecidos. Cada minuto de parada não é apenas uma perda da força motriz, mas de produção. Os trabalhadores são urgidos pelos supervisores, que estão interessados na quantidade da produção, para manterem a maquinaria em movimento; e isso não é menos importante para os operários, que são pagos por peso ou por peça (Marx, 1996b, pp. 58-59).

Segundo Marx (1996b) abusa-se da maquinaria para transformar o próprio trabalhador, desde a infância, em parte de uma máquina parcial.

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve a máquina. Lá, é dele que parte o movimento do meio de trabalho; aqui ele precisa acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo (Marx, 1996b, p. 55).

Marx continua ainda salientando que o trabalho em máquinas agride o sistema nervoso, pois reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual. Para o autor, a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura,

[...] já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável (Marx, 1996b, p. 56).

De acordo com G. Alves (2013), na grande indústria, o ponto de partida do revolucionamento é o meio de trabalho, isto é, a técnica como tecnologia. “É um momento de subsunção real do trabalho vivo ao capital como trabalho morto que se impõe ao homem-que-trabalha” (p. 22).

O período da grande indústria ao alterar a relação homem-técnica, instaurando a forma-tecnologia, alterou a relação Homem-Natureza, pois com o sistema de máquinas-ferramentas, as habilidades artesanais do operário foram abolidas, transformando-o num apêndice da maquinaria.

A posição do homem como apêndice da máquina significou a vigência do adoecimento do corpo na epidemiologia laboral. A corporalidade viva torna-se apêndice da maquinaria. A máquina impõe uma racionalização da produção e do trabalho (o taylorismo é expressão suprema do princípio ideológico da grande indústria) (G. Alves, 2013, p. 23).

Desta forma, Moraes Neto (2007) destaca que com a introdução da maquinaria o processo de trabalho torna-se cientificizado, porque permite uma análise verdadeiramente científica do processo de produção. Isto é, é possível que as ações produtivas sejam decompostas nas formas fundamentais do movimento e recompostas em operações mecânicas que são transferíveis à máquina.

O movimento de gerência científica do trabalho é representado pelo taylorismo e fordismo. O foco até então, era a preocupação dos capitalistas em aumentar a produção, investindo em equipamentos modernos. Essas máquinas modernas fazem com que o trabalhador aumente a velocidade de seu trabalho, tendo que se adaptar ao ritmo imposto pelas máquinas. É aí que o homem passa a ser comandado por ela. Por outro lado, a introdução de modernos equipamentos faz com que o trabalhador tenha uma aprendizagem sobre o manuseio da máquina, uma adaptação ao ritmo e a velocidade desta.

Uma preocupação, nesse período da grande indústria, com destaque para o desenvolvimento da tecnologia nas fábricas, era com a porosidade na jornada de trabalho, ou seja, com o trabalho morto, pois mesmo com a tecnologia presente no ambiente fabril, havia o tempo de não-trabalho, em que o trabalhador não produzia. O intuito dos empregadores era acabar com esse tempo poroso.

Com o taylorismo busca-se a redução do tempo gasto para executar a tarefa por meio da divisão do trabalho em tarefas cada vez mais simples.

Mudando-se de ambiente, da Inglaterra da Revolução Industrial para os Estados Unidos do final do século XIX e começo do XX, temos o estudos do norte-americano Frederick Winslow Taylor que lança a base para o tratamento científico do trabalho (Dal Rosso, 2008).

Taylor tinha como objetivos a racionalização da organização do trabalho. A preocupação de Taylor era com a baixa produtividade das fábricas devido à enorme variação

de tempo e de rendimento no trabalho individual dos operários. Numa mesma empresa, havia diversas maneiras de executar uma atividade.

Taylor percebeu que a capacidade produtiva de um trabalhador de experiência média era sempre maior que a sua produção real na empresa. Assim, verifica-se, por um lado, a destreza adquirida com o tempo aumentava a sua produtividade, mas por outro, parte dessa produtividade era perdida na troca constante de operações, ferramentas, no deslocamento dentro da fábrica, etc (Pinto, 2007).

Essa queima de tempo, de trabalho morto, não dependia somente das condições técnicas em que eram realizadas as tarefas, mas também tinha a ver com os macetes que os operários desenvolviam como forma de controlar o tempo em que trabalhavam, protegendo assim seus conhecimentos e seus salários, frente a uma produtividade em expansão advinda do aumento da maquinaria (Pinto, 2007).

A administração científica de Taylor visava, então, racionalizar a organização do trabalho, na qual, envolveu buscar normas, procedimentos sistemáticos e uniformes para simplificar as operações e, dessa forma, os movimentos desnecessários, lentos e ineficientes seriam eliminados. Deveria encontrar o melhor modo, o movimento certo e mais rápido em todos os ofícios.

Pinto (2007) destaca que Taylor ao refletir como acabar com a proteção do tempo de trabalho, chegou à conclusão acerca da subdivisão da atividade em tarefas muito simples, medindo-se a duração de cada movimento com um cronômetro, o resultado seria a determinação do tempo real gasto para se realizar cada operação.

Para Braverman (1981), um aspecto que marcava o pensamento de Taylor era o conceito de controle. A gerência deveria tomar as decisões do trabalho e não deixar a cargo dos trabalhadores.

Por meio do controle sobre os trabalhadores seria possível às gerências exigir de qualquer operário o cumprimento da quantidade ideal de trabalho diário que, segundo Pinto (2007) não seria nem muito, para não prejudicar a saúde do trabalhador, nem pouco, a fim de não se perder um segundo do tempo de sobre-trabalho não pago que lhes seria extraído em cada produto¹¹.

¹¹ Taylor propôs isto à gerência da fábrica onde trabalhava, a fim de otimizar a produção. Após várias derrotas com o seu método, desenvolveu um sistema de organização do trabalho que, mais especialmente, com o advento das guerras mundiais, acabou sendo implantado em muitos estabelecimentos, difundindo-se amplamente por diversos ramos industriais.

Esses métodos e técnicas de trabalho não eram elaborados pelos trabalhadores, conforme destaca Merlo e Lapis (2007), embora das sugestões dos operários pudessem surgir as melhores ideias para aprimorar o processo produtivo. A preparação do trabalho passou a ser atribuição de especialistas, como engenheiros. Desta forma, estava consolidando-se, no capitalismo, uma radical separação entre o saber e o fazer, ou seja, entre a concepção, o planejamento e a execução; entre o trabalho manual dos operários e o trabalho intelectual das gerências. Desta forma, “[...] tudo lhe será passado na forma de ordens, através das fichas de instrução, nas quais estarão contidas as quantidades, os meios e os resultados passíveis de serem esperados pela administração, junto a um treinamento sobre como deve cumprir tais ordens” (Pinto, 2007, p. 37).

Ainda assim, Rago e Moreira (1984) salientam que com o estudo dos tempos e movimentos, o trabalho foi decomposto em parcelas cada vez mais simplificadas. Cada tarefa passou a corresponder a um posto de trabalho, o qual deveria ser ocupado pelo homem certo, isto é, Taylor percebeu a importância do aprimoramento das formas de recrutamento para selecionar de maneira criteriosa o trabalhador mais adequado para cada tarefa.

Podemos resumir três características básicas do sistema Taylor para o processo de trabalho, nessa fase do capitalismo. O primeiro seria a separação da concepção e da execução das tarefas. “As iniciativas e o trabalho cerebral são banidos da oficina e centrados da administração superior” (Volpato, 2003, p. 43). O segundo seria a própria divisão do trabalho, por meio do estudo de tempos e movimentos, decompondo a tarefa em atividades simplificadas. O terceiro seria o controle dos tempos e dos movimentos, a fim de eliminar o trabalho morto ou o trabalho poroso.

Volpato (2003) destaca que Taylor assume uma característica reducionista, pois retira a autonomia e a participação criativa dos trabalhadores do processo produtivo.

O trabalhador passou a ser um simples executor de tarefas num ritmo que lhe fora determinado e imposto pela gerência. Nesse sistema, todo o domínio de organização do processo de trabalho, antes pertencente ao trabalhador, passou a ser apropriado pela gerência (Volpato, 2003, p. 43).

Dejours (1992) destaca as repercussões do sistema Taylor sobre a saúde do trabalhador. O autor ressalta que a organização científica do trabalho gera exigências fisiológicas que eram até então desconhecidas, principalmente, as exigências de tempo e ritmo de trabalho.

As performances exigidas são absolutamente novas, e fazem com que o corpo apareça como principal ponto de impacto dos prejuízos de trabalho. O esgotamento físico não concerne somente aos trabalhadores braçais, mas ao conjunto dos operários da produção de massa. Ao separar, radicalmente, o trabalho intelectual do trabalho manual, o sistema Taylor neutraliza a atividade mental dos operários (Dejours, 1992, p. 19).

O real problema do método taylorista é aumentar a produtividade do trabalho, nas palavras de Dal Rosso (2008, p. 61), “[...] o funcionário é conduzido a produzir mais trabalho, a trabalhar mais, no mesmo período de tempo considerado e dentro das condições técnicas vigentes”.

Novamente, a questão da saúde do trabalhador entra em cena. Na medida em que o foco do taylorismo é a produtividade, o trabalhador, então, deverá produzir mais no mesmo período de tempo. Ocorre assim, uma intensificação do trabalho e um aumento do ritmo de trabalho que provocam desgastes na saúde do indivíduo, tanto em seu corpo como em sua mente.

Com relação a produtividade, Cipolla (2003) ainda destaca que “Taylor é apenas a expressão científica da idéia de que o trabalhador deve trabalhar com a regularidade e intensidade de uma peça de maquinaria” (p. 84).

O taylorismo foi modernizado pelo fordismo. O método taylorista perdurou entre os anos 1920 e 1970 no mundo inteiro. Sua crise começou a surgir com a revolta do operariado, articulado com o movimento estudantil por volta dos anos de 1968. “Neste período começam a encontrar seu fim os chamados ‘trinta anos gloriosos’ [...]” (Dal Rosso, 2008, p. 61).

O taylorismo e o fordismo são os sistemas que introduziram mudanças na organização do trabalho, visando à produtividade.

O processo de produção fordista foi desenvolvido por Henry Ford na indústria automobilística americana. O modelo taylorista de organização do trabalho difundiu-se e os seus princípios foram também utilizados por Ford.

Os objetivos de Ford eram intensificar ainda mais a fragmentação do processo de organização do trabalho com o intuito de aumentar a produtividade. Para isso, foi necessário diminuir o custo unitário do produto, proporcionando produção em grande escala e também padronizada para atender um consumo em massa. Segundo Volpato (2003) esse modelo de produção está baseado não apenas em inovações técnicas, mas também organizacionais, que se articulam tendo em vista a produção e o consumo em massa de mercadoria.

Ford inovou ao criar a esteira rolante. A linha de produção em série, criada por Ford, funcionava da seguinte maneira: o objeto de trabalho era colocado num mecanismo automático que percorresse todas as fases produtivas, sucessivamente, desde a primeira transformação da

matéria-prima bruta até o estágio final. Ao longo dessa fila, as várias atividades de trabalho aplicadas à transformação das matérias-primas, foram distribuídas entre vários operários fixos em seus postos, “[...] após terem sido suas intervenções subdivididas em tarefas cujo grau de complexidade foi elevado ao extremo da simplicidade” (Pinto, 2007, p. 42).

Segundo Cipolla (2003) a esteira nada mais é do que a mecanização do taylorismo. O autor salienta que com a esteira o caráter despótico da manufatura se materializa no equipamento, ou seja, cria um distanciamento entre punção do trabalho e gerência, pois o plano de coerção ao trabalho não se apresenta sob a figura de um capataz, mas na forma de uma esteira.

O que faz o fordismo? Fixa o trabalhador em um determinado posto de trabalho, o objeto de trabalho é transportado sem a interveniência do trabalho vivo; este nunca perde tempo com o que Ford chama de “serviço do transporte”, e só faz, se possível, um único movimento (Moraes Neto, 1986, p. 32).

O trabalho no fordismo torna-se monótono, repetitivo, ou seja, o ritmo de produção é determinado pelas máquinas e, nesse sistema o trabalhador torna-se desqualificado. Gounet (1999) retrata os passos de transformação do trabalho no sistema de Ford, os quais destaca a produção em massa, ou seja, a racionalização das operações efetuadas pelos operários e o combate aos desperdícios do tempo; o parcelamento das tarefas, em que o trabalhador executa os mesmos gestos repetitivos durante a jornada de trabalho, e por esse fato ocorre a desqualificação do trabalhador; a esteira rolante, onde os operários são colocados lado a lado e cada um exercendo as operações que lhes cabem; a redução do trabalho do operário a alguns gestos simples.

Desta forma, Pinto (2007) destaca que um dos objetivos de Ford era acabar com os poros da jornada de trabalho, de modo que todas as ações realizadas pelos operários estivessem agregando algum valor aos produtos.

Para o autor, a diferença entre taylorismo e o fordismo é que enquanto a racionalização taylorista permitia a intensificação do trabalho humano por meio do controle dos cronômetros para verificar os tempos de operação parciais, no sistema fordista é a velocidade automática da linha de série, ou seja, da esteira que impõe ao trabalhador a sua condição de disposição para o labor, estabelecendo, dentro de limites cada vez mais estreitos de tempo, a melhor maneira de trabalhar.

Marx (1996b) denominou o trabalhador de apêndice da máquina, pois se eleva a especialidade das atividades de trabalho a um nível de limitação e simplificação, e o trabalhador executa movimentos repetitivos num curto espaço de tempo.

Antunes (2011) caracteriza o sistema fordista da seguinte maneira,

[...] entendemos o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (Antunes, 2011, pp. 24-25).

O nível de simplicidade impede qualquer abstração conceitual sobre o trabalho. Dessa forma, surge também, como no taylorismo, a questão da subjetividade do trabalhador, a escolha do trabalhador cuja saúde física e mental fossem perfeitas para realizar os trabalhos nas fábricas. Por isso, Pinto (2007) destaca que, no sistema taylorista/fordista, destacavam-se os altos níveis de absenteísmo e de rotatividade nos quadros das empresas. Junto a esse quadro, também esteve associado um baixo nível de qualificação educacional e profissional dos trabalhadores.

Navarro e Padilha (2007) destacam que na história do capitalismo se registra uma resistência operária ao modelo fordista, pois “[...] os trabalhadores sentiram a perda de seu *savoir-faire* e sentiram o peso de um trabalho puramente mecanizado, rotinizado, gerando um alto índice de absenteísmo, aumento de paralisações e sabotagens” (p. 17).

As características do sistema Ford permitiram um ganho de produtividade, revertido em diminuição de custos, o que possibilitou aumento da taxa de mais-valia mantida sobre os trabalhadores. Pinto (2007) destaca que à medida que a intervenção crítica dos trabalhadores e o tempo de treinamento para o exercício de suas funções são postos como elementos a serem eliminados do ambiente de trabalho, surge o conceito de flexibilização, ou seja, a capacidade de substituição rápida dos trabalhadores, sem nenhum custo em termos de qualidade e de produtividade para o sistema produtivo “[...] o qual se mantém rígido e estático em suas condições ao longo do tempo, como uma grande máquina formada de peças humanas apáticas que funcionam, dia e noite, autonomamente” (Pinto, 2007, p. 48).

O trabalho totalmente parcializado impede que o trabalhador tenha contato com outras fases do processo ao longo da produção. Subordinado à máquina, o homem executa movimentos rápidos e repetitivos, estagnado em um só lugar na esteira em movimento. O

homem deixa de ser um ser pensante, que elabora, põe em prática as suas ideias, e passa a ser um sujeito que apenas trabalha automaticamente sob a esteira rolante. A sua subjetividade começa a ser capturada pela organização do trabalho. Não é preciso pensar para executar o mesmo movimento repetitivo. Ocorre, então, um esgotamento mental do trabalhador, cuja criatividade para executar sua atividade passa a não ser bem vinda.

Por volta dos anos de 1970, o padrão taylorista e fordista começa a dar sinais de esgotamento em meio à crise estrutural vivida pelo capitalismo nesse período¹² e passa a conviver ou ser substituído por outros modelos considerados mais enxutos e flexíveis que melhor se adéquam às novas exigências capitalistas de um mercado cada vez mais globalizado.

Cohn e Marsiglia (1993) destacam que, além dos três momentos do processo de trabalho na história do capitalismo esclarecidos por Marx, a cooperação simples, a manufatura e a maquinaria, este último, representada pelo taylorismo e fordismo, há um quarto momento que Freyssenet¹³ acrescenta, conhecido como automação. Essa fase da automação é representada pelo toyotismo.

Nesse momento, da automação, ocorre uma redução bastante significativa da participação da força de trabalho no processo de produção. O trabalhador apenas participa das funções de vigilância do processo produtivo. Se por um lado tem-se um número reduzido de trabalhadores envolvidos no processo de produção, por outro lado, aumenta-se o número de trabalhadores qualificados para as tarefas de manutenção, como por exemplo, eletricitista e soldadores (Cohn & Marsiglia, 1993).

É importante destacar que, nesse momento, existem dois tipos de processo de produção, chamados de processos de fluxo contínuo e processos descontínuos ou semi-automatizados. O primeiro incorpora a pouca participação do trabalhador na produção, ou seja, todo o processamento e transformação da matéria-prima, do começo ao fim, ocorre sem a intervenção humana direta. O trabalhador apenas acompanha e controla os equipamentos automatizados.

¹² A crise estrutural do capital que emergiu em meados da década de 1970, inaugurou uma nova temporalidade do desenvolvimento civilizatório marcada por um conjunto de fenômenos sociais novos que compõem a fenomenologia do capitalismo global com seus trinta anos perversos. G. Alves (2012) destaca que nos últimos trinta anos tivemos uma época histórica de reestruturações capitalistas em diversas instâncias da vida social. “O sistema mundial do capital como sistema social global reestruturou-se efetivamente numa dimensão inédita”. A luta de classes e as derrotas das forças políticas do trabalho na década de 1970 conduziram a reestruturação política do capital, constituindo o Estado neoliberal e as políticas de liberalização comercial e desregulamentação financeira. Merlo e Lapis (2007) ressaltam que os países capitalistas avançados vivenciaram um período de crise que se manifestou em diversas instâncias. O movimento estudantil passou a criticar os valores e o modo de vida no sistema capitalista; acirraram-se as lutas dos trabalhadores em virtude do trabalho parcelado, repetitivo, especializado e com um severo controle. A esse contexto somam-se as crises do petróleo, o término da convertibilidade do dólar em ouro e a flutuação das moedas, o que refletiram na inflação ascendente e na diminuição dos investimentos na produção.

¹³ Freyssenet, M. A Divisão Capitalista do Trabalho. CMRS, França. Tradução: Hirata, H., 1988, mimeografado.

No segundo, há a incorporação de máquinas para substituir grande parte dos trabalhadores, porém, o homem é ainda insubstituível nas ações de integração e alimentação das máquinas (Cohn & Marsiglia, 1993).

Freyssenet aponta os efeitos da automação que de um lado aumenta a produtividade e suprime numerosas tarefas repetitivas, mas de outro acaba excluindo o operador do controle dos parâmetros de produção.

O autor destaca que esses quatro momentos do desenvolvimento do processo de trabalho no capitalismo há uma perda progressiva do controle do trabalhador sobre toda a produção e sobre o seu trabalho.

Cohn e Marsiglia (1993) salientam algumas diferenças acerca do controle do trabalhador sobre o seu trabalho nas distintas fases do processo de trabalho,

[...] na cooperação simples o trabalhador perde para o capital o controle sobre o processo de produção, na manufatura ele perde o controle sobre seu próprio trabalho, uma vez que é a máquina que estabelece seu ritmo de trabalho, e por fim, na automação, ele se torna apenas um vigilante do processo (Cohn & Marsiglia, 1993, p. 63).

Após um período próspero de acumulação de capitais, o modelo de produção taylorista e fordista que predominou a grande indústria do século XX passaram por um período de decadência e começam a ser substituídos por outros modelos. Essa crise estrutural do capital impulsionou uma gama de transformações sociais e o sistema capitalista buscou outras formas de acumulação de capital por meio do processo de reestruturação produtiva.

Esse período foi marcado por uma década de grande salto tecnológico em que a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, “[...] inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital” (Antunes, 2011, p. 23).

Esta nova etapa coloca um novo ponto de partida para o revolucionamento do modo de produção capitalista. Muitos consideram essa fase do capitalismo como a terceira modernidade do capital, pois é um desdobramento da própria grande indústria. Segundo G. Alves (2013), tal como na manufatura, o ponto de partida deste modo de produção é a força de trabalho. Mas não somente força de trabalho como mercadoria, “[...] mas a força de trabalho-subsumida-ao-sistema-de-máquinas. Isto é, trabalho vivo reduzida a força de trabalho nas condições históricas do capitalismo manipulatório” (G. Alves, 2013, p. 25).

O autor ainda reforça diferenças dos modos de produção capitalista anteriores a essa nova etapa.

Se a grande indústria *negou* o processo de trabalho na medida em que o meio de trabalho tornou-se ferramenta e o homem tornou-se mero apêndice da máquina, com a maquinofatura repõe-se – *num plano virtual* – a máquina como instrumento e o homem como vigia da máquina (G. Alves, 2013, p. 26).

É essa nova forma de produção do capital, que explica a presença enquanto momento predominante da reestruturação produtiva, da captura da subjetividade do homem-que-trabalha e das novas formas de estranhamento, tema que será abordado ainda neste capítulo (G. Alves, 2013).

O toyotismo surge nesse momento que envolve, sobretudo, a questão da captura da subjetividade do homem pelo capital, na medida em que esse período caracteriza-se pelo predomínio do adoecimento da mente (G. Alves, 2013).

Podemos chamar essa fase de uma Terceira Revolução Tecnológica, iniciada nos anos de 1970 que tem como modelo de organização do trabalho a experiência japonesa conhecida como toyotismo. Essa fase foi marcada pela automação, ou seja, pelos avanços da microeletrônica e as formas de organizar o trabalho passam a ser diferentes do taylorismo e fordismo, fundadas na diversificação de operações e no envolvimento do trabalhador com os objetivos da empresa (Merlo & Lapis, 2007).

Essa nova fase do capitalismo foi marcada por mudanças profundas. Difundiu-se uma nova base técnica, a microeletrônica – desenvolvendo a informática, a automação, a robótica e a telemática –; os mercados e a produção internacionalizaram-se, comprometendo a regulação fordista (Merlo & Lapis, 2007, p. 65).

O que caracteriza o mundo do trabalho no fim do século XX, quando se anuncia o século XXI, é que ele se tornou global. Segundo Ianni (2002) na mesma escala que se dá a globalização do capitalismo, também se verifica a globalização do mundo do trabalho.

No âmbito da fábrica global criada com a nova divisão transnacional do trabalho e da produção, a transição do fordismo ao toyotismo e a dinamização do mercado mundial, tudo isso amplamente favorecido pelas tecnologias eletrônicas, nesse âmbito colocam-se novas formas e novos significados do trabalho (Ianni, 2002, p. 123).

De acordo com G. Alves (2011), é no bojo da globalização como mundialização do capital que se desenvolve um novo regime de acumulação flexível e com ele um complexo de reestruturação produtiva, conhecido como toyotismo. A reestruturação produtiva do século XX foi marcada pelas inovações fordista-tayloristas que alteraram a morfologia do processo de produção de mercadorias em vários setores da indústria e dos serviços.

Antunes (2011) salienta que o toyotismo se mescla e até mesmo substitui o padrão fordista dominante em várias partes do capitalismo globalizado. O processo de trabalho sofre mudanças, pois o cronômetro e a produção em série são substituídos pela flexibilização da produção.

Busca-se, então, uma desconcentração industrial e novos padrões de gestão da força de trabalho, “[...] dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a ‘gestão participativa’, a busca da ‘qualidade total’, são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado” (Antunes, 2011, p. 24).

A flexibilização dos processos de trabalho e produção implica uma acentuada e generalizada potenciação da capacidade da força de trabalho. Em lugar da racionalidade característica do padrão taylorista e fordista dava lugar a racionalidade mais intensa, geral e pluralizada da organização toyotista ou flexível do trabalho e da produção (Ianni, 2002).

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológicas e organizacional (Ianni, 2002, p. 127).

O toyotismo é uma forma de organização da produção e do trabalho concebida na Toyota Motor Co., em meados da década de 1950, que obtém as características do desenvolvimento do capitalismo japonês, no pós-guerra (E. Oliveira, 2004).

O toyotismo tem como figura principal Taiichi Ohno, engenheiro que se define como o criador do sistema de produção Toyota. O engenheiro afirmou que em 1973, ano do primeiro choque do petróleo, deve ser tomado como o marco a partir do qual o seu sistema se impôs ao mundo, pois naquele momento ficou explícito que o sistema de produção em massa, do fordismo, não se adequava mais a um mundo que se encontrava num baixo crescimento econômico (Dal Rosso, 2008).

O foco central de Ohno era sobre o desperdício, crítica a qual fazia ao fordismo. Para ele, a superprodução, os tempos de espera, os transportes desnecessários, os processos de fabricação, os estoques não vendidos e os defeitos de produção se resumiam em verdadeiras perdas.

Segundo Gounet (1999), o objetivo do toyotismo era aumentar a produtividade, sempre controlando os desperdícios. O que importava era a flexibilização do aparato produtivo. Como o parcelamento das atividades do fordismo já não são suficientes, então “as operações essenciais

do operário passam a ser, por um lado, deixar as máquinas funcionarem e, por outro, preparar os elementos necessários a esse funcionamento de maneira a reduzir ao máximo o tempo de não produção” (Gounet, 1999, p. 27).

Nas palavras de Coriat (1994), o combate ao desperdício seria, no entanto, eliminar tudo o que fosse supérfluo, isto é, tudo aquilo que uma fábrica pode dispensar. Com este fato, nasce a fábrica magra, flexível e o ponto forte é o *just in time*, um modelo de organização da produção, de forma que os produtos são fabricados no momento certo de serem escoados, ou seja, isso pressupõe estoque mínimo.

Assim, pode-se ressaltar que a grande indústria, modelo da organização do capitalismo industrial, é substituída pela fábrica enxuta, de menor tamanho, tecnologicamente avançada, reestruturada na organização da produção e do trabalho. Outro fator importante que reflete a característica do toyotismo é que o trabalhador especializado e desqualificado, característico do taylorismo, que imperava a divisão do trabalho intelectual e manual, as gerências no controle do conhecimento do processo produtivo, é substituído “[...] pelo trabalhador polivalente, multifuncional, capaz de realizar diversas tarefas e sendo, em tese, seu conhecimento acerca do trabalho valorizado” (Lima, 2009, p. 41).

O cerne do toyotismo, como destacado por G. Alves (2000a),

[...] é a busca do engajamento estipulado do trabalho, principalmente do trabalhador central, o assalariado estável, para que ele possa operar uma série de dispositivos organizacionais que sustentam a produção fluida e difusa. Como exemplo do toyotismo, percebemos os mais diversos tipos de Programas de Gerenciamento pela Qualidade Total, pela busca da produção *just-in-time* e pela utilização do Kanban, pelas novas formas de pagamento e de remuneração flexíveis e, principalmente, pela difusão da terceirização (G. Alves, 2000a, p. 4).

Desta forma, no toyotismo, segundo Lima (2009) inverte-se a linha de montagem, a demanda estabelece a produção, os ritmos, as formas de organização e tempo de duração dos produtos são alterados. O envolvimento do trabalhador na produção garante maior qualidade e também produtividade. A busca pela qualidade dos produtos também pressupõe a formação permanente do trabalhador. O toyotismo também significou maior intensificação do trabalho com as novas tecnologias organizacionais que eliminou os trabalhadores considerados desnecessários, enxugando o quadro de funcionários, “[...] focalizando a produção na atividade fim da empresa e terceirizando as demais” (Lima, 2009, p. 41).

Essa nova forma de organizar o trabalho se caracteriza pelo aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial e que está presente em muitas modalidades

de trabalho precarizado, conhecido como terceirizados, subcontratados, *part-time* (Antunes & Alves, 2004).

No Brasil, a reestruturação produtiva adquire uma perspectiva histórica nos anos pós-1945. Após 1945 surge o primeiro surto de reestruturação produtiva no país, vinculado à instauração da grande indústria caracterizada pelo padrão taylorista-fordista. Esse primeiro momento da história da reestruturação produtiva ocorreu em meados de 1950, durante o governo de Kubitschek, o qual representa a época do desenvolvimentismo. O segundo surto de reestruturação produtiva ocorreu na época do milagre brasileiro, durante o período da ditadura militar, por volta dos anos de 1970, se expandiu mais em decorrência dos impulsos da industrialização. E por fim, o terceiro e atual surto de reestruturação produtiva vincula-se à época de crise do capitalismo brasileiro, com o predomínio de um novo padrão de acumulação capitalista, conhecida como a acumulação flexível. Este período ocorreu a partir dos anos de 1980, impulsionando-se na década de 1990, sob a era neoliberal (G. Alves, 2000b).

Com a reestruturação em curso nos anos de 1990, ocorre um crescente movimento de descentralização da produção, denominado de terceirização. No Brasil, esse padrão tem sido caracterizado como fraudulento, espúrio ou predatório por buscar a redução de custos através da exploração de relações precárias de trabalho, como por exemplo, na subcontratação de mão de obra, nos contratos temporários de trabalho, na contratação de mão de obra por empreiteiras, no trabalho em domicílio, no trabalho por tempo parcial e no trabalho sem registro em carteira. Isso faz com que os trabalhadores percam uma série de direitos sociais e trabalhistas durante o exercício de sua atividade (Navarro, 2006)¹⁴.

Com relação a isso, G. Alves (2011) destaca que “a produção difusa é que o toyotismo irá salientar por meio da constituição das redes de colaboradores, ampliando a terceirização e as redes de subcontratação” (p. 48). Em outros termos, o autor se referiu ao espírito do toyotismo que impulsiona o aumento da utilização da terceirização e do trabalho por encomenda, além de outras formas marginais de trabalho, caracterizadas pelo trabalho em domicílio e o trabalho clandestino.

[...] um dos principais tipos de descentralização produtiva que ocorre no Brasil, principalmente a partir dos anos 1990 – a terceirização. Ela surge não apenas como mero comportamento reativo, mas como procedimento estratégico das corporações transnacionais que procuram recompor os circuitos de valorização, desenvolvendo novas redes de subcontratação (G. Alves, 2000b, pp. 202-203).

¹⁴ A autora se baseia no trabalho: Dieese. (1994). O processo de terceirização no Brasil. *Seminários & Eventos*, (1), 34-35.

O trabalho no setor de serviços, como o trabalho na produção, vem sofrendo um processo de perda de seu controle por parte dos trabalhadores. Por exemplo, nos momentos iniciais, o trabalho em escritórios das fábricas se constituía como uma ocupação integral, já que os mestres do ofício tinham o controle da totalidade do processo e, ainda, ensinavam aos aprendizes. Porém, com o desenvolvimento da sociedade capitalista, uma parcela desse escritório é retirada ou separada das empresas, transformando-se em empresas autônomas, o que também acarreta a transformação do trabalho em atividades parceladas, organizadas e burocratizadas (Cohn & Marsiglia, 1993).

Outra questão abordada por Antunes e Alves (2004) é acerca do trabalho no setor terciário que vem assumindo uma forma alternativa de ocupação,

[...] por intermédio de empresas de perfil mais comunitários, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, nas quais predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado (Antunes & Alve, 2004, p. 339).

De acordo com os autores, esse segmento é um desdobramento direto da retração do mercado de trabalho industrial e de serviços que resulta num quadro de desemprego estrutural.

Houve uma redução do proletariado fabril, industrial, manual, principalmente nos países de capitalismo avançado em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma taxa de desemprego estrutural (Antunes, 2011).

Segundo Lima (2009), a eliminação do posto de trabalho com as tecnologias informacionais e de gestão culmina na redução radical da força de trabalho dos processos produtivos industriais e também de serviços.

O desemprego residual é substituído pelo desemprego estrutural. O movimento operário e sindical se enfraquece com a perda de seus contingentes e assume cada vez mais um caráter defensivo na garantia de empregos. As empresas se desterritorializam em busca de redução de custo, em outras palavras, na busca de força de trabalho barata e desorganizada. Cidades e países se desindustrializam, novas regiões são industrializadas, mas num outro modelo: fábricas enxutas e mercado de trabalho desregulamentado (Lima, 2009, p. 42).

Trata-se, no entanto, num processo de organização do trabalho cujo objetivo é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, “[...] reduzindo ou eliminando em muito tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, ou suas formas assemelhadas, especialmente as atividades de manutenção, acompanhamento, inspeção de qualidade, funções

que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador produtivo” (Antunes, 2002, p. 29). Ainda segundo o autor, reengenharia, *team work*, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total fazem parte do ideário da fábrica moderna.

Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade laborativa, pode-se dizer que, na era da acumulação flexível e da "empresa enxuta", merecem destaque, e são citadas como exemplos a serem seguidos, aquelas empresas que dispõem de *menor* contingente de força de trabalho e que, apesar disso tem maiores índices de produtividade (Antunes, 2002, pp. 29-30).

As mutações no mundo do trabalho foram dantescas no decorrer do desenvolvimento das novas formas de organização do trabalho como o toyotismo e a acumulação flexível. Antunes (2002) esclarece essas repercussões das transformações no processo produtivo que tiveram resultados imediatos no mundo do trabalho, como por exemplo, desregulamentação dos direitos trabalhistas, aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora, precarização e terceirização da força humana que trabalha, destruição do sindicalismo de classe.

Antunes (2014) salienta que há uma mescla entre elementos do fordismo, que ainda se encontram em vigência, e elementos advindos das novas formas de acumulação flexível e/ou influxos toyotistas no Brasil, que também são evidentes. Para o autor, no estágio atual do capitalismo brasileiro, ocorreram enormes enxugamentos da força de trabalho, combinadas com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho.

A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho, implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo, *que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços* (Antunes, 2014, p. 14).

Antunes (2011) ainda salienta outro ponto essencial do toyotismo, que para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Isto quer dizer que se deve dispor dessa força de trabalho em função das necessidades do mercado consumidor. “O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado” (Antunes, 2011, p. 34).

O sistema industrial japonês teve impacto no mundo ocidental a partir dos anos de 1970, como uma opção à crise capitalista. O toyotismo também, segundo Antunes (2002, p. 34) “[...]”

reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais valia”.

O toyotismo vem sendo assimilado por várias empresas, inicialmente pelo ramo automobilístico e depois se propagando para o setor de indústrias em geral e também para o setor de serviços tanto nos países centrais como nos países de industrialização intermediária. “Esse processo foi responsável pela acentuação das formas sociais de estranhamento (ou alienação) no mundo do trabalho contemporâneo” (Antunes, 2002, p. 38).

O processo de precarização do trabalho que atinge o capitalismo global atinge não só a objetividade da classe do trabalho, mas sobretudo a subjetividade de classe. Muitos autores da sociologia e da economia, segundo G. Alves (2006), dissertam acerca da precarização do trabalho, porém desprezam o aspecto significativo da ofensiva do capital¹⁵. Esses autores salientam a deterioração dos estatutos salariais,

[...] mas não se aprofundam numa das dimensões perversas da precarização do trabalho que é a intensificação dos mecanismos sistêmicos voltados para a subsunção da subjetividade do trabalho à lógica do capital, sua captura complexa e contraditória pelos dispositivos organizacionais do capital (G. Alves, 2006, p. 89).

Antunes (2002) faz referência ao estranhamento do trabalho tanto no que se refere ao trabalho manual quanto pelo trabalho imaterial. Ambos são controlados pelo sistema capitalista da era do toyotismo e da acumulação flexível.

Ainda que fenomenicamente minimizado pela redução da separação entre a elaboração e a execução, pela redução dos níveis hierárquicos no interior das empresas, a subjetividade que emerge nas fábricas ou nas esferas produtivas contemporâneas é expressão de uma existência inautêntica e estranhada (Antunes, 2002, p. 39).

Desta forma, a organização do trabalho transmitida no toyotismo e na acumulação flexível, nessa era, do capital traz significativos impactos não somente para o processo produtivo de trabalho, mas acarreta, sobretudo, um profundo impacto no trabalhador.

Autores como G.A.P.Alves (2008), tentam desvelar os mecanismos internos da lógica do toyotismo. Para o autor,

¹⁵ G. Alves (2006) destaca o toyotismo como a ideologia orgânica da nova produção de mercadorias que surge a partir do regime de acumulação flexível. O autor defende que o eixo central dos dispositivos organizacionais e institucionais, dessa nova organização do trabalho, é a captura da subjetividade do trabalho. O autor coloca a captura como algo ideológico “O que significa que o processo de captura é complexo e sinuoso, articulando mecanismos de coerção/consentimento, de manipulação em suas múltiplas dimensões, não apenas no local de trabalho, mas na esfera do cotidiano social” (G. Alves, 2006, p. 90).

A constituição dos novos consentimentos espúrios exigidos pelo método toyota ocorre por um intenso processo de manipulação da subjetividade do trabalho vivo (que é o conteúdo da “captura” da subjetividade). A lógica manipulatória do toyotismo sob o lastro das inovações sócio-metabólicas atinge as dimensões do psiquismo humano (G.A.P. Alves, 2008, p. 223).

Podemos nos remeter à questão da subjetividade do trabalhador retomando o caminho da organização do trabalho taylorista-fordista, caracterizado pela fragmentação da atividade. A forma como o trabalho estava sendo organizado, com vistas à produtividade, eliminando o tempo morto por meio da administração das tarefas e a produção em série culminou num ritmo extenuante de atividades repetitivas. As repercussões dessa organização do trabalho começaram a ser sentidas pelos trabalhadores, pois passaram a acarretar diversas manifestações físicas e psíquicas no organismo do indivíduo. “O ritmo extenuante do trabalho repetitivo e cronometrado provocou diversas formas de resistência dos trabalhadores, dos quais o *turnover*, absenteísmo, sabotagem, boicote e outras manifestações psíquicas de defesa são exemplos” (G. A. P. Alves, 2008, p. 42).

O toyotismo torna-se adequado sob a mundialização do capital, não apenas devido a nova base técnica do capitalismo, com presença de tecnologias microeletrônicas na produção, e isso requer um tipo de envolvimento subjetivo do trabalho, ou seja, uma nova subordinação formal intelectual do trabalho ao capital, mas à nova estrutura da concorrência capitalista no cenário de crise de superprodução. “[...] o que exige um novo tipo de envolvimento operário, e, portanto, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital” (G. Alves, 2000b, p. 30).

O autor ainda defende que o toyotismo, por pertencer a mesma lógica de racionalidade do trabalho como o taylorismo e o fordismo, ele tenderia a surgir como um controle do elemento subjetivo da produção capitalista que estaria posto no interior de uma nova subsunção real do trabalho ao capitalista.

[...] o objetivo supremo do toyotismo - ou da Produção Enxuta - continua sendo incrementar a acumulação do capital, por meio do incremento da produtividade do trabalho, o que o vincula à lógica produtivista da grande indústria, que dominou o século XX. Ele pertence, tal como o taylorismo e fordismo, ao processo geral de racionalização do trabalho (e, portanto, de sua intensificação) instaurado pela grande indústria. Por outro lado, cabe a ele - o toyotismo - articular, na nova etapa da mundialização do capital, uma operação de novo tipo de captura da subjetividade operária, uma nova *forma* organizacional capaz de aprofundar - e dar uma nova qualidade - a subsunção real do trabalho ao capital inscrita na nova forma material do capitalismo da III Revolução Científica e Tecnológica (G. Alves, 2000b, p. 36).

Considerando essa fase do capitalismo como a III Revolução Industrial, em virtude da nova base técnica da produção capitalista, voltadas à tecnologia de base microeletrônica, exige-se uma nova subjetividade operária em cooperar com a produção, pois as tecnologias usadas possuem um alto grau de complexidade e alto custo. Isso exige uma maior especialização e inteligência do trabalhador.

Para G. Alves (2011) na Terceira Revolução Industrial ocorre a introdução de automação industrial de base microeletrônica, como por exemplo, robôs, flexibilização das linhas de montagem com base no uso de controles programáveis, sistemas automatizados, prensas automáticas, etc. Porém, o autor também destaca uma quarta revolução, chamada de Quarta Revolução Tecnológica, pois “[...] foram as novas máquinas de comunicação em rede, no bojo do paradigma microeletrônico, que iriam intensificar globalmente o papel da informação dentro das organizações” (G. Alves, 2011, p. 70). Esta Quarta Revolução seria, no entanto, um desdobramento da Terceira.

As inovações tecnológicas decorrentes da Quarta Revolução incorporam o paradigma microeletrônico na arquitetura das redes de comunicação. “As ‘máquinas’ informacionais propiciaram um salto qualitativo no processo sociotécnico [...] elas se tornam não apenas máquinas de produção, mas máquinas de reprodução social, apresentando à nossa capacidade de representação estética exigências cada vez maiores” (G. Alves, 2011, p. 71).

Desta forma, fazendo uma mera comparação, no taylorismo e fordismo, as operações produtivas envolviam, muito mais, aspectos físicos e o toyotismo, como salienta G. Alves (2000b), procura incorporar à racionalidade capitalista da produção as variáveis psicológicas do comportamento operário, por meio dos mecanismos de comprometimento operário, que aprimoram o controle do capital na dimensão subjetiva. Isso quer dizer que tenta incorporar uma maior participação da inteligência do sujeito.

O processo de precarização do trabalho no capitalismo global atinge tanto a objetividade e a subjetividade da classe dos trabalhadores. De acordo com G. Alves (2011), a organização toyotista do trabalho capitalista possui uma densidade manipulatória de maior envergadura, pois “na nova produção do capital, o que se busca ‘capturar’ não é apenas o ‘fazer’ e o ‘saber’ dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual-afetiva, constituída para cooperar com a lógica da valorização” (p. 111).

O que G. Alves (2006) enfatiza com a questão da subjetividade do trabalhador é que o operário é encorajado e pensar pró-ativamente, encontrando soluções antes que os problemas aconteçam.

O toyotismo, pelo contrário, através da recomposição da linha produtiva, com seus vários protocolos organizacionais (e institucionais), procura capturar o pensamento operário, integrando suas iniciativas afetivas-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias. É por isso que, por exemplo, a auto-ativação centrada sobre a polivalência, um dos nexos contingentes do toyotismo, é uma iniciativa educativa do capital, é – entre outros – um mecanismo de integração (e controle) do trabalho à nova lógica do complexo produtor de mercadorias (G. Alves, 2006, p. 96).

O capital ainda continua dependendo da destreza manual e da subjetividade do coletivo humano, como elementos determinantes do complexo de produção de mercadorias. G. Alves (2006) ainda ressalta que enquanto persistir a presença do trabalho vivo no interior da produção de mercadorias, o capital possuirá “[...] a necessidade persistente de instaurar mecanismos de integração (e controle) do trabalho, de administração de empresas, mantendo viva a tensão produtiva” (p. 97).

Com a expansão capitalista em diversas fases do capitalismo que pudemos expor, ressalta-se a busca incessante por mais produtividade e mais lucratividade. As transformações que ocorrem no mundo do trabalho se caracterizam pela mudança na divisão do trabalho dentro dos espaços empresariais, pelo avanço da tecnologia, pela polivalência e qualificação do trabalhador que deve ser capaz de manusear máquina de tecnologia complexa.

A expressão captura da subjetividade, utilizada por G. Alves (2011), serve para caracterizar o nexo essencial que garante o modo de organização toyotista. Segundo o autor, é um novo e intenso nexo psicofísico no trabalhador que busca adaptá-lo aos novos dispositivos do sistema de produção do toyotismo. De acordo com G. Alves (2011), o capital busca reconstituir aquilo que era fundamental na época da manufatura, o velho nexo psicofísico do trabalho qualificado, com a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho, ou seja, aquilo que Taylor buscava romper na sua Organização Científica do Trabalho, e o fordismo implementou com a linha de montagem e a especialização dos operadores.

Enfim, a empresa toyotista busca hoje mobilizar “conhecimento, capacidades, atitudes e valores” necessários para que os trabalhadores possam intervir na produção, não apenas produzindo, mas agregando valores. Eis o significado da “captura” da subjetividade do trabalho (G. Alves, 2011, pp. 113-114).

Todas essas transformações tiveram um profundo impacto sobre o mundo do trabalho. O aumento da produtividade está associado à diminuição do tempo de trabalho, e isto proporciona uma maior intensificação do trabalho. Essas mudanças também acarretaram a diminuição dos postos de trabalho e muitos trabalhadores foram buscar emprego no mercado

informal e de baixa qualidade. “Como resultado dessa modernização e busca por mais produtividade ao menor custo, as empresas passaram a buscar, ao mesmo tempo, cortes de pessoal e elevação da jornada de trabalho, agravando assim as condições do mercado de trabalho no Brasil” (Barbara, 1999, p. 32).

Foram tamanha as transformações, que Antunes (2011) afirma que se pode dizer que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, pois não atingiu apenas a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade.

No mundo do trabalho, atualmente, busca-se trabalhadores com formação técnica que são capazes de exercer várias funções durante a jornada de trabalho para cumprir os requisitos determinados pela organização do trabalho. As mudanças nos padrões de exploração passaram a exigir novas habilidades dos trabalhadores. O trabalhador torna-se polivalente em seu trabalho, e isso faz com que o capitalista maximize seus lucros. Além de tudo, hoje os trabalhadores são selecionados pela gerência de recursos humanos que tem o poder de selecionar os mais habilidosos, aqueles que também se envolvem menos em questões sindicais, com o intuito de reivindicar os seus direitos.

No curso do desenvolvimento da história do capitalismo, retomamos brevemente sua trajetória, ao longo deste capítulo, para contextualizar as diversas transformações que o mundo do trabalho vem sofrendo desde a Revolução Industrial até o capitalismo atual.

As transformações que vem ocorrendo no mundo trabalho desde então, atingiram a classe trabalhadora em diversos setores da economia, desde a indústria ao trabalho rural. Por esse fato, é importante nos remeter a questão do capitalismo no mundo agrário, foco este que norteia esta pesquisa.

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa *noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno* [...] os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal” [...] além dos trabalhadores desempregados [...] (Antunes, 2009, p. 103).

Até o momento, o exposto acima tratou de revelar as transformações que ocorreram no mundo do trabalho na sociedade capitalista, principalmente na indústria. Discutiui-se sobre as mudanças no trabalho desde a Revolução Industrial até o momento atual, em torno da questão da mundialização do capital.

Esta pesquisa tem como enfoque o universo agrícola, principalmente a produção da cana-de-açúcar no interior do estado de São Paulo. Por isso, foi necessário também discorrer

acerca do capitalismo e a questão agrária no Brasil, para também compreendermos as transformações no mundo do trabalho rural, desde sua origem até o momento atual. O processo produtivo da cana-de-açúcar, no Brasil, tem passado por profundas transformações ao longo dos séculos. Estas transformações também se inserem dentro da lógica capitalista mundial. Fato este que se torna importante discorrer, neste momento, sobre o mundo rural e suas transformações.

1.2 O Capitalismo e o desenvolvimento da Agricultura no Brasil – a herança histórica

Com o surgimento da indústria, a partir dos séculos XVI e XVII, os trabalhadores artesãos e camponeses foram submetidos a um processo de expropriação de seus instrumentos de trabalho e da terra, em virtude do desenvolvimento da manufatura e da política de concentração de terras (Tomazi, 1986). Este fato se deu ao longo da história do capitalismo, como já foi exposto ao longo deste trabalho.

O processo de produção da força de trabalho para o capital resultou de um longo processo histórico, onde ocorreram diferentes formas de expropriação dos trabalhadores camponeses independentes e também de artesãos da Idade Média (Tomazi, 1986).

[...] este processo se repete constantemente na sociedade atual, pela própria reprodução natural dos trabalhadores, da prole do trabalhador, ou através da expropriação de novos trabalhadores, de pequenos proprietários de terra ou capital. Esses trabalhadores vão sendo pressionados pelo próprio desenvolvimento do capital, e se vêem obrigados a se submeter, como assalariados, à venda de sua força de trabalho, embora não seja esta a sua vontade, ou embora tenham consciência, mais ou menos clara, desse processo de submissão ao capital (Tomazi, 1986, pp. 19-20).

Singer (1979), na introdução do livro “Capital e trabalho no campo”, a respeito da proletarianização do trabalhador rural, destaca “[...] que o capital só pode se assenhorear de um ramo de atividades, separando o produtor direto dos seus meios de produção” (p. 1). Por isso, o autor salienta que era inevitável que o surgimento do capitalismo na agricultura brasileira despojasse o camponês de seu acesso direto à terra, transformando-o de produtor independente em um trabalhador assalariado.

Quanto à proletarianização do trabalhador rural, no Brasil, Singer (1979) destaca que esse fato não redundou na multiplicação dos assalariados permanentes nas fazendas, mas sim na transformação de grande parte dos colonos, parceiros e moradores em trabalhadores diaristas ou volantes, nomes os quais são conhecidos.

Em pesquisa realizada em Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, Tomazi (1986) destaca que os trabalhadores rurais que possuíam pequenas propriedades de terra foram sendo obrigados a vendê-las e a se submeter ao trabalho assalariado, comandado pelos grandes proprietários de canaviais e de usinas.

Para tratar da recente história da agricultura brasileira, é fundamental explorar o desenvolvimento desse processo ao longo dos séculos, retratando, inclusive, a questão da colonização do nosso país.

Segundo J.G. Silva (1980), o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura tem particularidades em relação ao da indústria. A principal delas é que o meio de produção na agricultura é a terra, a qual não é suscetível de ser multiplicado ou reproduzido ao livre arbítrio do homem, como são, por exemplo, as máquinas e outros meios de produção e instrumentos de trabalho.

É exatamente por ser a terra um meio de produção relativamente *não* reprodutível – ou pelo menos, mais complicado de ser multiplicado – que a forma de sua apropriação histórica ganha uma importância fundamental (J.G. Silva, 1980, p. 21).

A forma como a terra está distribuída, ainda segundo o autor, é que se torna o pano de fundo sobre o qual se desenrola o processo produtivo na agricultura.

No Brasil colônia, a principal riqueza era o pau-brasil. A atividade econômica, nesse período de 1500, foi a extração do pau-brasil que, mais tarde, foi substituída pela plantação de cana-de-açúcar. “No século XVI, após três décadas de intensa pilhagem de madeira (pau-brasil) na área litorânea do nordeste brasileiro, a organização da produção do açúcar abriu uma primeira possibilidade consistente de colonização por exploração das terras descobertas pela coroa portuguesa” (Pochmann, 2009, p. 74).

Segundo Szmrecsányi (1976), durante quase dois séculos após o descobrimento do Brasil, a cana-de-açúcar constituiu praticamente o único pilar em que se assentava a economia colonial e, nessa época, da colonização, o Brasil era o maior produtor e exportador de açúcar do mundo. O autor ainda lembra, que mesmo havendo várias crises no setor, em virtude da perda da posição hegemônica do país no mercado açucareiro mundial, a cana ainda continuou sendo o principal produto comercial de sua agricultura, “[...] condição que só veio a perder em fins do século passado, quando definitivamente se firmou o ciclo do café” (Szmrecsányi, 1976, p. 38).

Durante o século XVI predominou o sistema de sesmaria, uma forma de doação de terras, visando a divisão aos donatários. “A atribuição de doar sesmarias é importante, pois deu origem à formação de vastos latifúndios” (Fausto, 1996).

A sesmaria foi conceituada no Brasil como uma extensão de terra virgem cuja propriedade era doada a um sesmeiro, com a obrigação - raramente cumprida - de cultivá-la no prazo de cinco anos e de pagar o tributo devido à Coroa (Fausto, 1996, p. 25).

O período inicial da colonização do Brasil se fez com a doação de grandes extensões de terra a particulares, conhecidas como sesmarias. É daí que advêm os latifúndios escravistas: “a necessidade de exportar em grande escala e a escassez de mão-de-obra na colônia uniram-se à existência de um rentável mercado de tráfico de escravos” (J.G. Silva, 1980, p. 22).

As atividades produtivas da colônia giravam em torno da agricultura e do comércio e o latifúndio escravista produzia para a exportação. O produto a ser produzido mudava em função do interesse da metrópole, sendo que primeiro predominou o açúcar e, no fim da escravidão, o café. E segundo J.G. Silva (1980), no latifúndio escravista surgiam duas classes sociais, que eram os senhores e os escravos.

Os latifúndios também produziam gêneros alimentícios. Na maioria das vezes essa produção era feita também por pequenos agricultores, que pagavam uma renda ao proprietário, pela utilização das suas terras. Outras vezes, a produção de alimentos era feita pelos próprios escravos nos seus “tempos livres” – domingos, feriados ou depois de terminada a jornada no eito (J.G. Silva, 1980, pp. 23-24).

No Brasil colônia, a cana-de-açúcar era a plantação principal da região do Nordeste. Segundo F. Alves (2007, p. 24), “desde o período Colonial até a década de 1940, a produção de açúcar para a exportação tinha o Nordeste como sua principal região produtora”.

O açúcar é um produto alimentar de primeira necessidade e de consumo em todos os países. Inicialmente, o açúcar era usado como remédio e como gênero alimentício de luxo. A partir do século XV, deu-se a crescente procura por esse produto, e isso foi “[...] o fator determinante do surto da cultura canavieira em várias regiões do planeta, entre as quais o Brasil desde cedo passou a ocupar uma posição de destaque” (Szmrecsány, 1976, p. 37).

No início do século XIX, ocorreu a extinção do regime sesmaria, o que provocou uma rápida expansão dos sítios dos pequenos produtores. E nesse mesmo século, começa a declinar o regime escravocrata, sob forte pressão da Inglaterra. O Brasil proibiu o tráfico negreiro em 1850 (J.G. Silva, 1980).

Com o fim da sesmaria, nesse mesmo ano, foi criada uma nova legislação, a Lei de Terras, “[...] todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra e venda, e que o governo destinaria os rendimentos obtidos nessas transações para financiar a vinda de colonos da Europa” (J.G. Silva, 1980, p. 25).

No Brasil, a apropriação da terra, retoma esse período de 1850, quando a Lei de Terras põe fim ao regime das posses livres e estipula que as terras só poderiam ser apropriadas por meio da compra (M.A.M. Silva, 1999, p. 30).

Isto significa que a propriedade da terra, que antes atrelada às relações dos favorecidos com a coroa, agora vai depender do poder de *compra* dos futuros proprietários. É por meio deste monopólio que a expropriação de posseiros e a não-regulamentação das posses serão atos do direito público.

Segundo J.G. Silva (1980), essa lei obteve dois lados: de um restringia-se o acesso às terras apenas aqueles que tivessem dinheiro para comprá-las. De outro, criavam-se as bases para a organização de um mercado livre a fim de substituir o sistema escravista.

O período que se estendeu da proibição do tráfico e dessa lei de Terra até a abolição, nos anos de 1850-1888, é marcado pela decadência do sistema latifundiário-escravista. E nesse ano, de 1888, começa a surgir no país, outros segmentos de pequenas fábricas, como por exemplo, de chapéus, louças, fiação e tecelagem. Isso serviu para consolidar vários centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro. J.G. Silva (1980), na busca por fazer um retrocesso histórico da agricultura brasileira, enfatiza que esse início do processo de industrialização e, até mesmo de uma urbanização, provocou alterações na produção agrícola.

Nesse período, destaca-se ainda o predomínio da cultura do café, pois ainda o latifúndio continua a monopolizar a produção destinada a exportação e tinha o café como seu maior aliado.

Neste período histórico, com a criação desta Lei de Terras, surge a imigração de trabalhadores oriundos de outros países para o trabalho em terras brasileiras. “Era o momento da imigração de trabalhadores estrangeiros, cujo destino deveria ser, especialmente, o fornecimento de força de trabalho às lavouras de café” (M.A.M. Silva, 1999, p. 30).

A história do café tem, sem dúvida, uma importância para a própria história do Brasil. Por isso, iremos primeiramente relatar um pouco sobre esse período que marcou a história da agricultura brasileira.

Para retratarmos aspectos históricos da cana-de-açúcar no Brasil e, mais especificamente, no estado de São Paulo, é necessário fazer um breve resgate histórico do

mundo agrário do nosso país. As relações de trabalho que hoje predominam no meio rural têm suas origens na história do capitalismo do campo.

Por isso, iremos retomar a história da lavoura cafeeira, graças ao seu marco histórico no desenvolvimento agrícola do país.

1.2.1 A Hegemonia do Café

A cafeicultura se instala no Brasil como uma economia monetária, isto é, uma cultura comercial, ditada principalmente, em virtude da demanda internacional de café. De acordo com Ianni (1984), em seus estudos sobre as origens agrárias do estado brasileiro, o autor discorre acerca da lavoura cafeeira de modo a explorar a característica da cultura cuja finalidade, no país, era comercial.

A organização dos negócios do café, desde a apropriação das terras devolutas à venda do produto nos mercados externos, envolvia colonos, fazendeiros, comissários, exportadores e outras categorias sociais. Desse modo, desde o princípio, essa cafeicultura liga de alguma forma a economia local à economia do país e do exterior (Ianni, 1984, p. 17).

O ciclo do café predominou no Brasil entre os anos de 1800 e 1930, com destaque, principalmente, no século XX na região do Vale do Paraíba que engloba a região do estado de São Paulo e Rio de Janeiro. A região de Minas Gerais também teve um importante papel na economia com o cultivo de café.

Ianni (1984) salienta, em seus estudos acerca das origens agrárias do país, principalmente na região oeste paulista, que a cafeicultura teve uma expansão acelerada, em virtude do declínio final do regime de trabalho escravo, a valorização positiva do regime de trabalho livre, a imigração de trabalhadores europeus, com destaque aos italianos, para trabalhar nos cafezais.

À medida que a formação social capitalista se constituía e generalizava, com base na forma de trabalho fornecida pelo trabalhador livre, extinguiu-se a escravatura, intensificava-se a imigração de trabalhadores e expandiam-se os cafezais. E exprimiu bastante bem o caráter da economia e sociedade construídas pela cafeicultura no Oeste paulista (Ianni, 1984, p. 10).

Ainda sobre o estudo de Ianni (1984), o Oeste Paulista¹⁶ a que o autor se refere é a região de Ribeirão Preto, onde a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro chegou em 1883. Essa estrada ligava o estado de São Paulo e Minas Gerais. A história dessa ferrovia culmina com a expansão da cultura do café.

Sobre o segundo Oeste Paulista, Ianni (1984) destaca que,

Esta nova região cafeeira já é beneficiária da extinção da escravatura, da proclamação da República, da expansão ferroviária e da migração européia estimulada e orientada em grande parte pela burguesia que se havia organizado econômica e politicamente com base no primeiro Oeste paulista (Ianni, 1984, p. 12).

Dessa forma, a expansão do café no Oeste e Norte paulistas possibilitou o surgimento de fazendas e cafezais, colônias e casas-grandes, vilas e cidades. Nesta região, toda uma sociedade agrária de base capitalista estava sendo formada (Ianni, 1984).

Na cafeicultura do Oeste paulista, as relações de produção eram baseadas no colonato. “[...] a cafeicultura baseou-se amplamente nesse regime, que é uma forma de trabalho livre” (Ianni, 1984, p. 24). No regime de colonato, a família se engaja no trabalho produtivo. O contrato de trabalho envolvia o fazendeiro e o chefe da família que chegava para trabalhar na lavoura.

O autor ainda destaca que as atividades na cafeicultura exigiam numerosa mão de obra, inclusive, diferenciada. Os trabalhadores realizavam as seguintes atividades: desmatamento das terras virgens, preparo das terras, plantio das mudas de café entre outras.

Eram muitos os trabalhadores que chegaram para trabalhar na lavoura cafeeira, nas fazendas, entre eles adultos, adolescentes, crianças e velhos. Ianni (1984) não deixou de relatar, em seus estudos, as precárias condições de trabalho em que já se encontrava esses trabalhadores do café. “As condições sob as quais os imigrantes eram levados à fazenda e contratados os colocavam numa situação subalterna e espoliativa” (p. 25).

Foi um período também marcado por conflitos sociais em virtude das más condições de trabalho, pois os colonos e seus familiares estavam submetidos ao autoritarismo do fazendeiro. Os colonos queixavam-se da exclusão social, pois seus filhos não frequentavam as escolas, ficando apartados da sociedade; das multas que lhes eram impostas; protestavam contra os preços abusivos dos produtos dos armazéns. Os colonos se viram diante da negação de seus direitos como a educação, a saúde e isso provocou revoltas, e marcou um período de tensões

¹⁶ O primeiro Oeste Paulista, que o autor se refere, é a região de Campinas. E o segundo Oeste Paulista seria a região de Ribeirão Preto.

entre fazendeiros e colonos. “Inclusive interrupções nos fluxos migratórios, devido aos maus-tratos a que foram submetidos os imigrantes das primeiras épocas, à escravidão disfarçada ou aberta que lhes impunham” (Ianni, 1984, p. 28). As tensões e as lutas foram tantas que o sindicalismo surge nessa época no Brasil.

A cultura cafeeira predominou no país até meados do século XX, e por volta dos anos de 1932, o café foi abalado pela crise dos anos de 1929. As alterações de preços dessa cultura provocam crises periódicas durante o início do século XX, culminando em 1932, ano em que se dá o auge dos reflexos da crise de 29 sobre o setor cafeeiro (J.G. Silva, 1980, p. 26).

O período entre 1933 a 1955 marca uma nova fase de transição da economia brasileira. O setor industrial vai se expandindo e se consolidando, o que faz com que as atividades econômicas comecem a se deslocar do setor cafeeiro. J.G. Silva (1980) ainda continua destacando que a indústria vai assumindo o comando do processo de acumulação de capital e, “o país vai deixando de ser ‘eminentemente agrícola’ (como alguns ainda crêem ser a sua ‘vocação histórica’)” (p. 27).

A crise da monocultura cafeeira também se começa a romper em virtude da superprodução¹⁷. Ianni (1984) discorre sobre isso, ao destacar que com “[...] a rentabilidade da cafeicultura gerava o *boom* cafeeiro que gerava a superprodução que gerava o abandono de cafezais e a diversificação das atividades produtivas” (p. 32).

Em decorrência disso, alternativas surgem para superar a crise do café. É nessas condições que se desenvolvem outras culturas, como a algodoeira, a cítrica, a da cana-de-açúcar, etc. E também se desenvolvem as unidades artesanais e fabris, acelerando a urbanização. Sobre isso Ianni (1984, p. 36) afirma,

Ao romper-se a monocultura cafeeira, desenvolveram-se as culturas algodoeira e da cana-de-açúcar, além de outras. Rompia-se a estrutura fundiária, cuja concentração a cafeicultura havia intensificado. Ao mesmo tempo, surgiam ou desenvolviam-se outras atividades produtoras, no campo e na cidade. As crises da cafeicultura provocavam o desenvolvimento das forças produtivas.

A cana-de-açúcar entra em cena nesse período, pelo fato de se expandir pelo Brasil, principalmente, no Nordeste e mais tarde no estado de São Paulo. Por isso, faremos um breve

¹⁷ Ianni (1984) afirma ser inevitável considerar a grande crise econômica de 1929 como um evento crucial no processo de diversificação das atividades produtivas no campo, porém é também importante reconhecer que essa crise correspondeu a um momento de uma série de crises provocadas pela superprodução, a geada, a seca e o empobrecimento das terras.

histórico também da expansão da lavoura canavieira no Brasil e, mais especificamente no interior do estado de São Paulo.

1.2.2 A expansão da agroindústria açucareira no Brasil – breve histórico

No Brasil, a produção açucareira, principalmente no estado de São Paulo, se expandia desde o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) por causa da dinamização do comércio internacional, que foi interrompido pelo comércio da guerra, do comércio de gêneros alimentícios, de matérias-primas e manufaturados. E o açúcar entra como um importante item do comércio internacional de gêneros alimentícios¹⁸. “Esse foi o contexto no qual se iniciou e desenvolveu uma época notável da agroindústria açucareira no Brasil, em geral, e no Estado de São Paulo, em especial” (Ianni, 1984, p. 47).

F. Alves (2007) lembra que a região Nordeste, desde o período colonial até a década de 1940, era a principal região produtora de açúcar para a exportação. Porém, com a Segunda Guerra Mundial, o Nordeste perde sua relevância para o sudeste, principalmente, o estado de São Paulo que aumentou a capacidade de produção de açúcar, visando o mercado interno urbano do Sudeste, tornando-se, assim, a principal região produtora.

Outro fator de extrema relevância que o próprio autor destaca, é que a produção açucareira do Brasil ganhou um novo impacto a partir de 1960, quando Cuba perdeu a sua cota no mercado interno norte-americano. A vitória da revolução socialista em Cuba, nesse período, também contribuiu para a evolução do setor açucareiro no Brasil. Segundo Ianni (1984, p. 48) “[...] iniciou-se a exportação de açúcar brasileiro para o mercado interno norte-americano e expandiu-se cada vez mais a exportação desse produto para outros mercados”.

Na década de 1960, o CAI¹⁹ canavieiro viveu um período de crescimento bem acentuado, quando Cuba deixou, em decorrência dos rumos de sua revolução, de ser o principal fornecedor de açúcar para o mercado americano, iniciando-se o boicote. O Brasil aproveitou esse espaço deixado por Cuba, de fornecedor de açúcar da economia americana, e implementou um vigoroso processo de modernização das usinas, com aumento da capacidade de moagem e da área plantada (F. Alves, 2007, p. 25).

¹⁸ Ianni (1984) destaca que em termos de índice do valor da exportação, o açúcar passou de 27, no ano de 1944, para 100 em 1953. No ano de 1960, alcançou o índice de 258 e, na década seguinte, em 1970, chegou a 590 e em 1973 alcançou o índice de 2464 do valor da exportação de açúcar.

¹⁹ CAI – Complexo Agroindustrial Canavieiro. É no final dos anos de 1960 que se inicia um processo de mudança na base técnica da agricultura brasileira, com a consolidação integrada do chamado Complexo Agroindustrial Brasileiro (CAI) (Delgado, 1985).

Com a expansão da agroindústria açucareira, surge uma nova forma de organização social e técnica das forças produtivas e das relações de produção, em que passou a levar-se a composição orgânica do capital. Sobre este momento, Ianni (1984, p. 46) ressalta que “[...] desenvolveu-se a divisão social do trabalho; cresceu continuamente o capital investido em máquinas e equipamentos; e reduziu-se relativamente o montante de capital aplicado na compra de força de trabalho”.

A expansão dessa cultura possibilitou incentivos governamentais, destinados a melhorar a produtividade das usinas e dos canaviais. Assim, o estado de São Paulo passou a ampliar o número de usinas e isso favoreceu a modernização da tecnologia da produção (Ianni, 1984).

Nos anos de 1960, que corresponde ao final da fase da industrialização pesada no Brasil, J.G. Silva (1980) salienta que, no país, foi instalado fábricas de máquinas e insumos agrícolas.

Para garantir a ampliação desse mercado, o Estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses novos ramos da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais. A industrialização da agricultura brasileira entrava assim numa outra etapa (J.G. Silva, 1980, p. 28).

Os processos de mudanças, como destaca Delgado (1985), significam que a agricultura torna-se menos dependente da natureza da terra e da força de trabalho rurais, e ao mesmo tempo, mais articulada, de um lado, com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura e, de outro, com a indústria processadora de produtos naturais. Isto quer dizer que a mudança na base técnica da agricultura passa a depender menos dos recursos naturais e passa a depender mais dos meios de produção da indústria, de fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações, máquinas em geral, como tratores e colhedoras.

Sobre a industrialização da cana-de-açúcar, cabe aqui citar Ianni (1984, p. 52), quando expõe que,

Na agroindústria açucareira, o capital industrial instalado no campo confere ao capital “agrário” as suas cores e os seus matizes. Na usina, a cana-de-açúcar é industrializada, transformada em açúcar e álcool, seguindo as exigências e a lógica da produção industrial. Aí comandam os processos físicos e químicos, mas sobressaem a máquina e o andamento maquinizado. Na usina, a força de trabalho e a divisão social do trabalho organizam-se produtivamente segundo os movimentos e os andamentos do capital industrial. Pouco a pouco as exigências da usina se estabelecem e se impõem nos canaviais, sobre os fazendeiros, os plantadores e os operários rurais.

No final da década de 1960 e início dos anos de 1970, ocorre um período de intensa urbanização e rápido crescimento do emprego agrícola (Delgado, 1985). É na década de 1970 que ocorre no estado de São Paulo, segundo F. Alves (2007), a expansão da capacidade produtiva e a economia brasileira percorria o caminho do crescimento acentuado, em virtude do milagre econômico. Nesse momento, o CAI vivenciava um momento de tensão, devido à “[...] possibilidade de faltar braços para que o complexo mantivesse sua expansão. Isso porque, embora o Brasil tivesse, a partir da década de 1960, imposto um processo de modernização do CAI canavieiro para atender à necessidade de crescimento das exportações [...]” (F. Alves, 2007, p. 25), esta não avançou igualmente a todas as outras etapas do ciclo de produção da cana-de-açúcar.

Isso quer dizer, segundo F. Alves (2007) que mesmo com a modernização, o processo de produção da cana permaneceu com características de produção extensiva, ou seja, para que houvesse a expansão da produção de açúcar, era necessário expandir a área plantada com cana, o que acarretava a necessidade de mais terra e conseqüentemente de mais força de trabalho agrícola.

O autor ainda salienta que a modernização na lavoura da cana-de-açúcar foi parcial, e nas décadas de 1960 e 1970, a expansão da produção precisava incorporar mais trabalhadores. Havia uma preocupação neste período que era o crescimento do emprego urbano industrial, o que demandou trabalhadores, diminuindo assim o número de trabalhadores livres para o emprego na cana. O CAI canavieiro temia a concorrência com os empregos urbanos, pois teriam que aumentar os salários. Porém, isso não chegou a se efetivar, devido à expulsão de trabalhadores ocupados com a agricultura familiar, principalmente no estado de São Paulo e no Paraná, em virtude da modernização da agricultura, o que possibilitou um maior contingente de trabalhadores. Outro fator, destacado por F. Alves (2007), foi que na década de 1970 também ocorreu um novo momento da expansão da cana-de-açúcar, principalmente, por causa da produção do álcool e pelo programa que o incorporou à matriz energética do país, o Proálcool. Isto gerou novamente um momento tenso com relação a força de trabalho para atender à crescente expansão da lavoura. E mais uma vez, foi a expulsão de trabalhadores ocupados com a agricultura familiar que disponibilizou a força de trabalho para o CAI canavieiro.

Szmrecsányi (1976), em suas pesquisas na década de 1970 sobre o setor agrícola da lavoura canavieira, destaca que no ano de 1974, o açúcar ocupava o primeiro lugar com relação às exportações no Brasil. Porém, no ano subsequente, em 1975, o país perde esse posto devido ao decréscimo de sua produção e à queda dos preços no mercado internacional. Mesmo assim, o autor salienta que o açúcar, nos anos posteriores a essa década, continuaria a ser um dos

principais produtos de exportação do Brasil. “Ao mesmo tempo, uma crescente produção de álcool de cana, destinada a fins carburantes e industriais, poderá tornar-se uma importante fonte de redução e de substituição das importações de produtos derivados do petróleo” (Szmrecsányi, 1976, p. 38).

A crise do petróleo de 1973, de acordo com Pochmann (2009)

[...] terminou por descortinar um conjunto de novas oportunidades para o setor primário no Brasil. De um lado, o audacioso lançamento do Proálcool durante o governo militar transformou-se numa das principais experiências mundiais de sucesso na construção de fontes de energias limpas e renováveis, alternativas ao petróleo” (Pochmann, 2009, p. 93).

Mas Pochmann (2009) ressalta que apesar da inovação nacional da alternativa energética do Proálcool, o programa perdeu impulso logo na década de 1980, juntamente com a perda de dinamismo da economia nacional e ao rebaixamento do preço do petróleo no mercado internacional.

Em meados de 1940-1970, ocorreu no país um fluxo migratório, em que parcela da população deixa a área rural para habitar a cidade. O Brasil, em menos de quatro décadas, segundo Pochmann (2009), deixou de ter a maior parcela de sua população no meio rural, principalmente, entre essas décadas, foi quando ocorreu um importante avanço na industrialização nacional, “[...] houve enorme fluxo de trabalhadores rurais, que foram estimulados a abandonar suas moradias para se deslocar aos grandes centros urbanos, muitas vezes atraídos pela possibilidade da melhora de vida” (p. 86). Neste período, estima-se que 45% da ocupação rural se locomoveu para o meio urbano.

Sem políticas de reformulação profunda da estrutura fundiária, bem como demais medidas públicas de apoio às regiões rurais pauperizadas, transcorreu intenso e concentrado êxodo rural. Em síntese, a pobreza rural se converteu em grandes levas de pobres urbanos, tendo em vista a dificuldade de acolher decentemente, nas cidades em expansão, a grande quantidade de migrantes (Pochmann, 2009, pp. 86-87).

O Proálcool contribuiu para modificar o espaço rural do estado de São Paulo, especialmente na região de Ribeirão Preto, cuja área plantada em cana saltou de 182.500 ha em 1968 para 624.700 ha em 1989, segundo dados do IEA (M.A.M. Silva, 1999).

Com a expulsão dos trabalhadores do campo, foi lhes retirado os meios de subsistência e também os direitos trabalhistas. Com isso, surge o trabalho do boia-fria, do trabalhador volante que são trabalhadores banidos da legislação. Segundo M.A.M. Silva (1999, p. 66), “o

‘bóia-fria’ é duplamente negado, enquanto trabalhador permanente e enquanto possuidor de direitos. Negam-lhe até o direito de ser trabalhador. Imprimem-lhe a denominação de ‘bóia-fria’, sentida como vergonha, humilhação [...]”.

Dessa forma, em virtude da modernização da agricultura paulista, garantiu-se a mudança das relações de trabalho por meio da expulsão de milhares de parceiros, arrendatários, colonos, sitiantes, etc (M.A.M. Silva, 1999).

Na década de 1980, intensificaram os movimentos migratórios de trabalhadores de outras regiões do país. Segundo M.A.M. Silva (1999), nas cidades onde predomina a lavoura da cana-de-açúcar, devido a necessidade de trabalhadores na lavoura, principalmente na colheita, houve um maior fluxo migratório. “A especificidade da modernização agrícola da região de Ribeirão Preto passou a atrair estes contingentes, expulsos do campo da própria região e de outras áreas do país” (M.A.M. Silva, 1999, p. 69). Muitos desses trabalhadores são provenientes das regiões mais pobres do país, como o Nordeste.

O processo de modernização da agricultura paulista, como revela Pochmann (2009), é fruto da transformação de suas cadeias de produção promovida pelo avanço da industrialização, principalmente, pela difusão do crédito rural subsidiado no final da década de 1960. Sobre isso, F. Alves (2007) também salienta que a dinâmica do CAI, tanto na década de 1960 que era voltada ao mercado externo, quanto nos anos de 1970 voltada para o mercado interno, possibilitou o desenvolvimento de uma capacidade competitiva, estabelecida em baixos salários, eficiência nas operações, uso extensivo da terra e intensivo de meios disponíveis na própria natureza.

O setor agropecuário paulista, nos anos de 1980, se manteve entre os setores mais dinâmicos da economia nacional. Por esse fato, Pochmann (2009) mostra que o setor agropecuário, em algumas regiões do estado de São Paulo, passou por uma verdadeira reestruturação produtiva, “[...] que tem no agronegócio o principal elo de modernização” (p. 95).

Num primeiro momento de transformações, a base técnica de produção se concentrou na parte industrial da agroindústria. Na lavoura canavieira, de acordo com Novaes (2009), as mudanças foram um pouco mais lentas, pois dependiam dos resultados das pesquisas genéticas com as variedades de cana, já que os resultados sofrem interferência de fenômenos naturais. Mesmo assim, esse descompasso, não interferiu no aumento da produção do setor. “O maior suprimento da cana para as usinas passou a ser derivado da ampliação da área plantada” (Novaes, 2009, p. 109).

Já na década de 1980, essas transformações tecnológicas também se expandiram para a lavoura da cana. Nesse período foram introduzidas “[...] novas variedades, novas formas de manejo, mecanização e novas formas de gestão e organização do trabalho agrícola” (Novaes, 2009, p. 110). Nesse momento, o espaço de muitas usinas deixou de ser um local exclusivo para a produção dos derivados da cana-de-açúcar, o que possibilitou o florescimento de novas atividades econômicas no território da cana, como o reflorestamento, fruticultura, piscicultura, pecuária e outras. Para Novaes (2009, p. 110), “as novas tecnologias implicavam critérios mais seletivos de áreas para o plantio da cana e os ganhos de produção pelo aumento da produtividade”. O autor ainda reforça que esse processo foi acompanhado pela diversificação dos produtos derivados da cana, além do açúcar, produzia-se também o álcool hidratado e anidro, ração, energia, adubo e outros tipos de açúcares para a indústria alimentícia.

Na década de 1990, o progresso de inovações tecnológicas se intensificou na agroindústria canavieira. Segundo F. Alves (2007), a desregulamentação parcial do setor e a abertura comercial brasileira foram os elementos essenciais da nova dinâmica do CAI canavieiro nesta década²⁰.

Foi a partir dessa década, de 1990, que foi sendo criada a ideologia do agronegócio no Brasil, “[...] que consiste em demonstrar que a aplicabilidade da ciência na agricultura, por meio de tecnologias cada vez mais sofisticadas por grandes empresas nacionais e internacionais, é o modelo de progresso associado ao desenvolvimento econômico” (M.A.M. Silva & Martins, 2009, p. 281).

Essa questão, como vista por M.A.M. Silva e Martins (2009), pode ser percebida devido ao aumento da produção e da produtividade de grãos, como soja, algodão, café, cana-de-açúcar, como também os derivados, álcool, suco de laranja e outros produtos. Essa produção também contribui para dinamizar as indústrias que fornecem equipamentos, máquinas e insumos agrícolas que estão espalhadas por todas as regiões do Brasil.

²⁰ Na década de 1990, o Estado, devido a incapacidade de continuar com a política de crédito, em virtude da crise fiscal e também da mudança de paradigma da política econômica que era atrelada aos pressupostos do Consenso de Washington, promoveu não só a desregulamentação parcial do CAI canavieiro, mas também de outros setores da economia brasileira, além da abertura comercial. Esses dois fatores, abertura comercial e desregulamentação, “[...] operados ao mesmo tempo e combinados com queda dos preços internacionais do açúcar e queda da demanda interna de álcool, levaram a uma crise sem precedentes do complexo, que se prolongou ao longo de toda a década de 90 e só apresentou mudança, [...] após 2002” (F. Alves, 2007, p. 27). O autor continua a revelar que por toda a década de 1990, houve um movimento de ida e vinda da desregulamentação, e um movimento cujo objetivo era fincar as bases do complexo canavieiro em uma nova etapa de crescimento, com um rearranjo organizacional e produtivo.

A cadeia produtiva da cana-de-açúcar está inserida em um novo paradigma de produção que é a produção enxuta adotado pelas usinas do CAI, visando à eficiência. Quanto a esse novo paradigma, F. Alves (2007, p. 28) destaca

A adoção da mecanização do plantio e do corte da cana crua; a automação no controle de processos de produção industrial; o aumento da produtividade do trabalho, com redução do número de trabalhadores empregados; a busca de uniformidade de produtos; a adoção de inovações nos sistemas logísticos para transferência da cana-de-açúcar do campo; o aumento da produtividade agrícola, medida em quantidade de sacarose; o aumento da produtividade industrial da capacidade instalada; a contínua diferenciação de produtos (açúcar líquido, invertido e natural, produtos certificados, ácido cítrico, leveduras, rações, energia elétrica, etc.) [...].

Desde a década de 1990, o setor sucroalcooleiro tem passado por profundas transformações, que aceleraram a modernização da lavoura canavieira e a expansão das atividades da agroindústria (M.A.M. Silva & Martins, 2009). Cabe lembrar que estas transformações no processo produtivo e na organização do trabalho já vinham acontecendo nas décadas anteriores, como bem esclarece Ianni (1984), em suas pesquisas voltadas a agroindústria.

[...] tem havido uma crescente mecanização dos processos de trabalho, nas usinas e nos canaviais. O preparo das terras para plantio, a adubação, o plantio, o trato dos canaviais, a aplicação de defensivos são as várias atividades que têm incorporado processos mecânicos. Tudo isso reduz e redefine os usos da força de trabalho nos canaviais, em nome do aumento da produção e da produtividade, para atender às crescentes demandas dos mercados interno e externo (Ianni, 1984, p. 65).

Esse novo patamar tecnológico proporcionou o aumento das usinas e a expansão da produção canavieira por várias regiões do país, saindo de suas áreas tradicionais, localizadas na Zona da Mata nordestina, para Campos (RJ), São Paulo e algumas regiões desse estado (Novaes, 2009).

Na próxima década, nos anos 2000, surge novas mudanças tanto na parte industrial e agrícola da produção da cana-de-açúcar. Segundo Novaes (2009), surge um novo ciclo expansionista devido aos investimentos dos bancos oficiais e de grandes grupos internacionais.

Essas transformações no mundo do trabalho canavieiro foram permitindo a expansão da lavoura em muitas regiões do país e, sobretudo, o aumento do número de usinas espalhadas no país, com destaque para a região de Ribeirão Preto. Com tudo, é sabido que também houve

modificações, incrementado por novos arranjos produtivos e uma nova estrutura gerencial por parte das empresas, visando a maior eficiência no trabalho.

As autoras Alessi e Navarro (1997) destacam que essas transformações, que já vinham ocorrendo nos anos de 1960, têm-se processado no nível da produção em si e das relações de trabalho, resultando no aumento e na diversificação da produção agrícola e também na criação de novas formas de organização do trabalho.

Porém, todas essas transformações, que já vinham ocorrendo nas décadas anteriores, provocaram uma precarização no trabalho no canavial. A tecnologia chegou ao campo acompanhada do aumento da exploração do trabalho.

Com relação a esse fato, Novaes (2009, p. 112) destaca que “a produtividade cresceu, a exploração aumentou e o trabalho precarizou-se. O corte mecanizado entra em cena. Nesses anos, a expansão da cana se fez por meio da coexistência de dois sistemas de corte: o manual e o mecanizado”.

Estas transformações marcadas pela crescente mecanização das atividades produtivas, nas usinas e canaviais, se intensificaram na década de 1990 e resultaram em pioras nas condições de trabalho com consequência para a saúde dos trabalhadores.

Assim, torna-se importante discorrer um pouco sobre essas transformações que ocorreram na lavoura canavieira, principalmente na região de Ribeirão Preto, além de revelar o trabalho na agroindústria canavieira.

1.2.3 O interior do estado de São Paulo: a agroindústria da cana-de-açúcar

No interior do estado de São Paulo predomina diversas agriculturas, entre as mais importantes, destacamos a atividade do setor primário, a cana-de-açúcar, importante fonte econômica do país. As regiões de Ribeirão Preto e Araraquara se destacam no cultivo dessa lavoura, abrigando inúmeras usinas responsáveis pela produção não apenas do açúcar, mas também do álcool.

De acordo com Teixeira e Freitas (2003), o Estado de São Paulo sobressai-se por ser o mais populoso do país e também por possuir um importante centro agropecuário com relação ao conjunto nacional.

Concentra excelentes condições em virtude da boa qualidade do solo e do clima, além de possuir excelentes fatores estruturais, técnicas aplicadas que favorecem o plantio de culturas diversificadas, como algodão herbáceo, amendoim, cana-de-açúcar, laranja,

tomate, arroz, banana, feijão, mandioca, milho, soja, trigo, batata-inglesa, uva e café (Teixeira & Freitas, 2003, p.82).

As regiões, do estado de São Paulo, que mais se destacam no cultivo de cana-de-açúcar são as regiões de Ribeirão Preto, Piracicaba, Araraquara e Bauru. Araraquara concentra as atividades dos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja e, por este fato, tem sido uma atração para os migrantes virem para o trabalho na safra. Esses trabalhadores almejam trabalhar no corte da cana-de-açúcar em busca de melhores condições de vida para sua família. Muitos desses trabalhadores são provenientes das regiões mais pobres do país, como o Nordeste e também muitos vêm da região mais pobre de Minas Gerais – o Vale do Jequitinhonha (F. Alves, 2007; M.A.M. Silva, 2008).

O setor agrícola, segundo Pochmann (2009), passou a ser permeado pela lógica empresarial semelhante à produção urbano-industrial, principalmente no estado de São Paulo. Com isso, percebeu-se o papel do Estado nas ações voltadas à pesquisa e inovações tecnológicas nas culturas industriais e, por isso, uma parte importante do setor agropecuário se reconfigurou no interior paulista.

Por estar fundado em lavouras de escala associada à crescente mecanização, capaz de impulsionar a inserção externa crescente de produtos agropecuários, como a laranja, a cana-de-açúcar e a soja, houve reflexos não desprezíveis, tanto para a estrutura fundiária como para a forma de organização da produção (Pochmann, 2009, p. 96).

Assim, o autor ainda continua ressaltando que na macrorregião de Ribeirão Preto há o predomínio das lavouras de cana-de-açúcar, enquanto, nas áreas próximas do entorno metropolitano, há o predomínio de frutas e olerícolas. Na região sul do estado, encontra-se em destaque a lavoura de laranja e, nas regiões sudoeste e oeste paulista, a cultura da soja.

De outro lado, vale ressaltar as novas formas de articulação da produção agrícola, inseridas numa moderna prática empresarial. “Cresce a importância, por exemplo, de arrendatários capitalistas nas culturas da laranja e da soja, bem como dos parceiros rentistas mais relacionados às parcerias entre usinas e plantadores de cana-de-açúcar” (Pochmann, 2009, p. 97).

Ao longo dos últimos anos, a riqueza do complexo canavieiro “[...] vem sendo exposta nas vitrines dos *agrishows* em Ribeirão Preto, feiras realizadas com o intuito de revelar o Brasil moderno, com tecnologias avançadas, cuja agricultura é movida tão-somente por máquinas” (M.A.M. Silva, 2008, p. 4).

No entanto, por trás dessas atrações há um mundo invisível “[...] responsável pela gigantesca produção dessa região, escondido no meio dos canaviais e laranjais: o trabalho e os trabalhadores” (M.A.M. Silva, 2008, p. 4). Desta forma, há um mundo invisível em que vivem os trabalhadores que lutam, trabalham, sofrem, adoecem e morrem em meio ao canavial dividindo espaço com as máquinas no campo.

A mecanização do corte da cana-de-açúcar em todo estado de São Paulo encontra-se em estágio avançado, o que tem gerado discussões acerca do trabalho e da saúde do trabalhador e também no que diz respeito ao meio ambiente (Scopinho, Eid, Vian, & Silva, 1999).

A modernização da lavoura canavieira e a expansão da atividade agroindústria, em virtude da boa perspectiva do mercado internacional do álcool, como energia renovável e menos poluidora que o petróleo, também toma força com a migração de trabalhadores do nordeste para o estado de São Paulo (Novaes, 2007a).

A modernização possibilitou a existência de dois sistemas, um de corte manual e outro de corte mecanizado. De acordo com Novaes (2007a, p. 91), “a proporção de uso de um ou outro sistema varia de acordo com as estratégias de cada unidade de produção e das restrições técnicas das áreas dos canaviais, além das colheitadeiras mecânicas”.

O interior do estado de São Paulo, principalmente a região de Ribeirão Preto, é onde há a maior concentração do corte mecanizado, devido a topografia do terreno que favorece o emprego de máquinas colheitadeiras. Mesmo assim, ainda há a presença do trabalho manual no canavial.

É bem verdade que o aumento da demanda por colheitadeiras cresceu nos últimos anos, porém o crescimento da área plantada de cana ampliou a demanda por trabalho no corte da cana e reduziu o impacto na relação entre corte manual e mecânico (Novaes, 2009, p. 112).

O estado de São Paulo se mantém como o maior produtor de cana-de-açúcar para a indústria, tornando-se responsável por cerca de 60% do total produzido no território nacional. É também o estado que concentra grande parte dos centros de pesquisas cujo objetivo seria o desenvolvimento de tecnologias para a agroindústria canavieira, além “[...] das organizações que coordenam a atividade, formando um robusto sistema de inovação e governança, propiciando a discussão e implantação de políticas públicas específicas para o complexo sucroalcooleiro” (Torquato, Fronzaglia, & Martins, 2010, p. 128).

De acordo com esses autores, desde a época do Proálcool vem sendo debatido, no estado de São Paulo, algumas políticas, articuladas entre o poder público e as entidades de

representação do setor, com relação a questão ambiental, devido a deposição da vinhaça, o uso da água, o uso de agroquímicos, a queimada da palha, a preservação do solo e também o uso da força de trabalho.

Na década de 1990²¹, com a reestruturação produtiva, ocorre uma mudança com relação ao desenvolvimento tecnológico que propiciou a mecanização do corte da cana crua. Por isso, ocorreram profundas transformações no mundo do trabalho rural, com impactos na produção do açúcar, no trabalho no canavial, e na saúde dos trabalhadores envolvidos em todo esse processo.

Com o avanço tecnológico em busca de ganhos de eficiência, finalmente, viabilizou-se perfis de sistema de produção capazes de dispensarem a mão-de-obra nos processos de plantio, corte e carregamento. Por consequência, elimina-se a queimada do processo produtivo, uma vez que a cana passou a ser colhida crua (Torquato et al., 2010, p. 129).

A expansão da mecanização do corte está condicionada também a questão do fim da queimada no canavial. A Lei No. 11.241 de 19 de setembro de 2002 dispõe acerca da eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar. No estado de São Paulo, essa lei dispõe sobre a eliminação do uso do fogo como um facilitador do corte da cana. Para a área mecanizada, o prazo para a eliminação total das queimadas estendeu-se para o ano de 2021, e para o sistema de corte manual da cana-de-açúcar, ou seja, áreas não mecanizadas, o prazo estendeu-se para 2031²².

Regiões como Barretos, Ribeirão Preto, Orlândia, Presidente Prudente e Andradina representam 32% do total de área mecanizada nas safras de 2012/2013. Considerando a cidade de Araraquara, a área de corte representa 264.285,0 hectares, a área mecanizada corresponde a 216.473,8 hectares, ou seja, o índice de mecanização dessa região representa cerca de 81,9%. Na tabela 1, podemos visualizar as regiões do interior do estado de São Paulo que mais se modernizaram na lavoura da cana-de-açúcar.

Os dados foram publicados pelo Instituto de Economia Agrícola [IEA] (2014a) com informações cedidas pelas Casas de Agriculturas dos municípios produtores de cana que foram

²¹ Nesta década, com a desregulamentação dos mercados, houve um processo de mudança institucional, com investimentos públicos e privados em pesquisa, desenvolvimento e inovação que promoveram o progresso técnico, viabilizando a evolução tecnológica da reciclagem e reuso da água, controle biológico e a mecanização do corte da cana (Torquato et al., 2010).

²² A Lei No. 11.241, estabelece que áreas mecanizadas são consideradas as plantações em terrenos acima de 150 hectares, com declividade igual ou inferior a 12%, em solos com estruturas que permitam a adoção de técnicas de mecanização da atividade de corte da cana. E compreende que as áreas não mecanizáveis são as plantações em terrenos com declividade superior a 12%, em demais áreas com estrutura de solo que inviabilizem a adoção de técnicas usuais de mecanização da atividade de corte de cana.

agregadas por Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR) aos quais pertencem, com o objetivo de avaliar o grau de mecanização de cada região. De um total de 521 municípios, chegou-se a 35 EDRs produtores de cana-de-açúcar.

Tabela 1 - *Principais indicadores da mecanização na colheita da cana-de-açúcar, Estado de São Paulo, 2012/2013*

EDR	Área de corte (ha)	Área mecanizada (ha)	Índice de mecanização (%)	Estimativa de cortadores de cana-de-açúcar (n.)
Andradina	241.602,0	229.468,6	95,0	882
Araçatuba	243.885,0	213.768,8	87,7	1.879
Araraquara	264.285,0	216.473,8	81,9	3.349
Assis	225.841,0	204.370,1	90,5	1.256
Avaré	71.860,0	57.488,8	80,0	1.276
Barretos	441.747,9	387.118,7	87,6	3.626
Bauru	90.908,3	29.579,2	32,5	776
Botucatu	88.574,2	68.046,1	76,8	1.325
Bragança Paulista	3.526,6	480,9	13,6	216
Campinas	27.660,9	16.250,0	58,7	887
Catanduva	246.007,8	192.214,9	78,1	4.054
Dracena	147.773,0	115.132,0	77,9	2.057
Fernandópolis	59.850,0	54.470,0	91,0	378
Franca	143.445,4	117.947,3	82,2	1.949
General Salgado	168.120,3	128.924,2	76,7	1.905
Itapetininga	48.800,0	33.150,0	67,9	1.465
Itapeva	5.940,0	3.470,0	58,4	673
Jaboticabal	258.126,0	228.268,9	88,4	2.713
Jales	37.866,0	36.552,6	96,5	104
Jaú	246.184,0	203.071,2	82,5	2.802
Limeira	156.309,2	116.294,0	74,4	2.800
Lins	162.096,6	155.204,8	95,7	454
Marília	28.925,0	24.087,0	83,3	327
Mogi-Mirim	45.782,4	36.513,8	79,8	797
Orlândia	367.078,0	276.906,3	75,4	6.187
Ourinhos	111.915,0	88.855,0	79,4	1.714
Piracicaba	164.165,2	90.741,9	55,3	5.375
Presidente Prudente	287.260,0	232.026,2	80,8	3.395
Presidente Venceslau	136.532,0	108.986,2	79,8	2.092
Ribeirão Preto	362.686,0	291.916,3	80,5	4.367
São João da Boa Vista	126.078,7	96.576,7	76,6	2.328
São José do Rio Preto	258.098,9	188.477,4	73,0	4.264
Sorocaba	30.472,0	20.522,4	67,3	607
Tupã	82.828,9	63.051,3	76,1	1.126
Votuporanga	117.291,4	102.974,1	87,8	824

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (2014a).

O município de Araraquara encontra-se entre um dos municípios que possui grande parte do processo de trabalho, na cana-de-açúcar, mecanizado. Além do avanço da mecanização

nesses municípios, há também a presença do trabalho manual no canavial como pode ser visto na tabela acima. A cidade de Araraquara possui um número estimado de cortadores de cana-de-açúcar de 3.349, mesmo tendo 81,9% de índice de mecanização. Em Ribeirão Preto, que também se destaca na plantação canavieira, possui um índice de mecanização de 80,5%, porém ainda com forte presença do trabalho do cortador de cana manual, com uma estimativa no número de trabalhadores de 4.367.

A mecanização na lavoura da cana nem sempre é conveniente, devido às condições do terreno em que a cana é plantada. Muitas vezes, o terreno, em declive, dificulta a adoção de operações mecanizáveis. Como diria Novaes (2007a, p. 93), “[...] as colheitadeiras exigem certas condições técnicas e operacionais, nem sempre disponíveis nos canaviais das modernas usinas paulistas”.

Novaes (2009) também destaca que é preciso considerar outros fatores com relação à mecanização da lavoura. Uma delas seria o alto investimento numa colheitadeira que gira em torno de R\$ 800 mil e seu custo operacional varia entre R\$ 1,5 milhão e R\$ 2 milhões. Mesmo com vantagens especiais do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) que estimula a venda de colheitadeiras, o empresário não descarta as vantagens do corte manual da cana. Outro fator seria o aumento da produtividade do trabalho na lavoura e o baixo custo da mão de obra do corte manual. Isso se torna um obstáculo para o crescimento do corte mecanizado.

[...] tanto a incorporação do corte mecanizado nos canaviais quanto a convivência entre tal novidade e o ritmo de trabalho agora imposto ao corte manual produzem mudanças na organização do trabalho agrícola e interferem nas idas e vindas dos migrantes do século XXI (Novaes, 2007a, pp. 93-94).

Esta expansão da lavoura da cana-de-açúcar no interior de estado de São Paulo desperta interesse de trabalhadores de outras regiões, bem distantes do centro agropecuário da região de Ribeirão Preto. É importante, no entanto, revelar brevemente o trabalho no canavial desses migrantes que chegam para o labor no canavial. Tal como destacar o aumento da produtividade no interior do estado de São Paulo, principalmente na região de Araraquara.

1.2.4 O trabalho no canavial e os trabalhadores

No ano de 2011, a produção agrícola, de cana-de-açúcar, do Estado de São Paulo atingiu 406.483.567,59 toneladas, segundo o Instituto de Economia Agrícola [IEA] (2014b). O valor da produção do Estado de São Paulo correspondeu a cerca de R\$ 26.368 bilhões. Nesse mesmo

ano, na região de Araraquara foram produzidas 17.938.101,00 toneladas de cana-de-açúcar. Em 2012, a produção atingiu 424.718.980,00 toneladas de cana-de-açúcar e o valor da produção girou em torno de R\$ 27.513 bilhões. Em Araraquara foram produzidas, nesse ano, 19.630.969,00 toneladas de cana-de-açúcar. Em 2013, a produção agrícola, de cana-de-açúcar, foi 444.387.495,00 toneladas e o valor da produção chegou a R\$ 26.925 bilhões. Em Araraquara essa produção atingiu 21.161.000,00 toneladas de cana (IEA, 2014b).

De fato a produção, na região central do estado de São Paulo, tem tido ganhos elevados de produtividade no decorrer dos anos. Desde a década de 1990, como já foi abordado as transformações que decorreram ao longo das décadas na agroindústria da cana, tem havido uma maior concorrência entre as usinas que visam ganhos com relação a produtividade do trabalho, mesmo coexistindo dois sistemas de produção, o corte mecanizado e o manual.

Os dois sistemas, o corte mecanizado e o manual, necessitam de ganhos de produtividade, necessitando, com tudo, da força de trabalho humana. Em algumas atividades na lavoura da cana que não foram mecanizadas, ainda é imprescindível a utilização do trabalho manual. “[...] a utilização de força de trabalho nas duas atividades que não se modernizaram, plantio e colheita, necessitará de ganhos de produtividade crescentes, os quais permitirão, por sua vez, a manutenção dessas atividades em moldes manuais, e não mecânicos [...]” (F. Alves, 2007, p. 30).

O processo de trabalho é que esclarece a necessidade de trabalhadores tanto nos aspectos quantitativo quanto qualitativo e são esses aspectos, segundo F. Alves (2007) que definem o perfil dos trabalhadores que serão contratados para o trabalho na lavoura canavieira.

Com a expansão da lavoura da cana, no estado de São Paulo, muitos trabalhadores de outras regiões do país foram atraídos para o trabalho nos períodos de safra. Esses trabalhadores eram provenientes de lugares bem distantes do estado de São Paulo, como o nordeste, do estado do Maranhão e Bahia, por exemplo. E outros também vieram de outras regiões, como Minas Gerais e Paraná. “Esses trabalhadores chegavam em grupos e eram identificados pela população local pelos lugares de procedência. Viviam em comunidades e eram chamados de mineiros, baianos, paranaenses” (Novaes, 2007a, p. 92).

Os imigrantes ou os trabalhadores da lavoura da cana-de-açúcar são conhecidos como boias-fria ou trabalhadores volantes. Nos anos de 1960, no campo, torna-se visível o chamado trabalho volante que segundo Gonzales e Bastos (1979) denomina-se volante o trabalhador agrícola que reside fora das fazendas, em geral, nas periferias das cidades e vilas e que se desloca todos os dias para executar as tarefas nas lavouras, nas áreas rurais, em regime de empreita. “[...] o trabalho volante não é uma simples “modalidade de trabalho”, mas uma forma

concreta da relação social de produção na qual o trabalhador direto encontra-se desprovido de qualquer meio de produção, exceto sua própria força-de-trabalho” (Gonzales & Bastos, 1979, p. 30).

Ianni (1984) definiu o boia-fria como um trabalhador assalariado ocasional, temporário.

Em resumo, o bóia-fria é um trabalhador que recebe o seu salário com base na realização da tarefa ou empreita; é contratado – verbalmente antes do que por escrito – por tempo limitado, tempo esse que pode durar dias, semanas ou meses, mas não o ano todo. E pode ser arbitrariamente substituído por outro, se não realizar a tarefa, ou empreita, a contento do empreiteiro de mão-de-obra, fazendeiro, usineiro, dono da terra ou da plantação. São instáveis os seus vínculos empregatícios com os compradores da sua força de trabalho (Ianni, 1984, p. 133).

São várias conotações empregadas para definir o trabalhador rural, como por exemplo, boia-fria, volante, pau-de-arara, peão, corumba, clandestino, temporário, avulso, eventual, provisório, diarista, tarefeiro, safrista, contínuo, camarada, biolo, baiano, nortista (Ianni, 1984).

Muitos dos migrantes são camponeses com terra, enquanto outros são rendeiros e outros vivem nas cidades, na condição de proletários. De acordo com M.A.M. Silva (2006), muito deles são jovens e se deslocam todos os anos a partir do mês de março, de sua região de origem, para o trabalho na lavoura e permanecem em alojamentos que são construídos pelas usinas ou nas pensões das cidades-dormitórios, até meados do mês de dezembro. São chamados de migrantes temporários que já vinham para o estado de São Paulo desde 1990.

M.A.M. Silva (1999) em seus estudos sobre o trabalhador rural destaca, de acordo com informações do censo de 1991, que algumas cidades do interior de São Paulo obtiveram um crescimento populacional, devido a chegada dos migrantes. “Nas cidades onde predomina a cultura canavieira, em virtude da necessidade de mão-de-obra, sobretudo na colheita, houve um maior fluxo migratório” (p. 220).

Segundo os dados publicados pela autora, a região de Ribeirão Preto teve uma taxa de crescimento anual em torno de 2,58% enquanto que o conjunto do Estado foi de 2,02%. Em outras cidades também com grandes concentrações de trabalhadores rurais, o censo teve o seguintes resultados: Em Américo Brasiliense, a população passou de 11.871 pessoas para 20.016, o que representou um crescimento anual de 4,86%. Em Altinópolis, a população que era de 12.744 passou para 13.521 habitantes, com um crescimento anual baixo, de 0,53%. O município de Guariba teve um aumento populacional de 18.983 para 28.743 habitantes, com um crescimento anual de 3,88%. Em Dobrada, a população passou de 4.385 para 6.901, tendo um crescimento anual de 4,20%. A cidade de Pradópolis, o número de habitantes era de 7.837

e passou para 9.865 pessoas, com crescimento anual de 2,11%. Em Serrana, a população passou de 14.336 para 23.151 habitantes. Já em Araraquara, o crescimento anual foi de 2,39%, sendo que a população subiu de 128.109 para 166.190 habitantes (M.A.M. Silva, 1999).

Ainda segundo a mesma autora, os trabalhadores rurais, que chegaram a essas regiões do interior de São Paulo, passaram a se concentrar nos bairros periféricos das cidades médias e nas chamadas cidades-dormitórios²³.

Nos anos de 2000, M.A.M. Silva (2006) destaca que houve um processo de mudança da cartografia migratória.

Muitos dos migrantes atuais são provenientes do Maranhão e Piauí, estados que, no passado, tinham pouca participação neste processo. Uma das explicações dada para a mudança da cartografia migratória reside no fato de que houve uma enorme intensificação do ritmo do trabalho, traduzida em termos da média de cana cortada, em torno de 12 toneladas diárias. Este fato está diretamente relacionado à capacidade física, portanto, à idade, na medida em que acima de trinta anos de idade, os trabalhadores já encontram mais dificuldades para serem empregados. Desta sorte, a vinda destes outros migrantes cumpre a função de repor, por meio do fornecimento de maior força de trabalho, o consumo exigido pelos capitais cuja composição orgânica é maior (M.A.M. Silva, 2006, p.114).

Novaes (2007b) em suas pesquisas com trabalhadores rurais também destaca a questão dos migrantes que chegam do Nordeste e que possuem um perfil condizente com o que se precisa para o corte manual.

Segundo eles próprios, por terem sido, desde crianças, socializados no árduo e duro trabalho da agricultura na sua região de origem, o trabalho no canavial não os assusta. Além disso, segundo relato dos técnicos das usinas, são preferidos pelos usineiros por serem mais dedicados ao trabalho e gratos aos empregadores pela oportunidade do emprego, inexistentes em suas regiões. A necessidade premente de ganhar dinheiro, para assegurar a subsistência da família distante, tem funcionado como um freio que os torna mais tolerantes com descumprimentos de leis trabalhistas, com as injustiças e as distorções que ocorrem nas medições feitas pelo fiscal de turma em sua produção diária no corte da cana (Novaes, 2007b, p. 171).

O trabalho nos canaviais paulistas está associado com a precarização do trabalho na lavoura. As mudanças no mundo do trabalho da cana-de-açúcar têm gerado aumento na produção e na produtividade e conseqüentemente isso tem trazido uma série de repercussões para os trabalhadores. Para atender a essa demanda alta de produtividade, os trabalhadores são

²³ M.A.M. Silva (1999) afirma que ao se falar em cidades-dormitórios deve-se levar em conta o processo histórico que resultou na transformação das antigas cidades da civilização cafeeira em cidades-dormitórios ou bairros de periferia.

submetidos a uma intensificação da atividade laboral, sob a lógica capitalista, em condições precárias de trabalho.

Os trabalhadores rurais, empregados no corte da cana-de-açúcar, enfrentam longas jornadas de trabalho. Em geral saem de casa entre 5h e 6h30min da manhã e só retornam no fim da tarde. O ritmo intenso de trabalho exige grande esforço físico e provoca prejuízos à saúde. É sabido que os cortadores de cana são acometidos por câimbras, por dores nos braços, decorrentes do esforço físico para cortar a cana²⁴, pelo cansaço e pelo risco do trabalho a céu aberto em regiões de temperatura elevada. Há também queixas, entre os trabalhadores com relação à assistência médica em caso de doença e/ou acidente de trabalho (L.L. Ferreira, Gonzaga, Donatelli, & Bussacos, 2008). O ritmo intenso de trabalho, as longas jornadas e as suas condições de vida, colaboram para o desgaste físico e mental dos trabalhadores rurais.

De acordo com Novaes (2007a, p. 105) “[...] os elevados padrões de produtividade impostos pelas usinas têm colocado os trabalhadores do corte manual da cana no limite de sua capacidade física, tornando-os mais vulneráveis a doenças e os acidentes no trabalho”.

Os elevados padrões de produtividade, exigido dos trabalhadores, está diretamente ligado à forma de remuneração do trabalho e traz consequências importantes para as suas condições de saúde.

A remuneração por produção, um dos mais perversos mecanismos de exploração desses trabalhadores, implica na intensificação do ritmo de trabalho e no maior desgaste do trabalhador. A existência de metas de produção que estabelecem o corte de 10 a 12 toneladas de cana ao dia, além de estimular a competitividade entre os trabalhadores em benefício das usinas, é também maneira "eficiente" de selecionar os mais aptos a suportarem este tipo de trabalho (Galiano, Vettorassi, & Navarro, 2012, p. 62).

As várias transformações que foram ocorrendo ao longo dos anos, no meio rural, interferiram significativamente nas condições laborais na lavoura e isso têm acarretado impactos na vida dos trabalhadores que se dedicam ao trabalho no canavial.

Os problemas de saúde que acometem os trabalhadores do setor agrícola têm características muito específicas devido às particularidades do trabalho no campo e aos riscos ocupacionais relacionados²⁵. No meio rural, segundo Rocha, Souza, Marziale, Robazzi e

²⁴ Segundo Alves et al. conforme citado por F. Alves (2006), na década de 1950 cada trabalhador cortava cerca de três toneladas de cana por dia, na década de 1980 a produtividade passou para seis toneladas de cana e ao final da década de 1990 e início dos anos 2000, um trabalhador cortava cerca de doze toneladas diárias de cana. Em média, alguns trabalhadores no corte da cana, cortam cerca de 20 toneladas de cana por dia de trabalho. A produtividade do cortador em São Paulo é a maior do país (L.L. Ferreira et al., 2008).

²⁵ De acordo com o Guia de Análise Acidentes de trabalho elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego entende-se por risco “exposição de pessoas a perigos. O risco pode ser dimensionado em função da probabilidade

Gabriel (2010), os trabalhadores diariamente enfrentam inúmeras situações que podem representar prejuízos a sua saúde e colocá-los em situação de vulnerabilidade diante da ocorrência de acidentes de trabalho. Esses trabalhadores estão constantemente expostos a cargas físicas, químicas, biológicas, fisiológicas e psíquicas no ambiente de trabalho que podem proporcionar a ocorrência de acidentes.

No trabalho agrícola é possível relacionar alguns perigos e riscos que acometem esses trabalhadores como acidentes com ferramentas manuais, máquinas e implementos agrícolas, animais peçonhentos, exposição às radiações solares por longos períodos, exposição ao ruído e às vibrações devido aos tratores e colhedeira, divisão e o ritmo intenso de trabalho com cobrança para a produtividade, jornada de trabalho prolongada, exposição a fertilizantes e agrotóxicos, o que pode causar intoxicações graves e mortais (J.M. Silva, Novato-Silva, Faria, & Pinheiro, 2005). A mecanização agrícola, cada vez mais, vem progredindo, porém isso traz novos fatores de risco. Os fatores climáticos e a urgência de certas fases do trabalho rural, como a colheita, fazem com que os operadores de máquina trabalhem muitas horas além do período normal, predispondo-se à fadiga e a acidentes (W.F. Almeida, 1995).

Além da mecanização, outro problema é a questão dos agrotóxicos. De acordo com Levigard e Rozemberg (2004) o problema da exposição ocupacional aos agrotóxicos²⁶ adquire uma dimensão de forte impacto no que diz respeito à Saúde Pública, pois o Brasil é um dos maiores consumidores mundiais deste produto e o maior da América Latina. É sabido que os agrotóxicos são utilizados na agricultura e que oferecem perigo para a população em geral e para os trabalhadores rurais, especificamente, dependendo da toxicidade, do grau de contaminação e do tempo de exposição durante a aplicação (World Health Organization [WHO], 1990).

Pires, Caldas e Recena (2005) mostraram em estudos que no Estado do Mato Grosso do Sul, o Centro Integrado de Vigilância Toxicológica registrou, entre 1992 e 2002, “[...] 1.355 notificações de intoxicações provocadas pelo manuseio e pelo uso de agrotóxicos utilizados na agricultura, sendo que 501 dessas notificações foram provenientes da ingestão voluntária desses produtos (tentativa de suicídio), com 139 óbitos” (Pires et al., 2005, p. 601). A causa das mortes

e da gravidade do dano possível”. A noção de perigo compreende uma “fonte ou situação com potencial para provocar danos” (Ministério do Trabalho e Emprego, 2010, p. 8).

²⁶ Alguns efeitos da intoxicação por agrotóxico na saúde dos trabalhadores são: tonteira e tremores, insônia, fraqueza e cansaço, dores de cabeça, irritação nos olhos, náuseas, lesões por esforço repetitivo, depressão, hipertensão, doenças mentais e até mesmo casos de suicídio. Esses sintomas foram encontrados em diversas pesquisas de vários autores que abordaremos em capítulos específicos (Araújo et al., 2007; Faria et al., 2000; Faria, Vitoria, Meneghel, Carvalho, & Falk, 2006. Meyer, Resende, & Abreu, 2007; Peres, Lucca, Ponte, Rodrigues, & Rozemberg, 2004; Peres, Rozemberg, & Lucca, 2005; Recena & Caldas, 2008).

foi a ingestão voluntária de agrotóxicos. Os autores afirmaram que a maioria dessas ocorrências estava relacionada com sintomas de depressão. Neste estudo, os autores também mostram pesquisas realizadas em outros países que evidenciam a correlação forte entre tentativa de suicídio e o uso de agrotóxico²⁷.

De acordo com os estudos de Teixeira e Freitas (2003), os municípios que mais registram acidentes de trabalho são aqueles que se encontram,

[...] geograficamente localizados nas áreas de maior valor comercial do Estado e as que empregam mais mão-de-obra para a atividade agrícola, onde concentram-se as atividades dos complexos agroindustriais de cana-de-açúcar e da laranja, que são as mesorregiões de Ribeirão Preto, Araraquara, Campinas e Piracicaba (Teixeira & Freitas, 2003, p. 90).

Diante do exposto acima, torna-se fundamental o estudo dos acidentes de trabalho na cana-de-açúcar. É fundamental discutir a questão dos acidentes de trabalho no meio rural, pois na lavoura também se sucederam intensas transformações que implicaram na saúde dos trabalhadores. Neste capítulo, fizemos uma trajetória da história da cana-de-açúcar no estado de São Paulo e das transformações que ocorreram ao longo das décadas para chegarmos ao momento atual do trabalho na lavoura da cana.

Ainda, nos capítulos seguintes, adentraremos mais sobre a questão do trabalho e dos trabalhadores da cana-de-açúcar, ao tratar da parte empírica desta pesquisa. Assim, aprofundaremos mais o nosso estudo sobre as condições e a organização do trabalho no canavial e os impactos à saúde física e psíquica dos trabalhadores nos capítulos posteriores juntamente com os depoimentos dos sujeitos participantes desse trabalho.

²⁷ Uma reportagem sobre esse estudo também foi notícia na FAPESP (Agência Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo [FAPESP], no dia 11 de abril de 2005, com o título Suicídio ligado ao agrotóxico. Recuperado em 21 de agosto de 2012, de <http://agencia.fapesp.br/3555>).

2 Os Acidentes de Trabalho

Não é difícil dizer quando a saúde e as condições de trabalho são más. Difícil é dizê-lo quando são boas, se quase invariavelmente a liberdade é cerceada, a capacidade de criar é coibida, o evoluir intelectual, psíquico e social é reprimido no trabalho e fora dele. Esta é a realidade sofrida do dia-a-dia, às vezes, da noite-a-noite de milhões de trabalhadores (Rebouças et al., 1989).

Os acidentes de trabalho, sem dúvida, são um tema que desperta interesse quando o assunto é a saúde do trabalhador. A história de desenvolvimento econômico e industrial, no Brasil, também foi marcada pelo grande destaque do país em ser líder mundial de ocorrências de acidentes de trabalho.

Os acidentes de trabalho trazem consequências à vida dos trabalhadores, devido a gravidade das ocorrências, sejam elas leves, moderadas, graves, ou até mesmo fatais. Por isso, entendemos que os acidentes constituem uma forma de violência e, sem dúvida, é uma questão de saúde pública.

Tomazi (1986) salienta que uma das questões mais importantes acerca da saúde do trabalhador é a dos acidentes de trabalho. Segundo a autora, “[...] para o capitalista o que importa é a produção e não o trabalhador” (p. 78).

É no trabalho que o trabalhador se desgasta no dia a dia e não é apenas o desgaste mecânico, resultado de anos de trabalho repetitivo, executando os mesmos movimentos, na mesma postura, etc, mas é também um desgaste orgânico relacionado às doenças ocupacionais, em virtude do contato com agentes tóxicos, físicos que são prejudiciais à saúde (Tomazi, 1986).

Na década de 1970, o Brasil foi considerado campeão mundial em acidentes de trabalho. Foi nessa década também que vivenciamos um avanço no desenvolvimento da economia. Porém, não é apenas na década de 1970 que o número recordista em acidentes de trabalho se destaca. Ainda hoje, o Brasil se encontra num quadro alarmante com relação aos acidentes de trabalho e, inclusive, no que se refere às doenças relacionadas ao trabalho. Atualmente, há um grande destaque para as ocorrências relacionadas à saúde mental do trabalhador.

A história do desenvolvimento capitalista mundial já foi revelada como palco de extrema violência aos trabalhadores, no sentido de que as condições dos ambientes de trabalho, as extensas jornadas durante a atividade laboral já eram responsáveis pelos altos índices de mortalidade e morbidade dos trabalhadores da Europa.

Rebouças et al. (1989) destacam que essas condições nos ambientes de trabalho melhoraram sensivelmente nos países de desenvolvimento mais acelerado, como a Inglaterra, França, Estados Unidos, Espanha, Alemanha, Japão, etc., devido a revolução técnico-científica que se seguiu. Porém, os autores ainda destacam que, nesses países, em diversas atividades econômicas, a violência física do trabalho permanece, acarretando em taxas ainda elevadas de acidentes e doenças do trabalho.

Alguns autores como Wünsch Filho (2004) destacam que o aporte de inovações tecnológicas, nas décadas passadas, acarretou grandes transformações no modo econômico capitalista e também a internacionalização dos mercados, ou seja, o fenômeno da globalização. Segundo o autor, essa reestruturação produtiva com crescente substituição do trabalho humano por tecnologias acaba por modificar as características do trabalho e impactar a vida das pessoas. “A humanidade caminha da sociedade industrial em direção à sociedade da informação. É necessário captar a natureza destas transformações para perceber seus efeitos na morbidade dos trabalhadores” (Wünsch Filho, 2004, p. 105).

De acordo com Cohn, Hirano, Karsch e Sato (1985) consideram o acidente de trabalho grave como uma forma, das mais brutais, de violência urbana, pois para os autores, essa violência não se limita apenas ao fato em si, dos acidentes de trabalho, mas envolve outras questões. “Violência essa que não se limita ao momento do acidente e à lesão física, na esmagadora maioria dos casos irreversível, mas que é apenas o início de uma longa trajetória marcada fundamentalmente pelo desrespeito aos direitos mínimos de cidadania” (Cohn et al., 1985, p. 11).

Torna-se necessário destacar, por meio de fatos históricos, quando os acidentes se tornam mais frequentes na mídia. O aumento das notícias sobre acidentes envolvendo trabalhadores datam da década de 1970. Nessa mesma década destaca-se o processo de desenvolvimento econômico do nosso país.

Cohn et al. (1985) destacaram como os acidentes tornam notícia no Brasil. Segundo os autores, a imprensa paulista começa a publicar matérias sobre os acidentes de trabalho no ano de 1951, porém é somente na década de 1970 que as publicações começam a se tornar frequentes²⁸.

²⁸ Apoiados no arquivo de *O Estado de São Paulo*, de julho de 1983, os autores resgatam os anos da publicação. Entre os anos de 1970-1979, foram encontradas 16 matérias, sobre acidentes de trabalho, por ano. Em 1980, registraram-se 34 publicações, em 1981, foram 10 publicações e em 1982, 9 publicações que se referiam a notícias de acidentes de trabalho (Cohn et al., 1985).

O aparecimento, na mídia, do crescente número de acidentes de trabalho também vai de encontro com o processo de industrialização que já se instaurava no Brasil, nas décadas anteriores a 1970. Este período foi marcado pela crise do café, pelo choque do petróleo, o que gerou um forte movimento de industrialização no país. Com a eleição do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960), o Brasil embarcou numa trajetória de industrialização substitutiva de importações que iria perdurar até os anos de 1980 (Bacha & Bonelli, 2005). Essa época, nos anos de 1970, o Brasil viveu um importante período de desenvolvimento econômico.

Wünsch Filho (1999) destaca, em seus estudos, a relação existente entre as flutuações cíclicas da economia do país com a incidência de acidentes de trabalho. Para o autor, o estudo com base em dados secundários de 1970 a 1995 revela que a incidência de acidentes de trabalho é sensível às flutuações cíclicas da economia. O autor destaca ainda que nos anos de 1980 a economia sofreu uma recessão que gerou alto índice de desemprego. Essa queda da oferta de empregos formais no setor industrial e com maiores riscos de acidentes foi muito mais acentuada pelo processo de reestruturação produtiva e a incorporação crescente da informática e da robótica.

Pochmann (2003) afirma que o Brasil convive desde a década de 1981 com um quadro socioeconômico marcado por uma crescente incerteza tanto para o capital quanto para os trabalhadores. O autor ressalta que a concorrência entre as empresas e o aumento da competição entre os trabalhadores têm ocorrido num momento de ausência do crescimento econômico sustentado e também de recorrente oscilação no conjunto das atividades produtivas.

Dessa forma, para tratar da temática dos acidentes de trabalho no Brasil, faremos uma breve exposição acerca da questão da economia do país a partir da década de 1960.

Podemos afirmar que os primeiros anos da década de 1960, no Brasil, foi um período de grande turbulência na política, devido ao golpe militar que se instaurou numa ditadura, e na economia, marcada pelo aumento nas taxas de inflação, queda das taxas de crescimento e dificuldades no balanço de pagamentos (Bastian, 2013).

A primeira metade dessa década foi marcada por duas tentativas de dirimir as pressões inflacionárias e recolocar o país no caminho do crescimento econômico. Os dois planos foram: Plano Trienal, em dezembro de 1962, e o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), em novembro de 1964. Bastian (2013) destaca que os dois planos, apesar de serem em anos bem próximos, aconteceram em contextos políticos diferentes. O Trienal surgiu no governo democrático e de esquerda de João Goulart e o PAEG foi formulado durante uma ditadura de orientação conservadora. “[...] o PAEG foi o primeiro plano do regime militar implantado após o golpe de abril de 1964” (Bastian, 2013, p. 140).

O PAEG foi um plano econômico lançado no governo militar com o intuito de acelerar o desenvolvimento econômico do país. De acordo com Veloso, Villela e Giambiage (2008), as principais reformas associadas ao PAEG foram a reforma fiscal/tributária, a reforma financeira e a abertura da economia ao exterior.

Posteriormente a esse momento histórico, destaca-se o período de 1968-1973, conhecido como o Milagre Econômico²⁹ brasileiro, em virtude das altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano. Uma característica desse período é que o rápido crescimento do PIB também foi acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de um superávit no balanço de pagamento (Veloso et al., 2008).

No período do Milagre Econômico brasileiro, o país viveu um grande crescimento da economia, o que gerou milhões de emprego à população, principalmente nos setores de infraestrutura e indústria. No período do Milagre Econômico o país vivenciava a Ditadura Militar, governada pelo general Médici. Esse crescimento econômico do país também foi alavancado pelo PAEG implantado em 1964-1966, durante o governo de Castelo Branco.

No ano de 1968-1970, o regime militar lança o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que tinha como objetivo a valorização da empresa privada e a aceleração do desenvolvimento econômico, com a estabilização de preços e o controle inflacionário (A.R. Souza, 2004).

Na década de 1970, o país já vivenciava uma era gloriosa de desenvolvimento econômico. E segundo A.R. Souza (2004) foi a partir de 1972-1974, com o I Plano de Desenvolvimento Econômico (I PND), que o Brasil alavancou o seu padrão de crescimento econômico com base em investimentos em setores, como a construção e ampliação da infraestrutura do país.

Porém, o país e o mundo como um todo foi abalado em 1973 pela primeira crise do petróleo que culminou com o aumento dos preços internacionais, provocando, dessa forma, uma crise internacional.

²⁹ Bacha e Bonelli (2005) destacam que o protecionismo industrial durante a presidência de Kubitschek esteve associado com a promoção do investimento estrangeiro direto. Isto resultou no aumento da taxa de absorção do progresso técnico e também logrou manter o impulso de crescimento herdado nos anos anteriores, em 1940. A convulsão política associada a uma inflação em aceleração, no início da década de 1960, foi interrompida, pois os tecnocratas que ascenderam ao poder com o golpe militar de 1964 conseguiram estabilizar a economia, enquanto introduziram reformas impositivas e financeiras significativas. “O boom de poupança e investimento que resultou, associado a uma alta taxa de progresso técnico, ficou conhecida como o “milagre econômico brasileiro” do período 1965-74” (Bacha & Bonelli, 2005, p. 166).

No início dos anos 1970, uma economia superaquecida foi atingida pelo choque do petróleo. A obsessão com a legitimação de um regime autoritário estatizante através do sucesso econômico de curto prazo determinou uma ênfase renovada em substituição pesada de importações, financiada por uma forte acumulação de dívida externa (Bacha & Bonelli, 2005, p. 166).

A reação, do regime militar brasileiro foi a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), no período de 1975-1979, que previa um programa de investimentos condizentes com as altas taxas de crescimento da década. A.R. Souza (2004) afirma que esse período, foi extremamente turbulento, pois em 1979 ocorreu a segunda crise do petróleo, que novamente, forçou as economias a um reajuste para que pudessem superar as dificuldades em virtude do aumento do preço do barril de petróleo, que ficou 37,9% acima do preço do ano anterior.

Em virtude da queda do ritmo de investimentos e à diminuição de demanda, restringindo o crescimento da produção, nos anos de 1980-1985, o regime militar optou por uma terceira alternativa, como intuito de alavancar novamente a economia com a implementação do III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND). O III PND concedeu diversas alterações em relação ao I e II PNDs, ou seja, significou uma busca pelo equilíbrio do setor público a fim de controlar o déficit fiscal e a inflação (A.R. Souza, 2004).

Não por acaso, a partir da década de 1980, o controle inflacionário passa a ser estratégico para o governo militar para assegurar não só a retomada do crescimento econômico, mas, também, o controle sobre a inflação, de forma a não inviabilizar no país os interesses das grandes empresas privadas e do grande capital nacional e internacional, que sempre estiveram vinculados ao Estado brasileiro (A.R. Souza, 2004, p. 9).

Desta forma, o Brasil entra na década de 1980, considerada a década perdida, tendo como agenda governamental o controle da inflação e a retomada do crescimento econômico. A onda de crescimento econômico, do país, decai. Em 1980, a taxa de crescimento do PIB diminui drasticamente com relação à década anterior. A década de 1980 é conhecida como a década perdida, pois remete a uma estagnação da economia do país³⁰.

³⁰ De acordo com Ometto et al. (1996, pp. 404-405), “as raízes dessa crise, que se manifesta inicialmente como uma crise de endividamento externo, mas que rapidamente passa a se traduzir no desajuste interno da economia, estão nas políticas adotadas na década anterior, quando a opção pela manutenção do crescimento econômico após o primeiro choque do petróleo, e, mais do que isso, a busca do salto definitivo no aprofundamento do processo de substituição de importações, levaram o Estado brasileiro a assumir um padrão de financiamento baseado no crescente endividamento externo”. Os autores ainda destacam que o segundo choque do petróleo, em 1979, e o aumento das taxas de juros internacionais vieram a acentuar a crise externa brasileira.

Diniz e Crocco (1996) enfatizam que a partir da década de 1980 ocorreu um enfraquecimento do papel do Estado em termos de investimento direto e de políticas regionais e uma forte queda dos investimentos em virtude da crise econômica. Esse fator também reduziu o ritmo das alterações regionais da indústria. Porém, os autores ainda afirmam que,

Mais recentemente, as mudanças tecnológicas e a reestruturação produtiva aumentaram seu impacto sobre a criação, regionalização e o dinamismo das novas áreas industriais. Além disso, não se pode deixar de considerar o forte impacto, na década de 1990, da decisão de abertura externa da economia brasileira e, em especial, da criação do MERCOSUL, na dinâmica regional (Diniz & Crocco, 1996, p. 80).

A década de 1980 acarretou o final do ciclo de grande expansão vivido na década de 1970. Foi um período de estagnação da economia brasileira, com índices de inflação elevados, baixo crescimento do PIB, altas taxas de desemprego, o que também provoca uma diminuição no poder de consumo da população.

Segundo Ometto, Fortuoso e Silva (1996), a crise do endividamento externo, que se manifestou na década de 1980, na economia brasileira, reflete-se em desequilíbrios internos que impactam desfavoravelmente na situação econômica da população por meio da queda dos níveis de emprego e com isso, um crescimento da proporção de trabalhadores sem vínculos formais.

Desde o final da década de 1970, o país vinha sofrendo um processo de reestruturação produtiva que se acentuou nos anos de 1990. De acordo com Wunsch Filho (1999), a indústria brasileira avançou na modernização com ênfase na informatização, na robótica e também na racionalização organizacional. Isso, para o autor, tem gerado taxas de desemprego ascendentes, conhecido como desemprego estrutural.

Para Antunes (2014), foi durante a década de 1980 que já ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva no Brasil, o que levou as empresas a adotar novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho. Também teve início a utilização da informatização produtiva e do sistema just-in-time; a produção baseada em team work, apoiada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica.

A reestruturação produtiva é marcada, nesse período, pela eliminação de postos de trabalhos e conseqüentemente a ampliação do mercado de trabalho informal e do setor de terceiros. As indústrias passaram por um rearranjo no processo de trabalho, ou seja, parte da produção de certo produto era realizado fora dos muros das empresas. Esse processo é conhecido como terceirização. Com isso, também se ampliou a informalização do mercado.

Lima (2009, p. 37) salienta que,

O termo informal (setor, economia, mercado, trabalho), foi instrumental nos estudos de atividades não organizadas ou regulamentadas de pequenas e micro empresas com processos tecnológicos simples, situados na base da estrutura produtiva e com trabalhadores por conta própria, com uso de trabalho familiar ou no emprego de formas assalariadas não regulares, característicos dos países subdesenvolvidos.

Ainda segundo o autor, o final da década de 1980, passou a descrever os processos de precarização do trabalho, a partir da reestruturação econômica e crise do modelo fordista de organização do trabalho.

A década de 1980 foi um período de estagnação da economia brasileira. Com isso, houve uma desvalorização do trabalho dos assalariados, como afirma Baltar (1996, p. 87),

A constatação de uma diminuição da participação dos assalariados formais dos setores público e privado no estrato superior da distribuição de renda do trabalho não-agrícola e a proliferação de funcionários públicos e de empregados sem carteira de trabalho no estrato inferior dá uma clara indicação de que ocorreu, nos anos 80, uma desvalorização do trabalho assalariado. A estagnação da economia e a aceleração da inflação desvalorizaram o trabalho assalariado e aumentaram uma já elevada desigualdade na apropriação do valor agregado pelas atividades não-agrícolas.

Logo surgiu a ideia de proceder a uma mudança radical na base do aparelho de produção, abrindo-o à competição internacional com o intuito de reduzir a falta de competitividade. Baltar (1996) ainda afirma que essa proposta de abrir a economia à competição internacional não é peculiaridade brasileira. Em alguns países da América Latina, como Argentina e Chile, o padrão de desenvolvimento encontrou alguns obstáculos e acabou se esgotando bem antes, sem o avanço que chegou a atingir no Brasil.

Em nosso país a idéia de abrir a economia sofreu forte resistência, mesmo na estagnação com inflação dos anos 80, em razão da magnitude dos interesses criados pelo desenvolvimento anterior. No começo dos anos 90, entretanto, a idéia de abrir a economia ganhou fortes adeptos e sua aplicação passou a ser facilitada pela mudança ocorrida no sistema financeiro internacional que permitiu o retorno do Brasil, ao lado de outras economias endividadas com o exterior, à captação de recursos no mercado financeiro mundial (Baltar, 1996, p. 92).

Nessa década de 1980, foi a década que se observou a intensificação do processo de internacionalização das economias capitalistas, conhecido como globalização. Dupas (1998)

ressalta que uma das características desse processo foi a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento singular do comércio internacional, devido ao movimento de queda das barreiras protecionistas e pela crescente presença de empresas transnacionais.

Nessa época o capitalismo global, da década de 1980, tomou forte graças a difusão maciça da tecnologia de informação nas atividades econômicas. Nesse período o desemprego caiu drasticamente e permaneceu assim até 1990. Com relação a esse fato, Dupas (1998) afirma que, nesse período, a indústria local ainda se modernizava e os cortes de mão de obra eram ainda cautelosos por haver expectativa de, talvez, uma recuperação. Bem lembra, o autor que nesse período houve várias tentativas de estabilização, com o Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão.

Outra onda de ajuste aconteceu a partir dos anos 1990 com o Plano Collor.

A radical abertura comercial, concomitante às taxas negativas do PIB, forçou o nível de desemprego a novo patamar (6%). A necessidade imperiosa de competir obrigou o setor produtivo a uma profunda e contínua reestruturação preventiva, com automação radical e terceirizações, além de redução de níveis hierárquicos e estruturas administrativas e técnicas da *lean production*. Procedimentos orientados para maior flexibilidade, de acordo com o novo paradigma. Durante curto período houve recuperação da taxa do PIB, mas a partir de 1994 entrou em declínio novamente (Dupas, 1998, pp. 139-140).

Nos anos de 1990 a 1997, a economia volta a apresentar uma evolução acumulada de modestos 5% per capita, o que significa, segundo Dupas (1998), uma média anual de apenas 0,6% a.a, o que causou sérias consequências sobre o emprego.

Segundo Wünsch Filho (2004), com relação à economia global e o mercado de trabalho no Brasil, o autor destaca que nas décadas de 1980 e 1990 a revolução da informática e da robótica avançou fortemente, permitindo ao capital desenvolver estratégias de segmentação das cadeias produtivas e “[...] delinear desenhos de produção e de distribuição de produtos estritamente ajustados às necessidades de consumo. A terceirização é uma tendência dessa realidade” (Wünsch Filho, 2004, p. 104).

A transferência de partes do sistema de produção, mediante contratos, para outras instâncias empresariais à distância, em geral de menor porte e muitas vezes para dentro de núcleos familiares, permite à empresa-líder, por meio da comunicação instantânea, manter o total controle sobre o processo produtivo dessas unidades independentes e que operam como uma rede em diversas regiões do globo (Wünsch Filho, 2004, p. 104).

É preciso enfatizar que a questão da reestruturação produtiva que veio à tona nos anos de 1990, trouxe uma série de transformações, não só para a economia do país, mas para o

trabalhador, pois nessas pequenas empresas, terceirizadas, é comum a prática de ampliação das jornadas de trabalho para além das 40 horas semanais.

A precariedade no trabalho é uma constante, pelo acúmulo de funções e descumprimento dos regulamentos de proteção à saúde. O risco de doenças é função direta da duração e intensidade da exposição. Portanto, a terceirização promove a crescente deterioração das condições de saúde dos trabalhadores em várias partes do mundo (Wünsch Filho, 2004, pp. 104-105).

Antunes (1997), destaca que a reestruturação produtiva que se configurou após os anos de 1970 com suas formas variadas de flexibilização e desregulamentação, acarretou imensas transformações no interior do processo produtivo, do processo fabril e também do setor de serviços. Para o autor,

Essas transformações têm como consequência mais forte, direta e violenta, um conjunto de mutações que fazem aflorar com muita intensidade seus traços destrutivos. Entre os traços destrutivos das transformações ocorridas no mundo do trabalho tem-se a gestão de formas muito acentuadas de trabalho precarizado, podendo o desemprego ser colocado como o outro lado da questão, em escala muito acentuada e abrangente. Em diversas partes do mundo, a constatação mais evidente, ao observar tais transformações no mundo do trabalho, é a percepção, por um lado, de um conjunto muito fragmentado de trabalhadores com direitos precarizados e, por outro, do desemprego em escala abrangente (Antunes, 1997, p. 368).

Com relação às estatísticas dos números de empregos, no Brasil, Wünsch Filho (2004) destacou que nos anos de 1970 e 1997 os empregos reduziram-se no setor primário de 30,8% para 24,1% e, no setor secundário, de 27,5% para 19,9%, enquanto no setor terciário a diferença evoluiu de 41,7% para 56,0%³¹. O autor ainda enfatiza que essa expansão do setor terciário no Brasil possui características distintas daquelas observadas em outros países desenvolvidos. No Brasil, o emprego depende da abertura de posto de trabalho na área de distribuição, como comércio, comunicação e transporte. “É nesse nicho do mercado que estão as alternativas de renda no meio urbano e onde se obriga um grande contingente de trabalhadores do setor informal da economia” (Wünsch Filho, 2004, p. 105).

Sobre a economia do país, nessas décadas de 1980 e 1990, Wünsch Filho (2004) destaca que a economia perdeu cerca de 1,5 milhões de empregos no setor industrial, ainda alerta que

³¹ O autor se baseia nos dados de Castell, M., & Aoyama, Y. (1994). *Hacia La sociedad de La información*. Ginebra: Suíça: Organization Internacional del Trabajo. E também nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1998). *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação IBGE, 1999.

essa perda não foi tão drástica em virtude das ocupações no setor da construção civil que compensaram a redução dos empregos nas empresas de manufatura³².

Ainda, apoiados nos estudos de Wünsch Filho (2004), o autor ressalta sobre a estimativa de trabalhadores no setor informal que depende muito da metodologia utilizada. De acordo com dados da pesquisa denominada Economia Informal Urbana (Encif), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 1997, ano em que o processo de reestruturação produtiva, no país, estava bem mais afluído, a porcentagem de trabalhadores no setor informal era de 25%. Para o autor, essa informalidade no trabalho é ainda mais alta para aqueles com menos de 17 anos e com mais de 40 anos de idade.

O emprego formal apresenta uma tendência nítida de queda. Paralelamente, o trabalho flexível e a pequena e média empresa – inclusive unidades familiares informais – adquirem novo espaço de inserção por meio da tecnologia da informação, que facilita a sua integração em cadeias produtivas mais amplas (Dupas, 1998, p. 125).

Por isso, afirma Pochmann (2003) que nas décadas de 1980, com o esgotamento do padrão financeiro da economia do país devido a crise da dívida externa, e de 1990, com a adoção de políticas macroeconômicas de corte neoliberal, “[...] impuseram ao Brasil a convivência com um ambiente de estagnação da renda per capita e elevada oscilação nas atividades produtivas” (p. 7). Como consequência disto, predominou, no país, altas taxas de desemprego aberto, acompanhadas do fenômeno desassalariamento, ou seja, redução relativa do emprego assalariado e também da expansão das ocupações precárias, que seriam os assalariados sem contrato de trabalho, sem remuneração entre outras formas que caracterizam o trabalho precarizado.

Para Wünsch Filho (2004), o desemprego crescente e a falta de mecanismos de amparo social contribuíram para o aumento tanto da violência quanto da criminalidade.

Questões específicas e tradicionais da área de trabalho e saúde, a exemplo dos acidentes, sofrem transformações em suas características como decorrência dos efeitos de problemas vividos hoje pela sociedade brasileira nos grandes centros urbanos, estreitando as relações entre violência e mortes por acidentes de trabalho (Wünsch Filho, 2004, p. 105).

Para chegarmos até o caminho que nos levam aos acidentes de trabalho, foi preciso primeiro buscar um respaldo histórico na história da economia que envolve o próprio trabalho

³² Os dados que o autor cita é de autoria de Pochmann, M. (1998). *Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil*. Campinas, SP: IE/CESIT/UNICAMP.

assalariado e suas transformações. Ao longo desse trajeto, nos deparamos com imensas transformações no mundo do trabalho, principalmente na década de 1990, na qual vivenciamos o processo de reestruturação produtiva. O salto tecnológico, como a robótica, a microeletrônica, a informática, a automação, modela a realidade vivida por todos nós, no mercado de trabalho.

Desta forma, chegamos à conclusão, baseada nos autores que citamos ao longo deste capítulo, que o Brasil vive e vivencia a cada dia um mundo do trabalho moldado pela precarização nos seus ambientes de trabalho.

Além da constante redução do trabalho fabril, estamos diante de uma nova era para a história do capitalismo (de reestruturação produtiva, desemprego estrutural, flexibilização de direitos, representações trabalhistas moldadas pelos ideais do capital, etc) o que suscita desproteção social, gerando uma gama de excluídos das leis trabalhistas e previdenciárias (Bovolenta, Kohn, & Soares, 2007, p. 57).

De acordo com as autoras, estima-se que por volta de 60% dos trabalhadores estejam inseridos no mercado de trabalho informal, ou seja, sem carteira assinada e ainda encontra-se em trabalhos precários, desumanos e insalubres. Por isso, o Brasil passa a ocupar o 4º lugar no ranking mundial em acidentes de trabalho. “A cada ano quase dois milhões de trabalhadores morrem por acidente de trabalho no mundo, o que representa cinco mil mortes ao dia ou três por minuto” (Bovolenta et al., 2007, p. 57).

Por este fato, torna-se importante discutir os acidentes de trabalho, pois essas transformações que ocorreram no universo do trabalho afetaram a saúde dos trabalhadores, sejam eles trabalhadores que exercem a atividade laboral no mercado formal ou informal, trabalhadores urbanos ou rurais.

2.1 Acidentes de trabalho no Brasil

No início do capítulo apontamos que os acidentes de trabalho no Brasil passaram a ser mais frequentes, na mídia, a partir dos anos de 1970. Mesma época que o Brasil ganhou o desonrado título de campeão mundial de acidentes de trabalho. Trouxemos, brevemente, à luz algumas reflexões acerca das flutuações cíclicas da economia no país que contribuem para esclarecer a questão dos acidentes de trabalho.

É evidente que em período de crescimento econômico, geração de empregos, expansão das indústrias e abertura comercial, há um maior número de trabalhadores empregados em

diversos setores. O que se poderia afirmar que as ocorrências de acidentes de trabalho também se elevam em números bastante significativos.

Discutiremos, nesse capítulo, a questão dos acidentes de trabalho como uma forma de violência que atinge milhares de trabalhadores, não apenas aqueles empregados no mercado formal de trabalho, mas aqueles que estão inseridos em contextos de extrema precariedade em ambientes laborais, como por exemplo, no mercado informal.

Lacaz (1996) destaca que, esse momento da história brasileira, do milagre econômico que se inaugura no governo Médici, também é associado uma repressão brutal ao movimento sindical, extensão da jornada de trabalho, aumento do número de horas extras, aumento do ritmo e, um importante aumento do número de acidentes de trabalho.

Para tratar da questão dos acidentes de trabalho nos apoiaremos em obras de autores, como Cohn et al. (1985), Costa (1981) e Lacaz (1996) que nos trazem contribuições irrefutáveis acerca dos acidentes nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

Voltemos a década de 1974 para retratar as notícias sobre os acidentes de trabalho na mídia. No mês de outubro e novembro surgem como os dois meses em que o acidente de trabalho foi mais frequentemente noticiado, cerca de 20 vezes! E durante o XIII CONPAT (Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho)³³ foi publicado um artigo sobre os mutilados na lavoura do Paraná e Bahia, locação de mão-de-obra na agricultura, índices da frequência absoluta e relativa de acidentes do trabalho, causas de acidentes, etc. E ainda, nesse mesmo ano, o Jornal do Brasil noticia a aprovação pela Câmara dos Deputados do novo sistema de cobertura previdenciária para acidentes do trabalho causados por veículos, bem como o projeto de lei que atribui ao Funrural o seguro ao trabalhador rural acidentado (Cohn et al., 1985).

Lacaz (1996) destaca a importância que o governo militar atribuiu à questão dos acidentes de trabalho, sendo que em 1974, o então Presidente da República Ernesto Geisel, no ano de sua posse, participa da sessão inaugural, no dia 27 de outubro de 1974, do XIII CONPAT, na capital de São Paulo. E em seu pronunciamento como membro de honra da Mesa de Abertura do Congresso, Geisel discorre sobre a transformação que o Brasil viveu no pós-64, destacando entre as suas colocações a questão dos acidentes de trabalho:

³³ Os acidentes de trabalho se destacam como um tema importante das atividades patrocinadas pelo regime como parte da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, instituída em caráter permanente pelo Decreto N. 68.255, de 16 de fevereiro de 1971, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Previdência Social e realizada anualmente desde essa época. Tal promoção culmina com a realização do Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CONPAT) ao final de cada ano (Lacaz, 1996).

As estatísticas referentes a acidentes do trabalho, entre nós, são sabidamente, muito mais que insatisfatórias, se não mesmo vexatórias. Em custos diretos, as perdas da economia brasileira, devidas a acidentes, elevaram-se, em 1973, a mais de um bilhão de cruzeiros. [...] E isso significa que o País, num esforço tremendo, despendeu, apenas no atendimento de acidentados do trabalho, soma equivalente a 70% do total gasto pelo INPS³⁴, em assistência médica a toda a população beneficiária. Perdemos mais de duzentos e quarenta milhões de horas de trabalho, e muitíssimo mais grave do que isso, sofremos, em 1973, a perda de mais de 3.000 vidas preciosas em acidentes de trabalho. O acidente do trabalho, [...], não representa apenas vultoso prejuízo econômico à Nação e um mal social inaceitável. Antes de mais, é um drama humano de trágicas proporções. Impõe-se, portanto, encarar o problema principalmente em termos de valores humanos e não apenas de simples valores econômicos, garantindo da maneira mais eficaz e ampla possível, a tranquilidade e segurança do trabalhador e, [...] de suas famílias. Assim, não bastará considerar em números frios, o montante de risco implícito a cada categoria de trabalho e imputar-lhe a responsabilidade ao empresário. Nem, tampouco, montar adequado sistema de reabilitação do acidentado ou cuidadoso e eficiente aparato médico-hospitalar. O que importa é a estruturação de esquemas preventivos, através dos quais, sem prejuízo da produtividade, busque-se reduzir ao mínimo, se não eliminar, a ocorrência de acidente, tornando-o anomalia excepcional no processo produtivo³⁵ (Lacaz, 1996, p. 82)

Ainda Lacaz (1996) destaca que a citação do depoimento do presidente expressa de maneira clara “[...] a postura do Estado brasileiro frente ao ‘flagelo’ do acidente do trabalho, como ‘incômodo’ elemento ao mesmo tempo de entrave do avanço e denúncia do modelo sócio-econômico excludente de desenvolvimento adotado no pós-64” (Lacaz, 1996, p. 83).

O autor ainda salienta que esse discurso busca a cooptação dos trabalhadores, como sujeito-assujeitados e de seus órgãos representativos, os sindicatos, numa cruzada que envolve cada momento da vida do trabalhador e também de sua família, como parte de uma estratégia de fazer o próprio trabalhador

[...] cumprir rigorosamente regras e normas emanadas do competente aparato técnico assessor do empresário e que terão o objetivo de superar seu despreparo e tendência de não serem capacitados para exercer a própria proteção, na medida em que, inclusive, devem ser instados a obedecer normas para o uso de equipamentos de proteção (Lacaz, 1996, p. 83).

Com a questão do cumprimento de normas e regras e o despreparo do trabalhador, inicia-se a questão do ato inseguro, teoria para explicar o grande número de ocorrências de

³⁴ Instituto Nacional de Previdência Social.

³⁵ Lacaz (1996) baseia-se no documento publicado pela Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (1974), 2(8), 6-7.

acidentes de trabalho, que imputa ao trabalhador a culpa pela ocorrência. Sobre esse tema, trataremos logo mais, ainda nesse capítulo.

Na década de 1975 discuti-se acerca de uma profissão, considerada a profissão do medo e da morte, com destaque para a construção civil. Uma notícia da Folha de São Paulo, de 25 de maio de 1975 destaca que a construção de edifícios significava o fim da vida de muitos operários, pois seria responsável por grande porcentagem dos acidentes. Porém os dados ainda não seriam ideais, mas não restavam dúvidas acerca da periculosidade da profissão nesse ramo de atividade (Cohn et al., 1985).

As autoras ainda afirmam que, neste mesmo ano, o custo de acidentes, a atuação da fiscalização sanitária em empresas, artigos sobre medicina preventiva em fábricas foram temas apresentados à V Conferência Nacional de Saúde. No mês de novembro, a fadiga aparece como tema no XIV CONPAT.

A prevenção e sua falta, os riscos do trabalho, as dificuldades de recolocação do acidentado do trabalho são acompanhados por reiterados conteúdos sobre os custos do acidentes do trabalho, tais como prejuízos que o tempo de trabalho perdido por causa dos acidentes representam e os prejuízos econômicos frente ao crescimento recorde do PIB no Brasil, são objetos das matérias do Jornal da Tarde em fevereiro de 1976 (Cohn et al., 1985, p. 18).

Nesta época, as causas dos acidentes eram tratadas, segundo a visão dos empresários, como sendo de responsabilidade dos próprios trabalhadores devido à falta de atenção, o que se contrapõe a vertente de alguns pesquisadores que alegam a falta de condições de segurança no trabalho como a principal causa dos acidentes. Além disso, discute-se a ausência de fiscalização e da participação dos sindicatos com relação a prevenção dos acidentes (Cohn et al., 1985).

No ano seguinte, em 1976, foi realizado a 25ª Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho e novamente, nesse evento, são apresentados índices, custos, notícias e, como grande novidade, para a época, a ausência de acidentes passa a ser contada, por dia, pelas empresas, como a exceção que foge à regra. Porém, no mesmo ano, o Estado de São Paulo publica uma nota do Ministério da Previdência e Assistência Social em que se afirma que os índices de acidentes do trabalho estariam no mesmo nível dos países desenvolvidos. Ainda, nessa reportagem, afirmam que os acidentes de trabalho são de pequena gravidade (Cohn et al., 1985).

Dados pesquisados por Costa (1981) mostram que o Estado de São Paulo possui o maior índice de acidentes do trabalho em relação ao resto do Brasil, fato que pode ser explicado devido a grande concentração industrial. No ano de 1976, o Brasil registrou 1.692.833 acidentes típicos e no estado de São Paulo foram registrados 678.400 acidentes. Com relação às doenças do

trabalho, no país foram registrados 2.598 e apenas no estado de São Paulo ocorreram 1.686 casos de doenças do trabalho. A autora destaca que não houve discriminação, nos dados, entre os acidentes ocorridos no estado e na cidade de São Paulo, e, ainda, nos dados foram excluídos os acidentes rurais.

Costa (1981) ainda ressalta que, nesta época, o governo divulgou, por meio das estatísticas e comunicados oficiais, a diminuição do índice de acidentes, em 1976 em comparação ao ano de 1975. Neste ano, 1975, ocorreram 1.891.470 acidentes típicos no Brasil e 847.110, no estado de São Paulo. Com relação às doenças do trabalho, os dados revelam que, em 1975, foram registrados 2.280 casos e 1.463 apenas no estado de São Paulo. O que se destaca, nesses dois anos, é que houve uma diminuição nos índices de acidentes de trabalho, porém, verifica-se que houve um aumento nos registros de doenças do trabalho, porém, a autora destaca outro fato interessante,

[...] é que as doenças do trabalho, em relação aos acidentes típicos, são praticamente inexistentes. [...]. Acredito que isto se dê, entre vários motivos, pelo fato da maior parte das doenças do trabalho, não ser considerada ou percebida, como gerada e causada pelas condições de trabalho do operário (Costa, 1981, pp. 19-20).

No ano de 1977, o número de notícias e artigos sobre acidentes de trabalho cai para 12. A diminuição de acidentes do trabalho, sua prevenção, inclusive no trabalho rural, aparece, porém sem grande expressividade. Em uma matéria do O Estado de São Paulo revela a realização dos CONPATs como sendo um dos fatores que contribuíram para a maior conscientização de empregados e empregadores na necessidade de prevenção de acidentes do trabalho, juntamente com convênios com sindicatos operários, equipes técnicas, aulas de prevenção nas escolas, etc (Cohn et al., 1985).

No ano seguinte, em 1978, o tema da redução do número de acidentes se torna tema na imprensa. Em outubro desse ano, discutem-se a responsabilidade pelo acidente de trabalho, a falsificação dos dados pelas empresas, a corrupção do INPS e também dos escritórios de advocacias e denuncia-se a curva ascendente de acidentes de 1967 a 1974 (Cohn et al., 1985).

No ano de 1979 continuam as reportagens de fraudes do INPS. A redução da curva de acidentes e a veracidade ou não dos dados oficiais são temas destacados na 28ª Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Cohn et al., 1985).

O ano de 1980 é marcado pelo fato da imprensa publicar o maior número de artigos sobre acidentes do trabalho desde 1970, com o título da notícia, da Folha de São Paulo, “Acidente de Trabalho, inimigo nº 1”. A reportagem ainda traz um aspecto relevante para se

debater, afirmando que a redução da produtividade de uma empresa em virtude de um acidente seja um grave problema não só para o Brasil, mas para o mundo. Porém, destaca que esse aspecto econômico é importante, mas não seria o mais grave de toda a problemática, pois ainda existe o lado humano da situação, ou seja, o trabalhador acidentado, que além do trauma físico, ainda está sujeito a ficar temporária ou definitivamente incapacitado para o trabalho (Cohn et al., 1985).

Nesse mesmo ano, segue-se uma série de reportagens sobre a década de 1970 sobre os acidentados em Uraí, conhecida como a “cidade dos homens sem braços”, que trabalhavam nas máquinas desfibradoras de rami. “O que consta que, por mais evidente que seja, a própria sociedade não assume como real os acidentes do trabalho. Se os acidentes do trabalho são numericamente negados, o acidentado do trabalho é reiteradamente estigmatizados” (Cohn et al., 1985, p. 25).

Ainda, nessa década, as declarações do Ministério do Trabalho voltam a afirmar que os índices de acidentes de trabalho diminuíram. O jornal Folha de São Paulo publica matéria em que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo denuncia o aumento de acidentes do trabalho. Na reportagem mostrava depoimentos de trabalhadores que perderam dedos ou as mãos e não conseguiam a reintegração em outros setores da empresa, e por esse motivo, foram demitidos.

Continuavam ainda as denúncias sobre a subnotificação dos acidentes. E também sobre a grave denúncia dos equipamentos de proteção individual. Nas denúncias constavam que em meio à crise econômica, os fabricantes de “fundo de quintal” vinham oferecendo aos usuários vantagens nos preços dos produtos, com falsas indicações de certificado de aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho (Cohn et al., 1985).

As críticas quanto aos índices de acidentes de trabalho, divulgadas pelos órgãos responsáveis na análise da estatística de acidentes de trabalho, já se destacavam desde a década de 1980. Pesquisadores já se questionavam acerca da subnotificação das ocorrências. Segundo Costa (1981) deve-se aceitar com reservas a diminuição dos índices dos acidentes típicos.

Em primeiro lugar, pelo fato dessas estatísticas serem elaboradas pelo governo, segundo critérios próprios, sem existir outras fontes que permitam uma comparação. Além do mais, grande número de lesões que os operários sofrem não são reconhecidas oficialmente como acidentes do trabalho. Uma prova disso são os dados sobre as doenças do trabalho, que provavelmente estão extremamente longe de refletir a realidade (Costa, 1981, p. 21).

De acordo com Cordeiro, Sakate, Clemente, Diniz e Donalisio (2005) a subnotificação de acidentes entre trabalhadores do mercado formal seria apenas um aspecto da dificuldade em

se obter informações válidas sobre as ocorrências de acidentes de trabalho no Brasil. Há ainda um desconhecimento sobre o que acontece no setor informal da economia brasileira, do qual não existe nenhum sistema de informação, e cerca de 60% da população brasileira economicamente ativa (PEA) abrange esse setor. “A formulação de políticas públicas para o enfrentamento dessa questão requer informações confiáveis sobre a distribuição, caracterização e determinantes dos acidentes do trabalho” (Cordeiro et al., 2005, p. 255).

Fiorezi e Vieira (2012) salientam que a questão da subnotificação dos dados de acidentes de trabalho é um fator limitante tanto do ponto de vista prevencionista quanto jurídico.

Outros autores também fazem referência à subnotificação dos acidentes de trabalho, como N.S.S. Souza, Santana, Albuquerque-Oliveira e Barbosa-Branco (2008) que afirmam que no tocante às doenças relacionadas ao trabalho, um fator que pode amplificar a subnotificação é a controvérsia em torno da relação causal com o trabalho. Segundo os autores, o nexos causal, no caso dos acidentes de trabalho típico, seria um pouco menos subjetivo. As maiores dificuldades para o estabelecimento do nexos causal seriam com relação às doenças.

O sub-registro lesa o trabalhador que, ao não ter a doença caracterizada como relacionada ao trabalho, não tem seus direitos reconhecidos. Também prejudica a elaboração de políticas públicas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, uma vez que não se dispõe de informações confiáveis desses agravos (N.S.S. Souza et al., 2008, p. 638).

A subnotificação dos acidentes de trabalho se torna um grave problema de saúde pública. O problema da notificação acaba por dificultar ações de vigilância no âmbito da saúde do trabalhador. Além de comprometer a concessão dos direitos trabalhistas e também previdenciários aos quais os trabalhadores têm por direito.

Cabral, Soler e Lopes (2014) afirmam que são vários fatores que contribuem para a subnotificação dos acidentes de trabalho, desde aqueles ligados ao tipo de ocorrência, à metodologia de investigação da ocorrência, até a sua homologação pelo INSS.

Tavares et al. (2014), em um estudo sobre as características dos acidentes de trabalho no Piauí e a sua contribuição para o panorama estatístico brasileiro e da região nordeste, salientam que os dados de acidentes são comprometidos devido ao sub-registro, ao considerar acidentes de menor gravidade em virtude da menor frequência de registro correspondente a este tipo de consequência.

Um dos problemas que temos encontrado nas pesquisas sobre acidentes de trabalho é a dificuldade em se obter dados confiáveis das estatísticas de acidentes no Brasil. Os números

levantados pelos órgãos responsáveis no levantamento desses números são questionáveis e duvidosos, por não abranger a totalidade das ocorrências, principalmente, nos casos de acidentes considerados leves.

De acordo com Binder e Cordeiro (2003) os dados são levantados por meio do documento denominado Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), desenvolvido pela Previdência Social, com fins securitários. Apenas incluem os trabalhadores do setor formal que estão cobertos pelo seguro acidente.

Para Tavares et al. (2014) a subnotificação proporciona vários problemas na área da saúde do trabalhador, pois dificulta traçar um diagnóstico da real situação do trabalhador no país.

A subnotificação impede o conhecimento da verdadeira situação epidemiológica e, conseqüentemente, prejudica a proposição e implementação de estratégias preventivas específicas, pois a fundamentação em dados reais é que permite sustentar políticas de segurança a fim de tornar o trabalhador menos vulnerável a riscos em seu ambiente ocupacional (Tavares et al., 2014, p. 77).

Um dos aspectos também se refere a inexistência de um Sistema de Informação (SI) que permita estimar e acompanhar o real impacto do trabalho sobre a saúde da população. E uma das principais questões gira em torno da existência de evidências de grande quantidade de casos de não-diagnóstico ou não registro daqueles acidentes que resultam em consequências consideradas menos graves para a saúde das vítimas. “O mesmo se dá, provavelmente em proporção ainda maiores, com os casos de doenças relacionadas ao trabalho” (Ministério da Saúde, 2006a, p. 8).

Em estudos realizados por Cohn et al. (1985) destaca que entre os anos de 1975-1982 ocorreu uma redução em números absolutos de acidentes do trabalho no Brasil, o que leva as autoras a questionarem a consistência das estatísticas oficiais.

No ano de 1982, segundo dados de Cohn et al. (1985), publicados pela Previdência Social, foram registrados cerca de 1 milhão e 200 mil casos de acidentes de trabalho.

As estatísticas na entrada da década de 1980, considerada a década perdida, diminuíram nas estatísticas oficiais, porém isso não advém da decorrência da campanha de prevenção de acidentes.

Segundo Cohn et al. (1985), mesmo que se aceite essa diminuição do número de acidentes nessas décadas, a sua gravidade tem aumentado. Wunsch Filho (1999) destaca que até os anos de 1983 a curva de acidentes de trabalho no Brasil era declinante, mas volta ascender, atingindo seu pico máximo entre os anos de 1985-1986. Mais tarde, retorna o declínio,

que se prolonga até 1992, quando novamente o número de ocorrências torna-se ascendente. O autor constata uma flutuação correlata dos acidentes de trabalho com o PIB per capita.

Com relação aos acidentes fatais, Waldvogel (1999) afirma que a inexistência de uma base de dados completa sobre os casos fatais de acidentes é uma das grandes dificuldades nos estudos relativos à mortalidade por acidentes do trabalho. Segundo a autora, os dados sobre as mortes são provenientes de registros administrativos, e as fontes principais advêm da declaração de óbito e os processos de acidentes do trabalho.

Waldvogel (1999) continua afirmando que a principal vantagem da declaração de óbito, como fonte de dados para os estudos sobre mortalidade por acidentes do trabalho, é a diversidade de informações contidas no documento, como informações sobre o trabalhador falecido, sexo, idade, estado civil, ocupação, município de residência, bem como o tipo de causa externa de morte. Outra vantagem é que abrange todos os trabalhadores, seja este com vínculo empregatício formal ou informal. Porém, a autora também destaca uma desvantagem da declaração de óbito como fonte para estes estudos, que é a subnotificação do quesito específico sobre a circunstância da morte como resultante de um acidente de trabalho, o que interfere na identificação e na quantificação dos casos fatais deste tipo de acidente, e também não detecta detalhes importantes como por exemplo, o local do acidente.

Já o processo de acidente do trabalho consiste no processo aberto e liquidado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a partir da CAT. Porém, os dados dos processos de acidentes do trabalho referem-se apenas aos trabalhadores contribuintes do INSS, ficando excluídos aqueles cujos dependentes desconhecem se a morte foi em virtude de um acidente de trabalho, aqueles cujos dependentes residem em outros estados, os trabalhadores rurais, os funcionários público e os trabalhadores que não são contribuintes do INSS (Waldvogel, 1999).

O sistema de informação sobre acidentes e doenças do trabalho do INSS,

[...] apresenta diversas limitações para as análises da mortalidade, pois registra apenas os totais dos casos fatais de acidentes do trabalho, sem nenhuma caracterização destes eventos. Este fato faz com que a construção de um banco de dados detalhados sobre os casos fatais só seja possível por intermédio de um levantamento específico, nas agências e postos do INSS espalhados em todo o território nacional (Waldvogel, 1999, p. 127).

A Portaria No. 777, de 2004, do Ministério da Saúde, dispõe sobre os procedimentos técnicos para a notificação compulsória de agravos à saúde do trabalhador em rede de serviços sentinela específica, no Sistema Único de Saúde (SUS). O instrumento de Notificação Compulsória é a Ficha de Notificação, padronizada pelo Ministério da Saúde, de acordo com o

fluxo do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) (Ministério da Saúde, 2004).

A Rede Sentinela de Notificação Compulsória de Acidentes e Doenças Relacionadas ao Trabalho é constituída por: Centros de Referência em Saúde do Trabalhador; hospitais de referência para o atendimento de urgência e emergência e ou atenção de média e alta complexidade, credenciados pelo sentinela; e serviços de atenção básica e de média complexidade também credenciados como sentinelas, por critério a serem definidos em instrumento próprio (Ministério da Saúde, 2004).

Segundo essa Portaria, do Ministério da Saúde (2004), considera-se agravos de notificação compulsória: acidente de trabalho fatal; acidente de trabalho com mutilações; acidente com exposição a material biológico, acidente de trabalho em crianças e adolescentes; dermatoses ocupacionais; intoxicações exógenas (por substância químicas, incluindo agrotóxicos, gases tóxicos e metais pesados; lesões por esforços repetitivos (LER), distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT); pneumoconioses; perda auditiva induzida por ruído (PAIR); transtornos mentais relacionados ao trabalho e câncer relacionado ao trabalho.

No ano de 2014, as Portarias No. 1.271, de 06 de junho e No. 1.984, de 12 de setembro revisaram a lista de doenças, agravos e eventos de notificação compulsória no território nacional, incluindo também aqueles relacionados ao trabalho. A primeira estabelece que os acidentes com exposição à material biológico, acidentes graves e fatais, , intoxicação exógena e violência passam a ser de notificação universal, em serviços de saúde públicos e privados. A segunda trata da notificação em unidades sentinela de agravos relacionados ao trabalho, como câncer, dermatoses, LER/DORT, PAIR, pneumoconioses e transtornos mentais (Ministério da Saúde, 2014a, 2014b).

Ainda que haja a obrigatoriedade da notificação nos casos de acidentes de trabalho, a questão da subnotificação dessas ocorrências continua sendo grave em nosso país. Waldvogel (2003) afirma que a consequência mais grave dos acidentes do trabalho é a morte do trabalhador, porém nem todos os casos fatais chegam ao conhecimento das autoridades competentes. Segundo a autora,

Isso ocorre ou pela falta de tradição dos profissionais da saúde em notificar as ocorrências associadas às atividades laborais, ou pela omissão das empresas em notificar esses eventos, apesar de serem de notificação obrigatória. Assim, a grande dificuldade nos estudos relativos à mortalidade por acidentes do trabalho é a inexistência de uma base de dados completa e detalhada sobre os casos fatais (Waldvogel, 2003, p. 42).

Outros autores questionam a questão da inadequação do sistema de registro sobre os acidentes de trabalho. Santana, Maia, Carvalho e Luz (2003) destacam que os acidentes de trabalho ainda constituem um grave problema de saúde pública. Os acidentes de trabalho acometem pessoas jovens e em idade produtiva, acarretando consequências sociais e econômicas. Os acidentes podem ser fatais assim como podem deixar o trabalhador incapacitado para exercer qualquer outra atividade.

As vítimas dos acidentes de trabalho são todos os trabalhadores, homens e mulheres, em idade produtiva. Os acidentes de trabalho são visto por muitos autores como sendo uma forma de violência.

O entendimento do acidente como uma forma de violência impõe à área de saúde do trabalhador novas relações no interior da Saúde Pública, bem como interfaces disciplinares e setoriais. Sob esta perspectiva, a mortalidade por acidente de trabalho torna-se socialmente visível (Machado & Minayo-Gomez, 1994, p. 74).

Os autores relacionam a violência e o processo de trabalho, tendo como pressuposto que o elevado índice de acidentes de trabalho no Brasil caracteriza uma forma de violência estrutural nos locais de trabalho.

Navarro, Alessi e Lima (2001) também alegam que os acidentes de trabalho são uma forma de violência. A violência que está presente no mundo do trabalho torna-se preocupante, ainda mais quando se observa o aumento do mercado informal, o que pode agravar a questão dos acidentes e aumentar a subnotificação. “[...] Com a informalização do trabalho se tornam mais difíceis e, muitas vezes, mesmo impraticáveis, as ações de vigilância e fiscalização nos ambientes de trabalho” (Navarro et al., 2001, p. 231).

Os acidentes de trabalho como forma de violência expressam a realidade e o sofrimento vivenciado por milhares de trabalhadores. A violência dos acidentes de trabalho deixa marcas no corpo e na mente do indivíduo.

Dal Rosso, Barbosa e Fernandes Filho (2001) deixam claro ao afirmar que podemos obter uma boa representação dessa violência no trabalho quando atentamos para o número de acidentes e de doenças e, principalmente, para as mortes ocorridas no exercício da atividade laboral. “[...] Vidas de trabalhadores são sacrificadas, seus corpos e suas mentes, mutilados; carregam durante intervalos ou para o resto de sua vida, as marcas desse tipo de violência” (p. 88).

A problemática dos acidentes de trabalho torna-se muito mais dramática do que os números revelam, pois, de acordo com Cohn et al. (1985, p. 37) “[...] à medida que reduz ou

extingue a capacidade individual de trabalho, para o trabalhador representa a cassação do seu direito de viver dignamente como ser humano ou mesmo do direito à própria vida”.

Isto, sem dúvida, representa a violência no mundo do trabalho. Ao sofrer um acidente de trabalho, a vida do trabalhador é sacrificada, não podendo exercer, temporariamente ou pelo resto de sua vida, nenhuma atividade laboral.

De acordo com as autoras Cohn et al. (1985, p. 52) “não só somos todos responsáveis por essa forma de violência que agride a nós mesmos como temos todos a responsabilidade pelas múltiplas e sucessivas violências a que o acidentado do trabalho é submetido”.

Com relação à responsabilidade de todos nós com essa forma de violência, as autoras ainda afirmam que,

O acidente em si não só é uma violência que a sociedade busca tornar invisível, como é origem de uma cadeia de violências sucessivas de que o acidentado é alvo. Como não nos sentirmos agredidos por essa realidade e não nos sentirmos responsáveis pela situação da moça de vinte anos que, tendo três dedos da mão direita decepados, não quer ficar noiva por não ter onde colocar a aliança, ou pelo chefe de família que, ao ter sua mão esquerda decepada na altura da metade do antebraço, sofre a rejeição de seus filhos menores? (Cohn et al., 1985, p. 57).

A violência dos acidentes de trabalho não só lesa fisicamente o trabalhador, mas também acarreta o estigma social e esses indivíduos, muitas vezes, são colocados como inválidos pela sociedade. Além disso, não podemos esquecer que, diante de um evento traumático como o acidente, há também o sofrimento psíquico vivenciado pelo trabalhador. O estresse psicológico, o medo, a insegurança, a tristeza, a indignação invadem o bem estar do indivíduo agravando, ainda mais, o seu estado de saúde.

2.2 Estatística de Acidentes de Trabalho

Os acidentes de trabalho são um grave problema de saúde em todo mundo. O número de ocorrências de acidentes de trabalho apesar de ser um problema antigo, adquire uma dimensão preocupante nos dias de hoje.

Na década de 1970 o Brasil ficou conhecido como o país campeão mundial de acidentes de trabalho. Na época foram registrados mais de um milhão de acidentes de trabalho. Até o ano de 1974, o número se elevou drasticamente, fato que permitiu o Brasil ostentar o título

desonroso de campeão em acidentes de trabalho. No ano seguinte, em 1975, observa-se uma diminuição desses números.

A despeito da diminuição de seu número nas estatísticas oficiais, sua ocorrência ainda é muito elevada, por isso, os acidentes de trabalho se constituem em um grave problema social, econômico, político e de saúde pública. Paim (2007) salienta que apesar da queda do número de acidentes do trabalho no Brasil ao longo de décadas, o problema ainda é alarmante.

A seguir demonstraremos a evolução dos acidentes de trabalho ao longo da década de 1970 e 1980.

Tabela 2 - *Evolução no número de acidentes do trabalho no Brasil (1968-1982)*

Ano	Número de acidentes de trabalho no Brasil
1968	454.097
1969	1.059.296
1970	1.220.111
1971	1.349.906
1972	1.540.546
1973	1.676.936
1974	1.839.972
1975	1.938.277
1976	1.743.825
1977	1.614.750
1978	1.564.380
1979	1.444.627
1980	1.464.211
1981	1.270.465
1982	1.178.472

Fonte: INPS. Mensário Estatístico conforme citado por Cohn et al. (1985)

No ano de 1975, o número de acidentes de trabalho atinge seu pico máximo. A década de 1970 foi o período do crescimento econômico no Brasil. Fato em que muitos autores, como Wünsch Filho (1999), defendem a correlação existente entre o aumento do número de acidentes e as flutuações econômicas.

De acordo com Cohn et al. (1985), para os autores que defendem a tese de que os acidentes acompanham o processo de desenvolvimento econômico, verifica-se no período de 1968-1975, um aumento no número de acidentes, que passa de 450 mil para quase dois milhões de ocorrências. Para os defensores dessa correlação, “[...] seria o preço que o país estaria pagando pelo seu processo de desenvolvimento econômico” (p. 36).

As autoras Cohn et al. (1985) questionam essa afirmação, porém destacam que é evidente que nestes anos o Brasil estava retomando o ciclo ascendente da economia. As autoras contradizem ao afirmar que a mão de obra ocupada não duplicou de um ano para o outro. E mesmo que o emprego continuasse em crescimento nos anos posteriores, não foi na mesma proporção do crescimento do número de acidentes de trabalho.

Certamente ocorreram neste período uma forte intensificação do ritmo de trabalho e degeneração das próprias condições de trabalho, além de as políticas de arrocho salarial e de controle da ação sindical tornarem o operariado extremamente vulnerável na defesa dos seus interesses, que mal se restringem apenas ao salário (Cohn et al., 1985, p. 36).

Por outro lado, no ano de 1976 ocorre uma diminuição no número de acidentes. Este período, sem deixar de reconhecer algum mérito nas campanhas preventiva, está relacionado com o declínio da atividade econômica. “Não que o empregador se preocupe mais com a integridade física dos trabalhadores, mas estes ocultam as pequenas lesões que não os impede de trabalhar em vista do escasseamento crescente das oportunidades de emprego” (Cohn et al., 1985, p. 36).

A tabela a seguir representa o número de acidentes de trabalho ocorrido entre os anos de 1988 a 2010, elaborada pela Previdência Social. Os dados revelam o total de acidentes ocorridos em cada período e também o número dessas ocorrências segundo o motivo, sendo acidente típico, acidente de trajeto ou doença ocupacional.

Tabela 3 - Estatística de Acidentes de Trabalho (1988-2010)

		Com CAT Registrada				Sem CAT registrada
			Motivo			
Ano	Total	Total	Típico	Trajeto	Doenças do Trabalho	
1988	991.581	991.581	926.354	60.202	5.025	---
1989	888.443	888.443	825.081	58.524	4.838	---
1990	693.572	693.572	632.012	56.343	5.217	---
1991	632.322	632.322	579.362	46.679	6.281	---
1992	532.514	532.514	490.916	33.299	8.299	---
1993	412.293	412.293	374.167	22.709	15.417	---
1994	388.304	388.304	350.210	22.824	15.270	---
1995	424.137	424.137	374.700	28.791	20.646	---
1996	395.455	395.455	325.870	34.696	34.889	---
1997	421.343	421.343	347.482	37.213	36.648	---
1998	414.341	414.341	347.738	36.114	30.489	---
1999	387.820	387.820	326.404	37.513	23.903	---
2000	363.868	363.868	304.963	39.300	19.605	---
2001	340.251	340.251	282.965	38.799	18.487	---
2002	393.071	393.071	323.879	46.881	22.311	---
2003	399.077	399.077	325.577	49.642	23.858	---
2004	465.700	465.700	375.171	60.335	30.194	---
2005	499.680	499.680	398.613	67.971	33.096	---
2006	512.232	512.232	407.426	74.636	30.170	---
2007	659.523	518.415	417.036	79.005	22.374	141.108
2008	755.980	551.023	441.925	88.742	20.356	204.957
2009	733.365	534.248	424.498	90.180	19.570	199.117
2010	709.474	529.793	417.295	95.321	17.177	179.681

Fonte: Ministério da Previdência Social (2011a).

Por meio da tabela, percebe-se que há uma diminuição dos números de acidentes e um aumento das doenças do trabalho. O número de doenças do trabalho atinge o pico máximo no ano de 1997, com 36.648 registros. De 1995 a 2003, ocorre uma oscilação no número de acidentes de trabalho, ora os números se elevam, ora diminuem. De 2005 a 2010, os números continuaram a subir nas estatísticas de acidentes de trabalho total.

Apenas no ano de 2007 verifica-se a divisão do número de acidentes com CAT registrada e sem CAT registrada. Foi nesse mesmo ano que o Decreto No. 6.042 (2007), de 12/02, altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto No. 3.048, 06 de maio de 1999 disciplina a aplicação, acompanhamento e avaliação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) e do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) (Ministério da Previdência Social, 2011a).

No Brasil preconiza-se a definição jurídica de acidentes de trabalho,

[...] que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, com o segurado empregado, trabalhador avulso, médico residente, bem como com o segurado especial, no exercício de suas atividades, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução, temporária ou permanente, da capacidade para o trabalho (Ministério da Previdência Social, 1999).

De acordo com o Anuário Estatístico da Previdência Social, elaborado pelo Ministério da Previdência Social (2013a), consideram-se acidente do trabalho a doença profissional e a doença do trabalho. Equiparam-se também ao acidente do trabalho: aquele ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a ocorrência da lesão; certos acidentes sofridos pelo segurado no local e no horário de trabalho; a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade; e o acidente sofrido a serviço da empresa ou no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado e vice-versa.

Os acidentes com CAT registrada correspondem ao número de acidentes cuja Comunicação de Acidentes do Trabalho foi cadastrada no INSS. Não são contabilizados o reinício de tratamento ou afastamento por agravamento de lesão de acidente do trabalho ou doença do trabalho, já comunicados anteriormente ao INSS. Já os acidentes sem CAT registrada correspondem ao número de acidentes cuja Comunicação de Acidentes do Trabalho não foi cadastrada no INSS, ou seja, o acidente é identificado por meio de um dos possíveis nexos, como por exemplo, o Nexo Técnico Profissional/Trabalho, Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) ou Nexo Técnico por Doença Equiparada a Acidente do Trabalho. Esta identificação é feita pela nova forma de concessão de benefícios acidentários.

O Ministério da Previdência Social distingue três tipos de acidentes de trabalho: o acidente típico, o acidente de trajeto e o acidente devido à doença do trabalho.

Os acidentes típicos são os acidentes decorrentes da característica da atividade profissional desempenhada pelo acidentado. Os acidentes de trajeto são os acidentes ocorridos

no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado e vice-versa e os acidentes devido à doença do trabalho são os acidentes ocasionados por qualquer tipo de doença profissional peculiar a determinado ramo de atividade constante na tabela da Previdência Social (Ministério da Previdência Social, 2013b).

O Ministério da Previdência Social (2013b) também destaca os acidentes liquidados, a assistência médica, a incapacidade temporária e a incapacidade permanente. Os acidentes de trabalho liquidados correspondem ao número de acidentes cujos processos foram encerrados administrativamente pelo INSS, depois de completado o tratamento e indenizadas as sequelas. A assistência médica corresponde aos segurados que receberam apenas atendimentos médicos para sua recuperação para o exercício da atividade laborativa.

Com relação a incapacidade temporária, esta compreende os segurados que ficaram temporariamente incapacitados para o exercício de sua atividade laborativa em virtude de acidente ou doenças do trabalho. Nos primeiros 15 dias consecutivos ao afastamento da atividade, é responsabilidade da empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral. Após este período, o segurado deverá ser encaminhado à perícia médica da Previdência Social para requerimento do auxílio-doença acidentário. No caso de trabalhador avulso e segurado especial, o auxílio-doença acidentário é pago a partir da data do acidente.

Já a incapacidade permanente refere-se aos segurados que ficaram permanentemente incapacitados para o exercício laboral. É dividido em dois tipos: parcial e total. A incapacidade permanente parcial refere-se ao fato do acidentado em exercício laboral, após o devido tratamento psicofísico-social, apresentar sequela definitiva que implique em redução da capacidade. Esta informação é captada a partir da concessão do benefício auxílio-acidente por acidente de trabalho. A incapacidade permanente total ocorre quando o acidentado em exercício laboral apresentar incapacidade permanente e total para o exercício de qualquer atividade laborativa. Esta informação é captada a partir da concessão do benefício aposentadoria por invalidez por acidente do trabalho.

Por último, o Ministério da Previdência Social (2013b) destaca os óbitos que correspondem a quantidade de segurados que faleceram em função do acidente do trabalho.

A partir do ano de 2007, o INSS institui uma nova sistemática de concessão de benefícios acidentários que teve impacto sobre a forma como são levantadas as estatísticas de acidentes do trabalho. Em 2004, o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aprovou a Resolução No. 1.236/2004 com uma metodologia para flexibilizar as alíquotas de contribuição destinadas ao financiamento do benefício aposentadoria especial e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa, decorrentes dos riscos ambientais do

trabalho. Essa metodologia visava fortalecer o tema: “prevenção e proteção contra os riscos derivados dos ambientes do trabalho e aspectos relacionados à saúde do trabalhador” (Ministério da Previdência Social, 2013b).

No entanto, essa nova metodologia necessitava de uma fonte primária, que juntamente com a CAT, minimizasse a subnotificação dos acidentes e das doenças do trabalho e a consequente bonificação para sonegadores de informação.

Estudos aplicando fundamentos estatísticos e epidemiológicos, mediante o cruzamento dos dados de código da Classificação Internacional de Doenças – CID 10 e de código da Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE, permitirá identificar forte associação entre diversas lesões, doenças, transtornos de saúde, distúrbios, disfunções ou a síndrome de evolução aguda, subaguda ou crônica, de natureza clínica ou subclínica, inclusive morte, independentemente do tempo de latência (formas que convencionou se denominar, no âmbito da Previdência Social “agravo”) e diversas atividades desenvolvidas pelo trabalhador (Ministério da Previdência Social, 2013a).

A partir dessa identificação, associação entre agravos e atividade laboral, foi possível ao Ministério da Previdência Social, construir uma matriz, com pares de associação de códigos do Cadastro Nacional de Atividade Econômica (CNAE) e da CID-10 que subsidia a análise da incapacidade laborativa pela medicina pericial do INSS: o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP). Por isso, o NTEP surge como mais um instrumento auxiliar na análise e conclusão acerca da incapacidade laborativa pela perícia médica do INSS.

A perícia médica, após a implementação do NTEP, passou a adotar três etapas sequenciais e hierarquizadas para a identificação e caracterização da natureza da incapacidade, ou seja, se é acidentária ou não-acidentária (previdenciária). Essas etapas, de acordo com o Ministério da Previdência Social (2013a) são:

- 1) Identificação de ocorrência de Nexo Técnico Profissional ou do Trabalho (NTPT) – verificação da existência da relação “agravo – exposição” ou “exposição – agravo”.
- 2) Identificação de ocorrência de Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) – averiguação do cruzamento do código da CNAE com código da CID-10 e a presença na matriz do NTEP.
- 3) Identificação de ocorrência de Nexo Técnico por Doença Equiparada a Acidente do Trabalho (NTDEAT) – implica a análise individual do caso, mediante o cruzamento de todos os elementos levados ao conhecimento do médico-perito da situação geradora da incapacidade e a anamnese.

A ocorrência de qualquer um dos três nexos implicará na concessão de um benefício de natureza acidentária. Mas se não houver nenhum dos nexos, o benefício será classificado como previdenciário.

De acordo com Lourenço e Bertani (2010), por meio dos avanços propostos pelo NTEP, começam a dar visibilidade social às doenças relacionadas ao trabalho, principalmente as doenças mentais e as doenças osteomusculares.

O NTEP foi implementado nos sistemas informatizados do INSS, para concessão de benefícios, em abril de 2007, e de imediato provocou mudanças no perfil de concessão de auxílios-doença de natureza acidentária. Com o Decreto No. 6.042 (2007), que cria o NTEP, foi proposto a inversão do ônus da prova, pois tradicionalmente, era de responsabilidade do trabalhador comprovar se o seu problema estaria ou não relacionado ao trabalho, mas a partir do NTEP, essa relação passa a ser definida por critérios epidemiológicos e cabe ao empregador provar que não existe nexo entre o agravamento à saúde e o trabalho (Lourenço & Bertani, 2010).

A lei NTEP fez emergir uma maior dimensão das doenças ocupacionais decorrentes de riscos clássicos e da emergência de novos riscos a exemplo da emergência dos riscos psicossociais como causa de distúrbios mentais, como neuroses, psicoses, depressão, estresse pós-traumático. O NTEP se tornou um marco normativo de referência, com reflexos profundos na prevenção e reparação de acidentes de trabalho no Brasil (Y.G. Sousa, Medeiros, & Medeiros, 2014).

Com o Decreto No. 6.042, de 12 de fevereiro de 2007, a Previdência Social aprova a aplicação, o acompanhamento e a avaliação do fator Acidentário de Prevenção (FAP) e o Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) (Decreto No. 6.042, de 2007).

O FAP consiste em um multiplicador que varia de 0,5 a 2 pontos, a ser aplicado às alíquotas de 1%, 2% ou 3% da tarificação coletiva por subclasse econômica, incidentes sobre a folha de salários das empresas para custear aposentadorias especiais e benefícios decorrentes de acidentes de trabalho.

O objetivo do FAP, no entanto, é incentivar a melhoria das condições de trabalho e da saúde do trabalhador estimulando as empresas a implementarem políticas mais efetivas de saúde e segurança no trabalho no intuito de reduzir a acidentalidade. Por isso, o FAP será recalculado periodicamente, ou seja, individualizará a alíquota de 1%, 2% ou 3% prevista no Anexo V do Regulamento da Previdência Social, majorando ou reduzindo o valor da alíquota conforme a quantidade, a gravidade e o custo das ocorrências em cada empresa. Com o FAP, as empresas com mais acidentes e acidentes mais graves passarão a contribuir com um valor maior, enquanto as empresas com menor acidentalidade terão uma redução no valor da

contribuição. Uma nova metodologia para a geração do FAP surgiu, com a Resolução No. 1.316, de 2010, de modo a aperfeiçoar a metodologia, garantindo justiça na contribuição do empregador³⁶.

O benefício acidentário é devido ao segurado acidentado ou aos seus dependentes, quando o acidente ocorre no exercício do trabalho a serviço da empresa, equiparando-se a este a doença profissional ou do trabalho ou, ainda, quando sofrido no percurso entre a residência e o local de trabalho, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a redução da capacidade para o trabalho. Os benefícios acidentários são classificados em: aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-acidente³⁷ (Ministério da Previdência Social, 2013a).

Os auxílios previdenciários são classificados em auxílio-doença, auxílio-reclusão e auxílio-acidente. O auxílio-doença tem caráter temporário e é devido ao segurado que fica incapacitado por motivos de doença. O auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado detento ou recluso, desde que este não receba qualquer espécie de remuneração da empresa e nem que esteja recebendo auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço. O auxílio-acidente previdenciário é devido ao segurado que após a consolidação das lesões provocadas por acidente de qualquer natureza sofra redução de capacidade funcional.

Em 2013, a Previdência Social concedeu 5,2 milhões de benefícios, sendo que 86,7% era previdenciários, 6,5% acidentários e 6,8% assistenciais. Em comparação com o ano de 2012, a quantidade de benefícios concedidos cresceu 5,0%, com aumento de 6,3% nos benefícios

³⁶ Nova metodologia para o FAP: “Para os cálculos dos índices de frequência, de gravidade e de custo, foram definidas as seguintes fontes de dados: Registros da Comunicação de Acidentes de Trabalho - CAT relativo a cada acidente ocorrido; Registros de concessão de benefícios acidentários que constam nos sistemas informatizados do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS concedidos a partir de abril de 2007 sob a nova abordagem dos nexos técnicos aplicáveis pela perícia médica do INSS, destacando-se aí o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário - NTEP. O critério para contabilização de benefícios acidentários concedidos é a observação de Data de Despacho do Benefício - DDB dentro do Período-Base (PB) de cálculo; Dados populacionais empregatícios registrados no Cadastro Nacional de Informações Social - CNIS, do Ministério da Previdência Social - MPS, referentes ao Período-Base. As empresas empregadoras informam ao CNIS, entre outros dados, os respectivos segmentos econômicos aos quais pertencem segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, número de empregados, massa salarial, afastamentos, alíquotas de 1%, 2% ou 3%, bem como valores devidos ao Seguro Social. A expectativa de sobrevida do segurado será obtida a partir da tábua completa de mortalidade construída pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para toda a população brasileira, considerando-se a média nacional única para ambos os sexos, mais recente no Período-Base” (Ministério da Previdência Social, 2010a).

³⁷ “Tem direito à aposentadoria por invalidez, espécie 92, o segurado acidentado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença acidentário, é considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência. A pensão por morte, espécie 93, é devida ao(s) dependente(s) do segurado que falece em consequência de acidente do trabalho. O auxílio-doença, espécie 91, é devido ao segurado que fica incapacitado, por motivo de doença decorrente de acidente do trabalho. O auxílio-acidente, espécie 94, é devido ao segurado acidentado que, após consolidação das lesões decorrentes do acidente do trabalho, apresenta sequela que implique na redução de sua capacidade laborativa” (Ministério da Previdência Social, 2013a, p. 15).

urbanos e de 0,2% nos benefícios rurais. Os benefícios concedidos à clientela urbana atingiram 80,1% e os concedidos à clientela rural somaram 19,9% do total. Segundo dados do Ministério da Previdência Social (2013a), as espécies mais concedidas foram o auxílio-doença previdenciário, a aposentadoria por idade e o salário-maternidade, com, respectivamente, 43,6%, 12,6% e 12,1% do total.

Os quadros a seguir mostram a quantidade mensal de benefício concedidos aos grupos urbanos e rurais, no ano de 2013.

Grupo de Espécie	Quantidade mensal de benefícios urbanos concedidos											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Total*	311.388	294.329	355.732	392.022	363.679	333.123	351.026	377.188	380.354	380.354	338.111	292.597
Acidentários	23.741	23.076	27.745	30.303	27.801	25.593	26.248	28.969	28.918	28.699	25.310	21.274
Aposentadoria por invalidez	705	823	921	1.027	963	883	929	973	1.036	935	870	825
Pensão por morte	36	24	39	60	36	38	52	54	50	37	33	29
Auxílios	23.000	22.229	26.785	29.216	26.802	24.672	25.267	27.942	27.832	27.727	24.407	20.420
Doença	21.737	21.060	25.280	27.344	24.824	22.773	23.481	25.787	25.889	25.708	22.560	18.836
Acidente	1.255	1.162	1.489	1.849	1.967	1.883	1.760	2.137	1.926	1.997	1.832	1.573
Suplementar	8	7	16	23	11	16	26	18	17	22	15	11

Fonte: Ministério da Previdência Social (2013a)

*Total é referente benefícios Previdenciários, Acidentários, Assistenciais

Quadro 1. Quantidade mensal de benefícios urbanos concedidos, segundo os grupos de espécie, 2013

Grupo de Espécie	Quantidade mensal de benefícios rurais concedidos											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Total*	71.639	68.948	86.202	96.738	93.936	85.901	95.001	94.507	90.811	93.517	86.088	74.438
Acidentários	1.432	1.484	1.864	2.077	1.916	1.674	1.701	1.833	1.700	1.793	1.608	1.363
Aposentadoria por invalidez	57	82	59	72	89	65	59	52	60	65	58	47
Pensão por morte	---	1	2	2	---	---	---	1	1	1	1	---
Auxílios	1.375	1.401	1.803	2.003	1.827	1.609	1.642	1.780	1.639	1.727	1.549	1.316
Doença	1.325	1.338	1.743	1.927	1.756	1.555	1.580	1.710	1.566	1.674	1.498	1.266
Acidente	50	63	60	76	71	54	62	70	73	53	51	50
Suplementar	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Ministério da Previdência Social (2013a)

*Total é referente benefícios Previdenciários, Acidentários, Assistenciais

Quadro 2. Quantidade mensal de benefícios rurais concedidos, segundo os grupos de espécies, 2013

Com relação aos quadros de quantidade de benefícios aos trabalhadores urbanos e rurais percebe-se que há uma maior quantidade de auxílio doenças do que acidentes.

Dados do Ministério da Previdência Social (2012a) apontam que houve uma redução de 7,2% no número de acidentes de trabalho, no Brasil, entre os anos de 2008 a 2010. Em números de ocorrência teve uma queda de 755.980 casos para 701.496 segundo o Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho. Porém, essa tendência não ocorreu com os transtornos mentais e comportamentais, que ocupam o terceiro lugar em quantidade de concessões de auxílio-doença acidentários. Do ano de 2008 para 2009, o número de afastamentos do trabalho em virtude de transtornos mentais e comportamentais subiu de 12.818 para 13.478. Em 2010, houve uma diminuição nesse número, passando para 12.150, mas logo em 2011, a concessão de auxílios-doença em função de transtornos mentais e comportamentais voltou a subir para 12.337 casos. As doenças que mais afastaram os trabalhadores no ano de 2011 foram: Episódios Depressivos, Outros Transtornos Ansiosos e Reações ao Estresse Grave e Transtornos de adaptação³⁸.

De acordo com o Ministério da Previdência Social (2011b, 2012b, 2013c) foram concedidos, no ano de 2011 12.337 benefícios auxílio-doença acidentários, segundo os códigos da CID-10, para os Transtornos mentais e comportamentais. No ano seguinte, em 2012, foram concedidos 11.597 e em 2013, o número de benefícios aumentou para 12.688 casos. Com relação às Doenças do Sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo, no ano de 2011, foram concedidos 83.837 benefícios auxílio-doença acidentários, segundo os códigos da CID-10. O ano de 2012 teve 77.384 concessões beneficiária de auxílio-doença acidentários e no ano de 2013, 76.400 benefícios concedidos³⁹.

As Doenças do Sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo figuram entre os primeiros lugares nas estatísticas de benefícios concedidos para auxílio-doença. Destaca-se entre elas as lesões por esforços repetitivos. O quadro 4, a seguir, mostra a quantidade de auxílios-doença acidentários.

³⁸ Notícia do Ministério da Previdência Social (2012a).

A Agência USP de notícias destacou em 2013 uma pesquisa realizada pelo médico do trabalho João Silvestre da Silva-Júnior, na Faculdade de Saúde Pública da USP, acerca dos afastamentos do trabalho em decorrência de transtornos mentais que levaram ao pagamento de mais de R\$ 211 milhões de novos benefícios previdenciários no ano de 2011. De acordo com o médico, um ambiente de trabalho com pouco apoio social, excessivas demandas e baixo controle sobre as tarefas, recompensas inadequadas ao nível de esforço do trabalhador e o comprometimento individual excessivo são fatores que aumentam a chance de ocorrência de afastamento (Bernardes, 2013).

³⁹ Ministério da Previdência Social (2011b, 2012b, 2013c).

CID-10	Ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Transtornos mentais e do comportamento	2008	689	665	774	832	823	814	807	782	1.756	1.959	1.575	1.342
	2009	1.112	1.137	1.506	1.331	1.294	1.280	1.121	999	1.082	945	1.075	596
	2010	819	683	1.052	980	992	946	722	1.043	1.195	1.353	1.219	1.146
	2011	1.081	1.087	1.133	1.026	1.188	1.031	987	1.007	963	983	954	897
	2012	827	801	1.026	900	1.080	912	1.045	1.114	1.051	1.087	981	773
Doenças do Sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo	2013	951	838	1.073	1.290	1.163	990	1.056	1.065	1.225	1.190	991	856
	2008	7.834	8.218	9.400	10.199	9.183	9.221	9.594	9.428	12.164	12.753	10.432	8.927
	2009	7.716	8.344	10.793	9.634	8.541	8.842	8.244	8.285	8.482	7.343	7.710	4.481
	2010	6.257	5.674	8.506	7.659	7.556	6.580	5.864	7.491	8.358	8.884	7.988	7.453
	2011	6.784	7.453	7.830	7.160	7.575	7.004	6.204	7.805	7.377	6.836	6.285	5.524
	2012	5.751	5.677	7.258	6.260	6.895	6.013	6.476	8.153	6.604	7.016	6.237	5.044
	2013	5.493	5.513	6.772	7.540	6.842	5.975	6.345	6.871	7.023	7.026	6.110	4.890

Fonte: Ministério da Previdência Social (2008, 2009, 2010b, 2011b, 2012b, 2013c).

Quadro 3. Auxílios-doença acidentários segundo os códigos da Classificação Internacional de Doenças - CID-10

Os quadros a seguir mostram a quantidade e valor de auxílios-doença urbanos e rurais acidentários concedidos, por sexo do segurado, segundo os capítulos da CID - 2011/2013.

CID-10	Anos	Auxílios-doença urbanos acidentários concedidos					
		Quantidade			Valor (R\$ Mil)		
		Total	Sexo		Sexo		
			Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Total	2011	297.828	212.952	84.876	285.760	211.583	74.178
	2012	285.982	203.876	82.106	297.617	220.045	77.572
	2013	285.279	199.625	85.654	321.988	234.310	87.678
Transtornos Mentais e Comportamentais	2011	12.231	5.307	6.924	16.109	7.517	8.592
	2012	11.544	5.149	6.395	16.483	7.875	8.608
	2013	12.608	5.338	7.270	19.697	8.914	10.784
Doença do Sistema nervoso	2011	6.280	1.579	4.701	6.338	2.020	4.318
	2012	5.947	1.516	4.431	6.448	2.091	4.357
	2013	6.122	1.461	4.661	7.085	2.202	4.883
Doença do Sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo	2011	77.012	43.705	33.307	78.123	49.691	28.433
	2012	71.107	40.169	30.938	77.975	49.374	28.601
	2013	70.014	38.703	31.311	82.617	51.574	31.044
Lesões, Envenenamento e algumas outras Consequências de causas externas	2011	186.045	150.826	35.219	169.669	140.897	28.772
	2012	181.949	146.000	35.949	180.686	148.785	31.901
	2013	180.653	143.006	37.647	194.681	158.552	36.129

Fonte: Ministério da Previdência Social (2013a)

Quadro 4. Quantidade e valor de auxílios-doença urbanos acidentários concedidos, por sexo do segurado, segundo os capítulos da CID, 2011/2013

CID-10	Anos	Auxílios-doença rurais acidentários concedidos					
		Quantidade			Valor (R\$ Mil)		
		Total	Sexo		Sexo		
			Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Total	2011	21.617	15.483	6.134	11.764	8.425	3.338
	2012	19.226	13.808	5.418	11.959	8.589	3.370
	2013	18.938	13.506	5.432	12.834	9.153	3.681
Transtornos Mentais e Comportamentais	2011	106	44	62	58	24	34
	2012	53	28	25	33	17	16
	2013	80	40	40	54	27	27
Doença do Sistema nervoso	2011	471	118	353	256	64	192
	2012	382	92	290	238	57	180
	2013	413	80	333	280	54	226
Doença do Sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo	2011	6.825	3.984	2.841	3.714	2.168	1.546
	2012	6.277	3.663	2.614	3.904	2.278	1.626
	2013	6.386	3.712	2.674	4.328	2.516	1.812
Lesões, Envenenamento e algumas outras Consequências de causas externas	2011	12.317	10.049	2.268	6.702	5.468	1.234
	2012	11.022	8.967	2.055	6.856	5.577	1.278
	2013	10.517	8.554	1.963	7.127	5.797	1.330

Fonte: Ministério da Previdência Social (2013a)

Quadro 5. Quantidade e valor de auxílios-doença rurais acidentários concedidos, por sexo do segurado, segundo os capítulos da CID, 2011/2013

Nos dois quadros de quantidade de auxílios doença urbanos e rurais percebe-se que, nos dois tipos de segurados, trabalhadores urbanos e rurais, as lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas se destacam entre as doenças que estão relacionadas ao trabalho. Em segundo lugar se destaca as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, seguido dos transtornos mentais e comportamentais, nos auxílios doença para os trabalhadores urbanos e as doenças do sistema nervoso para os trabalhadores rurais.

Ainda tratando-se dos acidentes de trabalho, a tabela a seguir mostra o número de ocorrências de acidentes de trabalho nos anos de 2010 a 2013.

Tabela 4 - *Estatística de Acidentes de Trabalho (2011-2013)*

		Com CAT Registrada				Sem CAT registrada
			Motivo			
			Típico	Trajeto	Doenças do Trabalho	
Ano	Total	Total				
2011	720.629	543.889	426.153	100.897	16.839	176.740
2012	713.984	546.222	426.284	103.040	16.898	167.762
2013	725.664	563.704	434.339	112.183	17.182	161.960
2014	704.136	559.061	427.939	115.551	15.571	145.075

Fonte: Ministério da Previdência Social (2013a) e Ministério da Previdência Social (2014).

* Os dados do ano de 2014 são preliminares, estando sujeitos a correções.

De acordo com a tabela verifica-se um aumento no número total de acidentes com CAT registrada. Há também um aumento dos acidentes considerados típicos, com 426.284 acidentes no ano de 2012 e 434.339 em 2013 e também de trajeto, com 103.040 acidentes em 2012 e no ano de 2013, 112.183 registros de ocorrências. As doenças do trabalho continuam a manter a média ao longo dos três anos analisados.

Do ano de 2013 para 2014 houve uma queda no número de acidentes. No ano de 2014, foram registrados no INSS cerca de 704,1 mil acidentes do trabalho. Se comparado com o 2013, o número de acidentes de trabalho teve um decréscimo de 2,97%. O total de acidentes registrados com CAT diminuiu em 0,82% de 2013 para 2014. Os acidentes típicos têm um maior número de acidentes com relação aos de trajeto (Ministério da Previdência Social, 2014).

Neste ano de 2014, dentre os 50 códigos de CID com maior incidência nos acidentes de trabalho, os de maior participação foram ferimentos do punho e da mão, fratura ao nível do punho ou da mão e traumatismo superficial de punho e da mão. Nas doenças do trabalho, os

CID mais incidentes foram lesões no ombro, sinovite e tenossinovite e dorsalgia. No que tange as partes do corpo atingidas em acidentes de motivo típico, o dedo, a mão e o pé representam a maior incidência. Já nos acidentes de trajeto, as partes múltiplas, pé e joelho foram as de maiores incidência. Nas doenças do trabalho, as partes mais incidentes foram o ombro, o dorso, inclusive músculos dorsais e coluna (Ministério da Previdência Social, 2014).

Com relação às doenças relacionadas ao trabalho, segundo os dados do Ministério da Previdência Social, têm se elevado a cada ano, principalmente o grupo de doenças denominados de lesões por esforços repetitivos e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT).

Segundo a Organização Mundial de Saúde, os distúrbios de saúde ou doenças relacionados ao trabalho dividem-se em duas categorias: doença profissional e doença do trabalho ou relacionada ao trabalho. As doenças profissionais corresponderiam a doenças inerentes às atividades laborais, pois “necessariamente” haveria exposição a esses agentes, assim, nesse caso, o nexo causal entre a atividade e patologias seria automático. Porém, essa suposta inevitabilidade tem sido muito contestada, pois se sabe que a ocorrência dessas doenças associa-se, muitas vezes, a situações de exposição descontrolada e que a falta de medidas de controle não decorre de impossibilidades técnicas, mas de formas de controle gerenciais e políticas de empresários (Ministério da Saúde, 2001). Como exemplo de doenças profissionais, podemos citar a silicose, provocada pela sílica, e a asbestose, provocada pelo asbesto também conhecido como amianto.

Já a categoria de doenças do trabalho ou relacionadas ao trabalho enquadra as afecções nas quais não se identifica apenas um agente causal, mas vários, entre os quais os laborais, ou seja, vários fatores laborais podem contribuir para a sua ocorrência. Neste caso, podemos citar as lesões por esforços repetitivos, conhecidas como LER (Ministério da Saúde, 2001).

As afecções músculo-esquelética relacionadas com o trabalho, conhecidas aqui no Brasil como lesões por esforços repetitivos, representam o principal grupo de agravos à saúde entre as doenças ocupacionais em nosso país (Ministério da Saúde, 2001).

No ano de 2001, o Ministério da Saúde elaborou o livro “Doenças Relacionadas ao Trabalho – Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde”, visando a atenção à saúde do trabalhador, atendendo aos princípios de universalidade, equidade, integralidade e controle social que regem o Sistema Único de Saúde (SUS).

Este manual foi elaborado com a finalidade de orientar os profissionais dos serviços de saúde, em especial na Atenção Básica, quanto aos procedimentos de assistência, prevenção e vigilância da saúde dos trabalhadores e possibilitar a caracterização das relações da doença com

o trabalho, na perspectiva da Saúde do Trabalhador (Ministério da Saúde & Organização Pan-Americana da Saúde, 2001).

O grupo de transtornos, denominados de LER/DORT, apresenta como características comuns aparecimento e evolução de caráter insidioso, origem multifatorial complexa, na qual se entrelaçam inúmeros fatores causais, como exigências mecânicas repetidas por períodos de tempo prolongados, utilização de ferramentas vibratórias, posições forçadas, fatores da organização do trabalho, como por exemplo, exigências de produtividade, competitividade, programas de incentivo à produção e de qualidade. “Essas utilizam estratégias de intensificação do trabalho e de controle excessivo dos trabalhadores, sem levar em conta as características individuais do trabalhador, os traços de personalidade e sua história de vida” (Ministério da Saúde, 2011b, p. 425).

A LER/DORT tem representado importante fração do conjunto dos adoecimentos relacionados com o trabalhador. Porém, essas manifestações não são recentes na literatura. A literatura nos mostra que desde 1717, Ramazzini já escrevia que os movimentos violentos e irregulares, como também posturas inadequadas durante o trabalho, provocam sérios danos ao trabalhador (Barbosa, Santos, & Trezza, 2007).

Nessa época, Ramazzini já descrevia o sofrimento dos artesãos escriturários⁴⁰, sinalizando a leveza e repetitividade do esforço, a sobrecarga estática das estruturas dos membros superiores e a atenção e tensão exigidas (H.P. Ribeiro, 1997).

No Brasil, a primeira referência oficial a esse grupo de afecções do sistema músculo-esquelético foi feita pela Previdência Social, com a terminologia tenossinovite do digitador, por meio da Portaria No. 4.062, de 06 de agosto de 1987. No ano de 1992, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo publicou a resolução SS 197/92, introduzindo oficialmente a terminologia Lesões por Esforços Repetitivos (LER) (Ministério da Saúde, 2001).

Em 1991, ocorre um avanço quando as LER passam a ser consideradas um conjunto de lesões que atinge os membros superiores, não apenas a tenossinovite e não apenas em relação aos digitadores, mas passam a ser conhecidas como doença do trabalho (Verthein & Minayo-Gomez, 2000).

Os autores Verthein e Minayo-Gomez (2000) destacam que em 1991, segundo a Norma Técnica de Avaliação da Incapacidade do Ministério da Previdência Social, foi elaborado um documento sobre as LER, revisto em 1993, com a ampliação do campo de nosografia das LER,

⁴⁰ Nessa época eram citadas as afecções dolorosas decorrentes dos movimentos contínuos da mão realizados pelos escribas e notários, cuja função era registrar manualmente os pensamentos e desejos de príncipes e senhores, com atenção para não errar (Ministério da Saúde, 2006b).

que passa a incorporar as afecções que podem acometer tendões, sinovias, músculos, fáscias, ligamentos isolada ou associadamente, com ou sem degeneração de tecidos que atinge, não somente, os membros superiores, região escapular e pescoço, de origem ocupacional, decorrente de forma combinada ou não do uso repetitivo de grupos musculares, uso forçado de grupos musculares e manutenção de postura inadequada.

Em 1997, os autores ainda ressaltam que ocorre uma nova revisão nessa norma e outras mudanças surgem, com a denominação DORT, abrindo espaço para interpretações psicologizantes dos diagnósticos. Com essa mudança, introduzem-se novos elementos na análise da perícia médica do INSS acerca do processo de adoecimento.

Nas LER, o que se privilegiava era o esforço repetitivo, isto é, a força e a repetição requerida pela musculatura dos membros superiores, em determinadas condições de trabalho, apontadas como núcleo de referência para o esforço e o conseqüente adoecimento. Nos DORT podemos observar dois referenciais distintos: uma atenção aos dados biomecânicos e psicossociais de reconhecida importância no entendimento desta doença; e a análise do distúrbio, o que abre a possibilidade de compreensão da doença atribuída a um caráter constitucional, subjetivo e pessoal (Verthein & Minayo-Gomez, 2000, p. 327).

No Brasil, o termo DORT foi utilizado pela primeira vez pela Previdência Social em 1998, de acordo com a ordem de serviço OS 606, de 05 de agosto de 1998. Essa norma de serviço tratava da Norma Técnica sobre Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho e foi uma atualização da Norma Técnica sobre Lesões por Esforços Repetitivos, de 1993 (Maeno, 2001).

De acordo com o Ministério da Saúde, as LER/DORT são um grupo heterogêneo de distúrbios funcionais que apresentam as seguintes características:

- indução por fadiga neuromuscular causado pelo trabalho estático ou com movimentos repetitivos, principalmente de membros superiores, ritmo elevado de trabalho;
- quadro clínico variado incluindo queixas de dor, formigamento, dormência, choque, peso e fadiga precoce;
- presença de entidades ortopédicas definidas como: tendinite, tenossinovite, sinovite, peritendinite, de ombros, cotovelos, punhos e mãos, epicondilite, tenossinovite estenosante (DeQuervain), dedo em gatilho, cisto, síndrome do túnel do carpo, síndrome do túnel ulnar (nível de cotovelo), síndrome do pronador redondo, síndrome do desfiladeiro torácico, síndrome cervical, neurite digital, entre outras;

– presença de quadros em que as repercussões são mais extensas, generalizadas: síndrome miofascial, mialgia, síndrome da tensão do pescoço, distrofia simpático-reflexa (Ministério da Saúde, 2001).

A Instrução Normativa INSS/DC No. 98, de 05 de dezembro de 2003 prevê uma atualização clínica das lesões por esforços repetitivos (LER) e Distúrbios osteomusculares relacionados ao Trabalho (DORT). A terminologia DORT tem sido preferida por alguns autores em relação a outros tais como Lesões por Traumas Cumulativos (LTC), Lesões por Esforços Repetitivos (LER), Doença Cervicobraquial Ocupacional (DCO), e Síndrome de Sobrecarga Ocupacional (SSO), por evitar que na própria denominação já se apontem causas definidas (como por exemplo: “cumulativo” nas LTC e “repetitivo” nas LER) e os efeitos (como por exemplo: “lesões” nas LTC e LER) (Instituto Nacional do Seguro Social [INSS], 2003).

Apesar da atualização do termo, ainda é encontrado na literatura a denominação LER/DORT para designar as doenças relacionadas ao trabalho. Desta forma, segundo essa Instrução Normativa de 2003,

Entende-se LER/DORT como uma síndrome relacionada ao trabalho, caracterizada pela ocorrência de vários sintomas concomitantes ou não, tais como: dor, parestesia, sensação de peso, fadiga, de aparecimento insidioso, geralmente nos membros superiores, mas podendo acometer membros inferiores. Entidades neuro-ortopédicas definidas como tenossinovites, sinovites, compressões de nervos periféricos, síndromes miofaciais, que podem ser identificadas ou não. Frequentemente são causa de incapacidade laboral temporária ou permanente (INSS, 2003).

Com relação aos aspectos epidemiológicos, recorremos ao advento da Revolução Industrial. Gravina (2002) destaca que é a partir da Revolução Industrial que começam a aparecer os casos de lesões por esforços repetitivos com maior frequência, devido a maior mecanização da produção com o advento do computador e mais recentemente com a automação.

Nas últimas décadas, com a transformação no processo de produção, com a reestruturação produtiva, com as elevadas exigências de produção, com a competitividade exacerbada, com as mudanças na gestão do trabalho e com as novas políticas de gestão de pessoal, o que antes se restringia aos artesãos, escribas e digitadores, se estende a diversas categorias profissionais (Chiavegato Filho & Pereira Junior, 2004).

A alta prevalência das LER/DORT tem sido associada às transformações que ocorreram no trabalho. De acordo com H.P. Ribeiro (1997), o trabalho mecânico, cada vez mais

automatizado, passou a exigir maior destreza das mãos, o que elevou os casos de lesões por esforços repetitivos.

Em nível de tecnologia, o que marca essa inflexão é a acelerada automação dos processos de produção, não mais mecânica, mas eletro-eletrônica, simbolizada pelos *robôs* e computadores. No mesmo passo, as LER deixaram de ser um modo de adoecimento de umas poucas categorias de trabalhadores, para ser de todas e a ocorrer tão freqüentemente que se tornaram um grave problema do trabalho, social e de saúde pública (H.P. Ribeiro, 1997, p. 87).

Na década de 1990, esse problema se agravou com o processo de reestruturação produtiva. Segundo Franco-Benatti (2011), toda essa conjuntura teve consequência sobre a saúde dos trabalhadores, devido a adoção de novas tecnologias, de métodos gerenciais e da precarização das relações de trabalho.

De acordo com Torres, Chagas, Moreira, Barreto e Rodrigues (2011), o emprego de novas tecnologias não tem sido utilizado no sentido de aliviar a carga de trabalho ou até mesmo de permitir uma maior autonomia dos trabalhadores na realização do mesmo, mas sim, no sentido de impor uma maior exigência do ritmo de trabalho, o que está relacionado com a expansão das LER/DORT.

De acordo com Ministério da Saúde (2006b), a alta prevalência das LER/DORT tem sido explicada por transformações do trabalho e das empresas, cuja organização tem se voltado para o estabelecimento de metas e produtividade, “[...] considerando suas necessidades, particularmente de qualidade dos produtos e serviços e aumento da competitividade de mercado, sem levar em conta os trabalhadores e seus limites físicos e psicossociais” (p. 3).

A organização do trabalho, atualmente, exige a adequação do trabalhador para que este atenda as exigências propostas pelas empresas. O mundo do trabalho está pautado pela intensificação do trabalho, com aumento das jornadas, prescrição rígida dos protocolos e procedimentos, o que impede a criatividade do trabalhador, impactando no seu bem estar. Há uma exigência tanto física quanto psíquica desse trabalhador que deve atender adequadamente os princípios regidos pelas organizações.

Às exigências psicossociais não compatíveis com características humanas, nas áreas operacionais e executivas adiciona-se o aspecto físico-motor, com alta demanda de movimentos repetitivos, ausência e impossibilidade de pausas espontâneas, necessidade de permanência em determinadas posições por tempo prolongado, atenção para não errar e submissão a monitoramento de cada etapa dos procedimentos, além de mobiliário, equipamentos e instrumentos que não propiciam conforto (Ministério da Saúde, 2006b, p. 3).

Desta forma, diante da alta incidência de LER/DORT, parece haver um consenso, entre estudiosos, de que a LER/DORT resultam do entrelaçamento de três conjuntos de fatores envolvidos na dor músculo-esquelética:

- fatores biomecânicos presentes na atividade;
- fatores psicossociais relacionados à organização do trabalho;
- fatores ligados à psicodinâmica do trabalho ou aos desequilíbrios psíquicos gerados

em certas situações especiais de trabalho na gênese do processo de adoecimento.

Por isso, torna-se importante entender a questão do trabalho e o processo de intensificação do ritmo laboral na sociedade contemporânea para que se possa tentar compreender como se dá o desgaste da saúde do trabalhador.

Os transtornos mentais e do comportamento também têm se destacado nas estatísticas da Previdência Social nos últimos anos. Os transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho resultam não apenas de fatores isolados, mas de contextos de trabalho em interação com o corpo e aparato psíquico dos trabalhadores.

As ações implicadas no ato de trabalhar podem atingir o corpo dos trabalhadores, produzindo disfunções e lesões biológicas, mas também reações psíquicas às situações de trabalho patogênicas, além de poderem desencadear processos psicopatológicos especificamente relacionados às condições do trabalho desempenhado pelo trabalhador (Ministério da Saúde & Organização Pan-Americana da Saúde, 2001, p. 161).

O trabalho hoje, na nossa sociedade, tem tido um lugar de destaque na vida das pessoas, não somente pela garantia de subsistência, mas por envolver aspectos sociais também. Porém a falta do trabalho ou até mesmo a ameaça de perda do emprego geram um intenso sofrimento psíquico, pois ameaça a subsistência de toda a família do trabalhador e também gera no indivíduo um sentimento de insegurança, de angústia, desespero, podendo caracterizar quadros ansiosos e até mesmo depressivos. Esta insegurança da perda do emprego, da concorrência do mercado de trabalho, da incorporação da tecnologia nos ambientes de trabalho têm repercutido na saúde mental dos trabalhadores.

As Ler/Dort acarretam profundos impactos na saúde dos trabalhadores, pois de acordo com P.W.T. Moraes e Bastos (2013), além das despesas previdenciárias, há o custo organizacional pela diminuição da produtividade e recolocação de funcionários, além de desencadear o aumento do absenteísmo, perda da lucratividade e da qualidade nos serviços. Para os trabalhadores, estes passam a enfrentar um imenso sofrimento psíquico, estresse e insatisfação com o trabalho, que por sua vez, afetam a capacidade de sentir prazer e afetam a qualidade de vida.

Várias situações vividas no trabalho, pelo trabalhador, como por exemplo um fracasso, um acidente de trabalho, uma mudança de posição, seja ela ascensão ou queda na hierarquia podem determinar quadros psicopatológicos diversos, desde os transtornos de ajustamento ou reações ao estresse até depressões graves e incapacitante. O processo de comunicação dentro do ambiente de trabalho, moldado pela cultura organizacional, também é considerado fator importante na determinação da saúde mental (Ministério da Saúde & Organização Pan-Americana da Saúde, 2001).

A lista de transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho, de acordo com a Portaria/MS No. 1.339/1999, engloba as seguintes doenças:

- Demência em outras doenças específicas classificadas em outros locais
- *Delirium*, não-sobreposto à demência, como descrita
- Transtorno cognitivo leve
- Transtorno orgânico de personalidade
- Transtorno mental orgânico ou sintomático não especificado
- Alcoolismo crônico (relacionado ao trabalho)
- Episódios depressivos
- Estado de estresse pós-traumático
- Neurastenia (inclui síndrome de fadiga)
- Outros transtornos neuróticos especificados (inclui neurose profissional)
- Transtorno do ciclo vigília-sono devido a fatores não-orgânicos
- Sensação de estar acabado (síndrome de *burn-out*, síndrome do esgotamento profissional).

Tanto a saúde mental, a saúde física e a saúde social são indispensáveis para a vida de todos os seres humanos e são aspectos da vida que estão entrelaçados. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) à medida que cresce a compreensão desse relacionamento, torna-se evidente que a saúde mental é indispensável para o bem estar de todos os indivíduos (WHO, 2001).

De acordo com a OMS, aproximadamente 20% de todos os doentes atendidos por profissionais de cuidados primários de saúde têm uma ou mais perturbações mentais e comportamentais. Calcula-se que no ano de 1990, as perturbações mentais e comportamentais tenham sido responsáveis por 10% do total de anos de vida ajustados em razão da incapacidade (AVAI) perdidos, por todas as doenças e lesões. Essa proporção aumentou para 12% no ano de 2000 e estima-se que até o ano de 2020 haja um crescimento representado por essas perturbações para 15%. A depressão causa a maior proporção de incapacidade, representando

quase 12% do total. “Até 2020, se persistirem as tendências da transição demográfica e epidemiológica, a carga da depressão subirá a 5,7% da carga total de doenças, tornando-se a segunda maior causa de AVAI perdidos” (WHO, 2001, p. 69).

Com relação ao trabalho, Jardim, Ramos e Glina (2010) salientam que não é uma tarefa fácil estabelecer relações de determinação entre o trabalho e as doenças ou transtornos mentais, pois se trata de um processo diagnóstico que se dá em diversos níveis,

[...] mas que necessariamente passa pela clínica, pois somente nesse nível pode-se estabelecer um vínculo entre teoria a respeito do psíquico ou uma classificação dos transtornos mentais e os efeitos do trabalho ou, mais especificamente, da organização do trabalho sobre os trabalhadores (Jardim et al., 2010, p. 50).

Assim, as autoras ainda destacam que os transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho podem ser definidos como aqueles determinados pelos lugares, tempo e ações do trabalho. As ações implicadas no ato de trabalhar podem não só atingir o corpo dos trabalhadores, produzindo disfunções e lesões biológicas, mas podem acarretar reações e efeitos psíquicos devido às situações de trabalho.

O desgaste mental gerado nas situações de trabalho, segundo Seligmann-Silva (2011), pode ter papel importante na gênese de acidentes de trabalho, pois o desgaste atinge os dois âmbitos que se entrelaçam na vida mental, o cognitivo e o psicoafetivo. Isto significa que o desgaste prejudica a concentração da atenção, o uso da memória, o raciocínio, além de impedir a rapidez necessária para se tomar algumas decisões em situações de emergência. Esses prejuízos também se estendem à qualidade da comunicação e das interações sociais estabelecidas no ambiente de trabalho.

Muitos estudiosos buscam respostas para a complexidade da rede causal no que se refere aos acidentes de trabalho. Por isso, torna-se importante discutir brevemente sobre a questão da culpabilização dos acidentes de trabalho.

Os acidentes do trabalho constituem fenômeno de múltiplas facetas, segundo Vilela, Iguti e Almeida (2004). A ocorrência de um acidente traz à tona a face existencial, a técnica e a jurídica, ou seja, concomitantemente ao drama existencial que acarreta para a vítima e os familiares, os acidentes costumam ser seguidos de iniciativas técnicas que visam compreender suas causas e podem possibilitar ações no âmbito judicial.

Um fato importante a ser destacado é que, muitas vezes, o acidente é visto como natural, ou seja, está ligado a qualquer sociedade que se industrializa. Costa (1981) salienta que

geralmente é aceito que é próprio de todo trabalho conter certa dose de periculosidade e expor o trabalhador a determinados acidentes ou doenças consequentes do trabalho.

Um dos grandes problemas, segundo a autora, é quando o acidente é visto como inerente ao próprio trabalho, sustentado pela ideia de risco profissional, isto é, a ideia de que o operário, ao executar o seu trabalho, poderá contrair determinadas doenças ou até mesmo algum acidente, independentemente de sua vontade e das medidas de segurança e prevenção possíveis de serem adotadas.

O simples fato de trabalhar, poderá trazer consequências à saúde e integridade do trabalhador, pois o risco é concebido como algo ligado intrinsecamente ao trabalho, como algo que poderá atingir o operário, trazendo-lhe inclusive a morte (Costa, 1981, p. 14).

O Fórum sobre “Acidente de Trabalho, análise, prevenção e aspectos associados”, propôs, no ano de 2013, um manifesto público visando ao banimento dos métodos de análise de acidentes baseados em atos inseguros, que culpabilizam os trabalhadores, vítimas de acidentes, pelas ocorrências de acidentes.

Em junho de 2013, foi elaborado um abaixo-assinado Manifesto sobre “O Papel nefasto da ‘culpa da vítima’ para a análise e prevenção dos acidentes de trabalho”. Este manifesto destaca e critica, entre outros aspectos do contexto sócio econômico e cultural brasileiro, a predominância e manutenção da explicação de acidentes como fenômenos decorrentes do erro humano. Essa ideologia do erro humano está implantada no país desde a década de 1970, na qual se encontra a naturalização, a individualização do risco e a responsabilização do trabalhador pelas ocorrências desencadeadoras de acidentes, apontando como o elo fraco da corrente da segurança, o descumprimento de regras, a desatenção, a negligência e a imprudência como causadoras de seu próprio acidente⁴¹.

Esta visão ainda predomina muito no meio profissional e até mesmo esse argumento circula entre os trabalhadores que, muitas vezes, atribuem a culpa de seus acidentes a si mesmo, perpetuando essa noção de ato inseguro. Um dos problemas, com relação a esse conceito de ato inseguro, é que ao colocar a culpa no indivíduo, ou seja, culpabilizar as vítimas pelas ocorrências de acidentes de trabalho, deixa com que outros fatores, de segurança, determinantes organizacionais, processos de trabalho perigosos, condições de trabalho precários sejam analisados como fatores dessas ocorrências.

⁴¹ “Abaixo-assinado” (2013).

De acordo com I.M. Almeida e Jackson Filho (2007), os fatores identificados como mais importantes nas análises de acidentes se referem a comportamentos humanos

Esses comportamentos costumam ser descritos e discutidos com o uso de categorias como atos e condições (ambientes) inseguros ou fora de padrão, falhas humanas ou técnicas ou outras abordagens de formato dicotômico que adotam como pressuposto a idéia de existência de um jeito certo, ou seguro, de realizar aquela ação que seria previamente conhecido do operador envolvido e que, na situação do acidente, teria deixado de ser usado como resultado de uma escolha consciente, originada em aspectos do próprio indivíduo, quiçá, de sua personalidade descuidada, indisciplinada ou equivalente (I.M. Almeida & Jackson Filho, 2007, p. 8).

A análise de acidentes é sempre influenciada pela visão ou compreensão do analista acerca desses eventos. Porém, de acordo com Vilela et al. (2004) nem sempre o ponto de vista numa determinada concepção são claramente assumidos ou compreendidos por esse analista. A existência de uma determinada concepção de acidentes associada a cada proposta de análise pode causar certa estranheza.

Predomina no mundo e no Brasil “[...] a compreensão de que o acidente é um evento simples, com origens em uma ou poucas causas, encadeadas de modo linear e determinístico” (Vilela et al., 2004, p. 571). Assim, privilegia a ideia de que os acidentes decorrem de falhas dos operadores que não respeitam às normas ou prescrições de segurança, ou seja, atos inseguros originados em aspectos psicológicos dos trabalhadores. Portanto, a responsabilidade pelo acidente de trabalho é do próprio trabalhador.

Predomina o paradigma cultural, no Brasil, que o sistema técnico é confiável e o ser humano constitui o elo frágil da corrente. Por isso, as falhas humanas são consideradas decorrentes de fatores individuais e do desrespeito às normas prescritas, em razão de decisões conscientes dos trabalhadores. Por isso a realidade brasileira em Saúde e Segurança no Trabalho (SST) é heterogênea, pois gera desde eventos adversos de diagnóstico evidente até situações mais complexas que demandam estudos aprofundados (Ministério do Trabalho e Emprego, 2010).

A realidade brasileira em SST é extremamente heterogênea. Gera desde eventos adversos de diagnóstico evidente até situações complexas que demandam estudos aprofundados. Em situações de incidência elevada de acidentes do trabalho geralmente os problemas são identificados com relativa facilidade. Nesses casos, o desrespeito à legislação é flagrante e as ações de prevenção são óbvias (Ministério do Trabalho e Emprego, 2010, p. 7).

No ano de 2010, o Ministério do Trabalho e Emprego elaborou o Guia de Análise de Acidentes de Trabalho que inclui a história do próprio ministério na busca pela redução dos acidentes.

A maioria dos eventos adversos é previsível e prevenível e, ao contrário de constituir obra do acaso, como sugere a palavra “acidente”, são fenômenos socialmente determinados, relacionados a fatores de risco presentes nos sistemas de produção. O conhecimento derivado da sua análise amplia as possibilidades de prevenção (Ministério do Trabalho e Emprego, 2010, p. 7).

A análise de acidentes de trabalho vem sendo discutida por muitos estudiosos que trouxeram contribuições ao estudo dos acidentes. Essas análises passam a beneficiar-se de contribuições de diversas escolas de pensamento acerca dos acidentes. Entre algumas delas estão:

- As concepções de Reason: propõe o modelo sistêmico de acidentes. Classifica duas concepções de acidentes: a da engenharia (ênfata a quantificação da probabilidade de eventos e as falhas de concepção, ensejando o surgimento de propostas de sistemas de gestão de segurança e saúde no trabalho e de melhoria das interfaces de troca de informação); e a organizacional (o erro é muito mais consequência do que causa e que suas origens estariam em condições latentes, incubadas na história do sistema, ou seja, associadas às escolhas estratégicas adotadas desde sua concepção e às políticas de gestão assumidas). Para o autor, os erros ativos (violações voluntárias ou involuntárias) têm pouca importância para a prevenção de acidentes e, no entanto, a correção das condições latentes (associadas às decisões relativas às escolhas de tecnologias e materiais usados no sistema, às políticas que adota, às suas práticas de manutenção) é apontada como fundamental para a prevenção desses eventos (Ministério do Trabalho e Emprego, 2003; Vilela et al., 2004)⁴².

I.M. Almeida (2006) destaca que a contribuição mais importante a ser destacada dos estudos de Reason talvez,

[...] seja a idéia de que para os interessados na prevenção de acidentes o caminho a seguir não é o do estudo dos “erros humanos”. Em especial, quando essa expressão é tomada no sentido de *erros ativos*, entendidos como resultados de falhas do indivíduo ou operador que os cometeu. As características do comportamento humano no trabalho

⁴² O texto de Vilela et al. (2004) baseia-se na obra de Reason J. (1997). Reconciling the different approaches to safety management. In J. Reason (Ed.). *Managing the risks of organizational accidents* (pp. 223-241). Aldershot: Ashgate. E a Cartilha do Ministério do Trabalho e Emprego (2003) baseia-se nas obras de Reason, J. (1999). *Human error* (2nd ed.). Cambridge: Cambridge University Press Reason, J. (1997). *Managing the risks of organizational accidents*. Aldershot: Ashgate.

levam estudiosos do tema a reconhecer que “errar é humano”, ou seja, que o erro sempre vai existir e que, por isso, a prevenção ideal deve basear-se na abordagem de características do sistema que aumentam as chances de ocorrência desses erros (I.M. Almeida, 2006, pp. 4-5).

Vilela et al. (2004) ainda argumentam que a técnica de análise de acidentes, conhecida como árvore de causas, adota o conceito de variação como um dos seus principais pilares de sustentação, apresentado de modo muito próximo dessa visão, apesar da ênfase que dá a definição de variações, que deve basear-se na noção de trabalho real e não em normas, regras ou prescrições.

Para Binder e Almeida (1997), o método árvore de causas é baseado na teoria de sistemas, o qual aborda o acidente de trabalho como fenômeno complexo, pluricausal e revelador de disfunção na empresa, considerada como um sistema sócio-técnico aberto. O método utiliza o conceito de variação, entendida como mudança ocorrida em relação ao funcionamento habitual do sistema, da indústria, oficina, considerada indispensável à ocorrência de acidente. Mas também utiliza o conceito de atividade, constituída de quatro componentes: indivíduo (considerado em seus aspectos físicos e psico-fisiológicos); tarefa (sequência de operações executadas pelo indivíduo e passível de observação; material (máquinas, instrumentos, ferramentas, matérias-primas e insumos necessários ao desenvolvimento do trabalho); meio de trabalho (entendido em seus aspectos físicos e em suas relações sociais).

Identificados os fatores de acidente – variações e fatos habituais – do modo mais exaustivo possível, a construção da árvore não é senão o estabelecimento das ligações lógicas existentes entre esses, realizado retroativamente a partir da lesão. Esse processo permite ampliar consideravelmente os conhecimentos a respeito dos fatores que participaram da ocorrência do acidente, pois obriga a pesquisa ‘das causas das causas’, interrompida quando certos fatos, cronologicamente muito anteriores à lesão, foram esquecidos ou quando o investigador avalia que já dispõe de quadro suficientemente coerente e completo do acidente (Binder & Almeida, 1997, p. 751).

- A concepção de acidente normal ou sistêmico proposta por Perrow dá origem a uma concepção de acidente que tem vida própria e é adotada em estudos de desastres ocorridos em sistemas complexos. Na visão de Perrow, sempre haverá interações de natureza inesperada, complexas, incompreensíveis em tempo real para os operadores e capazes de desencadear, de

forma irreversível, o acidente. O acidente, então, seria normal não por ser frequente, mas por ter origem em propriedades inerentes ao sistema (Vilela et al., 2004)⁴³. Para Perrow,

[...] a impossibilidade de previsão de interações estreitamente interligadas e o fato de que uma vez ocorridas, essas interações serem incompreensíveis durante período de tempo crítico, em sistemas complexos que lidam com tecnologias de alto risco o acidente seria evento normal e inevitável (Ministério do Trabalho e Emprego, 2003, p. 59)⁴⁴.

Perrow classifica os sistemas em simples e complexos em virtude do tipo de interações que existem entre seus elementos. Nos sistemas simples predominam interações que são do tipo previsível, ou seja, simples, como por exemplo aquelas presentes numa série de pedras de um dominó, na qual a queda daquelas que estão à sua frente é facilmente previsível. Já nos complexos, há maior frequência de interações provenientes do acúmulo de aspectos que, vistos isoladamente, não são considerados como risco e, mesmo em seu conjunto, não permitem prever os desfechos a que se associam (I.M. Almeida, 2006)⁴⁵.

- As concepções de Hollnagel: além da referência ao modelo de gestão do erro, Hollnagel cita dois outros, o da gestão do desvio de desempenho (destaca a ideia de desvio que tem origem em causas manifestas e latentes a serem geridas pela busca de sinais ou avisos de sua existência quanto pela sua supressão. O termo desvio é usado para indicar mudança em relação ao que é esperado, ou seja, previamente conhecido, por exemplo uma norma, como também em relação ao habitual, entendido de modo equivalente pelos operadores. O acidente é compreendido como sinal de disfunção no sistema sociotécnico); e o da gestão da variabilidade de desempenhos (destaca a contribuição de abordagens cognitivas que rompe com a leitura que vê o erro sempre como evento negativo. A variabilidade do trabalho pode ser tanto negativa quanto positiva. Trabalhar implica a adoção de estratégias cognitivas de gestão da atividade, desde seu planejamento à sua execução. As representações mentais do que vai ser e do que está sendo feito são influenciadas por aspectos do tempo, como hora do dia, idade dos componentes; da história do indivíduo, dos grupos e da empresa a que se vincula, como das características técnicas e organizacionais do sistema e do contexto sócio-político-econômico em que está inserido. O erro é um dos sinais que orienta a equipe sobre o que está ocorrendo, do controle

⁴³ Os autores se baseiam na obra de Perrow, C. (1999). *Normal accident. Living with high risk technologies*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

⁴⁴ A Cartilha do Ministério do Trabalho e Emprego (2003) se baseia no trabalho de Perrow, C. (1999). *Normal accident. Living with high risk technologies*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

⁴⁵ I.M. Almeida (2006) se baseia na obra de Perrow, C. (1999). *Normal accidents. Living with high-risk technologies*. 2.ed. Princeton, NJ: University Press.

ou não da atividade. Segundo esse enfoque, sua ocorrência revela que a representação mental da atividade, ou seja, o que fazer, seja como fazer, não está de acordo com a realidade. No entanto, os procedimentos usados para elaborar e atualizar esse modelo mental foram exatamente os mesmos usados nas situações sem acidente. Para Hollnagel, as origens dessa variabilidade podem ser identificadas e monitoradas) (Vilela et al., 2004)⁴⁶.

Segundo Vilela et al. (2004) essa forma de pensar o trabalho sugere compreender o acidente como um indicador da ruptura da compreensão da atividade, do compromisso cognitivo usado pelos operadores na gestão da atividade. “No entanto, embora o acidente nos mostre o momento em que ocorre a ruptura, ele não nos permite compreender em que consiste esse compromisso. Para desvendá-lo, torna-se necessária a realização de análises complementares, entre elas, a da própria atividade” (p. 573).

- As concepções de Neboit: ao discutir as abordagens do fator humano na saúde e segurança, Neboit descreve quatro enfoques: da unicausalidade; multicausal; dimensão sistêmica de explicação; abordagens de confiabilidade. O surgimento da multicausalidade representou o rompimento com a visão reducionista acerca de acidentes, servindo de base para o surgimento das compreensões sistêmicas e da confiabilidade humana. A visão sistêmica estaria representada por contribuições que romperam com a noção de Ergonomia de Posto de Trabalho, introduzindo ideias como as de Confiabilidade e Ergonomia de Sistemas. O enfoque da confiabilidade humana centra-se no estudo da evolução tecnológica e organizacional, explorando aspectos como os da mediação simbólica e da complexidade e também do modo como as ciências humanas abordam o acidente (Vilela et al., 2004)⁴⁷.

- As concepções de Llory: seu modelo psicoorganizacional de acidentes não perde o foco da importância da compreensão de aspectos técnicos que estão presentes nos acidentes, mas ressalta sua insuficiência para a compreensão desses eventos. O acidente é apontado como um forte revelador de aspectos da história da organização, principalmente, daqueles relacionados às suas origens, que estavam incubados. A dimensão subjetiva é reconhecida tanto em nível individual como no das relações horizontais e verticais estabelecidas no trabalho (Vilela et al., 2004)⁴⁸. Em publicações recentes Llory usa a expressão acidente organizacional para referir-se a acidentes que ocorrem em sistemas complexos e que utilizam tecnologia de alto risco. O autor, em seus estudos, enfatiza a necessidade de conhecer a percepção dos

⁴⁶ Os autores se baseiam na obra de Hollnagel E. Accident models and accident analysis.

⁴⁷ Os autores se baseiam na obra de Neboit M. Abordagem dos fatores humanos na prevenção de riscos do trabalho.

⁴⁸ Os autores se baseiam na obra de Llory, M. (1999). *Acidentes industriais: O custo do silêncio*. Rio de Janeiro, RJ: MultiMais e Llory, M. (1999). *Postface*. (1999). In M. Llory (Ed). *L'accident de la centrale nucléaire de Three Mile Island*. (pp. 337-342). Paris: L' Harmattan.

operadores e também a de suas chefias, que permanecem em silêncio na maioria dos eventos (Ministério do Trabalho e Emprego, 2003)⁴⁹.

- Contribuições da Ergonomia, da Psicologia e da Engenharia: ressaltam a importância da compreensão da variabilidade normal e incidental do sistema e o papel do componente humano desse sistema na identificação e correção dessas perturbações. Os autores adeptos a essas contribuições destacam a importância de se compreender o processo pelos operadores para a realização da gestão cognitiva dos riscos, antes do início da atividade, utilizando-se também da antecipação dos riscos e da elaboração de um plano que orientará sua atuação, e também durante a atividade, quando a detecção e correção de erros guia a intervenção, levando a ajustes do plano inicial. Em alguns estudos da gestão cognitiva, alguns autores utilizam os conceitos de representação e apontam a importância de aspectos da história de vida, como por exemplo, a formação, a experiência profissional e competência na construção de sentido por parte dos operadores (Ministério do Trabalho e Emprego, 2003).

- A corrente apresentada por Dejours, outro autor que mostra a presença de dimensões não-conscientes associadas aos gestos usados no trabalho. O autor aponta o uso de uma inteligência prática e do corpo do trabalhador nas atividades. Para os operadores, é importante que exista o reconhecimento da utilidade do que fazem, mas, sem dúvida, o reconhecimento do sentido que eles ou seu coletivo de trabalho dão ao que fazem (Ministério do Trabalho e Emprego, 2003)⁵⁰.

- Concepções de Dwyer: desenvolveu a teoria de acidentes como eventos socialmente produzidos. As relações sociais estabelecidas no trabalho na forma de recompensa, de comando e da organização são determinantes nas origens dos acidentes de trabalho. Para ele, a dimensão individual complementa as fontes de origens desses eventos (Ministério do Trabalho e Emprego, 2003).

Segundo Aersa e Dwyer (2010) os acidentes fazem parte dos eventos ocorridos em sociedade e isso explica o porquê de eles poderem ser considerados como um problema social. Os autores compartilham da ideia de que a percepção dos trabalhadores sobre os acidentes de trabalho é uma dimensão essencial para a compreensão e entendimento deste problema.

A questão dos acidentes de trabalho, segundo Aersa e Dwyer (2010) pode ser vista a partir de duas lógicas: a preventiva e a da reparação.

⁴⁹ A Cartilha do Ministério do Trabalho e Emprego (2003) se baseia na obra de Llory, M. (1996). *Accidents industriels: Le coût du silence*. Paris: Editions L'Harmattan e Llory, M. (1999). *L'accident de la centrale nucléaire de three mile island*. Paris: L'Harmattan.

⁵⁰ A Cartilha do Ministério do Trabalho e Emprego (2003) se baseia na obra de Dejours, C. (1997). *A falha humana*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.

À refutação, por parte de alguns sistemas jurídicos oficiais, da concepção dos acidentes enquanto eventos exclusivamente imprevisíveis ou fruto da imprudência dos trabalhadores, ficou subjacente a ideia da responsabilidade pelo risco gerado nos locais de trabalho (o que veio abrir espaço para outros actores responsáveis pelos sinistros); este foi um marco histórico para os movimentos sociais do século XIX que lutavam por melhores condições de trabalho e maior justiça social no âmbito laboral (Aerosa & Dwyer, 2010, p. 3).

Os acidentes são eventos que ocorrem num determinado tempo e espaço, ou seja, possuem um contexto histórico que, a nosso ver, se encontram interligados com as características dos processos de trabalho e das condições dos ambientes laborais.

O entendimento da problemática dos acidentes de trabalho tem sofrido alterações durante as últimas décadas. Os acidentes deixaram de ser concebidos apenas como fenômenos fortuitos e individuais e passaram a ser integrados na sua análise fatores sociais e organizacionais. A tese central da teoria sociológica de Dwyer⁵¹ preconiza que os acidentes de trabalho são, em grande medida, o resultado de relações sociais (Aerosa & Dwyer, 2010).

Várias são as abordagens que buscam a compreensão dos acidentes de trabalho no mundo que trazem relevante contribuição para a Saúde do Trabalhador. A saúde dos trabalhadores é condicionada por diversos fatores, os sociais, os econômicos, os tecnológicos e os organizacionais que estão relacionados ao perfil de produção e consumo, além de outros fatores, como o risco de natureza físicos, químicos, biológicos, mecânicos e ergonômicos presentes nos ambiente de trabalho.

Pode-se dizer que o perfil de morbimortalidade dos trabalhadores no Brasil caracteriza-se pela coexistência de

[...] agravos que têm relação com condições de trabalho específicas, como os acidentes de trabalho típicos e as doenças profissionais, doenças que têm sua frequência, surgimento ou gravidade modificados pelo trabalho, denominadas doenças relacionadas ao trabalho, doenças comuns ao conjunto da população, que não guardam relação de causa com o trabalho, mas condicionam a saúde dos trabalhadores (Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência Social, & Ministério da Saúde, 2004, p. 6).

⁵¹ No âmago da teoria sociológica de Dwyer existem três níveis sociais com capacidade para explicar o desenvolvimento das relações entre empregadores e trabalhadores, que seriam a recompensa, o comando e o organizacional, porém, Dwyer acrescenta um quarto nível, de caráter não-social, chamado de indivíduo-membro. Para ele, a importância de cada um destes níveis é construída nos próprios locais de trabalho. “[...] os acidentes de trabalho dependem da relação directa ou indirecta dos trabalhadores com os riscos. Os acidentes são também vistos como uma situação de erro específico, produzido organizacionalmente, fruto do funcionamento e interação das quatro dimensões” (Aerosa & Dwyer, 2010, p. 5).

No que tange à saúde dos trabalhadores, os dados disponíveis, geralmente, se referem à saúde dos trabalhadores urbanos. De acordo com Wünsch Filho (2004) com relação à saúde dos trabalhadores rurais, o quadro social e econômico das regiões se traduz em informações pouco precisas no que tange a situação dos agravos relacionados ao trabalho nessa área.

O Ministério da Previdência Social (2013b) destaca que no ano de 2011, de acordo com a distribuição por setor de atividade econômica, o setor Agropecuária, participou com 4,0% do total de acidentes registrados com CAT. O setor Indústria com 47,1% e o de Serviços com 48,3%. Nos acidentes típicos, os subsetores com maior participação nos acidentes foram Comércio e reparação de veículos automotores, com 12,4% e Saúde e serviços sociais, com 10,9% do total. Com relação aos acidentes de trajeto, as maiores participações foram dos subsetores Comércio e reparação de veículos automotores e Serviços prestados a empresa, com respectivamente 18,9% e 13,8% do total. Nas doenças de trabalho, os subsetores Atividades financeiras, com participação de 13,0% e Comércio e reparação de veículos automotores com 11,1% do total.

A lavoura da cana-de-açúcar se enquadra, na Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE 2.0), no grupo da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura. A cana-de-açúcar pertence à produção de lavouras temporárias, entre outras: cultivo de cereais, cultivo de algodão herbáceo e de outras fibras de lavoura temporária, cultivo de fumo, cultivo de soja, cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja e cultivos de plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente.

A tabela a seguir mostra a quantidade de acidentes do trabalho, por situação do registro, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas:

01.11-3 Cultivo de cereais

01.12-1 Cultivo de algodão herbáceo e de outras fibras de lavoura temporária

01.13-0 Cultivo de cana-de-açúcar

01.14-8 Cultivo de fumo

01.15-6 Cultivo de soja

01.16-4 Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja

01.19-9 Cultivo de plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente

Tabela 5 - Quantidade de acidentes do trabalho, por situação do registro, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNAE			Com CAT Registrada												Sem CAT registrada					
			Total						Motivo						Doenças do Trabalho					
									Típico											
2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013
0111	864	808	747	640	598	586	558	519	514	75	74	68	7	5	4	224	210	161		
0112	296	245	173	263	224	154	237	205	136	21	18	18	5	1	–	33	21	19		
0113	5.605	4.830	4.069	4.737	4.127	3.526	4.429	3.914	3.300	261	195	207	47	18	19	868	703	543		
0114	29	51	26	20	47	22	8	8	14	10	38	6	2	1	2	9	4	4		
0115	1.288	1.383	1.385	1.079	1.179	1.175	971	1.017	1.024	98	150	143	10	12	8	209	204	210		
0116	120	103	79	86	63	53	72	54	45	13	9	8	1	–	–	34	40	26		
0119	378	373	360	294	289	278	244	247	236	48	39	40	2	3	2	84	84	82		

Fonte: Ministério da Previdência Social (2013b)

Pela tabela percebe-se que os números de acidentes de trabalho relacionados com a agricultura da cana-de-açúcar se destacam entre o grupo de lavouras temporárias, seguido dos acidentes de trabalho ocorridos com o cultivo de soja.

No ano de 2011 foram registrados 5.605 acidentes de trabalho na lavoura da cana-de-açúcar. Em 2012, o número caiu para 4.830 acidentes e no ano seguinte, em 2013, para 4.069 acidentes registrados com o cultivo de cana.

Em estudos com trabalhadores rurais entre os anos 1999, 2000 e 2001, M.A.M. Silva (2008), mostra que a atividade canavieira apresenta o segundo maior número de acidentes. A média desse triênio coloca, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, as Atividades de Atendimento Hospitalar em primeiro lugar em acidentes de trabalho, seguido, então do cultivo da cana-de-açúcar.

Novamente, retoma-se a questão da subnotificação dos acidentes no meio rural. Os acidentes considerados leves, geralmente, não são notificados e por sua vez não entram nas estatísticas do número de acidentes total. O acidente leve, muitas vezes, não gera perda de capacidade laboral dos trabalhadores. E por este fato, nem sempre o trabalhador é socorrido em unidades de Pronto Atendimento.

De qualquer maneira, a comunicação do acidente de trabalho, para a Previdência, é obrigatório. Qualquer acidente de trabalho, por mais leve que seja, deve ser comunicado, estando a subnotificação sujeita a multa. Apesar disso, a subnotificação ocorre, principalmente quando o acidente não é considerado grave e não gera afastamento do serviço (M.A.M. Silva, 2008, p. 18).

De acordo com M.A.M. Silva (2008), um acidente de trabalho pode ser definido de diversas maneiras. Para o próprio acidentado, pode ser considerado com um acontecimento causal, imprevisto, em que ninguém pode ser considerado culpado. Para a autora, nem todos os acidentados definem o acidente de trabalho dessa forma, mas por meio de informações obtidas com trabalhadores rurais, a autora considera que eles o definem dessa maneira.

A autora ainda salienta que o acidente de trabalho dos trabalhadores rurais como um acontecimento esperado, ocorrido em virtude da organização do trabalho que exige alta produtividade e mantém condições insatisfatórias de segurança.

Com relação ao auxílio-acidente de trabalho, a Previdência Social tem por objetivo assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente. De acordo com a Lei No.

8. 212, de 24 de julho de 1991, a organização da Previdência Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes: universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição; valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo; cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente; preservação do valor real dos benefícios; previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

Segundo Schwertner e Decker (2014), consta na Lei No. 8.213, de 24 de julho de 1991, como segurado obrigatório, o trabalhador rural na condição de segurado especial, aquele que trabalha individualmente ou em regime de economia familiar. Segundo a lei, também são segurados obrigatórios da Previdência Social, as seguintes pessoas físicas: como empregado, aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado; como empregado doméstico, aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos; como contribuinte individual; como trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural; como segurado especial, produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro, arrendatários rurais, pescador artesanal e o assemelhado.

De acordo com o Ministério da Previdência Social (2012c), o auxílio acidente é um benefício pago ao trabalhador que sofreu um acidente e ficou com sequelas que reduzem sua capacidade de trabalho. É concedido para segurado que recebia auxílio-doença acidentário ou previdenciário. Tem direito ao auxílio-acidente o trabalhador empregado, o trabalhador avulso e o segurado especial.

O trabalhador rural está regulado pela Lei No. 5.889 (1973), regulamentado pelo Decreto No. 73.626 (1974) e também no artigo 7º da Constituição Federal de 1988 (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). No artigo 7º da Constituição Federal destacam-se os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social. Podem-se citar alguns como, por exemplo: relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa; seguro-desemprego; fundo de garantia do tempo de serviço; salário mínimo; piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo; garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; repouso semanal remunerado; gozo de férias anuais remuneradas; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias; licença-paternidade; proteção do mercado de trabalho da mulher; redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; aposentadoria; seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa; ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos; proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

No dia 04 de março de 2015, foi publicado uma matéria, cujo título é “Direitos ainda são violados 52 anos após estatuto do trabalhador rural”, no site do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que destaca que esse estatuto estaria completando 52 anos, caso ainda estivesse em vigor.

Alfonsin (2015) destaca no texto que as disposições desse Estatuto pretendiam superar a exclusão imposta aos trabalhadores rurais pela Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 que em seu artigo 7º não os reconhecia habilitados aos direitos nela previsto. Ao longo dos anos, a história mostrou ter ficado sem efeito boa parte desse objeto, já que ainda hoje muitos dos direitos dos trabalhadores rurais são violados, “[...] como atestam os muitos flagrantes de exploração do trabalho rural, do tipo jornadas extenuantes e insalubres, moradias-senzala, formas disfarçadas de sonegação salarial e até escravidão” (Alfonsin, 2015).

O estatuto correspondia a história de reivindicações camponesas. Segundo Ferrante (1976), diferente dos trabalhadores urbanos, que pela proximidade dos centros de decisões e pela maior consciência dos seus direitos pode reivindicá-los e também alcançá-los, não somente

por sua tentativa, mas pela intervenção do Estado com o intuito de legalizar a questão social, os trabalhadores rurais, na sua dispersão não conseguiu a força necessária para pressionar os governantes.

Segundo a autora, a inexistência de contato com o trabalhador urbano pode ter prejudicado qualquer possibilidade de atuação comum que pudesse se converter numa reação societária conjunta orientada para a obtenção de reivindicações com o objetivo de trazer melhoras às condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais.

Enquanto o trabalhador urbano, basicamente sob influência da ideologia anarquista, lutava em forma de greve ou outras manifestações populares contra o sistema de exploração do seu trabalho e para a regulamentação de seus direitos, não ocorriam quaisquer manifestações reivindicatórias por parte do trabalhador rural (Ferrante, 1976, p. 190).

De acordo com Ferrante (1976), uma retrospectiva histórica da previdência social rural mostra que os trabalhadores rurais ficaram esquecidos até 1963, quando foi sancionada a Lei No. 4.214, de 02 de março de 1963, que aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural e criou o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural. Porém, a autora ressalta que este Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural não passou de uma carta de intenção, ou seja, sem nenhuma aplicação prática. Houve uma série de alterações em 1967 e 1969 que restringiram o plano de ação da previdência social, para o trabalhador rural, até que a Lei Complementar de 25 de maio de 1971 instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, conhecido como Pro-Rural, cujo regulamento foi aprovado em 1972. “Prevê o Pro-Rural aposentadoria por velhice, por invalidez, pensão e auxílio funeral, bem como serviços de saúde e serviço social e apresenta o FUNRURAL como seu órgão” (Ferrante, 1976, p. 191).

A Constituição da República Federativa do Brasil mudou a estrutura do sistema previdenciário, urbano e rural. Para o trabalhador rural pessoa física, predominou a Lei No. 8.212, de 1991 que determinou a contribuição em relação aos seus empregados sobre o resultado da comercialização de sua produção. O produtor rural será considerado para fins previdenciários a pessoa física proprietária ou não que explora atividade agropecuária, pesqueira ou de extração mineral de forma permanente ou temporária, com ou sem auxílio de empregados.

A Lei No. 8.540 de 1992 alterando o artigo 12, da Lei No. 8. 212, de 1991, dispõe sobre a contribuição do empregador rural para a seguridade social e determina outras providências e tem como objetivo subsidiar o pagamento dos benefícios assistenciais aos trabalhadores rurais,

ou seja, a contribuição da pessoa física e do segurado especial seria dois por cento da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção; um décimo por cento da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção para financiamento de complementação das prestações por acidente de trabalho.

A contribuição do FUNRURAL foi questionada e o Superior Tribunal de Justiça julgou inconstitucional a exigência da contribuição ao FUNRURAL para as pessoas físicas⁵².

Não cabe aqui nos aprofundarmos na discussão sobre o FUNRURAL. O objetivo desse trabalho se centra na questão dos acidentes de trabalho no meio rural com trabalhadores da cana-de-açúcar.

Por isso, trataremos sobre o assunto dos acidentes de trabalho rural com os trabalhadores da cana-de-açúcar em capítulos específicos. A área da Saúde do Trabalhador carece de uma atenção por parte de pesquisadores da área de saúde, pois as transformações decorrentes do mundo do trabalho agravam a saúde do trabalhador e isto repercute nas relações sociais e familiares do indivíduo. Os acidentes de trabalho ou as doenças relacionadas ao trabalho afetam a vida do trabalhador e de sua família. Por isso, é de extrema importância estabelecer uma reflexão sobre a saúde dos trabalhadores, em relação ao contexto e ao cenário das condições de trabalho na agroindústria canavieira.

⁵² Com a decisão do Supremo Tribunal Federal, 03 de fevereiro de 2010, onde foi declarada a inconstitucionalidade da contribuição social incidente sobre a comercialização da produção rural, o chamado FUNRURAL, diversas foram as ações que chegaram ao poder judiciário, principalmente por parte dos produtores, empregadores, pessoa física, pretendendo não só a imediata paralisação da cobrança, como também a repetição dos valores pagos nos últimos anos. No entanto, há tentativas da União de manter válida essa cobrança sob o argumento que não teria sido analisada a constitucionalidade da contribuição à luz da superveniência da Lei No.11.256/01 (G.L. Oliveira, 2014).

3 A Saúde do Trabalhador

A saúde do trabalhador busca objetivamente uma interdisciplinaridade, que ao mesmo tempo seja abrangente e específica – não se limitando à identificação de fatores de risco ou de protetores –, mas evidencie a relação da saúde com o processo de trabalho (Machado & Minayo-Gomez, 1999).

A Saúde do Trabalhador é um campo que vem sendo discutido ao longo das últimas décadas para a compreensão da saúde-doença dos trabalhadores.

A Lei No. 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Esta lei destaca que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis para garantir a saúde de todos.

O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade (Lei No. 8.080, 1990).

São objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS): a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde; a formulação de políticas de saúde; a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas. Também estão incluídas no campo de atuação do SUS: a execução de ações de vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, de saúde do trabalhador, de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica; a participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico; a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde; a vigilância nutricional e a orientação alimentar; a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho; a formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção; o controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde; a fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo humano; a participação no controle e na fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos; o incremento do desenvolvimento científico e tecnológico e a formulação e execução da política de sangue e seus derivados.

Segundo a Lei No. 8.080, entende-se por saúde do trabalhador,

[...] um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho [...] (Lei No. 8.080, 1990).

No que tange à Saúde do Trabalhador, esta lei ainda abrange a assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho; participação, no âmbito de competência do SUS, em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho; participação, no âmbito de competência do SUS, da normalização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador; avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde; informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional; participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas; revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração e colaboração das entidades sindicais e a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores.

A questão dos adoecimentos e dos acidentes de trabalho vem sendo tratada tanto do ponto de vista teórico como na prática, ao longo da história, de forma diferenciada. Essas discussões retomam o início da indústria capitalista, quando já se intensificava o trabalho e as condições laborais eram precárias.

Com o advento da Revolução Industrial não existia nenhuma preocupação com a saúde dos trabalhadores que eram submetidos ao duro trabalho fabril. O trabalhador vendia sua força de trabalho para atender a necessidade do mercado capitalista, que era a acumulação de capital. A grande demanda pela acumulação de capital implicava em jornadas de trabalho extenuantes, em ambientes extremamente desfavoráveis à saúde dos trabalhadores e, muitos deles, eram mulheres e crianças, que de acordo com Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997), essa aglomeração humana em espaços inadequados propiciava a proliferação de doenças

contagiosas, ao mesmo tempo em que a periculosidade das máquinas era responsável por mutilação e mortes dos trabalhadores, incluindo as crianças.

Desta forma, a Medicina do Trabalho, enquanto especialidade médica, surgiu na primeira metade do século XIX, com a Revolução Industrial. Para R. Mendes e Dias (1991), o consumo da força de trabalho, resultante da submissão dos trabalhadores a um processo acelerado e desumano de produção, exigiu um tipo de intervenção, “[...] sob a pena de tornar inviável a sobrevivência e reprodução do próprio processo” (R. Mendes & Dias, 1991, p. 341).

Era preciso fazer algo. A ideia surgiu com a presença de um médico no interior das fábricas⁵³. A presença de um médico no interior das unidades fabris representava um esforço em detectar os processos danosos à saúde e uma espécie de braço do empresário para recuperação do trabalhador para o seu retorno à linha de produção (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997).

Assim, esse seria o primeiro serviço da Medicina do Trabalho, centrada no médico e na doença. A característica da Medicina do Trabalho, uma das formas mais tradicionais e existentes até hoje, tem uma “[...] visão eminentemente biológica e individual, no espaço restrito da fábrica, numa relação unívoca e unicausal, buscam-se as causas das doenças e acidentes” (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997, p. 22).

Desta forma, atua-se sobre as consequências, ou seja, medicaliza o trabalhador em virtude de sintomas e sinais que ele demonstra.

Segundo Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997), as doenças originadas no trabalho são percebidas em estágios avançados e, muitas delas, em suas fases iniciais, apresentam sintomas comuns a outras patologias, o que torna difícil identificar quais processos que as geraram, muito mais amplo que a mera exposição a um agente exclusivo.

J.M.R. Mendes (2003) também destaca que na Medicina do Trabalho, o enfoque principal da determinação do processo saúde/doença é individual e biologista. Assim, seu desenvolvimento como especialidade médica está voltado para o tratamento da doença e para a recuperação da saúde. “Detectado o efeito do evento acidente ou doença, a Medicina do Trabalho preocupa-se no sentido de agir para tratá-lo, ou diminuir suas seqüelas” (J.M.R. Mendes, 2003, p. 64).

⁵³ Robert Denham, um proprietário de uma fábrica têxtil, preocupava-se com o fato de seus operários não dispor de nenhum cuidado médico a não ser aquele propiciado por instituições filantrópicas. Por isso, buscou ajuda com seu próprio médico, o Dr. Robert Baker. O médico sugeriu ao empresário que colocasse ele como médico na fábrica, pois serviria de intermediário entre o proprietário, os trabalhadores e o público. O médico salientou a necessidade de visitar a fábrica, quando as pessoas tivessem trabalhando, para verificar o impacto do trabalho sobre as pessoas. Caso o médico verificasse que qualquer trabalhador estaria sofrendo a influência de causas que poderiam ser prevenidas, ele poderia fazer tal prevenção (R. Mendes & Dias, 1991).

Um obstáculo à identificação dos agentes causadores das doenças é a rotatividade dos trabalhadores, ainda mais quando se intensifica a terceirização e segundo Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997, p. 23),

A passagem por processos produtivos diversos pode mascarar nexos causais e diluir a possibilidade de estabelecê-los, excetuando-se os mais evidentes e considerada a hipótese remota de exames admissionais que levem em conta a história laboral pregressa, numa perspectiva ainda mais remota de alimentar um processo de vigilância em saúde do trabalhador. A constatação de doenças na seleção da força de trabalho funciona, na prática, como um recurso para impedir o recrutamento de indivíduos cuja saúde já esteja comprometida.

A preocupação por prover serviços médicos aos trabalhadores começa a se refletir no cenário internacional e também na agenda da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi criada em 1919. Em 1953, por meio da Recomendação 97⁵⁴ sobre a Proteção da Saúde dos Trabalhadores, a Conferência Internacional do Trabalho solicitava aos Estados membros da OIT que fomentasse a formação de médicos do trabalho qualificados e também o estudo da organização de Serviços de Medicina do Trabalho. No ano de 1954, a OIT convocou um grupo de especialistas para estudar as diretrizes gerais da organização de Serviços Médicos do Trabalho. Dois anos mais tarde, o Conselho de Administração da OIT, ao inscrever o tema da Conferência Internacional do Trabalho de 1958, substituiu a denominação Serviços Médicos do Trabalho por Serviços de Medicina do Trabalho (R. Mendes & Dias, 1991).

De acordo com Lacaz (1996), desde a criação, em 1919, a OIT dá atenção à questão do trabalho e da saúde, o que pode ser observado pelos Convênios e Recomendações relativos a aspectos de medicina, higiene e segurança industrial.

O autor ainda salienta que a Recomendação 97 estabelece um capítulo dedicado à Notificação das Doenças Profissionais. Porém, a referida Recomendação tem como base epistemológica o conceito de Medicina do Trabalho-Saúde Ocupacional definido pelo Comitê Misto OIT-OMS em 1950, que apesar de falar em saúde dos trabalhadores, o discurso não se diferencia da postura normativa e disciplinadora da Medicina do Trabalho,

⁵⁴ Lacaz (1996) em seus estudos destaca uma análise detalhada da Recomendação 97 e revela que esta se resume ao controle das doenças profissionais ao propor em um de seus parágrafos: “A legislação nacional deveria conter disposições sobre métodos para prevenir, reduzir ou eliminar os riscos de doenças nos locais de trabalho e inclusive sobre os métodos [aplicáveis] com respeito a riscos especiais que ameacem a saúde dos trabalhadores”. O autor também destaca que é nessa Recomendação que instituiu os exames médicos para os trabalhadores (Lacaz, 1996, p. 97 conforme citado por Organização Internacional do Trabalho (OIT). (1956). *Recomendação n. 97. Sobre Protección a Salud de los trabajadores em los lugares de trabajo*. 36^o. Conferência Geral, Genebra).

[...] em sua redutora preocupação com os riscos químicos e físicos na gênese das doenças profissionais – que tudo vê e controla, desde a seleção da mão-de-obra, com a prescrição do acesso ao emprego mais adequado em função do “perfil profissiográfico” do candidato, até a determinação de medidas preventivas ou eliminadoras dos riscos de adoecer (Lacaz, 1996, p. 98).

Os serviços de Medicina do Trabalho se referem a um serviço organizado nos locais de trabalho, destinado a assegurar a proteção dos trabalhadores contra todo o risco que prejudiquem a sua saúde e que possa resultar de seu trabalho ou das condições laborais, contribuir à adaptação física e mental dos trabalhadores e também a sua colocação em lugares de trabalho que respeitem às suas aptidões, contribuir ao estabelecimento e manutenção do bem estar físico e mental dos trabalhadores⁵⁵.

Em 1959, a OIT aprova a Recomendação No. 112 com explícita referência à Medicina do Trabalho, que, inclusive exerceu decisiva influência na política adotada pelo Brasil nos anos 1970. Essa Recomendação tratava de: assegurar a proteção dos trabalhadores contra todo risco que prejudique a sua saúde e que possa resultar de seu trabalho ou das condições em que se efetue, contribuir para a adaptação física e mental dos trabalhadores e pela sua colocação em postos de trabalho que correspondem às suas aptidões e contribuir para o estabelecimento e manutenção do nível mais elevado possível de bem estar físico e mental dos trabalhadores (Lacaz, 1996).

Segundo Lacaz (1996), aqui se observa que a definição dos papéis dos serviços é a aplicação operacional mais acabada da Medicina do Trabalho-Saúde Ocupacional de conformidade com a definição proposta pelo Comitê Conjunto de Saúde Ocupacional, em 1950. Assim,

[...] a expressão pragmática da Saúde Ocupacional é constituição dos Serviços de Medicina do Trabalho, cujo discurso preventivista “contra todo o risco que prejudique à saúde...” é logo obscurecida pela “... adaptação física e mental dos trabalhadores...” num sugestivo convite “não dito” à busca sempre maior da produtividade do trabalho (Lacaz, 1996, p. 99).

Essa adequação do trabalhador ao trabalho implica em métodos de seleção dos candidatos a empresa por meio de atividades educativas. Segundo R. Mendes e Dias (1991), a expectativa de promover a adaptação do trabalhador ao trabalho e também da manutenção de

⁵⁵ R. Mendes e Dias (1991) conforme citado por Organização Internacional do Trabalho. (1966). Recomendación sobre los servicios de Medicina del Trabajo en los lugares de empleo (Recomendación no. 112 de la OIT adaptada en 24 de junio de 1959). In: *Convenios y recomendaciones (1919-1966)*. Ginebra, 1054-8.

sua saúde refletem a influência do pensamento mecanicista na medicina científica e na fisiologia. Nas ciências da administração, o mecanicismo vai sustentar o desenvolvimento da Administração Científica do Trabalho, onde prevalecem os princípios de Taylor, e logo mais ampliado por Ford, encontram na Medicina do Trabalho uma aliada, visando a produtividade.

Neste segundo momento, do taylorismo e do fordismo, também destacamos a II Guerra Mundial⁵⁶. Os trabalhadores das indústrias, durante os anos da II Guerra Mundial, trabalham em condições extremamente adversas e em intensidade de trabalho tão pesada quanto o da própria guerra. Assim, R. Mendes e Dias (1991) salientam que diante desse contexto econômico e político como o da guerra e o do pós-guerra, o custo provocado pela perda de vidas, abruptamente por acidentes do trabalho e também por doenças do trabalho, começou a ser sentido tanto pelos empregadores, quanto pelas companhias de seguro, às voltas com o pagamento de indenizações por incapacidade provocada pelo trabalho.

Este fato acaba por dificultar a intervenção da Medicina do Trabalho sobre os problemas de saúde provocados pela atividade laboral. Neste momento questiona-se a ampliação da atuação médica direcionada ao trabalhador. Assim, entra em cena novos profissionais de outras áreas, como o engenheiro, ergonomista, psicólogo com o objetivo de estes intervirem sobre o ambiente de trabalho.

A "Saúde Ocupacional" surge, sobretudo, dentro das grandes empresas, com o traço da multi e interdisciplinaridade, com a organização de equipes progressivamente multi-profissionais, e a ênfase na higiene "industrial", refletindo a origem histórica dos serviços médicos e o lugar de destaque da indústria nos países "industrializados" (R. Mendes & Dias, 1991, p. 343).

A Saúde Ocupacional avança, então, com essa proposta interdisciplinar, com base na Higiene Industrial, relacionando ambiente de trabalho-corpo do trabalhador. Segundo Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) incorpora a teoria da multicausalidade, em que um conjunto de fatores de risco é considerado na produção da doença, que é avaliada através da clínica médica e de indicadores ambientais e biológicos de exposição e efeito.

A Saúde Ocupacional, então, propõe-se, enquanto estratégia, de adequar o ambiente de trabalho ao trabalhador e o trabalhador ao seu trabalho. Por isso, destaca-se a importância de exames admissionais e periódicos das empresas que visam sempre selecionar os mais aptos.

⁵⁶ Os grupos de agentes de risco ocupacionais são classificados em: físicos, mecânicos, químicos, biológicos, ergonômicos. Este último surgiu após a II Guerra Mundial. Mais recentemente, os riscos psicossociais são inseridos nesses grupos, devido a crescente exposição do trabalhador a situações de tensão no trabalho. Assim, configuram-se as bases da saúde ocupacional (Machado & Minayo-Gomez, 1999).

Neste sentido, a Saúde Ocupacional não considera outros fatores importantes que estão presentes na organização do trabalho, como o ritmo, a duração da jornada, o conteúdo das tarefas, o controle sobre a produção e que são prejudiciais à saúde dos trabalhadores. Desta forma, a Saúde Ocupacional apenas privilegia o diagnóstico e tratamento da doença.

De acordo com R. Mendes e Dias (1991), a racionalidade científica da atuação multiprofissional e a estratégia de intervir nos locais de trabalho, visando controlar os riscos, refletem a influência das escolas de saúde pública, aonde as questões referentes à saúde e trabalho já vinham sendo discutidas e estudadas. Intensificaram-se os estudos e o ensino dos problemas de saúde ocupacional nas escolas de saúde pública, principalmente nos Estados Unidos, porém com forte matiz ambiental. De um lado a saúde ocupacional passa a ser considerada como um ramo da saúde ambiental. Isto também aconteceu aqui no Brasil, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, e de outro se desenvolvem fortes unidades de higiene industrial e contratos de serviços com grandes empresas.

No Brasil, a adoção e o desenvolvimento da saúde ocupacional deram-se tardiamente. O departamento da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo cria uma área de Saúde Ocupacional para cursos de especialização, mestrado e doutorado. Com efeito, este modelo foi reproduzido em outras instituições de ensino e pesquisa, em especial inseridos dentro dos departamentos de medicina preventiva e social de escolas médicas (R. Mendes & Dias, 1991).

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), reformada na década de 1970, torna-se obrigatória a presença de equipes técnicas multidisciplinares nos locais de trabalho na avaliação quantitativa de riscos ambientais. Segundo R. Mendes e Dias (1991), apesar das mudanças na legislação trabalhista, foram mantidas na legislação previdenciária/acidentária as características básicas de uma prática medicalizada, de cunho individual e voltados aos trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho. Por isso, os autores salientam que o modelo da saúde ocupacional, desenvolvido para atender a uma necessidade da produção, não conseguiu atingir os objetivos, pois vários fatores podem explicar sua insuficiência, ou seja, este modelo ainda mantém o referencial da medicina do trabalho, ainda firmado no mecanicismo; não concretiza o apelo à interdisciplinaridade, ou seja, as atividades se justapõem de maneira desarticulada e são dificultadas pelas lutas corporativas; a capacitação de recursos humanos, a produção de conhecimento e de tecnologia de intervenção não acompanham o ritmo da transformação dos processos de trabalho; o modelo, que embora enfoca a questão no coletivo de trabalhadores, continua a abordá-los como objeto das ações de

saúde; a manutenção da saúde ocupacional no âmbito do trabalho, em detrimento do setor saúde.

Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) destacam que a Saúde Ocupacional incorpora aspectos da Medicina do Trabalho, pois “[...] os agentes/riscos são assumidos como peculiaridades ‘naturalizadas’ de objetos e meios de trabalho, descontextualizados das razões que se situam em sua origem” (p. 23). Por isso, as medidas que deveriam assegurar a saúde do trabalhador, acabam por restringir-se a intervenções pontuais sobre os riscos mais evidentes.

Neste ponto, é enfatizada a utilização dos equipamentos de proteção individual, conhecidos como EPI, em detrimento dos que poderiam significar a proteção coletiva; normatizam-se formas de trabalhar consideradas seguras, o que se apresenta, em determinadas situações, apenas um quadro de prevenção simbólica (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997).

E por este fato, muitas vezes, são imputados aos trabalhadores os ônus pelas ocorrências de acidentes e de doenças (Machado & Minayo-Gomez, 1999).

A concepção de risco profissional, ao identificar fatores de risco e suas repercussões sanitárias específicas, permite estabelecer um controle sobre os trabalhadores por meio de um discurso tecnicista de saúde e segurança no trabalho, desenvolvido pelos serviços de empresa (Machado & Minayo-Gomez, 1999, p. 119).

Os avanços em relação ao campo conceitual ampliam o olhar para novas práticas para lidar com a relação trabalho-saúde, denominada de Saúde do Trabalhador.

A Saúde do Trabalhador entende o social como o determinante das condições de saúde. De acordo com J.M.R. Mendes (2003) não se nega que os doentes devem ser tratados e nem que não seja necessária a prevenção de novas doenças, mas privilegia ações de promoção da saúde. Assim, entende-se que as múltiplas causas das doenças têm uma hierarquia entre si, não sendo neutras. Desta forma, nesta visão de Saúde do Trabalhador, diferentemente das outras, propõe que os programas incluam a proteção, recuperação e promoção, de forma integrada, da saúde.

Esta perspectiva implica, então, em abordagem processual ampla, envolvendo desde o diagnóstico, o tratamento e, simultaneamente, a implantação das modificações nas máquinas, equipamentos e nos ambientes de trabalho, até o desenvolvimento de outras ações no âmbito da organização desses ambientes, do processo produtivo e da educação, entre outros (J.M.R. Mendes, 2003, p. 65).

Ainda segundo a autora, voltando ao desenvolvimento conceitual da Saúde do Trabalhador, pode-se referir que nas ações da Medicina do Trabalho prevalecem, como um

cenário principal, o hospital e o consultório médico, cujo enfoque é centrado no indivíduo e o protagonista é o médico. Já para a Saúde Ocupacional, os cenários que se destacam são o ambulatorio e os serviços, e o enfoque é centrado no binômio indivíduo-ambiente. Este tipo de ação exige uma equipe técnica mais ampla que atenda essas demandas, por isso, para a análise e soluções dos problemas no campo do ambiente de trabalho, são necessárias a participação de profissionais de diversas áreas, como engenharia, acústica, enfermagem, higiene industrial, etc. No caso da Saúde do Trabalhador, o cenário das ações é mais amplo, pois,

O enfoque volta-se ao coletivo, colocando a necessidade de agir em conjunto, para todos os envolvidos. O sujeito das ações de promoção da saúde é o próprio cidadão-trabalhador. Ainda nessa perspectiva, o usuário do sistema, o paciente, o doente, deixa de ser apenas o objeto da ação em Saúde, para ser identificado como seu sujeito, junto com todos os demais trabalhadores (J.M.R. Mendes, 2003, p. 66).

De acordo com Lacaz (1996), o conceito de Saúde do Trabalhador aproxima-se com as formulações da Medicina Social Latino-Americana. O autor também destaca que as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por um período que culmina com vários acontecimentos sócio-políticos e também científicos, como o paradigma da determinação social do processo saúde-doença que sustentam o contexto histórico do campo da Saúde do Trabalhador.

Para Laurell (1981), o ponto mais importante a esclarecer com relação ao estudo de trabalho e saúde é que trabalho é uma categoria social e, por isso, deve ser tratada como tal em suas determinações múltiplas e não apenas como um fator de risco ambiental.

Para a autora, a análise dos três elementos do processo de trabalho inclui o trabalho, instrumentos e objeto que, sob uma perspectiva dupla, permite a compreensão técnica e social de qualquer processo de trabalho particular. O estudo do objeto de trabalho deve levar em conta suas propriedades físicas, químicas e biológicas, pois podem oferecer riscos à saúde, fato que é conhecido tanto com respeito aos objetos naturais como os artificiais que se utilizam na indústria⁵⁷. Os instrumentos ou os meios de trabalho podem ser analisados em termos de sua sofisticação técnica e como a expressão de determinadas relações sociais. O primeiro aspecto nos informa sobre o esforço físico necessário para a execução do trabalho, o risco envolvido na interação entre o operário, o instrumento e o objeto e o grau de controle que o operário pode exercer sobre o instrumento. Os instrumentos de trabalho criados sob o capitalismo têm

⁵⁷ A transformação de um objeto em um objeto de trabalho é socialmente determinada. Segundo Laurell (1981) “é importante levar em conta este fato porque as exigências da produção capitalista podem converter em objetos de trabalho, objetos que são perigosos para a saúde, sem maiores considerações que as de lucro” (Laurell, 1981, p. 10).

características, por exemplo, de impor ao trabalhador uma forma especial de trabalhar, pois a máquina determina o ritmo de trabalho e limita o poder relativo de decisão do trabalhador. “O primeiro fato está relacionado como o que parece ser o maior risco ocupacional sob o capitalismo avançado, o ‘stress’, e o segundo aumenta em certas condições a probabilidade de acidentes” (Laurell, 1981, p. 10).

O elemento mais importante do processo de trabalho para a compreensão da saúde, segundo Laurell (1981) seria o trabalho mesmo, pois diferentes formas de consumo da força de trabalho no processo de trabalho implicam formas distintas de desgaste do trabalhador.

Laurell (1983) destaca que desde o final da década de 1960 intensificou-se a polêmica sobre o caráter da doença, de caráter biológica ou social. Para a autora, essa polêmica encontra explicação, fora da medicina, na crescente crise política e social que acompanha a crise econômica. Nesses anos, vive-se uma etapa repleta de lutas sociais tanto em países industrializados quanto nos dependentes.

Para Laurell (1981) a doença pode ser analisada como um processo social, ou seja, a doença tem caráter histórico e social. Assim, “a melhor forma de comprovar empiricamente o caráter histórico da doença não é conferida pelo estudo de suas características nos indivíduos, mas sim quanto ao processo que ocorre na coletividade humana” (Laurell, 1983, p. 137).

O movimento sindical, especialmente na América Latina, passa a requerer mudanças na atenção e promoção da saúde dos trabalhadores, porém observa-se que apenas a partir dos movimentos de maio de 1968 é que se amplia a compreensão da doença como reflexo do processo de produção e exploração e, assim, se desloca da ênfase biológica para o social. “O desenvolvimento da nova cultura norteado pelo modelo da determinação social do processo saúde-doença gerou aproximações sucessivas do movimento sindical com a causa da saúde” (Lourenço, 2009, pp. 128-129).

A partir dos anos de 1970, os trabalhadores passaram a denunciar as condições de trabalho, por meio dos movimentos sindicais realizados pela classe trabalhadora.

A saúde dos trabalhadores passa a ser uma área prioritária de investigação dado que é tema privilegiado para a construção de um novo modo de entender e analisar a saúde-doença coletiva enquanto processo-social (Laurell & Noriega, 1989).

Laurell e Noriega (1989) demonstram que, por meio dos sindicatos, os trabalhadores reivindicam a questão da saúde, o que provoca sério questionamento do modelo médico desenvolvido e ainda despertou estudos acerca da relação trabalho e saúde para apoiar as suas reivindicações. “Isto tem permitido produzir conhecimentos suficientes para que a saúde do

operário comece a perfilar-se como uma problemática social reconhecida e indubitável” (Laurell & Noriega, 1989, p. 49).

Os autores ainda salientam a questão do Modelo Operário Italiano que predomina o caráter coletivo da análise do processo de desgaste feito pelos trabalhadores. “Só assim é que se pode ir mudando as coordenadas do terreno de discussão e de prática, precisamente porque identifica a saúde como um problema e um que fazer coletivo, e gera força social para conseguilo” (Laurell & Noriega, 1989, p. 53).

Os autores da Medicina Social Latino-Americana, segundo Lacaz (1996), buscam aprofundar conhecimentos no campo da saúde e trabalho-saúde do trabalhador, dando-lhe caráter que permita a produção de novos saberes e práticas.

De acordo com Maeno (2010), alguns países não utilizam a terminologia Saúde do Trabalhador e sim a expressão Saúde Ocupacional. Na América Latina temos uma história diferente, que diferenciou a Saúde Ocupacional da Saúde do Trabalhador, pois envolve um diálogo social. Como já afirmamos com Laurell e Noriega (1989), trata-se de analisar a saúde-doença enquanto um processo-social.

A área de Saúde do Trabalhador, no Brasil, tem uma conotação própria devido ao reflexo da trajetória que lhe deu origem e assim vem constituindo seu marco referencial, seu corpo conceitual e metodológico. Sobre isso, Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) salientam,

A princípio é uma meta, um horizonte, uma vontade que entrelaça trabalhadores, profissionais de serviços, técnicos e pesquisadores sob premissas nem sempre explicitadas. O compromisso com a mudança do intrincado quadro de saúde da população trabalhadora é seu pilar fundamental, o que supõe desde o agir político, jurídico e técnico ao posicionamento ético, obrigando a definições claras diante de um longo e, presumidamente conturbado percurso a seguir (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997, p. 24).

Esse percurso, na história da Saúde do Trabalhador, no Brasil, foi marcado por resistências, conquistas dos movimentos sociais na luta coletiva por melhores condições de vida e também de trabalho. E também, segundo Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) pelo respeito/desrespeito das empresas acerca da legislação existente e pela omissão do Estado na definição e implementação de políticas nesse campo, assim como sua precária intervenção no espaço laboral.

Dos movimentos sociais e políticos são que emergiram novos projetos que ampliassem o olhar para o campo da Saúde do Trabalhador. Essas discussões, muito presentes nas décadas

de 1980 e 1990, envolvem a questão da sociedade em busca da redemocratização, dos direitos dos cidadãos e dos trabalhadores.

Para Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997, p. 25), “envolve, especificamente, o empenho tanto de setores sindicais atuantes frente a determinadas situações mais problemáticas das suas categorias, quanto ações institucionais em instâncias diversas conduzidas por profissionais seriamente comprometidos em sua opção pelo pólo trabalho”.

Desta forma, os autores compreendem que a Saúde dos Trabalhadores como,

[...] um corpo de práticas teóricas interdisciplinares – técnicas, sociais, humanas – e interinstitucionais, desenvolvidas por diversos atores situados em lugares sociais distintos e informados por uma perspectiva comum. Essa perspectiva é resultante de todo um patrimônio acumulado no âmbito da Saúde Coletiva, com raízes no movimento da Medicina Social latino-americana e influenciado significativamente pela experiência italiana. O avanço científico da Medicina Preventiva, da Medicina Social e da Saúde Pública, durante os anos 60 e o início da década de 70, ao suscitar o questionamento das abordagens funcionalistas, ampliou o quadro interpretativo do processo saúde-doença, inclusive em sua articulação com o trabalho (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997, p. 25).

Lacaz (2007) também assume que, no Brasil, a Saúde do Trabalhador é um campo de práticas e conhecimentos cujo enfoque teórico e metodológico emergiu da Saúde Coletiva, buscando conhecer e intervir nas relações trabalho e saúde-doença. Como ator principal surgiu a classe operária industrial inserida numa sociedade que vive profundas mudanças políticas, econômicas e sociais. O autor também enfatiza que esse campo, no Brasil, emergiu dos discursos formulados pela Medicina Social Latino-Americana.

Ao contrapor-se aos conhecimentos e práticas da Saúde Ocupacional, objetiva superá-los, identificando-se a partir de conceitos originários de um feixe de discursos dispersos formulados pela Medicina Social Latino-Americana, relativos à *determinação social* do processo saúde-doença; pela Saúde Pública em sua *vertente programática* e pela Saúde Coletiva ao abordar o sofrer, adoecer, morrer das classes e grupos sociais inseridos em *processos produtivos*⁵⁸ (Lacaz, 2007, pp. 757-758).

A Medicina Social Latino-Americana compreende as relações trabalho e saúde-doença pela análise da determinação social do processo saúde-doença, por meio dos processos de

⁵⁸ O autor se baseia em sua Tese de Doutorado sob o título “A Saúde do Trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical”. (1996). Tese (Doutorado), da Universidade Estadual de Campinas. E também se baseia nos estudos de Tambellini, A. T., Porto, M. F. S., Galvão, L. A. C., & Machado, J. M. H. (1996). *Política Nacional de Saúde do Trabalhador: análises e perspectivas*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca: Fundação Oswaldo Cruz.

trabalho e da organização do trabalho, ou seja, privilegia-se a categoria trabalho, sob diversos aspectos: meios de produção, divisão do trabalho, ritmo de trabalho, jornada de trabalho, condições de trabalho. Diante de uma concepção marxista, aqui o trabalho é a ação do homem sobre a natureza que a transforma e também transforma a si mesmo.

Além das questões emergentes na década de 1970 e 1980, no país, envolvendo a redemocratização, os movimentos sociais e políticos, houve também discussão sobre a Reforma Sanitária.

Até a década de 1980, era omissiva a participação do Ministério da Saúde, ou seja, desconhece-se a especificidade da repercussão do trabalho sobre a saúde. Nesta década também foi inexpressiva a atuação das secretarias de Saúde. De acordo com Machado e Minayo-Gomez (1999), a partir do movimento sanitário é que são retomadas as questões já levantadas, no início do século, pela vigilância sanitária, que seguiam os passos das inspeções sanitárias inglesas. Desta forma, no interior dos serviços públicos de saúde surgem algumas experiências regionais de programas de saúde do trabalhador.

De acordo com Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997), criaram-se os alicerces para o surgimento dessa nova forma de apreender a relação trabalho-saúde, de intervir nos ambientes laborais e conseqüentemente de inserir, na Saúde Pública, práticas de atenção à saúde dos trabalhadores, no bojo das propostas da Reforma Sanitária. Assim, configura-se um novo paradigma, que amplia as visões da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional.

As críticas à insuficiência aos modelos existentes da Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional serviram de referência ao movimento de Reforma Sanitária⁵⁹ brasileira que incorporou as demandas de saúde do trabalhador na sua pauta de reivindicações (Lourenço, 2009).

Os anos 1980 trazem mudanças na política de saúde brasileira, quando se teve a VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986, que consolida a proposta de criação do SUS e também a I Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores, no mesmo ano. Segundo Lacaz (1996), ainda nos anos 1980, o movimento sindical passou por transformações que acompanharam as mudanças ocorridas no processo produtivo. É nas indústrias mais dinâmicas que surge um sindicalismo que passa a se preocupar com as questões salariais e com as condições de trabalho. É nessa década que setores do movimento sindical, incluindo os

⁵⁹ Em 1985 foi estabelecido como estratégia de ação, do governo, as Ações Integradas de Saúde (AIS), uma conjugação de princípios e diretrizes que, a partir da confluência de esforços entre os três níveis, Federal, Estadual e Municipal, criou as condições técnico-administrativas e políticas que viabilizaram a construção de um modelo assistencial, centrado principalmente da descentralização e na universalização do atendimento (Cordeiro, 1988).

metalúrgicos, químicos, petroquímicos, bancários exigem dos serviços de saúde pública envolvimento com as questões de saúde no trabalho.

Em 1986, após a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde, o governo passa a assumir a bandeira da Reforma Sanitária. As medidas das Ações Integradas de Saúde (AIS) deveriam acoplar medidas na área de habitação, saneamento, alimentação, obtendo, com isso, um efetivo impacto sobre a mortalidade e morbidade no país. A partir daí e com a consolidação da AIS criou-se as condições para um salto qualitativo que seria a constituição dos Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde (SUDS)⁶⁰ (Cordeiro, 1988).

O SUDS foi um sistema de transição entre o sistema de saúde vigente para o novo sistema de saúde, o SUS. O SUDS apoiava a descentralização dos serviços de saúde e isto serviu de base para a implementação do SUS.

O objetivo da Reforma Sanitária, como destaca Piovesan, Lima, Ottobelli e Germani (2008), era de reorganizar o sistema de saúde vigente, por meio de um novo modelo assistencial que garantisse o acesso a toda população de forma integral e universal, pois nesse período predominava o Modelo Assistencial do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS). Esse modelo oferecia atendimento à classe trabalhadora que tivesse carteira assinada, porém aos demais lhes restavam o atendimento de caráter caritativo, nas Santas Casas de Misericórdias.

Por isso, o movimento da Reforma Sanitária tinha em vista a construção de um novo sistema de saúde com novos ideais direcionados à democracia da saúde.

A VIII Conferência Nacional de Saúde de 1986 representou um importante avanço para redemocratização tanto do setor de saúde como na política do Brasil. O debate de questões, cujo tema era “Saúde como um Direito, Reformulação do Sistema de Saúde e Financiamento do Setor”, propiciou um avanço significativo no rumo de uma nova Política Nacional de Saúde (Ministério da Saúde, 1986).

Cabe destacar também que o relatório da VIII Conferência Nacional de Saúde serviu de referência para a Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que, por sua vez, criou o Sistema Único de Saúde (SUS).

⁶⁰ A partir de 1988, o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) deixou de atuar como órgão responsável pela execução direta e indireta de Ações de Saúde, repassando essas atribuições para os governos estaduais e municipais, ficando com a responsabilidade fundamental de participar na definição de políticas e acompanhamento e controle dos recursos financeiros da Previdência Social repassados aos demais níveis de governo (Cordeiro, 1988).

A criação do SUS é o resultado de uma intensa luta social por meio da organização de diversos segmentos da população, iniciada na década de 1970, com o movimento da Reforma Sanitária que previa que todos os cidadãos tivessem acesso à saúde de forma igualitária.

A partir dos princípios e diretrizes do SUS fica assegurada a participação dos diversos segmentos populacionais junto à formulação e fiscalização das políticas de saúde. Por isso, foram criadas instâncias de exercício do controle social, conhecidos como conselhos e conferências de saúde (Piovesan et al., 2008).

A VIII Conferência Nacional de Saúde norteou o critério para constituir a comissão organizadora da I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, com representatividades de vários setores do Estado e da Sociedade Civil. Formular uma Política Nacional de Saúde dos Trabalhadores, que seja capaz de contemplar toda a classe trabalhadora, implica entendê-la e configurá-la no âmbito de uma proposta abrangente de Política Nacional de Saúde.

A I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, em 1986, destacou que o entendimento da saúde dos trabalhadores extrapola os limites da saúde ocupacional, possibilitando conceituá-la como resultante de um conjunto de fatores de ordem política, social e econômica. Assim, saúde dos trabalhadores significa: condições dignas de vida; pleno emprego; trabalho estável e bem remunerado, oportunidade de lazer; organização livre, autônoma e representativa de classe; informação sobre todos os dados que digam respeito aos direitos, seja o direito à saúde, direito ao trabalho, direito à informação, direito à participação, direito ao lazer.

As discussões ainda sobre a Saúde do Trabalhador continuaram nas décadas seguintes com as novas Conferências Nacionais de Saúde do Trabalhador. A realização dessas conferências foi um grande avanço que proporcionou a discussão de temas importantes acerca da saúde dos trabalhadores para a construção de uma Política de Saúde do Trabalhador.

Pensar em uma proposta de Política de Saúde do Trabalhador nos permite ir além dos questionamentos acerca do trabalho. Permite-nos aprofundar e analisar a organização do processo de trabalho instaurado na sociedade e os impactos que isso causa nas condições de vida e de trabalho da população. A organização do processo de trabalho e as condições às quais os trabalhadores são submetidos possibilitam compreender as formas de adoecimento e de morrer da população trabalhadora.

A II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, realizada em 1994, teve como tema central “Construindo uma política de Saúde do Trabalhador”, e representou um passo decisivo no sentido da formulação de uma política pública. Destaca-se também que a VIII e a IX Conferências Nacionais de Saúde constituíram-se em momentos importantes de mobilização

sanitária no país, pois a VIII Conferência possibilitou abrir caminhos democráticos para a construção da Política Nacional de Saúde, que foram reafirmados na IX Conferência (Ministério da Saúde, 1994).

Nessa II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, fica garantido que as ações de Saúde do Trabalhador devem ser desenvolvidas sob a coordenação do SUS, com a integração dos diversos órgãos nas esferas municipais, estaduais e federal, estabelecendo-se a mudança na prática de vigilância tradicional e incorporando o controle social. Além disso, a implantação das ações coordenadas em Saúde do Trabalhador deve compreender: o seu desenvolvimento por equipes multiprofissionais em todos os níveis de atenção do SUS, envolvimento de toda a rede pública de saúde, segundo o nível de complexidade, desde a promoção à reabilitação; inclusão das ações de saúde do trabalhador nos diferentes programas de saúde, de todas as unidades; funcionamentos dos ambulatórios em três turnos; atendimento de forma integral em toda a rede, com mecanismos de referência e contra-referência para problemas específicos, em Centros de Referência; garantia de medicamentos básicos; capacitação e treinamento de recursos humanos em saúde do trabalhador.

Ainda, destacando pontos importantes sobre o relatório da II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, as propostas apresentadas representam a possibilidade para a implantação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CRST)⁶¹ em todo o país que deve ser realizada com a participação paritária das entidades sindicais e organizações populares na sua administração. A implantação do CRST significaria ampliar o contexto da saúde do trabalhador, visando a intervenção, a prevenção e a promoção da saúde dos trabalhadores com a ajuda de equipes multiprofissionais. Além disso, também destaca a necessidade de efetivar o controle dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMTs) das empresas pelo SUS.

Os anos de 1990 foram férteis na produção de experiências dos Centros de Referências, ancorados nas secretarias municipais de saúde e em serviços de hospitais universitários em todo o país e, em muitos desses, articulados a ações sindicais (Ministério da Saúde, 2011).

Minayo-Gomez e Lacaz (2005) destacam que em 2004, foi apresentado um novo texto com o título de Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNSST), redigido em conjunto pelo Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da

⁶¹ Segundo a Portaria No. 2.437, de 07 de dezembro de 2005, destaca-se que em 2002 os Centros de Referências eram denominados de CRST, mas no ano de 2005, com a portaria da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) atribuiu-se a mesma sigla referente ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de âmbito estadual para se referir também ao serviço municipal (Ministério da Saúde, 2005a).

Previdência Social. Nesse documento foi acrescentado a convocação para a realização da III Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador.

Essa Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador destaca que a saúde dos trabalhadores é condicionada por fatores sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais relacionados ao perfil de produção e consumo, além de fatores de risco de natureza físicos, químicos, biológicos, mecânicos e ergonômicos que estão presentes nos processos de trabalho.

Sabe-se, que apesar dos avanços que se vêm constituindo o campo da Saúde do Trabalhador, a escassez de informações sobre a real situação de saúde dos trabalhadores dificulta a definição de prioridades para as políticas públicas e, consequentemente, ações de saúde do trabalhador.

A presente Política tem por finalidade a promoção da melhoria da qualidade de vida e da saúde do trabalhador, visando também a redução dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho mediante a execução de ações de promoção e reabilitação na área de saúde.

A Portaria No. 1.125, de 06 de junho de 2005, dispõe sobre os propósitos da política de saúde do trabalhador para o SUS. Estabelece que a política de saúde do trabalhador para o SUS tenha por propósito a promoção da saúde e a redução da morbimortalidade dos trabalhadores, mediante ações integradas, intra e intersetorialmente, de forma contínua, sobre os determinantes dos agravos decorrentes dos modelos de desenvolvimento e processos produtivos, com a participação de todos os sujeitos envolvidos. Também estabelece que as ações em saúde do trabalhador desenvolvidas pelo SUS sejam organizadas em todos os níveis de atenção e compreende as seguintes diretrizes: atenção integral da saúde dos trabalhadores, envolvendo a promoção de ambiente e processos de trabalho saudáveis, o fortalecimento da vigilância de ambientes, os processos e agravos relacionados ao trabalho, a assistência integral à saúde dos trabalhadores; articulação intra e intersetorial; estruturação de Rede de Informações em Saúde do Trabalhador; apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas em saúde do trabalhador; a capacitação de recursos humanos; participação da comunidade na gestão das ações (Ministério da Saúde, 2005b).

Uma das estratégias da PNSST foi a implementação da RENAST. Além da criação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs), nesse período, também se destaca a criação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST). De acordo com Lourenço (2009) para que fosse possível o desenvolvimento da saúde do trabalho no SUS, construiu-se uma estrutura hierárquica de relações entre as três esferas de governo: federal, estados e municípios. No âmbito federal foi criado a RENAST, nos Estados foram criados os Centros Estaduais de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e nos

municípios, de abrangência regional, foi implantado os Centros de Referências em Saúde do Trabalhador, que antes eram denominados de CRST.

A Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador - PNSST propõe buscar a superação da fragmentação, desarticulação e superposição, das ações implementadas pelos setores Trabalho, Previdência Social, Saúde e Meio Ambiente (Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência Social, & Ministério da Saúde, 2004).

[...] a construção da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e, em especial, a criação da RENAST e dos CEREST estabeleceu uma nova matriz para a atenção aos agravos à saúde dos trabalhadores, pois deu início à sua visibilidade como uma questão de saúde pública, tendo como eixos fundamentais a intersectorialidade, a transversalidade e integralidade das ações do Estado e, ainda, o controle social (Lourengo, 2009, p. 149).

A RENAST tem como principal objetivo integrar a rede de serviços do SUS, voltados à assistência e à vigilância, para o desenvolvimento das ações de Saúde do Trabalhador. A ampliação da RENAST constituiu-se pela: adequação e ampliação da rede de Centros de Referências em Saúde do Trabalhador; inclusão das ações de saúde do trabalhador na atenção básica; pela implementação das ações de vigilância e promoção em saúde do trabalhador; instituição e indicação de serviços de Saúde do Trabalhador de retaguarda, de média e alta complexidade já instalados, chamados de Rede de Serviços Sentinela e caracterização de Municípios Sentinela em Saúde do Trabalhador (Ministério da Saúde, 2005a).

A Portaria No. 2.728, de 11 de novembro de 2009, dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), considerando, entre as suas atribuições, a necessidade de adequação da Portaria No. 2.437, de 07 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a ampliação e o fortalecimento da Rede Nacional Integral à Saúde do Trabalhador no SUS, aos mecanismos de gestão do Pacto pela Saúde (Ministério da Saúde, 2009).

Esta Portaria do ano de 2009, em seu artigo primeiro, alega que a RENAST deverá ser implementada de forma articulada entre o Ministério da Saúde, as Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com o envolvimento de órgãos de outros setores dessas esferas, executores de ações relacionadas com a Saúde do Trabalhador. Assim, as ações em Saúde do Trabalhador devem ser desenvolvidas, de forma descentralizadas e hierarquizadas, em todos os níveis de atenção do SUS, sejam elas ações de promoção, preventivas, curativas e de reabilitação (Ministério da Saúde, 2009).

A proposta da Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador possibilitou também a convocação para a realização da III Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador.

A III Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador foi realizada em 2005 e representou o resultado de um acúmulo histórico que tem como marco o final dos anos 1970, traduzido em ações de defesa do trabalho digno e saudável, da participação dos trabalhadores nas decisões quanto à organização e gestão dos processos produtivos e na busca de garantia da atenção integral à saúde para todos (Ministério da Saúde, 2011).

O tema dessa III Conferência foi “Trabalhar, sim! Adoecer, não!” Lacaz (2007) destaca que de forma geral, essa Conferência ratificou as resoluções que reiteram o tema central da II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador.

Três eixos temáticos foram definidos para orientar o debate da III Conferência: Como garantir a integralidade e a transversalidade da ação do Estado em saúde dos(as) trabalhadores(as)? Como incorporar a saúde dos(as) trabalhadores(as) nas políticas de desenvolvimento sustentável no País? Como efetivar e ampliar o controle social em saúde dos(as) trabalhadores(as)? (Ministério da Saúde, 2011).

No ano de 2013, com a Portaria No. 2.808, de 20 de novembro, o Ministério da Saúde promove a IV Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, tendo como o tema central: Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, Direito de Todos e Todas e Dever do Estado (Ministério da Saúde, 2013a).

A Resolução No. 494, de 27 de novembro de 2013 aprovou o Regimento Interno da IV Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora que tem como objetivo propor diretrizes para a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNST) (Ministério da Saúde, 2013b).

A IV Conferência tratou do desafio de tornar realidade o direito definido pela Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), publicado no ano de 2012, no cotidiano do trabalho, nos processos de negociação, intervenção e de definição dos rumos do trabalho no contexto do desenvolvimento econômico, ambiental e social em âmbito local, regional e nacionalmente (Ministério da Saúde, 2014c).

A Portaria No. 1.823, de 23 de agosto de 2012 instituiu a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora que tem como finalidade definir os princípios, as diretrizes e as estratégias⁶² a serem observados pelas três esferas de gestão do SUS, para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador, com ênfase na vigilância, com vistas a promoção e

⁶² A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora destaca os seguintes princípios e diretrizes: “universalidade; integralidade; participação da comunidade, dos trabalhadores e do controle social; descentralização; hierarquização; equidade; e precaução” (Ministério da Saúde, 2012).

a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade em virtude dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos (Ministério da Saúde, 2012).

Fazem parte dessa Política, segundo o Ministério da Saúde (2012), todos os trabalhadores, homens e mulheres, independentes de sua localização, urbana ou rural, de sua forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, avulso, temporário, cooperativados, aprendiz, estagiário, doméstico, aposentado ou desempregado.

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora alinha-se com o conjunto de políticas de saúde no âmbito do SUS, considerando a transversalidade das ações de saúde do trabalhador e o trabalho como um dos determinantes do processo saúde-doença (Ministério da Saúde, 2012, p. 2).

Essa Política tem como objetivo contemplar todos os trabalhadores, priorizando as pessoas e grupos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, como por exemplo, aqueles inseridos em atividades ou relações informais e precárias de trabalho, em atividades que oferece maior risco para a saúde, submetidos a formas nocivas de discriminação, ou ao trabalho infantil, na perspectiva de superar desigualdades sociais e de saúde e de buscar a equidade na atenção. Tem ainda como objetivo: fortalecer a Vigilância em Saúde do Trabalhador e a integração com os demais componentes da Vigilância em Saúde; promover a saúde e ambientes e processos de trabalhos saudáveis; garantir a integralidade na atenção à saúde do trabalhador; ampliar o entendimento de que a saúde do trabalhador deve ser concebida como uma ação transversal; incorporar a categoria trabalho como determinante do processo saúde-doença dos indivíduos e da coletividade; assegurar a qualidade da atenção à saúde do trabalhador usuário do SUS.

A PNSTT propõe como uma das estratégias o fortalecimento da Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT).

[...] é um componente do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde que visa à promoção da saúde e à redução da morbimortalidade da população trabalhadora, por meio da integração de ações que intervenham nos agravos e seus determinantes decorrentes dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos (Vasconcellos, Minayo-Gomez, & Machado, 2014, p. 4618).

De acordo com Minayo-Gomez (2013) esse é um dos objetivos prioritários da PNSTT, porém destaca que o marco legal coloca um modelo ambicioso de ações a serem realizadas pela VISAT, pois a sua efetivação está longe de se atingir devido a situação de hoje.

São bastante limitadas às possibilidades de atuação de boa parte do quadro técnico atual, como pode observar-se nos inventários sobre a execução de ações da Renast, realizados a fim de identificar lacunas e potencialidades, visando à redefinição de rumos e estratégias de apoio para o fortalecimento dessa Rede (Minayo-Gomez, 2013, p. 22).

Ainda segundo o autor, sem uma mudança na cultura assistencial que ainda persiste é muito difícil conseguir levar à prática o conjunto de diretrizes e estratégias requeridas para o desenvolvimento das ações que são propostas pelo CEREST. Segundo o autor, para se atingir o objetivo seria preciso seguir as principais orientações para um planejamento estratégico que suporia analisar o perfil produtivo e a situação de saúde dos trabalhadores, integrar a VISAT com os demais componentes da Vigilância em Saúde, fortalecer e ampliar a articulação intersectorial e também a participação dos trabalhadores, além de desenvolver e capacitar os profissionais e os gestores.

É claro que em alguns Cerest já existe uma experiência acumulada de atuação em consonância com as premissas da Visat, [...] dizem respeito à vigilância da exposição ao benzeno em postos de combustíveis; aos acidentes de trabalho; ao setor canavieiro e ao banimento do amianto em processos de produção e de consumo. No entanto, temos que pensar em estratégias que possibilitem o avanço coletivo e que correspondam ao caráter de rede da Renast. Esse esforço exige uma articulação entre os pares, inclusive, aproveitando a riqueza de seus pontos de vista similares e diferentes (Minayo-Gomez, 2013, p. 22).

Vasconcellos et al. (2014) destacam que a necessidade de implementar ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador surge desde a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e também ao longo da trajetória de construção da área da saúde do trabalhador no Brasil. É uma estratégia, segundo os autores, que visa ultrapassar a dimensão assistencial que prevalecia e ainda prevalece nos primeiros programas de saúde do trabalhador, anteriores ao advento do SUS, e precursores dos CERESTs.

As modalidades de VISAT contemplam o trato com agravos específicos, como os vários tipos de acidentes, agrotóxicos, silicose, asbestose, benzeno, lesões por esforços repetitivos entre outras. Além disso, pode-se observar, segundo Vasconcellos et al. (2014), algumas experiências de VISAT sobre determinados segmentos econômicos-produtivos, por exemplo, nos ramos químico, petroquímico, siderúrgico, frigorífico, agronegócio (agroindústria), construção civil, transporte, elétrico, setor saúde e educação e também sobre determinados contextos socioeconômicos de grupos populacionais específicos, como o trabalho infantil, o trabalho informal e cooperativado.

É a partir do SUS que se pode falar em VISAT. Contudo, assim como o SUS, é necessário pensar uma vigilância voltada para a saúde no trabalho vinculando às demais estruturas necessárias do aparelho de Estado, para atender seu objetivo maior, ou seja, vigiar e intervir nos processos e ambientes de trabalho onde existam fatores determinantes de perda da saúde dos trabalhadores (Vasconcellos et al., 2014).

A área da saúde do trabalhador tem avançado no Brasil, ao longo da sua trajetória histórica. Para seguir os fundamentos de uma Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, é necessário o trabalho articulado e cooperativo do Ministério do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e da Saúde, visando, na elaboração de seus princípios, a garantia de que o trabalho seja realizado em condições favoráveis para a melhoria da qualidade de vida de todos os trabalhadores, urbanos e rurais, sem prejuízo para sua saúde física e mental.

Segundo Karino, Martins e Bobroff (2011),

Há muitas dificuldades a serem ultrapassadas e a busca incessante por soluções deve contemplar aqueles que acreditam que o trabalho é não apenas uma necessidade, mas também um direito do homem, enquanto cidadão, especialmente considerando-se que o trabalho tem valor social e dignifica o ser humano e a sociedade (Karino et al., 2011, p. 399).

Os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e o SUS determinam as bases políticas e sociais para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador. Ao longo da história da saúde do trabalhador conseguimos dar um grande passo nas questões que envolvem a saúde da população trabalhadora, porém ainda há muitos desafios a serem vencidos. Há muitos obstáculos ainda a serem ultrapassados para conseguirmos concretizar as propostas da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

E como enfatiza Karino et al. (2011, p. 399), [...] a participação dos trabalhadores deve ser o princípio norteador, pois sem ela se continuará a escrever a história das doenças e a desviar-se da história da saúde como parte de um processo real de conquista da democracia no Brasil.

As políticas de saúde do trabalhador preconizam o atender a todos os trabalhadores, urbanos e rurais. Porém, com relação aos trabalhadores rurais ainda há muitas ações que precisam ser voltados à saúde dessa população.

De acordo com Schlindwein (2011) apesar de os trabalhadores rurais terem garantidos seus direitos a partir da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), eles ainda

ressentem de uma atenção aos seus direitos, assim como no reconhecimento do nexo causal entre saúde/doença e trabalho.

A preocupação com a saúde dos trabalhadores rurais foi destacada na Conferência Mundial de Saúde realizada em Alma-Ata, no Cazaquistão, no ano de 1978. Nesta Conferência surgiram propostas específicas dentro da Organização Mundial de Saúde (OMS) para a atenção a grupos populacionais de trabalhadores, como os rurais, mineiros e migrantes (Schlindwein, 2011).

A manifestação dos órgãos internacionais reforçou as discussões que vinham ocorrendo entre os técnicos da área de saúde pública no Brasil. Esta inquietação resultou no movimento sanitário brasileiro, que questionou uma reforma do sistema da saúde de 1976 a 1977, quando se buscavam novos modelos democráticos e populistas para a saúde e que contou com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) (Schlindwein, 2011, p. 110).

O lema da saúde do trabalhador como sendo de responsabilidade de estado prevê uma perspectiva de mobilização permanente as saúde do trabalhador como política pública integrada ao SUS e de responsabilidade do Estado em assegurar a proteção da saúde de todos os trabalhadores, seja do setor público e privado, formal e informal, rural e urbano (Ministério da Saúde, 2014c).

Não resta dúvida de que as diversas formas de inserção dos indivíduos nos processos produtivos, seja ele no meio urbano ou rural, definem padrões também diversificados de morbimortalidade, para os quais contribuem outros fatores decorrentes das condições de vida a que estão submetidos (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997).

Para os autores citados acima, formular uma política de saúde do trabalhador significa contemplar uma gama de condicionantes da saúde e da doença, “especificamente para o setor público de saúde, do âmbito municipal ao federal, é premente a necessidade de consolidar ações de saúde do trabalhador que abranjam da vigilância à assistência em seu sentido amplo” (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997, p. 31).

Ainda segundo os autores, paradoxalmente a isso, chegou-se a uma maior visibilidade social dos problemas que afetam a qualidade de vida dos trabalhadores. Ainda, estamos avançando na compreensão dos agravos à saúde em diferentes processos de trabalho industrial, assim como nas atividades rurais, sobretudo quanto à utilização indiscriminada de agrotóxicos. No entanto, ainda há um universo de indagações e ainda emerge um desafio a enfrentar,

[...] desde velhas situações praticamente intocadas, como o trabalho escravo e o trabalho infantil, às decorrentes de um modelo de produção seletivo e excludente que vem ampliando a dimensão da rua como espaço de trabalho, com todas as incertezas, vulnerabilidades e riscos que esse espaço significa, em relação tanto a acidentes e violências, como à produção da própria sobrevivência (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997, p. 31).

Desta forma, não podemos deixar de destacar que demos um grande passo com a implantação de uma Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, no ano de 2012, porém temos ainda que avançar e continuar construindo um campo da saúde do trabalhador. Há dificuldades na aplicação das diretrizes que foram propostas pelo PNSTT, assim concordamos com Minayo-Gomez (2013, p. 24) que,

Temos para frente uma tarefa coletiva, que demanda empenho de todos os atores no estabelecimento de pactos entre instituições públicas, centros acadêmicos e instâncias organizativas da sociedade civil de tornar realidade prática uma política que construímos. É um imenso desafio a ser enfrentado com realismo e dedicação por todos os que acreditam ser possível investir em uma classe trabalhadora com mais saúde, mais ciente de seus direitos e mais participante na sua conquista.

4 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi fundamentada no referencial teórico e metodológico do materialismo histórico dialético, elaborado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), em meados do século XIX, que pressupõe que os fenômenos sociais devam ser entendidos em sua totalidade. Com base neste referencial, a sociedade é entendida como a totalidade das relações de produção e das forças produtivas, que em seu conjunto formam a estrutura econômica, que corresponde às formas de consciência social e onde se desenvolve o processo de vida social – a superestrutura, jurídica e política.

Na base de todas estas relações está o trabalho. A categoria “trabalho” é central no pensamento marxiano. Para Marx é através do trabalho que o homem se relaciona com a natureza para tirar dela os meios para sua subsistência, é através do trabalho que o homem se relaciona com os demais de sua espécie, é através do trabalho que o homem se humaniza, se autoconstrói, transforma a natureza, domina-a e deixa sua marca. A existência do ser humano está ligada, portanto, à autoprodução através do trabalho ao longo da história. No entanto, a organização da produção e do trabalho, com o advento do capitalismo, é marcada pela alienação e sofrimentos humanos, já que o que predomina não é a produção de valores de uso, para atender necessidades humanas, mas sim a produção de valores de troca, fundada na exploração do trabalho e na obtenção de lucros, ou mais-valia.

Portanto é a partir da análise de processos de trabalho concretos que os acidentes de trabalho podem ser compreendidos. A compreensão dos acidentes de trabalho nesta pesquisa vai de encontro àquelas adotadas por autores tais como Cohn et al. (1985), Costa (1981), Laurell (1981), Machado e Minayo-Gomez (1994), Rebouças et al. (1989) e Wünsch Filho (1999) que comungam a ideia de que não é possível analisar a saúde do trabalhador, e portanto os acidentes que o acomete, observando apenas sua exposição a agentes físicos, químicos ou biológicos, às máquinas e instrumentos de trabalho presentes no ambiente de trabalho. Portanto consideramos que “as máquinas e os donos das máquinas e os produtos manipulados, as relações, ritmo e organização do trabalho, os salários e o prolongamento social disso tudo é que modula a saúde do trabalhador, seqüestra-a e abrevia sua vida” (Rebouças et al., 1989, p. 23).

A pesquisa de campo combinou técnicas de pesquisas sociológicas e etnográficas: entrevistas gravadas focadas na história de vida e trabalho, consulta ao banco de dados do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) de Araraquara (SP) e produção imagética (Apêndice A).

A pesquisa se realizou na cidade de Araraquara (SP) e contou com duas etapas: na primeira foi feito o levantamento dos acidentes ocorridos no período de 2010 a 2012 envolvendo trabalhadores da agroindústria canavieira que estão registrados nos Relatórios de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT)⁶³ disponíveis no CEREST⁶⁴ de Araraquara. Além desse levantamento do número de acidentes, foi possível também visualizar os tipos de acidentes de trabalho, a parte do corpo atingida e o diagnóstico e a ocupação do trabalhador; na segunda etapa da pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 14 trabalhadores (roteiro Apêndice B) e uma entrevista com a gestora do CEREST (roteiro Apêndice C), totalizando, aproximadamente, 22 horas de gravação. A entrevista com a gestora do CEREST teve por objetivo obter informações acerca do atendimento dispensado aos acidentados.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP) (Anexo A).

4.1 Procedimentos metodológicos – Primeira etapa

Na primeira etapa da pesquisa, realizada no CEREST, foi feito o levantamento dos acidentes ocorridos no período de 2010 a 2012 envolvendo trabalhadores rurais que estão registrados nos Relatórios de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT).

Esta etapa da pesquisa teve uma duração de seis meses, de janeiro a junho de 2013. A análise dos Relatórios de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) foi realizada pela pesquisadora.

Os documentos que registram os acidentes de trabalhos, leves e moderados, são arquivados, no CEREST, em pastas, classificados pelo mês de ocorrência. Desta forma, para cada ano havia 12 pastas para acidentes de trabalho classificados como leves e moderados. Os

⁶³ Modelo de RAAT disponível em Anexo B. O RAAT é um documento que contém campos para a coleta de dados da informação sobre o trabalhador e o acidente de trabalho (identificação do trabalhador, ocupação, ramo de atividade, dados da empresa, endereço do trabalhador e do local onde ocorreu o acidente, descrição do acidente e dados clínicos). Esse documento é preenchido pela equipe de atendimento dos serviços de saúde para onde o trabalhador foi encaminhado após a ocorrência do acidente. A CAT (Comunicação de Acidente do Trabalho) é um documento elaborado pela Previdência Social com fins securitários. A emissão da CAT registra e reconhece oficialmente o acidente, estabelecendo o direito do trabalhador ao seguro acidentário junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (Cordeiro et al., 2005).

⁶⁴ O Termo de Autorização para a realização da pesquisa no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara encontra-se em Anexo C.

documentos de acidentes graves e fatais são arquivados em pastas próprias, separados dos demais.

O trabalho de campo iniciou-se com o levantamento dos acidentes leves e moderados. Do ano de 2010 a 2012, foram analisadas 36 pastas. Esta primeira parte da pesquisa de campo foi de suma importância para obtermos o conhecimento acerca dos registros de acidentes de trabalho no município. O contato com os Relatórios de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) permitiu alguns questionamentos sobre a forma como os registros de acidentes de trabalho são feitos.

Iniciou-se então, a busca pelos acidentes de trabalho com os trabalhadores rurais da região de Araraquara. Nesta etapa da pesquisa levantamos os casos de acidentes envolvendo trabalhadores rurais, tanto os envolvidos com a agroindústria canavieira, quanto aqueles da lavoura de laranja e de outros ramos de atividades relacionados à agropecuária.

Os documentos que registram os acidentes estavam todos arquivados em pasta comum correspondente ao mês de ocorrência, incluindo tanto trabalhadores da indústria, comércio e agricultura. Também não havia separação entre acidentes típicos e de trajetos, o que dificultou em muito o nosso trabalho.

Essa foi uma das dificuldades encontradas nesta primeira etapa. Foram analisadas todas as fichas e excluídas aqueles que não eram acidentes ocorridos com os trabalhadores rurais. Nesta parte da pesquisa, foram selecionados para compor a análise dos dados os acidentes ocorridos na lavoura, como por exemplo, cortador de cana-de-açúcar, tratorista, motorista de caminhão, aplicador de herbicida, cortador de corte mecanizado, colhedor de laranja, ou seja, aquelas ocupações relacionadas à atividade executada no campo, na lavoura, mas também acidentes de trajetos que envolveram motoristas das usinas de açúcar e álcool e indústria de laranja, que transportam a matéria-prima, como cana-de-açúcar e a laranja para a empresa, como trabalhadores para a lavoura. Foram excluídos da análise, os trabalhadores das usinas de açúcar e álcool, ou seja, aqueles que não exercem suas funções na lavoura.

Os RAATs são preenchidos pelos profissionais de saúde que atuam nos serviços de saúde tanto público quanto privado. Em Araraquara, os trabalhadores acidentados são atendidos nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Santa Casa e Pronto Socorro e em hospitais privados, caso a empresa ofereça plano de saúde ao trabalhador, como por exemplo, a Unimed. Em geral, esses RAATs não são preenchidos adequadamente. Há imprecisão dos dados que dificulta traçar um perfil do trabalhador acidentado bem como caracterizar o acidente de trabalho. Alguns RAATs não foram considerados, nesta pesquisa, pois não se tinha clareza se se tratava de trabalhador rural ou não.

No entanto, apesar de alguns relatórios estarem incompletos, estes foram incluídos na análise devido a descrição do acidente, o que permitiu classificá-los como acidentes na lavoura, como por exemplo, os motoristas de caminhões de cana-de-açúcar e laranja.

O preenchimento inadequado dos relatórios, com campos não preenchidos, como aqueles que dizem respeito à ocupação e a descrição do acidente de trabalho dificulta a notificação pelo CEREST, o que contribui para uma certa subnotificação. No levantamento que fizemos encontramos um número maior de RAATs que não estavam computados, pela estatística do CEREST. Alguns desses RAATs que não estavam computados, pelo CEREST, foram considerados na nossa pesquisa como sendo de trabalhadores rurais, já que se referiam ao trabalho de tratoristas e motoristas no campo, o que justifica a diferença no número de acidentes de trabalho computados por nossa pesquisa e aqueles registrados pelo CEREST.

Em entrevista realizada com a gestora do CEREST, Matilde Damiani, esta destacou tal dificuldade com relação ao preenchimento dos RAATs pelas equipes de saúde das Unidades de Saúde.

Temos essa dificuldade e infelizmente, a equipe que preenche, que é da porta de entrada, ela reclama da falta de tempo, ou então, (...) ah, eu não sabia que tinha que preencher tudo isso, ah, porque é complicado; eu preenchi com aquilo que o trabalhador falou, entende? Os argumentos são muitos, porém em todas as nossas conversas, porque (...) é uma competência do Centro de Referência, uma atribuição nossa trabalhar com essa questão da conscientização do profissional de enfermagem para que ele entenda ou outro profissional de saúde, para que ele entenda o que aquilo que ele está escrevendo é de total interesse pra gente, para o trabalhador, para todo mundo. Então, isso faz parte dos treinamentos, todas às vezes que a gente vai às unidades, a gente fala disso. [...] então, a equipe do CEREST está subdividida em três grupos que visitam os municípios. Dentre essas visitas, elas devem acontecer também, nas Unidades Básicas de Saúde e nas Unidades de Pronto Atendimento, e esse treinamento é feito pela enfermeira ou até eu mesma faço, quando há disponibilidade ir falar com esse pessoal que preenche a ficha. [...] Implicam, porque muitas vezes você não tem o dado o correto, falta informação, você não tem o dado correto pra fazer uma (...) estatística mais detalhada, então quer dizer tem um certo prejuízo sim.

As estatísticas do número de acidentes de trabalho serão abordadas em capítulo específico.

4.2 Procedimentos metodológicos – Segunda etapa

O levantamento da primeira etapa da pesquisa permitiu selecionar alguns trabalhadores que sofreram acidentes de trabalho na lavoura para serem entrevistados nesta segunda etapa. Além de entrevistas com trabalhadores do CEREST de Araraquara.

Algumas barreiras também foram encontradas na execução dessa etapa da pesquisa. A maioria das fichas dos acidentes de trabalho disponíveis no CEREST não estava adequadamente preenchida. Dados importantes acerca dos acidentes e dos acidentados foram suprimidos e além de criarem uma barreira na análise dos dados para a tabulação dos quadros com informações dos acidentes de trabalho rurais, criou-se também um obstáculo para contatar e selecionar os trabalhadores para esta etapa da pesquisa.

Muitas fichas não constavam endereço e nem telefone do trabalhador acidentado. Outra dificuldade também surgiu quando se tinha essas informações do sujeito. Muitos números de telefone, na sua maioria de celulares, e endereços residenciais dos trabalhadores, que constavam nas fichas do RAAT, não correspondiam mais a realidade do atual momento, ou seja, os números de telefones não existiam e nem tampouco o trabalhador fora encontrado no endereço citado na ficha de seu acidente.

Isto acabou por dificultar o contato com os trabalhadores rurais para participar dessa etapa da pesquisa, a entrevista. Portanto, esta etapa da pesquisa buscou entrevistar trabalhadores que sofreram acidentes de trabalho na lavoura de cana-de-açúcar.

Tratou-se de uma pesquisa de cunho qualitativo que teve como principal técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada. A pesquisa qualitativa responde questões muito particulares. De acordo com M.C.S. Minayo, Deslandes e Gomes (2012) ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado⁶⁵.

[...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (M.C.S. Minayo et al., 2012, p. 21).

Segundo M.C.S. Minayo (2004), os dados qualitativos são fundamentais na construção do conhecimento e “[...] podem permitir o início de uma teoria ou a sua reformulação, refocalizar ou clarificar abordagens já consolidadas, sem que seja necessária a comprovação formal quantitativa. O princípio geral é de que todos os dados devem ser articulados com a teoria” (Minayo, 2004, p. 96). Uma amostra qualitativa privilegia os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer também considera-os em números suficientes

⁶⁵ Segundo os autores, o universo da produção humana é resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e que o objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos.

“[...] para permitir uma certa reincidência das informações, porém não despreza informações ímpares cujo potencial explicativo tem que ser levado em conta [...]” (M.C.S. Minayo, 2004, p. 102). Desta forma, o estudo qualitativo pode ser alcançado pela diversificação das situações vivenciadas pelos trabalhadores.

Para essa autora, a entrevista é a técnica mais usada no trabalho de campo, pois possibilita ao entrevistado discorrer de forma livre sobre o tema, além de oferecer amplo campo de interrogativas. A fala do entrevistado pode ser,

[...] reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas (M.C.S. Minayo, 2004, pp. 109-110).

Dejours e Abdoucheli (2013) destacam a importância da subjetividade do trabalhador quando revela aspectos relacionados ao trabalho. A entrevista semiestruturada leva o pesquisador reconhecer a descrição do trabalho pelo trabalhador a partir de sua subjetividade.

[...] no plano teórico é o privilégio dado à intersubjetividade, à construção do sentido e à aptidão do sujeito para interpretar sua situação, para decidir, regular e controlar sua ação, que leva, evidentemente, a reconhecer a prioridade do *qualitativo* e do sujeito na análise da realidade e na atualidade científica (Dejours & Abdoucheli, 2013, p. 142).

Os autores ressaltam ainda, quanto a fala do trabalhador que, “[...] a referência à intersubjetividade, à abordagem compreensiva e à construção do sentido pelo sujeito leva-nos a conceder um lugar central à palavra e à *enunciação*” (Dejours & Abdoucheli, 2013, p. 142).

Na pesquisa de campo, segundo os autores é fundamental passar pelas palavras dos trabalhadores, destacando a importância da relação estabelecida entre o pesquisador e o entrevistado. “A experiência mostra que é partir da troca interlocutória e da discussão pesquisadores-trabalhadores que emerge uma parte importante do iceberg da realidade, mascarada na profundidade das estratégias coletivas em face da organização do trabalho” (Dejours & Abdoucheli, 2013, p. 142).

M.C.S. Minayo et al. (2012) também destacam a importância da relação entre os atores participantes da pesquisa de campo. Para os autores,

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social (M.C.S. Minayo et al., 2012, p. 61).

Foram entrevistados 14 trabalhadores rurais, além de uma entrevista com a gestora do CEREST. Foi preservado o anonimato de todos os entrevistados. Por isso os participantes das entrevistas foram denominados de E1, E2, E3 e assim consecutivamente.

Os critérios de inclusão dos trabalhadores que foram entrevistados para esta pesquisa foram os seguintes: trabalhadores que teriam sofrido acidentes de trabalho, nos anos de 2010 a 2012, em atividades ligadas à agroindústria canavieira, especificamente aqueles envolvidos com a colheita da cana-de-açúcar. Foi necessário também que o trabalhador concordasse em participar da pesquisa e assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D).

Todas as entrevistas foram agendadas previamente e realizadas no domicílio dos trabalhadores, exceto uma que se deu no local de trabalho. Binder e Almeida (2003) destacam que a recuperação de informações através de entrevistas com trabalhadores acidentados constitui-se uma tarefa difícil devido à fragilidade em que se encontram esses indivíduos após um evento que lhes deixou marcas e traumas em suas vidas. Portanto, as entrevistas devem resguardar ao máximo a privacidade desses trabalhadores e devem identificar o maior número possível de fatores que levaram ao acidente.

As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora. Todas as entrevistas foram gravadas com o auxílio de um gravador e, posteriormente, foram transcritas, na íntegra, pela própria pesquisadora.

A transcrição de uma história de vida (ou de outras entrevistas compreensivas), na medida do possível, não deveria ser feita por pessoas alheias à pesquisa. Deve ser feita pela pessoa que a colheu ou por um pesquisador do mesmo grupo e que, portanto, compartilha das mesmas preocupações, ainda que a partir de diferentes enfoques. Esta medida evita que os dados sejam desvirtuados de sua proposta inicial e é necessária para que não se incorra em erros de ordem interpretativa (Whitaker et al., 2002, p. 119).

As entrevistas foram transcritas na íntegra, totalizando aproximadamente 90 horas de transcrição. Depois de transcritas foi feita uma leitura sistematizada dos depoimentos e os mesmos foram separados por temática relacionados aos objetivos.

Os dados obtidos através dos depoimentos dos trabalhadores foram divididos por temas, tais como: tipos de acidentes de trabalho que ocorrem no meio rural; como é o processo de

trabalho; as queixas de saúde física e mental; aspectos da organização e das condições do trabalho rural; os riscos que esses trabalhadores estão expostos ao exercerem suas atividades; os impactos psíquicos que um acidente pode acarretar na vida desse trabalhador. Estes temas foram analisados a partir da bibliografia selecionada.

Os dados obtidos através do levantamento dos documentos disponíveis no CEREST de Araraquara foram tabulados e compõem os quadros e os gráficos que descrevem o perfil dos trabalhadores e dos acidentes de trabalho. Os quadros e os gráficos foram confeccionados com o auxílio do programa Microsoft Excel.

5 Universo empírico da pesquisa - O município de Araraquara (SP)

O município de Araraquara está situado na região central do Estado de São Paulo a uma distância, aproximadamente, de 277 quilômetros da capital paulista.

O município de Araraquara foi fundado em 22 de agosto de 1817. A economia do município está baseada na agroindústria representada pelo binômio cana-de-açúcar e laranja. Outros setores de destaque da economia local são metal-mecânico, indústria têxtil, tecnologia de informação e de serviços (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2014a).

Fonte: Wikipedia (2014). Mapa da cidade de Araraquara.

Figura 1. Mapa de localização da cidade de Araraquara no estado de São Paulo

Sua área territorial é de 1.003,674 km², com uma população que atinge, segundo o censo do IBGE de 2010, 208.662 habitantes. Ainda segundo o IBGE, a população estimada em 2013 foi de 222.036 habitantes (IBGE, 2014b).

No ano de 2010, o município de Araraquara esteve em 14º no ranking de Desenvolvimento Humano (IDHM), do país. Com um IDHM de 0,815 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], 2010). Para a classificação do IDHM, foram analisados os dados de saúde, educação e renda.

Em 2012, um estudo divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro [FIRJAN] apontou Araraquara como a cidade mais desenvolvida entre os 26 municípios

que compõe a região do estado de São Paulo. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) classificou Araraquara como a 17ª cidade mais desenvolvida do Brasil e a 16ª no ranking estadual segundo base do ano de 2010 (FIRJAN, 2012).

A cidade de Araraquara também tem se destacado com a conquista do Certificado de Município Verde Azul. Em 2012 se classificou na 13ª posição do ranking. O programa Município Verde Azul do Governo do Estado contemplou cidades com base nas ações ambientais desenvolvidas durante o ano de 2011. O certificado é oferecido às cidades que obtiveram, no mínimo, nota 80 em quesitos ambientais, como esgoto tratado, preservação e recuperação de mata ciliar de mananciais, entre outras atribuições. Desde o ano de 2009, o índice de área verde por habitante passou de 34m² para 64m², o que atinge um número acima do mínimo recomendado pela ONU (Organização das Nações Unidas), que é de 12m². A cidade também conquistou o prêmio Franco Motor, obtendo o 10º lugar entre os 34 municípios que representam a Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré. Esse prêmio considera as políticas ambientais desenvolvidas nos municípios com relação à preservação da Bacia, como feito na cidade de Araraquara com a recuperação dos mananciais do Tanquinho, Chácara Flora, Córrego do Vieira, Água Branca e Ribeirão das Cruzes (“Araraquara, SP”, 2012).

As informações oferecidas pelo IBGE em 2011, sobre as empresas atuantes no município, indicam que existem 9.378 empresas atuantes (IBGE, 2014b).

Na região de Araraquara destacam-se as lavouras da laranja e da cana-de-açúcar. A seguir destaca-se a produção agrícola dessas duas lavouras na região.

Lavoura Permanente – Laranja					
	2008	2009	2010	2011	2012
Área Colhida	6.000 hectares	6.000 hectares	6.000 hectares	3.444 hectares	1.553 hectares
Quantidade produzida	180.000 toneladas	180.000 toneladas	150.000 toneladas	86.100 toneladas	50.627 toneladas
Rendimento médio	30.000 quilogramas por hectare	30.000 quilogramas por hectare	25.000 quilogramas por hectare	25.000 quilogramas por hectare	32.599 quilogramas por hectare
Valor da produção	27 mil reais	27 mil reais	39 mil reais	25.399 mil reais	13.347 mil reais

Fonte: IBGE (2014c). Elaborado pela autora.

Quadro 6. Lavoura Permanente (Laranja) dos anos de 2008-2012 no município de Araraquara (SP)

Lavoura Temporária – cana-de-açúcar					
	2008	2009	2010	2011	2012
Área Colhida	49.000 hectares	49.000 hectares	32.000 hectares	37.000 hectares	37.000 hectares
Quantidade produzida	4.410.000 toneladas	4.410.000 toneladas	4.165.000 toneladas	3.256.590 toneladas	2.664.000 toneladas
Rendimento médio	90.000 quilogramas por hectare	90.000 quilogramas por hectare	130.156 quilogramas por hectare	88.015 quilogramas por hectare	72.000 quilogramas por hectare
Valor da produção	66.150 mil reais	66.150 mil reais	145.775 mil reais	130.263 mil reais	180.006 mil reais

Fonte: IBGE (2014c). Elaborado pela autora.

Quadro 7. Lavoura Temporária (Cana-de-açúcar) dos anos de 2008-2012 no município de Araraquara (SP)

Com relação aos dois quadros (6 e 7), percebe-se que a lavoura canavieira possui uma posição de destaque na produção comparada com a lavoura da laranja. O valor da produção da cana-de-açúcar, no ano de 2012, teve um aumento significativo em relação aos anos anteriores.

Esta pesquisa foi realizada no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara. É importante relatar brevemente o histórico do CEREST no município.

5.1 O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) – regional Araraquara

O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), criado por meio da Lei Municipal 5.811, de 29 de abril de 2002, regulamentado como CRST Regional pela Portaria 1.679/02, tem como sede o município de Araraquara e atua como referência, retaguarda técnica para o Sistema Único de Saúde (SUS). O CEREST tem como objetivo a implementação de projetos de intervenção, pela inclusão das ações de saúde do trabalhador na atenção primária por meio da definição de protocolos, estabelecimento de linhas de cuidado e outros instrumentos que favoreçam a integralidade do atendimento nos serviços de saúde, como também, a articulação com os demais componentes da vigilância em saúde.

O CEREST regional de Araraquara abrange 24 municípios da Divisão Regional de Saúde – DRS III⁶⁶. O município de Araraquara é a instância de apoio matricial para o desenvolvimento destas ações, e deve estar organizado e estruturado para o acolhimento e atendimento da população trabalhadora, estimada em 946.735, segundo dados do IBGE de 2010.

Fonte: Prefeitura Municipal de Araraquara (2014).

Figura 2. Abrangência dos municípios da Divisão Regional de Saúde DRS III, cobertura CEREST regional Araraquara

O CEREST de Araraquara foi fundado no ano de 2002, como podemos ver no depoimento da atual gestora, Matilde Damiani

O CEREST foi fundado em 2002, né? Uma proposta do governo municipal, da gestão pública do município pra implantação de um sistema especializado na saúde do trabalhador. Em 2003, com a Portaria 1.679, ele ficou sendo regionalizado, e a partir de então, ele vem atendendo os 24 municípios.

⁶⁶ Os Municípios integrantes são: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Descalvado, Dobrada, Dourado, Gavião Peixoto, Ibaté, Ibatinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, São Carlos, Tabatinga, Taquaritinga, Trabiçu (Secretaria do Estado de São Paulo, 2012).

O CEREST de Araraquara tem como responsabilidade e objetivo: o estudo, a prevenção, a assistência; a vigilância aos agravos de saúde relacionados ao trabalho; a redução dos acidentes e doenças do trabalho; a execução de ações de promoção; a reabilitação e vigilância na área da saúde; articulação intra (Atenção Básica, Vigilância em Saúde, etc) intersetorial (Ministério do Trabalho e Emprego, Previdência Social, Meio Ambiente, Educação, Universidades, Centro de Pesquisa); a estruturação da rede de informação em Saúde do Trabalhador; apoio a estudos e pesquisas; capacitação de recursos humanos e a participação da comunidade na gestão dessas ações (Prefeitura Municipal de Araraquara, 2014).

A equipe do CEREST é formada por: 1 gestor de projetos, 1 gestora de Unidade/Enfermeira do trabalho, 1 agente administrativo, 1 assistente social, 1 auxiliar de limpeza, 1 engenheiro de segurança, 1 fisioterapeuta, 1 médico do Trabalho, 1 psicólogo, 1 técnico em segurança do trabalho, 1 técnico em enfermagem do trabalho, 2 fiscais de vigilância em saúde do trabalhador (Prefeitura Municipal de Araraquara, 2014).

Em casos de acidentes de trabalho, há um fluxograma de atendimento ao acidentado. O trabalhador vítima de acidente do trabalho ou suspeita de doença ou agravo relacionado ao trabalho deve procurar a Unidade de Saúde ou Pronto Atendimento próximo de sua casa, e este deverá ser encaminhado, por escrito, ao CEREST pelo médico ou enfermeira que atendeu a vítima. No CEREST, o trabalhador é atendido pela recepcionista que fará o agendamento com a assistente social que o encaminhará para os profissionais específicos para tratamento específico e encaminhamento (Prefeitura Municipal de Araraquara, 2014).

5.2 Acidentes de trabalho rural em Araraquara (SP)

Em 2011, no estado de São Paulo foram registrados 250.306 acidentes de trabalho. Nos anos de 2012 e 2013, essa média se manteve, sendo que em 2012, 247.668 foram registrados e em 2013, 248.928 acidentes de trabalho (Ministério da Previdência Social (2013a).

No município de Araraquara, no ano de 2011 foram registrados 2.276 acidentes de trabalho, sendo 1.399 considerados acidentes típicos; 377 de trajeto e 10 doenças relacionadas ao trabalho. 490 acidentes não tiveram registros de Comunicação de Acidentes do Trabalho (CAT) e, nesse ano, teve quatro ocorrências de óbitos. Em 2012, Araraquara registrou 2.171 acidentes de trabalho, sendo 1.413 acidentes típicos; 401 de trajeto e 12 doenças do trabalho. Desse total de acidentes, 345 não tiveram a CAT registrada e, nesse ano, também tiveram cinco ocorrências de óbitos. Em 2013, registrou-se 2.243 acidentes de trabalho, sendo 1.364 acidentes

típicos; 472 de trajeto e 14 doenças do trabalho. 393 acidentes não tiveram registros da CAT e, nesse ano, registraram-se quatro acidentes com óbitos (Ministério da Previdência Social, 2012d, 2013d).

Uma lei municipal, aprovada no dia 27 de abril de 2010, tornou obrigatória a notificação de todos os acidentes de trabalho⁶⁷ registrados pelas Unidades de Pronto-Atendimento médico das redes públicas, conveniadas e privadas, sendo repassadas ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) através do Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) (Prefeitura Municipal de Araraquara, 2010).

(...) em 2010, nós conseguimos uma aprovação de uma lei municipal, aqui em Araraquara, para captar essa informação de acidente do trabalho e doença relacionada ao trabalho. Então, toda pessoa que der entrada, vítima de acidente de trabalho, numa unidade de Pronto Atendimento, isso é preenchido, impresso e traz a informação para nós [para a equipe do CEREST]. É feita a investigação desse acidente, com essas informações, a equipe do CEREST faz a investigação do acidentado, e da situação de trabalho (Matilde Damiani, gestora do CEREST).

Em casos de acidentes de trabalho, o papel do CEREST é fazer a inspeção no local de trabalho. De acordo com a gestora do CEREST Araraquara, quando ocorre um acidente de trabalho, a equipe deve averiguar as causas desse acidente.

O que promoveu o acidente e aí, encaminha para o técnico de segurança do trabalho, que faz essa inspeção, junto a Vigilância Sanitária, na empresa, para a melhoria das condições de trabalho. [...] isso é para acidente grave. Os acidentes leves, o que a gente tem conseguido fazer alguma coisa, por exemplo, quando a empresa acidenta, nós temos (...) muitas notificações de uma mesma empresa, né? No caso aí uma metalúrgica, solicitamos a presença do representante desse sindicato e fazemos a inspeção nessa empresa. Mesmo sendo acidentes considerados leves, de classificação leve. Ou então, quando a gente tem uma denúncia, como, por exemplo, nós já tivemos a denúncia de um caso de gráfica com odor muito intenso com relação a produto químico, então o Centro de Referência vai até esse local.

Em caso de acidente classificado grave, a gestora salienta que,

É aberto um processo administrativo. (...) quando essa notificação, quando a RAAT chega aqui no CEREST, que o acidente é grave, então, ela demanda a investigação

⁶⁷ De acordo com a gestora do Centro de Referência em Saúde do trabalhador (CEREST) de Araraquara, Matilde Damiani, essa lei visa amparar os trabalhadores araraquarenses. Para Damiani, há uma preocupação do atual governo, via Secretaria Municipal de Saúde, “no levantamento de dados e perfil epidemiológico da população trabalhadora para o desenvolvimento de políticas públicas no setor, visando promover e preservar a saúde”. A expectativa, com essa nova lei, é de haver um crescimento no número de notificações de acidentes de trabalho em Araraquara (Prefeitura Municipal de Araraquara, 2010).

epidemiológica, a notificação no SINAN, Sistema de Informação de Agravos e aí (...), abre-se um processo, a gente tem esse controle dos processos de investigação e de inspeção no meio ambiente de trabalho. Finaliza o processo, teoricamente, finaliza o processo após a inspeção e o relatório incluso da Vigilância Sanitária e da Segurança do trabalho. [...] ela é notificada através da Vigilância Sanitária [a empresa]. O CEREST vai em companhia da [Vigilância Sanitária], da equipe de lá.

Com relação aos casos de acidentes que a região de Araraquara mais registra, Matilde Damiani destaca um índice alto de acidentes de trabalho no setor industrial.

Nós temos um índice alto de acidentes de indústria, né? Normalmente é ferimento cortocotuso. A maioria é ferimento cortocotuso, contusão, queda, fratura e acidentes com moto. [...] é entra no comércio, também na indústria [acidentes de trajeto]. Que são os dois índices mais altos. Os dois segmentos de atividades que mais se acidentam.

De acordo com o CEREST/Araraquara, no ano de 2010 foram registrados 251 acidentes de trabalho. Em 2011, 231 acidentes de trabalho foram registrados, envolvendo trabalhadores rurais no município de Araraquara. Desse total, apenas 14 foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) por serem classificados como acidentes de trabalho graves: oito acidentes envolvendo fraturas e um destes acidentes acarretou a morte de um trabalhador rural, um acidente com amputação, um acidente com trauma, um acidente com ferimento corto contuso, um acidente envolvendo lesões múltiplas e dois acidentes de trabalho com queimaduras. No ano de 2012 foram registrados 198 acidentes e 18 notificados no SINAN, envolvendo fraturas, amputações, intoxicação e ferimentos cortocotusos⁶⁸.

Nos próximos capítulos trataremos dos resultados da pesquisa sobre os acidentes de trabalho entre os trabalhadores da agroindústria canavieira.

⁶⁸ Dados fornecidos pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) de Araraquara (SP), através de entrevista exploratória.

6 Acidentes de Trabalho com trabalhadores rurais da região de Araraquara: o que os números revelam

Os resultados aqui apresentados foram elaborados de acordo com a análise dos Relatórios de Atendimento ao Acidentado no Trabalho disponíveis no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST).

Ao longo desta etapa foram surgindo algumas dificuldades, como já foi abordado em outro tópico, acerca do preenchimento dos relatórios. Muitas fichas estavam incompletas e não constavam as informações adequadas para a tabulação dos gráficos e quadros para a análise. Outra dificuldade encontrada durante a execução desta etapa foi com relação à estatística publicada pelo CEREST dos acidentes de trabalhos rurais e outra estatística computada pela pesquisadora.

Houve divergência com relação a essas estatísticas. Durante a análise das fichas de acidentes de trabalhos (RAATs) foi encontrado um número maior de acidentes de trabalho rural pela pesquisadora, o que diferenciou dos dados publicados do CEREST.

Um dos motivos se deve à percepção da pesquisadora durante a análise. Muitos acidentes de trabalho rural foram incluídos nas estatísticas, pois foram interpretados como acidentes que aconteceram na lavoura, como por exemplo, aqueles acidentes que ocorrem com caminhoneiros e motoristas que transportam a cana para a usina. E por esse motivo, alguns acidentes, desse tipo, não foram interpretados, pelo CEREST, como acidentes na lavoura, sendo analisados como outra categoria de trabalho, que não a de atividade rural.

Entendeu-se como acidente de trabalho rural a atividade que envolve a lavoura: cana-de-açúcar, laranja, outros tipos de plantações e acidentes que ocorreram em fazendas, sítios, granjas, ou seja, aqueles acidentes que aconteceram no campo.

Desta forma, faremos uma comparação da estatística dos acidentes de trabalho rural elaborada pelo CEREST e a estatística realizada pela pesquisadora.

A seguir demonstramos uma análise dos acidentes de trabalho registrados pelo CEREST nos anos de 2010 a 2012.

Quantidade de acidentes de trabalho rural			
	2010	2011	2012
Número total de acidentes	251	231	198
Acidentes Graves	----	13	18
Fatal	0	1	0

Fonte: Dados fornecidos pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

Quadro 8. Quantidade de acidentes de trabalho rural registrado no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara

De acordo com os dados do CEREST, no ano de 2010 foram registrados 251 acidentes de trabalho rural. Em 2011 foram registrados 231 acidentes de trabalho e deste, 13 foram classificados como acidentes graves e um acidente fatal. No ano de 2012, o CEREST registrou 198 acidentes rurais, sendo que 18 foram classificados como acidentes graves.

Os dois quadros a seguir demonstram os acidentes de trabalho rural classificados como graves e que foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) nos anos de 2011 e 2012. Não puderam ser fornecidos, pelo CEREST, os dados do ano de 2010, em virtude de um problema no sistema do CEREST para este período.

Acidentes de Trabalho Rural notificados no SINAN-NET					
Classificação do acidente	Sexo	Idade	Parte do corpo atingida	Diagnóstico	CAT*
Grave	Masculino	30	Tornozelo	Fratura	Não informado
Grave	Masculino	38	Mão	Fratura e Perda Substancial	Sim
Grave	Masculino	32	Dedo da mão	Fratura	Não
Grave	Masculino	28	Dedo da mão	Fratura	Não informado
Fatal	Masculino	44	Coxa	Fratura	Sim
Grave	Masculino	34	Perna/Braço/Tornozelo	Fratura/Politraumatismo	Sim
Grave	Masculino	21	Dedo da mão	Amputação	Sim
Grave	Masculino	46	Várias	Lesões múltiplas	Sim
Grave	Feminino	21	Ombro	Fratura	Sim
Grave	Masculino	54	Antebraço	Fratura	Não
Grave (Menor)	Masculino	17	Pé/Tornozelo	Queimadura	Não
Grave	Masculino	18	Joelho/Patela	FCC*	Sim
Grave	Masculino	34	Corpo todo	Queimadura	Sim
Grave	Masculino	34	Tórax	Trauma	Não

Fonte: Dados fornecidos pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

*Ferimento Cortocontuso

* CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho

Quadro 9. Acidentes de Trabalho Rural notificados no SINAN-NET em 2011, no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara

No ano de 2011 foram registrados 14 acidentes de trabalho rural no SINAN, sendo que um destes acidentes ocorreu com um menor de idade e outro acidente foi fatal. Observa-se pela tabela que a maioria das ocorrências foi com trabalhadores do sexo masculino e apenas uma trabalhadora sofreu acidente grave.

A idade dos trabalhadores acidentados varia de 17 a 54 anos, sendo que a maioria dos trabalhadores se encontra na faixa etária dos 30 anos. O diagnóstico dos acidentes envolve fraturas, amputações, lesões múltiplas, ferimento cortocontuso (FCC), queimadura e trauma de membros superiores, principalmente, dedos das mãos, mãos, antebraços e outras partes que envolvem ombros, tórax, tornozelos, pés, joelhos. Um acidente de trabalho rural resultou em queimadura no corpo todo do trabalhador acidentado.

O acidente fatal que ocorreu foi com um trabalhador de 44 anos que sofreu fratura na coxa. De acordo com informações do CEREST, o trabalhador após o acidente teve uma série de complicações em sua recuperação, acarretando a morte do trabalhador.

Acidentes de Trabalho Rural notificados no SINAN-NET					
Classificação do acidente	Sexo	Idade	Parte do corpo atingida	Diagnóstico	CAT
Grave	Masculino	23	Tornozelo/Perna	Fratura	Sim
Grave	Feminino	36	Dedos da mão	Fratura	Sim
Grave	Masculino	28	Dedos da mão	FCC*	Sim
Grave	Feminino	40	Pé	Ruptura tendão	Sim
Grave	Feminino	41	Mão	FCC	Sim
Grave	Masculino	48	Dedos da mão	Amputação	Sim
Grave	Masculino	39	Dedos da mão	Fratura	Sim
Grave	Masculino	36	Dedos da mão	Amputação	Sim
Grave	Masculino	54	Dedos da mão	Fratura	Sim
Grave	Masculino	39	Punho	Fratura	Não
Grave	Masculino	58	Fêmur	Fratura	Sim
Grave	Masculino	23	Dedo da mão	Amputação parcial	Sim
Grave	Feminino	33	Dedo da mão	FCC/Fratura	Sim
Grave	Feminino	38	Antebraço	Fratura	Sim
Grave	Feminino	35	---	Intoxicação	Sim
Grave	Feminino	37	Pé	FCC	Não
Grave	Masculino	26	Pé	Esmagamento	Não informado
Grave	Masculino	42	Pé	Fratura	Não informado

Fonte: Dados fornecidos pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

*Ferimento Cortocontuso

Quadro 10. Acidentes de Trabalho Rural notificados no SINAN-NET em 2012, no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara

No ano de 2012 foram registrados 18 acidentes de trabalho rural no SINAN. Ocorreram 11 acidentes com trabalhadores do sexo masculino e sete do sexo feminino. A idade desses trabalhadores variou de 23 a 58 anos, sendo que a maioria se encontra na faixa etária dos 30 anos.

As ocorrências dos acidentes graves tiveram como diagnósticos fraturas, ruptura de tendão, ferimentos cortocontuso, amputações, intoxicação e esmagamento que envolveram as seguintes partes do corpo: tornozelo, pé, dedos da mão, punho, mão e antebraço.

Os dados das tabelas acima sobre os acidentes de trabalho rural na região de Araraquara foram fornecidos pelo CEREST. Estes dados contemplam a estatística oficial, elaborada pela instituição. A seguir mostraremos a análise realizada pela pesquisadora por meio dos Relatórios de Atendimento ao Acidentado do Trabalho.

6.1 Descrição dos acidentes de trabalho rural da região de Araraquara

Esta etapa da pesquisa buscou analisar os Relatórios de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT), preenchidas pelas Unidades de saúde, hospitais, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Pronto Socorro, Unidade Básica de Saúde (UBS). Essas fichas são arquivadas no CEREST.

Foram analisadas as fichas de ocorrências de acidentes de trabalho rural dos anos de 2010 a 2012. Essa descrição dos acidentes contempla a seleção das fichas de acidentes de trabalho selecionadas pela pesquisadora. Por esse motivo houve uma diferença com relação aos números de acidentes de trabalho publicados pelo CEREST.

Nesta etapa da pesquisa também foram selecionadas as fichas de acidentes de trabalho que envolveram outro ramo de atividade, como a citricultura, lavoura da laranja e outra cultura que não foi identificada na ficha, mas por meio da descrição do acidente pôde ser incluída na análise.

A análise dos acidentes de trabalho rural na região de Araraquara foi dividida em temas. Foram selecionadas algumas categorias de análise composta por: quantidade de registros de acidentes de trabalho, faixa etária, ramo de atividade, regime de trabalho, tipo de acidente de trabalho, classificação inicial do acidente de trabalho, afastamento, ocupação (função) do trabalhador rural, parte do corpo atingida pelo acidente e diagnóstico.

O quadro abaixo mostra os acidentes de trabalho no meio rural ocorridos nos anos de 2010 a 2012.

Quantidade de Registros de Acidentes de Trabalho (RAATs)			
	Feminino	Masculino	Total
2010	35	194	229
2011	22	262	284
2012	31	205	236

Fonte: Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) fornecido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara. Elaborado pela autora.

Quadro 11. Quantidade de registros de Acidentes de Trabalho nos anos 2010, 2011 e 2012

Durante a análise dos Relatórios de Atendimento ao Acidentado do Trabalho foram selecionadas 229 fichas de acidentes de trabalho rural no ano de 2010, sendo 35 fichas de trabalhadores do sexo feminino e 194 fichas de trabalhadores do sexo masculino. No ano de 2011 foram selecionadas 284 fichas que correspondiam aos critérios estabelecidos para esta etapa, sendo 22 acidentes ocorridos com mulheres e 262 com homens em atividades rurais na região.

E no ano de 2012 selecionou-se 236 relatórios de acidentes de trabalho, sendo 31 fichas de acidentes de trabalhadores do sexo feminino e 205 com trabalhadores do sexo masculino.

Outra categoria de análise foi a faixa etária dos trabalhadores acidentados no meio rural. A seguir mostra-se a classificação dos acidentes por faixa etária.

Ano	Sexo	Faixa Etária						
		17-20	21-30	31-40	41-50	51-60	>60	Sem especificar
2010	Feminino	3	11	13	8	0	0	0
	Masculino	22	94	50	18	10	0	0
	Total	25	105	63	26	10	0	0
2011	Feminino	1	5	6	8	2	0	0
	Masculino	25	129	59	35	10	3	1
	Total	26	134	65	43	12	3	1
2012	Feminino	3	6	11	7	4	0	0
	Masculino	12	88	56	33	13	2	1
	Total	15	94	67	40	17	2	1

Fonte: Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) fornecido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara. Elaborado pela autora.

Quadro 12. Faixa etária dos trabalhadores rurais acidentados nos anos 2010, 2011 e 2012

A maioria dos acidentes de trabalho rural, nos anos de 2010, 2011 e 2012, ocorreu com trabalhadores que se encontram na faixa etária de 21 a 40 anos. São trabalhadores jovens e que se encontram em idade produtiva para o exercício da atividade laboral.

No trabalho rural há uma predominância da força de trabalho jovem. Muitos trabalhadores iniciam o trabalho nas lavouras na região, que concentra as atividades de cana-de-açúcar e laranja, quando ainda jovens.

Os acidentes de trabalho rural foram separados por ramos de atividade. Como a região de Araraquara concentra as atividades na lavoura de cana-de-açúcar e laranja, os relatórios de acidentes, em sua maioria, constavam esses dois tipos de atividades.

Encontraram-se também acidentes cujo ramo de atividade não constava na ficha, mas por meio da descrição do acidente pôde ser identificado como um acidente de trabalho rural. As atividades rurais cujo ramo não foi identificado envolviam acidentes que ocorreram em fazendas, sítios, granjas e com animais como gados e outras lavouras, por exemplo, a lavoura de milho e arroz.

Ramo de Atividade				
Ano	Sexo	Cana-de-açúcar	Laranja	Agricultura não identificada
2010	Feminino	17	17	1
	Masculino	174	9	11
	Total	191	26	12
2011	Feminino	13	8	1
	Masculino	237	9	16
	Total	250	17	17
2012	Feminino	16	12	3
	Masculino	190	6	9
	Total	206	18	12

Fonte: Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) fornecido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara. Elaborado pela autora.

Quadro 13. Ramo de Atividade dos trabalhadores rurais acidentados nos anos 2010, 2011 e 2012

Com relação aos acidentes de trabalho rural, percebe-se que a maioria dos acidentes ocorreu na agroindústria canavieira. No ano de 2010 foram selecionadas 191 fichas de acidentes que envolveram trabalhadores da cana-de-açúcar. Em 2011, 250 acidentes na lavoura canavieira e em 2012, foram selecionadas 206 fichas de notificação de acidentes de trabalho na agroindústria da cana-de-açúcar.

A maioria desses acidentes também ocorreu com trabalhadores do sexo masculino. No ano de 2010, do total de 191 acidentes que ocorreram na lavoura da cana-de-açúcar, 174 referiam-se aos acidentes com homens. Em 2011, dos 250 acidentes, 237 era com trabalhadores do sexo masculino e em 2012, das 206 fichas de acidentes na lavoura canavieira, 190 eram acidentes envolvendo homens.

Assim, percebe-se um predomínio de ocorrências de acidentes de trabalho com trabalhadores do sexo masculino na lavoura canavieira. Já com relação aos acidentes de trabalho na lavoura da laranja, observa-se um maior número de acidentes com as mulheres. Em 2010 foram selecionadas 26 fichas relacionadas aos acidentes na cultura da laranja, sendo que 17 eram ocorrências com mulheres. Em 2011, selecionou-se 17 fichas de notificação de acidentes na lavoura da laranja e destes oito era com trabalhadores do sexo feminino e nove eram acidentes com homens. No ano de 2012, foram selecionadas 18 fichas de acidentes de trabalho, sendo que 12 envolviam acidentes com mulheres.

Também foi feita uma análise com relação ao regime de trabalho desses trabalhadores rurais acidentados.

Regime de Trabalho					
Ano	Sexo	Com registro	Autônomo	Outro	Sem especificar
2010	Feminino	32	0	0	3
	Masculino	163	2	0	29
	Total	195	2	0	32
2011	Feminino	19	0	0	3
	Masculino	222	3	0	37
	Total	241	3	0	40
2012	Feminino	30	0	1	0
	Masculino	183	2	0	20
	Total	213	2	1	20

Fonte: Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) fornecido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara. Elaborado pela autora.

Quadro 14. Regime de Trabalho dos trabalhadores rurais acidentados nos anos 2010, 2011 e 2012

Nos três anos em que foi feita a análise dos Relatórios de Atendimento ao Acidentado do Trabalho, a maioria dos trabalhadores acidentados possuía registro em carteira. Apenas sete fichas de trabalhadores acidentados correspondiam a trabalhadores autônomos. Muitas fichas estavam faltando alguns dados sobre os trabalhadores e, no entanto, muitas delas não estavam especificando o regime de trabalho do trabalhador acidentado, no total de 92 fichas nos três anos correspondente.

Com relação ao tipo de acidentes de trabalho, a maioria dos acidentes são classificados como típicos, ou seja, aqueles que ocorrem durante o trabalho.

Tipo de Acidente de Trabalho				
Ano	Sexo	Típico	Trajetos	Doença Ocupacional
2010	Feminino	23	10	2
	Masculino	188	4	2
	Total	211	14	4
2011	Feminino	22	0	0
	Masculino	254	8	0
	Total	276	8	0
2012	Feminino	30	1	0
	Masculino	197	8	0
	Total	227	9	0

Fonte: Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) fornecido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara. Elaborado pela autora.

Quadro 15. Tipo de acidente de trabalho nos anos 2010, 2011 e 2012

Nos Relatórios de Atendimento ao Acidentado do Trabalho há campos para serem preenchidos pela equipe que trabalha em Pronto Atendimento de Saúde com relação aos tipos de acidentes. Se o trabalhador foi vítima de um acidente típico aquele que ocorre no local de trabalho, se sofreu um acidente de trajeto, que envolve o percurso da residência do trabalhador ao local de trabalho e deste de volta para a sua residência ou se o trabalhador desenvolveu uma doença ocupacional.

Entende-se que esses dados são de extrema importância para as estatísticas municipais. Pela análise das fichas de notificação dos acidentes de trabalhos, percebe-se que a maioria das ocorrências dos acidentes de trabalho rural é de acidentes típicos, ou seja, aqueles que ocorrem no local de trabalho onde o trabalhador executa suas atividades laborais. Em 2010, dos 229 fichas de acidentes de trabalho rural, 211 eram fichas de trabalhadores que sofreram acidentes típico, sendo que 23 eram acidentes com mulheres e 188 envolvendo homens. Com relação aos acidentes de trajeto, 14 fichas correspondiam aos acidentes que ocorreram no trajeto da residência ao local de trabalho ou vice-versa. Apenas quatro fichas de acidentes envolveram doença ocupacional, sendo duas fichas de trabalhadores do sexo feminino e duas do sexo masculino.

Em 2011, das 284 fichas de notificação de acidentes analisadas, 276 fichas correspondiam aos acidentes típicos, sendo que 22 e 254 ocorreram com trabalhadores do sexo feminino e masculino, respectivamente. Neste mesmo ano, apenas oito fichas de acidentes eram de trajeto e envolviam trabalhadores rurais do sexo masculino. E não houve nenhuma ficha de ocorrência de doenças ocupacionais.

No ano de 2012, no total de 236 fichas de acidentes de trabalho, 227 eram fichas de trabalhadores que se acidentaram durante o exercício da atividade laboral, ou seja, acidentes típico, sendo que 30 fichas eram de mulheres e 197 de homens. Com relação aos acidentes de trajeto, analisaram-se nove fichas de acidentes, sendo apenas um acidente envolvendo uma mulher. Não houve também nenhuma ocorrência registrada de doença ocupacional neste período.

Os acidentes de trabalho também são classificados quanto a gravidade da ocorrência, como leve, moderado, grave ou fatal. No quadro abaixo, observa-se a classificação inicial dos acidentes de trabalho rural.

Classificação Inicial do Acidente de Trabalho						
Ano	Sexo	Leve	Moderado	Grave	Fatal	Sem identificação
2010	Feminino	24	2	1	0	8
	Masculino	130	29	10	0	25
	Total	154	31	11	0	33
2011	Feminino	15	4	3	0	0
	Masculino	180	46	20	1	15
	Total	195	50	23	1	15
2012	Feminino	21	2	8	0	0
	Masculino	156	27	14	0	8
	Total	177	29	22	0	8

Fonte: Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) fornecido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara. Elaborado pela autora.

Quadro 16. Classificação Inicial do Acidente de Trabalho Rural nos anos de 2010, 2011 e 2012

No ano de 2010, foram selecionadas 154 fichas de notificação de acidente de trabalho como sendo de classificação inicial leve, sendo que 24 eram de mulheres e 130 de homens. Classificaram-se 31 acidentes de trabalho como sendo moderado, sendo 29 acidentes com trabalhadores do sexo masculino e apenas dois com trabalhadores do sexo feminino. Dos Relatórios analisados, havia 11 acidentes de classificação grave, sendo apenas um acidente com uma trabalhadora. Em 2010, não teve nenhum acidente de trabalho rural fatal registrado no CEREST. Havia 33 fichas das que foram selecionadas para análise que estavam sem especificação, não podendo classificá-las quanto a gravidade da ocorrência.

Em 2011, 195 acidentes de trabalho foram registrados como sendo leves, e destes 180 eram acidentes envolvendo homens e 15 envolvendo mulheres. Com relação aos acidentes classificados como moderado, obteve-se um total de 50 acidentes de trabalho, sendo apenas quatro com trabalhadores do sexo feminino. Neste ano foram analisadas 23 fichas de acidentes de classificação grave e apenas três eram de mulheres trabalhadoras. Neste ano houve um acidente fatal. Este acidente acarretou a morte do trabalhador devido a uma complicação em sua recuperação após o acidente na lavoura canavieira. Não foi possível obter a classificação do acidente de trabalho de 15 fichas, pois não constava essa informação no documento.

No ano de 2012, foram selecionadas 177 fichas de acidentes de trabalho cuja classificação era leve, sendo 156 fichas de homens e apenas 21 de mulheres. Quanto aos acidentes de trabalho considerados moderado, analisou-se 29 fichas, sendo 27 de acidentes com trabalhadores do sexo masculino. No total de fichas analisadas, para este período, 22 eram de acidentes de trabalho classificados como grave, sendo oito acidentes com mulheres e 14 com

homens. Não houve neste ano nenhum registro de acidente fatal no meio rural. Oito fichas de acidentes de trabalho não puderam ser analisadas, pois não constava a especificação quanto a gravidade do acidente rural.

Muitos trabalhadores que sofreram acidentes no trabalho também tiveram que ser afastados de suas atividades, dada a incapacidade temporária provocada por essa ocorrência. Os trabalhadores que sofreram acidentes classificados como leves têm afastamentos de até quinze dias. Outros com a mesma classificação de acidente, às vezes, têm um afastamento do trabalho de dois dias, quando há a possibilidade de retorno ao trabalho imediato.

Outros trabalhadores que tiveram a classificação de seus acidentes como moderado e grave tiveram afastamento de até 15 dias ou mais, dependendo da incapacidade para o retorno ao trabalho. Muitos também precisam de intervenção cirúrgica devido à gravidade da ocorrência.

No quadro a seguir é possível analisar os afastamentos em virtude do acidente de trabalho ocorridos com trabalhadores rurais da região de Araraquara.

Afastamento				
Ano	Sexo	Sim	Não	Sem identificação
2010	Feminino	11	11	13
	Masculino	101	41	52
	Total	112	52	65
2011	Feminino	14	5	3
	Masculino	195	34	33
	Total	209	39	36
2012	Feminino	23	5	3
	Masculino	134	37	34
	Total	157	42	37

Fonte: Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) fornecido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara. Elaborado pela autora.

Quadro 17. Afastamento do trabalho em decorrência do acidente de trabalho nos anos 2010, 2011 e 2012

Com relação aos afastamentos no ano de 2010, das 229 fichas analisadas, 112 constavam o afastamento do acidentado ao trabalho. Havia 52 fichas de trabalhadores que sofreram acidentes que não foram afastados da atividade. Outras 65 fichas não constavam a informação sobre o afastamento, não sendo possível mensurar a gravidade da ocorrência, embora muitas dessas fichas estivessem relacionadas a acidentes considerados leve.

No ano de 2011, do total de 284 fichas de notificação de acidentes de trabalho analisadas, 209 correspondiam aos acidentes com afastamento e 39 fichas de trabalhadores que não receberam afastamento para reabilitação de sua saúde. E também havia 36 notificações que não constavam essa informação acerca do afastamento do acidentado.

Em 2012, dos 236 Relatórios de Atendimento ao Acidentado do Trabalho, 157 eram de trabalhadores que receberam afastamento do trabalho. Outros 42 relatórios de acidentes informavam o não afastamento da atividade laboral. E 37 fichas de acidentes de trabalho não constavam a informação sobre o afastamento ou não.

Percebe-se que as informações que constam nos Relatórios de Atendimento ao Acidentado do Trabalho não trazem um preenchimento adequado. Muitas informações que não constam nas fichas de acidentes de trabalho são importantes para as estatísticas municipais, porém muitos dados tanto do acidente quanto do trabalhador acidentado são perdidos e acabam não entrando nas estatísticas do município. O que faz com que não tenhamos a informação real desses registros.

Devido as fichas de notificação de acidentes de trabalho foi possível também fazer uma análise sobre a ocupação ou função que o trabalho exerce no seu trabalho, como pode ser visto nos gráficos abaixo.

Fonte: Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) fornecido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara. Elaborado pela autora.

Gráfico 1. Registro de Acidente de Trabalho rural no ano de 2010, por ocupação

Nas fichas de notificação de acidentes de trabalho constavam as ocupações que os trabalhadores exerciam no meio rural. Tomou-se por base aquilo que estava descrito no RAAT de cada ficha. As ocupações encontradas nas fichas de notificação de acidentes para o ano de 2010 foram: cortador de cana, colhedor de laranja, operário agrícola, serviços gerais na lavoura, tratorista, operador de colhedeira, pulverização de veneno, operador de máquina agrícola, abastecedor de plantio mecanizado, medidor de cana-de-açúcar, motorista, granjeiro, campeiro, combuista, montagem e trabalhador rural.

É importante fazer uma ressalva quanto às descrições das ocupações. Tomamos como referência o termo exato que constava no relatório de atendimento ao acidentado do trabalho. Muitas fichas puderam ser identificadas as funções dos trabalhadores, como por exemplo, os de cortador de cana-de-açúcar, colhedor de laranja. Outras continham outro termo, como operário agrícola ou apenas trabalhador rural, mas sem especificar a função, não sabendo ao certo se se tratava de um trabalhador que poderia executar um trabalho braçal na lavoura ou outra função, seja tratorista, colhedor de laranja, plantio manual, etc. Desta forma, optou-se por descrever nos quadros, sobre as ocupações, o nome da função que continha em cada ficha de acidente, respeitando o preenchimento realizado nas Unidades de Saúde.

Algumas dessas fichas que constavam a ocupação do acidentado como trabalhador rural, lavrador ou operário agrícola puderam ser identificadas as funções devido à descrição do acidente de trabalho, principalmente, quando na ficha estava descrito o exato local em que o acidente ocorreu. Por exemplo, quando o acidentado estava registrado na ficha como lavrador, trabalhador rural ou operário agrícola e a descrição do acidente remetia ao trabalho no corte da cana, este acidentado foi identificado como cortador de cana.

Porém, havia fichas cujo registro constava a ocupação de trabalhador rural, lavrador ou operário agrícola que não pôde ser identificada a exata função, principalmente, quando o acidente envolvia quedas, entorses, fraturas seja na lavoura de cana-de-açúcar, laranja, fazendas ou sítios. Na descrição dessas ocorrências, apenas constava, por exemplo, que o trabalhador havia sofrido uma queda, por exemplo, caído em buraco na lavoura, mas não foi possível identificar qual função ele exercia no momento do acidente, se colhia laranjas, cortava cana, operava trator ou pulverizava veneno. Outras fichas não constavam a ocupação do trabalhador, mas pela descrição do acidente foi possível incluí-las na análise de acidentes de trabalho rural nos períodos selecionados.

No ano de 2010, dos 229 relatórios de atendimento ao acidentado do trabalho, percebe-se que a maioria dos trabalhadores exercia a ocupação como cortador de cana-de-açúcar, sendo num total de 106 homens e 11 mulheres na função de cortadores de cana-de-açúcar. Na

ocupação de colhedor de laranja, teve-se um total de 12 mulheres e cinco homens. Nas ocupações de operário agrícola e trabalhador rural, obteve-se um total de 20 e 18 homens respectivamente, porém não se sabe a correta especificação da função, pois na ficha constava apenas o termo geral da atividade rural.

Outras atividades foram destacadas como predominantes nos acidentes de 2010, entre elas a ocupação de serviços gerais na lavoura, com um total de nove acidentes, sendo oito com homens e um com uma mulher; tratorista agrícola, com 16 acidentes, sendo 15 com homens e apenas um com uma mulher; pulverização de veneno obteve-se um total de cinco acidentes, sendo quatro com homens e também um com uma mulher; operador de colhedeira, identificou-se quatro homens que sofreram acidentes nessa função e também quatro homens na função de motorista.

Fonte: Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) fornecido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara. Elaborado pela autora.

Gráfico 2. Registro de Acidente de Trabalho rural no ano de 2011, por ocupação

No ano de 2011, os acidentes ocorridos, na região de Araraquara, envolveram trabalhadores rurais que exerciam a atividade nas seguintes ocupações: cortador de cana, colhedor de laranja, operário agrícola, serviços gerais, tratorista, operador de colheitadeira, pulverização de veneno, operador de máquina agrícola, motorista, micro agricultor, fiscal,

caseiro, lavrador, auxiliar de transporte, ajudante de caseiro, operador de empilhadeira, borracheiro, mecânico, ajudante de motorista, trabalhador rural.

Para a análise das ocupações do ano de 2011, permaneceram as funções dos trabalhadores como descritas nos relatórios de atendimento ao acidentado do trabalho. Algumas fichas constavam a ocupação como operário agrícola e outras como trabalhador rural e lavrador, porém sem especificar tal função exercida na lavoura. Dessa forma, optou-se por manter o exato termo em que se encontrava na ficha do trabalhador.

Outras funções como borracheiro e mecânico foram incluídas na análise, por nós considerados como trabalhadores rurais, devido à descrição do acidente que constava no RAAT. Assim, foi possível incluí-las para a análise entre os acidentes que ocorreram na lavoura.

No ano de 2011, o maior número de acidentes ocorreu com os trabalhadores que exerciam a função de cortador de cana. Foram selecionadas 140 fichas de acidentes com cortadores de cana, sendo 129 com homens e onze com mulheres. Outra ocupação que está entre as maiores ocorrências de acidentes é a de tratorista. Neste ano, selecionou-se 23 fichas de trabalhadores acidentados nessa função.

A ocupação de trabalhador rural, lavrador e operário agrícola também estiveram em destaque nas ocorrências de acidentes, porém na ficha não constava a exata função exercida na lavoura. No total 37 fichas selecionadas como ocupação de trabalhador rural, sendo 34 acidentes com homens e três com mulheres. No total nove fichas com a ocupação de lavrador foram selecionadas, sendo sete acidentes com homens e dois com mulheres. Como operário agrícola, oito acidentes com trabalhadores do sexo masculino foram selecionados para a análise.

As ocupações de operador de máquina agrícola, operador de colheitadeira, pulverização de veneno e motorista também tiveram destaques entre os acidentes que ocorreram em 2011. Foram selecionadas 16 fichas de acidente para a ocupação de operador de máquina agrícola, dez para operador de colheitadeira, um acidente com uma mulher na função de operadora de plantadora, cujo acidente foi classificado como grave, nove para pulverização de veneno e onze para a ocupação de motorista.

Fonte: Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) fornecido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara. Elaborado pela autora.

Gráfico 3. Registro de Acidente de Trabalho rural no ano de 2012, por ocupação

Dentre as fichas de acidentes de trabalho selecionadas, no ano de 2012, foram encontradas as seguintes ocupações: cortador de cana, colhedor de laranja, operário agrícola, serviços gerais na lavoura, tratorista, operador de colheitadeira, pulverização de veneno, operador de máquina agrícola, motorista, combuista, micro agricultor, caseiro, lavrador, carpa química, operador de plantadora, inspetor de praga, selecionador de frutas, auxiliar de atividades agrícolas e trabalho rural.

Novamente, houve diferenças no preenchimento das fichas com relação às funções exercidas pelos trabalhadores. Houve separação das ocupações, pois se optou por manter a forma exata que constava na ficha para as ocupações de operário agrícola, lavrador e trabalhador rural.

Neste ano de 2012, as maiores ocorrências de acidentes de trabalho continuaram envolvendo os cortadores de cana-de-açúcar. Foram selecionadas 104 fichas que constavam acidentes nessa função, sendo 93 com homens e 11 com mulheres.

Na ocupação de trabalhador rural também teve ocorrências de acidentes com 39 homens. Não foi possível, devido a descrição dos acidentes de trabalho, analisar qual a verdadeira ocupação que esses trabalhadores estavam executando no momento do acidente. Outras funções no trabalho rural também tiveram destaques nas ocorrências, como a ocupação de colhedor de

laranja, na qual foram analisadas 16 fichas de acidentes, envolvendo 11 mulheres e cinco homens; na função de tratorista com 18 acidentes com homens; operador de colheitadeira com sete fichas de acidentes que envolveram homens; pulverização de veneno com seis fichas de trabalhadores do sexo masculino; motorista com 13 fichas selecionadas de trabalhadores homens e operador de máquina agrícola com seis fichas de homens acidentados nessa ocupação.

Também fizemos um levantamento, nas fichas de notificação das partes do corpo do trabalhador atingida pelo acidente de trabalho.

É importante destacar que o reflexo que o acidente acarreta no corpo do trabalhador não se restringe apenas a uma lesão corporal. Um único acidente com um trabalhador pode acarretar múltiplas lesões no corpo e, dessa forma, o trabalhador tem várias partes do corpo atingidas pelo acidente. A seguir demonstramos os gráficos dos três anos que correspondem ao período abrangido pela pesquisa.

Fonte: Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) fornecido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara. Elaborado pela autora.

Gráfico 4. Registro de acidente de trabalho rural no ano de 2010, por parte do corpo

A descrição dos acidentes contidos nas fichas do ano de 2010, revelou que algumas partes do corpo, atingidas pelos acidentes, se sobressaem com relação a outras.

As partes do corpo mais atingidas foram os membros superiores e inferiores, com destaque para os dedos das mãos, mão, punho, braços, antebraço e ombro, pé, joelho, perna e

tornozelo respectivamente. Em número menor registrou-se a ocorrência de acidentes atingindo os olhos dos trabalhadores, as costas, a cabeça e a face.

No meio rural há ainda a forte presença do trabalho manual, como cortadores de cana-de-açúcar, colhedores de laranja, o que pode esclarecer a alta ocorrência dos acidentes que atingiu as mãos dos trabalhadores.

No corte manual da cana também há ocorrências de cortes no tornozelo, pé e perna, provocados pelo podão. Isso pode ser explicado, pelo fato dos trabalhadores da lavoura de cana-de-açúcar, por exemplo, utilizar como instrumento de trabalho o facão e o acidente acarretar lesões não somente nos membros superiores, mas também nos membros inferiores. O trabalhador pode sofrer um ferimento cortocontuso nas mãos, nos pés e nas pernas.

Assim, também ocorrem muitos acidentes com quedas durante o exercício da jornada que provocam fraturas nos membros superiores ou inferiores. Outras partes do corpo também podem ser atingidas pelo acidente, como os olhos que podem ser provocados tanto por feixes de cana-de-açúcar, galhos de laranja que ferem o trabalhador e que, muitas vezes, causam lesões graves de perda da visão.

No trabalho mecanizado também há ocorrência de acidentes, principalmente, com trabalhadores que operam máquinas, como tratoristas, colheitadeira de cana-de-açúcar e aplicador de herbicida. Pelo fato do trabalho ser executado, a maior parte, sentado, os trabalhadores podem sofrer lesões na coluna e costas e até mesmo sofrer quedas ao subir e descer do maquinário.

Como já ressaltado anteriormente, algumas fichas de notificação de acidentes constavam mais de uma opção assinalada para a parte do corpo atingida, pois em um acidente o trabalhador pode sofrer lesões nos membros superiores como nos inferiores, por exemplo, no caso de uma queda na lavoura de cana-de-açúcar.

Fonte: Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) fornecido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara. Elaborado pela autora.

Gráfico 5. Registro de acidente de trabalho rural no ano de 2011, por parte do corpo

No ano de 2011 também houve um maior número de acidentes que atingiram os membros superiores e inferiores dos trabalhadores rurais. A maioria dos acidentes provocou lesões ou ferimentos nos dedos da mão, mão, antebraço, ombro e braço. Também teve registros de ferimentos no pé, perna, tornozelo e joelho com relação aos membros inferiores.

Isso pode ser explicado pelo mesmo motivo já esclarecido anteriormente, devido o trabalho rural ter a presença de trabalhos desenvolvidos manualmente. As mãos são prolongamentos dos instrumentos de trabalho. Também há muitos operadores de máquinas agrícolas que também sofrem acidentes de trabalho na lavoura, seja de cana-de-açúcar ou de laranja, na região de Araraquara.

Houve também incidência de acidentes que trouxeram lesões ou ferimentos nos olhos, ouvidos, tórax, cabeça, coluna, costas, testa, ouvido e nariz do trabalhador.

Houvera fichas de ocorrências de acidentes que estavam assinaladas mais de uma parte do corpo atingida pelo acidentes de trabalho. Isto justifica o maior número de partes do corpo atingidas com relação ao total de acidentes para cada ano analisado, como pôde ser visto no quadro 9, na página 194, em que um acidente afetou a perna, braço e o tornozelo do trabalhador e o diagnóstico foi politraumatismo.

Fonte: Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) fornecido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara. Elaborado pela autora.

Gráfico 6. Registro de acidente de trabalho rural no ano de 2012, por parte do corpo

No ano de 2012, novamente se destacam os acidentes de trabalho que provocaram lesões ou ferimentos nos membros superiores, como dedos da mão, mão, antebraço e punho. Com relação aos ferimentos nos membros inferiores, destacam-se o pé, joelho, perna e tornozelo dos trabalhadores rurais.

Destacou-se também acidentes que envolveram lesões em outras partes do corpo como tórax, coluna, olhos, cabeça, ouvido, etc.

Há acidentes que provocam ferimento cortocotuso nos membros superiores (mão, dedos das mãos, punho, braço, antebraço) e também nos membros inferiores (pé, dedos do pé, perna, tornozelo). No meio rural também há acidentes provocados por picadas de abelhas, animais peçonhentos, como as cobras e aranhas.

Observou-se também muitos acidentes que envolveram trabalhadores que operam máquinas agrícolas, como colheitadeira e tratores que também acarretaram lesões nos trabalhadores. O fato do trabalhador que opera máquina agrícola desenvolver sua atividade laboral sentado, praticamente durante toda a jornada, acaba por apresentar problemas de coluna, tais como inflamação no nervo ciático, hérnia de disco e problemas no pescoço. O que o leva a automedicação, principalmente utilizando de anti-inflamatórios e relaxantes musculares.

Os gráficos a seguir ilustram o diagnóstico que os trabalhadores têm de seus acidentes quando passam pelas Unidades de Saúde de Araraquara. Outra observação importante a fazer com relação ao diagnóstico dos trabalhadores é acerca de algumas fichas de notificação dos

acidentes de trabalho. Alguns relatórios de acidente de trabalho estavam assinalados com mais de uma opção no que diz respeito ao diagnóstico que o trabalhador recebeu no atendimento na unidade de saúde. Por exemplo, um acidente que provocou a queda de um trabalhador e também uma fratura no punho ou entorse no pé.

Os gráficos a seguir demonstram o diagnóstico dos acidentes de trabalho rural nos anos de 2010 a 2012.

Fonte: Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) fornecido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara. Elaborado pela autora.

Gráfico 7. Registro de acidentes de trabalho rural no ano de 2010, por diagnóstico

No ano de 2010, a maioria dos diagnósticos dos acidentes envolvendo trabalhadores rurais da região de Araraquara foi de ferimento cortocontuso (FCC). Isto pode ser explicado pelo fato da maioria dos acidentes de trabalho rural envolver trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar, principalmente, cortadores de cana manual.

Os acidentes com cortadores são frequentes na região de Araraquara. Ainda há a presença do trabalho manual no corte da cana, mesmo com o advento da mecanização da colheita.

Os trabalhadores que mais sofrem acidentes na região de Araraquara são os que executam a atividade na lavoura canavieira.

Acidentes que envolvem contusão, entorse também são frequentes na lavoura canavieira e na cultura da laranja. Por meio da análise das fichas de notificação de acidentes, observou-se que os trabalhadores sofrem quedas que acarretam fraturas, contusão, entorse e trauma nos membros superiores (mão, braço, antebraço) e membros inferiores (pé, tornozelo, perna). Esse tipo de acidente ocorre tanto para aqueles que executam o trabalho manualmente quanto para aqueles que exercem a atividade com máquinas. Um cortador de cana manual, por exemplo, pode sofrer uma contusão durante o corte da cana, ou uma queda quando caminha na lavoura, entre os feixes de cana-de-açúcar. Um trabalhador que trabalha nas máquinas também pode sofrer um acidente ao descer do trator ou da máquina colheitadeira de cana-de-açúcar, fraturando alguma parte do seu corpo.

Outro destaque nos diagnósticos foram os acidentes provocados por corpo estranho, por exemplo, entrada de feixe de cana-de-açúcar no olho, palha da cana que entra no olho ou a presença de outro objeto que esteja no ar, já que o trabalho na lavoura é realizado a céu aberto.

Fonte: Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) fornecido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara. Elaborado pela autora.

Gráfico 8. Registro de acidentes de trabalho rural no ano de 2011, por diagnóstico

Registrou-se, no ano de 2011, 284 acidentes envolvendo trabalhadores rurais. A maioria dos acidentes envolveu ferimento cortocutoso (FCC), seguido de contusão, fratura, entorse, trauma, corpo estranho, animais e perfuração com um número maior de acidentes com relação aos outros diagnósticos.

Ainda se destacam os acidentes em que o trabalhador exerce suas funções manualmente, principalmente aqueles que executam a atividade laboral.

Fonte: Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT) fornecido pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara. Elaborado pela autora.

Gráfico 9. Registro de acidentes de trabalho rural no ano de 2012, por diagnóstico

No ano de 2012, novamente as ocorrências de acidentes de trabalho tiveram, na maioria, diagnósticos para ferimento cortocotuso (FCC), seguido de contusão, entorse, fratura, trauma, corpo estranho, animais e amputações em destaques.

Um dos acidentes envolveu amputação parcial do dedo médio da mão direita do trabalhador rural cuja função era cortador de cana. O acidente foi classificado como grave.

Houve também acidentes que envolveram intoxicação com trabalhadores da laranja e da cana-de-açúcar. Nas duas atividades é muito comum a utilização de herbicida na lavoura, o que agrava a saúde dos trabalhadores que a manipula.

7 O processo de trabalho e saúde do trabalhador

7.1 Os sujeitos da pesquisa: um breve histórico

A análise apresentada nesta seção faz parte das informações colhidas nas entrevistas, durante a coleta de dados. Primeiramente, buscou-se conhecer o sujeito que estava participando dessa pesquisa. Era necessário conhecer sua história de vida e de trabalho. A sua origem e o que o motivou a vir para a região de Araraquara (SP), bem como sua lida diária de trabalho na lavoura de cana-de-açúcar.

Conhecer a história de vida dos trabalhadores também permitiu compreender um pouco da sua realidade da terra natal, o distanciamento da família e a saudade do contato com os entes queridos e as amizades que ficaram tão distantes. Também se buscou, ao longo da entrevista, entender todo esse movimento migratório e a expectativa e sonhos que o trabalhador busca em sua vida e em seu trabalho.

Dos 14 entrevistados que aceitaram participar do estudo, nove eram do sexo feminino e cinco do sexo masculino. A faixa etária dos trabalhadores variou entre 22 e 59 anos de idade. Com relação ao estado civil sete eram casados, três eram solteiros, dois eram divorciados, e dois consideravam-se amasiados.

No que diz respeito a escolaridade, os dados mostram que os trabalhadores possuem um baixo nível de escolaridade, sendo que apenas quatro completaram o Ensino Médio, sendo que um entrevistado terminou com o Supletivo. Cinco trabalhadores possuíam apenas o antigo primário, hoje considerado ensino fundamental, sendo que alguns completaram a 4ª série desse nível e outros não chegaram a concluir o antigo nível primário. Quatro trabalhadores possuíam o estudo até a 5ª série do ensino fundamental. Alguns não haviam completado esse nível de escolaridade. E apenas um trabalhador, no momento da entrevista, estava estudando para completar o primeiro grau.

A seguir, apresentam-se, de forma sucinta, as histórias de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais entrevistados. Esse breve histórico, de apresentação dos sujeitos, retrata a idade, o sexo, a escolaridade e a ocupação do trabalhador, os motivos que o levaram a residir na região de Araraquara, o trabalho que executa atualmente, pois no momento da entrevista, alguns trabalhadores rurais não exerciam mais suas atividades na lavoura de cana-de-açúcar, e a sua renda mensal.

E1, 23 anos, sexo feminino, trabalha no corte mecanizado na lavoura. Completou o Ensino Médio e chegou a iniciar um curso superior, porém precisou abandonar o curso por

causa do trabalho, pois trabalha no período vespertino e noturno, chegando em casa por volta das 2h e 3h da manhã. É solteira, não tem filhos. Reside na casa com os pais e com a irmã. Nasceu em Mirandópolis e veio para a região de Araraquara quando tinha oito anos de idade. O motivo da vinda se deu pelo fato do pai vir para a região trabalhar no corte de cana-de-açúcar ou colheita da laranja. Disse que entrou na usina na parte da recobrição da cana-de-açúcar, trabalhando com a enxada e depois subiu de cargo e hoje trabalha na colheita mecanizada. Sua renda mensal é de R\$ 1.800,00 a R\$ 1.900,00.

E2, 35 anos, sexo masculino, trabalha no corte mecanizado e possui o ensino médio completo. É solteiro, reside sozinho em sua casa. Nasceu em Riachão de Jacuíbe, na Bahia e está há 12 anos na região de Araraquara. O motivo da vinda para a região seria a dificuldade da vida no nordeste, não tendo oportunidade de emprego. Quando veio para a região, para trabalhar na lavoura de cana, veio com um amigo e mais tarde trouxe seu irmão. A primeira vez que trabalhou com a cana-de-açúcar foi em Capivari, interior do estado de São Paulo, e depois veio para a região de Araraquara. Iniciou suas atividades na lavoura no corte e na plantação de cana-de-açúcar. Voltou a estudar no ano de 2004, completando o ensino médio para obter a carteira de motorista para trabalhar na colheita mecanizada. Entra no trabalho meia noite e sai às 7h. Sua renda mensal é de R\$ 1.800,00.

E3, 22 anos, sexo feminino, trabalha no corte manual da cana-de-açúcar. É divorciada e tem um filho. Mora sozinha em sua casa. Estudou até a 5ª série do ensino fundamental. Nasceu na Bahia e há três anos reside na região de Araraquara. O motivo da vinda foi a falta de trabalho no nordeste. Veio com o marido e com o filho para trabalhar na lavoura. Tem uma irmã que também veio com a família para a região de Araraquara. Os pais e os irmãos mais novos ainda moram na Bahia, porém, no momento da entrevista, relatou que a mãe e os quatro irmãos estavam residindo com a irmã na cidade, pois sua mãe estaria fazendo tratamento e esperando a realização de uma cirurgia. Trabalha na lavoura das 7h às 15h20 min., de segunda a sábado e recebe um salário de R\$ 700,00 a R\$ 800,00.

E4, 42 anos, sexo masculino, trabalha no corte manual da cana-de-açúcar três vezes na semana e o restante trabalha na recobrição da cana, no plantio ou na limpeza dentro da usina. Estudou até a 4ª série do antigo primário, não tem filhos e mora com sua esposa. Nasceu em Riachão do Jacuípe, Bahia. Mora na região de Araraquara há 17 anos. O motivo da vinda para essa região foi a oportunidade de trabalho. Amigos que vieram para trabalhar na lavoura o motivaram a sair do nordeste e vir para o estado de São Paulo. Afirmou que o trabalho na lavoura está mais mecanizado e que o trabalho manual, muitas vezes, repara aquilo que a

máquina não consegue fazer, devido às condições do solo. Sua renda mensal é em torno de R\$ 1.000,00.

E5, 44 anos, sexo masculino, casado e tem seis filhos. Nasceu na região de Araraquara. Reside com a esposa e mais dois filhos. Estudou até a 4ª série do antigo primário. Trabalhou no corte de cana-de-açúcar, mas hoje exerce a função de jardineiro da usina. Trabalhou registrado como cortador de cana durante 17 safras. Nos intervalos de safras, trabalhava na colheita da laranja e também já trabalhou na indústria da Sadia que havia na região. Sua renda mensal hoje é de R\$ 600,00.

E6, 23 anos [ao perguntar a idade do trabalhador, ele não sabia responder, afirmando que tinha esquecido e após uma pausa, disse ter 23 anos de idade], sexo masculino, casado, tem um filho, trabalha no corte manual da cana-de-açúcar. Estudou até a 7ª série do ensino fundamental. Nasceu em Gonçalves Dias, no Maranhão e há cinco anos reside na região de Araraquara. Em 2007 foi para Minas Gerais para trabalhar na plantação de alho, e depois se mudou para a região de Araraquara. O motivo da vinda foi a falta de oportunidade de emprego na região do Maranhão. Já conhecia um amigo que trabalhava na lavoura de cana que o ajudou na vinda para o estado de São Paulo.

E7, 52 anos, sexo feminino, casada, tem três filhos. Nasceu em Ibirarema, no estado de São Paulo, e com seis ou sete anos de idade foi morar no estado do Paraná, na cidade de Fênix com a família. Terminou o colegial no ano de 2009. Casou aos 19 anos, com o seu primeiro marido, e logo voltou para o estado de São Paulo, na região de Araraquara. Começou a cortar cana em 1982, mas desde os seis anos de idade já trabalhava na lavoura de arroz. Por problemas de saúde não pôde mais trabalhar na lavoura. Casou-se pela segunda vez e hoje trabalha com o marido como tacógrafa, prestando serviços terceirizados à usina no controle de velocidade de caminhões, carros e ônibus das usinas.

E8, 43 anos, sexo feminino, solteira, três filhos, mas apenas dois residem com ela. Estudou até a 2ª série do antigo primário. Nasceu em São Domingos, Minas Gerais. Mudou-se, com os pais, para o estado de São Paulo, na região de Araraquara, ainda muito pequena, por volta de um ano de idade. O motivo teria sido a dificuldade de trabalho na região onde nasceu. O pai trabalhava como pedreiro e a mãe na roça, na safra de laranja e na cana-de-açúcar. Trabalhou na lavoura de cana-de-açúcar desde os 15 anos, como cortadora de cana. Atualmente não está mais na lavoura, pois sofreu um acidente grave cortando cana e precisou ser remanejada de função. Hoje trabalha no laboratório da usina. Sua renda mensal no atual trabalho é de R\$ 800,00.

E9, 39 anos, sexo feminino, casada, três filhos. Estudou até a 1ª série do antigo primário. Nasceu no estado do Paraná e por volta dos nove anos de idade mudou-se para a região de Araraquara. Os pais vieram em busca de trabalho na lavoura de cana-de-açúcar. Aos 14 anos de idade iniciou o trabalho na lavoura, de laranja, de café e de cana-de-açúcar. Cada época, dependendo do período de safra, trabalhava com um tipo de lavoura diferente. Atualmente trabalha na lavoura como bombeira, ou seja, leva água para a turma de cortadores de cana beber durante o trabalho. Às vezes limpa o ônibus que os cortadores vão para a lavoura. Trabalhou muitos anos como cortadora de cana, e por esse motivo começou a ter uma série de complicações nas mãos. Precisou realizar uma cirurgia nas mãos e por esse motivo foi remanejada de função e hoje não corta mais cana, mas continua trabalhando em outras funções na lavoura. Sua renda mensal hoje é em torno de R\$ 600,00.

E10, 41 anos, sexo feminino, divorciada, quatro filhos. Estudou até a 5ª série do ensino fundamental. Nasceu em Tomazina, no estado do Paraná. Mudou-se para a região de Araraquara aos 14 anos de idade com os pais e começou a trabalhar na lavoura de cana com 15 anos. Na lavoura trabalhou no corte, no plantio e também carpiu cana. Atualmente, trabalha em casa de família, cuidando de dois idosos. Não exerce mais a atividade como cortadora de cana, pois teve um problema nas mãos, provocado pelo exercício da atividade na lavoura. Realizou cirurgia na mão e por isso não consegue mais cortar cana. Está com processo jurídico contra a usina, mas não sabia informar sobre o andamento deste. Hoje, trabalha sem registro e sua renda mensal é de R\$ 700,00.

E11, 59 anos, sexo feminino, casada, quatro filhos. Estudou até o ensino fundamental. Nasceu em Aguaí, no estado de São Paulo. Mudou-se para Promissão, onde ficou acampada em busca de terra e depois veio para a região de Araraquara por causa da Reforma Agrária. Mora em um assentamento na região desde 1990. Trabalhou na roça desde os seis anos de idade. Trabalhava na lavoura de arroz, milho e feijão. Aos 15 anos trabalhava em uma fazenda nas safras de laranja e colheita de cana-de-açúcar. Aos 20 anos, trabalhou em uma fábrica de cerâmica e depois de dois anos voltou para a roça. Hoje, trabalha como agente comunitária de saúde no assentamento, junto ao Programa da Saúde da Família no município de Araraquara.

E12, 42 anos, sexo feminino, amasiada. Tem cinco filhos. Voltou para a escola para terminar os estudos do Primeiro Grau. Nasceu no interior do Rio Grande do Sul. Veio para o interior de São Paulo quando tinha 12 anos. Foi criada pelos tios. Quando criança ajudava os tios na plantação de arroz. Aos 12 anos veio com uma família para a região de Araraquara para trabalhar como babá. Após essa atividade foi trabalhar na roça pela primeira vez. Nos primeiros

dias em que trabalhou na cana, chorava, pois não conseguia acompanhar os outros trabalhadores.

E13, 44 anos, sexo feminino, casada. Estudou até a 2ª série do antigo primário. Na casa dela residem sete pessoas. Nasceu em Rincão, interior de São Paulo, cidade próxima à Araraquara. Mudou-se para Américo Brasiliense, quando criança, pois o pai foi trabalhar em uma fazenda. Quando se casou continuou morando nessa cidade. Na época em que cortava cana, seu salário era em torno de R\$ 500,00 ou R\$ 600,00. Hoje trabalha como faxineira de uma indústria de frigorífico. Por motivos de saúde, precisou parar de trabalhar na lavoura canavieira. Iniciou o trabalho na cana-de-açúcar aos 13 anos, como cortadora de cana.

E14, 35 anos, sexo masculino, amasiado. Completou o ensino médio. Tem dois filhos. Reside em Américo Brasiliense, interior de São Paulo. Trabalhou quatro anos com o veneno na lavoura da cana-de-açúcar e cinco anos no restilo. Iniciou o primeiro contato com o trabalho rural aos 16 anos na lavoura da laranja e aos 18 anos começou a trabalhar com a cana-de-açúcar. Na época em que trabalhava com a cana recebia um salário de R\$ 600,00. Atualmente não trabalha mais na lavoura e está afastado do emprego atual devido a outro acidente de trabalho.

7.2 Trabalho e Migração

*Hoje longe, muitas léguas
 Numa triste solidão
 Espero a chuva cair de novo
 Pra mim voltar pro meu sertão
 (Asa Branca, Luiz Gonzaga)*

Nesta seção é relatado um pouco da história de vida desses trabalhadores, o motivo da vinda do trabalhador para a região de Araraquara e qual a sua região de origem.

Inicia-se com os relatos dos trabalhadores acerca do início de sua vida laboral. Muitos trabalhadores iniciaram o trabalho ainda quando crianças, em sua região de origem, mas outros vieram para o estado de São Paulo para iniciar a sua atividade pela primeira vez na lavoura.

Comecei a trabalhar com seis anos de idade. [...] olha, eu plantava, colhia, enxada, machado, serrote, carpinteira [...] eu comecei carpir com seis anos de idade, a mamãe levava quatro ruas de arroz e eu levava duas. Com sete anos, eu fui pra escola, com sete anos eu chegava, almoçava e minha enxada estava no batente da porta me esperando pra eu ir pra roça. Ali eu carpia de enxada, eu plantava com aquelas maquininhas teco teco, (...). Quando eu aprendi a firmar a carpideira atrás do burro,

eu tinha que ajudar meu irmão a passar carpideira no arroz, no algodão, no milho, porque carpia mais depressa, né? Aí quem ia com a enxada só ia tirando o mato ali do pezinho, da plantação (...) pra carpideira não pegar e não cortar, mas já fiz de tudo. No tempo de colheita nós amanhecia na roça, batendo feijão, arrancava feijão o dia inteiro e amontoava e a noite a triadeira chegava, quanto não acaba de triar tudo, nós não parava pra dormir. É porque podia chover e molhar tudo e se molhasse dava perca no serviço de seis meses. Então, eu já fiz de tudo, já trabalhei de dia, de noite, já apanhei porque não aguentava trabalhar (...) acompanhar os empregados, os empreiteiros que papai pagava pra puxar o eito, senão acompanhasse eles, apanhava, então eu já apanhei pra aguentar homem no cabo da enxada. Antes dos meus dez anos isso. Fiz tudo isso. Sempre voltava pra lavoura (E7, 52 anos).

[...] eu comecei eu tinha 14 anos. Só que era assim laranja, depois mexia com café, cada tempo era uma coisa. [...] foi com cana. Foi cortando. [...] era, porque na época podia, né? Registrar com 14 anos, agora que mudou (E9, 39 anos).

Eu vim com os meus pais. Comecei a trabalhar com 15 anos, depois saí e depois voltei de novo [...] veio pra trabalhar em usina, aí acabou ficando e até hoje nós estamos aqui [...] (E10, 41 anos).

Meu pai tinha uma chacinha, mas eu sempre trabalhei na roça, desde menina. [...] na verdade, eu tinha acho que uns oito anos. Com nove anos, eu morei dois anos com a minha irmã mais velha porque ela casou, eu ajudava meu cunhado no retiro, tirar leite. Depois voltei pra casa, e a gente sempre trabalhou na roça, plantava arroz, milho, feijão. Depois com 15 anos, 14 anos, daí eu já trabalhava fora, assim na fazenda, trabalhava na laranja, carpia, safrista, serviços de colheita de cana. [...] É a gente tudo criancada, plantava meu irmão e eu. Ele trabalhava no sítio, então ele colocava os mais velho ou ele riscava e as mais novas plantava com plantadeira de animal, então eu era tão pequena, que eu não conseguia, pra virar a plantadeira, eu enfiava no ombro em baixo assim, erguia o cabo dela, punha o animal no risco e jogava a plantadeira no risco e ia embora. Então, quando uma cansava, a outra pegava [risos]. Coisa de criança, pra nós era festa, hoje a gente vê com 12, 13 anos, não sabe lavar uma panela [jovens] (E11, 59 anos).

(...) o motivo é que o pai, quando a gente era criança, mudou para uma fazenda. (...) com 13 anos eu já cortava cana já. [...] o pai levava nós, e nós era de menor, né? (E13, 44 anos).

Meu contato com a cana foi desde criança. Que eu lembre foi mais ou menos, só de registrado foram 17 anos. Teve outros períodos. Teve vezes que eu cortava cana alguns meses, fui para a laranja. [...] depois que eu comecei a colher laranja, eu gostei e larguei um pouco a cana. Eu trabalhava como carregador, colhedor de laranja. Mas na lavoura é a mesma coisa, assim tem uma diferença, mas é relacionado à lavoura. Em 1995, eu trabalhei um ano e quatro meses na Sadia, em Américo Brasiliense, quando ela funcionava. Trabalhei em granja também, três meses. [...] era ajudante de produção, eu trabalhava no resfriamento do frango. [...] aí voltei para a lavoura (E5, 44 anos).

É a minha irmã já estava aqui, né? Ela e o marido dela cortava cana, aí ela mandou nós vim pra cá. [...] no começo eu achei muito difícil, né? Eu nunca tinha saído, é

primeira vez, tinha 17 anos, mas quando eu cheguei aqui, fui acostumando, e não pretendo voltar pra lá, só pra passeio, pra morar não (E3, 22 anos).

Por meio dos depoimentos, observa-se que muitos trabalhadores iniciaram o exercício laboral ainda quando crianças, seja na região de origem, onde nasceram, ou quando migraram para o estado de São Paulo com o objetivo de trabalhar na lavoura de cana-de-açúcar ou laranja. Essa é uma realidade social em virtude das próprias condições de vida vivenciadas pelas famílias que habitam as regiões mais pobres do Brasil.

É importante também discorrer acerca do processo de migração desses trabalhadores. É muito comum na lavoura canavieira a presença da força de trabalho de pessoas provenientes de outras regiões do Brasil. Os trabalhadores relataram qual a sua região de origem e os motivos de sua vinda para o trabalho na lavoura canavieira.

De acordo com F. Alves (2007), nos anos de 1980, os trabalhadores que vinham para safra da cana no sudeste provinham, preferencialmente, do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, da Bahia e do norte do Paraná. A partir dos anos de 1990, em virtude da expansão da área plantada da cana-de-açúcar, estimulou-se a expansão do mercado de trabalho, dando-lhe uma configuração nacional. Com isso, começaram a chegar ao sudeste paulista, um grande número de trabalhadores oriundos da Paraíba, Piauí e Maranhão em busca de trabalho nos canaviais.

Os trabalhadores relataram a cidade em que nasceram e destacaram algumas dificuldades relacionadas ao trabalho e ao emprego na região em que nasceram. Muitos vieram para o interior de São Paulo com as famílias, por indicação de amigos ou parentes que já estavam trabalhando na safra da cana.

Em Mirandópolis. Ah, porque a família da minha mãe veio pra cá e o meu pai resolveu vim pra acompanhar. Aí a gente ficou. [...] Meu pai quando a gente veio pra cá, ele foi, acho que, cortar cana na época ou catar laranja, não lembro [risos] (E1, 23 anos).

Riachão de Jacuíbe, na Bahia, perto de Feira de Santana. Isso aqui é como um destino, né? É como eu falo, não tem escolha, às vezes você tem sonho pela vida e a vida no Nordeste é mais difícil do que aqui, às vezes, você não cresce na vida, porque você não tinha oportunidade pra crescer. Aí, você tem aquele foco de seguir na frente, (...) pra ganhar a vida. (...) às vezes (...) você consegue tudo aquilo que você quer, só que as coisas aqui é muito difícil. Você tem a parte solitária, porque você deixou sua família, deixou parte de sua felicidade por lá. Assim, tem que enfrentar tudo que vem pela frente, principalmente, o clima aqui é diferente, o preconceito também, você enfrenta muito o preconceito. Então, isso faz com que você não que ficar muito nesse lugar, você vem assim por um objetivo, não por você gostar do lugar. Que um dia desses, você consegue um emprego, alguma coisa na sua vida, só que não é fácil encarar essa vida do dia a

dia, trabalhar muito, cuidar de casa, cuidar da vida. Então, é a vida, é um sonho que você quer, um destino (E2, 35 anos).

Na Bahia. Falta de trabalho. [...] Lá, o trabalho que nós tem, é sempre trabalho pra homem, né? Pra arrancar toco, arrancar mato, pra mulher é mais difícil. Lá o salário, você trabalha em casa de família, ganha 200 contos por mês, então, aí eu vim pra cá. [...] eu tinha uma amiga, aí com um ano que ela tava aqui, ela ligou pra mim e eu vim pra aqui (E3, 22 anos).

Eu nasci em Riachão do Jacuípe, Bahia. Motivo, quer dizer, eu sempre fui uma pessoa que trabalhei fora, então acaba acostumando, né? Que serviço lá tem a mesma coisa, mas só a estiagem que judia um pouco, mas tem serviço sim. [...] é eu sempre fui uma pessoa que sempre gostei de trabalhar e aqui tem mais oportunidade do que lá, viu? (E4, 42 anos).

Gonçalves Dias, no Maranhão. Eu fui pra Minas Gerais, trabalhei, depois eu casei e voltei pra cá pra Santa Lúcia, depois de Santa Lúcia, quando eu cheguei aqui, aí não voltei mais pra lá não, vai fazer cinco anos agora. [...] sempre no ramo da lavoura. [...] eu vim do Maranhão pra cá, porque você sabe, lá no Maranhão (...) não é bom pra pessoa viver (...) lá não ficha carteira não. [...] Lá eu (...) nunca tive profissão, cortava mato lá, pra ganhar uns R\$ 25,00 (E6, 23 anos).

Em Minas Gerais, São Domingos, perto de Juiz de Fora. [...] Ah, que lá era muito (...) a vida era muito difícil lá, né? Muito difícil. Aí viemos pra cá. Na roça. [...] lá era roça também, lá não ganhava nada, aí veio pra cá. Veio tudo pra cá, veio avó, veio todo mundo. Meu pai trabalhava de pedreiro. Minha mãe na roça, na laranja, na cana (E8, 43 anos).

No Paraná. [...] Ah, vai fazer quase 30 anos, eu vim de lá, eu era pequeninha. [...] Ah, por causa de serviço, né? Porque lá é ruim de serviço, então nós veio pra cá. [...] meus pais que vieram [...] na lavoura também. Só que na época ele entrou direto na (...), com cana mesmo. A minha mãe nunca trabalhou aqui, agora o resto da família toda já trabalhou com cana. [...] eu vim com uns dez anos, 11 anos. [...] lá é um lugar muito bom pra divertir, pra festa essas coisas, o ruim era o ganho mesmo, aí já era mais complicado, né? (E9, 39 anos).

Eu nasci no Paraná. Em Tomazina. [...] Eu não sei, quando eu vim pra cá, eu tinha 14 anos. Eu vim com os meus pais. Comecei a trabalhar com 15 anos, depois saí e depois voltei de novo [...] veio pra trabalhar em usina, aí acabou ficando e até hoje nós estamos aqui. [...] morreram [os pais]. Meus irmãos mora tudo aqui ainda (E10, 41 anos).

No Rio Grande do Sul, em Catuípe. Eu nasci em Ijuí e fui registrada em Catuípe, onde mora minha família (...) Aí vim pra cá, fiquei na casa dessa família e depois fui trabalhar de babá, cuidar de criança em casa de família. (...) Fiquei de babá por um bom tempo, aí que eu fui começar a ir pra roça. Eu falei "ah, não quero mais", aí eu fui experimentar a roça, nunca tinha pegado facão. Eu pegava facão lá com meus tios que plantava arroz, essas coisas, eu ajudava ele, mas facão de cana, eu nunca tinha pegado. Esses facãozão. Aí eu fui junto com a mulher trabalhar, que ela trabalhava na roça, né? Ela e o marido dela. Aí um dia inventei de ir, as crianças já estavam grande.

Inventei de ir. E eu chorava no meio da roça por causa das canas. Todo mundo sumia, e eu ficava pra trás com uma rua só de cana [risos] (E12, 43 anos).

Em Aguaí, estado de São Paulo mesmo. [...] Reforma Agrária. (...) foi um sonho, como eu sempre trabalhei na roça, aí surgiu esse programa da reforma agrária, fui me aventurar. E não me arrependi. [...] Aqui no assentamento, eu estou desde 90 [1990]. Fez 23 anos em março. [...] de Aguaí, eu fui pra (...) já tinha meus quatro filhos, né? O caçula meu tinha três anos quando eu fui acampar lá em Promissão. De Aguaí eu fui pra Promissão. Fiquei quase três anos, dois anos e pouco, a gente foi em 87 [1987] pra lá e viemos pra cá em 90 [1990]. [...] aí a gente fez as negociações, e a gente acabou conseguindo vir pra cá. Aí nós chegamos aqui dia 15 de março de 90 [1990]. E aqui a gente foi lutando, né? E até hoje a gente continua. [...] a gente arrendava uma parte de terra. Três alqueires, três hectares e meio e plantava legumes, tomate, berinjela. [...] a gente pagava aluguel. Aí surgiu esses movimentos e a gente foi atrás (...) vamos ver o que vai dar (E11, 59 anos).

A maioria dos trabalhadores é proveniente da região nordeste, porém, foram entrevistados muitos trabalhadores vindos de outras regiões do Brasil, como Minas Gerais e Paraná. Eles alegam a dificuldade de trabalho e uma vida difícil na cidade de origem. Muitos vieram com os pais ainda criança e hoje, adultos, permanecem no trabalho no canavial.

Segundo Novaes (2006), sempre houve um fluxo migratório grande do Nordeste para outras regiões do país. A migração atual é do Nordeste rural para o Sudeste rural, que de acordo com o autor, é uma característica recente, pois se trata de uma migração pendular, ou seja, os trabalhadores, principalmente homens, deixam suas famílias no Maranhão, Piauí, Paraíba para trabalhar cerca de seis a oito meses nas usinas de açúcar do interior de São Paulo para cortar cana.

Entre as conseqüências dessa migração está um processo de desintegração familiar. Na medida em que não há emprego nas regiões de origem, normalmente os jovens e homens adultos saem de casa deixando suas famílias. E essa migração se torna necessária porque nas regiões de origem desses migrantes, como Maranhão, Piauí e Paraíba, não há alternativa de emprego para a juventude. Então eles têm que migrar e as conseqüências disso são ruins. Basta imaginarmos como é uma família completamente desintegrada por uma necessidade vital que é a sobrevivência. Esse é o maior problema: a falta de oportunidade de trabalho na região, que gera a necessidade de busca para fora (Novaes, 2006).

M.A.M. Silva (1999) destaca a migração sazonal de diversas regiões do país, como por exemplo, o Vale do Jequitinhonha, para a região de Ribeirão Preto, onde milhares de homens, mulheres e crianças se deslocam todos os anos. Homens e mulheres vêm com o objetivo de trabalharem no corte da cana, colheita de café, do algodão, da laranja e do amendoim.

De acordo com pesquisas realizadas na região de Ribeirão Preto por Rosa e Navarro (2014), a maioria dos trabalhadores que migram para o trabalho na lavoura açucareira vem para o corte da cana devido a falta de emprego na região de origem.

Diante das dificuldades de alguns em se manterem enquanto pequenos produtores e da falta de trabalho assalariado em seus locais de origem, essas pessoas migram para a região Sudeste em busca de trabalho para garantir o seu sustento e o de suas famílias (Rosa & Navarro, 2014, p. 147).

Segundo F. Alves (2007), é necessário deixar claro que a migração é um movimento determinado pela expulsão, ou seja, “[...] os trabalhadores migram quando as condições de reprodução em seus locais de origem encontram-se comprometidas” (F. Alves, 2007, p. 47).

Galiano, Vettorassi e Navarro (2012), também destacam em suas pesquisas com jovens trabalhadores a migração para a região sudeste em virtude de ajudar a família e também devido a escassez de emprego na região de origem. Outro ponto destacado pelos autores é a ausência de perspectivas de futuro nesses jovens, que optam pela migração como alternativa para mudar a sua realidade de vida.

Os trabalhadores rurais saem de sua cidade de origem em busca de melhores condições de vida para a sua família. Muitos relatam a falta de oportunidade de emprego e por isso veem o interior do estado de São Paulo como uma porta de entrada para o exercício da atividade, visando além de melhores condições de vida, um salário melhor para o seu sustento.

Já, tinha um colega meu aqui de sampa, que veio pra cá, eu conversei com ele, ele falou: 'não há dificuldade aqui (...) se você quiser vir (...)', aí eu falei que queria construir a casa minha, né? Conteí pra ele, que quero construir a casa minha, casei agora, tô com dinheiro pra construir, né? Aí, ele disse 'não, vem pra cá, que aqui você constrói sua casa'. [...] meu pai faleceu agora, faz um mês e pouco. Tenho irmã, só tenho uma irmã lá, meu irmão tá aqui também [...] trabalhando aqui comigo, na lavoura. [...] minha mãe tá lá, de vez em quando ela vem pra cá. Todo final de ano, ela vem pra cá, pra visitar (E6, 23 anos).

É, não foi muito ruim, porque já tem bastante conhecido aqui. Então, quando a gente já tem conhecido não é tão ruim. É ruim quando vem, vem sem conhecido, não tem conhecido nenhum. (...) Um pessoal, amigo meu, já trabalhava aqui, então nesse tempo, eles faziam só safra, né? Aí chegaram lá e falaram ah é bom, lá tem mais oportunidade e tal, aí eu dei uma viajada pra cá e tô aqui. Gostei e tô aqui até hoje (...) (E4, 42 anos).

Fiquei, de 1987 para 1990, quase três anos, na BR 153, em Promissão, perto de Lins. E lá a gente ficou negociando, nós acampamos em 300 famílias, aí foram desistindo, foram desistindo, não é fácil. Na época nós trabalhava de arrendatário, aí foi meu marido e eu fiquei com as crianças, fazendo a colheita e ele foi acampar. Aí com o tempo lá, ele foi em novembro e em janeiro eu fui, (...) ficamos pra lá, catei metade da

casa e fui. [...] era legumes, berinjela, abobrinha, lá em Aguaí e ele foi pra Promissão, porque tinha que acampar, porque não tinha terra pra gente se apropriar. Na fazenda fazia três dias que já tinha emissão de posse da fazenda, por isso nós não conseguimos ficar lá. E mesmo por dentro da fazenda existia uma outra fazenda que ficou parte do nosso pessoal e a gente ficou negociando a vinda nossa que a gente vinha pra aqui primeiro, mas por conta de briga política, acabaram indo pra Promissão. (...) Ficava em barracas, parecia uma favela [risos]. [...] então, eles faziam poços pra beber água. E pra tomar banho, essas coisas, a gente pegava água no rio, tinha um rio assim bem pertinho, uma lagoa. Lá tinha muita água aonde a gente ficou acampado. E aí, a gente improvisava os banheiros, consegui fazer até um banheiro normal, assentamos uma bacia, tudo. Fizemos uma descarga, mexia com um balde e dava descarga. Eu fiz um banheirinho decente ali, encostadinho no meu barraco. [...] cozinhar era normal. Fogão de lenha com área e tudo e fogão a gás. Foi muito gostoso [relembrou de quando era acampada]. (...) Mas mesmo assim a gente continuou a negociação nossa pra cá, a vinda nossa pra cá, mas nós não viemos o grupo inteiro, que acabou ficando 150 famílias, aí nós continuamos negociando a nossa vinda pra cá. Aí conseguimos vir em 36 famílias e aí aqui nós cortamos cana pra por a luz e eu fui cortar cana pra usina, durante dois anos, eu trabalhei, três anos trabalhei cortando cana, colhendo laranja. [...] já tinha 132 casas. Já existia aqui do tempo da usina, que muitas eles derrubaram, (...) aí sobraram essas casas que eles estavam reformando e ficou ali no meio do mato, aí o pessoal foi ocupando. Inclusive a gente achou só o esqueleto da nossa casa e cobertura, né? Aí a gente foi reformando um pouco (...) graças a Deus temos uma casa boa pra nós. [...] elas são cedidas [casas], (...) se a gente não cometer irregularidade a gente fica aqui pro resto da vida, deixa para os filhos, deixa para os netos, não é permitido vender. Se a gente não quiser ficar mais aqui, a gente vende lá (...) benfeitoria que a gente fez. Dinheiro simbólico. [...] vender pra outros assentados que queiram vir pra terra, ou às vezes, aqui na agrovila acontece muito isso. O pessoal que tem lote, quer muito o lote já vende a casa. Aí não quer vender a casa na vila por causa do lote, né? Eu por exemplo, eu vou conservar se Deus quiser. Tá a casa na vila e o lote, estou construindo (..), então a pessoa vem (...) mas não tem escritura, tem um documentos só que vai ser repassada a casa pra ele (E11, 59 anos).

Além da busca por melhores condições de vida para a família, os trabalhadores também vêm por indicação de outros amigos da região de origem que já conheciam o trabalho na lavoura canavieira. No último depoimento, temos uma trabalhadora que relatou sobre a vida no acampamento. Essa trabalhadora fez parte do Movimento dos Sem Terra e ficou acampada com a família em barracas em condições precárias em fazendas. Os banheiros e a cozinha eram improvisados. Após esse período que passou acampada, a trabalhadora, junto com outras famílias, veio morar no Assentamento, onde começou a trabalhar como cortadora de cana-de-açúcar em uma usina.

De acordo com Novaes (2009), os jovens trabalhadores que vêm para o trabalho na cana-de-açúcar são originários de famílias pobres que mantêm vínculos precários com a terra por causa da baixa valorização dos produtos da roça, da redução da produtividade da terra em função do desmatamento e da própria valorização da terra em função dos novos investimentos

em pecuária, soja e cana-de-açúcar em várias regiões nordestinas. Por isso, o autor destaca que “a ruptura ou o reordenamento da relação dessas famílias camponesas com a terra traz imediatas conseqüências para esses jovens, como a necessidade da migração em busca de trabalho” (Novaes, 2009, p. 106).

A migração da terra natal para o estado de São Paulo provoca rupturas nas relações existenciais. A ida para o estado de São Paulo é marcada pelo sonho de um dia retornar à cidade natal.

Os trabalhadores sentem saudade da família que ainda continua em sua região de origem. Muitos se sentem solitários devido ao distanciamento dos familiares, mas não conseguem voltar para a cidade natal, pois não conseguem ter melhores oportunidades de trabalho naquela região.

[...] muita saudade, toda vez que eu converso com ele [com o pai], eu choro, porque eu sinto muita saudade. [...] a minha mãe está fazendo os tratamentos aqui, mas ela pretende voltar, ela não acostuma aqui, aí ela está esperando só terminar os tratamentos pra ela voltar pra trás (E3, 22 anos).

Não é assim que é bom, não é bom, bom é lá onde que a gente nasceu (...) é mais melhor onde a gente nasceu, mas só que como fui uma pessoa que sempre gostei de trabalhar fora, aí não tem jeito. [...] Porque lá sempre foi o lugar que a gente nasceu, né? [...] pai e mãe já morreram. [...] veio de lá. [...] ela sempre fez um serviço aí, não no corte da cana, mas trabalhou na roça já, mas ela tem um pouco de estudo [a esposa]. Com uns mês, cinco, seis anos eu ia fazendo safra e ia embora pra lá, fazia a safra e ia embora pra lá, só que não compensa, gasta muito, né? Aí o dinheiro que a gente ganha na safra, quando volta tá (...) tudo começando do mesmo jeito (E4, 42 anos).

Os trabalhadores que migraram de outras regiões revelaram que possuíam familiares ainda na cidade de origem. Nos depoimentos, alguns manifestaram o sentimento de tristeza devido ao afastamento do convívio familiar. A viagem para a visita dos familiares também se torna um obstáculo para eles, pois alegam que as passagens são caras e o salário que ganham na safra já não é suficiente para cobrir essa despesa.

Almussa (2011) em suas pesquisas também identificou a perda do contato dos trabalhadores rurais com a família na cidade de origem. A autora alega que um dos motivos que levam ao distanciamento da família é a falta de dinheiro para comprar a passagem de volta.

Seligmann-Silva (1994) também, em seus estudos, identificou essa questão da ruptura dos laços afetivos com familiares, o que provoca certa angústia no trabalhador. “[...] em que a partida se deu num momento de ruptura ou quando provocou conflito, podemos constatar que se configurou sempre numa situação de angústia e culpa” (Seligmann-Silva, 1994, p. 139).

Outro ponto destacado é a dificuldade de se adaptar à nova vida que, para muitos trabalhadores, é marcada pela solidão. Isso, em muitos casos, gera consequências graves sobre a vida do trabalhador, o que pode acarretar um desgaste na sua saúde, levando a quadros depressivos em virtude desse isolamento social.

Você tem a parte solitária, porque você deixou sua família, deixou parte de sua felicidade por lá. Assim, tem que enfrentar tudo que vem pela frente, principalmente, o clima aqui é diferente, o preconceito também, você enfrenta muito o preconceito. [...] Eu moro aqui, mas eu sinto muita saudade da minha terra, da minha família, eu também sinto muita saudade e (...) tem que seguir a vida, por pior que seja, você tem que encarar a vida, ninguém é capaz de construir aquilo que você quer, a não ser você. [...] Se não fosse meu emprego, eu ia embora, se você tiver aqui e não tiver felicidade, não tem amigo. As amizades aqui é muito diferente das amizades de lá. Aqui você não conhece ninguém. (...) eu trabalho de dia e a noite, às vezes de dia eu monto móveis, então eu me dedico mais ao serviço e penso no amanhã na minha vida (E2, 35 anos).

Este trabalhador demonstrou ainda a necessidade de constituir laços afetivos na cidade em que atualmente trabalha. Em virtude da ruptura do vínculo familiar, o trabalhador sente necessidade de manter uma relação conjugal com outra pessoa, porém destaca o sentimento de exclusão social.

[...] faz 12 anos que moro aqui, aqui você nunca consegue arrumar uma pessoa pra você casar, isso é preconceito. Você vai na missa e você vê os outros com o olho atravessado, às vezes você se sente uma pessoa isolada (E2, 35 anos).

7.3 O emprego na lavoura canavieira

*Agora pensando
Ele segue outra tria
Chamando a família
Começa a dizer
Meu Deus, meu Deus
Eu vendo meu burro
Meu jegue e o cavalo
Nóis vamo a São Paulo
Viver ou morrer*

*Nóis vamo a São Paulo
Que a coisa tá feia
Por terras alheia
Nós vamos vagar
Meu Deus, meu Deus
Se o nosso destino
Não for tão mesquinho*

*Ai pro mesmo cantinho
Nós torna a voltar
(A triste partida – Luiz Gonzaga)*

O processo de contratação dos trabalhadores que optam pela vinda ao sudeste para o trabalho na lavoura açucareira, muitas vezes, é realizado quando o trabalhador ainda está em sua cidade de origem.

Muitos vêm para o interior do estado de São Paulo por indicação de outros colegas já empregados na indústria canavieira. O intermediador do processo de contratação é conhecido como “gato” entre os trabalhadores. A figura do “gato” que também é chamado de turmeiro é quem seleciona os candidatos para o trabalho na lavoura e organiza a viagem dos trabalhadores até a região do interior paulista.

A primeira vez que eu vim, eu arrisquei, a primeira vez que a gente veio pra cá, veio eu e mais três primos meus, nós veio com a cara e coragem, só que sabia que tinha emprego, né? Só que quando eu vim pra Américo, já vinha acompanhado com alguém, a pessoa vinha da usina, sabia que ia chegar pra trabalhar. Mas a primeira vez foi com a cara e a coragem. [...] tem um pessoal que trazia turma, ele falou: 'oh, tem uma usina ali que tá pegando gente, você não quer ir?', eu falei: 'eu vou', aí chamei eu e meus primos e nós viemos na época, em 1999. [...] a pessoa trazia as pessoas, deixava aqui e você corria atrás do emprego, aí nós morou num sítio, aí depois a gente arrumou um canto na cidade, e nós fomos pra cidade. [...] ele falou que tinha emprego, era tipo um turmeiro (E2, 35 anos).

Uma amiga minha, ela cortava, ela trabalhava lá e ela levou meus documentos, aí de repente chamou, aí chamou e eu fui contratada e eu estou lá (E3, 22 anos).

Era empreiteiro, né? A usina contratava, eles falava gatos e eles pegava a gente. A usina não tinha nada a ver, tudo era eles [os gatos], então quer dizer que era eles mesmo que contratava, que dispensava. [...] eles vinham atrás. Se você trabalhasse bem, trabalhasse certinho, não era de perder dia, tudo isso conta, aí eles vinham atrás. Na outra safra, eles vinha procurar outra vez. Então, eu mesmo trabalhei seis anos com um gato só. Todo ano ele tava no portão aqui de casa, me chamando (E13, 44 anos).

Era, no começo era gato, mas aí (...) a empresa começou a contratar por conta própria, dela mesma (...) aí melhorou bastante. [...] Primeiro a pessoa quem deu força foi um diretor. [...] não, ele mexe com turismo, leva o pessoal e traz. [...] então, já conhecia alguém aí que já mexia com gatos aí, com coisa e aí com essa pessoa, a gente já começou a trabalhar (E4, 42 anos).

Então, eu fiz minha carteira e entrei na usina. [...] eu fui atrás dos empreiteiros, atrás dos gatos. Quando eu comecei a trabalhar não tinha esse negócio de empreiteiro, era pela usina mesmo. Eu nunca trabalhei assim com empreiteiro, foi pela usina mesmo que eu trabalhei. Porque tem empreiteiro, agora não tem mais também. [...] Sempre na cana, aqui é só cana que dá esses empreiteiros. [...] eles iam na casa das pessoas,

perguntando quem é bom, que é cortador de cana bom, aí eles vão a procura, mas nunca trabalhei com os gatos não. [...] eles que cuidavam de tudo (E8, 43 anos).

Eles pegam o serviço pela usina, fala empreiteiro, aí a gente trabalha pra ele. [...] eles, vem alguém da usina pega os nomes, a gente dá os nomes, aí cata as carteiras, vai pra usina, registra e depois volta a carteira com o registro. [...] era registrada. Só aqui dentro que eu trabalhei sem registro, mas foi pouquinho tempo. [...] sempre tem um, por exemplo, tem um rapaz aqui de dentro que é turmeiro, que fala, então ele entra em contato, vem, pega e aí chega lá toma conta da turma, sempre assim. Terceirizado que a gente fala (E11, 59 anos).

Na época, que eu cortei cana, eu trabalhei registrado na fazenda e aqui era mais empreiteiro, chamado os gatos na época. [...] eles abriam a contratação e a gente procurava. Tinha vários, tinha aqui, em toda a cidade tinha vários. Você conhecia um, levava a carteira na casa dele, aí fazia exame médico, de rotina e no período quando começava a safra, às vezes ficava fixo. No começo, antigamente entre safra, o empreiteiro era fixo nas usinas, depois que acabou (...) hoje basicamente é pelas usinas, não tem mais empreiteiro. [...] é, ele levava para a usina ou eles mesmos faziam o escritório deles, registrado por eles era. E eles prestavam serviço para as usinas (E5, 44 anos).

Foi por empreiteiros. [...] assim, naquele tempo quem cortava cana era muito procurado, sabe? Era uma disputa muito grande (...) O empreiteiro chegava do serviço e vinha bater palma na sua porta, se você falasse: 'oh, não posso levantar mais cedo amanhã, porque eu não fiz pão, ou a padaria não abre', 'não, você pode ir, pode ir, que quando for 8h, eu venho buscar o pão pra turma'. Era disputado, então a gente não procurava serviço, o serviço vinha atrás da gente. Eles vinha (...) foi assim, eu falei pro meu cunhado que eu queria aprender a cortar cana, porque o pagamento do meu primeiro marido, dava pra pagar o aluguel, arrozinho de terceira, feijãozinho do mais ruim e a carne que eu comia, era peixe a cada 15 dias. Porque quem vinha trazer o caminhão de frango ali na Sadia passava na peixaria e trazia de sacada de sardinha pra vender ali (...) menina, mas eu ganhei tanto dinheiro (...) O mercado que tinha aqui em Américo (...) Quando ia sair o pagamento da pecuária (...) que que o dono do mercado fazia? Ele ligava pra Ribeirão e mandava vir de caminhão de danone, a turma comprava tudo. O mercado do homem ficava vazio, cortador de cana levava um carrinho de comida, arroz, feijão, óleo, sabão e um carrinho só de porcariada, danone, queijo, tudo derivado de leite (E7, 52 anos).

Alguns trabalhadores também vão atrás dos turmeiros nas cidades para levar a carteira de trabalho. É muito comum os trabalhadores rurais serem apenas contratados por um período de seis meses na lavoura canavieira e nos próximos seis meses serem contratados para trabalhar na laranja. Assim, realizam um revezamento entre as safras da cana-de-açúcar e da laranja.

Quando registrados, em carteira, os trabalhadores passam por exames médicos para iniciar a atividade na cana-de-açúcar. Segundo M.A.M. Silva (1999, p. 203),

A presença do médico não preenche apenas a função de providenciar a cura dos corpos doentes. Ele funciona como elemento fundamental na triagem dos corpos, mesmo antes deles serem postos em atividade. Os corpos chagásicos, os fracos, os velhos, os muito jovens, não vão para o corte. Destinam-se, por ordem médica, a outras funções: faxineiros, cozinheiros, membros das equipes de fogo, sinalizadores, ajudantes do interior da indústria. O saber médico recomenda, mediante testes ergométricos, psicológicos, físicos, a melhoria dos recursos humanos à disposição da usina para a consecução da formação de corpos bem treinados para o trabalho.

No depoimento abaixo, de E9, a trabalhadora afirma que os trabalhadores passam por uma triagem por exames feitos por médicos da usina, a fim de selecionarem os mais aptos e saudáveis para o trabalho no corte.

Quando a gente vai entrar, eles vai, conversa com o turmeiro, né? Aí ele vai pra usina, e lá eles fazem exame pra ver se passa. Aí se passa, você entra. Vai lá e conversa com ele, leva os documentos pra ele, né? Aí ele leva pra firma pra ver se passa, que às vezes sempre tem alguém que tem diabete, pressão alta, alguma coisa, chega na hora não passa. (...) A gente vai na casa dele. [...] aí, na época, tinha parado da laranja, né? Tinha um mês. Dois mês que tinha acabado de parar, aí eu peguei fui lá e conversei com ele e tudo, né? Tava ajustando, aí ele falou que ia pegar, ia pegar umas mulheres, aí conversou com ele, aí ele mandou levar os documentos pra ver se passava. Aí, a gente foi lá e conversou com eles, aí ele levou os documentos pra firma, passou e mandou a gente fazer o exame tudo, daí depois de três dias a gente começou a trabalhar (E9, 39 anos).

Ainda sobre o processo de contratação, os trabalhadores relataram as condições de moradia quando eles migram para o interior do estado de São Paulo para iniciar o trabalho na lavoura da cana-de-açúcar.

Só que ele falou que tinha lugar bom pra morar, nós chegamos aqui a noite, não tinha lugar pra nós morar, nós ficamos num sítio, perto de uma pista, da granja. Aí depois que a gente conseguiu se localizar, conhecemos o lugar pra mudar pra cidade. [...] ele tinha falado que tinha lugar bom [pra morar], mas quando nós chegamos não tinha, aí eu falei que naquele lugar eu não ia ficar, aí mandou a gente pra outro lugar, aí nós fiquemos, não tinha opção. Aí começamos a conhecer o lugar, a cidade, a conhecer colegas meus que trabalha na região, em outra usina pra arranjar um lugar pra nós, aí eu fui pra cidade. Aí lá foi outra vida, né? [...] enganado eu não me senti, porque tinha uns colegas meus que trabalhava em Ribeirão Preto, e disse: 'a vida lá não é fácil, lá faz muito frio, depois é quente, acaba por adoecer, pegar muita gripe', só que eu sabia (...) mas é muito sofrido (E2, 35 anos).

(...) eu trabalhava bastante com baiano, maranhense, aí eles falavam. Porque a gente ainda parava em frente da casa deles, pra eles descer. Os maranhenses mesmo morava, alugava uma casa de cinco cômodos, aí morava dez, 15 numa casa só. Aí eles mesmo cozinha. Eles mesmo lavava a roupa, sabe? As condições não era boa não, porque

eles não tinha (...) porque eles vinham, eles mesmo tinham que se virar, porque os turmeiros buscava, mas só que na hora de levar, ficava por eles mesmo. Eles tinham que ir embora por eles. [...] por exemplo, acabava a safra, eles que se viravam pra ir embora, mas pra trabalhar o empreiteiro que ia buscar. Mas não era fácil não pelo jeito que eles contava pra gente, pra levar comida, essas coisas, pra dormir. [...] eles falavam que traziam eles de longe e não dava nada, não dava cama, só dava o alojamento. Aí tinha muitos que dormiam no chão, forrava ali com cobertor e ficava a safra inteira ali no chão (E13, 44 anos).

Os trabalhadores oriundos de outras regiões do país têm uma travessia longa a percorrer até o estado de São Paulo. Esses trabalhadores passam a morar em alojamentos juntamente com outros trabalhadores. Dividem todos os cômodos com dez e, às vezes, até mais pessoas e alguns ainda improvisam um lugar para dormir no chão.

Além das precárias condições de moradia, a viagem que os trabalhadores enfrentam também não é realizada em condições apropriadas, confortáveis e seguras.

F. Alves (2007) destaca o processo de migração dos trabalhadores rurais até o estado de São Paulo, sobretudo as condições de viagens.

Essa viagem é bastante demorada, pois, em geral, é realizada em ônibus clandestinos, por estradas secundárias de terra, para fugir da fiscalização: da Polícia Rodoviária, que impede a circulação de ônibus sem autorização e sem condições de trafegar em viagens transestaduais; e das Delegacias Regionais do Trabalho, que impedem a circulação de trabalhadores sem que estejam com contrato de trabalho efetivado com as empresas demandantes (F. Alves, 2007, p. 21).

A questão da viagem para o interior paulista e as condições de moradia é retratada no depoimento abaixo.

Meu caso foi assim, quando eu vim de Capivari (...) a viagem era muito cansativa e a gente não tinha muito costume. Vinha de ônibus. Chegamos de manhã, a casa não tinha fogão, aí chegou meio dia trouxeram um marmitex pra nos, aí no outro dia, já fomos fazer exame já tarde e no outro dia começamos a trabalhar [exame médico]. Aí assim, você já estava cansado da viagem, mal alimentado, quebrado, aí ele falou “8h eu levo um marmitex pra você”, o cara chegou com marmitex lá era 13h da tarde, estava cortando cana sem comer, cansado da viagem, estressado, mal dormido e sem tomar café e o cara chega com um marmitex 13h da tarde. Veio com frango e ovos e aquele arroz duro, aí belisquei, ah, não desceu não. Aí fui trabalhar, aí quando eu andava, eu caí em um monte de cana. [...] aí gritei: 'o não estou aguentando aqui de câimbra'. Aí o outro gritou: 'eu também não estou aguentando aqui não'. Aí veio esticou minha perna, fez massagem, me botou no ônibus e fui embora, mas isso foi através do serviço que eu não tinha costume, cansaço da viagem e a fraqueza. [...] nós chegamos na quinta de madrugada, a tarde fomos fazer exame e na sexta já começamos no outro dia. [...] ah, falaram é assim, assim e nós começou, a cana era em pé e cana em pé é facinho

aprender. Aí depois ele falou é assim, assim, tá indo bem e pronto. Só que nós estava sem tomar café de manhã, e a comida já chegou 13h da tarde, aí a comida era ruim, e eu não comi. Aí deu câimbra. Meu primo que me socorreu, esticou as pernas um pouquinho e fez massagem, aí depois nós fomos embora. Levaram pra casa. Aí chegamos já tinha fogão, já começamos a fazer alimentação nossa mesmo. Era sítio. Morava umas onze pessoas, era quatro quarto, tinha sala, tinha cozinha e dividia (E2, 35 anos).

Neste depoimento, o trabalhador relatou a viagem como cansativa, pois saiu da Bahia de ônibus para vir ao interior. Quando chegou a casa não estava adequadamente equipada para receber moradores, não tinha fogão para preparar a alimentação após a viagem. No dia seguinte, o trabalhador precisou fazer o exame médico para iniciar o trabalho na safra. No dia posterior ao exame, iniciou seu primeiro dia na lavoura canavieira. Ensinaaram-no a cortar cana nesse primeiro dia de trabalho. E já nesse mesmo dia sentiu fraqueza, devido ao pouco descanso da viagem e a alimentação inadequada, tendo dores fortes de câimbra. O trabalhador também revelou sobre as condições da casa em que morou com mais 11 pessoas que também vieram para o trabalho no corte da cana.

As precárias condições de moradia dos trabalhadores rurais também foram encontradas em pesquisas de Rocha, Marziale e Hong (2010). Os autores salientam que as casas desses trabalhadores são simples, de construção de alvenaria, contendo quartos, banheiro, cozinha com refrigerador e fogão e sala. A casa é compartilhada com oito ou dez trabalhadores. Foi observado, no entanto, que os cortadores de cana vivem em condições mínimas de sobrevivência, em situação de pobreza, sem qualquer conforto.

Os trabalhadores que migram para o trabalho na safra da cana-de-açúcar vêm iludidos por um melhor trabalho e por uma condição de vida melhor do que eles têm no nordeste. Geralmente, as residências são simples e pequenas, mas abrigam vários trabalhadores numa mesma casa. Uma das primeiras dificuldades encontradas pelos trabalhadores é com relação ao processo migratório, com a árdua viagem para a chegada ao destino e as condições da residência em que irão se instalar.

Seligmann-Silva (1994) destaca que, “fadiga e tensão também são produzidas por condições de vida precárias, como moradia inadequada, grande distância em relação ao local de trabalho e transportes coletivos insuficientes [...]” (p. 26).

Com relação à moradia desses trabalhadores, Galiano (2010) destacou em suas pesquisas, com jovens migrantes, que eles são distribuídos, pelo “gato”, em residências ou alojamento com outros migrantes, o que propicia o rateio dos custos. As casas estão localizadas em bairros carentes, com baixa iluminação e, muitas vezes, sem asfalto.

Novaes (2009) destaca bem essa realidade que se desenvolve nas periferias das cidades-dormitórios do interior de São Paulo com a chegada dos jovens migrantes.

Na época da safra da cana, os alojamentos ficam apinhados de gente nordestina: maranhenses, piauienses, baianos, mineiros, paraibanos. No interior de São Paulo se alastram os costumes e a cultura nordestina, convivendo com a modernidade trazida pelos homens de negócio que transformaram a região numa Califórnia brasileira. Nesse cenário, os encontros e reencontros pautam as relações cotidianas desses jovens que ali constroem as comunidades de migrantes, seja nas cidades dormitórios ou na periferia das grandes cidades da zona canavieira de São Paulo (Novaes, 2009, p. 107).

Ainda Rosa e Navarro (2014) salientam que existe por parte das usinas a preferência pela contratação de trabalhadores migrantes, por trata-se de pessoas simples, pobres, habituadas a lidar com trabalhos pesados, a viver em situações adversas, além de possuírem baixo grau de escolaridade, portando, têm pequeno poder de negociação. E assim, acabam aceitando se submeter às formas precárias de contratação e aos baixos salários.

7.4 Organização, processo e condições de trabalho na cultura canavieira

*Vocês que fazem parte dessa massa
Que passa nos projetos do futuro
É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais do que receber
E ter que demonstrar sua coragem
À margem do que possa parecer
E ver que toda essa engrenagem
Já sente a ferrugem lhe comer
(Admirável gado novo – Zé Ramalho)*

Os entrevistados são trabalhadores rurais que desenvolveram atividades em vários ramos, como na lavoura de cana-de-açúcar e na lavoura de laranja na região de Araraquara.

O espaço de trabalho na lavoura de cana é o canavial, que é dividido em talhões. Cada talhão é composto por várias linhas de canas plantadas paralelas. Há um espaço entre essas linhas que formam as ruas que sofrem as variações da topografia, a área, o tipo de solo, a variedade de cana e etc. Estas linhas são agrupadas formando os eitos que são compostos por cinco linhas de cana, mas podem existir eitos de seis, sete ou oito ruas. Os talhões são cercados por ruas mais largas, conhecidos como carreadores, onde circulam os tratores e caminhões que

realizam o transporte da cana cortada para a usina. O acero é a divisa entre o talhão e a estrada principal (L.L. Ferreira et al., 2008).

O processo de trabalho da cana-de-açúcar possui diferentes etapas,

O preparo do solo; a escolha da variedade agrícola da cana; o plantio; a adubação; a conservação do solo; o corte; o carregamento e o transporte para as unidades de beneficiamento, usinas ou destilarias onde vão ser produzidos álcool, açúcar ou outros produtos. O corte e o carregamento tem sido rotulados de “sistema de colheita (L.L. Ferreira et al., 2008, p.14).

Esta divisão do trabalho é planejada com técnicas modernas, devido ao aumento do trabalho mecanizado nas últimas décadas, mas ainda não dispensa o trabalho manual na lavoura. A divisão da atividade na cana-de-açúcar é feita de tal forma que cada etapa emprega vários grupos de diferentes trabalhadores.

O corte da cana é o que emprega o maior contingente de trabalhadores rurais. Eles trabalham no corte na época da safra de maio/junho a dezembro (L.L. Ferreira et al., 2008).

Com relação à época da safra, o trabalhador, no depoimento abaixo, revela os meses do ano em que mais predominam a atividade no corte da cana.

Olha, é relativo, né? Algumas empresas começam em fevereiro, maio, abril vão até novembro. Outras vão até dezembro. Por exemplo, a usina que eu trabalho, ela vai até janeiro. Tem usinas que tem contrato com a (...) que tem um prazo para iniciar a safra e um prazo para terminar. Então ela não pode demorar, senão paga multa. Agora, onde eu trabalho, ela tem contrato com ela mesmo, então eles começam quando querem (E5, 44 anos).

O trabalho no corte da cana se resume ao corte que deve ser realizado com o facão, principal instrumento de trabalho do cortador de cana, devidamente afiado. Os trabalhadores devem cortar a cana realizando vários golpes dados na base ou pé, despontá-la, ou seja, cortar a sua ponta superior e carregá-la com os braços até um local preestabelecido, formando montes ou leiras. Numa etapa posterior do processo produtivo, os tratores carregadores, carregadeiras, guincheiras transportam a cana para as usinas (L.L. Ferreira et al., 2008).

Segundo F. Alves (2008a), o corte de cana-de-açúcar não se limita apenas à atividade de retirada do solo da cana existente num eito⁶⁹ de 6 metros de largura por um comprimento que depende da resistência do trabalhador, mas envolve um conjunto de outras atividades, como

⁶⁹ O autor salienta que eito significa terra de trabalho de negro. Um termo que resistiu à abolição da escravidão e ainda é usado pelos trabalhadores. No estado de São Paulo prevalece o eito de cinco ruas ou cinco linhas, que são alinhadas onde a cana é plantada. E cada linha ou rua está espaçada da outra por uma distância de 1,5 metro.

a limpeza da cana, com a eliminação da palha; retirada da ponteira; transporte da cana cortada para a linha central do eito e arrumação da cana depositada na terceira linha em esteira⁷⁰ ou em montes separados um do outro por um metro de distância.

Os trabalhadores também relataram sobre o conhecimento que têm acerca do processo de trabalho na lavoura da cana, do corte da matéria-prima até o destino final, na usina.

(...) porque a cana no facão, tem que passar por (...) processos: é limpar ela (...) E a cana do facão, vai separar a palha, vai separar a ponteira, vai separar sujeira, tudo. [...] nós chegamos lá e corta (...) vem o corte de cana manual, aí vem a carregadeira e pega e põe dentro (...) aí eles pegam a cana, põe dentro da carregadeira, aí leva [para a usina], aí chega lá, eles vão lavar, depois de lavar, aí passa por um processo que vai checar ela pra tirar a palha toda. Aí depois, que passar esse processo de tirar a palha toda, aí vai picar, depois que pica a cana toda. No manual passa por cinco processos (E6, 26 anos).

Depois que corta, vai pro caminhão, a carregadeira pega a cana, põe no caminhão e leva pra usina, o tanto que corta. [...] é o corte. [...] a gente chega e corta. Abraça a cana assim, assim [mostrou com os braços]. [...] corta no chão, joga as pontas no chão e corta. [...] ah cana palha, é quando é cana na muda, para plantar, aí tem que limpar. Mas não limpa direito lá, taca tudo lá, tira só as voadoras (E8, 43 anos).

O trabalhador tem que abraçar a cana com um braço e cortar a cana com a outra mão, utilizando o facão, cortando a cana por baixo, rente ao chão e jogá-la na terra. Depois que jogar a cana no solo, o trabalhador tem que cortar as ponteiros da cana. Antes de cortar a cana, dependendo do tipo de cana-de-açúcar, o trabalhador também tem que descascar a palha que fica na cana, como forma de facilitar o corte.

O trabalho com a cana-de-açúcar exige força e resistência física. Os trabalhadores precisam ter motivação e disposição para enfrentar a rotina e a disciplina do trabalho na lavoura.

7.4.1 A organização da atividade

A jornada de trabalho dos trabalhadores rurais começa muito cedo, ainda antes do amanhecer, quando levantam por volta das 4h da manhã para prepararem a marmita e os equipamentos de trabalho. Em seguida, dirigem-se ao ponto de ônibus mais próximo de sua residência para chegar ao posto de trabalho, na plantação de cana, onde exercerão suas atividades laborais. No final da tarde, a atividade na lavoura é encerrada e os trabalhadores embarcam novamente no ônibus para retornarem às residências.

⁷⁰ Esteira significa que a cana depositada na terceira linha não precisa ser disposta em montes separados, mas pode ser deixada preenchendo integralmente a linha central (F. Alves, 2008a).

Alessi e Navarro (1997) relatam, em seus estudos, a jornada de trabalho do trabalhador rural na lavoura canavieira.

Podemos dizer que o processo de trabalho ao qual está submetido o cortador de cana-de-açúcar inicia-se a partir do momento em que ele acorda e começa a se preparar para embarcar no caminhão que o levará até a lavoura. Inicialmente deve preparar as refeições que fará durante o dia, vestir-se e providenciar seus instrumentos de trabalho. O final do processo vai se dar com o seu retorno ao lar (casa, alojamento ou pensão) depois de cumprir outras tarefas necessárias à sua reprodução, tais como: alimentação, limpeza da casa, cuidados com o vestuário pessoal e da família, higiene pessoal e cuidados com os instrumentos de trabalho (Alessi & Navarro, 1997. p. 116).

Rosa e Navarro (2014), em suas pesquisas, também destacaram a jornada de trabalho dos trabalhadores rurais da cana. Os autores salientam que

A jornada de um trabalhador no corte da cana-de-açúcar pode começar às 3h e se estender até por volta das 17h, aí considerados o tempo despendido para o preparo das refeições antes de se deslocarem para as lavouras e os trajetos de ida e volta para o campo. Segundo os trabalhadores, há entre eles um revezamento para o preparo das refeições. A cada dia um dos membros do grupo se levanta mais cedo para preparar a refeição de todos. Para tanto, é necessário se levantar por volta das 3h, enquanto que os demais podem dormir até as 4h30min, dado que o ônibus que os buscam para levar às lavouras parte por volta das 5h20min (Rosa & Navarro, 2014, p. 149).

Os trabalhadores entrevistados possuem uma jornada semanal de trabalho de segunda-feira a sábado. Por meio dos depoimentos, percebe-se que apenas aos sábados, para alguns trabalhadores, a jornada de trabalho se encerra um pouco mais cedo do que nos outros dias da semana.

É importante destacar que também foram entrevistados trabalhadores que exercem a sua atividade laboral no período noturno. Assim, os horários e a rotina de vida e de trabalho desses trabalhadores são diferentes daqueles que exercem o trabalho com jornada de oito horas, iniciando às 7h da manhã.

Abaixo são mostrados alguns depoimentos dos trabalhadores rurais com relação a sua rotina de trabalho e a sua jornada no canavial, desde o momento que se preparam para o trabalho, antes mesmo de chegarem à lavoura de cana-de-açúcar, até o momento em que iniciam e terminam a sua atividade de trabalho.

Olha, nós sai de casa 5h20 min. Nós começa o serviço 7h. É das 7h às 15h40 min. [...] de segunda a sábado. O mesmo horário. [...] Eu levanto 4h. [...] aí, eu arrumo a marmitta, me troco, às vezes se dá tempo, eu ponho roupa pra bater, vou lavar a louça, aí depois que eu pego e saio. [...] eu saio de casa mesmo, 5h26 min. [...] às vezes eu

tomo, às vezes não [café da manhã em casa]. Aí toma na hora que está indo. [...] aí para o serviço 15h40 min. Depende do lugar que a gente tá, às vezes tá perto, às vezes tá longe. A gente chega aqui numa base de 16h30 min. e 17h. Agora, quando é longe, é uma base de 18h (E9, 39 anos).

Ônibus. [...] ele passa no meu ponto 6h. [...] tem lugar que a gente chega mais cedo, aí nós espera dá 7h pra começar o trabalho e tem lugar que a gente chega mais tarde, que nem hoje a gente chegou 7h40 min., nós chega, faz a ginástica e vai trabalhar. Não desconta, já é incluído tudo. [...] Eu acordo um pouquinho mais cedo, porque eu gosto de deixar a cozinha mais arrumada. 16h30 min.. [...] tem dia, quando eu não estou com sono, meia noite [dorme] [...] Eu faço, aí eu arrumo a marmita, arrumo a cozinha, daí eu tomo um gole de cafezinho preto e vou pro ponto (E3, 22 anos).

Ônibus da empresa. [...] passa aqui perto. [...] Eu aqui acordo, praticamente 15 pra cinco. [...] pego o ônibus 6h. [...] 7h, eu chego e tem a física, faz todo mundo, aí já começa a cortar a cana. [...] 15h são para parar, mas não existe isso aí não. Os turmeiros que eu trabalho, eles até insistem pra pessoa corta: “não, pode cortar aí”. Então, 16h, 17h, tá tudo bom, (...) ele não ganha por produção. Ele fica falando pra turma: ‘pode cortar’. [...] não, nós não [revela que não tem hora para encerrar a atividade] A (...) paga, só que ela paga do jeito que ela quer [com relação a hora extra] (E6, 23 anos).

Aqui, acho que está 6h40 min. Porque é da 00h20 min. até às 7h, que é 6h40 min., né? [...] trabalho cinco dias e folgo um (E2, 35 anos).

Nóis trabalhava, o máximo lá era para ser oito horas, né? É uma hora de almoço, então, contava sete, né? Nóis saía de casa às 7h, só que não tinha hora pra chegar. Às vezes se chovia, ou ônibus encalhava, tinha vez de a gente chegar em casa 20h ou 21h da noite. Aí chegava, ainda tinha as coisas pra mim fazer (...) então era aquela correria. Não foi fácil não (E13, 44 anos).

Com relação ao transporte que leva os trabalhadores rurais para o canavial, eles relatam que vão para o trabalho com o próprio ônibus da usina. Como já foi citado nos depoimentos acima, os trabalhadores esperam o ônibus, em seus pontos de parada, por volta das 6h, para chegarem ao local de destino às 7h. A duração da viagem de ida ao local de trabalho gira em torno de uma hora, podendo, dependendo da distância do local, ser superior a uma hora. O que gera um desgaste físico e mental antes do trabalhador iniciar a sua atividade laboral no meio rural.

Segundo L.L. Ferreira et al. (2008) a rotina de trabalho dos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar é longa.

[...] a jornada dos cortadores é longa: eles saem de casa entre 5h e 6h30min da manhã e só retornam no fim da tarde, levando consigo tudo o que é necessário para passar um dia inteiro no campo: marmita, café, garrafão de água e os instrumentos de trabalho, lima e facões. A viagem pode durar várias horas. É muito comum não saberem onde

irão trabalhar, se dentro do município em que moram ou nos municípios vizinhos, pois as áreas de cultivo das usinas atingem grandes extensões de terra (L.L. Ferreira et al., 2008, p. 27).

A questão da viagem e do transporte para a lavoura, ainda pode ser vista nos depoimentos abaixo.

Ônibus. [...] passa pertinho daqui. 7h a gente tem que tá lá na área rural, se não tiver empate no caminho. [o ônibus passa] às 6h (E4, 42 anos).

Nós entrava às 7h para às 10h, pegava às 11h e parava às 15h. Aí vinha embora. (...). De segunda à sábado. [...] no sábado a gente parava uma hora mais cedo, parava às 14h. [...] Ele trazia a gente perto de casa, pegava a gente perto de casa (E10, 41 anos).

Eu pegava o ônibus 5h15 min. [...] passava um quarteirão, dois, não mais do que isso. Antes era caminhão. Era pau de arara. Trabalha no pau de arara. [...] Você sabe que era até bem arrumadinho porque a gente se põe nessa situação, você tem que ir trabalhar, se você não for, você não ganha, né? E era o máximo 1h30 min., quando muito longe 2h de transporte. O que acabava era a água que era num latão de 200 litros, sabe aqueles latão que hoje eles catam lavagem nele? Aqueles latão de plástico? O empreiteiro lavava e punhava água pra levar pra turma, quem tinha preguiça de levar água, bebia daquela água. Eu não bebia, porque eu levava meu garrafão, sempre carreguei meu garrafão de água. Eu levava o meu e mais dois litros na mochila pra não beber daquela água (E7, 52 anos).

No início ainda caminhão, aí depois que mudou a lei que proibiu, passou a ser ônibus, mas era caminhão, com banco de madeira. Esse era o transporte (E5, 44 anos).

Nos depoimentos, pode-se perceber algumas transformações que tiveram com relação às condições de trabalho na lavoura da cana-de-açúcar, no que diz respeito ao transporte que a usina oferece para os trabalhadores.

Alguns anos atrás, o trajeto de ida e volta dos canaviais era feito de caminhão conhecido como “pau de arara”.

Os trabalhadores acreditam que com a mudança do transporte, hoje, com o ônibus, eles têm mais segurança no percurso de ida e volta do trabalho, alegando a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança durante o trajeto da viagem. Além dessa segurança que o ônibus oferece, há banheiro e água disponíveis dentro dos ônibus, o que não existia na época que o transporte era feito com o caminhão.

Os trabalhadores relataram sobre as condições dos ônibus que são fornecidos pelas usinas.

Ah, é ótimo, porque tem no assento o cinto de segurança, nós não pode andar sem cinto de segurança. Cada um tem que sentar no seu banco e não andar em pé e é um bom meio de transporte. [...] Tem o vaso sanitário, tem pia do banheiro pra lavar a mão (E3, 22 anos).

(...) também tem outra coisa, que a água é quente. (...) água fria não tem mais, no ônibus. (...) eles trancam a torneira lá atrás, aí não tem mais água fria, aí a pessoa se sente mal por causa disso. [...] é bom, porque é ônibus novo que tem, agora o ruim é por causa da água (E6, 23 anos).

O trabalhador revela que no ônibus é disponibilizado água para os trabalhadores, porém, não em condições de temperatura adequada para o consumo. Assim, os trabalhadores não se beneficiam do fornecimento da água. Muitos trabalhadores optam por levar a água em garrações para beber durante a atividade.

No turno da noite, os trabalhadores também utilizam o transporte, que a usina fornece, para chegarem ao posto de trabalho.

O tipo de transporte? Eles têm o ônibus próprio, eles pegam aqui todo dia. [...] tem vários pontos na cidade. [...] Eu pego 23h10 min., 23h15 min., pra chegar antes do horário [o horário de trabalho inicia a meia noite]. Pra poder fazer a troca, às vezes atrasa, às vezes chega mais cedo, mas às vezes é aqui pertinho, aí chega 23h40 min.. Aí, quando é lá no Taquaral, a gente chega 00h10 min., chega no horário pra fazer a troca pra eles irem embora. [...] nós vamos até às 7h, aí nós já sai e outro já entra [outra turma entra para trabalhar]. O mesmo ônibus que leva um, traz o outro. O ônibus só vai lá levar e buscar (E2, 35 anos).

Os trabalhadores rurais, empregados nas atividades agroindústrias, exercem várias atividades na lavoura açucareira. Em tempos de safras trabalham cortando cana-de-açúcar, por cinco ou seis meses, e em épocas que não há o corte da cana, os trabalhadores exercem suas atividades em outras funções, como no plantio da cana, carpindo o mato ao redor da cana plantada e na aplicação de veneno.

Alguns trabalhadores da agroindústria canavieira, em época que não há safra do corte, eventualmente, exercem atividades na colheita da laranja. Assim, aqueles trabalhadores que têm contrato de trabalho temporário na safra de cana-de-açúcar, migram para outro tipo de lavoura, no caso a laranja, na região de Araraquara. Esses trabalhadores são registrados por seis meses na safra da cana-de-açúcar e ao final da safra, a usina encerra seus contratos de trabalhos. Isto motiva os trabalhadores a procurarem outro trabalho no meio rural, assim, passam os outros seis meses na colheita ou outra atividade na lavoura da laranja.

Quando se inicia a safra do corte da cana-de-açúcar, novamente esses trabalhadores são chamados pelas usinas para trabalharem na lavoura e, assim, são registrados novamente, por tempo determinado.

Nos depoimentos abaixo, são reveladas algumas atividades que os trabalhadores já exerceram no meio rural e que exercem atualmente na lavoura canavieira.

Nessa área que eu estou hoje, desde que eu vim pra São Paulo, eu trabalho nessa área. [...] 14 anos. [...] A cana, eu já cortei cana, já plantei cana. (...) já carpi cana. Todo trabalho de cana, eu já fiz, né? Aí depois foi pra colheita mecanizada. Eu mexo com máquinas. [mostrou o vídeo que filmou das máquinas, pois mostra para a família no nordeste, pois afirma que eles têm curiosidade pra conhecer o trabalho] (E2, 35 anos).

Eu entrei na usina na parte de recobrição, na enxada. Depois eu subi de cargo, já está com três anos e meio já. [...] na recobrição, as plantadoras passam plantando e a gente, depois vem uma turma recobrindo a cana que ficou descoberta. É manual, na enxada. Tem que cobrir, se não a cana morre. [...] Então, aí, eles passam por um teste de seleção e levam a gente pra poder treinar nas máquinas. [...] tem, eles exigem, pelo menos, tem carta, pelo menos D. [...] Eu regulo a quantidade de cana que cai no sulco, trabalho com veneno, por isso que agente usa roupa apropriada, EPI e tudo, é isso (E1, 23 anos).

Corte de cana, o plantio e diária, é carpir, essas coisas, limpeza na outra empresa, na usina. [...] quando não está em época de safra, ou é plantio ou então é diária, é carpir, ou ali limpar dentro da cana, limpar o carreador, deixar tudo limpo. Aí quando é safra, nós volta a cortar cana. (...) Que nem hoje mesmo, a gente foi bitucar, que chama bitucar, a bituca significa assim, a máquina pegou as canas, então ficou aqueles restos que caiu, aí nós vai catando e juntando pra a máquina tornar a pegar. E aí quando vai pegar os montinhos, a máquina pega. [...] do que a máquina pega, ela cai no chão, aí então fica esparramada, aí a empresa paga pra nós pra fazer aquele trabalho. Isso se chama bituca que é pra repassar o trabalho (E3, 22 anos).

Ah, eu já colhi laranja (...) tirando a laranja, é cana mesmo, sempre no corte, plantio. Sempre envolvido com cana, plantio também é cana (E4, 42 anos).

(...) na lavoura eu pode dizer que eu já fiz de tudo, né? Eu já cortei cana, já plantei, já plantei laranja, já colhi algodão, já colhi amendoim. Tudo o que você imaginar de lavoura, eu já fiz. [...] olha pode falar que foi dos 13 até os 38 anos eu ainda tava na lavoura (E13, 44 anos).

Teve um intervalo de um ano e pouco que eu trabalhei na Sadia, na laranja, mas pouca coisa, mas a maior parte sempre foi lavoura. (...) Além de cortar cana, no plantio, carpinar o mato na cana, porque antigamente era muito comum. Antigamente, você fazia um período cortando e um período de entressafra carpinando. Hoje em dia, é tudo herbicida, é difícil, mas antigamente era só seis e sete meses de safra e na entressafra só carpinava (E5, 44 anos).

Já apanhei laranja, já colhi café, já carpi, já fiz tudo. Tudo eu já fiz um pouco. [...] comecei com cana, depois eu ia pra laranja, depois eu ia pro café (E9, 39 anos).

Lá eu fiz tudo. Eu plantei cana, carpi cana, cortei, tudo. Fiz de tudo, eu fiz lá. [...] sempre com cana (E10, 41 anos).

Os trabalhadores também relataram a percepção que eles têm sobre o processo de trabalho na lavoura canavieira. Alguns salientaram o processo de trabalho manual na lavoura e outros acerca do trabalho mecanizado. Os trabalhadores que exercem suas atividades manualmente convivem diariamente com a presença de máquinas no ambiente laboral.

Cada vez mais há a presença de grandes máquinas modernas nos canaviais do interior paulista. Uma das transformações que vêm ocorrendo, nas últimas décadas, é a inserção da tecnologia no meio rural. Durante as entrevistas, os trabalhadores relataram com clareza a percepção deles acerca da modernização do processo de trabalho na cana-de-açúcar. Eles ressaltaram aspectos do processo de trabalho manual e do trabalho mecanizado na cana.

Tem a parte do solo, que eles preparam tudo a terra, vem com adubo, com enxofre, aí depois que prepara tudo (...) vem o corte manual, o corte mecanizado é a mesma coisa que a colheita faz, só que é tudo na máquina. A mesma cana ela corta pra moer, ela corta (...) é tipo de processo diferente, é a mesma máquina, aí a máquina vem sulcando, aí já planta, já sulca, já cobre, e já joga veneno. E no manual é diferente, eles vai corta a cana, a máquina vem pra colocar no caminhão, depois o caminhão desemboca até onde está plantando. O caminhão coloca num local perto, aí vem o manual no outro dia e vão jogando dentro do sulco (E2, 35 anos).

[...] a colhedeira é pra cortar ela. Essa é um gancho que pega, ela não colhe, ela só pega a cana e coloca em cima do caminhão. Essa máquina que pega cana, ela só pega a cana que nós corta, aí ela pega no chão e coloca no caminhão e enche o caminhão. Aí ela pega no caminhão, pro caminhão transportar pra usina. E nesse cortar fica as bitucas, aí nós volta catando de novo pra ela pegar e encher o caminhão de volta. [...] O plantio, a empresa tem um sulcador que também tem uma máquina que chama sulcador, que passa, faz aquelas valetas no chão, aí vai uma equipe, um vai jogando aquela cana que está no chão e jogando no buraco e vai outros atrás cortando ela, aí eles ganham por produção, o que der é nosso, então vai um na frente jogando aquelas canas tudo certinho ali e outros atrás picando, aí eles vem o sulcador e cobre ela, e depois que o sulcador cobre ela, nós volta recobrindo com a enxada pra não ficar nada de fora, porque do jeito que a máquina passa o sulcador, ela não deixa (...) não cobre direito, então fica cana fora do lugar, então, a gente tem que pegar aquela cana, colocar no lugar certo e passar a terra por cima pra não deixar nada de fora. [...] Depois da cana cortada, a máquina pega ela e coloca no caminhão pra transportar pra usina, pra fazer o álcool, o açúcar. [...] começa com o plantio, porque aí depois do plantio é que a cana começa brotar, que aí vai ver se tem mato, e nós vai limpar, caminhando por dentro, carpindo tudinho, depois deixa tudo limpo e todo ano nós corta cana, né? Então, quando chega na época de cortar, nós vai e corta, aí tem o rastrelador que alera a palha, né? E a cana torna brotar de novo pro ano que vem. [...] rastrelador, que alera as palhas, então junta as palhas, vai rolando assim, fica assim aquele triozinho de palha, aí ele livra dos brotos de cana que está pra botar. Aí a palha não fica em cima daqueles brotos de cana, então a cana vai brotar fora daquelas palhas, porque

atrapalha e a máquina tira tudo isso. [...] um ano. [...] depende, se for corte de cana manual, ela pode dá até cinco, seis anos, mas se for corte mecanizado, que a máquina corta, três, quatro corte, ela já (...) vai ter que arrancar tudo de volta pra plantar outras (E3, 22 anos).

É mais plantio, né? recobrição de cana. [...] é cobrir a cana, porque a usina até para plantar a cana é mecanizada, então aqueles pedaços que a máquina passa cobrindo que não cobre, a gente vai lá e recobre. Recobrição é isso aí. [...] às vezes manda lá pra indústria para limpar alguma coisa lá por lá, dentro da usina mesmo (E4, 42 anos).

Segundo Scopinho et al. (1999) a mecanização do corte da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, cada vez mais, avança e isso tem gerado discussões polêmicas entre os diferentes grupos sociais envolvidos com as questões relacionadas ao trabalho, a saúde e o meio ambiente.

O trabalhador da lavoura canavieira tem o conhecimento sobre o processo de trabalho no meio rural, pois em tempos de entressafra, ele acaba exercendo outras funções no meio rural, principalmente no que se refere ao plantio e a recobrição de cana, como demonstrado no último depoimento. O exercício de bitucar também é uma atividade muito conhecida no meio rural. As máquinas que pegam a cana-de-açúcar cortada pelos cortadores manuais não conseguem pegar toda a cana que fica jogada no solo, assim, os trabalhadores têm que ir atrás das máquinas, juntando novamente as bitucas que ficaram na terra. Depois, as máquinas voltam novamente para pegar as bitucas que os trabalhadores juntaram. Não é apenas no corte mecanizado que ainda é necessário o trabalho manual, mas também no plantio da cana. Há também a utilização de máquinas no plantio, porém não dispensa o trabalho manual, pois a máquina coloca a cana no sulco e o trabalhador ainda realiza o corte e cobre a cana para ela crescer, utilizando a enxada como instrumento.

(...) eu já cheguei a conversar com amigos, que falaram que não vai acabar [o trabalho do cortador manual], porque tem lugar que as máquinas não entra (E14, 35 anos).

Scopinho et al. (1999) realizaram pesquisas com trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto e destacaram a questão da modernização do campo. As máquinas agrícolas estão sendo, cada vez mais, desenvolvidas para que acompanhem as necessidades da agroindústria canavieira. Essa questão pode ser compreendida com as observações e os relatos dos trabalhadores entrevistados pelos autores.

A forma de plantar com sulcos rasos e espaçamento menor permite mecanizar o primeiro corte. No entanto, no primeiro corte procura-se evitar o uso de colhedadeiras para não compactar o solo e também porque as canas podem danificar a máquina por serem mais viçosas e pesadas. Segundo um dos entrevistados, a tendência é mecanizar a colheita

desde o primeiro corte porque deverá ocorrer uma ‘evolução’ da tecnologia no sentido de minimizar a compactação e também um aumento da pressão dos ambientalistas contra as queimadas (Scopinho et al., 1999, p. 149).

Semelhanças foram encontradas no discurso de um trabalhador que participou da pesquisa. O trabalhador relata que as primeiras máquinas agrícolas cortavam a cana, porém esta precisava passar pelo processo da queima. Com a modernização das máquinas, hoje se torna desnecessário queimar a cana antes do processo de corte. Mas ainda, em seu relato, destaca a presença da força de trabalho manual, pois há terrenos de plantações da cana em que as máquinas não conseguem chegar.

(...) porque é incrível aquelas máquinas, (...) porque elas cortam (...) as primeiras coletivas elas cortavam a cana inteira, precisava ser queimada [...] precisava, as primeiras [máquinas] e às vezes que era feito (...) hoje em dia, elas cortam cana picada, não precisa de (...) no transporte, amarra a carga (...) a cortadeira vai cortando, no trator, vai acompanhando, ele vai no caminho e despeja no caminhão, corta igual (...) cana na palha, cana rolo, corta qualquer (...) só não corta em muito desnível, mas logo eles inventam alguma que faça (E5, 44 anos).

Não acabou tudo porque acho que tem lugar que as máquinas não entra, aí precisa do cortador. Tem uns nível que é alto, aí a máquina não corta. Acho que tem lugar que as máquinas não vai e os cortador de cana vem pra poder [cortar] (E12, 43 anos).

Com a mecanização da lavoura, o trabalhador passa a dividir os espaços com as máquinas no campo. As máquinas não apenas são utilizadas para cortar a cana-de-açúcar, mas também para plantar a cana na terra.

Milhares de trabalhadores migrantes são contratados para o corte manual da cana no interior de São Paulo, porém, em virtude da legislação que prevê a extinção da queima da cana-de-açúcar e do aumento da mecanização na colheita, muitos desses trabalhadores estarão sem emprego no corte da cana, num futuro próximo (M.A.F. Moraes, Figueiredo, & Oliveira, 2009).

De acordo com M.A.F. Moraes et al. (2009, p. 22),

Diante deste cenário, uma questão relevante refere-se à grande proporção de trabalhadores migrantes, os quais, em sua grande maioria, além da baixa escolaridade, não têm qualificação para trabalhar em outras ocupações, dificultando a recolocação no mercado de trabalho, incluindo a colheita mecanizada.

Para o trabalho na colheita mecanizada é necessário ter o estudo completo do ensino médio e ainda ter habilitação para dirigir a máquina. Os trabalhadores se sentem motivados para

mudar de função, do corte manual para o corte mecanizado, não apenas por uma questão salarial, mas também muitos têm medo de perder o emprego na cana.

De acordo com Junqueira, Sterchile e Shiquida (2009, p. 95),

Sob a ótica social, a colheita mecanizada pode causar grande desemprego, já que uma colheitadeira é capaz de substituir eficientemente o trabalho braçal [...] Além disso, os trabalhadores que são mantidos no setor necessitam qualificar-se, em busca de condições para competir em um mercado com alto grau de tecnologia.

Já F. Alves (2008a) afirma que ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 verificou-se que não houve a total substituição de trabalhadores manuais por máquinas na lavoura canavieira, como se imaginava, e que nem foram suprimidas as queimadas no canavial como manejo do corte de cana. Para o autor, o que ocorreu na década de 1990 e se aprofundou nos anos 2000 foram taxas de desemprego elevadas e um violento processo de expulsão de trabalhadores da agricultura familiar.

A combinação destes dois elementos: expulsão de trabalhadores da agricultura familiar, de um lado, e desemprego, juntamente com uma mecanização parcial do corte de cana, de outro, disponibilizou um amplo contingente de trabalhadores para a agroindústria canavieira e permitiu a introdução de relações de trabalho que intensificaram o trabalho e reduziram salários, promovendo, a um só tempo, o aumento da produtividade do trabalho, a redução dos custos de contratação dos trabalhadores e a redução de salários (F. Alves, 2008a, p. 7).

Mesmo com a modernização no campo, há ainda a necessidade do trabalho manual na lavoura de cana-de-açúcar. Há lugares que as máquinas não chegam e, neste caso, é necessária a mão de obra do trabalhador rural.

O jornal Tribuna Imprensa da cidade de Araraquara no dia 04 de março de 2014 trouxe uma reportagem acerca de algumas reclamações de produtores com relação às queimadas da cana e ao corte manual.

Segundo a reportagem, os produtores de uma cidade da região de Araraquara estariam insatisfeitos com a proibição da queima e do corte manual de cana, que entrou em vigor em 2014 em todo o estado de São Paulo. Os argumentos dados pelos produtores revelam que para eles “a produção se torna inviável, já que uma máquina chega a custar R\$ 800 mil e o preço do corte dobraria. Além disso, a mecanização cortou milhares de postos de trabalho” (Produtores reclamam, 2014).

O presidente do Sindicato Rural de Araraquara, em reportagem da EPTV Central, afirmou que, “as máquinas hoje são feitas para grandes áreas. Pequeno produtor, aquele que depende de plantar cana em lugar de morro ou áreas muito pequenas, tem de procurar outra atividade, porque vai ficar inviável” (Produtores reclamam, 2014).

Esta é uma realidade discutida nos últimos anos, já que se trata de uma medida que faz parte de um protocolo ambiental assinado em 2007 entre o setor canavieiro e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente para eliminar a queima em áreas onde a colheita pode ser mecanizada. Ainda, segundo a reportagem, Boa Esperança do Sul, cidade da região de Araraquara, aparece como o município com a maior quantidade de focos de queimadas do estado de São Paulo (Produtores reclamam, 2014).

Mesmo com os debates sobre o fim do corte manual, vemos que ainda é indispensável o trabalho manual na lavoura canavieira, como mostram os depoimentos dos trabalhadores acerca desse trabalho.

Por este fato, Leite, Cabral e Sueti (2007) destacam que os impactos sociais causados pela mecanização da produção são eminentes, pois apesar de aumentar a produtividade do corte de cana, possui também algumas restrições, como: os danos sociais, pois muitos trabalhadores perderão seus empregos; os pequenos produtores não conseguirão acompanhar a evolução dos grandes produtores, e assim perderão espaço no mercado; as colheitadeiras mecânicas são mais eficazes em terrenos planos, o que evidencia que em terrenos íngremes, o corte de cana ainda vem sendo feito por mão de obra humana.

7.4.2 O cotidiano de trabalho

Os trabalhadores rurais relataram sobre suas jornadas de trabalho desde o momento em que acordam para se prepararem para a atividade na lavoura da cana-de-açúcar. Para compreender o trabalho na agroindústria canavieira é fundamental conhecer o dia a dia de trabalho desses trabalhadores, desde o momento em que acordam até o momento em que chegam à lavoura.

Acordava 4h, quando eu estava com o meu marido, porque eu tinha que fazer comida pra mim e pra ele. [...] ele corta cana até hoje, meu ex-marido. [...] nós ia, mas eu ia numa turma, ele em outra. (...) Então, eu ia pra roça, acordava, arrumava minha comidinha e ia, ficava lá no ponto esperando, ia pra roça cortar cana. Depois chegava a hora do almoço, eu almoçava, tirava um cochilinho [...] mas você não consegue dormir, só pra descansar mesmo. Aí trabalhava até no horário assim, ficava lá trabalhando, cantando (E8, 43 anos).

Primeiro, tem a física que a gente faz, né? (...) faz a física, abaixa assim, estica tudo, faz movimento com o corpo. Todo dia faz de manhã cedo, 15 minutos (...). Aí amola os facões, corta cana até o horário de almoço e vai almoçar e tem uma hora pra descansar. [...] eu aqui já tomo café com pão, aí lá para umas 9h eu faço uma merenda, como duas maçãs e três bananas, dá pra aguentar até umas 10h, 11h, se for meu horário, aí almoça (E4, 42 anos).

Nesses dois depoimentos, os trabalhadores relatam um pouco da sua rotina quando iniciam a jornada laboral. Primeiramente, ao acordar, eles preparam o almoço que levam para a lavoura e logo vão para o ponto de ônibus próximo às suas residências. Ao chegar à lavoura, eles fazem a ginástica laboral, durante 15 minutos, antes de iniciar o corte da cana. Em seguida, os trabalhadores devem amolar os facões para iniciar o corte de cana até a pausa do horário de almoço. O trabalho do cortador de cana inicia às 7h, porém, devido ao desgaste físico, E4 tem o hábito de fazer uma merenda por volta das 9h, se alimentando de frutas e por volta das 10h ou 11h come o almoço que trouxe em sua marmita.

Primeiro, a gente chega lá pra fazer a ginástica, né? Pra depois que a turma vai pegar o facão pra amolar (...) ele nunca deixou a turma chegar e pegar facão primeiro. Primeiro tem que fazer a ginástica pra depois pegar a ferramenta, que ele não deixa, porque não pode mesmo, porque se a turma pegar a ferramenta antes de fazer a ginástica, se o encarregado chegar dá bronca nele [no fiscal], porque não pode. [...] depois tem que amolar, porque não dá tempo. Tem uns que já pegam, amolam e já vão trabalhar. Já sai picando. [...] porque ali no plantio, porque agora está plantando, no plantio, aí vem o caminhão esparramando terra, fazendo uns montinhos assim, aí põe os homens pra ir esparramando. Aí, os homens vão esparramando e as mulheres vão picando atrás. Porque daí, ali não tem quantidade, porque tem uns montinhos, então, pega e vai esparramando tudo. [...] os homens esparramam a cana, vai pondo elas dentro do sulco. Como se fosse uma semente, só que vão jogando. E as mulheres vai picando [a cana] atrás. Porque têm que picar tudo os pedaços e deixa ali no lugar. Depois o trator vem e cobre pra cana crescer. Agora está mais no plantio, porque essa turma que eu entrei mesmo é mais na parte do plantio, porque tem turma que é mais o corte, e turma que é mais o plantio. Tem a turma do veneno, então essa que eu tô mesmo é mais no plantio. [...] ali é direto o plantio, só que dependendo do lugar que tiver barro, se houver muito, não rodar, aí eles põe a turma pra arrancar colonhão, pra catar bituca, catar bituca é catar cana que fica pra trás, no talhão. Às vezes as máquinas não rodam (...) pra fazer o preparo da terra, aí põe pra cortar cana, ou bitucar, arrancar colonhão, isso daí, porque lá faz de tudo um pouquinho (E9, 39 anos).

Há várias turmas na lavoura, divididas em plantio, corte e aplicação de herbicida na lavoura de cana. A atividade do plantio, segundo a trabalhadora E9, se resume da seguinte forma: os homens esparramam a cana, colocando-as no sulco, como se fosse uma semente. As mulheres vão atrás dos homens, picando a cana recém plantada. Em seguida, o trator passa

cobrindo com terra a cana para ela crescer. A trabalhadora relatou também o exercício de outras atividades no campo, quando há a impossibilidade de executar o plantio. Os trabalhadores, na lavoura, também “arrancam colonhão”, “catam bituca” e quando a máquina não é capaz de realizar a atividade, devido às condições do terreno, os trabalhadores têm que executar a atividade, pois nem todo o trabalho na lavoura, a máquina consegue fazer, por exemplo, alguns pontos do canavial, onde há a impossibilidade da máquina chegar. As máquinas passam no canavial, pegando a cana da terra, mas deixam restos de canas no solo e os trabalhadores “catam as bitucas” deixadas pelas máquinas. Por isso, ainda é indispensável o trabalho manual na lavoura da cana.

A prática da ginástica laboral é recente na lavoura de cana-de-açúcar como pode ser visto nos depoimentos abaixo.

Não. Chegava e cada um fazia o seu, marcava o eito, se quisesse comer, podia já sentar e comer (E11, 59 anos).

No finzinho, eu peguei. Os dois últimos anos eu peguei. Aí tinha que fazer, quem não fizesse, (...) se não fizesse hoje era advertência, se não fizesse amanhã era outra advertência, aí no terceiro dia, já era gancho [gancho é a advertência]. Então, tinha que fazer (E7, 52 anos).

Nos depoimentos acima, as trabalhadoras revelaram que na época em que trabalhavam na lavoura não havia o exercício físico antes do início da jornada de trabalho. Hoje a ginástica laboral deve ser realizada na lavoura canavieira. Uma trabalhadora relatou que no final do seu trabalho na agroindústria, a ginástica laboral estava começando a ser realizada no meio rural. E ainda destacou a obrigatoriedade de realizá-la, caso algum trabalhador se recusasse levava advertência, conhecida no meio rural como “gancho”.

Fazia laboral, ginástica laboral. [...] antes de começar 6h45 min., fazia 15 minutos, 20 minutos lá e depois você começa a trabalhar. [...] todo mundo, não pode ficar ninguém sem participar, porque se não participar pode até dar gancho. [...] Você tem que fazer, é obrigado. Toda firma faz essa ginástica. [...] Era bom demais. Eu não faço mais eu sinto falta, porque ali dentro da usina não faz (E8, 43 anos).

A ginástica laboral é realizada antes do início da jornada da lavoura com a presença de todos os trabalhadores rurais com duração de cinco, dez ou 15 minutos. São os próprios trabalhadores quem aprendem a fazer a ginástica para ensinar ao resto do grupo.

A ginástica, nós começa a movimentar (...) vários tipos de ginástica, cada ginástica é cinco minutos. O alongamento do corpo, pra não dar dores no corpo pra poder trabalhar. [...] cada turma leva duas pessoas na empresa, aí o instrutor vai lá e explica pra essas pessoas, e as pessoas da turma vai aprendendo a fazer a ginástica e puxando os outros pra fazer a ginástica, ensinar os outros a fazer e eles fazem também. [...] sempre é homem, mulher é difícil. A gente fica com cisma, com vergonha, nunca pedimos pra ir não. Cada seis meses é duas pessoas que vai, se for, se quiser aquelas duas pessoas passar o ano inteirinho, vai aquelas duas pessoas, senão o turmeiro troca. [...] é uma vez a cada seis meses. É feito lá na lavoura, quando a gente desce do ônibus, a gente chega no serviço, a primeira coisa, não pode encher garrafa, pegar facão, o turmeiro não aceita, primeiro é ginástica, aí depois que nós faz a ginástica, pega facão pra amolar, o turmeiro vai soltar o pega pra nós cortar cana [...] é o eito [o pega que a trabalhadora revelou é o eito da cana]. Cada pessoa fica no seu eito e vai embora (E3, 22 anos).

A gente sempre faz ginástica. Tem que fazer todo dia. Todo mundo é obrigado a fazer, aquele que não fazer (...) às vezes dura dez, cinco minutos. Todo dia direto. [...] às vezes é o turmeiro mesmo, às vezes pega alguém pra levar pra usina, pra turma, treinar lá pra depois dá um explicação pra turma (E9, 39 anos).

A ginástica laboral dura cerca de 10 minutos e todos os trabalhadores na lavoura são obrigados a fazer. Geralmente o turmeiro é quem comanda o exercício com a turma ou algum outro trabalhador vai até a usina aprender como se faz o exercício antes da jornada para repassar para os outros trabalhadores rurais.

Em outras usinas, a ginástica laboral não é obrigatória e, muitas vezes, os trabalhadores não realizam, por preferir irem direto ao corte da cana. O trabalhador salientou que muitos trabalhadores não gostam de fazer o exercício e que ele mesmo participa de vez em quando da atividade.

(...) dura cinco (...) lá no meio do canavial, faz quem quer. De vez em quando eu participo, outras não. [...] faz até bom, mas tem gente que não acha bom. Gosta de chegar e cortar a cana (E6, 23 anos).

Há outros trabalhadores que ressaltam a importância da ginástica laboral no ambiente de trabalho. No depoimento abaixo, o trabalhador revelou que quando trabalhava no corte da cana-de-açúcar, não havia a ginástica laboral como nos dias de hoje. Ele salientou a importância do alongamento como forma de prevenção da distensão muscular e o motivo de muitos trabalhadores rurais sofrerem com problemas de tendinite ou dores na coluna seria a falta do exercício antes do início da jornada de trabalho.

Na época em que eu trabalhava não. Agora tem. [...] eles fazem antes, por causa da distensão, é um alongamento. Hoje em dia, porque na minha época, chegava já

começava e é por isso que muita gente sofreu com isso, tem muita tendinite, problema na coluna. (...) é para fazer uma caminhada mesmo, eles orientam a gente a fazer um alongamento para fazer uma caminhada, que é o certo, né? (E5, 44 anos).

O trabalho nas plantações de cana-de-açúcar exige muito esforço físico dos trabalhadores. Durante a produção é comum o aparecimento de graves problemas à saúde do trabalhador, causado por fatores físicos, fisiológicos e psicológicos. Os fatores físicos consistem em limitações naturais do ser humano, como a força, o peso, o tempo de reação, tamanho, idade e visão. Os fatores fisiológicos são a fadiga, os produtos químicos, as doenças e condições ambientais. E os psicológicos consistem em conflitos pessoais, tragédia pessoal, problemas interpessoais, problemas profissionais, dificuldades financeiras e insegurança. E estes fatores são agravados, muitas vezes, pelo fato de o empregador não ter a consciência de que a produtividade do trabalhador está aliada a seu bem estar no trabalho (Leite et al., 2007).

Em relação aos fatores físicos, o trabalho na lavoura canavieira expõe o trabalhador ao aparecimento de problemas posturais, como também afirma Leite et al. (2007, p. 6), “com relação ao setor agro-açucareiro, a carga física de trabalho expõe o trabalhador ao aparecimento de distúrbios posturais a curto e/ou longo prazo”.

Os gráficos 4, 5 e 6, apresentados no capítulo anterior, revelam o registro de acidentes de trabalho rural por parte do corpo atingida. A coluna, o tórax, a costela são uma das partes do corpo dos trabalhadores que é lesionada devido aos acidentes de trabalho. Em conversa com os trabalhadores, eles confirmaram a existência de problemas de saúde relacionados com a coluna. Devido ao esforço físico do trabalho dos cortadores, eles relatam fortes dores na coluna, pois trabalham encurvados para poder segurar a cana com um dos braços e o facão com a outra mão.

Os trabalhadores do turno da noite cuja ocupação é no corte ou plantio mecanizado revelaram que os trabalhadores que realizam a atividade como operadores de máquinas agrícolas não fazem a ginástica laboral. Eles reforçam a permanência dessa prática apenas às atividades que são realizadas manualmente pelos trabalhadores, como no corte manual da cana, na recobrição, no plantio, etc.

Não. [...] na recobrição tinha, na parte do mecanizado, hoje acho que não tem (E1, 23 anos).

Quando eu trabalhava no corte, nós fazia, agora na colheita [mecanizada], nós não faz. [...] na nossa área não tem, tinha no corte manual, agora lá não tem. Porque lá é uma coisa controlada pra fazer isso aí, porque é assim, o horário é curto, e nós temos uma meta pra mandar naquele horário, a outra turma vai chegando, você vai descendo e já vai fazendo as trocas, aí já vai o pessoal pro ônibus e já vai embora, então, eles não

querem perder muito tempo pra isso aí, mas tá programado pra fazer ginástica no ano que vem. [...] era uns 15 minutos que fazia. [...] era bom, porque você acordava com aquele corpo meio preguiçoso, né? Aí já dava aquela animada, aquela agitada, começava com outro clima, né? Já dava uma clareada na mente, né? [...] era, era um espaço limpo, e todo mundo fazia junto, né? (E2, 35 anos).

No depoimento acima, o trabalhador salientou o controle que há sob a produção. Como o trabalho é realizado a noite, eles têm uma meta de corte da cana-de-açúcar para atingir durante a jornada de trabalho, pois as turmas são divididas, ou seja, a máquina não para, apenas quando há a troca de turmas. A realização da ginástica laboral levaria a perda de tempo e de produção para a usina. Quando este trabalhador realizava a sua atividade no corte manual, antes de ser chamado para o corte mecanizado, realizava o exercício físico antes do início da jornada e achava boa essa prática para alongar o corpo.

Com relação ao trabalho noturno, o cotidiano de trabalho, ou seja, a rotina desses trabalhadores é diferente daqueles que trabalham no período da manhã. A hora de lazer, o horário de almoço e de trabalho são realizados em outro período.

Então, eu acordo, faço o serviço da minha casa, o almoço. Às 14h30 min. eu já começo a me aprontar, porque meu pai pega no meu pé. A gente vai pro ponto 15h, aí aquele não é o ponto final. A gente sai daqui vai pra Américo, de Américo tem a separação da turma que vai (...) que é da parte das colhedoras, as partes do preparo do solo, e a nossa parte que é o plantio mecanizado. E chegamos lá, a gente confere as máquinas, vê se está caindo adubo, veneno, se precisa abastecer, a gente vai abastecer, depois a noite inteira controlando a quantidade de cana, se a cana estiver ruim tem que passar, se não, não. [...] a qualidade da cana, se ela estiver vindo boa ou se tem que mudar, se as colhedoras estão com facão ruim, alguma coisa assim (E1, 23 anos).

Neste depoimento, a trabalhadora revela que antes de iniciar a atividade, ela tem que conferir se a máquina está adequada para o trabalho. A trabalhadora cuja função é operadora de plantadora afirma que a noite inteira fica controlando a quantidade e a qualidade de cana. Os trabalhadores das máquinas colheitadeiras também devem ter o controle sobre o equipamento que trabalham. É obrigação dos trabalhadores verificarem as condições dos facões nas máquinas que operam.

Outro trabalhador, cuja função também é operador de máquina agrícola, afirma que antes de iniciar a atividade, ele deve verificar o equipamento, o óleo da máquina, a água e o rádio que se comunica com outros trabalhadores que também operam máquinas. O trabalhador também revelou que há um mecânico que fica a noite na lavoura caso aconteça algo com a máquina que necessite de conserto. O trabalhador passa a noite toda em cima da máquina, executando a mesma atividade, carregando e descarregando a cana-de-açúcar.

A hora que você chega, você olha o equipamento, se está tudo ordem (...) você confere tudo, confere óleo, confere água, aí você vai conferir se o rádio amador está funcionando, se não tiver você pega bateria pra ficar (...) pra entrar em contato, você preenche o cabeção da ficha, pra você começar a colher.[...] nós que olha tudo o que precisa, se tem problema, manda arrumar, aí nós começa a trabalhar. [...] tem o mecânico lá 24 horas. Tem um mecânico que fica lá com nós, tem o (...) bombeiro, que fica lá atrás para combater incêndio com nós também acompanhando. Até assim, quebrou, para, o mecânico já vem arrumar, se não der pra arrumar, espera pro outro horário, mas sempre tem algum lugar aí do seu lado, se der algum probleminha você chama pelo rádio, se alguém tiver que te socorrer. [...] a noite toda, você monta nela aí, só desce quando vai embora, às vezes dá pra ver o outro motorista pela janela. Você só carrega, descarrega, carrega e descarrega. [...] não queima mais (E2, 35 anos).

Outro aspecto importante é com relação à alimentação dos trabalhadores na lavoura. Após a ginástica laboral, é muito comum alguns trabalhadores almoçar parte da marmita, logo pela manhã, antes do início da execução da atividade laboral. No relato, a seguir, percebe-se que o trabalhador se queixa da pressão que sofre para iniciar o trabalho. Os fiscais ou turmeiros que fiscalizam a produção na roça, de acordo com o depoimento do trabalhador, não gostam que o trabalhador se alimente antes do início do trabalho, pois isso seria um motivo de perda de tempo na produção, principalmente, do corte da cana.

Minha esposa me acorda, bota a marmita na minha mochila, aí eu levo, chego no ponto e espero o ônibus. [...] então, chega, faz a ginástica e almoça um pouquinho, quem gosta de almoçar. [...] quem quiser pegar um pouquinho do almoço pode, quem quiser andar com a mochila também pode. [...] todo dia eu como um pouquinho, mas tem muito turmeiro reclamando, chegando e metendo fumo em todo mundo: “se quiser comer, vai comer na sua casa”. Desse jeito. [...]. Ele fala que a gente quer amanhecer o dia comendo. Ele quer produção. A gente chega e faz o que a gente tem de direito, fazer a ginástica, parar e comer um pouquinho. Só que ele não gosta, mas nós faz (E6, 23 anos).

Outras pesquisas, como de Almussa (2011), Galiano (2010), Rosa (2009) e Rumin (2004) destacam essa realidade na jornada de trabalho do trabalhador. A maioria dos trabalhadores faz a refeição logo no caminho para a lavoura.

O trabalho na lavoura envolve um desgaste físico no corpo do trabalhador. Nos depoimentos os trabalhadores relataram que já no ônibus, no trajeto para o trabalho no campo, eles tomam café e comem um pouco da marmita, antes mesmo do horário de almoço estabelecido pelo fiscal.

Aí chega no caminho eu começo a tomar café, eu tomo café no caminho com o ônibus andando e eu tomando café (E3, 22 anos).

Tomava no ônibus, antes de começar, café, pão. Você vai comendo no ônibus, porque chega lá 7h, tem que pegar e trabalhar, porque tem vez que passa da hora, né? Você tem que comer no ônibus. [...] eu comia um pouco da comida e depois no almoço eu comia o resto (E8, 43 anos).

Eu sempre carreguei minha garrafinha de leite com café, e dois pão de leite com manteiga, era a minha comida do dia. [...] eu comia com o caminhão andando, pra chegar lá e não perder tempo [...] tinha dia que era 5h30 min. estava comendo, entrava no caminhão 5h15 min. e subia no caminhão, punhava o garrafão lá no pé, a mochila em cima do garrafão, já abria o caldeirão, pra chegar a hora que o empreiteiro falar: “oh, oito número tal”, que era por número, né? “Oito número tal”, já era o meu, eu já estava ali e já ia com o facão amolado e já começava a trabalhar. [...] pra não perder tempo, não podia perder tempo, porque todo serviço é assim, se você ganha por hora, quanto mais você enrolar melhor, agora se você trabalha por metro e por peso, quanto mais você fizer é melhor (E7, 52 anos).

Um das justificativas que os trabalhadores usam para fazer a refeição já durante o trajeto é a de não perder tempo para iniciar o corte na lavoura.

Na atividade do corte da cana há a pressão por produção, além do ritmo intenso de trabalho. O cortador de cana ganha seu salário por produção, ou seja, ele depende da quantidade de cana cortada no dia de trabalho para obter um bom salário para sua família. A intenção do trabalhador ao se alimentar antes do início de sua jornada na lavoura não é somente ganhar tempo para cortar maior quantidade da cana, mas também porque naquele horário a sua marmita ainda permanece quente. Outro fator para eles almoçarem antes do trabalho, seria devido a perda da energia durante a jornada no corte ou na lavoura da cana-de-açúcar.

De acordo com Alessi e Navarro (1997), a justificativa para os trabalhadores realizarem a refeição antes mesmo da jornada é devido ao fato,

[...] de o trabalhador ter que levantar-se muito cedo, cumprir uma primeira jornada de trabalho em sua moradia, acrescido do tempo gasto com seu transporte até o local de trabalho, faz com que alguns deles, assim que chegam à lavoura, almocem antes mesmo de iniciarem o trabalho. Outros ainda, realizam tal refeição pouco tempo após o início da jornada e alguns costumam fazê-lo por volta das 11 horas. Tais diferenças apontam para diferentes estratégias adotadas pelos cortadores de cana para prepararem seus corpos para suportarem as agruras de seu trabalho (Alessi & Navarro, 1997, p. 117).

Há trabalhadores que não conseguem almoçar logo pela manhã, no início da atividade no campo, porém, no depoimento abaixo, a trabalhadora revela que não consegue almoçar esse horário, antes das 7h, início da atividade no campo, mas considera que isso seja mais saudável para o trabalhador, devido à perda de energia e o desgaste físico no corte da cana. A trabalhadora

aproveita para se alimentar do caldo da cana que está cortando no meio do canavial para saciar a fome até o horário do almoço.

(...) eu não consigo, mas é mais forte e mais saudável, né? Porque aí o trabalhador aguenta até a hora do almoço e como eu tomo café com pão, essas coisas, eu não aguento até a hora do almoço cortando cana, aí começa dá fome, aí começa a chupar uma cana pra matar a fome, até dar a hora do almoço, mas quem come um pouquinho da comida antes do almoço, sustenta mais (E3, 22 anos).

Em pesquisas realizadas por Alessi e Navarro (1997), as autoras também destacam o baixo valor protéico das alimentações dos trabalhadores rurais. Segundo as autoras, ao longo da jornada, o trabalhador se preocupa em repor as energias ao seu organismo. Como perdem muito líquido devido ao constante movimento braçal, os trabalhadores ingerem muita água. É costume também, entre os trabalhadores, levar garrafas de café para o eito de cana e às vezes chupar cana. “A prática de chupar cana se, por um lado, repõe a água e sais minerais perdidos pelo organismo, por outro, costuma provocar diarreias, devido ao seu alto teor de sacarose” (Alessi & Navarro, 1997, p.117).

Comia sim, e porque a comida tava quente, e tinha esse costume também. [...]. Às vezes a gente comia antes de começar a trabalhar. Comia no ônibus mesmo e ia trabalhar. Aí ia, porque assim, não tinha um horário assim específico. Você almoçava a hora que você queria, se não queria, se queria começar ir direto trabalhar também podia. Hoje em dia não, hoje em dia é obrigatório. O horário de almoço, o turmeiro buzina na condução e é obrigatório todo trabalhador parar para almoçar (E5, 44 anos).

Neste depoimento, E5 reforça esse costume de almoçar antes do início da jornada. Na época em que trabalhava no corte, o trabalhador afirmou que não havia horário fixo de almoço, ou seja, a pausa destinada para o almoço, durante a jornada, era definida pelo próprio trabalhador. Atualmente, os trabalhadores dispõem de horários fixos para essa pausa, estabelecidos pelas próprias usinas.

(...) para pra almoçar às 11h e volta 12h. [...] eu faço hoje [à noite] e amanhã eu só esquento ela, coloco na marmitta (E3, 22 anos).

É variado por semana, às vezes eu almoço 10h, aí retorna às 11h. Na outra semana, é 11h e volta 12h (E4, 42 anos).

Antes não tinha, mas agora tem lá no ônibus, abre a capota no ônibus pra todo mundo ficar na sombra. Então tem o horário das 10h e o das 11h. Aí reparte um pouco, um número lá do cinco até o número sete vai almoçar 10h e outro dia a pessoa muda [o horário] então, um dia você almoça 10h e outro dia almoça as 11h. Era assim. No almoço todo dia o mesmo horário (E8, 43 anos).

Na minha época a gente almoçava onde estava trabalhando, no local, no eito de cana, chamava eito de cana. Hoje em dia eles têm toldo, eles têm mesinha para almoçar (E5, 44 anos).

Lá, porque a gente está em 47 pessoas, então eles dividem, né? Cada dia a metade almoça às 10h, outro dia às 11h. Aí, que nem se nós pegar das 10h, é das 10h às 11h e quem vai das 11h, é das 11h ao 12h (E9, 39 anos).

Os trabalhadores salientaram como é a rotina do horário de almoço. As usinas possuem horários diferentes para a pausa do trabalho. A pausa do almoço, geralmente, é de uma ou duas horas e também há um revezamento do horário entre as turmas. Geralmente, o horário de almoço é das 10h até às 12h.

Durante as refeições, os trabalhadores consomem arroz, feijão, carne, macarrão e geralmente levam, nas marmitas, frango ou linguiça, por serem um pouco mais baratos. Alguns consomem peixes, verduras ou saladas.

[...] a única coisa que eu como é arroz e macarrão, só. [...] nem feijão, nem mistura, não gosto. [...] eu sempre comi essas coisas, mas depois da gravidez, eu fui sentir essas coisas da gravidez pra cá. Eu não consigo colocar feijão e nem mistura pra mim comer não. Eu só como arroz, macarrão e salada, que eu levo. Verdura, essas coisas, agora feijão e carne não (E3, 22 anos).

[...] Ai, varia, feijão com arroz, carne, às vezes peixe, frango, verdura. Tem que comer bastante, senão não aguenta não. [...] É no ônibus mesmo, porque no ônibus, tem uma cobertura do lado assim, que eles puxam que fica uma sombra lá, cheia de cadeira e sombra e tal (E4, 42 anos).

Eu levava arroz, feijão, que é o básico, tinha que ter todo dia, mistura, quando tinha carne, linguiça, carne de panela. [...] o tempo que cortava cana eu comia a hora que eu queria. [...] no pé do eito. Ali cabia a garrafa de café, caldeirãozinho de arroz, feijão, ovo frito, abobrinha ou quiabo o que tivesse, a mistura mais barata (E7, 52 anos).

[...] Eu levava verdura, carne de frango, quando não era, era linguiça. Eu gostava mais de linguiça, porque aquela linguiça lá dava uma appetite na gente. [...] levava arroz, feijão (E8, 43 anos).

[...] Eu levava de casa. [...] eu comia coisa normal, almoço era arroz e feijão, e a mistura era relativo, era o que tinha, às vezes carne, às vezes peixe, frango, o que tivesse. Era comum, como se a gente tivesse em casa (E5, 44 anos).

De acordo com Novaes, (2007b) a ingestão alimentar dos trabalhadores somada às exigências do trabalho na lavoura não repõe suficientemente as energias que o indivíduo perde durante os movimentos que executa para o corte na lavoura.

[...] quem trabalha no pesado no corte da cana não repõe as energias que o corpo perde. Em resumo: alimentação fraca, somada às exigências impostas pelo fiscal da turma, se traduz em cansaço, dores no corpo e da coluna, das câimbras e das tendinites (Novaes, 2007b, p. 168).

Os trabalhadores comentaram também sobre o local que realizam as refeições na lavoura. Algumas usinas, hoje, possibilitam que o almoço seja realizado nos ônibus. Há um toldo que é puxado do ônibus que pode ser estendido para evitar o sol. Algumas mesas e cadeiras são expostas em baixo desse toldo para os trabalhadores sentarem e fazerem suas refeições.

De acordo com Rosa e Navarro (2014), devido à falta de espaço para todos os trabalhadores na barraca e nas mesas onde é feita a refeição, os rurais são divididos em dois grupos: o primeiro faz a refeição no período das 10h às 11 h e o outro grupo, das 11h às 12h.

Muitos trabalhadores também afirmaram que, na época em que trabalhavam na lavoura da cana, não havia essa disponibilidade de almoçar em baixo do toldo do ônibus. Assim, as refeições eram realizadas no pé do eito, em baixo do sol em meio às canas-de-açúcar.

No primeiro depoimento abaixo, o trabalhador revelou que na usina em que trabalha não há regras quanto ao local para o almoço, ficando a critério do trabalhador optar por almoçar embaixo do toldo, sentado em uma mesa com cadeira na sombra, ou almoçar no eito de cana. Alguns trabalhadores optam por realizar as refeições no eito da cana, visando à produção e a meta do corte diário de cana, pois assim perdem menos tempo quando há essa flexibilidade nos horários.

[...] no ônibus, só que lá é tanto faz, a pessoa almoça no ônibus ou não, pode almoçar no eito. Se eu não quiser almoçar, eu não almoço. Se eu quiser almoçar, 11h, 11h30 min., 12h, pode estar almoçando (E6, 23 anos).

[...] Lá a gente almoça no ônibus, tem o toldo, abaixa a barraquinha. [...] às vezes eu levo feijão, uma carne, salada. Cada dia a gente varia. [...] não, porque lá tem o horário certo. [...] de manhã, às vezes tomo um café, tomo um pão, que a gente leva (E9, 39 anos).

Os trabalhadores do turno da noite, aqueles que operam as máquinas agrícolas, também possuem pausas para uma refeição na jornada de trabalho. A pausa para realizar a refeição é no horário das 20h quando no horário de verão, e às 19h quando permanece o horário normal.

No horário de janta dos trabalhadores, eles não optam por comida, como os trabalhadores do turno diurno, mas preferem consumir frutas, bolachas, chocolates e balas.

[...] tem, sim. Como agora não está na hora de verão, a gente tá parando das 20h às 21h, mas quando é no outro horário, a gente para das 19h às 20h. [...] no momento, eles não estão disponibilizando [marmitta], aí a gente leva de casa. Eu levo mais é fruta, bolacha integral, essas coisas (E1, 23 anos).

Eu levo uma banana, maçã, levo uma bolacha, às vezes, levo um pastel, um pão com presunto. Tem que levar alguma coisa pra comer, mesmo se eu não for comer, mas tem que levar. Levo chocolate na mochila, às vezes leva bala, mas tem que ter alguma coisa, às vezes eu nem como, fica na mochila. [...] às vezes me dá fome. Tem dia que eu fui e não comi nada, só tomo café, mas levo todo dia. Eu fico com medo de me dar fome, aí eu começo a ficar com fome, fraco, me dá fraqueza, começo a tremer, aí eu preciso comer, porque o médico disse que eu tenho que comer em duas em duas horas (E2, 35 anos).

Neste depoimento, o trabalhador do turno noturno, revelou que, muitas vezes, não se alimenta durante a jornada. O médico recomendou ao trabalhador se alimentar a cada duas horas para evitar fraqueza em seu corpo. O trabalhador conhece o limite de seu corpo e sabe que não se sente bem ao ficar muitas horas sem se alimentar durante a jornada de trabalho.

Uma trabalhadora salientou que, muitas vezes, não consegue se alimentar na lavoura, devido ao cheiro forte da cana-de-açúcar. Sentia o estômago embrulhar por causa da cana. O trabalho na lavoura é um trabalho cansativo para os trabalhadores, exige muito esforço físico, então, os trabalhadores ingerem muita água durante a jornada de trabalho, devido a perda de líquido do organismo.

Tem dia que eu nem comia, quando eu cortava cana, eu não comia quase nada, aquele fedor da cana, me embrulhava o estômago, você cansava, você bebia água, então você bebia água demais, você nem come direito (E8, 43 anos).

Pelo relato dos trabalhadores foi possível conhecer o seu dia a dia de trabalho, de uma jornada que se inicia já na madrugada, por volta das 4h quando o trabalhador já se prepara para o trabalho. O início do trabalho na lavoura canavieira inicia-se às 7h e o término é apenas ao fim da tarde, por volta das 16h ou 17h, quando a atividade no meio rural se encerra. Deve-se levar em consideração ainda o trajeto de volta para casa. Muitas vezes, o local de trabalho na lavoura não é o mesmo da cidade do trabalhador, tendo ainda que percorrer esse trajeto para retornar a cidade. Às vezes, quando o lugar é distante, a viagem pode durar até duas horas.

(...) parava às 16h, às 17h. O horário de sair era 16h, eu era a última a sair da roça [...] porque ficava trabalhando, eu ia na roça trabalhar, aproveitar o dia (E11, 59 anos).

(...) eles param 15h40 min. [...] Hoje, eu ouvi falar, que as usinas hoje em dia que é exigido, que não pode sair da cidade antes das 7h, não pode mais. Se sair antes do horário que consta que do seu horário de trabalho, você devia estar ganhando. Então parece que eles só saem da cidade às 7h e antes das 16h tem que voltar. Hoje é lei, já tem que estar dentro da cidade (E5, 44 anos).

Você chegava em casa 18h. [...] 15h40 min., que eu trabalhava. [...] a gente sabe o horário e nós mesmo para. Só que não pode parar antes do horário, se parar eles ficam bravo. [...] aí a gente esperava medir, somar, o homem dar o preço da cana, arruma lá e nós ia embora (E8, 43 anos).

Neste último depoimento, a trabalhadora revelou que a sua jornada de trabalho é superior a oito horas diária, pois após as 15h ainda os trabalhadores rurais continuam a atividade na lavoura e, muitas vezes, chegam a fazer uma ou duas horas a mais do horário previsto para o término do trabalho.

No depoimento de E8, ela afirmou que mesmo se o fim da jornada terminar às 15h40 min., os trabalhadores ainda têm que esperar pela medição da cana-de-açúcar que cada trabalhador cortou naquele dia. Feito isso, os trabalhadores seguem para o ônibus para o retorno a suas casas, e por esse motivo, chegam após as 18h. O tempo de trajeto para o trabalho rural somado ao tempo da atividade na lavoura eleva a carga horária de trabalho.

Os trabalhadores ainda quando chegam em casa, cansados da rotina desgastante na lavoura, ainda precisam lavar as roupas do trabalho, o sapatão e guardar as ferramentas para o dia seguinte. Alguns preparam o jantar que será o almoço do dia seguinte, cuidam das tarefas domésticas, dos filhos e do marido. Outros também aproveitam para sair com os colegas.

[...] a gente tinha maior cuidado, tinha uma mochila, pegava um pano velho, enrolava ele, por causa do corte, colocava na mochila e levava e chegava e guardava no lugar, escondidinho para as crianças não pegarem (E11, 59 anos).

Aí, às vezes eu lavo minhas roupas, quando a mulher não pode lavar (E4, 42 anos).

Quando chegava do trabalho, da lavoura. [...] às vezes saía sozinho ou com alguns [colegas], [...] Cortava cana e bebia para relaxar. (...) às vezes tomava um semana, ficava uma semana sem. [...] Isso é desculpa, quer tomar uma porque está frio (...) bebe água, não pode beber água para limpar a garganta, não tem nada a ver. [...] já usei essa desculpa muito. Eu falava: “vamos tomar uma para tirar a poeira da garganta”, isso é costume do (...) (E5, 44 anos).

No final da jornada de trabalho, quando chegam à cidade que residem, muitos trabalhadores paravam em algum bar com os colegas de trabalho. É muito comum no discurso

dos trabalhadores rurais o uso de bebida alcoólica como uma estratégia para “limpar a garganta”, devido a poeira da cana.

Em pesquisa acerca do uso de bebidas alcoólicas entre os cortadores de cana, Gonçalves (2000) destaca o uso do álcool no cotidiano do trabalhador rural após o trabalho e nos dias de folga.

Almussa (2011), em seus estudos acerca dos trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto, destacou também o uso frequente de bebidas alcoólicas entre os trabalhadores rurais pelo fato da bebida proporcionar uma sensação de relaxamento e de descanso. Faria, Rosa e Facchini (2009) também identificaram o uso de bebidas alcoólicas entre os rurais. Estes autores revelam uma possível relação entre alcoolismo e intoxicações por agrotóxicos em seus estudos, “[...] que indicam a importância de levar em conta o consumo de álcool na avaliação de intoxicações por agrotóxicos, devido à sobrecarga hepática e à neurotoxicidade resultante da ação de ambas substâncias” (Faria et al., 2009, p. 343).

De acordo com Dejours (1992), a necessidade de descarregar a agressividade provoca a contaminação das relações fora do ambiente de trabalho e também nas relações familiares. O autor ressalta que o recurso às bebidas alcoólicas, ou até mesmo o uso de psicotrópicos, é uma maneira de atenuar a tensão interna e o controle da agressividade.

Eu lembro quando eu estava trabalhando [na lavoura], que tinha gente que levava pinga com coca dentro do garrafão. [...] bebia escondido. Levava um garrafão de água e outro de coca com pinga. [...] teve uma época que no veneno levaram um garrafão de coca com pinga, a mulher ficou ruim. Aí levaram ela pro ônibus bebinha. Dormiu lá e depois voltou a trabalhar [risos]. [...] tem uns que já era acostumado a beber que saía do ônibus e já passava no bar e bebia e já ia bêbado embora (E12, 43 anos).

Seligmann-Silva (1994) também destaca o uso excessivo de bebidas alcoólicas como uma defesa utilizada pelos trabalhadores frente a situação de trabalho penoso e perigoso. Seligmann-Silva (2013) também fazem referência ao uso de bebidas alcoólicas como uma estratégia defensiva. “[...] problemas especiais, como a fadiga, têm sido objeto de atenção, assim como a questão do uso de bebidas alcoólicas em sua relação a certas vivências do trabalho, nas quais esse uso se configura estratégia defensiva muitas vezes de caráter coletivo” (Seligmann-Silva, 2013, p. 14-15).

Nesta pesquisa, sobre o costume de ingerir bebidas alcoólicas, muitos trabalhadores relataram ter o hábito de consumir frequentemente como pode ser visto nos depoimentos de alguns trabalhadores.

*Eu saio, asso uma carninha aqui, tomo uma cervejinha e pronto (E6, 23 anos).
Eu tomo uma cervejinha de vez em quando (E8, 43 anos).*

Já bebi muito, muito, mas faz tempo, hoje parei e não bebo mais nada. De álcool nada, cerveja não tomo mais nada. (...) Ah, eu bebia de tarde, qualquer hora, não tinha jeito, era viciado. [...] é, agora no serviço não podia, aí a pessoa não bebe, porque não pode. [...] quase todo dia. [...] eu vinha, tomava banho, ia lá e tomava uns goles por lá, trocava ideia com os amigos (E4, 42 anos).

Bastante gente faz isso, isso é cortador de cana, colhedor de laranja, é quem trabalha na indústria, é o vício maldito (E7, 52 anos).

O trabalho é considerado um dos fatores psicossociais de risco para o alcoolismo crônico. “O consumo coletivo de bebidas alcoólicas associado a situações de trabalho pode ser decorrente de prática defensiva, como meio de garantir inclusão no grupo” (Ministério da Saúde & Organização Pan-Americana da Saúde, 2001, p. 175). Além disso, o uso do álcool pode ser uma forma de viabilizar o próprio trabalho, em virtude dos efeitos farmacológicos próprios do álcool, como calmante, euforizante, estimulante, relaxante, indutor do sono, anestésico e antisséptico.

O Manual de Doença Relacionadas ao Trabalho, elaborado pelo Ministério da Saúde, destaca, entre os transtornos mentais e do comportamento, o alcoolismo crônico relacionado ao trabalho. Uma frequência maior de casos individuais de alcoolismo tem sido observada em certas ocupações, principalmente,

[...] aquelas que se caracterizam por ser socialmente desprestigiadas e mesmo determinantes de certa rejeição, como as que implicam contato com cadáveres, lixos ou dejetos em geral, apreensão e sacrifício de cães; atividades em que a tensão é constante e elevada, como nas situações de trabalho perigoso (transportes coletivos, estabelecimentos bancários, construção civil), de grande densidade de atividade mental (repartições públicas, estabelecimentos bancários e comerciais), de trabalho monótono, que gera tédio, trabalhos em que a pessoa trabalha em isolamento do convívio humano (vigias); situações de trabalho que envolvem afastamento prolongado do lar (viagens frequentes, plataformas marítimas, zonas de mineração) (Ministério da Saúde & Organização Pan-Americana da Saúde, 2001, p. 175).

7.4.3 Na lavoura: os tipos de cana-de-açúcar

Para compreender o trabalho rural na agroindústria canavieira é preciso conhecer as variações da cana-de-açúcar. O contato com os trabalhadores foi fundamental para compreender os diferentes tipos de cana que existem no meio rural. E são várias as terminologias que eles

utilizam para descrever essa variação da cana. Um vocabulário próprio no meio rural da lavoura canavieira.

Cana rolo, cana impezinha, cana em pé, cana tombada, cana nova, cana trançada, cana velha, cana pesada, cana grossa, cana fina, cana de soqueira, cana caída, cana reta, cana na palha, cana verde, cana crua, cana queimada, cana de 18 meses, cana de 3 anos e meio, cana bisada, cana de primeiro corte, sobra de cana, cana boa e cana ruim. Estas são algumas denominações de cana dadas pelos trabalhadores na sua descrição do trabalho. Elas refletem diferentes atributos da cana, como peso, idade, estado, que influenciam a atividade do corte, tornando-a mais fácil ou mais difícil (L.L. Ferreira et al., 2008, p.18).

Alessi e Navarro (1997) e Rumin (2004), em suas pesquisas com trabalhadores rurais da lavoura açucareira também destacam o rendimento dos trabalhadores com relação às variações do tipo de cana.

Os trabalhadores, ao relatarem sobre os tipos da cana, ressaltaram diferenças entre a rentabilidade no que tange ao salário por produção na lavoura, dependendo do tipo de cana que cortam. No depoimento dos trabalhadores observa-se a descrição dos tipos de cana e suas características. São vários os termos dados para grande variação dos tipos de cana-de-açúcar.

Os tipos mais comuns de cana, citados pelos trabalhadores, são: cana em pé, cana caída, cana pé de rolo, cana bisada, cana raleira, cana rabo de burro, cana acamada. Para os trabalhadores há diferença nos tipos de cana quanto à facilidade para exercer a atividade, principalmente, no corte de cana.

A cana em pé, para os trabalhadores, é a melhor e mais fácil de cortar, pois a cana é mais fraca, menor e mais fina que a cana pé de rolo. Já a cana pé de rolo é a cana que fica caída, a palha fica toda trançada e exige maior esforço do trabalhador.

Há também a definição de cana boa e cana ruim, conhecida no discurso do trabalhador. Existe cana que é mais velha, por exemplo, cana de quarto e quinto corte, devido aos vários cortes entre as safras, ela fica mais fraca que uma cana de primeiro corte. Para eles, a cana ruim seria a cana pé de rolo e a cana boa é para se referir a cana em pé.

Tem cana em pé, né? Aí tem a cana caída. [...] a cana rolo que é a mais difícil porque elas estão caída. Os lados ficam trançados e você tem que picar muito. Agora a cana em pé não, é melhor. Em pé é mais fraca também, às vezes tem falha. Então cana mais velha tipo quarto, quinto corte, elas são mais falhadas, canas menores, mais finas. [...] então a gente fala cana ruim e cana boa, cana caída e cana em pé (E5, 44 anos).

Agora esses pé de rolo que ficam enrolado, não corta muito não, né? Porque não vai, mas paga mais também, né? [...] porque não rende, né? Porque quanto mais ruim,

pesada, porque a cana também tem que ser pesada, cana leve não paga nada, se ele for chocha assim por dentro, não paga nada (E8, 43 anos).

Depende da cana. [...] tem cana em pezinho, que você (...) com 11h, você tá com um lado aqui daquele trevo, dependo da cana [quis dizer que neste horário já cortou bastante cana]. Mas tem aquela que você nem faz nem três metros, aquela bisada. [...] a bisada, a cana cai pra cá (...) cai tudo, você pode cair em cima, sacudir, ela cai toda no chão. A outra é a cana raleira. [...] a raleira é desse tamanhinho [mostrou com as mãos]. Você olha pro lado e vê quem é que tá lá no final. Aí, corta mais rápido, ela tem 1,60 metros. E cana bisada, você não faz 50 metro não (E6, 23 anos).

[...] Tem cana em pé e cana acamada, cana sapé. [...] a sapé é aquela cana que não está crescendo mais, ela fica desse tamanhinho [mostrou com as mãos], então é chamada de cana sapé, a gente já corta e já no outro ano já não presta mais, tem que arrancar e plantar de novo. Tem a cana rolo, é a cana que quando ela tá forte ela tá e agarra toda no chão, e é chamada de cana rolo. A cana acamada é aquela cana que ela fica um pouco acamada, mas não chega a cair no chão, é chamada de cana acamada. [...] ah, é a sapé. [...] não, às vezes não, porque não dá preço, faz a metragem, mas o preço é pequeno demais, não dá (E4, 42 anos).

Nesses relatos verifica-se também que os trabalhadores comentam quanto a facilidade para cortar a cana dependendo do tipo da cana. Em um dos depoimentos acima, o trabalhador revelou que quando corta a cana em pé, consegue cortar uma maior quantidade de cana até o horário das 11h, isto porque há a facilidade no ato de corta-lá devido esse tipo ser mais fácil para o cortador. Mas se refere a outro tipo de cana, conhecida como bisada, que é uma cana que fica caída e que o trabalhador tem mais dificuldade para realizar o corte, portanto corta uma menor quantidade dela. Outra cana que ele relata, é a cana raleira, outro tipo de cana cujo tamanho é bem menor que os outros tipos. Nesta cana, o trabalhador também consegue cortar maior quantidade de cana.

Tem a cana de rolo, cana em pé. [...] ah, em pé, né? A que tá em pé é a que rende mais. Aí paga um pouquinho menos, porque a cana de rolo paga um pouco a mais. Mas é assim. [...] eu prefiro a de rolo porque paga mais. [...] o preço depende da cana. [...] cana rolo é mais difícil, é a que paga mais. Agora a cana mais em pé paga menos. [...] depende da cana, eles pagam R\$ 0,30, R\$ 0,40 [centavos]. E a rolo, na base de R\$ 0,60 (E9, 39 anos).

Tem diferença, tem as canas em pé, tem cana mais fina, tem uma que chama rabo de burro, pequenininha, com uns feixinhos assim, isso não rendia de jeito nenhum, mas era o terreno que era por metro. E a cana rolo, cana rolo é pesada pra caramba. [...] ela é boa, só que ela rendia mais no preço. Aí por fim eu peguei uma prática de cana rolo, que você não precisava dar muito, não fazer muito metro, mas o preço compensava. E tem cana em pé que é grossa. [...] A cana rolo é tudo tombada, é cana grossa que cai com o vento e que a gente chama de cana rolo. As outras são em pezinho, mas tem fina e tem grossa. São boas, quem corta muita cana, nossa (...). O máximo que

eu consegui cortar de cana foi 150 metros. [...] a cana leve fica em pezinha, só que fica vassourada, acho que cana mais velha, ela não cresce muito (E11, 59 anos).

Segundo os trabalhadores, a cana em pé é a cana-de-açúcar cuja metragem cortada no dia é superior aos outros tipos de cana, porém o valor dela é inferior. Assim, o trabalhador corta uma maior quantidade, por ela ser mais fácil de cortar, porém recebe um salário menor. Já a cana tipo pé de rolo é a cana mais difícil para se cortar, porém o valor salarial dela é maior, pois é uma cana-de-açúcar mais pesada.

Há diferenças salariais quanto ao preço pago pelas usinas com relação ao tipo de cana cortada na lavoura. A maioria dos trabalhadores recebe o salário por produção e isso depende não apenas da quantidade de cana-de-açúcar cortada, mas tem relação com as variações do tipo da cana.

Ah, tem cana aí, que ela vai dar R\$ 0,70 e poucos centavos o metro, tem cana que só dá R\$ 0,30 e pouco, tem umas que só dá R\$ 0,18, tem umas que dá R\$ 0,20 e pouco e umas que dá R\$ 0,30 e pouco, vai de acordo com a cana, né? [...] não, às vezes não, porque não dá preço, faz a metragem, mas o preço é pequeno demais, não dá (E4, 42 anos).

Cada dia era um preço, depende da cana. [...] a cana rolo, depende do peso lá na usina, né? Eles pesam lá primeiro. Eles pesam lá e depois vem ele e vai ver quanto vai pagar para o povo. Eles pesam a cana na usina primeiro. É, sempre foi produção. [...] Era R\$ 0,10 [centavos], pagava R\$ 0,15 o metro. [...] quanto mais você cortava mais você ganhava. [...] (E8, 43 anos).

De acordo com Alessi e Navarro (1997, p. 118), “a produtividade varia dependendo do tipo de cana disponível para o corte. As ‘canas em pé’, cultivadas em terrenos regulares, são as que propiciam maior produtividade que, logicamente é menor quando a cana encontra-se “acamada” e cultivada em terrenos irregulares”.

As autoras ainda destacam que o trabalho com a cana deitada ou acamada exige um esforço maior do trabalhador, pois “não é possível o corte simultâneo de vários colmos quando esta se encontra ‘deitada’ ou ‘acamada’. Em tal situação os colmos devem ser cortados individualmente, implicando em maior desgaste e menor produtividade da força de trabalho” (Alessi & Navarro, 1997, p. 117).

Segundo Rumin (2004), a cana pé de rolo pode reduzir os rendimentos do trabalhador entre 20% a 60% em virtude da dificuldade e do esforço que o trabalhador realiza para cortar esse tipo de cana.

Para M.A.M. Silva (2008), apesar de os critérios científicos e técnicos terem aperfeiçoado as variedades de cana, visando ao aumento do teor da sacarose, as canas não

possuem o mesmo peso e nem se encontram da mesma forma no momento do corte, pois há canas deitadas, em pé, trançadas, as quais exigem diferentes esforços dos trabalhadores. Algumas usinas exigem que as canas fiquem amontoadas e não enleiradas, em leiras, para facilitar a ação dos guinchos quando a cana é recolhida e depositada nos caminhões.

Existe também a diferença quanto ao tipo de jornada de trabalho que os trabalhadores rurais exercem. Há a jornada em que os trabalhadores trabalham por produção ou por diária na lavoura. Quando é por produção, o trabalhador recebe de acordo com a metragem que ele cortou de cana e essa quantidade de cana cortada depende do tipo de cana-de-açúcar, como dizem os trabalhadores, se ela é boa ou ruim, cana em pé ou cana pé de rolo.

De acordo com F. Alves (2007), a partir da década de 1990 houve grande aumento da produtividade do trabalho. Os trabalhadores precisavam cortar no mínimo dez toneladas de cana por dia para manterem seus empregos, essa média expandiu-se para 12 toneladas. Desta forma, percebe-se que,

[...] mesmo cortando quase o dobro de cana que cortava na década de 80 (dez toneladas de cana por dia hoje versus seis toneladas de cana por dia em 1980), atualmente o trabalhador tem salário inferior ao piso salarial pago naquela época (F. Alves, 2007, p. 39).

O autor destaca ainda que houve, entre as décadas de 1980 e 2000, um forte aperto salarial para os cortadores de cana.

Apenas os trabalhadores que cortam mais de 12 toneladas de cana por dia conseguem ter um salário próximo ao piso praticado na década de 1980, e é necessário perceber que 12 toneladas de cana correspondem exatamente ao dobro da produtividade média na década de 1980 (F. Alves, 2007, pp. 39-40).

Quando é por produção é produção e quando é por diária, a diária sai por R\$ 27,74 o dia. Quando está cortando cana, nossa diária é 30, 40, 50 [metros], dependendo da cana, né? Se for boa, vai. Até 80 [metros], vai fazendo o quanto você puder, mas quando a cana é ruim, aí a gente vai mais devagar. [...] porque cana boa, é cana em pé, é raleira e a cana ruim, como nós diz, ela é (...) chama pé de rolo, ela é deitada, toda trançada e muito difícil pra cortar. Ela é deitada. Aí, cáí tudo e fica aquele bolo. Aí chama pé de rolo, ela rende mais, porque paga mais, né? Porque a cana em pé, a usina paga R\$ 0,40, R\$ 0,45 e numa cana deitada, pé de rolo, paga R\$ 0,80, R\$ 0,90 o metro. [...] ah, se eu tiver na cana boa, eu tiro meus 100 metros, 120, 130, dependendo, agora na cana pé de rolo, aí eu vou mais devagar, faço meus 40, 45 [metros]. (...) na cana boa mesmo, eu corto, porque lá eu chamo por metro, né? tem vez que eu corto 170 metros, 220 metros, dependendo. E na cana deitada 40, 50, 60 [metros], depende. E depende do preço [da cana]. Aí, vai dependendo, se for mais fraca, pequena, é R\$ 0,40, R\$ 0,45,

vai depender do talhão de cana e da cana que é mais pequena, mais fina, agora quando a cana em pé, e mais pesada, eles pagam um pouco mais pra nós (E3, 22 anos).

Sim, tinha [diferenças salariais]. Mas que nem eu estou falando pra você, aí ia do empreiteiro. Ia dá sorte do empreiteiro que você estava. Se é um cara honesto, cada cana tinha um preço, mas se era um cara desonesto, ele baseava a bondade da primeira e a ruindade da terceira e jogava tudo ali na média, pagava tudo um preço médio, porque calhava de você cortar os três tipos de cana num dia só. Primeiro talhão em pé, segundo talhão deitado e terceiro talhão pé de rolo. Então num dia eu podia cortar os três tipos de cana (E7, 52 anos).

Neste último depoimento, a trabalhadora relatou certa desconfiança do empreiteiro quanto a honestidade de repassar o valor da cana-de-açúcar aos trabalhadores. Os trabalhadores cortam, durante a jornada de trabalho, vários tipos de cana, o que possibilita a falta de controle do trabalhador quanto ao peso e o valor que cada tipo de cana tem naquele dia.

Rosa e Navarro (2014) destacam que os trabalhadores “[...] dizem cortar de ‘de 100 m a 200 m’ de cana e que ao cortarem cana ruim, referida como ‘deitada’, quantidade diminui para 50 m ou 60 m” (p. 149).

Vários estudos destacam a diferença da produtividade de cada trabalhador em relação ao seu rendimento salarial. No estudo de Rosa (2009), com trabalhadores da região de Ribeirão Preto, também foi destacado a questão da produtividade e do rendimento salarial dos trabalhadores rurais. O autor faz referência ao valor pago a cada tipo de cana cortada. “A produção desses trabalhadores é mensurada em metros, mas os salários têm o peso (toneladas) como base de cálculo. Por se cortar diversos tipos de cana os preços são estipulados de acordo com a dificuldade na realização do corte” (Rosa, 2009, p. 59). Assim, o preço da cana pé de rolo é mais caro que a cana em pé e a cana tombada.

Outra diferença encontrada no discurso dos trabalhadores quanto ao preço médio da cana é com relação ao corte da cana crua e da cana queimada. O valor da cana-de-açúcar queimada, quando a cana passa pelo processo da queima antes de ser cortada manualmente, é menor do que a cana cortada crua, quando ela não é queimada antes do corte.

Rosa (2009) conclui que há diferença entre o valor da cana cortada crua e da cana queimada. A cana crua tem um valor maior em seu rendimento. Pode-se perceber pelo relato da trabalhadora a questão da diferença salarial.

E quando começava a cortar cana pra plantar, que a cana era crua, até então essa cana era queimada, e pra plantar a cana, você não pode queimar ela, senão ela não nasce, tem que cortar ela crua. Aí a cana que custava R\$ 0,70 queimada, custava R\$ 1,40 crua, o metro. Porque na cana queimada, uma pé de rolo, você corta 60 metro por dia, quem corta muito, corta 80 [metros]. E na cana crua, você não anda mais de 40 metro, mas

não vai, você pode rezar, pedir ajuda que não vai. Quem cortava 40 metro tinha ganhado o dia dobrado (E7, 52 anos).

Para M.A.M. Silva (2009), a própria variedade da cana-de-açúcar se torna uma causadora de acidentes de trabalho, provocando lesões nos olhos dos trabalhadores, devido as folhas que envolvem a cana. “Outro grande causador de acidentes é a própria cana-de-açúcar, pois as folhas causam sérios danos aos olhos dos trabalhadores” (M.A.M. Silva, 2008, p. 24).

No relato abaixo, a trabalhadora relata sobre se machucar ao cortar a cana na palha, devido às folhas estarem entrelaçadas.

[...] era bem melhor [quando queimava], na palha não, você se cortava tudo, aquelas folhas verdes passava no rosto. Agora ela queimada, até as folhas dela murchava, ficava queimadinha. [...] as folhas dela parece uma navalha, quando ela tá verde. Agora, ela queimada, ela murcha, então não sobra. Cana crua, era direto no rosto, passava naquela folha assim, você abraçava a cana, te queimava. Era melhor quando tava queimada (E13, 44 anos).

Os trabalhadores salientaram também a metragem de cana cortada em um dia de trabalho na lavoura. O salário deles também sofre variações, pois às vezes cortam a cana por produção ou às vezes cortam por diária, na qual o valor do dia de trabalho é fixo.

No fim da jornada de trabalho, a cana cortada pelos trabalhadores é medida pelo fiscal ou turmeiro. Às vezes o caminhão pega a cana na lavoura e a leva para ser pesada na usina, ou a cana é medida no canavial por meio do compasso. O trabalhador também pode acompanhar a medição da cana que ele cortou em seu talhão.

Eu sei que eles mediam lá, eles pesam a cana, vinha por peso. Então, eles pagam tanto por metros cortado, de determinado peso da cana. Se ela pesa mais, paga mais, se ela pesa menos, paga menos. [...] Vinha a máquina, punha no caminhão, aí é medido aquele tanto que o caminhão levou. Chega na usina, ele é pesado, o tanto que deu a tonelada por metro. Vê quanto aquela tonelada deu, porque tem uma tabela de preço e é tirado dali. Cana mais nova, elas são mais fortes, são mais pesadas, aí paga mais (E5, 44 anos).

(...) o turmeiro. [...] ele mede com compasso. Ele passa medindo no meio da gente até se a pessoa está meio em dúvida, vai contando os passos. Aí conta os passos e dá certinho com o que ele botou no caderno e confirma quanto é que a pessoa cortou. [...] (E3, 22 anos).

Eles medem. Porque tem um compasso deles medir, cada compasso é dois metros, aí fica medindo. [...] Depois o caminhão que vai pegar. [...] depois que a gente vai ver, depende do esforço da pessoa. Quem quiser saber, pergunta pro fiscal, mas é muito

difícil eles perguntar, aí eles só vão saber quando dá o pirulito. [...] pirulito é um papelzinho que eles põe a metragem, tudo, valor, aí é assim (E9, 39 anos).

Rosa e Navarro (2014, p. 149) salientam que,

De forma geral, os trabalhadores não sabem fazer a equivalência entre a quantidade de metros cortados e o peso equivalente em cana. Como a unidade de medida para o pagamento do corte da cana é a tonelada, os cortadores desconhecem a forma como é calculado o valor de seu salário.

Os trabalhadores recebem o “pirulito” informando a quantidade, em metros, de cana cortada e o valor do preço da cana-de-açúcar. O termo “pirulito” é muito comum no vocabulário do meio rural. Trata-se de um papel que o cortador de cana recebe no fim da sua jornada contendo todas as informações sobre o seu trabalho, a metragem que ele cortou e o salário que receberá por essa metragem.

A quantidade de cana é medida por metros. Os trabalhadores afirmam que quando a cana está boa, ou seja, uma cana em pé, eles conseguem cortar por volta de 150 a 200 metros de cana e, em alguns casos, 300 metros. Já a cana que eles consideram mais difícil, a cana pé de rolo, a metragem gira em torno dos 50, 70 metros de cana cortada.

F. Alves (2008b) revela os artifícios que as usinas usam na conversão entre metros, toneladas e reais, o que dificulta o controle do trabalhador sobre sua produção. Para o autor, “o pagamento por produção efetuado na colheita da cana foi cientificamente desenvolvido para que o trabalhador não saiba previamente quanto produziu e não possa controlar o seu pagamento e o seu processo de trabalho” (F. Alves, 2008b, p. 37).

De acordo com Novaes (2007b), as particularidades do corte manual, em um contexto de modernização e intensificação da produção, implicam em novas formas de controle do trabalho no corte da cana. Dentre essas formas, tem-se o ganho pela produtividade, pela metragem e pesagem da cana cortada. “Somando-se a esses critérios o tipo da cana cortada, tem-se a referência para calcular o salário. Assim, a lógica da eficiência do corte manual é determinada pelo lema: ‘Quanto mais se corta, mais se ganha’” (Novaes, 2007b, p. 171).

O pagamento por produção torna-se um sistema construído pelas usinas para ludibriar o trabalhador. Por isso, a remuneração por produção se torna um dos mais perversos mecanismos de exploração dessa classe trabalhadora e também um dos mais perversos do sistema capitalista.

No caso do corte de cana, F. Alves (2008a) afirma que “[...] adota-se uma forma de pagamento por produção um tanto bizarra, na qual os trabalhadores só sabem quanto ganharam muito tempo depois de realizado o trabalho” (pp. 2-3).

Como cada trabalhador recebe pelo que produz, ao comparar os salários de todos os empregados, as usinas sabem quais são aqueles que cortam mais cana e os que cortam menos. Esta seleção por produtividade torna-se importante para as usinas, pois assim, os empregadores podem manter somente aqueles cortadores mais produtivos e demitir aqueles que não conseguem atingir os índices de produtividade que são estipulados (Guanais, 2012).

Esta forma de remuneração por produção permite um controle rígido sob os trabalhadores exemplificada por meio da quantidade de cana-de-açúcar cortada no dia, ou seja, há uma diária mínima que deve ser atingida pelos trabalhadores. Com o passar dos anos, a média teve um aumento considerável.

O ato de cortar cana resume-se à sequência de gestos, curvatura do corpo, manejo do podão, destreza, rapidez, dispêndio de força. É necessário cortar um certo *quantum* de cana, diariamente, que é determinado pela usina. Ademais, exige-se um cortador de boa qualidade: alguns centímetros acima do chão para facilitar uma excelente rebrotação, o aparar das pontas, montes ordenados para facilitar o carregamento feito por máquinas (M.A.M. Silva, 1999, p. 201).

Entre o final da década de 1990 e 2000, a produtividade do trabalho dos cortadores de cana saltou de 6 toneladas de cana/homem/dia para 12 toneladas e o piso salarial caiu de 2,5 salários mínimos, no ano de 1986, para 1,2 salário em 2006. “Hoje, para um cortador manter-se empregado no corte de cana é necessário que ele corte um mínimo, que varia entre 9 e 10 toneladas de cana/homem/dia” (F. Alves, 2008a, p. 8).

Ao longo dessa década de 1990, ocorreu também, segundo F. Alves (2008a), uma brutal redução do poder de barganha dos assalariados rurais e do conjunto dos trabalhadores brasileiros, o que permitiu a adoção de novas formas de organização do trabalho e consequentemente levaram ao aumento da produtividade.

De acordo com F. Alves (2006), um trabalhador que corta seis toneladas de cana-de-açúcar, em um eito de 200 metros de comprimento e seis de largura, considerando uma cana de primeiro corte, de crescimento ereto, caminha durante o dia uma distância cerca de 4.400 metros e despende, aproximadamente, 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, um equivalente a 66.666 golpes por dia.

Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem de, a cada 30 cm, abaixar-se e torcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disso, ele ainda amontoa vários feixes de cana cortados em uma linha e os transporta até a linha central. Isso significa que ele não apenas anda 4.400 metros por

dia como transporta nos braços 6 toneladas de cana em montes de aproximadamente 15 kg a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros (F. Alves, 2006, p. 95).

As autoras Alessi e Navarro (1997) também destacam a quantidade em toneladas que um cortador de cana corta diariamente.

[...] um trabalhador corta, aproximadamente, 8 toneladas/dia (6 toneladas/ dia no caso do trabalhador do sexo feminino). Alguns trabalhadores, entretanto, conseguem atingir a marca das 14 toneladas/dia (10 toneladas/ dia no caso do trabalhador do sexo feminino) (Alessi & Navarro, 1997, p. 118).

Ah, 200 e pouco [metros], depende da cana, né? Se fosse uma raleirinha, de pezinho, você corta até 300 metros (E8, 43 anos).

A metragem que eu consegui, o meu máximo 360 metro [no dia] e nesse dia eu tirei R\$ 180,00[reais]. [...] vem no salário, porque lá todo dia 20 fecha a quinzena, o pagamento. Aí fecha o pagamento e quando é dia cinco, vem aquele que nós tem. [...] com o total que nós recebemos naquela quinzena (E3, 22 anos).

Era oito, nove, não podia cortar menos de oito [toneladas], mas de oito pra cima (...). [...] é variado, porque tem cana, que tá mais ruim, tem a cana que ela tá melhor, daí varia, né? [...] aí, vai uns 300, 400, 200 [metros] e quando tá ruim é 80, 50, 100, 120 [metros]. [...] Vareia de acordo com a cana. [...] eu devo ter atingido umas 20 toneladas por dia. [...] senti muito cansaço, viu? (E4, 42 anos).

Isso depende a cana. A cana de 18 meses, eu não tirava mais que 30 metros. A cana de 18 meses, ela é muito grossa e muito pesada. [...] vixe, ela é grossa, cumprida e pesada. Mais que 30 metros eu não cortava. [...] do primeiro corte era. Aí as outras eu tirava 100, cento e pouco metros (E10, 41 anos).

150 metros. Cana rolo era na base de 70, 75 [metros], mas dava uma diária boa. A que cortei era cana em pé, leve. (...) aí, eu aproveitei (E11, 59 anos).

Olha, queimada, porque agora não está podendo queimar mais, mas queimada mesmo, eu já cheguei a tirar a 400 metros, depende da cana (E9, 39 anos).

Alguns trabalhadores, que cortaram cana-de-açúcar, em anos anteriores, afirmaram que a quantidade de cana era medida por toneladas, mas hoje, pelos relatos de outros trabalhadores percebe-se que a usina se baseia por meio de metros de cana cortada.

F. Alves (2006) destaca que, muitas vezes, os trabalhadores sabem que cortaram uma quantidade de metros elevada, mas como a cana pode ter pouco peso, por exemplo, cana de quinto corte, o rendimento salarial é pequeno.

Desta forma, fica claro que o pagamento por produção, além de ser uma forma de pagamento arcaica, perversa e desgastante. No caso da cana é mais perverso ainda, pois o ganho não depende apenas dos trabalhadores, mas de uma conversão feita pelo departamento técnico das usinas (F. Alves, 2006, p. 93).

F. Alves (2006) ainda destaca inúmeros casos de desavenças entre trabalhadores e usinas devido essa conversação de toneladas de cana em metros. Segundo o autor, esse motivo foi responsável pela deflagração de uma outra greve⁷¹, no ano de 1986, que começou na cidade de Leme e Araras, interior do estado de São Paulo e se alastrou por outras cidades e regiões canavieiras do estado e do país.

Naquele tempo eram toneladas. [marido⁷²: 18 toneladas]. Você sabe que uma tonelada é 1000 quilos? E teve um tempo que a usina (...) não pegava quem cortasse menos que 13 toneladas. Hoje não tem mais. (...) mas aqui na usina (...), se falar pra você: “olha, estou cortando 20 tonelada”, você pede pra ver, porque é mentira. Não corta mais não. [marido: antes cortava]. Quando eu cortava cana, não podia cortar menos de 13, e eu cheguei a cortar 27 toneladas de cana no dia. É muita cana, deu um caminhão, as duas julietas e mais outra julieta. Eu cheguei a cortar 27 toneladas de cana. Os dois dias que eu cortei mais cana. Na usininha eu cortava 26 toneladas todos os dias. (...) porque a cana era tratada, não tinha cana rolo, todo ano era arrancada a cana e plantada de novo. Era 26 toneladas todo dia. Agora aqui na Usina (...), eu cortava 19 toneladas todo dia. E na turma do (...), eu cortava 23 toneladas todo dia. [...] era 800 metros de cana por dia. Só quatro homens na turma que cortava mais cana do que eu. Os quatro primeiro eito era de homem, o quinto eito já era meu (E7, 52 anos).

A trabalhadora revelou que a usina apenas contratava quem cortava a partir de 13 toneladas. A trabalhadora já chegou a cortar 27 toneladas em apenas um dia. Essa quantidade, em toneladas, era frequente no dia a dia da trabalhadora, chegando a cortar por volta de 26 ou 23 toneladas de cana por dia, principalmente, quando a cana era nova, plantada todo ano. Destacou também, ser a quinta melhor cortadora de cana da turma em que trabalhava. Os eitos eram dados aos trabalhadores de acordo com a média diária que eles cortavam na lavoura. E ela se destacava como uma trabalhadora que superava o limite de meta esperada pelas usinas.

Alguns trabalhadores que se destacam no corte da cana-de-açúcar recebem algum tipo de premiação da usina quando superam a meta estabelecida pela usina.

⁷¹ Na greve de 1986, os trabalhadores reivindicavam o pagamento por metro de cana cortado e não por tonelada. Essa reivindicação era simples: cada metro de cana cortada, dependendo do tipo de cana (cana de primeiro corte, cana de segundo e demais cortes, cana de ano e meio, cana de dois anos, cana caída e enrolada) teria um preço definido no acordo coletivo de trabalho. Os trabalhadores, ao final do dia receberiam um recibo (pirulito), no qual ficariam gravados a quantidade de metros cortados naquele dia e o valor do metro de cana naquele eito (F. Alves, 2006, p. 94).

⁷² O marido da trabalhadora esteve presente e participou da entrevista junto com a trabalhadora, ex-cortadora de cana.

Varia, tem época que a cana fica fraca, só chove, se chove, você não ganha. Se chove, você ganha pelas horinhas, essa horinha acho que está três e pouco agora no corte de cana. Então assim, se você ganha por hora, você não ganha nada, é muito pouco, então você tem que produzir pra ganhar. [...] meu máximo, acho que foi 1400 contos, meu último salário de quando eu saí pra colheita mecanizada. [...] eu já cheguei a atingir até 18 toneladas, teve um mês que atingi, o mês inteiro, acho que foi 21 toneladas, acho que foi em 2004. (...) Aí eles reuniu nós, levou a gente pra Araraquara, que selecionam os melhores de cada turno, aí eu ganhei um jantar (E2, 35 anos).

O trabalhador da colheita mecanizada sofre o controle da organização do trabalho que visa a maximização dos lucros. Com relação a experiência hierárquica, presentes no meio rural, e as exigências de produtividade, Dejours (1992, p. 75) destaca,

No caso de indústrias onde o trabalho é submetido a um ritmo imposto, podemos considerar que as relações hierárquicas são fonte de uma ansiedade que se superpõe, de rendimento, aos prêmios e bonificações. É uma ansiedade superposta na medida em que a supervisão tem por encargo específico manter esta ansiedade com relação ao rendimento de cada trabalhador.

Os trabalhadores que operam as máquinas agrícolas também têm metas a serem atingidas durante a jornada de trabalho. Os operadores de máquinas colheitadeiras e que trabalham no turno da noite, também têm uma metragem de cana para cortar durante o turno, porém para aqueles que trabalham nas máquinas, a medida é em hectares e não em metros como é para os trabalhadores manuais. Os depoimentos abaixo revelam a quantidade de cana-de-açúcar que os operadores de colheitadeira devem cortar no dia de trabalho.

Por produção, a gente tinha que ter dois hectares por dia. Andar dois hectares. [...] aí, eles mediam a quantidade de ruas que você fizesse e aí dividia, né? (E1, 23 anos).

Eles medem a cana, eles tiram uma média, eles medem aquilo ali, e tiram uma média, aí o caminhão vai e pesa na balança e tira uma média, só que depois eles pegam o que você cortou, eles pesam tudo, o tanto que deu aquele talhão de cana, aquela quadra e eles pesam tudo e divide por metragem e por hectare e sabe quanto é que deu, aí eles separam as suas toneladas. Aí todo mês vinha a tonelada que você estava atingindo. [...] eu tirava 1200, 1300 contos (E2, 35 anos).

Nos depoimentos de cortadores de cana manual e dos operadores de máquinas agrícolas percebe-se que há diferenças salariais. Os operadores de máquina colheitadeira recebem um salário superior ao dos cortadores manuais. O grau de escolaridade também é um fator que colabora para essa diferença.

Os operadores de colheitadeira, apesar de terem metas a serem atingidas, recebem salário fixo que gira em torno de R\$ 1.800,00 a R\$ 1.900,00 ao mês.

Não. É fixo. [...] Sai entre R\$ 1.800,00, R\$ 1.900,00 por mês. [...] só os cortadores são por produção e a turma da recobrição também é produção. [...] lá a gente tinha que fazer (...), por exemplo, a gente ganhava R\$ 3,88 e tinha que ter no mínimo dois hectares por dia pra ganhar um salário até que bom. [...] ganhava R\$ 3,88 por hectare. Por hectare não, a diária seria R\$ 3,88 (...) a hora, né? (E1, 23 anos).

Não, nós ganhamos hora fixo. [...] Acho que dá uns R\$ 1.800,00 contos na usina (...) vareia por causa dos feriados. [...] os cortadores ganha por produção (E2, 35 anos).

Os cortadores manuais recebem o salário por produção quando estão trabalhando no regime de empreita ou recebem salário fixo quando trabalham em regime de diária. A base salarial deles é em torno de R\$ 700,00 a R\$ 800,00 ao mês. Quando conseguem atingir uma boa meta de corte de cana-de-açúcar recebem um salário melhor que varia de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.200,00 ou um pouco mais.

Olha, quando faz desconto, eu pego uns R\$ 700,00, R\$ 800,00 (E3, 22 anos).

Ah, vai dar aí R\$ 1.000,00 livre por mês. [...] É eles falam que é produção, mas produção vem o quê, vem mês mais, outro menos. [...] quando está cortando é de acordo com a metragem, aí, agora partiu para outro serviço, aí fica fixo. [...] ah, se soltar bastante, ganha bem né, um pouco mais. [...] vai aí uns R\$ 1.200,00, R\$ 1.250,00. Se soltar mesmo a cana pra cortar a vontade (E4, 42 anos).

O salário dos trabalhadores manuais varia, pois eles dependem da safra do corte para conseguir um salário melhor. Quando estão realizando outra atividade, entressafras, o salário mensal passa a ser fixo, recebendo uma diária de R\$ 25,00, segundo o depoimento da trabalhadora rural.

Ah, dava pra tirar a base de 600 e pouco [reais], depende né? Do serviço também, [...] depende porque às vezes nós tá plantando, cortando, depende o que faz. Cada vez, cada tempo é mais a diária, né? Daí dá pra ganhar bem menos. [...] a diária agora aumentou tava R\$ 22,00, agora foi para R\$ 25,00. [...] É produção. Quando é empreita é mais produção, quanto mais render mais a gente ganha. Agora se não render (E9, 39 anos).

Assim, dava pra tirar o básico, não dava pra tirar muito, mas o básico dava. [...] Assim, eu pegava R\$ 300,00 de pagamento, R\$ 180,00 de vale, e só (E10, 41 anos).

Nos relatos dos trabalhadores também se verificou uma diferença salarial com relação há décadas anteriores no trabalho rural com a cana-de-açúcar. Em décadas passadas o cortador de cana recebia um salário muito melhor do que recebe hoje.

Eu recebia [bem]. Quando eu cortava cana, minhas crianças não andavam mal arrumado, nem mal vestido, nem comia mal e eu pagava aluguel, água e força e conseguia guardar um dinheirinho pra quando acabasse a safra, os dias que eu ficava parada eu tinha o que comer. [...] Era por produção. Se você trabalhasse mais, você ganhava mais. Se você não aguentasse trabalhar, não ganhava nada, nem diária (E7, 52 anos).

O salário baixo dos trabalhadores rurais faz com que eles se sintam insatisfeitos com o trabalho. De acordo com Seligmann-Silva (1994), os salários baixos e outros problemas relacionados à saúde de pessoas da família contribuem para a fadiga do trabalhador, “o baixo nível salarial impede qualquer lazer e distúrbios de saúde em pessoas da família também contribuem para levar ao ‘esgotamento nervoso’” (Seligmann-Silva, 1994, p. 26).

A questão do salário baixo na lavoura canavial faz com que alguns trabalhadores exerçam outras atividades para complementar a renda. Alguns trabalhadores entrevistados realizam alguns bicos nas horas vagas, entre o período de trabalho na lavoura, como forma de receber um salário maior.

Eu mexo com música também, a gente tem um grupinho aí, toca por aí fora, [...] toca forró. Eu toco guitarra só. [...] Finais de semana, feriado. [...] ajuda um pouco, né? Sempre ajuda (E4, 42 anos).

Eu monto móveis. [...] eu estou por conta. Eu estava ano passado, entrava as quatro, aí quando eu saí pra ir pro turno da noite, eu saí (E2, 35 anos).

7.4.4 Macetes – um jeitinho para trabalhar

Com relação ao trabalho executado pelos trabalhadores, apesar de haver o trabalho prescrito, sobre o corte da cana-de-açúcar, percebeu-se, nos depoimentos dos trabalhadores rurais, outra forma de executar a atividade na lavoura, ou seja, no meio rural, assim como em qualquer outra atividade, há o trabalho prescrito, mas também o trabalho real, ou seja, os trabalhadores aprendem o exercício do trabalho no dia a dia.

O trabalho prescrito deve-se cumprir os objetivos das tarefas respeitando as prescrições, as instruções e os procedimentos. O trabalho real é definido como o que resiste ao conhecimento, ao saber. Segundo Dejours (2007, p. 30), “[...] sejam quais forem as qualidades da organização do trabalho e da concepção, é impossível, nas situações comuns de trabalho, cumprir os objetivos da tarefa respeitando escrupulosamente as prescrições, as instruções e os procedimentos [...]”.

Os trabalhadores, em meio ao exercício de sua atividade, desenvolvem alguns macetes para cumprir o seu trabalho, visando à facilidade para executar a atividade laboral. Os trabalhadores criam estratégias, durante a execução do trabalho, para obter um bom rendimento na produção.

De acordo com Dejours (1992) esse conhecimento adquirido pelo trabalhador, faz com que ele deixe de executar o funcionamento exato do processo. Segundo o autor, os trabalhadores “aprendem, espontaneamente, ao longo do tempo e por hábito, uma série de dicas, que são a forma pragmática e operatória do saber do trabalhador” (p. 105).

Nos relatos abaixo, verifica-se alguns macetes descobertos pelos trabalhadores rurais para encontrar a melhor maneira de realizar o seu trabalho no canavial.

A cana em pé é assim (...) mas também depois que você aprende a trabalhar, a cana deitadinha pra um lado só, você vai embora, viu? Quem não sabe fica pra trás, mas todo serviço tem que ter uma manha. Você descobriu a manha do serviço (...) eu descobri. Na cana deitada, eu trabalhava de fasto [...] eu virava, olha, o eito de cana é aqui, em vez de eu virar pra lá [de frente], eu virava as costas, ia trabalhando aqui e jogando pra lá [relatou que andava de costas e não de frente]. [marido: jogava ao contrário]. [...]. Eu precisava descobrir um jeito porque eu estava sozinha, com dois filhos pra tratar, eu tinha que descobrir um jeito de ganhar dinheiro. Mas tem a cana em pé, que pros cortador de cana que (...) corta a cana, a cana em pé é melhor de trabalhar. Tem a cana deitada que pra quem descobre a manha, vai do mesmo jeito que vai na em pé. E tem a pé de rolo que é pé de rolo mesmo, ela é assim trançada. [mostrou com os dedos]. Quem tem manha, vamos supor, se tiver que fazer monte, de cana, que antigamente os montes de cana tinha que dar dois metros e meio (E7, 52 anos).

Era com o facão mesmo, com o podão, então, você vai trabalhando e pega o jeitinho de entrar na cana e depois você acostuma. (...) Quando você entra no eito, você mesmo descobre o jeito de trabalhar. Fazia, você vai pegando o jeito, pica, pica ela assim por baixo e arrasta ela pro lado, depois corta de lado, vai virando, sem virar muito em volta, sem perder muito tempo. (...) Aquelas canas mais grossas, batia assim, e pegava ela e já aprendia dar os tombos nela e era uma beleza. Ia lá longe, depois ia voltando, cortando de volta correndo. [...] era cinco ruas, cortava três e deixava duas, ia cortando e ia pondo tudo assim, depois você voltava, você batia assim em cima, batia e jogando na terra e depois voltava, tirando as pontas e depois voltava tirando a outra, tomando de novo e tirando as pontas. Três ruas a gente já ia cortando, fazia canoa. Ia embora, ia até uma distância aonde ia dar o dia. A gente ia mais ou menos, não ia muito, senão, não dava conta de cortar, ficava o resto pra trás (E11, 59 anos).

Nestes dois depoimentos, as trabalhadoras relatam o macete que aprenderam no corte para facilitar o trabalho, garantindo um bom rendimento na metragem de cana-de-açúcar cortada. Elas salientaram que quando o trabalhador aprende esse “jeitinho” para cortar o tipo de cana que eles citam como a mais difícil, como a cana pé de rolo, o trabalhador consegue

realizar um bom trabalho durante a jornada, de uma forma que ele se desgaste menos para atingir a meta estabelecida pela usina para corte de cana naquele dia.

Almussa (2011) ressalta que os trabalhadores rurais da lavoura da cana aprendem as atividades laborais no cotidiano de trabalho, ou seja, na prática do dia a dia.

Os trabalhadores aprendem o trabalho na lavoura por meio dos macetes. Segundo Dejours (1992, p. 105),

[...] ao longo de sua experiência e tempo de trabalho, o operário associa os comentários dos colegas, sobre a qualidade final do produto, aos barulhos da máquina. Este saber não está escrito, não se formaliza, mas simplesmente circula entre os trabalhadores, quando existe um ambiente de trabalho onde há companheirismo. A transmissão desses conhecimentos é puramente oral. O conjunto de macetes assim acumulados e coletivamente partilhados pelos trabalhadores é o que faz a fábrica funcionar.

Outros trabalhadores rurais relataram outras formas de realizar o trabalho.

[...] tem gente que corta de abraçar [a cana], mas eu não gosto de abraçar muito, porque dói o meu braço, fica tudo roxo. Eu pego de duas e três ou quanto cabe na minha mão e passo o facão e jogo ela lá no monte (E3, 22 anos).

Com o facão você corta o pé da cana, segura com a mão ou com a braçada um monte, cortava ou jogava na leira. Aí voltava pro corte, ou às vezes pega para cortar em baixo, em cima e jogava para fazer na leira (E5, 44 anos).

Antes de cortar tem que limpar. [...] tem uns que cortam na mão e têm outros que já abraçam. Que nem eu agora, eu não estou cortando, por causa da cirurgia que eu fiz na mão, mas quando eu cortava mesmo, antes de eu fazer a cirurgia, eu cortava mais abraçada e depois jogava no chão, pra depois cortar a ponta, porque eu não aguentava de dor na mão. [...] tem uns que cortam e tira a ponta na mão, mas tem uns que joga no chão pra depois tirar a ponta. Quando é pouquinho assim, o fiscal não liga, mas se jogar de bastante assim, ele vai e pega no pé, porque não pode (E9, 39 anos).

Os trabalhadores revelaram o trabalho real como eles executam no dia a dia de trabalho na lavoura. Uns preferem cortar a cana abraçando-a em montes, enquanto outros optam apenas por segurar alguns feixes de cana-de-açúcar. Uns revelam a preferência por cortar a cana, andando de costas; outros jogam a cana na leira para cortar as pontas, enquanto há aqueles que preferem cortar a ponta da cana no alto.

No último depoimento, de E9, a trabalhadora revelou o “jeito” de trabalhar em virtude das dores nas mãos que sentia, assim foi necessário criar estratégias para cortar a cana, para que minimizassem as dores. Outra trabalhadora, E3, também revelou a preferência por segurar uma

quantidade de cana menor, pois sentia dores nos braços ao ponto do braço ficar com manchas roxas nos braços.

7.4.5 Ritmo de trabalho

Durante a realização da coleta de dados, percebeu-se aspectos fundamentais do processo de trabalho dos trabalhadores rurais na lavoura canavieira.

Uma das características do mundo do trabalho tem sido a intensificação da exploração da força de trabalho. Os trabalhadores rurais têm metas a serem atingidas na lavoura da cana-de-açúcar, como já foi discutido, e isso leva a modificações nas condições de trabalho, no que tange às formas de organização e controle sobre o processo de trabalho sob os trabalhadores.

Os trabalhadores rurais, que recebem o salário por produção, destacam um ritmo intenso no trabalho, pois acabam se esforçando mais na lavoura para atingir a meta que a usina exige, mas também para receber um salário melhor.

Alessi e Navarro (1997) salientam que o trabalho no corte da cana é marcado por um ritmo acelerado, e que deve estar perfeitamente articulado com as exigências de matéria-prima para a industrialização do açúcar e do álcool.

O corte da cana é apenas uma parte de um processo industrial altamente organizado, demandando todo um preparo logístico. Durante toda a jornada o trabalhador repetirá exaustivamente os mesmos gestos. Abraçar o feixe de cana, curvar-se, golpear com o podão a base dos colmos, levantar o feixe, girar e empilhar a cana nos montes. Essa sequência contínua de movimentos torna o trabalho repetitivo, monótono, automatizado. Tais movimentos, conjugados com a exposição às inclemências meteorológicas e às inerentes a própria atividade, levam o trabalhador a diminuir seu limiar de atenção, aumentando a possibilidade de ocorrência de acidentes, seja com o próprio podão assim como por picadas de animais peçonhentos (Alessi & Navarro, 1997, p. 117).

Nos depoimentos a seguir, os depoimentos dos trabalhadores salientam um ritmo intenso proporcionando um desgaste físico e psíquico do corpo, ou seja, um desgaste e cansaço do corpo e um estresse provocado pelo trabalho. Aqueles que recebem o salário por produção tinham que atingir a meta estipulada naquela diária para receber um salário com um valor mais alto, caso não conseguisse o trabalhador recebia o salário base.

(...) é assim, nós ganhava por produção, quanto mais você se esforça mais você ganha, só que você tem maior desgaste físico no corpo (E2, 35 anos).

Era por produção. [...] ah lá, você tinha que fazer o tanto lá, se você fizesse, você ganhava, senão não ganhava. Então, tem que se matar (E10, 41 anos).

Olha, que nem eu estou falando pra você, eu tinha necessidade de trabalhar e em qualquer uma delas, eu tinha que rasgar porque eu tinha que pagar aluguel, cuidar de duas crianças sozinha aqui no estado de São Paulo e não podia pedir ajuda pra ninguém e nem deixar meus filhos passar falta de nada, porque o ex-marido queria voltar comigo e ameaçava de me entregar pra Justiça, se as crianças passassem falta de alguma coisa e eu não queria voltar com ele, então eu tinha que me danar, tinha que trabalhar (E7, 52 anos).

(...) tem que ser acelerado, porque se a pessoa quiser ganhar, tem que acelerar ali, porque senão não ganha. (...) quando a gente está com coragem, quando não está com dor, quando não está com nada, aí dá pra render. Cansa mais. Tudo pra poder ganhar, porque tem que lutar (E9, 39 anos).

Ah, era intenso assim. É intenso assim, você sabe que você está trabalhando basicamente para você, produção. Se você faz mais ganha mais; faz menos ganha menos. Então, era intenso. Então tinha que trabalhar. Tinha dia que a cana estava melhor, você se esforçava mais. Com cana mais ruim é mais difícil, então aí vai um dia pelo outro. Ah, hoje a cana está boa, vou aproveitar, você se esforça mais. Amanhã ou depois, a cana está mais ruim, você maneira, trabalha mais devagar, porque não tem como (...) é um dia pelo outro (E5, 44 anos).

Quando a cana estava boa, termo usado por eles para se referir a cana-de-açúcar em pé e a que eles têm mais facilidade para cortar, os trabalhadores se esforçavam mais para atingir a metragem estipulada, visando o salário no fim do mês. E quando a cana estava boa, eles aceleravam o trabalho para compensar a quantidade de cana cortada quando ela estava ruim, que seria a cana tipo pé de rolo, cujo trabalho fica mais difícil.

O ritmo intenso de trabalho também é relatado pelos trabalhadores que manuseiam as máquinas agrícolas na lavoura canavieira. Esses trabalhadores também têm metas a serem cumpridas.

Ah, é razoável. Tem dia que é meio (...) bem solicitado, tem dia que tem muito caminhão, tem dia que tem bem pouco, dá até pra dar uma boa descansada, andar até. [...] no final do dia eu fico um pouco estressada, quando tem muito caminhão, porque você trabalha muito e não desce muito da máquina, né? Então você fica muito tempo sentada e ouvindo aquele barulho de cana, e aí no final do dia, você está até um pouco estressada. [...] quando tem muito caminhão, não [risos] (E1, 23 anos).

É acelerado, é muita cobrança, cobrança assim, porque nós temos uma meta pra mandar no horário. Cada horário tem um tipo de meta pra mandar. Tem dia que a gente não atinge, dependendo o local. E a usina tem um controle (...) ela tem a quantidade certa pra moer, isso ela depende da gente. [...] no nosso horário, nós temos que mandar, acho que umas 800 toneladas, nessas 6h40 min. Acho que é 850 toneladas no nosso horário. Tem que atingir essa meta, às vezes a gente consegue até mais, às vezes a gente

não consegue. [...] ah, não conseguiu, né? Fazer o quê, mas a gente tenta, às vezes quebra muito a máquina, tem dia que não consegue, às vezes faz mudança (...) nessas horas é, tem pressão, o cara te cobra no rádio, aí a gente fala: “oh, estamos aguardando, tem caminhão na frente pra carregar”, então tem a cobrança disso aí, porque tem máquina quebrada e você tem que mandar aquela meta. [...] Você acaba acostumando com a pressão (E2, 35 anos).

Os dois trabalhadores que manuseiam as máquinas agrícolas ressaltaram que há dias que a cobrança é maior com relação às toneladas de canas-de-açúcar que encaminham para a usina.

No primeiro depoimento, a trabalhadora E1 revelou a presença de muitos caminhões na lavoura. Como os trabalhadores que operam as máquinas no campo passam muito tempo sentados dentro das máquinas, ela destacou também um desgaste físico do corpo, por ficar muitas horas sentada dentro da cabine da colheitadeira e também um desgaste psíquico em virtude do constante ruído de várias máquinas operando juntas na lavoura, provocando um estresse no fim da jornada de trabalho.

Em estudos realizados por Scopinho et al. (1999) relatam que no corte manual, o rendimento do trabalhador depende de sua agilidade e a forma de pagamento por produção é utilizada como um meio de intensificar o ritmo do trabalho. Já no corte mecanizado, o ritmo do trabalho é intensificado pelo uso da máquina, o que permite remunerar por tempo e não por produção.

Os autores, baseando-se nos depoimentos dos trabalhadores que entrevistaram para a realização de uma pesquisa com trabalhadores rurais, destacam que aqueles que exercem a atividade no corte mecanizado percebem o trabalho como penoso assim como no corte manual. Isso pode estar diretamente relacionado ao grau de controle que o trabalhador tem sobre o processo.

De acordo com Vilela, Laat, Luz, Silva e Takahashi (2015), os trabalhadores rurais, migrantes que vêm de outras regiões do país, têm os contratos de trabalho formalizados após o período de experiência de três meses na atividade e, neste período, ocorrem baixas na equipe, especialmente daqueles que participam pela primeira vez da atividade. Isto pode ter uma relação com a própria atividade no corte da cana, que é percebida, pelos trabalhadores, como pesada, exaustiva e que leva ao desgaste funcional precoce, o que resulta na desistência de alguns antes do término da safra.

Outros trabalhadores remeteram o ritmo intenso durante a jornada de trabalho como prejudicial à saúde. Nos próximos depoimentos, uma das trabalhadoras revela que o trabalho no corte exige muito esforço físico da pessoa. Aqueles trabalhadores que se esforçam muito para atingir a meta da produção de corte, muitas vezes não aguentam o esforço dispensado para

cortar uma maior quantidade de cana e, por isso ocorre uma queda da pressão, provocando desmaios.

O trabalho no corte da cana-de-açúcar é bastante exaustivo, Vilela et al. (2015), em estudos com trabalhadores rurais da lavoura canavieira, destacam uma medida organizacional, utilizada pelas usinas na adaptação dos trabalhadores no trabalho do corte da cana,

O contato inicial na negociação com os gestores da usina mostrou que o trabalho exaustivo é reconhecido pela gerência de produção agrícola, a qual, em contato com a equipe, assegurou que a produção no corte da cana: é baixa no início da safra devido ao processo de aquecimento e de adaptação dos trabalhadores; atinge o seu máximo no seu meio – junho e julho –, meses de temperaturas mais amenas, nas quais os trabalhadores já se adaptaram à rotina do trabalho; entra em declínio no final da safra devido ao cansaço dos cortadores, período em que ocorrem várias desistências voluntárias de trabalhadores (Vilela et al., 2015, p. 36).

Além da exigência da organização do trabalho com relação às metas, há também uma competição entre os trabalhadores no corte. Os trabalhadores veem os outros colegas de trabalho cortando uma maior quantidade de cana-de-açúcar. Esses trabalhadores se sentem motivados para acompanhá-los no eito, tentando igualar a quantidade de cana que o outro trabalhador cortou. Isso acarreta um desgaste físico do corpo do trabalhador, devido ao esforço e o ritmo intenso do corte somados às condições de trabalho, principalmente, no verão quando os dias são mais quentes.

No corte é muito puxado, porque se a gente não tiver fôlego, não tiver paciência, tiver pressão baixa, ela vai cair, se ela puxar muito e a pessoa não aguentar, ela vai cair (...). [...] tem, porque tem gente é assim, tem trabalhador que fica perto ali cortando cana, ele quer ver cortar cana, mas o outro corta mais, ele quer acompanhar, mas ele não consegue, então ele vai puxando, puxando, puxando, dá aquele cansaço, ainda mais no sol quente, e quando o sol esquenta mesmo, tem vez mesmo, tem gente que não aguenta, não tem condições de igualar o eito e fica pra trás. E os outros vão indo (E3, 22 anos).

Eu achava [ritmo pesado], mas eu aguentava fazer. [...] é cansaço tem, a cansaço é sem medida, mas só que pelo fato de eu já ser desde criança no sol e na chuva, eu aguentava, eu tô vendo o prejuízo disso agora, que agora a idade vai chegando, o corpo está cansado, é dor ali, é dor aqui, é dor acolá. Os problemas vai juntando, mas quando você é novo você aguenta. [...] Eu não achava que eu ia [adoecer], eu só pedia a Deus que eu não queria ficar na cana por muito tempo, porque quando eu era nova eu aguentava cortar cana, depois que eu peguei os 40 anos, com 44 anos, eu estava na cana ainda. (...) eu fiquei dos 23 até os 44, então eu aguentava a cortar cana, agora se falar assim: “olha, você vai sobreviver da cana, cortando cana”, eu sobrevivo porque 80 até 150 metros de cana eu ainda corto no dia, mas mais do que isso, eu não corto, porque quem corta 100 metro de cana hoje não vive, não compensa. [...] tinha, era

ameaçado todo dia (...). A pressão era do empreiteiro, do dono da turma. Porque a usina (...) o negócio da usina é quem nem hoje, hoje é só cortadeira, mas o negócio da usina é cana, ela quer saber que a cana está entrando, ela não quer saber que a máquina quebrou, ela quer que o empreiteiro se vira e conserta a máquina. Ela quer a produção, porque a moenda está rodando (E7, 52 anos).

A entrevistada E7 salientou o cansaço que sentia quando cortava cana devido ao ritmo intenso de trabalho e a pressão por produzir mais. Destacou também os prejuízos que isso trouxe a sua saúde. Ela afirma que aguentava o trabalho na lavoura pelo fato de ter passado a infância no meio rural, adaptando-se ao sol e a chuva. Porém, quando era mais nova sentia o cansaço do trabalho na lavoura, mas conseguia cortar grande quantidade de cana. O reflexo do ritmo intenso de trabalho confessou sentir com o avanço da idade, pois achava que não adoeceria e nem sentiria esse reflexo da atividade laboral mais tarde em sua vida. Trabalhou 21 anos na lavoura de cana-de-açúcar e conforme a idade avançava, sentia o rendimento cair comparando a metragem que cortava quando tinha por volta dos 20 anos. Ela também afirmou que caso precisasse voltar a trabalhar na lavoura, ela não conseguiria cortar mais que 150 metros de cana, pois os 20 anos em que esteve na lavoura trouxeram consequências físicas ao seu corpo. O motivo que a levou a encerrar a sua atividade na cana-de-açúcar foi um desgaste na sua saúde, trazendo-lhe prejuízos em seus braços.

A competição entre os trabalhadores é tratada por Vilela et al. (2015) como uma medida organizacional. Segundo os autores, para acelerar o trabalho e manter a produtividade, a chefia designa dois trabalhadores para cortar cana nas mesmas ruas e em direção oposta, estabelecendo uma disputa entre eles.

Por meio desses mecanismos de disputa no espaço do eito, a gestão do trabalho predetermina um “quantum” que deve ser alcançado por cada cortador, estimulando um ritmo acelerado de trabalho e eliminando as pausas, para que o trabalhador possa cortar “cada vez mais longe”, disputando com aquele que vem na direção oposta. A produção menor significa a perda de uma diária compensadora, uma vez que a remuneração é baixa. Trata-se, portanto, de uma “maratona” iniciada pela disputa do território com os colegas de trabalho, mas que se realiza na disputa consigo mesmo, para ir até o limite que o corpo possa aguentar (Vilela et al., 2015, p. 37).

A competição entre os trabalhadores também gera certo conflito entre o grupo, pois os trabalhadores são comparados uns aos outros, principalmente, quando se sobressaem na quantidade de cana que cortam. Abaixo, o depoimento da trabalhadora revela essa questão da competição entre o grupo na lavoura.

(...) tem sim, não há briga, mas fica falando por trás. Porque lá, a mais nova do lote é eu, então as meninas sempre ficam com inveja de mim porque eu corto mais cana do que elas, porque eu sou mais nova, e elas tem 35, 40, e elas não aguentam. Então, quando chega a tarde que nós vamos ver a metragem, elas começam a falar: “olha o tanto que ela cortou hoje, parece zóio de banha” (E3, 22 anos).

A forte pressão no trabalho foi relatada pela maioria dos trabalhadores, tanto para aqueles que exercem suas atividades manualmente como aqueles que manuseiam as modernas máquinas agrícolas. Os trabalhadores eram ameaçados constantemente, pelos empreiteiros ou fiscais da lavoura, caso não atingissem a meta exigida pelas usinas. Por outro lado, os empreiteiros ou fiscais também sofrem a pressão, de seus superiores para obter um bom rendimento no corte da cana. A pressão que eles sofrem das usinas é com relação à produtividade dos trabalhadores, ou seja, há uma maior preocupação, por parte da organização, com a quantidade de cana que está sendo cortada no dia do que com a saúde do trabalhador. Mesmo com a mecanização na lavoura, as usinas continuam exigindo uma maior quantidade de cana, mesmo que as máquinas quebrem, e precisam ser consertadas, há ainda a pressão para que elas sejam reparadas e que o volume de cana-de-açúcar não diminua.

Os trabalhadores sofrem a pressão no trabalho diariamente e são ameaçados a perderem seus empregos quando não atingem a metragem de cana cortada.

(...) assim, chegava no final do mês, se você não atingisse sua meta, aí eles mandavam embora porque não tinha rendimento, né? (E1, 23 anos).

O controle e a pressão no trabalho estão relacionados às exigências da organização do trabalho. Os trabalhadores são pressionados para produzir uma maior quantidade de cana, sem perder a qualidade do serviço. A preocupação do trabalhador que recebe o salário por produção é com as metas que ele atinge durante aquele período de sua jornada.

Você acaba acostumando com a pressão. [...] no manual, eles cobram muito da qualidade do serviço, eles te cobram muito. Mas às vezes quando você faz com muita qualidade, você acaba não atingindo a sua meta, você não rende. E você vive de produção, né? [...] cobram a qualidade. Isso que é problema, eles cobram qualidade e quantidade (E2, 35 anos).

Ele cobrava quando a gente tava por diária. Porque com diária (...) se você trabalhasse ou não trabalhasse, enrolasse, você ganhava do mesmo jeito. Produção não. Aí você tinha que se matar. Então, se ele vesse a gente assim parada, ele falava: 'oh, vai logo que vocês estão demorando'. Era assim. (...) Ah, sentia sim, viu? Se não cortasse, não tinha como a gente ganhar. [...] dava um dinheirinho bom, dava sim, mas também (...) (E10, 41 anos).

Com relação ao controle do trabalho exercido sobre os trabalhadores, Dejours (1992) destaca as relações do trabalho como sendo todos os laços humanos, criados pela organização do trabalho, como relações com a hierarquia, com as chefias, com a supervisão, com os outros trabalhadores e que, muitas vezes, são desagradáveis e até mesmo insuportáveis.

Seligmann-Silva (1994) também enumera algumas práticas de controle exercidas sobre o trabalhador. Segundo a autora,

A repressão explícita, através da utilização de polícia interna e de chefias imediatas, às vezes significativamente cognominadas feitores, ao lado desta, a dominação sutil, que se dá através da manipulação de sentimentos de afeto, gratidão e dependência e instrumentando valores do mundo rural, como honestidade, obediência e lealdade, utilizados para costurar a camisa da empresa que o empregado deverá vestir (Seligmann-Silva, 1994, p. 27).

Os trabalhadores além de serem controlados pela quantidade de cana que cortam ou plantam, também sofrem a pressão para não faltar ao trabalho. Cada trabalhador deve assinar a presença em um caderno para que suas faltas sejam controladas pelo fiscal da lavoura, garantindo férias de 30 dias caso o trabalhador não tivesse nenhuma falta. O fiscal também controla a atividade que o trabalhador rural está exercendo e, muitas vezes, chama a atenção caso perceba que o trabalhador esteja demorando para atingir a meta na lavoura. Este controle é exercido também para com a saúde do trabalhador. A falta em dias de trabalho por motivo de adoecimento implica em perdas salariais para o trabalhador que depende da produção, da quantidade de cana cortada para receber o pagamento.

As autoras Alessi e Navarro (1997) destacam que no processo de trabalho do corte da cana, os trabalhadores estão submetidos ao controle dos feitores ou empreiteiros que são “[...] responsáveis por sua arregimentação, transporte e fiscalização direta do trabalho da turma, pelo controle da qualidade do trabalho, frequência diária e número de horas que permanecem na lavoura [...]” (Alessi & Navarro, 1997, p. 118).

Há relatos dos trabalhadores acerca do tratamento do fiscal da lavoura para com os demais rurais. Muitos trabalhadores relataram sobre as advertências que recebem quando não executam o trabalho da melhor forma, quando não atingem a metragem de cana cortada estipulada pela usina. Muitas vezes, sofrem a pressão no ambiente de trabalho, sendo assediados moralmente por aqueles que controlam a produção na lavoura. Houve depoimentos, em que os trabalhadores salientaram que, às vezes, são ofendidos pelos fiscais ou turmeiros.

[...] ah, pelo fato dele ser muito rigoroso, dele pedir, como se diz assim, enche até o saco de algumas meninas e aí a gente trabalha acho que em dez meninas na parte, no horário, aí ele abusava um pouco da autoridade dele (E1, 23 anos).

Na época tinha o turmeiro. Ele tinha lá seu caderno que ele marcava a metragem com o seu nome e acho que assinava uma vez por mês. Tinha o livro de férias, aí você assinava todos os dias. Então anotava sua presença, se você em um ano não tivesse falta, você tinha direito a 30 dias de férias. [...] se desse algum erro, "olha aqui não está a sua assinatura", então tinha que ter. (...) às vezes acontece, às vezes eles veem que você estava enrolando demais, eles te chamam a atenção. (...) tem aqueles que são olho grande, se você não trabalhou você perde (...), se adoeceu, se deu uma enroladinha, você já tem aquele controle (E5, 44 anos).

Ele leva e olha também a turma [o fiscal na lavoura]. [...] ele fica olhando o serviço do povo, né? [...] tem vez que pega. Se a pessoa faz coisa errada, pega. Às vezes fala (...) dá advertência, manda fazer direito o serviço, porque é obrigação dele, né? Para ver isso aí, porque ali ele está pra olhar, então, ele tem que fazer o que o chefe passa, o que o encarregado manda. [...] ah, depende do serviço, porque às vezes quando está plantando, esparramando assim, manda fazer isso ou aquilo e a pessoa não faz direito. Aí ele chega e pega no pé. Ele pega no pé porque é pro bem da pessoa, porque quanto mais trabalha mais ganha. E se ele deixar por conta, a turma não trabalha, fica parado, enrolando. Aí chega na hora de pegar o pirulito que não vem nada, a turma reclama, então por isso ele pega no pé. (...) Que nem a turma fala que ele é um turmeiro muito ruim, muito chato, pelo menos pra mim, nunca chegou e falou nada. Nunca pegou no meu pé, me xingou. [...] a gente vê, né? [risos]. Tudo ali no bando. Ele não xinga de falar palavrão, ele dá advertência, isso e aquilo (E9, 39 anos).

A preocupação do trabalhador com o trabalho na lavoura canavieira, no estado de São Paulo, é de longa data. O trabalhador rural, ao longo dos anos, também foi se preocupando com a alta demanda que havia por trabalhadores oriundos de outras regiões do Brasil. Preocupavam-se em realizar um bom trabalho na lavoura canavieira para serem contratados, novamente, na próxima safra. Muitos trabalhadores estavam chegando à região de Araraquara para trabalhar na cana e isso também era um fator de extrema pressão, principalmente, para os cortadores manuais, que tinham que desempenhar a atividade visando à metragem ou toneladas de cana, garantindo a qualidade do serviço também.

Porque nesse tempo, já tinha cortador de cana demais aqui, já tinha vindo os mineiros, os baianos, e já estava chegando os paranaenses. Então, você tinha que fazer o serviço bem feitinho (E7, 52 anos).

O ritmo intenso no canavial provoca um desgaste do corpo do trabalhador. Muitos trabalhadores relatam sofrer perda de peso quando estão em época de safra, principalmente, quando realizam a atividade na plantação e no corte de cana-de-açúcar.

Senti, esmagreci. Quando eu entrei eu esmagreci [emagreci] 10 quilos, porque eu não acostumava, nunca tinha se alimentado na roça, aí eu voltei a ganhar o peso (E3, 22 anos).

(...) cansava muito, eu perdia muito peso, eu perdia muito peso, principalmente, quando chegava no calor. [...] quando eu vim pra cá, porque assim o meu maior peso que eu tive foi 70 quilo, já cheguei até a pesar 72, cheguei a ficar, [...] quase dez quilo. Aí quando eu fiz a cirurgia, que eu vim pra 58 quilo, aí foi quando eu não consegui mais recuperar meu peso, nunca mais. [...] hoje eu peso 66, hoje não passa disso, só que meu peso é 70 quilo, só que eu não consigo voltar no meu peso mais (E2, 35 anos).

Aí nessa usina perde um pouco, mas não tanto como nas outras que eu já trabalhei. [...] [quando vim da Bahia] perdi uns cinco, seis quilos [na safra] (E4, 42 anos).

Ah, isso é normal, porque não tem como você não perder peso e bastante. Perde e perde bem durante as safras, perde bastante peso mesmo. [...] mas você perde bem peso de notar na aparência da pessoa, que a pessoa emagrece e emagrece bem mesmo. [...] sim, você vê nas outras pessoas que muda bastante, perde bem. [...] porque é um trabalho desgastante, né? esforçado, você sua muito, devido você se esforçar bastante, você vai suar bastante, e é onde você perde líquido, e peso. [...] Cansaço sim, cansaço a gente sente (E5, 44 anos).

Eu pesava 37 quilos só. Da cana. Eu era muito magra. (...) qualquer criança de 10 anos ganhava de mim em quilo. [...] mas foi bastante (E10, 41 anos).

Muitos trabalhadores emagrecem por volta de dez quilos, destacando o trabalho cansativo e um grande esforço dispensado durante a jornada de trabalho, provocando assim uma perda de peso.

Cortar em torno de dez toneladas de cana por dia significa um enorme desgaste físico para os trabalhadores. Novaes (2007b) destaca que diante desse esforço e do cansaço do trabalhador diante de seu trabalho,

[...] os riscos de acidentes de trabalho aumentam, pois o corpo extenuado perde a precisão dos golpes do facão na cana, e as pernas e a mão involuntariamente viram alvos. Os movimentos repetitivos e sequenciais realizados pelos trabalhadores favorecem o aparecimento de doenças do trabalho [...] dores no corpo, tendinites, bursites e problemas de coluna (Novaes, 2007b, p. 172).

Devido ao trabalho ser muito desgastante na lavoura canavieira, os trabalhadores revelaram consumir uma substância, fornecida pelas usinas, conhecida como sorinho, no meio rural. Devido a grande perda de sais minerais em virtude do esforço que o trabalhador exerce para cortar a cana, a usina fornece uma substância isotônica para que o trabalhador tome durante o dia de trabalho para repor os sais minerais perdidos durante a execução da atividade.

Essa bebida era preparada no próprio local de trabalho. Essa substância, o sorinho, como os trabalhadores rurais a chamam, era distribuída na forma de pó solúvel e diluída na garrafa de água do trabalhador.

F. Alves (2008a) salienta que para conter a desidratação e as câimbras, as usinas levam ao campo soro para os trabalhadores tomarem e, em alguns casos, suplementos energéticos. Algumas usinas afirmam tratar-se apenas de soro caseiro, ou seja, uma mistura de sal, açúcar e água. Já outras usinas revelam que além de sal e açúcar, o soro contém potássio e outros sais minerais, além de outras substâncias que dão cor e sabor, tornando o soro um tipo de refresco. Outras usinas admitem que os soros têm componentes energéticos.

Porém, até este momento as autoridades sanitárias não sabem a composição de todos os soros e suplementos energéticos distribuídos pelas usinas aos trabalhadores, nem sabem quais os efeitos que esses suplementos podem causar a curto, médio e longo prazo sobre a saúde de trabalhadores submetidos a forte esforço físico e com carência nutricional e hídrica (F. Alves, 2008a, p. 10).

Novaes (2007b) em sua pesquisa, com trabalhadores rurais, relatou a entrevista com um médico acerca do uso desse repositor hidreletrolítico e vitamínico para aqueles trabalhadores que exercem intensa atividade física.

[...] em algumas usinas os trabalhadores na safra da cana ingerem diariamente esse produto antes de começar o corte da cana. Com esse estimulante as dores do corpo desaparecem, as câimbras diminuem e a produtividade aumenta. Os trabalhadores sentem-se confortáveis quando ingerem esse produto. Reivindicam uma dosagem maior que o permitido, pois superenergizados podem produzir mais e ganhar mais (Novaes, 2007b, p. 173).

Alguns trabalhadores não gostam muito do sabor do sorinho, o que leva ao enjoo por tomar todos os dias no trabalho. Eles relataram que a substância ajudava a repor os sais minerais perdidos e diminuía a ocorrência de câimbras. O sabor do sorinho era diversificado e muitos trabalhadores relatam como se fosse parecido com um suco em pó dissolvido em água.

Nos depoimentos a seguir, os trabalhadores salientam a respeito dessa substância.

Tem esse sorinho. [...] tomava. [...] você recebe um envelopinho, você põe na água que você vai tomar e toma. É que nem um suco. [...] é esses sorinhos tem sabores, é que nem um suco. Era distribuído para todo mundo todo dia (E5, 44 anos).

Todo dia eu tomava aquele sorinho, só que ele é muito enjoado, você tomar, você começa a enjoar de tomar aquilo ali, o que variava era o sabor, mas você enjoa. [...] eu tomava, mas não gostava muito não, viu? Tinha que tomar. [...] todo dia de manhã,

eles te davam um pacotinho pra você. Você chegava pra trabalhar e eles já te davam de manhã cedo. [...] parece um suco, só que você coloca no copo, tem a quantidade certa pra você colocar, coloca na água gelada. Põe no copinho ali e toma de manhã, ou meio dia, a hora que você quiser, você toma aquilo ali, como se fosse um suco. [...] ah, ajudava, ajudava, mas tinha dia que você não tinha vontade de tomar, é que nem com remédio, tem dia que você não quer tomar, é que nem aquilo ali. [...] às vezes não, porque a câimbra, o que que acontece, falta muito sal mineral do corpo, às vezes eu comia banana, porque a banana evita muita câimbra, né? Eu costumava comer muita banana, fruta e pra mim o suco pra fazer efeito não tinha. Antigamente me dava câimbra, porque eu não tinha experiência do serviço, pra se preparar, aí depois que eu comecei, aí já não dava mais câimbra, principalmente no calor, porque aí dava um pouquinho de câimbra (E2, 35 anos).

Só o que o turmeiro pede pra nós fazer é tomar o soro, né? O sorinho. Nós tem que tomar o sorinho pra abastecer o suor. Nós soa [sua] muito, dá aquela canseira e com o sorinho que nós toma, não deixa muita canseira no corpo. [...] às vezes, é assim meio salgado e doce. Eu pego ali com o turmeiro e coloco na minha bolsa, se eu precisar eu tomo, senão (...) [...] eu levo numa sacola de plástico junto pro eito, aí se eu ver que eu estou com a pressão baixando, eu tô ficando meio ruim, eu vou lá e tomo e de repente passa. [...] Eles vêm no saquinho plástico, nós abre ele e dissolve num pouco de água e toma (E3, 22 anos).

Eles davam cedo pra você tomar, antes de você almoçar você tinha que tomar. [...] era um por dia, não pode tomar muito. E também se desse câimbra eles davam mais para você tomar, pra você melhorar. [...] eu tomava, eu gostava. [...] tem sabor de tangerina, maracujá, de limão, cada dia era um sabor. Era cor de suco, igual suco (E8, 43 anos).

Não falta na empresa não. [...] eu tomo. [...] ele é um saquinho de soro daquele, a gente usa num copo de água, né? E a gente dissolve ele na água. [...] Eu tomo mais ou menos 10h, aí depois eu vou tomar outro 13h da tarde. [...] a gente leva uma sacolinha e leva ele ali dentro. Nós tem uma garrafa que fica junto da gente pra tomar água e ali a gente vai lá e (...) (E4, 42 anos).

No depoimento de E2, o trabalhador revelou que consome a banana para evitar a câimbra, pois não gosta de tomar o sorinho por não sentir os efeitos esperados para repor a energia do corpo.

Os trabalhadores tomam o sorinho na hora que eles sentem a necessidade, como no relato de E3. Ao perceber que sua pressão baixa durante a atividade na lavoura, a trabalhadora ingere a bebida para restabelecer seu organismo.

Rosa e Navarro (2014) destacam que são comuns e frequentes as ocorrências de dores e de câimbras durante a execução da atividade na lavoura. “Sofrer com dores, câimbras, perder o apetite, vomitar são mazelas tão comuns que passaram a fazer parte da ‘normalidade’ do trabalho” (p. 152). Os autores ainda salientam que o uso dos repositores, distribuídos pela usina, pode passar a imagem de que a empresa tem uma política de preservação da saúde do

trabalhador. “Não se pode, de fato, saber quais as intenções de quem os fornece mas, é certo, que seu uso faz com que se amplie a produção do cortador” (Rosa & Navarro, 2014, p. 154).

Desta forma, pode-se pensar que as usinas utilizam esse repositório, não somente para repor os sais minerais do corpo do trabalhador, mas também como uma estratégia para aumentar a produção. A produção aumenta, pois o trabalhador tem disposição para continuar no corte.

7.4.6 As condições de trabalho

Os trabalhadores relataram, em seus depoimentos, aspectos da organização e das condições de trabalho na lavoura da cana-de-açúcar. O trabalho na lavoura é realizado a céu aberto e o trabalhador enfrenta algumas dificuldades em seu cotidiano de trabalho em virtude das condições em que o trabalho é realizado.

Dejours (1992) compreende as condições de trabalho o ambiente físico (temperatura, pressão, barulho, vibração, irradiação, altitude, etc), o ambiente químico (produtos manipulados, vapores e gases tóxicos, poeiras, fumaças, etc), o ambiente biológico (vírus, bactérias, parasitas, fungos), as condições de higiene, de segurança, e as características do posto de trabalho.

Com relação à organização do trabalho, para Dejours (1992) seria a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder e as questões de responsabilidades.

De acordo com Laurell (1981) deve-se também levar em consideração as cargas fisiológicas e psíquicas. Entende-se por cargas fisiológicas um esforço físico pesado ou uma posição incômoda e a alternância em turnos. Com relação às cargas psíquicas, elas podem abranger dois grupos. O primeiro se refere a tudo aquilo que provoca uma sobrecarga psíquica, por exemplo, uma situação de tensão prolongada. Destaca-se as características do processo de trabalho capitalista, com a atenção permanente, a supervisão com pressão, a consciência da periculosidade do trabalho, os ritmos de trabalho. O segundo se refere à subcarga psíquica, exemplificada pela incapacidade de desenvolver e fazer uso da capacidade psíquica, como a perda do controle sobre o trabalho quando o trabalhador é subordinado ao movimento das máquinas, a desqualificação do trabalho, resultado da separação entre sua concepção e execução, a parcelização da tarefa que redundam em monotonia e repetitividade.

Dejours (2013) destaca a separação entre carga física e carga mental. Segundo o autor, a noção de carga mental contém uma mistura de fenômenos de ordem neurofisiológica e

psicofisiológica: variáveis psicossensoriais, sensoriomotoras, perceptivas, cognitivas, etc. e também fenômenos de ordem psicológica, psicossociológica, ou mesmo sociológica, como as variáveis de comportamento, de caráter, psicopatológicas, motivacionais, etc⁷³.

Tratando-se de carga psíquica, não é possível quantificar uma vivência, que é em primeiro lugar e antes de tudo qualitativa. O prazer, a satisfação, a frustração, a agressividade, dificilmente se deixam dominar por números. Da mesma forma pode falar-se de uma armadilha quando se quer dar conta em termos objetivos de uma vivência individual ou coletiva que é, por definição, subjetiva (Dejours, 2013, p. 22).

Por meio dos relatos, os trabalhadores revelaram as percepções que eles têm do ambiente de trabalho na lavoura canavieira. Os trabalhadores possuem percepções diferentes quanto às condições de trabalho.

De acordo com Silveira et al. (2005), entre os trabalhadores que realizam atividades arriscadas e insalubres encontram-se os rurais,

[...] que executam variadas atividades em ambiente propiciador de diversificados fatores de riscos ocupacionais. Incluem-se os riscos físicos, pois o trabalho é realizado em locais sem abrigo, sujeitos às intempéries e às radiações ionizantes; os químicos, em decorrência da aplicação de variados produtos agrícolas, além das poeiras do próprio solo levantadas pelos ventos; os ergonômicos, por causa dos pesos que os trabalhadores carregam e dos diversos desenhos dos equipamentos e ferramentas, muitas vezes não adaptados aos seus dados antropométricos; os biológicos, pela presença de animais que lhes podem causar ferimentos durante a execução do seu trabalho, entre outros (Silveira et al., 2005, p. 121).

As autoras ainda destacam que no Brasil há situações de trabalhos que são realizados em ambientes laborais apropriados, com escassos fatores de risco ocupacionais, porém, ao contrário disso, há trabalhos que são realizados em lugares inadequados e insalubres, com uma diversidade de agentes de risco ocupacionais e que favorecem a ocorrência de agravos à saúde dos trabalhadores.

No depoimento abaixo, a trabalhadora, que exerceu sua atividade no corte de cana, revela o ambiente de trabalho na lavoura como ruim, devido ao sol e ao cuidado para com a pele. Destaca que o calor do sol, em dias quentes, é prejudicial e acaba desgastando muito a sua saúde, o que torna o trabalho algo sofrido e não prazeroso.

⁷³ O autor se baseia nos trabalhos de Guelaud, F., Beauchesne, M.N., Gautrat, J. et al. (1975). Pour une analyse des conditions de travail ouvrier dans l'entreprise. Paris: Armand Colin.

Ah, muito triste viu? Muito horrível. Ficar tomando sol aí acaba com a pele, tem que ficar passando protetor. [...] não, a gente compra. Tem que comprar né? [...] porque esse tempo assim de frio não é ruim, é gostosinho, mas no tempo do calorzão não é fácil não. As pessoas têm até câimbra, fica ruim cortar cana com esse solzão. Cortando cana, o sol queima de mais, né? É quente demais. [...] o trabalho do cortador é sofrido, e não tem valor, né? Se fosse ver, o povo da roça era para ganhar bem. É um trabalho muito sofrido. A gente vê esses políticos, não faz nada e ganha tanto dinheiro. Esses jogadores ganham tanto dinheiro (...) desgastante e não ganha quase nada (E8, 43 anos).

F. Alves (2008a) também destaca aspectos das condições de trabalho na lavoura canavieira que prejudicam a saúde do trabalhador.

O corte de cana é realizado ao ar livre, sob o sol, com o trabalhador equipado com uma vestimenta composta de botas com biqueira de ferro, calças de brim, perneiras de couro até o joelho contendo três barras de ferro frontais, camisa de manga comprida, chapéu, lenço no rosto e pescoço, óculos e luvas de raspa de couro. Portando toda essa vestimenta, os equipamentos (um facão, ou podão de metal com lâmina de meio metro de comprimento, mais uma lima) e a realização do trabalho sob o sol levam a um elevado dispêndio de energia, o que por si só são elementos deletérios à saúde (F. Alves, 2008a, p. 9).

Rumin (2004) ressalta que os trabalhadores rurais executam a atividade no período que é reconhecido como de exposição solar nociva.

Como a organização do trabalho não oferece alternativas para evitar a exposição intensa ao sol os trabalhadores adotam estratégias para proteger-se das queimaduras solares e de carcinomas (especialmente no pescoço, ombros, rosto e orelhas) (Rumin, 2004, p. 126).

Nesse depoimento abaixo, a trabalhadora, cuja função é operadora de plantadora, ressalta aspectos bons e ruins no trabalho na lavoura. Ela trabalha no turno do meio da tarde até o início da madrugada, e as percepções que ela tem das condições de trabalho são diferentes dos trabalhadores que executam a atividade no período da manhã e que exercem o trabalho manualmente. Ela destaca como importante no ambiente de trabalho as relações interpessoais, como algo positivo, mas ressalta aspectos que precisam ser melhorados, principalmente, no que diz respeito às máquinas agrícolas em prol da segurança do trabalhador.

Tem coisas boas e ruim, né? [risos]. [...] acho que bom é que trabalha todo mundo unido. As máquinas são até boas, não poderia dizer que é ruim, né? Mas tem muita coisa lá que deveria melhorar, pela nossa segurança, pelo fato de você subir escada, tem plantadora, tem quatro plantadoras novas que tem até uma escada melhor e depois te conto, o acidente que eu tive foi por causa da escada, e tem plantadora que tem quatro

dedos de degrau pra subir e na chuva é perigoso pra subir. Mas fora isso é muito bom. E fora as condições de veneno que a gente trabalha com veneno, adubo e eu acho que essa parte é ruim. [...] aliás de ter todos os EPIs [equipamento de proteção individual], mas (...) luvas e tudo (E1, 23 anos).

Em outros estudos, Scopinho et al. (1999) destacam as condições de trabalho daqueles que operam as máquinas agrícolas. Mesmo estando em cabines, os trabalhadores estão em contato direto e indiretamente com animais peçonhentos assim como no corte manual. Quando a cana não é queimada e as cabines não possuem sistema de ventilação, o trabalhador fica exposto a esse contato, já que impedem a total vedação das janelas das cabines. Esse risco ainda aumenta, quando a jornada é noturna, ou quando a jornada é interrompida, os trabalhadores saem das máquinas para realizar as refeições ou consertar o equipamento. Os autores também salientam que,

A exposição dos operadores de máquinas às intempéries diminui em relação ao que ocorre ao cortador de cana, porque os primeiros, nas cabinas, ficam protegidos da radiação solar, dos ventos e da chuva, do contato mais direto com animais peçonhentos e também do ruído e da poeira que a circulação das máquinas pesadas provoca no ambiente. No entanto, quando não existe sistema de ventilação e refrigeração, a temperatura no interior das cabinas eleva-se e, para diminuir o calor, o operador/motorista trabalha com os vidros abertos, ficando, assim, exposto à poeira e ao ruído provocados pela circulação das máquinas, bem como ao perigo de ser golpeado por pedras, tocos e pedaços de cana (Scopinho et al., 1999, p. 150).

Com relação às condições de trabalho no corte mecanizado, D.A. Rodrigues (2014, p. 41) destaca que,

Se por um lado o corte mecanizado de cana contribui para diminuir os riscos físicos (radiação solar, calor, frio, mudanças de temperaturas), químicos (poeira e fuligem da cana) e mecânicos, por outro não eliminou os riscos biológicos e químicos e acentuou as cargas laborais do tipo psíquica e físicas e novos elementos de risco, como ruído e vibrações, surgiram.

Rocha, Marziale e Hong (2010) em pesquisas com trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, também destacam as condições de trabalho que os rurais enfrentam ao longo da jornada de trabalho. Segundo os autores, os trabalhadores enfrentam diferentes condições climáticas nas plantações de cana, caracterizadas por intensa radiação solar, concentração de chuvas, altas temperaturas no verão e invernos amenos e secos. Os autores destacaram que tanto os trabalhadores envolvidos no corte manual quanto aqueles no corte mecanizado estão diariamente expostos a vários fatores que apresentam riscos para a

saúde, como a radiação solar, chuvas, ventos, poeira do solo, fuligem da cana queimada, temperaturas extremas, resíduos de pesticidas e animais peçonhentos.

As principais queixas que os trabalhadores salientam acerca do ambiente de trabalho são com relação ao sol, a chuva, aos animais peçonhentos, a faltas de pausa, as condições do banheiro e a queima da cana.

Com relação ao sol, os trabalhadores revelaram uma dificuldade para exercer a atividade, principalmente, no verão, em dias muito quentes. Os trabalhadores revelam a importância do trabalho para o sustento familiar, por isso, aceitam e encaram as precárias condições de trabalho na lavoura, tendo que enfrentar o sol quente diariamente.

O desgaste físico e psíquico que o trabalhador sente no dia a dia de trabalho é prejudicial à sua saúde, e alguns relatam que há trabalhadores que não aguentam as altas temperaturas do sol e, muitas vezes, desmaiam. Outro trabalhador ressaltou a importância do sorinho como forma de minimizar a sensação de cansaço do corpo para repor as energias perdidas no campo.

No sol, eu tomo muita quentura (E4, 42 anos).

Não é fácil. (...) tinha que trabalhar, se quisesse trabalhar tinha que trabalhar, sol, chuva. (E5, 44 anos).

O sol é difícil de falar, é desgastante e muito, só que eles dão o sorinho lá pra gente (E6, 23 anos).

É assim, é como (...) é igual é agora. Tudo exagerado, né? vamos supor, se você não aguenta trabalhar no sol quente, quem não aguentava desmaiava (E7, 52 anos).

Ah, é terrível. Pior que cansa mais quando está sol quente. Apesar de todo jeito cansa, mas quando está sol quente cansa mais, porque daí movimenta mais, e mais água a gente tem que passar, carregar mais peso. Mas aí quando está frio, o povo quase não toma água, agora quando está calor, daí eu tenho que trabalhar dobrado (E9, 39 anos).

É difícil é, (...) você trabalhando assim não dá pra ver, colocava um monte de coisa, é calça, aquela caneleira, sapatão, então nem dava pra ver o sol (E10, 41 anos).

Os trabalhadores também destacam que utilizam muitas roupas no meio da lavoura para se protegerem do sol e das canas. O desgaste físico é maior em dias de sol, pois o trabalhador perde uma quantidade maior de líquido do seu organismo e acaba tomando mais água para repor essa perda, além do sorinho que usa para repor os sais minerais perdidos durante o exercício da atividade.

No trabalho de Rumin (2004), pode ser identificado algumas estratégias que os trabalhadores usam para se protegerem do sol.

[...] camiseta e blusa servindo como capuz que envolve o colo (pescoço e ombros), regiões laterais do rosto e orelhas. Bonés e chapéus completam o conjunto de proteção solar organizado pelos trabalhadores. Algumas empresas oferecem um aparador solar que é fixado ao boné. Neste tipo de proteção a área coberta pelo aparador solar abrange apenas a área posterior do pescoço, o rosto e as orelhas não recebem proteção (Rumin, 2004, p. 127).

Rocha, Marziale e Hong (2010) também identificaram essas estratégias utilizadas pelos trabalhadores para se protegerem da exposição ao sol, da poeira e fuligem da cana queimada durante o corte. Os trabalhadores usam chapéus, lenços protegendo seus rostos e pescoços e duas camisetas compridas de mangas longas. Os autores também destacam que os cortadores utilizam os equipamentos de proteção individual (EPI), como óculos de segurança, luvas de couro, proteção de couro ao longo das pernas e botas de couro com pontas de ferro.

A longa jornada de trabalho sob o sol e utilizando essas vestimentas e equipamentos acarretam danos à saúde do trabalhador. Os trabalhadores rurais sofrem dores no corpo (lombalgias) e muitos são acometidos por lesões nas articulações, como por exemplo, as LER (lesões por esforço repetitivo) (F. Alves, 2008a).

A chuva é outro fator destacado pelos trabalhadores como prejudicial à saúde. Alguns relatam que trabalham, na lavoura, em dias de chuva e outros afirmaram que ficam esperando a chuva diminuir ou parar para voltarem ao canavial. Os trabalhadores rurais esperam a ordem dos fiscais que decidem a hora que o trabalhador voltará para a lavoura.

As mudanças climáticas interferem no trabalho rural, por este ser realizado a céu aberto. Tanto o sol como a chuva são destacados como fatores que desgastam a saúde dos trabalhadores.

As condições climáticas instáveis oferecem o risco de acidentes com raios e tombos e entorses ocasionados pelo solo úmido e escorregadio. A exposição à chuva também é uma situação inerente ao trabalho agrícola, além do incômodo ocasionado pelas vestes molhadas o trabalhador ainda pode adoecer e comprometer sua produtividade de trabalho nos futuros dias posteriores (Rumin, 2004, p. 130).

Os rurais também destacaram a diferença do trabalho rural nos dias de hoje em relação há algumas décadas acerca dos dias de chuva na lavoura canavieira. Pelo relato dos trabalhadores, percebe-se que em dias de chuva, eles esperam a chuva parar ou quando já estão trabalhando e começa a chover, alguns param e se dirigem ao ônibus ou, dependendo da intensidade da chuva, continuam a trabalhar.

(...) antes do sindicato entrar com essa hora de chuva, você tinha que trabalhar de baixo de chuva. Então, eu peguei essa época. Eu trabalhava de baixo de chuva porque eu precisava de ganhar. É bastante gente se cortava lá na chuva, bastante gente (E7, 52 anos).

Olha eu cheguei a pegar época que se chegasse na lavoura e tivesse chovendo, não desceria da condução. Muitas vezes, você tava trabalhando vinha a chuva e você continuava. Eu quando voltei, estava chovendo, eu fiquei no ônibus parar até (...), aí parou a chuva e inventei de trabalhar, aí fica mais lisa e é onde eu acabei me acidentando. [...] até a hora de ir embora [os trabalhadores ficam esperando a chuva passar dentro do ônibus]. Teve vezes da gente passar o dia inteiro dentro do ônibus. Aí espera a ordem (...) se eles pedem a ordem de dispensar tudo, ou eles ficam esperando às vezes parar (...) se tiver que ficar o dia inteiro, já aconteceu várias vezes de ficar o dia inteiro. [...] aí você recebe o valor da diária. [...] (...) é aquele valor estipulado de quando você ganha por dia (E5, 44 anos).

Por meio dos depoimentos ficou explícito algumas mudanças que se teve no meio rural com relação às condições de trabalho nos dias de chuva. Atualmente, os trabalhadores manuais, em algumas usinas, não trabalham quando está chovendo ou apenas não trabalham quando a chuva está muito forte.

Mesmo com chuva, alguns trabalhadores continuam a cortar cana por necessidade de receber um salário melhor, como foi visto em um dos relatos. Segundo a trabalhadora E7 muitos trabalhadores também continuavam a cortar cana, mesmo na chuva, em virtude do salário, e nessas horas ocorriam muitos acidentes na lavoura canavieira.

No relato de E5, o trabalhador salientou que esperava no interior do ônibus da usina a chuva parar, quando estavam chegando na lavoura para iniciar o trabalho. Porém, destacou que se a chuva comesse em meio ao trabalho já iniciado, muitos trabalhadores optavam por continuar a atividade, mesmo em baixo de chuva. Revelou um pouco sobre o acidente que sofreu na lavoura. No dia do seu acidente, ele esperou a chuva parar dentro do ônibus e voltou ao canavial após o término da chuva, porém o solo estava molhado, com muita terra e a cana-de-açúcar estava muito lisa, o que acarretou um acidente de trabalho. Em seu depoimento também destacou que várias vezes os trabalhadores passam o dia dentro do ônibus, quando está muito chuvoso, e apenas recebem o salário por diária.

Outros depoimentos revelam a situação da jornada de trabalho em dias de chuva. Muitas vezes, a usina não dispensa o trabalhador, e ele passa o dia de trabalho dentro do ônibus. Em algumas situações, quando a chuva não cessa, os trabalhadores são dispensados mais cedo, não havendo a necessidade de ficar dentro do ônibus, ociosos esperando o fim da chuva para iniciar a atividade.

De acordo com M.A.M. Silva (1999, p. 88), “[...] apesar da chuva intensa, eles permaneceram até as 16h30 no canavial. Conciliaram o trabalho com as corridas ao caminhão para se protegerem da chuva, durante todo o dia. Se eles voltassem antes do horário, não receberiam o dia”.

Com sol ou com chuva tem que ir do mesmo jeito (...). Quando estava chovendo a gente não ia, mas quando parava tinha que ir e era a mesma coisa. [...] ficava dentro do ônibus até parar, até dar o horário de ir embora. Até dar 15h tinha que ficar dentro do ônibus. Tinha que esperar a ordem (E10, 41 anos).

(...) começou a chover, eles buzina. Aí vai pro ônibus. Se você ficar passando uma hora no ônibus, eles pagam a hora, que é R\$ 3,40, se o dia todo ficar todinho chovendo, paga o dia todo.[...] eles abaixam o toldo, o toldo é uma barraca que eles montam, aí a gente fica jogando dominó, dama (...) [...] não volta, eles não deixam (E6, 23 anos).

Ah, quando chove, não trabalha não, a gente fica no ônibus até 10h e 10h30 min. e manda embora. [...] esperando [no ônibus] a chuva passar e se não passar, quando eles não liberam [para cortar a cana] aí, eles mandam embora. [...] ganha, eles pagam a diária lá deles. Diária seca (...) vale uns R\$ 30,00 por dia (E4, 42 anos).

Em algumas usinas, não há a obrigatoriedade de o trabalhador ficar esperando a chuva parar para voltar ao trabalho. Alguns trabalhadores continuam na lavoura, embaixo de chuva.

Quando trabalha assim, você não trabalha de baixo de chuva, tem gente que trabalhava, mas eu não trabalhava de baixo da chuva não. Não é obrigado. [...] ficava dentro do ônibus até dá o horário. [...] (...) não libera não, tinha vez que liberava, mas é bem difícil liberar, eles esperam até parar para você trabalhar de novo. [...] Fica, mas tem gente que não está nem aí não, eu tinha medo de quando relampia, por causa do facão, quando relampia [relampeia], eu tacho o facão longe. Eu vou morrer por causa de cana? Não e não? [risos] (E8, 43 anos).

Alguns trabalhadores decidem ir para o canavial embaixo de chuva, enquanto outros não, como a trabalhadora E8, que em virtude do medo dos relâmpagos, não ia para a lavoura, por medo de morrer.

Quando está chovendo bastante, aí a gente fica parado dentro do ônibus, agora se estiver fininha, não der pra molhar muito, aí tem que trabalhar. [...] hoje trabalhou o dia inteiro [naquele dia estava chovendo na região]. Estava frio mesmo. É terrível. A gente põe a blusa, meia, coloca uma luvinha na mão. Pior que não é fácil. Quando está trabalhando esquentada, mas fica mais quando está parado. Na hora que fica parado, esfria mesmo. Que nem tá aquele vento e depois para pra ir almoçar, aí gela tudo. Aí só esquentada a hora que pegar a batida ali. (...) aí fica dentro do ônibus até dar o horário,

mesmo que não passe a chuva tem que ficar lá. Se choveu três, quatro dias, fica encarriado [...], aí no próximo dia libera um pouquinho mais cedo (E9, 39 anos).

Alguns trabalhadores ainda arriscam a cortar a cana quando a chuva está fraca em detrimento de ordem estabelecida pelo líder da equipe. No dia da entrevista com a trabalhadora E9, o dia todo choveu na região e ela afirmou que naquele dia, a turma de trabalhadores trabalhou o dia todo na chuva. Outro motivo de dificuldade para o trabalho que ela destacou é com relação ao clima na época do inverno, no frio. O corpo no frio esquenta com o trabalho, porém quando realiza a pausa do almoço, o corpo torna a esfriar e fica difícil voltar ao trabalho novamente.

Os trabalhadores que operam máquinas agrícolas também destacaram o ambiente de trabalho com relação a chuva. Nos depoimentos abaixo, os trabalhadores da colheita mecanizada afirmam que eles também param as máquinas em dias de chuva, e que devem esperar a chuva cessar dentro do ônibus ou da própria máquina que operam.

Chuva, quando chove, a gente (...) eles param, né? Porque não tem como plantar. Aí eles perguntam se alguém quiser tirar banco de horas, tira banco de horas, fica em casa, ou se preferir vai pra roça, mas aí fica todo mundo em grupo lá dentro do ônibus. Tem um ônibus que tem pra gente lá. Mas caso contrário não. [...] então, depende, no meio da semana até dá pra ir, a gente combina com as meninas pra não ir, aí de final de semana a gente prefere ficar em casa, se chover assim e liberar (E1, 23 anos).

Em dias de chuva, algumas usinas ainda permitem, aos trabalhadores da colheita mecanizada, decidirem por banco de horas ou trabalhar na lavoura mesmo com chuva.

(...) se tiver chovendo muito e o solo tiver muito molhado para. Às vezes fica parado, fica lá nas máquinas, porque às vezes estraga muito o solo, às vezes começa a afundar muito e não consegue trabalhar, então, nós fica parado, mas o ambiente é 100%, fica um ônibus lá dentro, tem banheiro, tem geladeira, tem mesa, tem cadeira. Tem tudo lá. Tem equipamento de primeiro socorro. Tem um ônibus próprio pra isso lá. Às vezes você fica lá dentro do ônibus, se quiser dormir, você dorme, se quiser ficar sentado. Você fica lá. [...] às vezes [quando está chovendo] você fica lá na sua máquina dormindo, um dia você fica dentro do ônibus, né? Lá tem lugar pra você ficar lá dentro. [...] às vezes [no manual] parava, às vezes não. Às vezes está aquela chuvinha leve, chove e para, trabalhava. Às vezes ia pro ônibus, às vezes o turmeiro mandava você ir. “Ah, vamos embora”, aí às vezes você via os outros trabalhando e “ah, vamos trabalhar”. [...] às vezes dispensava e às vezes não dispensava, você ficava com aquela roupa no corpo molhada. Aí ganha a diária, não chegava nem dez contos (E2, 35 anos).

As máquinas param de trabalhar quando está chovendo muito, segundo relato de E2, pois o solo fica muito vulnerável, o que pode estragar a máquina. Então, eles recebem ordem

de parar a máquina em dias de chuva. E quando está chovendo muito, os trabalhadores ficam dentro do ônibus, dormindo, sentados em companhia dos outros colegas ou ficam sozinhos nas máquinas. O trabalhador também já exerceu seu trabalho no corte manual e revelou que, em dias de chuva, às vezes parava, mas quando era apenas uma chuva leve, os trabalhadores continuavam a trabalhar. O desgaste para a sua saúde, com relação à chuva, é o fato de trabalhar com a roupa molhada no canavial, e por esse motivo, o trabalhador pode adoecer.

As condições de trabalho que os trabalhadores enfrentam todos os dias durante a jornada laboral têm impactos sobre sua saúde. As condições em que o trabalho é realizado interfere no desgaste à saúde, pois o trabalhador enfrenta adversidades no seu dia a dia que impactam negativamente na sua saúde.

7.4.7 Pausas na jornada de trabalho

Com relação às pausas durante a jornada de trabalho, os trabalhadores afirmaram que não existem pausas no trabalho. A única pausa que realizam no dia é a pausa do horário do almoço. Tanto para aqueles que exercem a atividade no período da manhã quanto aqueles que trabalham no período noturno.

Os trabalhadores do turno da noite realizam a pausa para o jantar. Ou em alguns turnos, os próprios trabalhadores param as máquinas e realizam alguma refeição durante a jornada de trabalho.

Não, só no horário de janta mesmo (E1, 23 anos).

O que é isso? [...] não, não no horário da meia noite, não tem. Agora das 16h tem, tem horário de janta, agora no nosso horário não tem. Se você deu um intervalozinho ali, você come, leva na mochila alguma coisa, você para um pouquinho às vezes a máquina. Se tiver uma paradinha ali no tempo, você para, mas se não conseguir parar, não tem (E2, 35 anos).

Nós tem às 9h, quando dá 9h o ônibus buzina, manda nós parar, aí nós volta trabalhar 9h10 min., aí 14h o ônibus buzina, e nós volta a trabalhar 14h10 min. É dez minutos de pausa. [...] a gente fica ali descansando, amolando o facão. A gente fica lá onde nós estamos mesmo, mas só que a gente tem que parar. Lá é só dez minutos, quando é na diária dá pra deitar, mas quando é no corte de cana, nós fica tudo agoniado logo pra dar os dez minutos pra nós voltar a trabalhar. Tem que parar, é obrigatório (E3, 22 anos).

Como ganham por produção, os trabalhadores não gostam de realizar a pausa, pois acham que perdem tempo de produtividade no corte da cana, como foi exemplificado no relato de E3. Mesmo em condições de trabalho que agridem a sua saúde, os trabalhadores preferem não realizar as pausas, pois necessitam cortar uma maior quantidade de cana, visando um salário melhor.

Os trabalhadores também fazem pausa quando sentem a necessidade para ir ao banheiro. Os trabalhadores da lavoura canavieira revelaram queixas com relação às condições dos banheiros. Há também críticas com relação à longa distância percorrida para chegar ao banheiro improvisado com lona no meio do canavial ou utilizar o banheiro disponível dentro do ônibus.

Rumin (2004), nas visitas ao canavial em sua pesquisa, relatou que as instalações sanitárias eram consideradas precárias e atendiam apenas as exigências de privacidade dos trabalhadores. Antigamente, na zona rural os banheiros eram improvisados “um buraco é aberto no solo para o depósito de excrementos e em torno é erigida uma lona plástica que protege, especialmente as trabalhadoras, dos olhares” (Rumin, 2004, p. 134).

Ah, é uma cobertura, feita de lona e lá dentro tem uma pia, um vaso sanitário lá dentro. [...] quando está longe, aí não tem jeito, se a pessoa tiver com um quilômetro de distância, 500 metros de distância não jeito, mas quando estando perto, tem que usar o banheiro, tem o banheiro masculino e feminino. [...] fica perto do ônibus, mas quem tá longe fica complicado [o trabalhador quis dizer que antes o banheiro era improvisado com lona no meio do canavial e hoje o banheiro é dentro do ônibus] (E4, 42 anos).

Não tinha banheiro. Tinha que ir no meio do mato, não tinha banheiro. (...). Aí depois que eu saí, teve aquele lá [banheiro de lona]. [...] tinha que ir na lavoura. Tinha que ir bem longe da turma porque era muita gente. Então a gente tinha que andar longe. [...] Às vezes falava que a gente demorou pra chegar no serviço. Ele reclamava sim. [...] a gente falava, ele sabia, mas mesmo assim reclamava. [...] isso, o fiscal da gente: “nossa, mas vocês demoraram pra chegar, né?”. Porque a gente não ia sozinha, sempre ia em duas. Nunca ninguém foi sozinha. Tinha medo. Ah, porque é muita gente, muita turma, muito homem, então era carreador assim, uma entrava e a outra ficava no carreador, aí a outra entrava e a outra saía (E10, 41 anos).

A argumentação que os trabalhadores defendem é a inviabilidade para se utilizar o banheiro improvisado ou nos ônibus de transporte. Nos depoimentos acima, os trabalhadores ressaltaram a dificuldade de chegar ao banheiro armado no meio do canavial. Porém devido à distância, muitos não utilizam esses banheiros e acabam fazendo as necessidades fisiológicas em meio às canas-de-açúcar.

Muitas trabalhadoras também vão acompanhadas por outras colegas para satisfazer as suas necessidades fisiológicas, no meio do canavial, pois o banheiro se localiza a uma distância

longa de onde cortam a cana. Também a cobrança do fiscal da lavoura quando demoram a retornar ao trabalho após a pausa.

Almussa (2011) também identificou semelhanças nos relatos de trabalhadores rurais que entrevistou no que tange a utilização dos banheiros improvisados com lona no meio da lavoura. A autora destaca que, no discurso dos trabalhadores, os banheiros, quando montados, ficavam nas proximidades do ônibus.

[...] sendo que se o trabalhador estivesse realizando o corte em locais distantes do entorno do ônibus, preferia realizar suas necessidades fisiológicas no local em que estava realizando o seu trabalho, pois o deslocamento até o local específico demandaria tempo e perda de produção (Almussa, 2011, p. 85).

No relato abaixo, podemos identificar essa questão da distância do banheiro do local de trabalho.

[...] aí procura um lugar na cana mesmo, às vezes tem cana mais alta, grande por perto e procura a cana, procura o mato [quando o trabalhador está longe do ônibus]. [...] A gente encontrou uma vez, faz muito tempo já. A gente estava cortando cana queimada, o pé de rolo, e às vezes no ônibus tem banheiro, tem o banheiro das mulheres e dos homens, mas quando está apertado a gente não gosta, mas nós pega e faz no meio do mato, aí nós foi sair e estava um frio, uma chuva, a gente foi sair do outro lado da pista e aí a gente entrou, pra entrar dentro daqueles canão, manilhas que fala, tinha um morto lá, ave Maria. Tava morto já, estava começando até a manchar [revelou já ter encontrado um homem morto no canavial] [...] daí nós falou pro turmeiro, o turmeiro foi e chamou a polícia. Aí foi lá ver. [...] não lembro nada, só vi aquele dia lá, daquele jeito lá, aí eu tudo molhada, aquele frio, querendo ir pra casa logo, tomar um banho, pra jantar aquele dia nem jantar, nós não jantou, não conseguia (E9, 39 anos).

E9 destacou a preferência pelo canavial, quando está longe do banheiro do ônibus para satisfazer suas necessidades fisiológicas. Há alguns anos, encontrou um homem morto no meio do canavial quando estava tentando se esconder em meio às canas para fazer suas necessidades. A trabalhadora tem lembrança daquele dia e da imagem que ficou em sua memória. Teve dificuldade para se restabelecer, não conseguindo nem jantar naquela noite do ocorrido, devido ao impacto que isso acarretou em sua vida no trabalho e nos dias que se sucederam ao episódio.

Os trabalhadores do turno da noite, que operam as máquinas agrícolas, também utilizam os banheiros dos ônibus. Eles ressaltam que precisam avisar pelo rádio quando sentem a necessidade de utilizar o banheiro, pois a máquina tem que ser desligada para que o trabalhador possa se ausentar por alguns minutos.

Aí tem um ônibus de banheiro lá com a gente, por exemplo, se a gente precisar de banheiro, a gente passa o rádio lá, pode pedir qualquer hora, aí eles vão até a gente. [...] tudo controlado pelo rádio (E1, 23 anos).

Às vezes a gente não usa, esse horário da noite, seu corpo já não (...), mas quando tem, você para. [...] às vezes usa [no ônibus], às vezes também (...) às vezes tem gente na máquina e você pega uma viagem pra ir lá rapidinho. (...) às vezes ele vai lá buscar uma viagem pra você. (...) as máquina são todas localizadas, às vezes você está colhendo aqui e o banheiro é aqui no meio, então, se for assim é muito perto. Mas não é de beber água esse horário, e seu corpo vai se adaptando. [...] antes era uma armação de ferro, você colocava lá um tipo de ferros, colocava lá, e vinha uma lona pra cobrir. Assentava um vasilha ali dentro e cavava um buraco ali na cavadeira e ficava ali. [...] às vezes ia, às vezes não [para utilizar esse banheiro de lona], às vezes estava longe, e era uma coisa assim que todo mundo usava e ficava aquele mau cheiro lá dentro do banheiro, ficava com mau cheiro. Era ruim. [...] perde tempo [de produção]. Aí vai lá, tinha mato, né? (E2, 35 anos).

O trabalhador, no relato acima, revelou mudanças em seu organismo devido ao trabalho noturno. Afirmou que a noite não toma muita água e o organismo do trabalhador acostumou-se com a pouca quantidade de água que ingere. O trabalhador salientou diferenças quanto às condições oferecidas aos trabalhadores com relação aos banheiros. Antigamente, o banheiro era improvisado, com uma armação de ferro, coberta por lona, ainda, nos dias de hoje, essa armação permanece, porém hoje também há banheiros nos ônibus. Salienta que quando havia esse banheiro, improvisado, não utilizava com frequência devido ao mau cheiro, pois eram muitas pessoas no canavial que o utilizavam. E para não perder tempo na produção de corte, quando era cortador de cana manual, utilizava o canavial para se esconder e satisfazer suas necessidades.

Com relação às condições de higiene dos banheiros dos ônibus, uma trabalhadora destacou acerca da limpeza que ela realiza durante a sua jornada de trabalho. Esta trabalhadora não realiza mais o trabalho manual de corte na lavoura devido a um problema de saúde adquirido pelo esforço no trabalho. Hoje, ela mudou de função e exercer várias atividades no canavial, e uma dessas funções é a manutenção da limpeza dos banheiros.

[...] é dentro do ônibus. [...] é adequado, é limpinho. Porque é eu que limpo, né? Todo dia eu tenho que limpar, porque é obrigado a limpar. Se caso o fiscal chegar, pegar coisa errada ali, pegar o banheiro sujo, alguma coisa, mal arrumado, ele fala, então, tem que manter limpo, manter bem cuidado. [...] Agora, todos os ônibus da firma é obrigado ter banheiro dentro. É dois [masculino e feminino] (E9, 39 anos).

É comum no discurso dos trabalhadores a dificuldade que sentem para utilizar os banheiros tanto os disponíveis nos ônibus quanto aqueles improvisados com lonas. Alguns

trabalhadores se queixam por não conseguirem utilizar as opções que o trabalho oferece. Muitos trabalhadores destacaram que utilizam o próprio canavial para satisfação orgânica, porém, alguns trabalhadores não conseguem utilizar nenhuma das opções que o trabalho oferece, seja o banheiro no ônibus, o improvisado de lona, ou tentar se esconder no canavial para tentar realizar as suas necessidades fisiológicas.

No depoimento abaixo, a trabalhadora salienta que essa dificuldade para satisfazer suas necessidades, durante a jornada de trabalho, trouxe prejuízo em sua saúde, pois apenas utilizava o banheiro quando saía para o trabalho, em sua própria residência, e no retorno do trabalho, quando também chegava a sua casa.

Hoje, eu padeço com meu intestino porque eu fazia necessidade a hora que eu saía de casa e a hora que eu chegava. [...] Pra quem consegue ir, o jeito é ir no mato (E7, 52 anos).

Quanto às necessidades fisiológicas do corpo, Seligmann-Silva (1994) destaca que,

Existem necessidades básicas como beber, comer, de urinar e evacuar, além de respirar adequadamente e de haver pausas para descanso. Estas são necessidades fisiológicas que se manifestam durante as jornadas de trabalho, variando sua intensidade conforme as condições ambientais e a natureza da própria tarefa. Há também necessidades permanentes do corpo que surgem geralmente intimamente conectadas as necessidades psicológicas de descrição mais complexa. Lembramos apenas a mais simples: a necessidade de sentir que existe uma consideração, um respeito pelas exigências do corpo. Recordemos ainda que algum grau de conforto e bem estar faz parte deste processo (Seligmann-Silva, 1994, pp.150-151).

7.4.8 A queima da cana-de-açúcar e o uso de agrotóxicos

Outro aspecto que destacamos, neste estudo, é o processo da queima da cana-de-açúcar. Nos últimos anos vem sendo discutido o fim das queimadas no canavial.

No Brasil, essa prática, da queima da cana, ainda é muito comumente usada na colheita manual, antes do corte da cana. A prática da queima da cana-de-açúcar antes do corte aumenta a produtividade do trabalhador, pois evita a retirada da palha da cana, como nos foi relatado pelos trabalhadores.

No estado de São Paulo, a safra da cana vai de maio a novembro, período que coincide com as baixas precipitações pluviométricas e piores condições de dispersão dos poluentes atmosféricos. As queimadas causam impactos negativos sobre a qualidade do ar e sobre a saúde das pessoas que vivem nas regiões canavieiras (H. Ribeiro, 2008)

Com relação à queima da cana, H. Ribeiro e Ficarelli (2010) explicam o motivo da queima da cana-de-açúcar como um processo facilitador para o corte.

A cana-de-açúcar (*Saccharum* sp) é uma planta bastante rígida com tecidos resistentes e elásticos, o que dificulta seu corte. A maior parte da cana-de-açúcar no Brasil é colhida manualmente. A queima das lavouras na pré-colheita torna a planta mais quebradiça, maximizando a capacidade de corte e reduzindo o tempo de colheita. Quando a cana é cortada verde, sem queima, a produtividade média do cortador pode cair até 1/5. A queima da cana traz algumas vantagens agrícolas, além da facilitação do corte (H. Ribeiro & Ficarelli, 2010, p. 50).

Os trabalhadores salientaram essa questão em seus depoimentos sobre o fim das queimadas da cana. Também destacam, em seus relatos, que a queima da cana se torna uma estratégia facilitadora para o corte, pois elimina a presença de animais peçonhentos entre as canas, como cobras e aranhas, e possibilita uma melhor visibilidade no trabalho, diminuindo o risco de acidentes de trabalho.

Olha, hoje na Usina (...), praticamente não existe, às vezes acontece um incêndio, que alguém inicia, às vezes acontece um acidente, às vezes quando tem cana queimada acontece isso, mas hoje não tem mais cana queimada. [...] hoje é proibido, a queima da cana prejudica muito o meio ambiente, né? Aí fica aquela seca, a pessoa adoece. Hoje morre muitos bichos queimados, mas parece que até 2014 e 2015 não vai ter cana queimada. [...] Olha, pra nós era [trabalhador relata sobre a facilidade do corte com a queima da cana]. Nós tinha menos acidente, evitava acidente, às vezes você tinha facilidade pra trabalhar mais fácil. Sujava toda a roupa. [...] fica mais fácil [para cortar], você tem mais visão da cana. [...] porque assim, porque às vezes você tem mais facilidade e quando você tem mais facilidade, você tem menos acidente, né? (...) a ponta da cana, às vezes causava um acidente, tá cortando aqui, você descuida do facão aí engancha, aí vem na sua mão (E2, 35 anos).

(...) tem a queimada [cana] e a com palha. A queimada é pra moer lá na usina, pra fazer açúcar, álcool, a palha é pra plantar, mas agora não está mais cortando cana queimada, agora não pode mais queimar cana, né? Na região aqui não pode mais queimar, então corta tudo na palha, e graças a Deus eu saí porque eu morro de medo de cobra. Acha tanta cobra. Agora é difícil queimar cana, agora é tudo na palha. [...] tenho que limpar a cana, tirar a palhinha dela, deixar ela limpa e depois cortar. Eu cortei meu dedo cortando cana na palha, porque cana pra muda, você tem que cortar a ponta no alto e fui cortar e puf no meu dedo. [...] a cana já estava queimadinha, tava pretinha, não tinha uma palhinha (E8, 43 anos).

Eles nem queimam mais, e eles já cortam. [...] ainda tem um pouco, mas é bem menos. [...] A queima, eles queimavam à tarde ou à noite, ou de manhã, que era só queimada, não tinha perdição, então era cana queimada, o serviço era mais rápido, não tinha a palha, porque cortar na palha é mais difícil, né? Era tudo queimado, agora com a lei mudou, então, ouvi falar que até o próximo ano [2014], nada de queima. Então, vê bem

pouco queima, bem pouco menos. [...] Facilitava, por causa da palha. Rende menos o serviço (...), você elimina a palha, tinha a cana só. E com a palha você tinha que ficar limpando. Hoje em dia também, as usinas (...) a palha vira bagaço, ponta (...) antigamente cortava, às vezes jogava três gomos de pontas. Hoje em dia, sai álcool até do palmito da ponta. Quanto menos tirar mais lucro dá (E5, 44 anos).

Bom, até no momento que ninguém sabia que queimar a cana prejudicava o meio ambiente, quanto mais queimava pra gente era melhor. [marido: e também por causa de animais, porque cana queimada não tem cobra]. Não tem aranha [marido: não tem nada e a cana crua tem, é muito mais perigoso. A cobra, vira e mexe, eles catavam cobra lá]. É cortando cana pra muda vire e mexe abraçava uma. (...) Já teve gente, mas eu nunca fui, graças a Deus, nunca fui picada, mas já teve gente. Eu vi gente picada de cobra na cana e vi gente picada na colheita de laranja (E7, 52 anos).

Pra cortar na cana na palha já é mais ruim, é mais difícil, porque a cana queimada, você já chega ali e você já vê que ela está queimada, que não tem bicho nenhum no meio, agora cana palha não, na cana palha você pode encontrar cobra, ou encontrar até gente no meio da cana morto. [...] eu mesmo não cheguei encontrar, mas outra turma já encontrou, porque acontece. Ele mesmo aqui [apontou para o marido], antes dele ser mecânico, ele trabalhava no comboio, já chegou a vê o cara amarrado, todo espancado no meio da mata. Já chegou a ver e ligaram pra polícia, e a polícia foi lá ver e pegou o cara e levou. [marido: acho que vai fazer uns oito anos] (E9, 39 anos).

Segundo os trabalhadores, a queima da cana-de-açúcar facilita o trabalho na lavoura, pois não precisam tirar a palha da cana, apenas cortá-la. Sem a queima, eles necessitam tirar a palha antes do corte e isso exige um tempo maior da produção. Além da presença de animais como aranhas e cobras, em meio às canas.

Alguns acidentes de trabalho na lavoura ocorrem devido a dificuldade de se cortar a cana na palha, como visto no relato de E8. A facilidade da queima antes do corte faz com que os trabalhadores ganhem tempo e, consequentemente, cortam mais cana. Segundo a trabalhadora, a cana fica limpa, sem nenhuma palha. Para a maioria deles, isso seria um fator positivo no trabalho, já que recebem o salário por produção.

No depoimento abaixo, uma trabalhadora revelou uma história sobre a queimada da cana, ocorrida no canavial, quando ainda era cortadora.

Naquela época queimava. Queimava os talhão pra nós trabalhar, aí ficava limpo, achava lá umas cobras mortas, bicho no mato. Um dia, (...) tinha chovido bastante, a gente estava cortando cana na palha, na palha é ruim, nossa, enrosca cobra, um monte de coisa. É mais difícil, não rende. Aí, estava eu e o grupo, e a gente entrou pro meio, estava muito molhado e o pessoal devagarinho foram queimando os toquinhos, sabe, punha assim, queimava um trechinho, apagava. Aí, acho que o sol foi esquentando e rapidinho incendiou, né? E quando a gente seguiu, pra trás estava já tomado de fumaça e nós corremos um pouco pra frente, eu e mais duas, só que a gente não sabia o quanto

estava de distância lá, se ia conseguir correr mais do que o fogo. E aí a gente ficou numa sinuca, aí de repente a gente correu ainda, sorte que a gente não conseguiu ir muito pra frente. A gente já virou pra trás e voltou correndo, quando a gente chegou o fogo já estava incendiando, nós conseguimos passar. Pois a tarde eu não consegui trabalhar. Eu olhava aquele fogo, assim, eu fiquei com medo, fiquei com trauma. [...] quando viu, o talhão incendiou, e esquentou, pegou e foi embora. E depois eu voltei lá, onde a gente estava que tinha cortado, eu pensei em deitar em cima de um monte de palha. A única solução nossa, mesmo passar no calor, eles ia queimar, né? Ia pegar fogo em nós. Estava eu e nós duas, a C. e a F. [citou o nome das duas colegas] e a gente voltou, correndo pra trás e a gente conseguiu sair a tempo do fogo incendiar. Quando eu olhei pra trás, eu falei: 'tem fogo aí, vamos correr'. [...] todo mundo conseguiu [sair]. Aí eu fiquei traumatizada por um bom tempo, então, eu tenho muito medo de fogo hoje. Agora parei um pouco, mas nossa eu não podia ver fogo na minha frente. Aí vinha na cabeça. [...] foi assim (...) tava quase tudo terminado os talhão, acabamos de cortar e fomos pro outro, aí foi eles que colocaram, porque já era na parte da tarde. Mas eu não consegui trabalhar. Era de tardezinha já, mas a maior parte do dia eu já tinha feito. Foi só esse acidente que aconteceu. (...) nossa, eu fico só imaginando, e se a gente não tivesse inventado de virar pra trás? Tinha morrido, eu, a C. e a F. (...) meu genro também disse, acho que é lá na região que ele mexe com cana, lá por perto morreu um preso [na cana], ele foi dá sinal pros outros, né? Eu não sei o que que aconteceu, que ele tava num lugar ali, não conseguiu sair e morreu. É muito perigoso. [...] quando vem esse sol quente assim, mas hoje foi bom a proibida da queima de cana. [...] facilitava muito mais. Cortar, limpar, fica limpinha, só sujava de preto em tudo. É terrível cortar cana na palha. Sabe quanto tempo você perde? Paga um pouco mais, mas (...) (E11, 59 anos).

A trabalhadora revelou uma história muito importante sobre a sua vivência como trabalhadora rural. Há muitos acidentes, na lavoura, relacionados a incêndio dos talhões de cana. Na história da trabalhadora, ela afirma que o grupo de trabalhadores colocou fogo num dos talhões de cana, apenas para realizar o corte, pois assim não seria necessário descascar a palha da cana. Porém, com o calor do sol, o fogo se espalhou por toda a plantação de cana-de-açúcar. Com medo, E11 e as outras duas colegas correram para fugir do fogo, mas ficaram presas entre as canas, em decorrência da rapidez com que o fogo se espalhou. Quando conseguiram escapar do fogo, tiveram a dimensão do perigo e do risco que estavam enfrentando naquele momento. Relata do medo que sentiu de morrer, presa no canavial, na hora do incêndio, pensando em alguma solução, teve a ideia de deitar nas palhas que havia cortado, porém, na hora do desespero chegaram a conclusão que deveriam passar pelo calor do fogo para encontrar uma saída entre as canas-de-açúcar.

A trabalhadora também relatou que, mesmo o acidente ter ocorrido há alguns anos, ainda sente medo do fogo. Ela tem na memória, os detalhes do acontecido e salienta o trauma que carregou por anos com relação ao fogo. Em seu relato, revelou outro exemplo de acidente no canavial relacionado ao fogo, contado por seu genro. Ela contou a história de um trabalhador

que morreu, na lavoura da cana-de-açúcar, pois não conseguiu escapar do fogo que atingiu os talhões de cana.

Na região de Araraquara, há muitas histórias e notícias com relação às mortes no canavial paulista, provocados pela prática da queima da cana-de-açúcar. Mesmo os trabalhadores ressaltando que houve uma diminuição da queimada na lavoura, para eles essa prática facilitava o corte manual.

Atualmente se discute o fim das queimadas. A Lei No. 11.241 (2002) do estado de São Paulo proíbe a queima da cana-de-açúcar pré-colheita em virtude do alto impacto que a fumaça causa na saúde coletiva e no meio ambiente. H. Ribeiro e Ficarelli (2010) destacam que,

De modo gradativo, a previsão inicial era de que a proibição fosse efetiva em 2031. Posteriormente, acordo entre governo do Estado e União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), estabeleceu redução do prazo para 2017. A cana-de-açúcar, quando não queimada, exige muito mais esforço dos cortadores, diminuindo a produtividade do corte manual em comparação às máquinas colheitadeiras (H. Ribeiro & Ficarelli, 2010, p. 48).

Segundo Ronquim (2010), o estado de São Paulo é o maior produtor de cana-de-açúcar e vem buscando viabilizar a sustentabilidade desse agronegócio por meio de um protocolo de intenções, regido por lei em que a prática da queima da palha da cana deve ser gradativamente reduzida até sua completa eliminação⁷⁴.

O autor ainda destaca que os motivos para se queimar a palha de cana antes do corte são: a segurança do trabalhador, o aumento do rendimento do corte, a melhoria no cultivo e em novos plantios e a eliminação de impurezas.

As autoras L. Oliveira e Barrocas (2001) também relatam sobre as razões da prática da queima da cana devido à: facilidade e rendimento do corte; redução de acidentes de trabalho que envolve o cortador de cana; melhoria da qualidade tecnológica da matéria-prima; controle de plantas daninhas e pragas; redução de custos de corte, carregamento, transporte e processo industrial; propiciar os tratos agrícolas e desenvolvimento de soqueiras.

⁷⁴ No ano de 2002 foi aprovada a Lei Estadual No. 11.241 que estipulou a eliminação gradual da queima nos canaviais, com prazo final em 2021 para áreas mecanizáveis e em 2031 para área não mecanizáveis. Ronquim (2010) destaca que para acelerar o processo de diminuição da queimada, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) firmaram em agosto de 2007, um protocolo de intenções em que a prática da queima da palha da cana deve ser gradativamente reduzida até sua completa eliminação até 2017 e até 2014 em áreas mecanizáveis. Para os fornecedores de cana, a proposta é a de que a eliminação total da queima ocorra até 2021. O autor destaca dois marcos importantes desse protocolo: I) até 2010, 70% da cana deve ser colhida sem prática da queima, e II) a partir da safra 2008/2009, as áreas de expansão somente poderão ser colhidas sem uso do fogo.

Para as autoras, L. Oliveira e Barrocas (2001, p. 2), “o resultado da queimada no processo da safra, são focos de fumaça por cima dos canaviais que diariamente espalham fuligem poluindo a atmosfera, atingindo as áreas urbanas, como partículas, somando-se à poluição de seus distritos industriais”.

Até a prorrogação gradativa do fim das queimadas, em 2031, a população que vive no entorno das áreas de queimada continuará a sofrer com as queimadas, ou seja, “[...] continuará a sofrer as interferências negativas do ‘carvãozinho’ no cotidiano” (Lopes & Ribeiro, 2006, p. 218).

Lopes e Ribeiro (2006) salientam a relação existente entre os municípios com concentração de queimadas da cana-de-açúcar e problemas respiratórios. “[...] foi possível observar que os municípios com os mais altos coeficientes de incidência de internações por afecções das vias respiratórias situam-se nas áreas onde ocorrem as maiores concentrações de queimadas” (p. 220).

A prática da colheita com cana queimada emite para o ar atmosférico quantidades significativas de gases que contribuem não só para o efeito estufa, mas também para a chuva ácida e a inversão térmica, que são fenômenos responsáveis por problemas respiratórios em pessoas que residem em cidades que apresentam grandes áreas com o plantio da cana-de-açúcar (Marques, Sasso, Sato, & Souza, 2009).

A queimada da cana gera grande quantidade de elemento particulado negro denominado fuligem da cana. De acordo com Arbex, Cançado, Pereira, Braga e Saldiva (2004), as regiões onde ocorrem as queimadas da cana são verdadeiros laboratórios naturais onde a população fica exposta por aproximadamente seis meses ao ano a esses poluentes provenientes da queima de biomassa.

Os autores ainda destacam que muitos pacientes com doenças crônicas do aparelho respiratório, como bronquite crônica, enfisema e asma, referem agravamento dos seus sintomas no período do ano que coincide com a queimada da cana. “A presença na atmosfera de resíduos grosseiros resultantes da combustão da cana-de-açúcar aparece, para a população em geral, como a evidência de que os sintomas respiratórios dependem ou são agravados pela poluição ambiental gerada pelas queimadas” (Arbex et al., 2004, p. 170).

As mudanças que ocorrem no ambiente devido à ação humana na atividade da cana-de-açúcar acarretam impactos sobre a saúde da população que residem nas regiões onde há o predomínio desta atividade e também na saúde dos trabalhadores rurais que entram em contato com a cana queimada.

A cana queimada facilita o trabalho do cortador. Segundo Ronquim (2010) as probabilidades de ferimentos com o facão no corte de cana não queimada são maiores, pois o trabalhador tem mais dificuldade de trabalhar devido a cana produzir muitas folhas, o que atrapalha a visão.

O desgaste físico do trabalhador também torna-se maior, por ser necessária maior quantidade de movimentos para o corte, desponte e limpeza da cana. Portanto, o fogo na cultura da cana facilita o corte, afugenta os animais peçonhentos, agiliza toda a operação, age eficazmente onde o homem e a máquina encontrariam dificuldades para operar, como em regiões acidentadas ou extremamente densas do plantio; enfim, é uma técnica facilitadora e de economia de custos de produção (Ronquim, 2010, p. 26).

H. Ribeiro e Ficarelli (2010) destacam que as queixas de saúde dos trabalhadores rurais estão relacionadas ao processo produtivo que estão envolvidos, como dores nas costas, tosse, fadiga muscular, ardor nos olhos. A ardência nos olhos, a tosse e falta de ar são sintomas que têm maior intensidade na época das queimadas, segundo entrevistas com trabalhadores rurais realizadas pelos autores.

Além das precárias condições que os trabalhadores enfrentam no ambiente de trabalho, com relação ao sol, a chuva, a presença de animais peçonhentos, às condições do banheiro e do local onde a refeição é realizada, eles também trabalham num ambiente em que há a presença de agrotóxicos na lavoura canavieira. Outro aspecto a ser destacado, em nosso estudo, é a utilização de agrotóxicos na lavoura.

No Brasil, os produtos químicos utilizados no controle de pragas ganharam legislação específica no ano de 1989, com a Lei No. 7.802, regulamentada pelo Decreto No. 4.074 de 2002, que define os agrotóxicos e afins como produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento.

O Brasil é um dos países mais consumidores de agrotóxicos do mundo e também um dos que possui uma posição de destaque em produção agrícola. Segundo M.L.P.C. Ferreira (2015), o modelo agrícola adotado no país está fortemente vinculado ao uso de agrotóxico,

considerando-se também que a agricultura em nosso país está centrada em um modelo de desenvolvimento voltado a ganhos de produtividade.

Para M.L.P.C. Ferreira (2015, p. 20), “[...] os impactos para o meio ambiente e para a saúde humana tem sido negligenciados, e a contaminação dos recursos ambientais passa a ser uma realidade que ameaça a qualidade de vida das presentes e futuras gerações”.

A utilização dos agrotóxicos no meio rural brasileiro exerce um grande impacto na saúde pública, pois acarreta uma série de consequências para o meio ambiente, para a população e para a saúde do trabalhador.

Segundo Ismael, Rocha, Lins-Filho e Lima (2015, p. 25) ressaltam que

Com a expansão das áreas de agricultura sem o devido planejamento territorial, aumentaram-se os impactos causados pelo uso dos agrotóxicos sobre o ambiente, contribuindo assim para a poluição do ar, do solo, das águas e a intoxicação dos homens e animais.

Por isso, a exposição humana aos agrotóxicos se configura em um sério problema de saúde pública. Os trabalhadores rurais necessitam de proteção ao manusear os produtos químicos e também de informações sobre esses produtos.

Segundo Stoppelli e Magalhães (2005, p. 96),

O trabalhador rural, muitas vezes por desinformação ou por falta de recursos, não utiliza os equipamentos de proteção individual (EPI) no momento da preparação e utilização do produto químico. Estes aparelhos não são adequados ao clima e à carga laboral brasileira.

Segundo J.M. Silva et al. (2005) a exposição a fertilizantes pode causar intoxicações graves e até mesmo mortais. Os autores destacam que,

As intoxicações registradas têm sido consideradas acidentais, envolvendo produtos do grupo dos fosfatos, sais de potássio e nitratos. As intoxicações por fosfatos se caracterizam por hipocalcemia, enquanto as causadas por sais de potássio provocam ulceração da mucosa gástrica, hemorragia, perfuração intestinal etc. Os nitratos, uma vez no organismo, se transformam – por meio de uma série de reações metabólicas – em nitrosaminas, que são substâncias cancerígenas (J.M. Silva, 2005, p. 894).

Na lavoura da cana-de-açúcar é muito comum o uso de agrotóxicos. Os trabalhadores desta pesquisa relataram que entre as safras realizam o trabalho com veneno na lavoura, principalmente, na época em que plantam a cana-de-açúcar.

Quando acaba a safra, eu trabalho. É que aí vai pro plantio. A gente vai trabalhar com a planta, aí trabalha com produto químico. [...] na safra fico no corte mecanizado. [...] acaba a safra e começa a plantar. [...] nós trabalha com máquina também [na plantação]. Só que eu acompanho uma pessoa que faz parte da cobrição, e nós vamos pondo um produto químico pra eles poder cobrir a cana. Espalha um produto químico, o veneno. (...) Furadan, é um veneno forte e um tal de Regente. [...] que usam na plantação, na cobrição de cana, joga produto químico pra não dar inseto, na broca da cana, um bichinho que fura a broca da cana, e coloca aquele produto pra combater aqueles insetos. [...] ele é colocado numa máquina, com uma bomba. A bomba tem uns bicos que você liga os bicos e ela joga tudo dentro [na cana], mas ele tem um cheiro muito forte. [...] isso, aí você liga o motorzinho, aí ele já liga, aí você vai jogando dentro. Tem cheiro forte, você põe luva, você põe máscara, mas tem o cheiro muito forte, tem o cheiro muito enjoado. Foi isso que me intoxicou uma vez. Cheiro dele que me intoxicou. [...] acho que é um três meses, porque acabou a safra, nós pega férias, aí quando volta, às vezes chove, aí começa de fevereiro até março, abril. Deve ser um dois meses, dois meses e meio que nós trabalha nessa área. [...] é das 16h a meia noite, porque estou quatro anos nesse horário das 16h a meia noite. [...] esse plantio é manual porque assim, o pessoal só faz a parte com o maquinário, aí a parte manual o pessoal do dia que faz. A cana já está tudo no sulco, aí eles vão só cobrir e jogar veneno. A cobrição é junto com o veneno. [...] nós faz a parte só com o maquinário. [...] O cheiro é muito forte. Ah, passei mal. Sai daqui pra Araraquara com o estômago embrulhado (E2, 35 anos).

É comum na lavoura da cana o trabalhador exercer outras atividades entre a safra da cana, como nos foi relatado no depoimento acima. O trabalhador executa suas atividades no corte mecanizado, mas quando acaba a safra também planta e aplica herbicida na plantação de cana-de-açúcar.

Uma das principais queixas dos trabalhadores, quanto aos agrotóxicos, seria o forte cheiro do produto. Muitos ressaltaram que se sentem mal quando aplicam o veneno na lavoura devido o odor do produto que utilizam.

(...) no plantio, sim, mas é acho que tem um tempo pra pessoa mexer com aquilo lá, não pode na mesma hora que eles passam plantando na cana lá e a pessoa ir lá e fazer aquele serviço ali porque o veneno ainda tá recente ali, então dá um tempo. [...] é, às vezes a gente vai passando e a máquina está ali plantando ali naquele local e não tem jeito porque ali o produto é muito forte. [trabalhador revela sobre o cheiro forte do produto]. [...] A gente vê sim. [...] eu mesmo não sinto não, agora tem gente que passa mal. [...] sentir cheiro, eu sinto (E4, 42 anos).

Ah já, a gente sente nas plantas que eles passam veneno, a gente sente. [...] (...) tinha vez que ficava com uma dorzinha de cabeça, mas passava. [...] deve ser né? Porque o cheiro muito forte (E8, 43 anos).

(...) sentia, era bem forte (...) dava uma alergia muito forte no nariz da gente, aí ia lá e o médico dava um remédio que a gente pingava no nariz. (...). Aí pingava, era ele que

dava o remédio pra nós. [...] Tampava tudo assim, o nariz sangrava. Saia sangue do nariz. Por causa do veneno, por causa do cheiro do veneno. A gente via o veneno. [...] aí aquele pó amarelo que vinha no nariz da gente lá, e tampava tudo. Ficava ruim pra caramba. A gente sentia. [...] enquanto eu estava lá, não tinha máscara, não sei se tem hoje, mas na época minha não tinha não (E10, 41 anos).

Os trabalhadores destacaram o cheiro forte do produto químico. O uso do agrotóxico sem o devido treinamento pode causar intoxicações graves nos indivíduos. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a exposição a agrotóxicos pode provocar uma variedade de doenças que dependem dos produtos usados, do tempo de uso e da quantidade que penetrou no seu corpo (Anvisa, 2011).

O agrotóxico pode penetrar no corpo do trabalhador por algumas vias e podem ter reações adversas, como destaca a Anvisa (2011):

- na contaminação por contato com a pele (via dérmica): irritação (pele vermelha, quente e dolorosa, inchaço e, às vezes, ardência e brotoejas. Desidratação (pele seca, escamosa, às vezes infeccionada com dor e pus, e evoluindo para cicatriz deformadas esbranquiçadas ou escuras). Alergia (brotoejas com coceiras).

- na contaminação através da respiração (via inalatória): ardência do nariz e da boca, tosse, corrimento de nariz, dor no peito, dificuldade de respirar.

- na contaminação pela boca (via oral): irritação da boca e garganta, dor de estômago, náuseas, vômitos, diarreia.

Outros efeitos graves podem aparecer após a contaminação prolongada, como por exemplo, dor de cabeça, transpiração anormal, fraqueza, câimbras, tremores, irritabilidade, dificuldade para dormir, dificuldade de aprender, esquecimento, aborto, impotência, depressão (Anvisa, 2011).

Em um estudo epidemiológico com trabalhadores rurais na Serra Gaúcha, realizado por Faria, Facchini, Fassa e Tomasi (1999), os autores encontraram uma elevada prevalência de transtornos psiquiátricos menores nos agricultores da Serra Gaúcha. Neste estudo, “a intoxicação por agrotóxicos apresentou uma forte associação com transtornos psiquiátricos menores” (p. 399).

De acordo com Levigard e Rozemberg (2004), as intoxicações por agrotóxicos são manifestadas pela diminuição das defesas imunológicas, da anemia, da impotência sexual masculina, da cefaleia, da insônia, de alterações da pressão arterial, de alterações do humor (distímias) e de distúrbios do comportamento (surto psicóticos). Esses aspectos são descritos

pelos agricultores, como frequentes no dia a dia, o que muitas vezes, acarreta a interrupção do trabalho na lavoura, segundo ordens médicas.

Em estudos sobre problemas dos nervos entre trabalhadores rurais, os autores Levigard e Rozemberg (2004), destacam as entrevistas com os profissionais do Programa da Saúde da Família (PSF) com relação aos principais problemas de saúde da população local. Nas entrevistas, os profissionais do PSF ressaltaram como principais problemas a hipertensão arterial, as verminoses, as intoxicações por agrotóxicos, as manifestações de nervos e as doenças músculo-esqueléticas. “O entrelaçamento destes agravos evidencia sua relação com os hábitos de vida e com os processos de trabalho e realça questões sociais, econômicas e ambientais” (Levigard & Rozemberg, 2004, p. 1519).

No que tange mais especificamente ao tema das queixas de nervoso, observamos que no relato dos profissionais há quase unanimidade na afirmação de que apesar da beleza e da calma da região, as pessoas são muito estressadas, muito nervosas. As intoxicações por agrotóxicos, a desvalorização econômica da atividade agrícola, a sobrecarga de trabalho, a perda progressiva da terra como referencial de vida, o cansaço com os grandes deslocamentos para o centro da cidade, o fechamento de fábricas no município e o conseqüente desemprego na área urbana, a falta de perspectiva para construir o futuro, o isolamento social, a insatisfação conjugal, a aculturação a valores diferentes daqueles do grupo de origem, e a falta de lazer, estão entre os determinantes apontados para as manifestações de nervoso nas comunidades (Levigard & Rozemberg, 2004, p. 1519).

Em nossos estudos, também entrevistamos trabalhadores que aplicam agrotóxicos na lavoura. Com relação as nossas observações, veremos mais detalhes no capítulo acerca dos acidentes de trabalho e doenças relacionadas ao trabalho.

Nos relatos dos trabalhadores entrevistados, em nossa pesquisa, também se verificou a questão da mecanização na aplicação de herbicida na lavoura canavieira, como pode ser visto no depoimento abaixo.

Nossa, agora menina, precisa de ver, pra cana amadurar, eles passam veneno com avião, com aeronave. A usina tinha um, tem dois agora. Carpir, eles não carpem mais. Aqui na região de cana, (...) tem peixe só nas represas que é protegida pelo Ibama, porque nas outras passa veneno na cana, chove e vai tudo pro rio e mata os peixes. [...] quando não tem ninguém [aviões passam na lavoura quando não tem ninguém no canavial]. Eles passam veneno pra amadurar a cana. Pra matar o mato é passado com um trator que a roda dele tem a altura da porta, já viu eles? [marido: chama trator gafanhoto. É um trator, é uma asa assim que é do tamanho de uma pessoa]. (...) Pra subir, a gente sobe na escada de modo que a cana tá de cinco, seis gomos, ele passa, passando o veneno, a asa dele tem que pegar nove ruas pra lá, nove rua pra cá, da largura da rua assim tem uma tira que sai veneno, assim tem outra, certinho na rua de cana. E quem trabalha com aquilo sem proteção nenhuma se intoxica (E7, 52 anos).

A trabalhadora destacou os perigos da utilização do agrotóxico na lavoura canavieira. Não apenas pelo prejuízo ao meio ambiente, com a mortalidade dos peixes dos rios que ficam próximos ao canavial, mas também pela falta de proteção, com roupas impróprias e o inadequado treinamento do trabalhador para manusear o produto químico.

7.4.9 O trabalho na lavoura canavieira e o desgaste da saúde física e psíquica

O trabalho na lavoura canavieira traz um desgaste para a saúde física e psíquica do trabalhador.

O intenso ritmo de trabalho na lavoura canavieira repercute na saúde do trabalhador rural. A movimentação do corpo durante a jornada de trabalho que o trabalhador faz no canavial é um componente de desgaste. Além desse desgaste físico, os trabalhadores também sofrem o desgaste psíquico por meio das exigências do trabalho, da pressão por produzir mais, da cobrança por faltarem por motivos de saúde e da qualidade do trabalho que realizam.

Essa intensificação do trabalho e a forma como o processo de trabalho estão organizados trazem sérias consequências à saúde dos trabalhadores. Os trabalhadores rurais adoecem fisicamente e psiquicamente na lavoura canavieira.

É um trabalho que, além de expor o trabalhador a toda sorte de intempéries, como a maioria dos trabalhos rurais, (e aqui é bom lembrar que a temperatura na região em épocas de safra pode atingir quase os 40°C, expô-lo ao risco de acidentes com animais peçonhentos, intoxicações por agrotóxicos, entre outros), submete-o a ritmos acelerados na medida em que o ganho, geralmente, dá-se por tarefa realizada (Alessi & Navarro, 1997, p. 116).

No processo de trabalho na lavoura, um dos principais agravantes da saúde do trabalhador rural é o desgaste do corpo.

Nos depoimentos, os trabalhadores salientaram diversas formas de adoecimento, tanto física como psíquica, que o trabalho na lavoura canavieira acarreta em sua saúde. Eles destacaram os problemas de coluna; as lesões por esforços repetitivos; câimbras durante a execução da atividade; queda de pressão; envelhecimento da pele, provocado pelo sol; intoxicações por agrotóxicos; lesões no corpo em virtude de acidente de trabalho; cansaço físico; estresse; alterações no organismo devido ao trabalho no turno da noite, etc.

Com relação às queixas de saúde dos trabalhadores rurais, Alessi e Navarro (1997, p. 117) abordam que,

E não são só os acidentes que determinam processos de morbidade e/ou mortalidade dos trabalhos rurais. Seu corpo, utilizado como parte das engrenagens da indústria sucroalcooleira, rapidamente se desgasta e sofre. São comuns as queixas de dores na coluna vertebral, principalmente lombar e torácica, assim como dores de cabeça.

A seguir, os depoimentos dos trabalhadores refletem essas formas de adoecimento pelo trabalho. Os trabalhadores revelaram aquilo que seria mais desgastante para eles na execução da atividade na cana-de-açúcar. O desgaste da saúde do trabalhador que executa a atividade na lavoura canavieira se torna visível tanto para aqueles que exercem o trabalho manualmente como para os que trabalham no mecanizado.

Ah, trazer traz, né? [...] primeira coisa, é coluna, né? Por causa que a gente movimenta muito, né? Acaba atingindo a coluna, só que é assim, se trabalhar controlado, vai sentir um pouco, mas não maltrata tanto não. Mas senti bastante, sente, não tem jeito. [...] ah, tem poeira, tontura, sente (...) [por causa do sol]. É. No frio é ruim. É muito frio, chega logo cedo, com a temperatura de dois, três graus, fica lá um tempão com gelo na palha lá, é meio complicado. É ruim. No sol, é quente demais, é complicado também (E4, 42 anos).

Traz. [...] ataca muito a coluna, os braços das pessoas, não só eu, mas tem muita gente aí com o mesmo tipo de problema que eu tenho no braço. A coluna dá bastante, problema na coluna. Dá muito, dá bastante. [...] tive, fiz tratamento um bom tempo com o doutor (E10, 41 anos).

Ah, acho que pelo fato da nossa postura de trabalhar, parte de coluna, que a gente trabalha muito tempo sentado e é longe do (...), muito tempo é assim, não é assim [mostrou com o corpo como fica sentada, na máquina, encurvada]. É muito inclinado, acho que parte de coluna e a parte mesmo do veneno, né? Com o tempo você se prejudica. [...] ah, um pouco, né? A gente não sabe o que vem pro futuro, né? E aí a gente até evita mexer, essas coisas (E1, 23 anos).

Às vezes tem, por causa depende da ferramenta, depende o jeito que pode acontecer. [...] às vezes, pode acontecer da pessoa se cortar, as coisas assim, porque eu mesmo, se eu tivesse cortando mesmo, às vezes era (...) arriscado eu me cortar, às vezes era arriscado eu cortar alguém (E9, 39 anos).

Quando a gente corta cana. [...] é o corte, porque no corte de cana, ele é muito pesado, então é cinco ruas de cana, você joga lá e vai. A pessoa quer ganhar, quer fazer uma metragem a mais pra ganhar um pouco e vai puxando muito e quando eu mesmo corto cana, até meu sapatão molha, porque eu suco bastante, eu transpiro muito, então, o sapatão enche de água de suor, então é o trabalho que mais me esforço (E3, 22 anos).

Tinha, sabe por quê? Eu peguei pneumonia uma vez e isso foi do serviço. Me deu fraqueza. [...] começou esfriar, acontece isso, roupa molhada, acontece isso, às vezes, você se alimenta, mas a alimentação não é suficiente, acho que a pneumonia é por causa disso. É um trabalho mais pesado, você tem um desgaste físico, fica estressado (E2, 35 anos).

É só o corte mesmo. O corte desgasta bastante, bastante, bastante mesmo. É que cansa muito, é muito movimento que a pessoa faz por dia, então acaba estressando, cansa pra valer (E4, 42 anos).

Os trabalhadores sentem os reflexos do trabalho em sua saúde, em forma de desgaste físico e psíquico. A intensificação do trabalho, às precárias condições na lavoura, a pressão e o controle rígido da organização do trabalho deixam os trabalhadores vulneráveis às ocorrências de acidentes e diversos adoecimentos tanto físicos como psíquicos.

Mesmo quando o trabalho não ocasiona um dano físico aparente no corpo do trabalhador deixa suas marcas por meio do sofrimento psíquico. O estresse, a doença dos nervos, são expressões da invasão do espaço subjetivo, familiar e do tempo fora do trabalho pelas exigências da organização do trabalho (Rumin, 2004, p. 154).

Nos depoimentos vistos acima, os trabalhadores destacaram diversos problemas de saúde que os acometem na lavoura. Eles têm a percepção que o trabalho que exercem pode trazer implicações na saúde futuramente.

[...] porque quanto mais você vai ficando velho, mais você vai não aguentando cortar cana, né? Você vai mais caindo, você cai, você não aguenta mais. [...] Tinha vez que até baixava a pressão. [...] eu não conseguia comer, quanto mais você cansa, mais você não consegue comer. Começa embrulhar o estômago, não consegue comer não. [...] Cansada, uma canseira, um estresse, a gente fica estressada, viu? Muita canseira, né? [...] cortar rápido, você tinha que trabalhar, se você não trabalhasse você não ganhava não. [...] Prejudica, você fica muito estressada, nossa. [...] minha pressão é baixa, na roça já caiu [a pressão]. Quando você trabalha assim, quando é mais nova, trabalhava muito, aí cai a pressão. Já me deu câimbra (...) fiquei lá desmaiada lá. [...] nossa, dá assim na barriga. [...] a gente passa as coisas lá e sara [...] ah, passa gel essas coisas (E8, 43 anos).

(...) só assim, por causa da pressão, somente, mas se eu esforçar muito, a pressão pode baixar, então vou um pouquinho mais maneiro, descansar pra não acontecer nada. (...) sim, eu acho assim que, eu não sinto nada agora, mas lá na frente eu posso sentir alguma coisa. Eu posso sentir uma coluna que eu não estou sentindo nada agora. Posso sentir pernas, várias coisas que eu não sinto nada agora, mas lá na frente eu vou sentir essas coisas (E3, 22 anos).

Nesses depoimentos, as trabalhadoras revelaram que a atividade na lavoura canavieira poderá trazer algum prejuízo à saúde futuramente, mesmo que elas não sintam nenhum sinal de adoecimento, podem sentir ao longo dos anos devido à intensidade do ritmo de trabalho no meio rural. No primeiro depoimento, E8 revelou acerca do desgaste que o trabalhador vai sentindo conforme fica mais velho. Relatou que sua pressão já caiu durante o trabalho e as câimbras que já sentiu durante o corte da cana, com fortes dores na barriga. A pressão por cortar

grande quantidade de cana, faz com que o trabalhador se sinta cansado e estressado, devido ao esforço e ao controle rígido sobre ele.

Os trabalhadores que trabalham no turno da noite também relatam os reflexos que sentem no corpo em decorrência da atividade que executam. Um dos fatores para os adoecimentos, segundo os depoimentos, seria o próprio horário do trabalho noturno, que implica uma rotina de vida diferente dos demais trabalhadores. O corpo do trabalhador sente os reflexos do trabalho noturno, devido às alterações do sono, da alimentação e das horas disponíveis para o lazer. Essa situação pode ser vista nos depoimentos dos trabalhadores que realizam a atividade no período da noite, operando as máquinas agrícolas.

Acho que no meu serviço nem tanto, eu achava a forma de horário que a gente chega, pelo fato de chegar num horário muito tarde, por exemplo, se a gente chega tarde, eu já durmo até tarde, tem dia que eu só limpo minha casa e já tem que ir trabalhar de novo. O horário é meio (...) [ruim] (E1, 23 anos).

Hoje sim, a única coisa que eu acho que nós temos desgaste, é no emprego da noite. Eu já trabalhei no horário da noite uma vez na vida, eu não gostei, só que assim, eu acho que é um período muito calmo, mas você não dorme bem, fica muito estressado, fica nervoso. [...] porque o sono não é suficiente, pelo que eu durmo, porque eu vejo a diferença quando eu folgo, às vezes quando eu folgo, aí eu durmo em casa, eu amanheço outra pessoa, naquele dia pode cair pedra na minha frente que pra mim não importa. Aí eu sinto a diferença no sono. [...] o que prejudica a minha saúde é isso aí. [trabalha no corte mecanizado no período da noite]. (...) Tinha, sabe por quê? Eu peguei pneumonia uma vez e isso foi do serviço. Me deu fraqueza. [...] começou esfriar, roupa molhada, acontece isso, às vezes, você se alimenta, mas a alimentação não é suficiente, acho que a pneumonia é por causa disso. É um trabalho mais pesado, você tem um desgaste físico, fica estressado [relatou quando era cortador de cana manual] (E2, 35 anos).

De acordo com Moreno, Fischer e Rotenberg (2003), não tem como negar que existe uma sociedade de 24 horas, cujos trabalhadores estão sujeitos a exposição de fatores psicossociais do trabalho que interferem significativamente em sua saúde.

As autoras abordam a questão do processo saúde-doença no trabalho em turnos. Trabalhar em “horários não diurnos pode levar os trabalhadores a ter pior desempenho em suas tarefas, a expô-los a maiores riscos de acidentes de trabalho e, de forma mais acentuada, a estressores ambientais [...]” (Moreno et al., 2003, p. 35).

Os autores ainda ressaltam que os problemas sociais vividos pelos que trabalham em turnos, em especial à noite, relacionam-se a um cotidiano muito diferente do restante da comunidade como a distribuição temporal de suas atividades. “Dependendo do esquema de turnos, podem enfrentar dificuldades de convivência com familiares e amigos, além da relativa

impossibilidade de participar de cursos ou outros compromissos regulares, caminhando para o isolamento social” (Moreno et al., 2003, p. 37).

Simões, Marques e Rocha (2010) pesquisaram os efeitos do trabalho em turnos alternados na vida dos trabalhadores de uma empresa de beneficiamento de grãos. Os autores concluíram que os trabalhadores apresentaram manifestações negativas no seu cotidiano, com destaque para as queixas relacionadas ao ciclo sono/vigília. Muitos trabalhadores, participantes da pesquisa, apresentaram sonolência durante o trabalho e dificuldade para dormir, insônia, no período de descanso. “Tais achados despertam para o aumento, inclusive, do risco para acidentes de trabalho pelo declínio da capacidade de concentração desses trabalhadores” (Simões et al., 2010, p. 5).

Scopinho et al. (1999) destacam os estudos realizados por Scopinho (1995)⁷⁵ na lavoura da cana-de-açúcar, observando os guincheiros que trabalhavam em turnos de 24 horas no carregamento da cana e operadores de colhedeiros escalados em turnos de 12 horas e que “[...] supõe que a mecanização na lavoura canavieira pode não estar, efetivamente, contribuindo para sanear os ambientes de trabalho e reverter o padrão de desgaste-reprodução dos trabalhadores, e, sim, imprimindo a eles novos padrões” (Scopinho et al., 1999, p. 148).

Os autores ainda destacam que o trabalho realizado pelas máquinas também acontece no período noturno. Se por um lado, as máquinas proporcionam uma diminuição da carga física, química, e mecânica, por outro, elas acentuam a presença de elementos que configuram as cargas psíquicas e fisiológicas porque intensificam o ritmo do trabalho.

[...] o entendimento das relações entre as características das atividades, os tempos exigidos para o cumprimento das mesmas e o controle instaurado, permitem compreender uma parte importante do que concerne à gênese das tensões que repercutem na esfera psíquica (Seligmann-Silva, 2002, p. 1146).

Os trabalhadores que trabalham no corte mecanizado também sofrem a pressão e um controle rígido pela produção e pela quantidade de cana que precisam enviar para as usinas. Além da intensificação do trabalho, há a pressão pelo controle das máquinas. Quando as máquinas quebram, os trabalhadores têm que dobrar o serviço, pois têm que substituir aquela máquina que não está operando no canavial. A meta a ser atingida, no corte de cana mecanizado, se mantém mesmo quando alguma máquina colheitadeira quebra no campo. Assim, o

⁷⁵ Os autores citam a pesquisa realizada por Scopinho, R. (1995). *Pedagogia empresarial de controle do Trabalho e Saúde do Trabalhador. O caso de uma Usina-Destilaria da região de Ribeirão Preto* (Dissertação de mestrado, São Carlos).

trabalhador tem que se esforçar ainda mais para garantir a meta estipulada pela organização do trabalho. O trabalhador se sente pressionado para atingir essa meta, o que acarreta um desgaste psíquico, devido ao estresse e a preocupação com a exigência e o controle que o fiscal exerce sobre seu trabalho, além do desgaste físico do corpo por permanecer muitas horas sentado na cabine da máquina.

[...] Se tem três máquinas trabalhando, você tem que trabalhar por todas aquelas que estão quebradas, você tem que fazer tudo. Quando está tudo funcionando é uma maravilha, mas quando está tudo quebrado, você tem que fazer pra substituir aquelas que estão quebradas. É onde você tem muita pressão (E2, 35 anos).

Um estudo sobre trabalhadores rurais da lavoura canavieira, realizado por Priuli, Moraes e Chiaravalloti (2014), revelou a presença do estresse entre os cortadores de cana, antes e após a safra. De acordo com o estudo, os trabalhadores do corte de cana são mais vulneráveis à manifestação do estresse após intenso e contínuo trabalho do corte ao longo de oito meses. A intensidade do estresse também aumenta após o período da safra.

Nos participantes, desse estudo, que apresentaram sintomas de estresse, o organismo apresentou um desgaste generalizado com dificuldades de memória e vulnerabilidade a infecção por microorganismos.

O desgaste físico e psíquico que o trabalhador sofre repercute na sua saúde e no seu bem estar. Estudos de Alessi e Navarro (1997), Almussa (2011), Galiano (2010) e Rumin (2004) evidenciam os impactos negativos que o trabalho na lavoura canavieira traz na saúde do trabalhador. Esses estudos consideram os agravos à saúde do trabalhador sob diversos aspectos, sejam acidentes de trabalho ou outras formas de adoecimentos provocadas pelo exercício da atividade rural, doenças relacionadas ao trabalho e intoxicações graves devido ao uso de agrotóxicos.

O trabalho em si tem sido foco de estudos acerca do adoecimento psíquico do sujeito que trabalha. Dejours (1992, 2007), Dejours et al. (2013), Seligmann-Silva (1994, 2002) destacam diversos fatores que levam ao sofrimento mental do indivíduo no trabalho.

O trabalho desempenhado pelo trabalhador pode levar ao adoecimento psíquico assim como a ocorrência dos acidentes ou outras formas de adoecimento podem acarretar reflexos e agravar o quadro de saúde do trabalhador e o seu retorno ao trabalho.

Nos próximos depoimentos, aborda-se a questão dos adoecimentos que o trabalho pode trazer na vida do indivíduo e de que forma as ocorrências dos acidentes podem repercutir na vida dos trabalhadores.

Eu adoeci muito aqui já, eu já entrei em depressão aqui, devido ao lugar, fiquei oito meses afastado com depressão, depois tive que fazer uma cirurgia do estômago, não queria comer, aí eu tive um problema e tive que fazer cirurgia e tudo isso eu penso, se eu tivesse por lá, eu não teria passado nada por isso [o trabalhador quis dizer se estivesse na cidade de origem, no interior da Bahia, não teria adoecido] (E2, 35 anos).

O Manual de Doenças Relacionadas ao Trabalho, elaborado pelo Ministério da Saúde, em 2001, também destaca os episódios depressivos como um dos Transtornos Mentais e do Comportamento Relacionados ao Trabalho. De acordo com o manual, os episódios depressivos caracterizam-se por humor triste, perda do interesse e prazer nas atividades cotidianas, sendo muito comum a sensação de fadiga aumentada. “O paciente pode se queixar de dificuldade de concentração, pode apresentar baixa auto-estima e autoconfiança, desesperança, ideias de culpa e inutilidade; visões desoladas e pessimistas do futuro, ideias ou atos suicidas” (Ministério da Saúde & Organização Pan-Americana da Saúde, 2001, p. 178).

O paciente geralmente se queixa de ter: um sono perturbado, uma diminuição do apetite, com perda de peso, ansiedade, alterações da psicomotricidade que podem variar da lentificação à agitação. Os episódios depressivos podem ser classificados como leve, moderado e grave sem sintoma psicóticos, grave com sintoma psicótico.

No relato abaixo, o trabalhador revela vários adoecimentos que sofreu enquanto trabalhava na lavoura da cana-de-açúcar.

[...] primeiramente a solidão e também eu ficava muito focado em casa, chegava do serviço, no fim de semana, chegava meio dia, só saía de casa na segunda-feira de manhã. Às vezes não saía pra lugar nenhum, só ficava dentro de casa e aconteceu uns problemas assim. Eu fiquei pensando muito nisso, fiquei pondo as coisas na mente. Eu não fazia bem fazendo aquele serviço eu tomava conta da turma, fazia apontamento pra eles, no corte de cana. [...] é um ponto que tem da metragem do pessoal, e olhava os serviços que eles faziam. Só que eu sou uma pessoa que eu não gosto de reclamar de ninguém, às vezes falavam: “oh, aquele ali vai pra rua”, “você tem que reclamar com ele, dar uma advertência”, aí eu pensava duas ou três vezes de ir reclamar daquele rapaz. Às vezes era uma pessoa mais simples, né? Com um jeito de falar, aí foi fazendo mal pra mim, foi passando os dias e eu só chorava, não comia, não dormia, só chorava, só chorava, aí teve um dia que fui na usina pra entregar o ponto pra descarregar, eu comecei a fazer os apontamentos e lá do lado tinha uma menina (...) aí eu comecei a chorar e falaram: “olha, tem um rapaz ali chorando”, ali perguntaram “o que você tem?”, eu falei: “eu não aguento mais isso aqui, isso aqui não é pra mim”. Aí eu entreguei o palmo [o palmo é o apontamento que fazia da turma de trabalhadores com relação à produção]. Eu chegava do trabalho, eu só tirava a roupa e deitava em cima da cama, tremia, tremia e só chorava. (...) me levaram lá no psiquiatra lá em Araraquara, aí passou pelo médico, ele disse: “ele está em depressão”, aí passou o medicamento, aí me afastou. Aí tomava remédio, sentia dor de cabeça e não passava, [...] sempre passava, duas vezes na semana [terapia] (E2, 35 anos).

Neste depoimento, o trabalhador revela aspectos importantes acerca de seu adoecimento. Vários fatores ocorreram para que o trabalhador desencadeasse a depressão. Primeiramente a distância da família e o sentimento de ficar sozinho num estado em que nunca havia conhecido. Não apenas essa solidão, mas o trabalho que exercia foram determinantes para desencadear a tristeza e a insatisfação pela vida que estava vivendo.

O trabalhador revelou que executava a atividade na lavoura tanto no corte manual como também realizava o apontamento⁷⁶ dos trabalhadores. Este trabalhador já sofre a pressão e o controle do fiscal quando executava a sua atividade no corte manual, pois também tinha que atender às exigências da organização do trabalho quanto à metragem de cana cortada. Quando estava na função que realizava o apontamento de outros trabalhadores não conseguia cobrar e pressionar o trabalhador para que produzisse mais. Para E2 era muito complicado assumir essa responsabilidade, como ele também sofria a pressão do trabalho para atingir a meta de cana cortada, sentia-se constrangido de controlar outro trabalhador.

Começou a sentir vários sinais do início de uma depressão. O adoecimento está relacionado ao trabalho que exercia e também ao afastamento da família que mora na Bahia.

Outros adoecimentos passaram a se suceder com este trabalhador. Além da depressão profunda em que precisou realizar terapia e tomar medicamentos para se restabelecer, outros problemas também foram surgindo. Este trabalhador teve um sério problema no estômago e necessitou realizar uma cirurgia.

[...] eu primeiro tive uma gastrite, depois tive uma bactéria no estômago, aí foi depois disso que eu comecei a sentir essa dor. Eu cortava cana manual. [...] eu quando começava a trabalhar eu sentia um tambor aqui dentro, e começava a sentir dor, parecia um bolo aqui do lado me atrapalhando. Aí, eu fui no médico, estava indo no hospital (...) todo dia, todo dia, aí não descobria. Aí um médico falou que ia me passar pra outro tipo de médico, aí ele descobriu, fez exame e disse que precisava operar e "você quer?" eu falei: "mas eu vou ficar bom?", "fica, você não vai mais sentir mais dor", aí foi quando ele marcou a cirurgia, eu fui em Ribeirão Preto fazer uns exames, aí depois marquei a internação, aí depois fiz a cirurgia. Foi em 2006. [...] tinha dificuldade no trabalho, eu parava de dor, cada movimento eu sentia dor, aquele bolo aqui do lado. [...] melhorar, melhorou, mas eu sofri muito com essa cirurgia, na parte da alimentação, fiquei acho que quase dois meses, só tomando líquido. Comecei a ter dificuldade pra comer, tinha que ficar mastigando (...) eu como muito devagar e tem que comer muita comida leve [...] eu tinha refluxo no esôfago (E2, 35 anos).

⁷⁶ O apontamento que o trabalhador se referiu é o controle sobre os trabalhadores. A pessoa que faz o apontamento registra no Palmo a metragem de cana-de-açúcar cortada pelo trabalhador. É também de responsabilidade do trabalhador que faz o apontamento na lavoura, inspecionar o trabalho e chamar a atenção do trabalhador caso ele não esteja sendo produtivo, ou seja, não esteja atingindo a metragem estipulada para o corte da cana.

Os problemas de saúde adquiridos trouxeram reflexos na vida do trabalhador e também para o trabalho. Com fortes dores, E2 não conseguia desempenhar suas funções na lavoura. Sentia fraqueza, já que não se alimentava direito. No trabalho do corte manual, o trabalhador gasta muita energia devido ao esforço, sentia-se ainda mais fraco, em virtude da baixa ingestão calórica de sua alimentação, pois já estava padecendo devido ao problema de estômago. A depressão e os problemas orgânicos trouxeram reflexos na saúde física e psíquica do trabalhador. Por isso, a questão do adoecimento psíquico relacionado ao trabalho, se torna importante em nossa discussão.

A pesquisadora Seligmann-Silva (1994) aborda a temática do desgaste mental relacionado ao trabalho. Segundo a autora, o desgaste orgânico tem sido bem estudado em sua correlação com situações de trabalho. Mas indaga que, “ao se tratar da vida mental, é possível compreender também em termos de desgaste os fenômenos que ocorrem na interação trabalho e esfera mental? A ideia de corpo consumido pode ser transferida para a de mente consumida?” (p. 78).

A autora nos permite refletir essa questão, acerca da possibilidade de se reconhecer um desgaste das capacidades mentais (cognitivas e psico-afetivas) determinado pelo trabalho. Segundo a autora,

[...] os danos decorrentes de situações de trabalho podem efetivamente atingir o substrato orgânico da mente. Isto pode acontecer, seja em acidentes de trabalho, seja pela ação de produtos tóxicos que podem exercer a ação destrutiva ou prejudicar os processos bioquímicos do sistema nervoso, assim ocasionando déficits intelectuais ou transtornos de ordem psico-afetiva (Seligmann-Silva, 1994, p.78).

Seligmann-Silva (1994) ainda salienta que a fadiga mental é indissociável da fadiga física, por esse motivo é adotada a expressão cansaço geral. Nos casos em que o cansaço se acumula ao longo do tempo, surgem quadros de fadiga crônica ou patológica, marcados pelos distúrbios, pela irritabilidade, pelo desânimo, por dores diversas e perda de apetite.

A seguir, será abordado o tema dos acidentes de trabalho e os adoecimentos causados pela atividade na cana-de-açúcar. Um dos objetivos deste estudo foi conhecer em que circunstâncias ocorreu os acidentes de trabalho envolvendo trabalhadores da agroindústria canavieira.

8. Os acidentes de trabalho na lavoura da cana-de-açúcar

Nesta seção, demonstraremos os históricos dos acidentes e adoecimentos relatados pelos trabalhadores durante as entrevistas.

Compreender os acidentes de trabalho e os diversos adoecimentos que acometem os trabalhadores rurais constitui uma tarefa complexa a ser investigada. Para compreender os acidentes de trabalho, precisamos conhecer o trabalhador e o seu trabalho. O relato do trabalhador nos dá informações relevantes sobre o ocorrido e permite fazermos associações com a atividade exercida.

Após um evento emocionalmente traumatizante, como são os acidentes de trabalho, a recuperação de informações por meio de entrevistas com trabalhadores que possuam relações diretas ou indiretas seja com o acidentado, seja com as circunstâncias em que o acidente ocorreu, não constitui tarefa fácil [...] Entretanto, ela deverá identificar não só o maior número possível desses fatores, mas sobretudo, esclarecer suas origens (Binder & Almeida, 2003, p. 777).

A seguir, destacamos os históricos dos acidentes de trabalho contados pelos próprios trabalhadores.

E1, 23 anos, operadora de plantadora.

Ah, minha máquina tinha quebrado e ia desengatar e estava já escuro. Então eu apaguei os faróis da minha máquina e coloquei a mochila nas costas, só que em vez de colocar as duas alças, eu coloquei uma alça só [nas costas], do lado esquerdo do braço e fui descer de frente com a escada, e é aquela escada que tem quatro dedos de largura. Conforme eu ia descer (...) e aquela época estava frio, que a gente estava trabalhando perto de um brejo que tinha, estava frio, e eu carregava muita blusa, nem tanto era comida, mas era muito peso, e paninho pra limpar a máquina e tudo. E eu fui descer da máquina com as luzes todas apagadas e essa alça caiu do lado esquerdo e eu fui tentar segurar. Em vez de eu segurar com essa mão, eu fui catar com essa e meu corpo inclinou pra trás e fui, caí de uns oito degraus lá de cima. Bati (...) só não bati a coluna porque minha bolsa apoiou minhas costas, só que o braço atingiu o chassi da máquina e eu quebrei o braço tipo de um V assim.

E2, 35 anos, operador de colheitadeira.

Uma intoxicação. Foi ano passado [2012], eu lembro que foi em fevereiro. [...] Eu estava trabalhando no serviço e eu comecei sentir vontade de vômito [estava no plantio]. Aí vai, vai, vai, aí eu voltei pra casa e no outro dia fui de novo. Aí no outro dia fui de novo, e volta e tudo o que eu via na minha frente, vinha o cheiro do veneno. Aí eu sentia vômito e falei pro rapaz lá: “olha eu tô passando mal, eu não estou passando muito bem”. Aí o rapaz estava perto da usina e já falou pra chamar o rapaz, aí foi, veio

e me pegou, aí levou eu pra Araraquara, aí já levou o rótulo do veneno que nós estava trabalhando, aí o médico me deu medicamento, e toda hora o médico estava lá, aí o rapaz que me levou só ficava me ligando, aí no outro dia eu amanheci bom, aí o homem me trouxe e eu falei: “olha eu estou trabalhando com veneno, só que não vou nem por mais a mão”, falei: “você vai lavar essa bomba pra mim, eu vou lá trabalhar com vocês e se não for assim eu não vou mais trabalhar”. Aí, eles combinou de fazer isso aqui comigo, de abastecer a bomba, abastecia pra eu não ter contato com o veneno, aí fazia isso daí. Eu nem entrava mais em contato com o veneno. Aí quando acabava, eles iam pegar os galões e colocava no caminhão, aí eu trazia e deixava o caminhão na usina.

E3, 22 anos, cortadora de cana.

Foi ano passado [2012]. Eu estava jogando cana, né? Que a outra pessoa vinha correndo atrás picando, e eu escorreguei num torrão e cai dentro de um buraco. Aí eu caí dentro do buraco, aí a cana caiu em cima da minha perna, aí quando ela caiu em cima da minha perna, eu não aguentei a levantar. Eu gritei pro meu colega, eu falei assim: “o G., eu não aguento a levantar, me ajuda aqui”, aí não aguentei não, aí eles me levaram pro ônibus. Do ônibus me levaram pro hospital e fiquei afastada uns dias (...), dias não, eu fiquei trabalhando, mas dentro do ônibus, né? Eu ficava indo, só pra não levar falta, porque não precisou do afastamento, aí fiquei, fiz tratamento, tomei injeção e fiquei boa. [...] é aqueles bolo de terra que fica, que a máquina abre o sulco, então fica aqueles bolo de terra, aí se a pessoa não tiver jeito, ela cai. [...] era raso [o buraco], mas só que como não tava na época, meio chuvoso, quando eu escorreguei, no torrão, eu escorreguei de vez e cai no buraco [a trabalhadora revela que não teve afastamento e que ia ao trabalho para ficar dentro do ônibus].

E4, 42 anos, cortador de cana.

Foi um corte, um facão cortou meu pé. (...). Foi o ano passado [2012], (...) devia ser no mês de agosto. [...] era safra. Foi já parando, foi lá pelas 15h, aí ventou muito, o mês de agosto venta, né? E aí veio aquele vento lá e eu fiz o movimento, a cana veio, veio com o vento e derrubou assim o facão, escorregou na frente e pegou o joelho. [...] Ah, eu estava cansado sim, já era de tardezinha, no horário de encerrar o dia. [...] não, não estava nem com tanta pressa de cortar cana, como eu acabo de dizer, por causa do vento, né? Veio aquele vento assim (...).

E5, 44 anos, ex-cortador de cana. Atualmente exerce sua atividade como jardineiro da usina.

(...) desde acidente pequeno quando não existia caneleira, algum cortezinho, já cortei dedão do pé, quando morava na fazenda, que não tinha calçado também, não forneciam. Então, acidentes têm vários. Teve com facão na canela, três, quatro pontos, mas acidente mais (...) só de calça, nessa época era, aí o calçado você comprava, o sapatão, kichute, para as mulheres era conga. Essas conguintas fraquinhas você dava uma facãozada no pé (...) uma vez vi um colega meu, era vizinho de oito, ele deu uma facãozada assim e rachou (...) espumava sangue, cortou o osso, tendão, precisou fazer cirurgia e engessar o pé, então acontece. [...] Então, estava chovendo, eu estava no ônibus, depois voltei a trabalhar depois que parou a chuva, cana caída, beira de morro, porque com chuva (...) é uma coisa tão rápida que você (...) uma cana enroscou no facão e aí passou (...) e foi e cortou o tendão. [...] não, estava sem [sem luva], não

porque não tinha. Tinha, era fornecida, mas ela estava muito lisa por causa da chuva, então eu tirei, então foi uma besteira. Se tivesse com a luva, poderia até ter cortado, mas não assim (...) que nem aqui em cima eu cortei [mostrando a mão], mas eu estava de luva, não essa luva que tem a proteção, que a luva do cortador de cana tem a proteção, tem uns cabinhos de aço que passa por dentro, essa hoje em dia eu uso, quando vou podar árvore. Você pega o galho e corta de cima de um suporte que tem na frente no trator que encosta na árvore para mim podar. Neste dia eu estava com a luva, e ela protegeu bastante, se eu estou sem luva, aí tinha feito estrago maior. [...] Olha, era umas 13h30 min. Estava no final.

E6, 23 anos, cortador de cana.

Foi em 2010 que eu acidentei lá. [...] Eu tava cortando cana no sol, só que a terra era assim [inclinada]. Tem um nível, a base do nível foi cortar a cana e pegou aqui [no joelho], no joelho aqui. [...] Foi 14h40 min. Eu estava cortando cana em terra de nível.

E7, 52 anos, ex-cortadora de cana.

Primeiro acidente: Tava, a primeira vez que eu cortei a perna, é (...) o corte de cana, como todo serviço, você tem vários jeitos de trabalhar pra render o teu serviço. Então, eu sempre, aprendi a abraçar cana (...) quando eu comecei a cortar não podia abraçar, então a gente abraçava a cana escondido do empreiteiro, do gerente, do encarregado, daqueles cabeçudão grande lá dentro. Cortar ponta no chão também não podia, também tinha que cortar a cana no alto e cortar a ponta no alto também, não podia por no chão. Aí que que acontece, como naquele tempo não tinha máquina pra cortar cana, era só facão, então eles te davam o eito pra você de cabo a rabo, de um caminho no outro, esse eito dá tantos metros, vamos supor, um caminho no outro dá 300 metros, um bom cortador de cana, 300 metros ele tira até meio dia, então, você já sabia que ali você não podia ir o dia inteiro. Aí que que acontece, eu que tava, que tinha aprendido a andar, tava engatinhando, no serviço, eu via o outro bater aqui, fazer lá, aqui e lá, e depois o fiscal sumia, e ele ia lá abraçava e vinha cortando, vinha cortando, só que eu não abraçava por baixo, eu abraçava por cima, então eu ia cortando, cortando e tirando a perna de lá, e o outro falou assim pra mim: “não, mas se você aprender a abraçar por baixo, do jeito que você traz a cana, você já joga, você nem faz força”. Eu fui fazer, meti o facão na perna. [risos]. [...] Deu três pontos. Um lá dentro e dois por fora. [...] tive que parar, meu eito ficou ali, ninguém trabalhou mais nele, eu perdi cinco dias de serviços, porque não pode trabalhar com ponto, tem que tirar o ponto primeiro. É depois que você aprende a trabalhar que você se corta. Todo serviço é assim. [...] Que eu me cortei foi três. (...) Todo na perna, na mesma perna. Você nunca corta a outra perna. [...] a perna esquerda. Abraça com essa e corta com essa [mão], então você vem (...) põe a perna esquerda na frente e vem afastando, porque quem segura a gente é a perna direita, né? (...) Então, geralmente, os cortadores que não são canhotos, eles cortam a perna esquerda. Os que são canhoto corta a perna direita.

Segundo acidente: O segundo acidente foi cortando cana também por causa de (...) acompanhar os outros no eito também, aí eu já sabia a manha de cortar cana, abraçava por cima, por baixo, mas eu não sabia pisar na cana e cortar ela pisada ali. Pisa nela e corta o pé ali uma distância assim do facão [...] caída, aí varri a cana e cortei a canela [risos]. [...] trabalhador de cana só trabalhava correndo. [...] Fui atendida lá [no local de atendimento da usina], fui lava lá, lavaram minha perna, deram os pontos

lá na hora. Lá no hospitalzinho, anestesia e tudo tinha lá. [...] os mesmo três que eu cortei dentro do mesmo lugar que eu tinha cortado aqui.

Terceiro acidente: A terceira vez, não (...) foi lá. Do mesmo jeito que fizeram da primeira vez fizeram na segunda vez. [...] a diferença é que a primeira vez foi cana, pra moer, cana queimada e a segunda vez foi cana pra muda, porque lá a cana era cortada por feixe. Você tinha que cortar a cana e amarrar pra jogar em cima do caminhão amarrado, cana crua, eu me cortei cortando cana crua. [...] a segunda vez. [...] Foi cortando cana queimada (...) Mas socorrer, eles socorrem bem. [...] deu ponto também, na terceira vez deu quatro pontos, o corte foi maior. [...] foi (...) quer ver? [mostrou a marca dos cortes nas pernas] [risos].

E8, 43 anos, ex- cortadora de cana, sofreu um acidente grave na lavoura.

Ah, foi fevereiro [2012]. Eu estava lá cortando a cana, estava limpando a cana e bateu o facão, só que eu estava de luva, só que cortou a luva com o dedo e tudo. [...] eu operei, fiz cirurgia, fiquei cinco dias no hospital. [...] Estava limpando a ponta, cortando a ponta [...] era cana na palha. [...] é a mais difícil. [...] Horas que eu cortei? Eras umas 15h, estava acabando de cortar já. [...] Eu estava com pressa de igualar canudo, é cortar tudo a cana, acabar logo para ir embora, aí eu cortei meu dedo.

E11, 59 anos, ex-cortadora de cana. Mora no assentamento da região de Araraquara.

Eu estava cortando uma cana rolo, né? Que é difícil, estava batendo lá e de repente enrosca o facão e sem querer, ele escapou e veio na canela. [...] a caneleira é de ferro, mas ela tem um ferro, e cortou do ladinho. [...] não, foi três pontos, só. Aí o caminhão já me levou pro turmeiro, foi lá. [...] Ah, era mais ou menos, perto da hora do almoço, umas 10h por aí.

E14, 35 anos, herbicida. Trabalhava aplicando veneno na lavoura.

Eu trabalhei por quatro anos no veneno e cinco no restilo. Nesses quatro anos eu tive uma queda com a bomba costal. O veneno que eu trabalhava era com a bomba costal e me afetou a coluna. Já não era 100% e me afetou a coluna. Então fiquei oito meses afastados e foi quando eu voltei a trabalhar e foi onde eu já voltei pro restilo que era mais leve. [...] Restilo é o guarapão. É o resto que sobra do guarapão. E vinhaça é a água suja que é usada pra lavar a cana. Então, a gente trabalhava tanto com a água suja quanto com o restilo. Isso no campo. A usina ela lava a cana e ela tem que descartar essa água. Não pode jogar de volta pro rio. Então, ela manda pra lavoura e a lavoura joga na cana.

Cai, fui pro médico, tive que usar colete. Aí no outro dia não fui trabalhar mais. [...] eu estava no veneno quando eu caí. Caí assim, é uma bomba, ele mede uns 80 centímetros de altura, mede uns 25 centímetros de largura, de circunferência dela. Com uma correia, então, você pega ela, coloca num banquinho, senta, coloca ela nas costas e vai trabalhar. Então, eu trabalhando pisei num buraco de tatu e caí com ela. Ela cheia pesa 25 quilo, caí com ela e afetou a coluna. Aí, os amigos vieram, me levaram pro ônibus, era horário de almoço, ainda bem que me viram, aí me levaram pra usina e no outro dia já não fui trabalhar mais.

Nesses históricos dos acidentes, percebe-se que os acidentes dos trabalhadores rurais envolvem ferimentos com cortes provocados pelo facão, para aqueles que executam a atividade

manualmente; quedas no canavial, devido aos buracos no solo; quedas das máquinas agrícolas, quando o trabalhador desce da máquina e intoxicação provocada pelo manuseio de produtos químicos.

Pelos relatos dos acidentados, pode-se estabelecer uma relação com os dados colhidos para a primeira etapa deste trabalho. Os dados mostram que os principais diagnósticos de acidentes de trabalho se referem a ferimentos cortocontusos (FCC), a entorse, contusão, a fratura de membros superiores, como mão, dedos, punho e membros inferiores, pé, joelho e perna, como pode ser visto nos gráficos 4, 5 e 6, de Registro de acidentes de trabalho rural por parte do corpo atingida e nos gráficos 7, 8 e 9, de Registro de acidentes de trabalho rural por diagnóstico.

Pignati, Machado e Cabral (2007, p. 106) destacam em seus estudos com trabalhadores rurais que,

Os acidentes são previsíveis na maioria das ocorrências ligadas ao processo produtivo. Entretanto, seus impactos e danos dependem de condições anteriores que, no caso rural, estão vinculadas à agroindústria ou à “moderna agricultura” com suas novas tecnologias e dependência de agroquímicos.

M.A.M. Silva (2008) destacou, em pesquisas realizadas entre os anos de 1999 e 2006, que a atividade na cana-de-açúcar se destacou em número de ocorrências de acidentes de trabalho com relação a outras atividades segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). A autora destaca que no estado de São Paulo ocorreram o maior número de óbitos, o maior número de incapacidades permanentes e o maior número de ocorrências relativas à saúde do trabalhador.

A autora também destaca, em pesquisas sobre os acidentes rurais entre os anos de 1996 e 2001, que os ferimentos mais comuns que afetam os trabalhadores são distensões, contusões, abscessos, lumbagos e outras.

Em estudos de Fehlberg, Santos e Tomasi (2001), os autores também identificaram os tipos de acidentes que acometem os trabalhadores rurais. A principal lesão provocada foi o corte, seguida de contusões e queimaduras por animais peçonhentos. Entre as partes do corpo atingidas, tiveram destaques as mãos, os pés e as pernas. Segundo os autores, todos os acidentes causados por ferramentas manuais tiveram como lesão o corte, e isso também ocorreu na maioria dos acidentes causados por máquinas e implementos.

Os acidentes não apenas ocorrem entre os trabalhadores manuais, mas também aqueles que operam as máquinas agrícolas. V.L. Rodrigues e Silva (1986) deixam claro que há uma

relação entre o aumento dos acidentes com os trabalhadores rurais e a modernização da agricultura.

A introdução de instrumentos e insumos modernos nas tarefas agrícolas amplia significativamente os tipos de acidentes de trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores rurais. Se antes os acidentes de trabalho no meio rural estavam restritos basicamente a quedas, ferimentos com ferramentas de trabalho (enxada, facão, etc) e envenenamento causados por animais peçonhentos, a manipulação de agrotóxicos e a utilização maciça de instrumentos modernos – tratores, colhedeiras, etc. – amplia consideravelmente os riscos a que estão sujeitos os trabalhadores rurais em sua labuta diária (V.L. Rodrigues & Silva, 1986, p. 29).

A modernização do setor sucroalcooleiro trouxe a mecanização do plantio e do corte e, como consequência disso, os trabalhadores ficaram expostos a perigos existentes nas máquinas e equipamentos que, muitas vezes, são concebidos sem incorporar os requisitos de segurança necessários, pois de acordo com D.A. Rodrigues (2014), as proteções são pensadas para o trabalho prescrito em detrimento do trabalho real.

A modernização do setor sucroalcooleiro, impulsionada pela regulamentação das queimadas, trouxe a mecanização do plantio e do corte e, conseqüentemente, a exposição dos trabalhadores a perigos existentes nas máquinas e equipamentos que, geralmente, são concebidos sem incorporar os requisitos de segurança necessários, pois as proteções são pensadas para o trabalho prescrito em detrimento do trabalho real. Tal situação acarretou um novo perfil de acidentes, ou seja, os acidentes com máquinas de grande porte, específicas do setor (D.A. Rodrigues, 2014, p. 21).

A operadora de plantadora, E1, de 23 anos se acidentou numa máquina de colheitadeira, como observado no histórico de seu acidente. A trabalhadora exerce sua atividade no turno da noite. No dia de seu acidente estava frio e os faróis de sua máquina haviam quebrado e ao descer da máquina, escorregou e caiu no chão.

Com relação ao trabalho noturno, segundo Moreno et al. (2003), as condições de trabalho e a sua organização influenciam também na tolerância ao trabalho em turno e noturnos. O trabalho noturno pode levar o trabalhador a ter pior desempenho em sua tarefa, expondo-o a riscos de acidentes.

Com relação ao acidente ocorrido com a trabalhadora E1 na máquina colheitadeira, D.A. Rodrigues (2014, p. 21) afirma que,

As máquinas colhedoras de cana têm relevância nos acidentes e são consideradas agentes envolvidos nestes infortúnios, na medida em que assumem um papel de

destaque no estudo dos acidentes com máquinas agrícolas, em função de seu potencial de gerar situações acidentogênicas e fatais ou das sequelas deixadas nas vítimas, geralmente, amputações ou mutilações que as acompanham pelo resto da vida.

Em estudos realizados por Schlosser, Debiasi, Parcianello e Rambo (2002), os acidentes com tratores agrícolas graves e leves diferem entre si no que se refere ao tipo e as causas. Para os acidentes considerados graves, o tipo mais frequente é o capotamento, sendo causados normalmente pela falta de conhecimento em relação às regras de segurança. E para os acidentes leves, o tipo mais comum foram os escorregões, sendo causados, muitas vezes, por limitações inerentes ao equipamento.

Mesmo que em menor número de acidentes de trabalho com máquinas colheitadeiras se comparados com os acidentes oriundos do corte manual, esses acidentes devem ser encarados como um problema de saúde pública, pois segundo D.A. Rodrigues (2014), tendem a ser graves ou fatais.

Entrevistamos também um entrevistado que sofreu uma intoxicação devido a aplicação de agrotóxico na lavoura da cana. O operador de colheitadeira sofreu uma intoxicação quando estava exercendo outra função no plantio da cana. Entre as safras, é comum os trabalhadores exercerem outras funções no canavial, dependendo da época, podem estar no plantio ou no corte da cana.

Peres et al. (2005, p. 1840) também identificaram, em pesquisas com rurais, problemas de saúde relacionados aos agrotóxicos. Os autores identificaram que os problemas de saúde relacionados aos agrotóxicos estão ligados aos sintomas de intoxicação aguda “(aquela que é mais aparente, pois geralmente se traduz num quadro de ‘pane’ do sistema nervoso)” e também aos sintomas visíveis da contaminação humana por agrotóxico, como (problemas de pele, problemas nos olhos, alergias etc)”.

Nos estudos de Peres et al. (2005), o sintoma mais relacionado aos agrotóxicos foi a dor de cabeça.

Embora possam ter uma série de origens orgânicas, as dores de cabeça são freqüentemente associadas ao uso de agrotóxicos, muito provavelmente por serem estas um sintoma alerta do organismo, que geralmente acomete o trabalhador logo após um evento no qual este tenha se exposto a uma elevada concentração de agrotóxicos. Assim, as dores de cabeça são facilmente identificadas como um problema de saúde decorrente do uso/manipulação dos agrotóxicos, tanto pelo fato de terem presenciado (ou experimentado) eventos de intoxicação aguda, que encerram uma sintomatologia bastante característica, quanto pelo fato de, ao final de uma longa jornada de trabalho com agrotóxicos, observarem o surgimento destas dores de cabeça (Peres, Rozemberg, & Lucca, 2005, p. 1840).

Bedor et al. (2009) também identificaram em seus estudos alguns sintomas relacionados ao uso de agrotóxicos, como dor de cabeça, irritação na pele e tontura. E Castro e Confalonieri (2005) destacaram que o maior número de ocorrências de intoxicações compreende os seguintes sintomas: tonteira, dor de cabeça, dor no corpo, visão turva, dor de coluna, dor de estômago, queimação, falta de ar, vômitos, dor nas juntas, infecção nos rins, urticária, tremores, cansaço, pressão alta e problemas de fígado.

Schmidt e Godinho (2006) também salientam que nos relatos de trabalhadores rurais aparecem os seguintes sintomas: dores de cabeça, irritação nos olhos, tonturas, náuseas, excesso de saliva e desatenção.

Nossa, tinha dia que nossa, parecia que o cheiro do veneno tá lá na cabeça. (...) na garganta, (E12, 43 anos).

Outros sintomas também foram observados pelos autores, como: desmaios, tonteira, convulsões, falta de ar e vômito. No relato de E2, o trabalhador também referiu um quadro de vômito após contato com o agrotóxico. Peres et al. (2005) destacam que o vômito talvez seja o quadro mais marcante para quem assiste a um episódio de intoxicação aguda aos agrotóxicos.

Não só entrevistamos trabalhadores que se acidentaram na lavoura canavieira, como também trabalhadores que foram acometidos por doenças relacionadas ao trabalho, principalmente, problemas de lesões por esforço repetitivo, problemas na coluna, nas mãos e nos braços, como podemos observar nos relatos abaixo.

E9, 39 anos, cortadora de cana. Atualmente exerce sua atividade como bombeira e serviços gerais na lavoura. Foi remanejada de função devido ao problema que teve em suas mãos.

Então, porque quando acho que de se cortar muito, aí vai coisando, parece que alguma coisa no nervo que deu. Aí começou a formigar os dedos, adormecer, não sabe, não dormia de noite, começava a dar choque, dava aquele choque sabe assim doido. Tinha vez que passava a noite acordado, batendo na parede, no pé da cama, pra poder coisa. Fazia de tudo, ponhava na água fria, na água quente, às vezes passava álcool, fazia de tudo pra poder parar. [...] batia pra poder parar de tanto que doía e formigava. Aí, foi indo, foi indo e não conseguia. Aí marquei ortopedista, né? Aí pediu pra fazer os exames, eu fiz, aí falou que eu teria que operar. (...) aí não resolveu nada, voltou de novo a dor. Daí, colocou eu como serviço leve, só que mesmo assim, tem vez que começa a formigar de novo. Aí eu não sinto nada, quando eu vou lavar a roupa, alguma coisa, esse dedo trava, aí eu não aguento. [...] Olha, acho que vai fazer um ano. [...] fiquei uns seis meses [sentindo dor pra fazer cirurgia]. (...) porque às vezes falava, dependendo quando dá um derrame por causa disso daí do choque, aí eu procurei. Aí

eu liguei [para o fiscal], porque ele está afastado da turma, ele marcou o médico, daí eu passei. O médico pediu exame, fisioterapia, tudo. [...] Eu sentia fraqueza, porque tinha hora que o facão escapava da mão, aí a minha mão estava formigando tudo, eu não conseguia mexer os dedos.

E10, 41 anos, ex-cortadora de cana.

Ah, o doutor (...) falou que minha mão, o meu nervo foi muito sofrido, é o que ele falava: “você começou a trabalhar muito nova, serviço pesado, isso judiou muito”, isso que ele falava. [...] Tendinite. Abriu minha mão assim. [...] é no tendão. [...] Foi. [filha⁷⁷: e o da coluna?] ah o da coluna melhorou. Agora eu não sinto nada. [filha: hérnia de disco, pico de papagaio]. Desvio. [desvio na coluna, provocado pelo desgaste na lavoura]. [...] Fiz fisioterapia, fiz bastante. [...] Ela formigava, adormecia. (...) o meu nervo não estava do tamanho do braço, então eu tinha que ficar com o braço assim [dobrado]. Eu não esticava, porque o nervo não dava pro tamanho do braço. [...] era mais direito [braço direito]. [...] Foi depois de cinco anos que eu estava lá que apareceu isso aí. [...] depois dos 20 [anos]. Aí depois de cinco anos que eu tava lá que eu fiz a cirurgia. Eu fiz tratamento cinco anos, da mão e da coluna. [...] eu sentia dor, eu quase não andava. Senti um bom tempo, eu nunca tinha tido esse sintoma. Eu andava, mas só que tinha vez que ela atacava muito (...) adormecia a perna. [...] a gente ficava encurvada [pra cortar cana]. Tinha vez que a gente abaixava e não levantava. A coluna travava. A gente levantava, só que a gente vinha aqui na usina aqui e tomava injeção. O ortopedista nosso. Ele dava injeção. Aí passava.

Outro acidente: Eu me cortei sim, eu tinha 16 anos. Estava na mesma usina. [...] cortou o nervo. Foi grave, cortou o nervo, aqui tudo é adormecido, olha eu não sinto nada [mostrou a mão que não tem sensibilidade mais]. Foi aberto tudo, olha aqui eu tenho a marca, foi feito cirurgia sim. [...] me levaram pro hospital, eu tinha 16 anos. Eu sei porque aqui é tudo adormecido. [...] teve, fiquei uns 30 dias. Depois voltei pro mesmo lugar na cana. [...] conseguia, porque essa mão aqui quase não coisa muito [a esquerda], mais é essa. [...] eu recebi certinho, do INSS, tudo.

E12, 42 anos, ex-plantadora de cana.

Eu tenho, deu desgaste na coluna. Minha coluna tá desgastada. Uma dor que eu não podia fazer isso [abaixar], parece que minha coluna encolheu. Eu sentia dor durante o trabalho e depois quando o corpo esfriava, você não aguentava. Era só a base de remédio. (...) na cana o que mais me prejudicou na coluna foi na plantação. Porque eles punhava eu em cima do caminhão pra jogar cana. [...] Você tava no caminhão, o caminhão andando, você vai tirando a cana de cima do caminhão e vai jogando, entendeu? Então vai esforçando mais ainda, deu mau jeito. Eu já sentia dor no corte, mas não era aquela dor, foi onde que foi que deu mau jeito na minha coluna, na plantação, eu em cima do caminhão. Ficava no alto, o caminhão andando e você em cima do caminhão jogando cana. [...] era solta.

E13, 44 anos, ex-cortadora de cana.

Olha, o que eu tive foi no braço direito, deu tendinite crônica no braço e no outro deu bursite e o médico falou pra mim que se eu não parasse com esse serviço aí manual,

⁷⁷ A filha da trabalhadora participou da entrevista.

essa coisa repetitiva, eu não ia conseguir nem mexer o braço mais. Aí já começou a dar problema na coluna, aí deu desgaste na coluna. Olha na coluna deu também bico de papagaio. Eu falei pra ele: "Olha minha coluna também tá um desastre". Tudo por causa do trabalho.

E7, 52 anos, ex-cortadora de cana.

Esse desgaste que eu tive nesse braço aqui, movimento repetitivo [braço direito], e esse aqui que é mais grosso, que os nervo quebrou aqui dentro, isso daqui é de abraçar a cana [braço esquerdo]. E eu tive que parar de cortar cana por causa disso. [...] aí, eu não aguentava mais cortar cana, aí por causa de eu plantar cana que nem homem, meu útero desgrudou, a placenta desgrudou do meu útero e eu tive que fazer uma cirurgia de última hora, e tirei o útero. Eu não tenho mais útero, desde 2004. [...] por causa de plantar cana. (...) movimento é assim, na planta, no tempo da planta quem plantava cana ganhava mais do que quem cortava, porque vamos supor, você vai 30 pessoas cortar cana aqui, seis pessoas plantam. (...) E eu tava ali no meio dos homens pra eu ganhar mais pra mim poder tratar dos meus filhos. Eu era um dos homens que tava lá jogando cana no chão. Aí que aconteceu, quando eu menstruava, quando eu tava menstruada, eu continuava a fazer aquele serviço pesado que eu tava fazendo, que pra mulher é pesado (...) É com o tempo que vai dando, só que deu os dois juntos. Logo que eu tirei o útero, que eu voltei cortar cana, deu o problema no braço. (...) Aqui eu tive movimento repetitivo. E esse aqui [esquerdo], esse braço é mais grosso, está vendo? Segundo o médico, os nervos daqui é estourado. [...] não tem, porque cirurgia não adianta. [...] Sentia, passei muitas noites sem dormir com dores no braço. Porque toda dor é assim, se você tá movimentando, ela ameniza. Aí quando o corpo esfria é que ela volta. Então, quando eu estava trabalhando doía, mas era aquela dorzinha irrelevante, que você vai levando. Aí quando você para, que o corpo esfria, o sangue para, esfria, aí a dor começa. [...] trabalhava com dor até o corpo esquentar. O corpo esquentava a dor passava. Aí de noite eu não conseguia dormir de dor no braço.

No depoimento acima, a trabalhadora relatou vários problemas de saúde decorrente da atividade na lavoura canavieira. Essa trabalhadora já relatou três acidentes que sofreu na lavoura quando era cortadora de cana. Porém, também destacou outros desgastes de saúde, com problemas relacionados aos braços e ombros, cujo diagnóstico foi relacionado com a atividade intensa que exercia no canavial, motivo esse que levou ao fim do exercício laboral na cultura da cana-de-açúcar.

Com relação aos sinais de algumas doenças relacionadas ao trabalho que acometeram os trabalhadores rurais destacaram-se, principalmente, as dores nas costas e as dores e formigamento nos membros superiores, como mãos, dedos e braços.

Sentia, passei muitas noites sem dormir com dores no braço. Porque toda dor é assim, se você tá movimentando, ela ameniza. Aí quando o corpo esfria é que ela volta. Então, quando eu estava trabalhando doía, mas era aquela dorzinha irrelevante, que você vai levando. Aí quando você para, que o corpo esfria, o sangue para, esfria, aí a dor começa. [...] trabalhava com dor até o corpo esquentar. O corpo esquentava a dor passava. Aí de noite eu não conseguia dormir de dor no braço (E7, 52 anos).

Simplesmente a noite, eu ia dormir, eu deitava na cama, eu chegava lavava minhas roupas, cuidava da casa pra no outro dia ir trabalhar. Aí, eu dormia umas 22h, e quando era lá para 1h, eu acordava com dor no braço. Eu não aguentava. Eu tinha que levar o braço com a mão assim porque eu não aguentava ele, porque eu não aguentava de dor, parecia que tinha um bicho roendo por dentro do braço. Era horrível a dor. Aí eu pendurava ele na cama, do lado de fora, pra ver se melhorava um pouco. Aí ia trabalhar no outro dia, pegava a sacola e a roupa ainda estava dormente ainda. Até o sangue esquentar. Aí esquentava ia passando. No outro dia a mesma coisa. Foi assim que começou. Aí eu fui no médico e falou pra mim que eu tava com tendinite crônica no cotovelo e no ombro (E13, 44 anos).

Olha, acho que vai fazer um ano. [...] fiquei uns seis meses [sentindo dor pra fazer cirurgia]. Aí eu peguei não estava aguentando mesmo e procurei um médico. [...] muita gente sabe que doía, porque eu não aguentava de tanto que doía. [...] aí começou a cair, aí não aguentava bater o facão direito, não aguentava, eu ficava parada, eu ficava mexendo, aí a turma foi perguntando por quê? Aí eu falava, aí falavam pra procurar um médico pra ver o que que é (...) Às vezes começa a formigar meus dedos, começa a doer muito, eu não tenho força pra segurar o facão, que às vezes escapa da mão. [...] Aí começou a formigar os dedos, adormecer, não sabe, não dormia de noite, começava a dar choque, dava aquele choque sabe assim doido (E9, 39 anos).

Ela formigava, adormecia. Ela adormecia e ficava formigando assim, sabe? Nossa, parecia, ficava assim (...) a mão não fechava, não, ela não abria. Aí como eu tinha marido naquela época, ele abria a minha mão pra mim ir trabalhar no outro dia. Ele conseguia destravar o dedo. [...] na hora que eu parava a mão, adormecia [quando parava de cortar a cana]. Não sentia dor porque a mão adormecia, sabe? Aí você não sentia dor. Aí chegava de noite eu dormia, mas a mão não acordava mais, ficava lá. Ele tinha que fazer massagem pra minha mão voltar ao normal. (...). Aí quando eu chegava o meu nervo não estava do tamanho do braço, então eu tinha que ficar com o braço assim [dobrado]. Eu não esticava, porque o nervo não dava pro tamanho do braço. [...] era mais o direito [braço direito] (E10, 41 anos).

As trabalhadoras relataram os primeiros sinais, da doença relacionada ao trabalho, que começaram a sentir. Essas dores dificultavam o exercício da atividade laboral. Elas retratam as dores como sendo muito fortes. A intensidade da dor aumentava quando elas paravam de trabalhar, quando chegavam em casa após a jornada de trabalho.

No caso de E9, os próprios trabalhadores da lavoura a incentivavam a procurar um médico, pois era visível que ela sentia dores nas mãos, em virtude do seu baixo rendimento no corte da cana.

A trabalhadora E10 relatou sobre os sinais que foram sentindo até o diagnóstico do médico. Suas mãos inchavam, ao ponto de não conseguir abrí-las sozinha, precisando da ajuda do marido. Ao longo do tempo, ela foi percebendo diferença no tamanho dos seus braços, devido ao problema no nervo, ou seja, um braço aparentemente estava mais curto que o outro.

Os trabalhadores sentem dores nos membros superiores, formigamento e fraqueza em suas mãos e braços. Esses sintomas surgiram devido aos movimentos repetitivos e o peso de cana ao cortá-la. No relato abaixo, a trabalhadora salienta que esses sintomas, de formigamento no braço tiveram início quando começou a exercer a atividade no campo, aos 28 anos de idade.

Eu comecei a sentir muito tempo, mas eu não dava muita liga porque eu achava que isso era normal, né? Porque você abraçava cana. Era muito peso no braço, né? Porque você abraçava a cana ali de monte, jogava no monte e falava que achava que isso era cansaço. Você abraçava e jogava a cana parecia que o braço ia junto. Sabe aquela canseira no braço, aquela dor esquisitinha, mas eu achava que era disso aí, que era da cana, né? A noite começou a formigar, começou a doer, aí eu fui ver que que era. [...] ah então, quando eu comecei com meus 28, 30 anos (E13, 44 anos).

Foi importante também destacar como são percebidos os acidentes e as diversas formas de adoecimento no trabalho pelo trabalhador rural. Alguns trabalhadores ainda se sentem culpados pela ocorrência, como pode ser visto nos dois primeiros relatos a seguir. Eles alegam a falta de atenção e descuido no momento do acidente, o que caracteriza a culpabilização pelos acidentes. Em outros, os trabalhadores apontam aspectos da organização e das condições de trabalho como fatores para as ocorrências, como por exemplo, a chuva, o vento, o solo, a preocupação com a meta a ser atingida, pois dependem da quantidade cortada para receber um salário maior, a rapidez com que executam a atividade e os movimentos repetitivos para atingirem as metas exigidas pela usina, o facão, instrumento utilizado na lavoura, como um fator de desgaste nas mãos por ser pesado para alguns trabalhadores.

Eu acho que foi um pouco descuido de mim, né? Porque eu deveria ter colocado as duas alças que não teria corrido o acidente, eu acho pelo fato, de ter desequilibrado e caído de lá cima. [...] estava escuro, o motorista, é (...) o tratorista também estava com o trator funcionando e nem me ouviu também. [...] não, rádio quem trabalha são só os tratoristas, as operadoras de plantadora não tem. Quando a gente precisa usar alguma coisa, o banheiro, ou preciso fazer alguma coisa, a gente avisa e eles passam pelo rádio. Trabalhamos em dois, um só tem (E1, 23 anos).

É o bolo de terra, né? Que eu escorreguei. [...] foi falta de atenção minha, porque eu não olhei onde eu estava pisando. Eu distraí e conversei com uma colega minha e com um monte de cana, aí eu caí, distraí e caí. A culpa foi da terra e minha. Porque eu não prestei a atenção (E3, 22 anos).

O vento. [...] eu estava trabalhando, de repente veio aquele vento de vez, e cana entortou assim e na hora que eu fiz o corte, o facão pegou e escorregou em cima da cama e deu no joelho (E4, 42 anos).

Olha, devido estar molhado por causa da chuva, um pouco também foi descuido meu. Acho que mais foi um descuido meu mesmo. Às vezes se você fica, tem um cortezinho na canela, está naquele dia preguiçoso, está com aquela preguiça de trabalhar e você fala: Ah, agora eu vou, e quer sair, é onde acontece o acidente. Se você já está com preguiça, já abandona, não queira então depois tirar uma coragem. Tem aquele dia preguiçoso, aí se você está meio desanimado, depois fala, agora estou com coragem e vou, aí que você se machuca. Então, acho que não acompanha, né? A gente quer forçar, quando está com vontade e o corpo não acompanha, o cérebro não responde. Não vem dele mesmo, é uma coisa que você quer forçar, então não acompanha o movimento, acaba se acidentando (E5, 44 anos).

O motivo eu tava esperando pra igualar canudo [...] cana raleira, a pessoa leva três ruas e deixa dois, aí o que fica no chão (...) [...] eu estava com 300 e pouco metro [...] o metro está R\$ 0,32 (...) eu mandei, fui igualando, e naquele solzão quente, o facão pegou (E6, 23 anos).

Necessidade. [...] eu tinha necessidade mesmo, eu precisava aprender a trabalhar, precisava trabalhar, precisava ganhar porque naquele tempo não existia divórcio como hoje, vamos supor, se você se casa, seu casamento não dá certo, primeira solução é o divórcio. Naquele tempo não tinha, há 30 anos atrás quem falava em divórcio (...) uma mulher divorciada, ela era desqualificada. E eu era divorciada. Eu casei, meu casamento não deu certo, eu divorciei e não deixei os filhos pra trás, os filhos (...) se tivesse o que comer, comia comigo, se passasse fome, passava comigo. [...] sempre comigo (E7, 52 anos).

É porque eu estava acabando de pressa, né? Se eu tivesse cortando mais devagar não tinha cortado, eu acho. Mas o que tem que acontecer acontece, acho que era para mim ter cortado, eu nunca tinha cortado na minha vida, sempre igualei com canudo rápido[cortar a cana] e nunca tinha acontecido nada (E8, 43 anos).

[...] acho que foi conforme o movimento, né? A gente se movimenta muito, nem só comigo, acho que isso aconteceu com mais umas três pessoas também, porque movimenta muito (E9, 39 anos).

Foi do corte de cana, porque o facão era muito pesado. Eu trabalhava, mas o facão era muito pesado, o cabo dele era muito comprido assim, então o que machucava muito era o cabo, que pegava aqui. Aí, como esforça muito, deu infecção, tava cheio de pus por dentro, inflamou muito (E10, 41 anos).

Eu pisei no buraco. Foi um acidente, foi uma coisa que aconteceu (E14, 35 anos).

Assim, apesar dos trabalhadores relatarem o sentimento de culpabilização pela ocorrência, eles também trazem, em seus discursos, alguns aspectos da organização e das condições de trabalho. Mesmo se sentindo culpados pelos acidentes, nos relatos aparecem características do ambiente de trabalho e das condições laborais que, muitas vezes, não são percebidos como causadores dos acidentes pelos trabalhadores.

M.A.M. Silva (2008) salienta muito bem essa questão acerca da percepção das ocorrências dos acidentes de trabalho pelos trabalhadores. A maioria dos trabalhadores se sente culpados pelo ocorrido ou alegam ser um acontecimento casual.

Para o próprio acidentado, pode ser considerado como um acontecimento casual, imprevisto, em que ninguém pode ser considerado culpado. Obviamente, nem todos os acidentados definem o acidente de trabalho dessa maneira, mas a partir das informações obtidas pode-se considerar que principalmente os trabalhadores rurais o definem assim. Pode-se considerar o acidente de trabalho um acontecimento imprevisto, originado da desatenção e da falta de cuidado do trabalhador. Essa definição é muitas vezes proferida pelos empregadores, os quais consideram que o advento de um acidente depende da desatenção de seus funcionários. Para estudiosos do assunto, o acidente pode ser um acontecimento casual, totalmente imprevisto, que pode ocorrer sem que haja um responsável percebido explicitamente, ou mesmo por desatenção dos trabalhadores. Mas essa desatenção, quando ocorre, pode ou deve estar relacionada intimamente com a própria organização do trabalho (M.A.M. Silva, 2008, p. 16).

Seligmann-Silva (2011) destaca que com relação aos aspectos organizacionais vinculados à determinação de acidentes de trabalho, estes foram, por muito tempo, ignorados pelos empregadores. Na prevenção eram desconsiderados os aspectos causais derivados de tipos de gestão autoritária e as formas que impunham medo, resultando em inibições e bloqueios que prejudicavam o fluxo de comunicações importantes para a segurança no ambiente de trabalho. Para ela, a degradação dos relacionamentos interpessoais e a falta de confiança acarretam os mesmos tipos de prejuízos, conduzindo a acidentes. “As exigências referidas à dimensão temporal do trabalho, quando se tornam incompatíveis com a fisiologia e com as necessidades de concentração de atenção, memorização, raciocínio, autocontrole emocional, também podem contribuir para os acidentes” (Seligmann-Silva, 2011, p. 305).

Outro fator importante que a autora, Seligmann-Silva (2011), destaca é a precarização dos vínculos contratuais que provoca uma fonte de tensão emocional, no trabalhador, e uma vivência de insegurança no emprego. A precarização do trabalho existe ao lado das transformações organizacionais que impõem intensificação laboral, polivalência, grande rotatividade interna, insuficiência de pausas e intervalos interjornadas. Há também, no ambiente de trabalho, o estímulo à competição que leva à quebra dos laços de companheirismo e prejudica a cooperação e a comunicação entre companheiros, o que aumenta os riscos em momentos críticos nos quais cooperação e comunicação são essenciais para impedir acidentes e catástrofes.

Os trabalhadores, nos depoimentos, também relataram experiências vividas na lavoura canavieira. Muitos trabalharam por anos com a cana-de-açúcar e já presenciaram vários

acidentes graves com colegas da turma de trabalho. Essa vivência também acarreta impacto na estrutura psíquica dos trabalhadores.

Nesta pesquisa também procuramos ouvir as histórias sobre os acidentes de trabalho que os trabalhadores já presenciaram ou tiveram conhecimento de outros colegas na agroindústria da cana.

Às vezes corta assim o dedo. [...] com o facão já. Tive cortes assim que já levei dois pontos também, isso já. Uma vez foi no dedo, outra vez foi na perna (E2, 35 anos).

Já ouvi de um amigo meu que caiu ainda até no horário da noite. Caiu em cima da máquina lá até mais alta que eu, rolando a escada e quebrou as costelas (E1, 23 anos).

Olha, eu vi uma turma lá, que ele foi bater as pontas, que bater a ponta foi chutar com o pé, né? E o facão cortou o pé dele, levou 18 pontos. Passou, ficou uns dias afastados. O outro foi pegar a cana e fazer assim, arrancou o dedão, aí ele foi despontar a cana na mão, aí o facão, no vacilo, ele arrancou o dedão. Aí ficou com quatro dedos. Aí, o turmeiro pegou, colocou o dedo dele dentro de uma garrafa de água gelada pra ver se chegava no hospital e dava jeito. E não deu jeito. Ele perdeu o dedo. [...] olha, nunca mais eu vi esse trabalhador, mas eu acho que deve estar na empresa, fazendo algum serviço. [...] na cana não. [...] Tem vários acidentes, lá todo mundo tem vários acidentes. Uns corta pé, outros cortam joelho, perna. Outros cortam dedo. Tem minha colega, antes dela entrar lá, ela trabalhou com outro turmeiro; (...) como ela é canhoteira, ela pegou a cana e despontou, o facão pegou aqui, aí cortou o nervo do dedão dela. Aí, ela passou por várias cirurgias no dedo e o dedo não mexe. A mão dela não mexe. Ela está afastada. [...] Eu só ouvi uma história que foi o caminhão pra apagar o fogo, apagar o fogo que estava incendiando e o caminhão pegou fogo. O caminhão ficou todo queimado, né? O motorista morreu queimado (E3, 22 anos).

Já ouvi falar sim morte no canavial, igual dizia queimar cana. Uma vez aí queimou dois rapazes, queimando cana, disse que o fogo virou, né? Que eles queimando cana, eles têm que ver o lado que o fogo vai, né? Aí disse que deu vento lá e o fogo voltou. Aí disse que queimou dois rapazes no canavial de cana, mas eles estavam ponhando fogo, né? (E13, 44 anos).

Em poucos dias, eu vi um rapaz que estava fazendo uma manutenção no trator, aí não sei o que ele foi mexer lá e o trator passou por cima do cara. [...] ah, morrer o cara não morreu, mas o cara ficou parálítico. Passou por cima das duas pernas. [...] não tem um ano isso aí. [...] eu vi, estava perto. [...] ele estava fazendo manutenção no trator e não sei que peça ele mexeu lá, que destravou o trator e o trator passou por cima dele. [...] ele estava em baixo, fazendo manutenção. Aí quebrou, aí no trator tem, não sei como chama, que trava o trator, né? Ele mexeu em alguma peça que destravou o trator e o trator por cima das pernas dele. [...] a gente ficou bastante choquiado [chocado] com isso. [...] ah, chega rápido isso aí. Essa usina aí socorre muito rápido, ela tem recurso. [...] esse rapaz eu não conheço, eu só vi o acidente lá, mas não tinha conhecimento com ele não (E4, 42 anos).

Só teve um que foi morte na hora, o R.[utilizamos a inicial do nome do trabalhador] [...] a gente tava no plantio de cana, aí nós aguardamo lá do outro lado, aí nos voltamos, quando nós voltamos, o caminhão de cana parou assim, e era uma descida, aí tava (...) nós três junto. Aí nós tava descendo assim lá, aqui do lado, aí no meio, o motorista de cima, veio e desceu de ré. Ele desengatou o caminhão e desceu, no que ele desceu, o R. falou assim: “eu vou passar pro outro lado”, eu não sei pra que que ele foi passar pro outro lado, porque do outro lado só tinha cana, e do outro lado só tinha terra, aí nós tava, eu de um lado, a M. [inicial da letra do nome da colega da trabalhadora] de outro e ele no meio, até aí eu tava do lado da estrada, e a M. do outro lado e ele no meio. Ele passou por mim, atravessou a estrada, no que ele atravessou, eu escutei a pancada, que o caminhão bateu aqui na cabeça dele e derrubou ele. Aí, como o sol tava quente, muito calor, aí o R. era pequenininho, aí ele entrou dentro da terra, aí nós ficamos gritando R., R., R. e nada. Aí começamo a gritar pro povo, aí os meninos veio e catou ele, aí não catou ele, só catou daqui pra cima [da cintura para cima], aquele monte de pano. Ele tinha morrido na hora, o caminhão passou por cima dele daqui pra baixo [da cintura pra baixo]. Lá na lavoura. [...] e ainda ele falou assim: “aí tô com fome”, e isso era 8h30 min. da manhã. Eu não sei que que deu na cabeça dele de passar por mim e travessar a rua do outro lado. [...] do que ele passou por mim, o outro desengatou o caminhão lá em cima e desceu de ré. Era caminhão. O caminhão tava carregado de cana e nós tava plantando cana. (...) aí a gente chamou todo mundo, aí vieram e cataram ele e colocaram no caminhão, mas ele já tava morto já. Morreu na hora. Só ficou a cabeça dele inteira, porque a gente viu o caminhão, né? O caminhão desceu assim e [bateu as mãos demonstrando o barulho do impacto]. (...) A morte foi tão (...) nossa, eu não sei como ele conseguiu entrar dentro da terra, só ficou a cabecinha dele assim de fora, porque ele era miudinho, o caminhão amassetou ele. Esmagou ele, nossa, só ficou a cabeça dele inteira (E10, 41 anos).

Morte já cheguei ficar sabendo, mas não vi não. O caminhão passou em cima do homem. Dentro do sulco. O caminhão estava afastando e bateu num rapaz e passou por cima dele. Faz muito tempo. Mas eu não lembro porque eu não cheguei a ver. [...] é, tem que ficar muito esperto, porque agora o caminhão apita quando vem para trás e a turma já vê, aí agora é difícil (E8, 43 anos).

Aqui mesmo, um rapaz de Santa Lúcia, morreu na usina, faz muitos anos. [...] morreu de infarto. Infartou, socorreu [...] era um pouco mais velho que eu, mas infarto é uma coisa que (...) estava trabalhando (...). A pessoa às vezes nem imagina que o trabalho, o esforço que ela não pode fazer e não sabe. [...] Tinha um colega que trabalhava comigo lá que ele falava que ele teve um problema com herbicida (...) mas ele relatava né? Tem alguns que não se protege, tem um tratorista que hoje em dia ele não pode mexer mais, ele ficou doente, mas porque, vai mexer com herbicida e vai sem luva. [...] passa com uma bomba no trator. [...] foi mais de 20 anos mexendo com herbicida. O herbicida ele é traiçoeiro, tem aqueles que você não sente cheiro é mais perigoso, tem aqueles que têm cheiro forte demais, você evita né? Você acha que não está cheirando, mas é aquele que vai fazer mal. É obrigatório o uso de máscaras, de luva (E5, 44 anos).

Ah, volta e meia você vê um reclamar. [...] é mais coluna, né? Quem reclama muito de coluna é os trabalhadores da carpa mecanizada, que eles andam com a maquininha de veneno nas costas (E7, 52 anos).

Os trabalhadores contaram histórias que já presenciaram ou ouviram sobre os acidentes que mais ocorrem na lavoura. Os depoimentos evidenciaram acidentes graves que ocorrem na lavoura canavieira. Nota-se que os trabalhadores destacam os ferimentos cortocotuso como um dos acidentes mais frequente na lavoura canavieira. Para aqueles que trabalham na lavoura mecanizada, é corriqueiro as quedas dos tratores e das máquinas agrícolas, devido a máquina ser muito alta.

Devido às atividades serem executadas com movimentos repetitivos e rápidos no corte manual, os trabalhadores ficam vulneráveis aos acidentes que provocam cortes nas mãos, por causa do facão ou podão. E também ficam suscetíveis aos acidentes quando manuseiam as máquinas agrícolas. Há também a questão do trabalho que os cortadores executam em pé e encurvados, além de carregarem a cana cortada.

Mais uma vez confirmam-se as estatísticas realizadas na primeira etapa da pesquisa com relação as partes do corpo atingidas no acidentes rurais. Os RAATs mostraram que os trabalhadores têm várias partes do corpo atingidas, entre elas, as mãos, os dedos, os pés, as pernas são partes que mais sofrem impactos dos acidentes, causadas pelo facão.

Há relatos de cortes graves na lavoura provocados pelo facão. Há trabalhadores que realizam cirurgias para reconstituir o nervo da mão e aqueles que sofrem amputação, nos membros superiores (mãos e dedos das mãos), devido a gravidade da ocorrência.

M.A. M. Silva (2008, p. 23) também destaca que “as mãos são as partes do corpo mais afetadas, seja durante o ato de cortar a cana, seja durante o processo de afiar o facão”. A autora ainda salienta que com o passar dos anos, houve uma diminuição do tamanho do cabo do facão e isso obriga o trabalhador a uma maior curvatura do corpo no momento do corte, impondo maiores danos à saúde. Outra observação feita por M.A.M. Silva (2008), é com relação a troca de cabos do podão pelo próprio trabalhador.

As usinas, na busca do aumento desenfreado de lucros, fornecem podões com cabos menores, a fim de diminuir os custos com os instrumentos de trabalho. A maior curvatura do corpo no momento do corte é mais um agravante do sofrimento no trabalho. Para se contrapor a isso, alguns trabalhadores trocam os cabos menores por maiores (M.A.M. Silva, 2008, p. 24).

Acidentes com fogo na lavoura canavieira também são frequentes. É comum ouvir histórias de trabalhadores acerca das mortes no canavial provocadas por incêndio, como podemos ver no relato abaixo

Uma vez quase queimou nós no meio da cana. Nós tava cortando cana e punharam fogo na outra cana, do lado nosso. Menina quase nós morreu naquele dia. Queimou mochila das pessoas, queimou a comida, as marmitas de comida que tava lá. Até as nossas queimou. Nós saiu pro outro lado, aquilo lá tampou de fumaça. O fogo vinha e quem disse que você enxergava, aquilo tampou de fumaça. Nós ia morrer intoxicado lá no meio da cana. É assim, quando você vai queimar a cana, eles queimam de noite pra no outro dia a gente chegar lá e a cana (...) nós quase morreu sufocada com aquela fumaça e aquele fogo que subia (...) era uma vareta que subia lá em cima e ia. Naquele dia, nós passou sufoco (E12, 43 anos).

Atualmente, na lavoura da cana-de-açúcar há a presença de uma maior quantidade de máquinas agrícolas, tanto de máquinas modernas que realizam todo o trabalho na lavoura de forma mecanizada, tanto de tratores e caminhões que transportam a cana para as usinas. Durante o dia, os trabalhadores realizam a atividade na lavoura juntamente com as máquinas no campo. Os trabalhadores, E3, E4, E10, E8, nos depoimentos anteriores, relataram acidentes com mortes no canavial, envolvendo máquinas agrícolas e trabalhadores que executavam a atividade de trabalho manual. São acidentes graves que ocorrem e que, de certa forma, repercutem na saúde dos outros trabalhadores que vivenciaram tal evento.

Os trabalhadores estão suscetíveis a outros acidentes na lavoura também. A presença de animais peçonhentos é muito comum no canavial. Os trabalhadores relatam que encontram muitas cobras em meio às canas.

Nós trabalhamos num lugar que você andava um poquinho e era cobra, teve uma que ficou o sinal dos dentes na bota minha. Só ficou a marca, tava de bota, aí vi, só ficou os dentes dela. Só senti e vazei embora, não fiquei esperando não. Uma vez, você passava assim, olhava pra trás, e tava a cobra pendura assim no meio da cana. Ela ficava pendurada, porque ela trepava na cana. Aí olhava pra trás tava a bichinha lá balangando [risos] (E12, 43 anos).

Há também nos relatos, a questão dos adoecimentos na lavoura, principalmente casos de lesões nos membros superiores (mãos, antebraço, braço, ombro) e problemas na coluna. Na análise da primeira etapa, mais especificamente no gráfico 6 sobre o Registro de acidentes de trabalho rural por parte do corpo atingida, identificou-se no de 2012, 12 acidentes envolvendo a coluna dos trabalhadores. Muitos trabalhadores sofrem traumas na coluna devido a posição encurvada para o corte a cana-de-açúcar. A posição do corpo, encurvada, somada aos equipamentos de trabalho que os trabalhadores carregam durante o dia todo, como o facão ou podão, agravam ainda mais o problema de saúde, intensificando os problemas na coluna, trazendo reflexos para o corpo do trabalhador como um todo.

A parte aqui em baixo [da coluna] ela é até meio afundada e aqui o pescoço, teve época que eu não fazia isso com o pescoço. Parece que a coluna encolheu, parece que minha coluna tá encolhida (E12, 43 anos).

Os acidentes de trajeto também são frequentes. Os trabalhadores vão para a lavoura com o ônibus fornecido pela usina. Muitas vezes, a viagem é longa, depende da região de onde o trabalho será exercido. Assim, os trabalhadores correm o perigo de sofrer acidentes durante esse trajeto.

Entre os acidentes que ocorrem no meio rural, não se pode descartar os acidentes que ocorrem durante o trajeto que o trabalhador percorre para chegar ao destino do trabalho. De acordo com V.L. Rodrigues e Silva (1986, p. 29), “[...] o próprio fato de grande parte dos trabalhadores rurais residir na cidade, tendo que se deslocar diariamente até o seu local de trabalho, acrescenta os acidentes de transporte aos acidentes de trabalho na agricultura”.

[...] um acidente que eu presenciei foi um tombamento de um veículo de trabalhador rural, vindo embora. A gente veio na frente e esse outro não aparecia, não aparecia e o turmeiro nosso disse "volta" para ver que que tinha acontecido. Aí saiu, quando a gente voltou ele estava na beira da pista tombado. [...] estava, acho que foi mais uma mulher que fraturou o pé, que foi mais sério. [...] graças a Deus a gente estava em outro ônibus. Teve uma época que bateu, eu não estava, me falaram, na usina que eu trabalho, numa pedra, que tem trabalhador aposentado, machucou coluna. Isso acontece né? Acidente (...) da condução que você está indo trabalhar, está sujeito a acidente, tanto no serviço quanto no transporte, mas já vi trabalhador sofrer câimbra, de rolar no chão, câimbra na barriga, no corpo todo e isso eu vi, por esforço físico (E5, 44 anos).

Para Dias (2006, p. 9),

Os acidentes de transporte relacionados ao trabalho, sejam eles acidentes típicos ou de trajeto, destacam-se pela magnitude em termos de mortes e incapacidade parcial ou total, permanente ou temporária, atingindo trabalhadores urbanos e rurais. Na área rural, a precariedade dos meios de transporte e a falta de uma fiscalização efetiva tornam os trabalhadores mais vulneráveis aos acidentes de trajeto.

Os acidentes de trabalho, de acordo com o relato dos trabalhadores rurais, puderam ser relacionados a diversos fatores, como as condições de trabalho, à intensificação e o ritmo intenso da atividade laboral, e também pela falta de preparo para realizar o trabalho. Os trabalhadores não têm o devido treinamento para executar com segurança o trabalho no meio rural.

Os trabalhadores aprenderam as suas atividades no dia a dia de trabalho, com outros colegas que ensinaram e muitos aprenderam ainda quando crianças, pois muitos já iniciaram a

atividade na lavoura desde pequenos, acompanhando os pais na roça. Ao longo deste trabalho, percebeu-se, no discurso dos trabalhadores, que eles desenvolvem vários macetes para realizar a atividade durante a jornada, ou seja, eles encontram diversas formas para executar o trabalho, ajustando seus corpos a atividade que executam.

Pode-se observar, no discurso dos entrevistados, a questão dos treinamentos que são realizados junto aos trabalhadores rurais quando iniciaram a atividade na lavoura.

É a obrigação do turmeiro, né? Quando a pessoa não sabe, o turmeiro sai ensinando, mas quando tem uma pessoa boazinha ao lado nosso, ele vai ensinar, ele ensina e eu tive um amigo meu que me ensinava, pegava junto com ele que ele me ensinava, é assim, assim, então eu aprendi. [...] no primeiro dia de trabalho foi um sufoco, porque eu me afastava pra chorar, porque todo mundo ia pra frente e eu não conseguia, então, eu me atrapalhava muito, aí eu começava, não sabia se cortava, se chorava, aí esse amigo me falou: “não, eu vou te ensinar”, aí começou a me ensinar. Aí no segundo dia, ele me ensinou, no terceiro dia eu já melhorei, então eu fui pegando a prática. (...) Nós faz na empresa. Nós quando entra na empresa, eles explicam vários tipos de acidentes e tem um mapa no coiso do ônibus, né? Explicando como evitar os acidentes. [...] não ficar perto de animais perigosos, cobra, essas coisas venenosas, não andar com o facão sem bainha, tem que colocar a bainha, pra andar e não se cortar, não amolar o facão, sem o protetor da lima, não amolar o facão sem luva, não trabalhar sem os óculos, eu mesmo aconteceu isso comigo, eu estava trabalhando sem os óculos e onde o colonhão veio e entrou e atingiu meu olho (E3, 22 anos).

Ah, os amigos ensinam nós. [...] ah, foi complicado, né? Chegou lá, ensinava nós lá, que a equipe nossa não sabia. No primeiro dia foi tudo errado, do segundo dia em diante aí (...). Os amigos mesmo. [...] Eu acho que hoje em dia, as usinas em geral já têm tudo isso. Tem um caro lá que vai fazer esse treinamento. Tira assim uma safra e três vezes, eles vão lá ensinar como é que é. Vai lá uma equipe. [...] eles falam bastante coisa, pra ter cuidado, que o facão é uma coisa arriscoso. Não ficar muito perto do ônibus, vai que a pessoa tá ali, junto do ônibus, tem um descuido lá do motorista. O trator vai passando, um caminhão carregado com pedaço de cana, aí vai se descuidar da cana, vai e bate, acontece acidente, então, eles falam isso tudo. [...] às vezes sim, às vezes não, mas tem hora que trabalha gente dos maquinários lá (E4, 42 anos).

Quando criança eu ajudava a minha mãe, então fui aprendendo, olhando "faz assim e assim, assim" (E5, 44 anos).

O fiscal me ensinou. [...] ele ensinava, pegava o facão e ficava ensinando até eu pegar prática. [...] Teve na empresa. [...] com o homem de lá. [...] passava tudo na televisão. (...) usa caneleira, para você usar o sapatão para não se cortar o pé, o facão, o protetor de lima para não cortar os dedos. Explicava tudo, luva para não cortar os dedos (E8, 43 anos).

A primeira vez que eu fui, meu fiscal era bem complicado, porque eu nunca nem sabia o que era cana. Aí na firma lá, quando chegou do serviço, era o fiscal que explicava, era assim, assim. Aí a gente ia fazendo do jeito da gente, né? Pegava, punhava, porque é cinco ruas que a gente tem que levar, aí, via, estava na terceira, aí já estava lá na quarta, estava na quinta, voltava de novo até você aprender. Aí, ele foi ensinando e a gente aprendendo. [...] Nós tivemos quando a gente entra na firma, já tem, já indica

tudo. O que tem que usar. É feito na usina, na firma. [...] tem o professor de lá, que explica ali. Ele explica o jeito que a gente vai cortar cana, que não pode deixar toco alto, senão perde, né? E vai explicando que tem que usar óculos, tem que usar aquilo (E9, 39 anos).

Os trabalhadores revelaram a forma como aprenderam o trabalho na lavoura. O treinamento, principalmente no trabalho manual, é feito pelos colegas que estão há mais tempo na prática da lavoura ou pelo próprio fiscal ou turmeiro. Alguns salientaram ter algum tipo de palestra acerca de treinamento de segurança realizado pelos profissionais das usinas. Nesses treinamentos, as usinas oferecem palestras para abordar a questão dos acidentes, do cuidado com o facão, com as máquinas no campo e a utilização dos equipamentos de proteção.

Almussa (2011) também identificou, em sua pesquisa, que os trabalhadores rurais aprendem a atividade no cotidiano de trabalho, e até mesmo os operadores de colheitadeira relataram que aprenderam na prática do dia a dia a manusear a máquina.

Os treinamentos de segurança também são escassos na lavoura e são realizados de forma incipiente. Muitos trabalhadores se deslocam até as usinas com o objetivo de realizar um treinamento de segurança, principalmente, relacionado à prevenção de acidentes de trabalho. Esses trabalhadores repassam as informações adquiridas, na usina, para os outros colegas na lavoura.

Como medida de prevenção, as usinas oferecem alguns equipamentos de segurança para usar durante o trabalho. A Norma Regulamentadora (NR 31) tem por objetivo estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com segurança e saúde e meio ambiente do trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego, 2005).

Com relação ao treinamento, esta Norma destaca que o empregador rural ou equiparado deverá promover treinamento em segurança e saúde no trabalho que contemple estudo das condições de trabalho com análise dos riscos originados do processo produtivo no campo, bem como medidas de controle, por exemplo, nos temas agrotóxicos, máquinas e equipamentos, animais peçonhentos, ferramentas, transporte de trabalhadores, fatores climáticos, noções sobre prevenção e combate a incêndios, noções sobre legislação trabalhista e previdenciária relativa à Segurança e Saúde no trabalho, relações humanas no trabalho, proteção de máquinas e equipamento, entre outras.

Ainda sobre esta Norma, o empregador rural deve adotar as seguintes medidas: fornecer equipamentos de proteção individual e vestimentas adequadas aos riscos, que não propiciem

desconforto térmico prejudicial ao trabalhador; fornecer os equipamentos de proteção individual e vestimentas de trabalho em perfeitas condições de uso e devidamente higienizados, responsabilizando-se pela descontaminação dos mesmos ao final de cada jornada de trabalho, e substituindo-os sempre que necessário; orientar quanto ao uso correto dos dispositivos de proteção; garantir que nenhum dispositivo de proteção ou vestimenta contaminada seja levado para fora do ambiente de trabalho; vedar o uso de roupas pessoais quando da aplicação de agrotóxicos, entre outros.

O trabalho rural oferece muitos riscos à saúde do trabalhador. As usinas oferecem certos equipamentos de proteção individual (EPI). Alguns trabalhadores confirmaram que não usam adequadamente os EPIs. A falta do uso de equipamento ou o despreparo para exercer a função pode levar o trabalhador a sofrer certos acidentes. Desta forma, os depoimentos revelaram a questão do uso dos EPIs.

A coisa que eles davam, quando a gente ia trabalhar de equipamento assim, era a luva, o sapatão, que tinha bico de ferro e a caneleira. Era só isso aí. E o facão. Agora do resto, você que se virava (E13, 44 anos).

Tinha a roupa do veneno, tinha que usar. Tinha máscara, só que não era obrigado a usar não. Usava quem queria. Tinha mulher que usava a máscara pra guardar cigarro, isqueiro [risos]. [...] Não, o encarregado falava “vocês põe a máscara”, só isso que eles falava pra nós, então ninguém usava. Luva nós usava, mas máscara, essas coisas, levava touca, por causa da cana, cortava tudo o rosto, mas a máscara ela era de um coisa assim, era de plástico, aquilo lá colocava no nariz, não tinha respiração pra sair a respiração, aquilo lá sufocava (E12, 43 anos).

Sim. Não todos, mas usava. [...] no veneno, a gente usava a bota. No começo era só a bota e a luva. Então, depois a gente passou a usar a bota, a calça, a camisa, luva, boné com tela, porque tinha que andar no meio da cana alta, então tinha que usar boné com tela e a máscara. [...] você era obrigado a tá com o equipamento, (...) por exemplo, o boné com tela ele abaixava e subia, aí vai de você, se você vai trabalhar com ele baixo ou alto. Só que que acontece, bateu uma folha dentro do meu olho e machucou meu olho, você não tava com a tela, porque? Se você tava com tela não tem como bater, entendeu? (E14, 35 anos).

No depoimento de E12, a trabalhadora revela a não obrigatoriedade do uso de equipamento e a falta de um treinamento de segurança. Além dessas questões, ela ressalta que a máscara, usada no nariz, incomoda a respiração, dando a sensação de sufocamento. Este fator, o incômodo, faz com que a trabalhadora não use o equipamento de segurança.

O trabalhador E14 revela a obrigatoriedade do uso dos equipamentos. Porém, salientou que ele mesmo descumpriu as regras quando não utilizou um boné com tela e por isso sofreu um acidente em que a cana atingiu seu olho.

De acordo com Franco-Benatti (2011) no que diz respeito ao uso dos equipamentos de proteção, a autora ressalta que a utilização dos equipamentos de proteção não elimina o riscos presente no ambiente de trabalho e mesmo as empresas fornecendo esses equipamentos, as condições de trabalho ainda continuam inadequadas, interferindo na saúde do trabalhador.

Pelos relatos dos trabalhadores percebe-se que eles têm conhecimento dos perigos que enfrentam no ambiente de trabalho, como no depoimento de E14, mas muitos usam estratégias defensivas para lidar com esse medo, pois assim conseguem realizar o seu trabalho.

É importante destacar que os trabalhadores criam estratégias de defesas para lidar com o trabalho. Sobre esse aspecto, nos baseamos na teoria da psicodinâmica do trabalho de Dejours, que conceitua a estratégia defensiva como,

O conflito entre a organização do trabalho e funcionamento psíquico pôde ser reconhecido como fonte de sofrimento, ao mesmo tempo como chave de sua possibilidade de análise. Mas o sofrimento suscita *estratégias defensivas*. A descoberta empírica mais surpreendente foi a das estratégias defensivas construídas, organizadas e gerenciadas *coletivamente* (Dejours & Abdoucheli, 2013, p. 127).

Dejours e Abdoucheli (2013) revela que as estratégias defensivas levam à modificação, transformação e à eufemização da percepção que os trabalhadores têm da realidade que os faz sofrer. “Tudo se passa como se, por falta de poder vencer a rigidez de certas pressões organizacionais irredutíveis, os trabalhadores conseguissem, graças a suas defesas, minimizar a percepção que eles têm dessas pressões, fontes de sofrimento” (p. 128).

O autor ainda salienta dos trabalhadores fazerem uso tanto dos mecanismos de defesas individuais quanto das defesas coletivas. A diferença entre os dois mecanismos de defesa é que o mecanismo de defesa individual o mecanismo está interiorizado, ou seja, persiste mesmo sem a presença física de outros, enquanto que a estratégia coletiva não se sustenta a não ser por um consenso, ou seja, depende de condições externas.

É importante destacar, segundo Seligmann-Silva (2011), a existência de outros mecanismos de defesa que explicam a continuidade da presença dos trabalhadores em locais perigosos, que são as defesas psicológicas coletivas. Num caso de acidente de trabalho, essas também são abaladas, e isto significa que “[...] todo o conjunto de trabalhadores – isto é, o

coletivo que compartilhava a crença de sua imunidade a acidentes – vivenciará o mal-estar da evidência de que um acidente real aconteceu” (p. 308).

Em pesquisas realizadas por Seligmann-Silva (1994), os mecanismos psicológicos de defesa contra o sofrimento mental, no enfrentamento da ansiedade e do medo⁷⁸ gerado pelos riscos de acidentes e de adoecimentos, encontram-se a negação e a repressão⁷⁹.

Os trabalhadores também presenciam muitos acidentes de trabalho que envolvem outros trabalhadores, ou seja, eles são testemunhas dos acidentes que ocorrem na lavoura. Segundo Dejours (1992), “a consciência aguda do risco de acidente, mesmo sem maiores envolvimento emocionais, obrigaria o trabalhador a tomar tantas precauções individuais que ele se tornaria ineficaz do ponto de vista da produtividade” (p. 70).

Os trabalhadores não gostam de ser lembrados do que tão penosamente procuram exconjurar. Esta é uma das razões pelas quais as campanhas de segurança encontram tanta resistência. Os trabalhadores bem sabem que as rédeas da segurança não evitarão todos os acidentes. Obrigar a que eles as coloquem é, antes de tudo, relembrar-lhes que o perigo existe mesmo e, ao mesmo tempo, tornar-lhe as tarefas ainda mais difíceis, pois mais carregadas de ansiedade (Dejours, 1992, p. 71).

Seligmann-Silva (1994) destaca a importância dos estudos dos acidentes de trabalho e os reflexos à saúde dos trabalhadores.

[...] em alguns entrevistados que haviam sofrido acidente, que a negação dera lugar ao medo explícito, acompanhado por sintomas perturbadores. Estes trabalhadores, após a experiência crucial do acidente, começaram a reconhecer, com toda a nitidez, o perigo. E passaram a vivenciar penosamente a impotência e desproteção ante as ameaças a sua integridade e a sua vida – perigo agora claramente percebido (Seligmann-Silva, 1994, p. 237).

Muitas vezes, essa negação do perigo também se dissolve em trabalhadores que apenas presenciam o acidente de companheiros no ambiente de trabalho, o que faz com que eles percebam a existência dos riscos de acidentes de trabalho que antes não eram percebidos.

⁷⁸ De acordo com Dejours (1992), o medo está presente em todos os tipos de ocupações profissionais, inclusive nas tarefas repetitivas. Algumas categorias profissionais são mais expostas aos riscos relacionados à integridade física (construção civil, pesca em alto-mar, preparação de produtos tóxicos). Esses riscos estão relacionados ao corpo do trabalhador.

⁷⁹ “Repressão é o mecanismo de defesa pelo qual são excluídos da consciência os pensamentos relacionados aos impulsos ou sentimentos perturbadores e/ou socialmente censurados” (Seligmann-Silva, 1994, p. 233). No cotidiano de trabalho ocorrem também defesas que correspondem à necessidade de aguentar e de sobreviver a situações penosas e perigosas. Neste grupo as defesas contra o medo assumem diferentes modalidades, podendo apresentar-se como mecanismos inconscientes (negação do perigo; repressão do medo).

Os acidentes, segundo Seligmann-Silva (2011) podem ter repercussões psíquicas bastante negativas e um papel de destaque na constituição do desgaste e do sofrimento psíquico e também de diferentes transtornos mentais.

8.1 Reflexos dos acidentes de trabalho na vida dos trabalhadores

A organização do trabalho, ou seja, a forma como o trabalho está organizado é que produz consequências à saúde do trabalhador. Não somente o trabalho, mas também os acidentes e as doenças relacionadas ao trabalho repercutem na saúde e na vida do trabalhador.

Os trabalhadores que sofreram acidentes ou foram acometidos por doenças relacionadas ao trabalho passam por períodos de afastamento de suas atividades laborais. A questão do retorno ao trabalho, muitas vezes, se torna um momento difícil para o trabalhador, pois o acidente traz implicações na vida, pois repercute sobre as outras esferas da vida do indivíduo, como nas tarefas domésticas, no lazer, nas relações sociais e no trabalho.

De acordo com Franco-Benatti (2011) os efeitos de um acidente na vida do trabalhador são catastrófico, pois modificam toda a sua vida, impossibilitando-o de realizar não só o seu trabalho, mas também outras atividades do dia a dia. E além da dor física que os acidentes provocam, ainda estabelece a dor psíquica. O trabalhador, ao se acidentar percorre um longo caminho que se torna desgastante, pois vive indo a médicos e buscando tratamentos para sua reabilitação, além de ficar afastado do seu trabalho. “Esses fatos, somados à incapacidade de realizar o seu trabalho, acabam desgastando psicologicamente o trabalhador que, muitas vezes, entra em depressão, com estados de ansiedade extrema, nervosismo e fadiga” (Franco-Benatti, 2011, p. 193).

O afastamento do trabalho também produz dúvidas no trabalhador, pois além de ainda estar sensibilizado com a ocorrência, este sente medo da perda do emprego e do retorno ao trabalho, sem saber se conseguirá realizar a sua atividade novamente.

Ceccato et al. (2014) estudaram o absenteísmo por doença ocupacional de trabalhadores rurais no setor canavieiro com o objetivo de analisar a frequência de afastamentos por doenças ocupacionais de trabalhadores em uma safra da cana-de-açúcar.

Neste estudo, os autores destacaram que na entressafra, fase do plantio da cana crua, a frequência de atestado foi maior entre as doenças do sistema conjuntivo, seguidas das doenças do aparelho respiratório. No meio da safra, houve maior número de atestados de doenças osteomuscular e do tecido conjuntivo; em segundo lugar estão as doenças do aparelho

respiratório e, em terceiro lugar, as doenças do sistema nervoso. No fim da safra, a frequência no número de atestados foi maior nas doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo e, em segundo lugar, as doenças do aparelho respiratório.

Desta forma, os autores, Ceccato et al. (2014, p. 2173) destacam que “os afastamentos por doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo foram os mais prevalentes nos trabalhadores rurais”.

As condições de trabalho inadequadas; o ritmo intenso, que exige um esforço muscular do corpo do trabalhador; e os movimentos repetitivos podem estar associados ao quadro de afastamento do trabalho.

Em muitos acidentes que ocorrem com os trabalhadores é necessário realizar algum procedimento médico, seja cirurgia, tratamento com sessões de fisioterapia ou tratamento psicológico. Para tratar da saúde, os trabalhadores precisam se afastar da atividade laboral, perdendo as relações sociais estabelecidas no trabalho.

Fisioterapia, depois eu tive. Eu fiquei parada seis meses e (...) aí quase pra entrar já no serviço, eu fiz fisioterapia, acho que foi 20 dias de fisioterapia (E1, 23 anos).

Interferiu sim, (...) que nem eu trabalho, aí você passou sete dias de acidente, ele não paga não. Ele dá abonado. Se você pegar 15 dias, você também não ganha, mas também não perde. [...] não pagam, fiquei sem receber. [...] não fui atrás porque eu ainda estou lá. [...] o dia é abonado, não perde (E6, 23 anos).

Eu fiz bastante fisioterapia. Fiz umas 30 sessões. [...] nossa minha mão não fecha, e eu parei de ir, não fecha, não faz mais nada. (...) A mão dói, esses tempos de chuva, dói, quando está frio, dói. Olha como ficou, meu dedo não vai para baixo [mostrando novamente a mão], não fecha mais a mão (E8, 43 anos).

O médico falou que eu estava com problema na coluna. Aí ele passou uma injeção pra eu tomar. Aí ele falou que eu tava com problema na coluna. Aí tirou raio X, deu né? coluna torta. Desvio na coluna. Aí ele afastou, fiquei afastada um tempo. Ele falou que era por causa do trabalho. Até hoje eu passei uma época que minha coluna eu não aguentava nem andar, passei no médico e ele falou "Você trabalhou na lavoura, não é?" Eu trabalhei. "A maioria que vem aqui trabalhou na lavoura". Todo mundo que trabalhou na lavoura tem problema na coluna. Teve uma época que eu pedia para o médico não dar injeção, porque eu não aguentava mais tomar injeção. Tomava uma de manhã e uma de tarde todos os dias (E12, 43 anos).

Para tratamento da saúde, os trabalhadores realizam fisioterapia e cirurgias.

No depoimento de E8, a trabalhadora realizou várias sessões de fisioterapia, porém não faz mais o tratamento, pois não amenizou seu problema na mão. A trabalhadora não consegue mais fechar a mão e ainda sente dores fortes.

O trabalhador que adoece na lavoura canavieira demora em procurar um médico ou um tratamento para restaurar a sua saúde. O controle da organização do trabalho sobre o trabalhador faz com que este não perca o dia de trabalho, pois depende da quantidade de cana cortada para receber alguns benefícios que a usina fornece. No depoimento abaixo, é possível perceber a pressão e o controle que a organização do trabalho exerce sobre o trabalhador.

Trabalhei um mês com dor, tomando remédio pra tirar a dor, tomava injeção. O fiscal sabia, mas não gostava que perdia dia não, porque lá, eles não gostam que ficam mandando atestado, que a pessoa perde dia, uma que eles não gostam por causa do rendimento deles também, né, do turmeiro, pois quanto mais a pessoa trabalha, mais ele ganha, aí ele não gostava. E era ruim pra pessoa também, né? Porque por exemplo, porque lá ele pega cesta lá. Se a gente perder dois dias no mês, daí já não pega [cesta básica]. Então, ele tem que se esforçar pro bem da gente. [...] eu nunca cheguei e falei [que tinha dor], eu tinha medo dele pegar e xingar. Aí ele pôs eu nesse serviço como bombeira por causa de uma carta que o médico deu, aí o médico me deu uma carta punhando como eu não podia pegar peso, fazer aquilo, aí foi onde que ele me colocou pra fazer esse serviço (E9, 39 anos).

A trabalhadora destacou, em seu relato, o medo de revelar sobre suas dores para o fiscal, pois sabia que ele não era a favor da perda do dia de trabalho. Mudou de função, em virtude da carta que um médico lhe deu, afirmando que ela não poderia realizar mais a atividade no corte da cana. O fiscal a remanejou de função, colocando-a como bombeira na lavoura, cuja atividade é carregar galões de água e levar para os trabalhadores no meio do canavial.

Nos relatos abaixo, as trabalhadoras tiveram que realizar procedimentos cirúrgicos para restabelecimento da saúde. Tiveram que percorrer uma longa trajetória desde o momento do reconhecimento da doença, do tratamento médico, das perícias do INSS até o retorno ao trabalho após o afastamento.

[...] batia pra poder parar de tanto que doía e formigava. Aí, foi indo, foi indo e não conseguia. Aí marquei ortopedista, né? Aí pediu pra fazer os exames, eu fiz, aí falou que eu teria que operar. Aí eu operei, fiquei acho que três meses em casa, aí depois voltei pro serviço de novo, e como ainda era muito recente, eu cheguei, eu fui fazer a obrigação da gente, e é serviço pesado, aí não resolveu nada, voltou de novo a dor. Daí, colocou eu como serviço leve, só que mesmo assim, tem vez que começa a formigar de novo (E9, 39 anos).

Eu ia no médico. Eles davam remédio pra dor, mas essa dor nunca passava, porque é uma dor que não passa, ela é adormecida a mão. E no dia que eu fiz o exame em Ribeirão, que eu cheguei e entreguei pra ele, no mesmo dia, ele já me internou. Ele falou: 'tem que fazer a cirurgia logo, senão você vai perder seu braço'. Aí eu levei o

exame cedo, aí me internou na hora e eu operei 17h30 min. da tarde, pra mim poder esticar o braço de novo (E10, 41 anos).

E9 procurou um médico após sentir vários sinais nas mãos, dores, inchaços. E10, primeiramente, optou por um tratamento com medicação para aliviar as dores, mas também precisou passar por cirurgia, pois um braço estava ficando menor que o outro, devido ao problema grave no nervo da mão.

Os acidentes de trabalho repercutem de várias formas na vida do trabalhador. Alguns não conseguem realizar as atividades do dia a dia e outros não conseguem realizar a atividade laboral. Por meio dos depoimentos, percebeu-se que a ocorrência de um acidente e de uma doença relacionada ao trabalho traz impactos significativos à vida desses indivíduos, pois eles não conseguem trabalhar e nem cuidar de outros afazeres domésticos e nem de cuidados básicos de higiene.

Terrível, porque no começo eu dependi muito (...) pra tomar banho eu não conseguia, só com uma mão, não conseguia mexer muito o braço, então eu dependia muito da minha mãe, da minha irmã, mas foi terrível. (...) já não conseguia limpar a casa, mesmo pelo fato de ser o braço esquerdo, mas dificulta muito a gente, né? [...] Ai, eu acho que eu poderia ter evitado. Não sei te dizer. [...] fiquei chateada (E1, 23 anos).

Interferiu muito, olha, eu via o serviço pra fazer e eu sabia, se eu fizesse a noite eu não dormia, mas mesmo assim eu tinha que fazer, porque eu não podia deixar, porque as meninas minha era tudo pequena. Tudo era eu e eu. E eu fazia, lava minha roupa, não aguentava torcer porque o braço não dava, a mão não (...) Aí eu tinha que lavar e amontoar tudo pra deixar a água escorrer bem pra depois eu colocar no varal, porque eu não aguentava torcer de jeito nenhum. Então deu essas coisas tudo. Pentear cabelo era, principalmente erguer o braço, eu falava pro médico "doutor, nem pentear o cabelo eu não consigo". Nada, até hoje, eu não tenho força na mão. O cabelo mesmo conforme eu erguia assim, nossa gente que dor que dava no braço. Eu falava "parece que esse braço meu vai cair", de tanto que doia. E mais era de noite quando o sangue esfriava, nossa aquilo parecia (...) (E13, 44 anos).

Eu tinha dia que eu não aguentava. Deitava de um lado e chorava. Se tava deitado, não aguentava. se tava no chão, não aguentava, se tava de pé não aguentava. Aí, ia pegar o moleque mais pequeno, não aguentava (E14, 35 anos).

Nem janta você não conseguia fazer. Você falava "faz a janta que eu não aguento, faz isso que eu não aguento", e você deitada numa cama, no sofá gemendo ali de dor. Falava "me dá um remédio porque eu não aguento de dor ou me leva pro Pronto Socorro pra tomar injeção porque eu não aguento". Tomar banho tinha dia que não aguento, tomava banho e deitar porque não aguentava, vixe lavar roupa, eu lavava, mas era no pulso. Hoje tem tanquinho, mas antes eu não aguentava esfregar a roupa, por causa que começa a doer essa parte aqui e os braços. Eu sinto a dor no braço,

porque a cana você esforça muito. O facão, você o dia inteiro batendo, às vezes pega uma cana dura, tem que dar duas, três facãozada pra cortar a cana e com esse aqui [outro braço], você tem que pegar a cana e jogar. Isso daqui inchava, a mão, o braço. Doia tudo. Até hoje sinto dor nos meus braços. Se eu for lavar a roupa na mão, eu não esfrego nada, porque eu não aguentava, dói tudo. É uma coisa que eu não consigo fazer, é esfregar roupa, louça, panela, pra arear eu preciso pedir pra minha menina ou ele [o marido] esfregar, porque eu não tenho força nas mãos de esfregar as coisas não (E12, 43 anos).

Muitos trabalhadores se queixaram da dificuldade de exercerem outras atividades fora do espaço laboral. Em virtude dos acidentes e adoecimentos pelo trabalho, eles não conseguem concretizar as tarefas e as atividades que conseguiam fazer antes de terem sofrido acidentes ou serem acometidos por doenças relacionadas ao trabalho.

De acordo com Toldrá, Daldon, Santos e Lancman (2010), em estudos com trabalhadores acompanhados em grupo pela terapia ocupacional de um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, da cidade de São Paulo, os autores identificaram que as doenças relacionadas ao trabalho comprometeram a participação da pessoa nas esferas familiar, social e de trabalho.

Segundo este estudo, nas atividades destacaram-se mais as relacionadas com a mobilidade, presentes em diferentes ações e tarefas e que dificultam ou inviabilizam uma jornada de trabalho de oito horas numa atividade em que se exige o esforço físico, repetição dos movimentos, manutenção de posturas incorreta e ritmo intenso com exigência de produção. Com relação às atividades da rotina de vida doméstica, familiar, trabalho e lazer, estas ficam influenciadas pelas alterações nas estruturas e nas funções do corpo da maioria dos trabalhadores.

Ainda, segundo os autores,

A inter-relação entre as áreas principais da vida (educação, trabalho e emprego) e a vida econômica, com os aspectos pessoais, apontaram que a baixa escolaridade e a falta de preparo profissional da maioria dos trabalhadores, somada às limitações funcionais decorrentes da doença, impõem uma realidade não promissora para o retorno ao trabalho e, conseqüentemente, para a autosuficiência econômica (Toldrá et al., 2010, p. 16).

E no caso das mulheres, percebe-se que a situação se agrava ainda mais devido as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos. As mulheres sentem dificuldades até mesmo para realizar as tarefas mais simples do dia a dia, como os cuidados básicos de higiene, escovar os cabelos e também ficam impossibilitadas de lavar ou torcer a roupa.

Além de todo o sofrimento que o trabalhador passa ao se acidentar, o sofrimento psíquico dos trabalhadores é agravado pela existência do sentimento de perderem seus empregos, causando uma insegurança em seu trabalho. Segundo Castelhana (2005, p. 15) “[...] o aumento do desemprego estrutural e a propagação de suas conseqüências devastadoras amplificam o medo no ambiente de trabalho, deixando o trabalhador muito mais vulnerável e em situação muito mais fragilizada”.

(...) e eles não podem me mandar embora, né? Eu acho que não, porque eu machuquei na empresa, eu acho que eles não podem mandar embora. Porque eu machuquei lá, se eles me mandarem embora eu não arranjo serviço mais, né? Aí eles colocaram eu lá dentro (...). Se eles mandarem eu posso tacar eles no pau e pegar meus direitos, porque eu não consigo mais trabalhar no serviço sem mão. Ninguém vai me quer mais com esses dedos defeituosos. Claro, porque você não consegue mais fazer nada e quando eu vou torcer uma roupa, eu não consigo torcer a roupa direito. Meu dedo, os quatro aqui [mostrou a mão] não fecha mais, ficou com defeito. Pode fazer fisioterapia, pode fazer o que for, não volta mais. Agora, se eles me mandarem embora eu tenho que procurar meus direitos, né? Porque outro serviço assim, eu não consigo mais trabalhar, porque dói (E8, 43 anos).

Voltei e fiquei trabalhando três dias [risos]. Me mandaram embora (E10, 41 anos).

Eu voltei a cortar cana normal. [...] os amigos, "Ah você voltou, que bom". Mas o fiscal "Ai voltou, até que enfim", porque eles falam, né? "Até que enfim voltou, pensei que não ia voltar nunca mais". É assim que eles falam. [...] eu tinha medo, eu pensava "será que eu vou conseguir, será que vai voltar as dores tudo de novo"? A gente fica, né? [insegura], a gente não sabe, você fica com medo, a gente precisa do emprego e de mandar embora. A primeira coisa que você pensa é que vão te mandar embora. Você fica um ano afastado, cinco mês, um mês, você volta e a primeira coisa que você fala é se eles vão te mandar embora. [...] parece que todo mundo olha, o fiscal olha, nem que eles não estejam falando de você, mas você olha e parece que estão conversando de você. É a coisa que você se sente: "será que estão falando de mim, será que estão planejando de me mandar embora", é isso que você pensa (E12, 43 anos).

O medo e a angústia que o trabalhador sente em perder seu emprego agravam ainda mais o sofrimento mental. O medo de perder o emprego faz com que o trabalhador fique inseguro, afetando até mesmo sua relação interpessoal no trabalho.

Em estudos realizados por Lima, Rossini e Romão (2010), com trabalhadores rurais da lavoura cafeeira, destacam que o desemprego ocasionado pela entressafra pode influenciar no surgimento de sintomas de ansiedade e de depressão e causar prejuízos na qualidade de vida e alterações no padrão do sono dos trabalhadores rurais.

De acordo com os autores, os trabalhadores apresentaram prejuízo na qualidade do sono e sintomas de ansiedade e depressão, além de perdas de relações sociais.

A volta ao trabalho após o afastamento se torna um momento de insegurança para o trabalhador. O trabalhador rural, quando retorna após longos meses afastados para restauração de sua saúde, nem sempre volta a trabalhar com o mesmo grupo de trabalhadores. Assim, além de perder as relações sociais no ambiente de trabalho em virtude da doença ou acidente, o trabalhador ainda deve recomeçar a estabelecer o contato com o coletivo de trabalhadores na lavoura. Permanece um sentimento de insegurança e de falta de acolhimento por parte do grupo. O trabalhador sente o ambiente de trabalho estranho, pois o grupo se modifica ao longo dos meses e novos trabalhadores vão chegando para o trabalho na lavoura canavieira.

Foi estranho, porque na primeira vez que a gente começa também (...) não conhece ninguém, não tem amizade com ninguém, então fica assim, até acostumar, pegar amizade, tudo, é ruim, daí depois que eu fiquei afastada também, depois que eu voltei parece que a turma modifica tudo, parece que não é as mesmas pessoas. Não é que muda, parece que está tudo estranho com a gente, por causa que a gente estava afastada, aí até que vai acostumando de novo. O turmeiro foi normal, de boa, pergunta se melhorou, mas tudo de boa. [...] os colegas perguntam, porque que nem o turmeiro fala, ali é uma família porque convive todo dia junto. E perguntava, 'o que aconteceu aí, achava que não ia voltar mais', ficava falando assim. [...] mas a gente acha estranho, né? Fica quatro meses, depois quando volta ali tudo junto, parece que é outra coisa (E9, 39 anos).

A trabalhadora E10 não foi inserida na lavoura canavieira quando retornou ao trabalho após seu afastamento, já que não poderia exercer novamente o mesmo trabalho que acarretou o seu adoecimento. Desta forma, ficou trabalhando esses três dias dentro da usina, no escritório, fazendo serviços de limpeza, segundo ordens médicas, pois poderia apenas realizar serviços leves.

Eu não fui pra lavoura. Eu fiquei no escritório. Eu nem cheguei a ir [na lavoura], porque tinha a carta do médico mandando eu não ir. [...] que era pra eu arrumar outro tipo de serviço, que eu não podia mais ir na lavoura, foi isso o que ele falou. Aí me deixaram lá no escritório. [...] lá, eu limpava o escritório, lavava banheiro, só coisinha leve só (E10, 41 anos).

A invisibilidade do sofrimento e da dor do trabalhador reflete no tratamento que ele recebe ao retornar ao trabalho. A dor que o trabalhador sente não é reconhecida pelos colegas e nem pela organização do trabalho. Após o afastamento, o trabalhador se sente inseguro para voltar a realizar a atividade, e a falta de reconhecimento de seu adoecimento deixa-o mais vulnerável, intensificando todo o sofrimento de sua dor.

Seligmann-Silva (1994, p. 131) destaca que,

Trabalhadores que sofreram acidentes passam freqüentemente a sofrer discriminações e desqualificação, sob alegações geralmente mal esclarecidas e de caráter depreciativo, como de que estariam com menor capacidade laborativa, ou de que talvez seriam desatentos e “propensos a acidentes”.

Era cortar toco lá com o facão, lá no meio da cana. Fazia eu cortar bituca da cana. [...] aquele dia, eu só cortei os toquinhos baixinhos lá e o homem me colocou sozinha ainda, porque ele não gosta, né? [...] Leve, fiquei uns três dias só, depois o homem me botou para cortar cana, falou que o homem lá, do carrinho, o fiscal tinha falado para eu cortar cana, “não é para você ficar em serviço leve, é para você cortar cana mesmo”, cortar cana devagarinho ainda. Aí falei “tá bom, vou ver isso aí então”. Aí fui na usina falar com o homem, que dei a carta para ele. Aí falei: “esse serviço leve que você mandou eu fazer, que o homem me colocou para eu cortar cana por dia, que se for para eu cortar cana por dia, eu vou processar a empresa, porque eu estou com dor na minha mão, então dá um jeito, senão eu vou procurar meus direitos, porque eu não vou ser humilhada por fiscal não” (E8, 43 anos).

Aí, teve um dia que um médico que resolveu mandar eu ir trabalhar, acho que ele queria fazer um teste, sei lá. Eu deveria não ter voltado, deveria ter abrido de novo. Aí eu peguei e voltei a trabalhar, né? Fui (...) [filha: deveria ter se aposentado] [...] aí eu voltei, eu já estava cansada daqui [de ficar sem o trabalho], aí perdi tudo. [filha: ela perdeu tudo] (E10, 41 anos).

Fiquei quatro meses de licença. Pelo INSS recebi só três meses. Aí trabalhei quase um mês, eu peguei e voltei, aí foi onde que ele me deu uma carta como serviço leve dentro da usina. Aí depois que eu levei essa carta, que eu entreguei na mão do turmeiro, eu ainda trabalhei umas duas semanas cortando cana, picando, tudo normal, aí depois que o encarregado foi lá, onde que a gente estava, e mandou ele colocar eu pra passar veneno no facão, só que tem muita gente que fala pra mim que eu sou muito boba, porque o serviço que eu estou fazendo lá, bem dizer é três, porque é tomar conta do ônibus, passar o veneno, e passar água como bombeira. Pega 15 litros de água todo dia, aí eles falam que isso aí não é serviço leve, porque passar água não é serviço leve, tem que se esforçar do mesmo jeito, aí eu falei, que tenho que fazer, porque é obrigação (E9, 39 anos).

A trabalhadora E9 permaneceu por quatro meses afastadas até o retorno ao trabalho. No dia do seu retorno, estava com uma carta do médico que ressaltava a incapacidade da trabalhadora de permanecer no exercício da mesma atividade laboral, ou seja, no corte da cana. O médico estabeleceu que ela deveria realizar um trabalho menos pesado que o corte da cana, devido ao seu problema de saúde. Mesmo com a carta em mãos e entregue ao fiscal na lavoura, a trabalhadora realizou, por duas semanas, a mesma função que executava antes do afastamento, o corte da cana, mesmo havendo a proibição para tal atividade. Após essa semana, o outro encarregado a remanejou de função, colocando a trabalhadora para jogar veneno no facão dos

outros trabalhadores, além de cuidar do banheiro do ônibus e levar água para os trabalhadores beberem durante a jornada de trabalho. Afirma que não realiza nenhum serviço leve, mesmo não tendo condições para fazer um esforço maior, pois carrega 15 litros de água e caminha com o galão de água no meio do canavial, percorrendo uma longa distância até chegar aos trabalhadores que estão cortando cana ou realizando outra atividade na lavoura.

No depoimento de E8, a trabalhadora salienta que o fiscal da lavoura, que exerce o controle sobre os trabalhadores, não a inseriu novamente no ambiente de trabalho após o seu afastamento. A trabalhadora ainda revelou que houve mudança no meio rural após o seu retorno. Antes do acidente, ela trabalhava com outro fiscal e após o retorno do acidente, ela conheceu o novo fiscal da turma. A trabalhadora destacou que se sentiu humilhada com o tratamento dado por ele no seu retorno ao trabalho. Não aceitando essa condição, E8 procurou a usina para esclarecer a situação, alegando procurar os direitos de forma judicial.

(...) aí eu voltei para a empresa, aí eu voltei pra roça, aí eu não consegui trabalhar na roça e eu fui para a empresa e falei "você vê" (...) o médico tinha dado uma carta que era para eu trabalhar em serviço leve, e o fiscal era ruim demais, e ele não colocava você no serviço leve, não tinha serviço leve, aí eu peguei e voltei lá usina e falei "o homem lá fica pisando na gente lá", ele pisada demais em mim e na outra mulher lá que estava igual. "Ele fica pisando demais na gente, ou vocês dão um jeito de me colocar dentro dessa empresa aqui ou eu vou procurar meus direitos, porque eu machuquei foi na empresa, não foi na minha casa não, eu estava trabalhando lá quando me cortei e agora eu não consigo mais cortar cana ou vocês me colocam para trabalhar em algum serviço mais leve ou vou procurar meus direitos", porque era advogado né? No outro dia falaram: "amanhã você vem trabalhar aqui", aí eu fui, estou até hoje lá (E8, 43 anos).

Nessa situação prevalece o sentimento de revolta e insatisfação pelo trabalho. Essa situação vivenciada pela trabalhadora agrava ainda mais o seu estado de saúde, trazendo implicações na sua relação com o trabalho.

Você fica com raiva, quando você fica nervosa. O médico da uma carta, o médico da empresa, o médico meu que me operou deu a carta que eu não posso mais cortar a cana, o médico da empresa deu outra e assinou e o fiscal vai querer passar por cima, acha que isso é (...) acha o fiscal querer passar por cima de tudo dos médicos? O médico dá a carta de que você não pode mais cortar cana (...) o fiscal quer passar por cima de tudo. Tem uma mulher ali embaixo, que ela também tem problema na mão, ela operou tudo e ela voltou a trabalhar, ela deu a carta para ele [fiscal] e ele rasgou a carta na cara dela? Ela está cortando cana até hoje lá (E8, 43 anos).

A volta do acidentado ao trabalho, segundo Seligmann-Silva (2011), deveria sempre haver, por parte dos companheiros e dos gestores, a consciência de que o acidente ocasiona um estado de maior vulnerabilidade psicológica, que envolve maior sensibilidade na esfera afetiva “[...] dos sentimentos e emoções -, estado que precisa ser respeitado, para que possa vir a ser superado e não se torne uma via de transtorno psíquico” (Seligmann-Silva, 2011, p. 306).

Os trabalhadores passam por dificuldades para o retorno ao trabalho e não apenas devido às limitações do corpo para a execução de sua atividade laboral, mas, sobretudo aos obstáculos que enfrentam durante a trajetória percorrida para estabelecer o nexos entre o seu adoecimento e o seu trabalho.

Muitas são as dificuldades dos trabalhadores acometidos por doenças ocupacionais para retornar ao trabalho, tanto devido às limitações funcionais decorrentes dos adoecimentos, quanto aos obstáculos vivenciados junto às empresas, ao INSS e aos serviços de saúde. O mundo do trabalho tem sofrido intensas mudanças nos últimos anos com a introdução de novas tecnologias, com as mudanças na organização da produção, com o processo de globalização e a nova ordem estabelecida nas relações entre capital e trabalho, abrindo espaço para novas e conflituosas relações de trabalho, que por sua vez originaram novos processos de adoecimento e novas dificuldades para reabilitação, retorno e, sobretudo, permanência no trabalho (Toldrá et al., 2010, p. 11).

A trabalhadora, após esse episódio, foi remanejada de função. E atualmente exerce a atividade no laboratório da usina.

Eu trabalho no laboratório de análise. É bichinho que põe na cana lá para comer a broca da cana. É uns mosquitinhos. Eu pego uns bichinhos lá e tem o alimento deles lá e você pega e põe eles para comer o alimento deles e onde vai formando as outras coisas. [...] esse bichinhos vai formar um mosquitinho dentro do copinho, aí solta lá na cana, para comer a broca da cana. É com isso que eu trabalho. [...] eles ficam lá comendo a broquinha da cana para não dar doença. [...] dá para ver, é uns mosquitinhos, não faz mal pra ninguém, é só para comer a broca da cana (E8, 43 anos).

O trabalhador vive a fragilização que o acidente de trabalho acarreta em seu corpo e sua pessoa como um todo e, muitas vezes, acarreta a perda de autoconfiança. Segundo Seligmann-Silva (2011), essa vivência configura sofrimento e desgaste psíquicos.

Para a autora,

Em primeiro lugar, as decorrências anatômicas e funcionais dos próprios danos físicos e a necessidade de “viver e conviver com um outro corpo”: o que pode dizer respeito desde a eventuais limitações funcionais menos extensas (mas que podem afetar as

atividades da vida diária e o desempenho no trabalho), até a necessidades de adaptação especialmente desafiante nos casos de amputação (Seligmann-Silva, 2011, p. 307).

Além dos reflexos que o acidente acarreta na vida do trabalhador, ele sente insegurança com o retorno ao trabalho após a ocorrência. Os trabalhadores ficam com medo de sofrer, novamente, um acidente de trabalho. A volta ao ambiente de trabalho traz na memória momentos de dor e sofrimento vivenciados durante o exercício da atividade.

Eu sinto medo. Tenho medo. Porque assim, não é porque tem medo, às vezes acontece se a gente esperar (...) é que assim, quando você não tem uma família pra te apoiar, não tem um apoio de um pai, de uma mãe, de uma pessoa (...) incentiva mais você a viver a sua vida, né? Você se sente uma pessoa mais segura. [...] no trabalho eu não tenho, mas eu presto muita atenção no serviço. A coisa que eu presto muita atenção é no serviço, pode acontecer mas (...) quando você fica esperando é mais fácil você evitar, mas a gente nunca escapa do acidente. [...] não assim, a gente sempre fica na expectativa pra ele não acontecer, só que você nunca escapa do acidente. O acidente não depende só de você, depende de muitas coisas, né? Às vezes você vai, se corta, às vezes estoura um pneu, solta um pneu, acontece qualquer coisa, pisa no freio, essas coisas acontece no dia a dia, então não é uma coisa que depende de você, que você sabe que vai acontecer, te pega de surpresa (E2, 35 anos).

E medo, pelo fato de ter que descer escada, agora já desço com muita precaução de não ir cair de novo. [...] me deu insegurança. Todo dia penso, pelo fato de ter caído. Não pelas máquinas novas, mas pelas outras. Toda vez que subo a escada, lembro do tombo. [...] ficou marcado (E1, 23 anos).

A pessoa fica um pouco assustada uns dias, depois (...) tem que enfrentar, fazer o mesmo serviço, tem que ter mais cuidado, aí agora. [...] dá medo, né? Dá medo sim. [...] É a gente fica assim, um pouco (...) abatido, ninguém quer sofrer acidente, mas infelizmente acontece, né? Não é coisa boa não, não é bom. [...] isso ficou marcante, fica meio choquiado [chocado], né? (E4, 42 anos).

Os trabalhadores vivenciam diversas situações durante a jornada de trabalho. Mesmo que eles não sofram acidentes, eles presenciam acidentes com outros trabalhadores, o que repercute na sua forma de lidar com o trabalho, trazendo insegurança e medo no ambiente de trabalho. Nos depoimentos a seguir, uma trabalhadora relatou uma experiência que ficou marcada em sua memória por ter presenciado a morte de um amigo, atropelado por um trator, no canavial.

(...) ah, sempre de olho nos caminhões, no trator, de olho em tudo. Então, a gente nunca ia andando, sempre prestando atenção. Era muito caminhão. [...] depois desse acidente ficava insegura. Trabalhava com medo (E10, 41 anos).

(...) eu vi uma vez também que um rapaz esfaqueou o outro dentro do ônibus. Um rapaz deu uma facada no outro e dali mesmo foi a morte dele. [...] no serviço. Não foi na lavoura, foi no lugar onde a gente se reúne pra poder soltar pra saber que cana que vai. Porque fala: “oh, você vai pra tal fazenda, você pra tal lugar, pra tal lugar” e nessa hora o rapaz deu uma facada no outro e o rapaz morreu na hora. [...] o cara trabalhava na outra turma, né? O pessoal do ônibus estava tudo junto, só que eles estavam em um e eu no outro. [...] o motivo a gente não sabe. Foi dentro do ônibus, de manhã cedo. [...] isso foi um desastre isso aí pra mim também (E2, 35 anos).

Esse relato do trabalhador, E2, esclarece a situação em que vivenciou na lavoura açucareira. Experiências desse tipo também refletem na saúde do trabalhador, podendo ser traumático para o trabalhador retornar ao seu trabalho, local onde aconteceu o fato. Isto apenas nos mostra as precárias condições laborais e a violência no trabalho em que se encontram os trabalhadores rurais.

A própria ocorrência do acidente e mesmo para aqueles que não sofreram acidentes, mas que presenciaram com o colega de trabalho, o medo e a insegurança do ocorrido passam a fazer parte da vida do trabalhador.

Ah, dá muita tristeza isso aí. [...] ah, a gente fica meio sentido de ver aquilo. Acidente feio, fica marcado na cabeça, passa bastante tempo. Até hoje eu lembro, é recente, não tem um ano ainda (E4, 42 anos).

Fiquei com medo de morrer queimada (...) Eu olhava aquele fogo, assim, eu fiquei com medo, fiquei com trauma. (...) Aí eu fiquei traumatizada por um bom tempo, então, eu tenho muito medo de fogo hoje. Agora parei um pouco, mas nossa eu não podia ver fogo na minha frente. Aí vinha na cabeça (E11, 59 anos).

Por muito tempo ou para sempre os trabalhadores carregam na memória as experiências felizes e tristes que vivenciam na lavoura açucareira. A memória do acidente que sofreram ou que viram fica registrada na mente do trabalhador, que constantemente revive os momentos traumáticos por meios das lembranças.

Seligmann-Silva (2011) destaca que a reação aguda ao estresse é o distúrbio psíquico mais comum entre aqueles que podem aparecer após o acidente. “Num prazo maior, desenvolvem-se outros quadros de transtorno mental ao longo dos desdobramentos das perdas e constrangimentos resultantes do acidente. Pois devemos considerar que os acidentes – conforme sua gravidade – costumam trazer sequelas físicas, funcionais e sociais” (p. 310).

O Manual de Doenças Relacionadas ao Trabalho, elaborado pelo Ministério da Saúde e Organização Pan-Americana da Saúde (2001), destaca o estado de estresse pós-traumático como uma dos transtornos relacionados ao trabalho. O estado de estresse pós-traumático

caracteriza-se como uma resposta tardia a um evento de natureza ameaçadora ou catastrófica. São exemplos, desse transtorno: desastres naturais ou produzidos pelo homem, acidentes graves, testemunho de morte violenta ou ser vítima de tortura, estupro, terrorismo ou qualquer outro crime. “O paciente experimentou, testemunhou ou foi confrontado com um evento ou eventos que implicaram morte ou ameaça de morte, lesão grave ou ameaça da integridade física a si ou a outros” (Ministério da Saúde & Organização Pan-Americana da Saúde, 2001, p.181).

O quadro típico do estado de estresse pós-traumático inclui episódios de reviviscências do trauma, que se impõem à consciência clara ou em sonhos, em forma de pesadelos. Assim, tanto para aqueles que sofrem acidentes ou para aqueles que apenas presenciam tal evento, podem aparecer características do estado pós traumático.

Também é importante frisar que o acidente de trabalho não só lesa fisicamente o trabalhador, mas também repercute no seu estado psíquico. Outra adversidade que o trabalhador deve encontrar, quando sofre um acidente ou é acometido por alguma doença relacionada ao trabalho, é o reconhecimento de seu acidente e de seu adoecimento pela organização do trabalho. O sofrimento do trabalhador também vem seguido da trajetória que ele deverá percorrer para estabelecer o nexo do acidente e poder realizar algum tipo de tratamento para restabelecer a sua saúde.

De acordo com Cohn et al. (1985, p. 52) “[...] a brutalidade da qual revestido não se resume apenas ao acidente em si e as circunstâncias em que ele ocorre, mas se estende ao longo processo de tratamento e a trajetória institucional que o acidentado é obrigado a percorrer”.

Os trabalhadores destacaram a dificuldade vivenciada após o acidente com relação ao afastamento e as perícias realizadas no INSS. Muitos encontram dificuldades durante essa trajetória, pois seus direitos, muitas vezes, são negados por aqueles órgãos que deveriam zelar pela sua saúde.

E fui no INSS e os médicos me recusaram lá, porque eles falaram que essa mão aqui, se fosse essa outra mão aqui, tudo bem, mas como era essa aqui [a esquerda] dava para mim trabalhar. [...] é que eu podia trabalhar, o moço lá no INSS, ele nem olhou na cara, nem olha na cara da gente, "não posso fazer nada por você". (...) "não posso fazer nada, pega uma carta lá com seu médico por causa do serviço, porque a gente não pode fazer nada". [...] Eu consegui os três meses que eu fiquei afastada, depois eu não consegui mais não, aí eu tive que trabalhar (E8, 43 anos).

Deu umas par de coisas na minha coluna. Aí, ele falou pra mim: "olha filha, ou você para com esse serviço ou você vai acabar numa cadeira de rodas". Aí falei que era o jeito. E fiquei três anos afastada ainda. [...] fiquei afastada três anos pra fazer tratamento. (...) ah tinha perícia (...) que o médico falava que não tinha condição de

trabalho, mas tinha perícia que você ia eles falavam "ah vou te dar só um mês, porque daqui um mês você pode trabalhar", mas você via que não dava. (...) Aí marcava outra perícia. E assim ia. Dava dois meses, aí eu voltava de novo, sabe? E assim foi (E13, 44 anos).

Você pega atestado de 15 dias, a forma que paga depois dos 15 dias é o INSS que paga, né? Você tem que marcar a perícia e passar no médico. Aí eu fazia assim, pra eu não entrar no INSS eu pegava os 15 dias, aí trabalhava uma semana (E12, 43 anos).

Depois da operação fiquei afastada cinco anos depois [...] não, ele liberava, fazia perícia [no INSS], aí liberava, eu ia de novo, mas eu não conseguia trabalhar. [...] Era de três [meses]. [...] ia fazer perícia, só olhava a minha mão, perguntava como eu estava. "ah, não tá boa", mas não estava mesmo. Aí eu estava fazendo fisioterapia, aí eles iam dando a cada três, quatro meses, tinha uns que dava um [mês], tinha um que dava quatro, o outro dava seis [meses]. Porque nunca era o mesmo [médico perito], sempre era um diferente (E10, 41 anos).

Muitos trabalhadores passaram por perícia no INSS para conseguir um afastamento. O trabalhador tem que percorrer um longo caminho em busca de um afastamento e de um benefício do INSS.

A trabalhadora, E8, revelou que apenas conseguiu um afastamento de três meses. Ela afirmou que o médico perito não concedeu um afastamento novamente pelo fato de o acidente ter acometido sua mão esquerda. Como a trabalhadora não é canhota, ela teria a possibilidade de trabalhar com apenas a mão direita.

Este fato, nos mostra a revolta da trabalhadora devido a desvalorização que sentiu para com a sua saúde e para com seu bem estar.

Outros trabalhadores fazem a perícia e voltam ao trabalho, mas acabam não suportando a dor, necessitando de uma nova perícia. Outros afastam a cada 15 dias, voltavam ao trabalho, e novamente se afastavam por 15 dias para não entrarem com afastamento pelo INSS, porém a dor que sentem nos membros superiores e na coluna os impedem de realizar o trabalho na lavoura.

É sabido que no corte da cana, os trabalhadores utilizam as duas mãos, pois abraçam a cana com um dos braços e cortam o monte de cana com o outro. A dor do trabalhador passa a não ser reconhecida pelo médico, o que se traduz numa violência para com o seu sofrimento. Desta forma, "a trajetória percorrida para se ter um benefício fica ainda mais agravada quando o trabalhador é negado diante do INSS" (Franco-Benatti, 2011, p. 209).

Muitos ainda acabam sendo mandados embora das usinas após o retorno do trabalho e decidem entrar com processo jurídico contra a usina.

Me mandaram embora. Eu sai do serviço, estava passando (...)Eu peguei um advogado [...] eu tenho [direito a indenização], ele falou. Ele falou que eu teria direito, que antes de um ano, eu não poderia ter sido mandada embora (E10, 41 anos).

Eu tava e ganhei. Pra começar eu saí da usina e ela não quis pagar meu fundo de garantia, que é um direito do trabalhar. Aí o pessoal do escritório falou: "quem quiser receber o fundo de garantia, coloca na justiça porque a gente não vai pagar". Aí coloquei e recebi o fundo de garantia (E14, 35 anos).

Essa longa trajetória percorrida pelo acidentado acarreta um desgaste e uma insatisfação para o trabalhador, devido a falta de reconhecimento por parte da organização do trabalho acerca do adoecimento e do acidente que sofreu no exercício de sua atividade laboral.

Ah, tive sim, viu? Por ter dado esse problema na minha mão lá na usina. Eles deveriam ter me ajudado um pouco. Assim tipo, deveriam ter ajudado eu a pagar o exame, arrumar ambulância pra me levar em Ribeirão, não fizeram nada disso. Eu fiz tudo por conta. Não fizeram nada. Não reconheceram. [...] eles não falam nada, eles ficam quieto (E10, 41 anos).

Não, porque ali tem coisa que é assim, às vezes quando eles precisam da gente, a gente tá ali, e às vezes, quando a gente precisa deles, tem muita coisa que eles não estão nem aí, aí nós tem que se virar (E9, 39 anos).

As trabalhadoras alegam a falta de reconhecimento da usina. Não tiveram respaldo quando adoeceram. Assim, permanece um sentimento, no trabalhador, de não pertencer ao grupo de trabalhadores e nem fazer parte da equipe da usina.

Os trabalhadores se sentem desvalorizados pela organização do trabalho. Eles apenas se sentem valorizados quando estão ativos em seu trabalho, ou seja, dando lucro para a usina. A partir do momento em que adoecem, os trabalhadores se sentem desvalorizados pela organização do trabalho, ou seja, pela usina.

Não me senti valorizada não. Porque é assim, eles precisaram da gente quando tava bem, trabalhando, a partir da hora da doença, te mandam pra rua, que nem um cachorro pra rua. (...). A gente não serve mais. E não era pra ser assim (E10, 41 anos).

Eles não estão nem aí se você está afastada ou se você não está. Aí você vai e dá baixa. Se você vai ganhar, se não vai, eles não estão nem aí. Acabou a safra mandam embora, era assim. Era registrado só período de safra, porque eles não eram obrigados a segurar, como dizia eles. Aí acabava a safra eles mandavam embora, mandava a turma (...) não se sente [valorizada]. Uma que você trabalha ali a base de ameaça, porque se você perde dia, adocece, você serve pra firma até quando você tá bom, entendeu? Mas você adoceceu você não vale mais nada ali. Então acabou isso aí já era (E13, 44 anos).

Ai já começava a falar "Ah tá faltando muito É o que eles falam. Você levou um atestado já fala "não pode ficar trazendo atestado", aí a gente fala, "mas nós tá doente, tem que se tratar (E12, 43 anos).

Não, mas também a gente sempre falava pra todo mundo que quando você tava trabalhando, você é bom. Aconteceu qualquer coisa, se for acidente de trabalho ou não, eles nem querem nem saber. Se não for nenhum amigo seu ir na sua casa pra saber como você está, turma de usina não quer saber não. [...] de forma alguma. A usina quer saber de vc trabalhando (E14, 35 anos).

Desta forma, o trabalhador carrega o sentimento de desvalorização com o ocorrido. Os rurais se sentem desvalorizados pela usina. E esse sentimento intensifica ainda mais o sofrimento vivenciado no trabalho. E isto agrava ainda mais a sua saúde física e psíquica. Muitos se sentem angustiados por ter seus direitos negados. A sua condição de saúde não é valorizada. O trabalhador, enquanto Ser, passa a não ser valorizado.

Dejours (1992) destaca que no discurso operário o sentimento experimentado é o da vergonha “[...] de ser robotizado, de não ser mais que um apêndice da máquina, às vezes de ser sujo, de não ter mais imaginação ou inteligência, de estar despersonalizado etc” (Dejours, 1992, p. 49).

Também se destacou entre os depoimentos o sentimento de invalidez devido ao acidente de trabalho. Neste contexto, percebeu-se que a insatisfação no trabalho acarreta sentimentos como a vergonha de o trabalhador se sentir incapaz para realizar qualquer outra atividade. O trabalhador passa a vivenciar a crítica da sociedade. A sua dor e o seu sofrimento acaba sendo invisível os olhos da sociedade e essa situação ainda acarreta um maior desgaste na sua saúde psíquica.

Sentimento de inutilidade, não só nesses oito meses, como nesse um ano agora. É duro assim, olha pra mim, o que eu tenho? Então, as pessoas vê você passando de carro ali, não sabe o que que aconteceu ali, e fala "o cara ali é vagabundo, ele não trabalha". A mulher falou aqui pra mim na esquina: "Vai trabalhar pra sustentar sua família". Sabe, não sabe o que você tem. (...) na época da coluna, eu andava [curvado], já era uma época que eu não aguentava andar, então era sempre dentro de casa. Era chato, e você saía na rua, os amigos falavam: "oh vai trabalhar, você é forte, negócio de coluna não", mas não sabe o que você está passando (E14, 35 anos).

9. Prazer e sofrimento no trabalho

Os trabalhadores sentem prazer no trabalho à medida que estabelecem as relações sociais no ambiente de trabalho. Porém, também sentem um sofrimento pelo trabalho, na medida em que não se reconhecem enquanto ativos na produção na lavoura canavieira e se sentem insatisfeitos e infelizes realizando seu trabalho, pois não são reconhecidos e valorizados pela sociedade e nem pela usina.

Os trabalhadores oriundos de outras regiões do país se sentem desvalorizados pela sociedade. Destacam sofrer preconceito por serem nordestinos e, assim, prevalece o sentimento de não acolhimento na região em que se instalam.

Primeiramente assim, pela pessoa que eu sou, faz 12 anos que moro aqui, aqui você nunca consegue arrumar uma pessoa pra você casar, isso é preconceito. Você vai na missa e você vê os outros com o olho atravessado, às vezes você se sente uma pessoa isolada. Às vezes eu nem gosto de ir porque qualquer coisa eles falam: “é do Norte, é baiano”. E eu acho assim, que todos nós somos seres humanos. Eu acho que ninguém é melhor do que ninguém. E você vê o preconceito das pessoas, mas o mais importante é sua vida, aquilo que você é. Só que eu acho que é assim, quando vai uma pessoa daqui pro nordeste, as pessoas te tratam tão bem, com tanto carinho, trata com outro jeito do que nós somos tratados aqui, então isso que dói por dentro, o que você tem de você ninguém tira, né? Então, você se acha uma pessoa isolada, nessas áreas. Até no serviço, você enfrenta o preconceito, né? Fazer o quê? [...] ah, eu acho que é pelo nordeste, de onde eu vim (E2, 35 anos)

O trabalhador destacou sofrer preconceito da sociedade por ser oriundo do nordeste. Assim, não sente reconhecido pela sociedade, se sentindo insatisfeito por viver sozinho e com poucos amigos na região. Ele ressalta a desvalorização pela atividade laboral que exercia, como cortador de cana. Sente que essa atividade é desvalorizada e não reconhecida pela sociedade.

Para Seligmann-Silva (2011), os preconceitos raciais ou de qualquer outro tipo podem ser favorecedores de desqualificação,

[...] fazendo, por exemplo, com que as tarefas do chamado trabalho sujo” sejam atribuídas às pessoas discriminadas, que, por outro lado, também recebem menores salários. Os mecanismos dessa exploração passam frequentemente pela humilhação. Pode, assim, haver a criação deliberada de uma vergonha que isola o discriminado, impedindo a manifestação de solidariedade dos demais (Seligmann-Silva, 2011, pp. 228-229).

Em virtude dessa desvalorização que sentiu com o seu trabalho, o trabalhador buscou outros caminhos para se sentir parte da sociedade e poder ter um melhor reconhecimento em seu trabalho.

[...] estudava, pra terminar os estudos, pra ver se eu conseguisse um empregozinho melhor, porque meu sonho era sair da cana, né? Minha vontade era sair. Você chega num mercado, os outros perguntam: “o que você faz?”, eu falo: “eu corto cana”, aí os outros olham você com um olho [de preconceito], chega assim, em qualquer lugar, numa loja, num hospital, “o que você faz?”, “eu corto cana”, aí, você sente a dor por dentro, parece que você não é ninguém. [...] sentia [desvalorização da sociedade]. Tem uma época que eu fui, me cortei, e fui na Santa Casa, fui todo sujo, a pessoa olha você (...) você vai tudo sujo de cana, com caneleira no pé, as pessoas olham você como se fosse um mendigo. [...] tem esse preconceito (E2, 35 anos)

O trabalhador se sentia insatisfeito com a vida de cortador de cana, por achar que a sociedade tem preconceito com este tipo de trabalho. Sente que o cortador de cana não é valorizado na região em que mora. E2 também destacou que quando se acidentou na lavoura, se sentiu constrangido de ir ao hospital, pois estava sujo de cana, utilizando os equipamentos de proteção, como a caneleira. Sentiu o preconceito das pessoas que estavam no hospital.

Este mesmo trabalhador teve a oportunidade de mudar de função. Ele terminou os estudos do ensino médio para poder trabalhar no corte mecanizado na lavoura de cana. Para realizar essa atividade, é exigido que o trabalhador tenha uma carta de motorista específica para dirigir a máquina. Hoje, exercendo tal função, o trabalhador se sente mais realizado e feliz com o seu trabalho, pois acha que a sociedade o valoriza mais. Esse reconhecimento lhe traz prazer no trabalho.

Agora você fala: “eu trabalho na colheita mecanizada”, as pessoas te olham com outros olhos. “ah, o que é colheita mecanizada?”, “ah, é aquelas máquinas que colhe cana”. “ah, você trabalha nisso?”. Então, as pessoas te olham com um olhar diferente, né? Então assim, você quer mudar um pouco sua vida, não é por você, é pelo local que você vive. Tem gente quando começa ganha metade do que nós ganha, mas (...) (E2, 35 anos).

O trabalhador também quando sofre algum tipo de acidente na lavoura, se sente insatisfeito quando retorna ao trabalho e tem que mudar de função, por não conseguir mais exercer a atividade de antes. A insatisfação no trabalho interfere na relação que o indivíduo estabelece com a atividade que exerce e até mesmo nas relações sociais no ambiente de trabalho. A seguir, o relato da trabalhadora traz uma compreensão acerca da mudança de função e a

insatisfação tanto pelo exercício da atividade quanto pelo rebaixamento salarial que teve após o acidente.

Estou faz quatro meses. [...] gostar eu não gosto, né? Mas tem que fazer. Eu preferia mais cortar [cana], por causa do salário também, e por causa que as pessoas não ficam reclamando porque como bombeira, às vezes, tá num lugar, o outro está gritando de outro lugar, vai lá pro outro, o outro está gritando, então é aquela reclamação, aquela falação na cabeça da gente. Aí, é complicado (E9, 39 anos).

Os trabalhadores também relataram o trabalho na lavoura de cana-de-açúcar como uma atividade sofrida. Um trabalho que não tem valor na sociedade. Muitos até remetem uma semelhança do trabalho na lavoura ao trabalho escravo.

Valorizava quando você dava produção, senão (...) com alguns eles dispensavam, os turmeiros chamavam atenção (E5, 44 anos).

[...] o trabalho do cortador é sofrido, e não tem valor, né? Se fosse ver, o povo da roça era para ganhar bem. É um trabalho muito sofrido. A gente vê esses políticos, não faz nada e ganha tanto dinheiro. Esse jogadores ganham tanto dinheiro (...) desgastante e não ganha quase nada (E8, 43 anos).

Ah, o ritmo de trabalho, se contar ninguém acredita. Porque hoje em dia, ninguém quer mais cortar cana. Essas coisas que passam na televisão, eles querem acabar com esse serviço, porque é o único serviço que está sendo escravizado, né? A corteção de cana. [...] é pesado. De vez em quando a pessoa dá câimbra, dói tudo, aí vem a ambulância e leva, né? (...) o povo nordestino tem que se conformar, o que fez, fez, o que não fez (...) cortar cana é um trabalho escravo. É pior trabalho escravo que falam que tem no Brasil é isso aí (E6, 23 anos).

Bem a verdade é uma só, se você falar que você vai trabalhar com lavoura, ele é sofrido, independente se você tá em cima de um trator, ou passando um veneno com o trator, ou qulaquer serviço manual, falou que é lavoura é sofrido. Mas aí tem gente que fala que no trator não, mas e a poeira o dia inteiro na sua cara? De você chegar de tarde, pegar o garrafão e colocar água e lavar a cara e sair barro, de assuar o nariz e vê jogar barro fora. Então, ele é sofrido (E14, 35 anos).

Deveria ser mais valorizado, né? Lá é escravo, é muita escravidão (E10, 41 anos).

Eu acho que é. Na roça é bem sofrido porque olha (...) é difícil, a pessoa que trabalha na roça é (...) (E12, 43 anos).

Os trabalhadores remeteram a situação de trabalho na lavoura canavieira semelhante ao trabalho escravo. Eles ressaltaram, durante as entrevistas, as precárias condições no trabalho, o

ritmo intenso na lavoura e a desvalorização da atividade que exercem como um fator análogo à escravidão.

M.A.M. Silva (2007) se atenta para as denominadas condições análogas à escravidão que são registradas ou denunciadas e que reportam à imobilização da força de trabalho, arregimentada pelos “gatos” que são responsáveis pela terceirização das relações de trabalho. O trabalhador recebe um salário muito baixo, então é submetido a coações físicas, que, muitas vezes, podem levá-lo a morte, além das coações morais.

Para M.C. Ferreira e Mendes (2001), o

[...] prazer-sofrimento é uma vivência subjetiva do próprio trabalhador, compartilhada coletivamente e influenciada pela atividade de trabalho. Nessa perspectiva analítica, todo o trabalho veicula implicitamente um custo humano que se expressa sob a forma de carga de trabalho, e as vivências de prazer-sofrimento têm como um dos resultantes o confronto do sujeito com essa carga que, por conseguinte, impacta no seu bem-estar psíquico (M.C. Ferreira & Mendes, 2001, p. 94).

A insatisfação do trabalhador com o seu trabalho é uma das formas de sofrimento psíquico no trabalho. Além de todo o sofrimento marcado pela violência no trabalho, das precárias condições que os trabalhadores enfrentam no ambiente de trabalho, dos acidentes e adoecimentos que os acometem e da pressão e o controle da organização do trabalho, o sofrimento psíquico do trabalhador é ainda mais agravado pela existência do sentimento de perder o seu emprego.

Devido a mecanização da lavoura canavieira, os trabalhadores se sentem inseguros com medo de perderem seus empregos, pois não possuem um grau de escolaridade para trabalharem com as modernas máquinas agrícolas.

(...) eles não querem mais cortador de cana. (...) Agora fica três, quatro meses, até a empresa mandar embora. A empresa mandou gente que tinha dez anos [de trabalho na empresa] embora. [...] porque agora não quer mais cortador de cana manual. Tudo é mecanizado agora (E6, 23 anos).

Alguns sim, porque a maioria, alguns que estão lá não tem estudo, só focam naquilo, nas máquinas, no plantio e acho que não tem visão fora da usina (E1, 23 anos).

Porque tem muita gente trabalhando e não sabe fazer outra coisa. (...) é bem melhor você vê uma máquina. Você se desgasta, com o corte manual, então é ótimo, mas ao menos tempo vai faltar emprego. Porque eles falam "ah, vão treinar o trabalhador", mas como uma máquina corta cana para 300 trabalhadores (...), 80 sei lá? A máquina corte dia e noite, então você vai usar um trabalhador naquela máquina que vai cortar para 80. Então é difícil colocar todos esses trabalhadores,

né? [...] Olha, que nem eu falei para você, é relativo, eu acho bom, sempre o progresso é bom para uns, para outros (...) porque as usinas estão desvalorizando os trabalhadores (E5, 44 anos).

Os trabalhadores ressaltaram a preocupação que alguns outros trabalhadores que exercem a atividade no trabalho manual sentem com a chegada das máquinas. Isso causa um desgaste para o indivíduo, mesmo algumas usinas afirmando que irão remanejar os trabalhadores manuais para outras funções.

Scopinho et al. (1999) ressaltam que a modernização na lavoura de cana provoca grande redução do número de postos de trabalho na fase do corte, porém ainda é imprescindível a utilização da força de trabalho manual.

Os trabalhadores que manuseiam as modernas máquinas agrícolas também sofrem no trabalho devido esta atividade ser realizada sozinha. Mesmo estando num coletivo de trabalhadores no meio da lavoura, eles se sentem solitários, pois passam toda a jornada de trabalho sozinhos nas cabines das máquinas. Isso também se transforma em uma fonte de adoecimento para o trabalhador, já que ele se distancia das relações com o grupo de trabalho.

Abaixo, destaca-se um depoimento do trabalhador que revela uma diferença do trabalho manual e do mecanizado. Ele afirma que no corte manual da cana, o trabalho era mais sofrido, devido ao desgaste físico do corpo para executar os movimentos, porém era divertido, na medida em que o trabalhador estabelecia o contato social com o grupo de trabalhadores. E essa relação social no trabalho também contribui para que o trabalhador sinta prazer. Em contrapartida, o trabalho mecanizado é mais leve, pois não exige tanta força física, porém há o desgaste mental em virtude da cobrança pela produção e pela quantidade de cana a ser plantada e colhida. Além de ser um trabalho extremamente individual.

Eu acho assim, era mais sofrido, só que era mais divertido, sofrido era, só que era mais divertido [...] as amizades, você arruma muita amizade com as pessoas, né? Você tem muito amigo, você vai junto, então você trabalha no dia a dia com as pessoas, então assim, a queixa de hoje (...), hoje é mais fácil, é leve, mas é solitário (E2, 35 anos).

A individualização, segundo Dejours (1992) apaga as iniciativas espontâneas porque ela quebra as responsabilidades e o saber, pois ela anula as defesas coletivas, a individualização conduz a uma diferenciação do sofrimento de um trabalhador e de outro. Por causa desse fracionamento da coletividade operária, “o sofrimento que a organização do trabalho engendra exige respostas defensivas fortemente personalizadas” (p. 40).

Scopinho et al. (1999) também destacam a questão da diferença do corte manual e do mecanizado, salientando que o corte mecanizado é sempre feito individualmente, mesmo sendo realizado em dupla, pois um trabalhador opera a máquina e o outro dirige o trator.

Os autores ainda salientam que a atividade do operador de colhedeira é repetitiva e monótona, pois apenas consiste na condução da máquina. O ritmo de trabalho é apenas interrompido para o abastecimento da máquina e o conserto delas.

É importante destacar que o trabalho se torna uma fonte de prazer como também de desprazer na vida do trabalhador. Seguindo as palavras de Dejours (2004, p. 31),

O trabalho não é apenas uma atividade; ele é, também, uma forma de relação social, o que significa que ele se desdobra em um mundo humano caracterizado por relações de desigualdade, de poder e de dominação. Trabalhar é engajar sua subjetividade num mundo hierarquizado, ordenado e coercitivo, perpassado pela luta para a dominação. Assim o real do trabalho não é somente o real da tarefa, isto é, aquilo que, pela experiência do corpo a corpo com a matéria e com os objetos técnicos, se dá o conhecer ao sujeito pela sua resistência a ser dominado. Trabalhar é, também, fazer a experiência da resistência do mundo social, e, mais precisamente, das relações sociais, no que se refere ao desenvolvimento da inteligência e da subjetividade. O real do trabalho não é somente o real do mundo objetivo; ele é, também, o real do mundo social .

9.1 Perspectivas do futuro e sonhos

Com relação às perspectivas de futuro e sonhos, alguns trabalhadores relataram que planejam construir a casa própria, casar e ter filhos. Alguns salientaram a esperança de ter os filhos formados no ensino médio ou cursando um ensino superior para que tenham um trabalho e um futuro diferente da atividade na lavoura.

Outros destacaram a vontade de voltar ao estudo, cursando uma faculdade ou um curso técnico para conquistar um trabalho melhor. Há também aqueles que estão satisfeitos, que não têm planos e não almejam melhorias diante da vida que levam.

Minha mulher trabalha, ela estava apanhando laranja. Quem sai do Maranhão, pra você ver, como a rotina é (...) mas eu falo pra ela que nós estamos trabalhando aqui só pra gente construir nossa casa e depois da gente construir pronto. Pra você ver, nossa rotina aqui é de madrugada, ela me acorda: “tá na hora de acordar”. Ela levanta mais cedo do que eu. Só pra nós construir o que nós quer, nós quer a nossa casinha (E6, 23 anos).

Ah, eu quero ver essa molecada estudada, com bom serviço (E10, 41 anos).

É, casar, ter filhos, mas primeiro eu estou focada na faculdade mesmo (E1, 23 anos).

Ainda eu penso (...), meu sonho mesmo é construir minha casa, tenho vontade de casar porque eu ainda não casei, então tenho vontade de casar e continuar a vida, né? Então eu quero construir minha casa, ter meu carro, construir família e um dia ir embora, sonho um dia de ir embora pra minha terra. Se Deus quiser eu ainda volto (E2, 35 anos).

Ah, eu fica meio complicado. (...) eu tenho que fazer uns curso por aí, pra ver se arrumo outra coisa melhor. [...] eu penso fazer um curso de solda, vejo de mexer com essa parte eletrônica, essas coisas assim (E4, 42 anos).

Eu penso é nos meus filhos, o futuro (...) está tudo ocorrendo bem, a gente estando empregado, com saúde (...) para meus filhos eu falo procurar estudar para eles terem um futuro diferente, basicamente isso. [...] é a minha vontade, mas a gente não sabe. Se for preciso amanhã ou depois sair desse emprego, e aí a gente encara qualquer coisa [...] não, eu acho que cortar cana eu não aguento mais, mas se precisar a gente vai, com laranja (...) (E5, 44 anos).

Eu não tenho como arrumar outro serviço. Estudar, eu não quero voltar a estudar. [...] Ah não, não sonho não (E8, 43 anos).

Os trabalhadores acidentados passam por momentos difíceis devido às ocorrências de acidentes. Se sentem desvalorizados pela organização e também pela sociedade. Desta forma, percebeu-se que não é apenas a vida no trabalho do indivíduo que está afetada e prejudicada, mas também a sua própria vida, demonstrando a falta de perspectiva de vida e de futuro no trabalho canavieiro. Alguns trabalhadores acidentados almejam um futuro melhor e estão indo em busca de seus sonhos, seja a construção da casa própria ou cursar um ensino superior ou técnico.

Assim, destacamos o trabalho como uma fonte de prazer e também de sofrimento na vida do trabalhador. O trabalho pode gerar o sofrimento ao ser humano, como também pode gerar o prazer, pois o trabalho se torna central na vida do homem, porém, o que agrava a saúde do trabalhador, colocando a sua integridade física e psíquica em risco, são as contradições do capital.

Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo conhecer em que circunstâncias ocorreram os acidentes de trabalho envolvendo trabalhadores da agroindústria canavieira da região de Araraquara (SP) e suas consequências para os trabalhadores.

Para atingir esse objetivo, dividiu-se a pesquisa em duas etapas. Na primeira, levantaram-se os acidentes ocorridos com trabalhadores rurais no período de 2010 a 2012. Os dados foram levantados nos Relatórios de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT), disponíveis no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) de Araraquara com a finalidade de traçar um perfil dos acidentes e dos acidentados e selecionar as pessoas para a entrevista. Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 14 trabalhadores acidentados e com a gestora do CEREST.

A discussão dos acidentes de trabalho no Brasil se torna imprescindível por se tratar de um grave problema de saúde pública. Os acidentes de trabalho se destacam na área da saúde do trabalhador devido a sua gravidade. Milhares de trabalhadores sofrem acidentes quando em exercício de sua atividade laboral ou são acometidos por doenças relacionadas ao trabalho.

A ocorrência dos acidentes, além de ser uma violência para os trabalhadores, de ser um problema de saúde pública, também representa um ônus para o Estado, para as empresas e para a sociedade como um todo. Os custos com os acidentes de trabalho recaem, grande parte, sobre o Ministério da Previdência Social, que por meio do INSS tem a função de garantir o direito aos segurados, arcando com as despesas com vários benefícios.

Nos últimos anos vemos uma oscilação entre o número dos acidentes, que ora sofre aumento e ora sofre quedas. Mas apesar dessa variação, aumento e queda no número de acidentes, o problema ainda é alarmante em nosso país. Há que se contar ainda os casos de ocorrências de acidentes subnotificados que não permitem a transparência da estatística.

Entendemos que para conhecer os acidentes de trabalho, é preciso adentrar o mundo do trabalho. O trabalho como um todo que, em nossa pesquisa, foi possível por meio dos depoimentos dos trabalhadores.

Escolhemos a categoria dos trabalhadores rurais da lavoura da cana-de-açúcar por ser essa uma atividade, extremamente, importante para o país e, principalmente, para o interior do estado de São Paulo.

Os acidentes de trabalho rural são poucos abordados por pesquisadores, assim não há muitos estudos que tragam essa temática à tona. A maioria desses estudos contempla os

acidentes de trabalho com trabalhadores urbanos, ou seja, aqueles que exercem suas atividades laborais em indústrias, comércio, etc. Com relação aos estudos de acidentes com trabalhadores rurais, há uma maior dificuldade em se obter dados sobre essas ocorrências e os impactos que isso acarreta na vida do trabalhador.

A tese exposta neste trabalho defendeu que os acidentes de trabalho devem ser vistos sob o prisma da organização do trabalho. Defende-se que a forma como o trabalho está organizado, somado à intensificação da atividade laboral e as precárias condições do ambiente de trabalho, deixam os trabalhadores rurais vulneráveis aos acidentes e adoecimentos provocados pelo exausto trabalho na lavoura da cana, acarretando um desgaste físico e psíquico para o indivíduo acidentado.

Sabemos que o mundo do trabalho rural vem passando por transformações. A lavoura canavieira tem passado por profundas modificações organizacionais e tecnológicas em seu processo de trabalho. Essas transformações no mundo do trabalho, na lavoura da cana-de-açúcar, trazem sérios problemas para os trabalhadores que vivenciaram e estão vivendo o crescente quadro de precarização das condições e relações de trabalho na agroindústria da cana.

O trabalho na lavoura canavieira é realizado em condições que não visa a saúde do ser humano. Os trabalhadores estão expostos a inúmeras situações capazes de oferecer riscos à sua saúde, tanto física quanto mental. Esses riscos estão vinculados ao ambiente de trabalho e às precárias condições de trabalho que acabam colocando a vida do trabalhador em situações que podem provocar a ocorrência de acidentes e adoecimentos.

Cada vez mais, as máquinas estão sendo inseridas no campo. Os trabalhadores da cana-de-açúcar partilham o trabalho manual e o mecanizado em meio à lavoura.

A modernização da produção da cana não elimina os riscos de ocorrência de acidentes de trabalho no campo. Mesmo com a inserção das máquinas, o trabalho manual ainda persiste nas lavouras do interior paulista, como o corte manual da cana, onde a máquina não pode chegar devido à topografia do terreno. As máquinas também não executam todo o trabalho na lavoura, pois restos de cana são deixados pelas modernas máquinas e isso requer a intervenção dos trabalhadores manuais no campo na atividade de “catar bituca” ou pedras que podem quebrar as máquinas.

A primeira etapa da pesquisa, mostrou claramente, que a incidência de acidentes de trabalho é maior com os trabalhadores que exercem suas atividades manualmente. Destacaram-se em maior número de acidentes, os cortadores de cana. Porém, também há registros de ocorrências que envolvem os tratoristas, operadores de colheitadeira e operadores de máquinas agrícolas.

A modernização tecnológica também não elimina as precárias condições no ambiente laboral. Os trabalhadores continuam exercendo a atividade em locais que colocam a sua integridade física e psíquica em risco, devido aos diversos fatores de risco no ambiente de trabalho, seja físico, químico, psíquico e ergonômico, como o sol, a chuva, o vento, o solo, a presença de animais peçonhentos, a manipulação e o manuseio de venenos agrícolas, o ruído das máquinas, as posturas inadequadas do corpo tanto para aqueles que exercem a atividade manual como aqueles que manuseiam as máquinas agrícolas.

Além das precárias condições de trabalho, a forma como o trabalho está sendo organizado também acarreta o adoecimento no trabalhador, por meio das exigências da organização do trabalho, com metas a serem cumpridas, a pressão pelo aumento da produção, as relações hierárquicas no ambiente de trabalho, o ritmo intenso de trabalho, as poucas pausas para descanso e para realizar a alimentação, etc.

Este estudo possibilitou compreender as diversas formas de adoecimentos que acometem os trabalhadores. Os acidentes de trabalho atingem tanto os trabalhadores manuais quanto os operadores de máquinas agrícolas. A maioria dos acidentes que era antes provocado pelo facão, como ferimento cortocotuso; por quedas, devido a instabilidade do solo; por picadas por animais peçonhentos; por queimada, provocando queimaduras no corpo do trabalhador, etc; hoje, com a modernização tecnológica, vemos também ocorrências de acidentes na lavoura com tratores e máquinas agrícolas, como queda do trabalhador em cima das máquinas, provocando fraturas e entorse nos membros superiores e inferiores; atropelamento de trabalhadores no canavial; acidentes envolvendo conserto de máquinas; além de problemas relacionados à postura inadequada, pois o trabalhador passa a maior parte do tempo sentado na cabine das máquinas, o que provoca lesões na coluna, tronco e pescoço. E também lesões nos braços, devido ao movimento repetitivo para manusear a máquina.

Isto pôde ser analisado junto aos dados da primeira etapa da pesquisa, em que destacamos as partes do corpo mais afetadas pelos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho e os diagnósticos. As partes do corpo mais atingidas pelo acidente ou doença relacionada ao trabalho foram os dedos da mão, a mão, o pé, o joelho, o tornozelo, as costas e os olhos.

Os olhos também foram uma das partes do corpo mais atingidas. A discussão em torno disso passa pela questão do fim das queimadas e do uso dos equipamentos como forma de prevenir alguns acidentes.

Com o fim da queimada da cana, o trabalhador passou a cortar a cana-de-açúcar crua, que segundo os trabalhadores, seria mais difícil em virtude da palha que envolve a cana. Este pode ser um dos fatores que pode justificar o número de registros, pois durante o corte, a palha

pode entrar no olho do trabalhador quando ele abraça a cana para poder cortar. A falta de equipamento de proteção também pode contribuir para essa ocorrência.

Os trabalhadores sofrem muito com as dores que sentem no corpo devido ao árduo trabalho na cana. Os movimentos repetitivos, em virtude do ritmo acelerado para cortar uma maior quantidade de cana; as posturas inadequadas, com o corpo todo encurvado ao abraçar a cana e também a postura inadequada por ficar muitas horas sentados, manuseando as máquinas; somado às condições de trabalho, as intempéries climáticas, a presença de animais peçonhentos deixam os trabalhadores suscetíveis aos acidentes e aos adoecimentos. As dores são frequentes nos relatos dos trabalhadores. Destacaram-se os casos de lesões por esforços repetitivos, provocados pelo ritmo intenso e acelerado. Os trabalhadores aprendem alguns macetes, no dia a dia do trabalho, visando a facilidade para executar a atividade laboral. Assim, criam estratégias, durante o trabalho, não somente para obter um bom rendimento na produção, mas também como meio de amenizar as dores que sentem no corpo.

Os dados da pesquisa demonstram que o quadro de transformação que vem ocorrendo, nas últimas décadas, somado a intensificação do trabalho e as precárias condições no ambiente laboral são determinantes nas ocorrências de acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho. Mesmo quando o trabalho não ocasiona nenhum dano físico ao trabalhador, ele deixa suas marcas por meio do sofrimento psíquico devido às exigências da organização do trabalho, provocando o cansaço, a fadiga, o estresse e quadros de depressão para o trabalhador, além do sentimento de insatisfação e desvalorização no trabalho.

Essas ocorrências de acidentes e adoecimentos pelo trabalho trazem repercussões físicas e psíquicas na vida do trabalhador, pois muitos não conseguem retornar a atividade que executavam antes do acidente e nem tampouco conseguem realizar outras atividades no dia a dia, como as atividades domésticas e atividades que envolvem o lazer. As principais queixas relatadas pelos trabalhadores foram formigamento, inchaço, fraqueza da força muscular das mãos.

Além de todo o sofrimento causado pela ocorrência dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, os acidentados ainda percorrem a trajetória para realizar tratamentos médicos ou até mesmo cirurgias. Muitos não se afastam, porém perdem dias de trabalho devido atestado médico que apresentam às usinas.

O trabalhador também percorre uma longa trajetória para conseguir afastamento para a sua recuperação e também para receber algum benefício. Essa trajetória acaba por agravar ainda mais seu estado de saúde, tanto física quanto psíquica. Muitos ficam meses e até mesmo anos afastados de suas atividades. Muitos ainda afastam por algum período e logo retornam ao

trabalho, porém conseguem exercer alguns dias a função, retornando novamente a busca por outro afastamento. Além desse percurso, que se traduz num verdadeiro calvário para o trabalhador, alguns, após anos de afastamento, não conseguem voltar ao trabalho e exercer a mesma função, tendo que ser remanejados para outra atividade, quando não são demitidos.

Toda essa trajetória traz um sentimento de desvalorização do ser humano, que acaba por ferir seus direitos. Direitos de ter uma vida e um trabalho dotados de sentidos. Todo o sofrimento do trabalhador parece ser invisível aos olhos daqueles que não podem compreender a sua dor, a sua angústia e a sua tristeza. Isso acarreta um desgaste no seu estado psíquico, por não conseguirem visualizar um futuro diferente de sua realidade.

Desta forma, o trabalho passa a ser associado não só ao prazer em possuir uma atividade, na qual, o trabalhador provê o sustento familiar, mas também ao desprazer, por meio do sentimento de desvalorização, principalmente, para aqueles que sofrem o acidente e acabam sendo estigmatizados no trabalho. Isto interfere na sua relação com o coletivo de trabalhadores e com a atividade que executa.

Os acidentes ainda são muito frequentes na lavoura canavieira do interior paulista. Os dados obtidos na pesquisa mostram que a compreensão dos acidentes e dos diferentes agravos à saúde dos trabalhadores rurais passa pelo conhecimento do processo e da organização do trabalho. Percebeu-se a influência do trabalho na cana-de-açúcar na saúde física e psíquica dos trabalhadores.

Finalizo esta tese afirmando que a temática dos acidentes de trabalho rural merecem ser melhor explorado. A ideia aqui não foi de buscar soluções para o problema que norteiam os acidentes na lavoura da cana, mas sim, de oferecer uma maior compreensão sobre o que o cerca. Para compreender os acidentes, buscamos respaldo no próprio trabalho da cana-de-açúcar. Fizemos uma relação acerca de como este trabalho está organizado e as precárias condições em que os trabalhadores rurais exercem suas atividades para tentar mostrar que os acidentes estão relacionados aos aspectos da organização e das condições do trabalho.

Os depoimentos dos trabalhadores nos trazem informações valiosas e importantes que nos permitiram fazer essa relação acerca dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho com a própria atividade laboral na lavoura. Ainda assim, essas questões não se esgotam por aqui. Ainda temos muito que pesquisar sobre o trabalho, os acidentes e os impactos que isso acarreta na vida do trabalhador. Ansiamos ainda por um mundo do trabalho mais saudável e justo para os trabalhadores. Muito há o que se fazer ainda pela classe trabalhadora e, em especial, para os trabalhadores rurais, que muitas vezes, carregam o sentimento de invisibilidade diante da sociedade.

Os estudos de acidentes de trabalho tornam-se relevantes para a elaboração de ações que visam estratégias preventivas pelos serviços de Atenção à Saúde do Trabalhador. O desvendamento de tais questões pode subsidiar a elaboração de políticas sociais que visam a promoção, proteção e recuperação da saúde dos trabalhadores.

Referências

- Abaixo-assinado Manifesto sobre O Papel nefasto da “culpa da vítima” para a análise e prevenção dos acidentes de trabalho.* (2013). Recuperado de <http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2013N41135>
- Aerosa, J., & Dwyer, T. (2010). Acidentes de trabalho: Uma abordagem sociológica. *Configurações*, 7, 107-128.
- Agência Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. (2005). *Suicídio ligado ao agrotóxico*. Recuperado de <http://agencia.fapesp.br/3555>.
- Alessi, N. P., & Navarro, L. (1997). Saúde e trabalho rural: O caso dos trabalhadores da cultura canavieira na Região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(Supl.2), 111-121.
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). (2011). *Cartilha sobre agrotóxicos*. Série Trilhas do Campo. Brasília, DF.
- Alfonsin, J. T. (2015). *Direitos ainda são violados 52 anos após o estatuto do trabalhador rural*. Recuperado de <http://www.mst.org.br/2015/03/04/direitos-ainda-sao-violados-52-anos-apos-estatuto-do-trabalhador-rural.html>
- Almeida, I. M. (2006). Abordagem sistêmica de acidentes e sistemas de gestão de saúde e segurança do trabalho. *Interfaces-Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, 1(2), 1-27.
- Almeida, I. M., & Jackson Filho, J. M. (2007). Acidentes e sua prevenção. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 32(115), 7-18.
- Almeida, W. F. (1995). Trabalho agrícola e sua relação com saúde/doença. In R. Mendes, *Patologia do trabalho* (pp. 487-544). Rio de Janeiro, RJ: Atheneu.
- Almussa, A. (2011). *Um estudo das condições de vida e de trabalho e sua relação com a saúde entre trabalhadores rurais do município de Sertãozinho/SP* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Estadual Paulista, Assis, SP.
- Alves, F. (2006). Por que morrem os cortadores de cana? *Saúde e Sociedade*, 15(3), 90-98.
- Alves, F. (2007). Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de canaem São Paulo: Será esse fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In J. R. Novaes & F. Alves (Orgs), *Migrantes: Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)* (pp. 21-54). São Carlos, SP: EdUFSCar.
- Alves, F. (2008a). Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana. *InterfacEHS - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente*, 3(2), 1-26.

- Alves, F. (2008b). Trabalho e trabalhadores no corte de cana: Ainda a polêmica sobre o pagamento por produção e as mortes por excesso de trabalho. In M. A. M. Silva, F. Alves, & J. C. A. Pereira (Orgs), *Agrocombustíveis solução?: A vida por um fio no eito dos canaviais* (pp. 22-48). São Paulo, SP: CCJ-Centro de Capacitação da Juventude.
- Alves, F. (2009). Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua. Indo direto ao ponto. *Ruris*, 3(1), 153-178.
- Alves, G. (2000a). Toyotismo como ideologia orgânica da produção capitalista. *Revista Org & Demo*, 1(1), 01-15.
- Alves, G. (2000b). *O novo (e precário) mundo do trabalho – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Alves, G. (2006). Toyotismo e subjetividade: As formas de desefetivação do trabalho vivo no capitalismo global. *Revista Org & Demo*, 7(1/2), 89-108.
- Alves, G. (2011). *Trabalho e subjetividade: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Alves, G. (2012). *A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica*. Recuperado de <http://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>
- Alves, G. (2013). *Dimensões da precarização do trabalho – Ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru, SP: Canal 6/Projeto Editorial Praxis.
- Alves, G. A. P. (2008). A subjetividade às avessas: Toyotismo e “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 11(2), 223-239.
- Antunes, R. (1997). Globalização em debate. *Estudos Avançados*, 11(19), 368-375.
- Antunes, R. (2002). As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). *Caderno CRH*, (37), 23-45.
- Antunes, R. (2009). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (2aed.). São Paulo, SP: Boitempo.
- Antunes, R. (2011). *Adeus ao trabalho: Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (15a ed.) São Paulo, SP: Cortez.
- Antunes, R. (2014). A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. *Sociologia*, 27, 11-25.
- Antunes, R., & Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, 25(87), 335-351.
- Araraquara, SP, conquista Selo Verde Azul pelo terceiro ano consecutivo. (2012, 4 de fevereiro). Recuperado de <http://g1.globo.com/sp/araraquara-regiao/noticia/2012/04/araraquara-sp-conquista-selo-verde-azul-pelo-terceiro-ano-consecutivo.html>

- Araújo, A. J., Lima, J. S., Moreira, J. C., Jacob, S. C., Soares, M. O., Monteiro, M. C. M. ... Markowitz, S. (2007). Exposição múltipla a agrotóxicos e efeitos à saúde: Estudo transversal em amostra de 102 trabalhadores rurais, Nova Friburgo, RJ. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(1), 115-130.
- Araújo, P. F. C., Schuh, G. E., Barros, A. L. M., Shiota, R., & Nicolella, A. C. (2003). *O crescimento da agricultura paulista e as instituições de ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva de longo prazo: Relatório final do projeto contribuição da Fapesp à agricultura do Estado de São Paulo*. São Paulo, SP: FAPESP.
- Arbex, M. A., Cançado, J. E. D., Pereira, L. A. A., Braga, A. L. F., & Saldiva, P. H. N. (2004). Queima de biomassa e efeitos sobre a saúde. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, 30(2), 158-175.
- Arruda, J. J. A. (1984). *Revolução industrial e capitalismo*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Bacha, E. D., & Bonelli, R. (2005). Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil. *Revista de Economia Política*, 25(3), 163-189.
- Baltar, P. E. A. (1996). Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. *Economia e Sociedade*, (6), 75-111.
- Barbara, M. M. (1999). Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: Percepção e sofrimento do trabalhador. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 19(1), 30-49.
- Barbosa, M. S. A., Santos, R. M., & Trezza, M. C. S. F. (2007). A vida do trabalhador antes e após a Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e Doença Osteomuscular Relacionada ao Trabalho (DORT). *Revista Brasileira de Enfermagem*, 60(5), 491-496.
- Bastian, E. F. (2013). O PAEG e o plano trienal: Uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo. *Estudos Econômicos, São Paulo*, 43(1), 139-166.
- Bedor, C. N. G., Ramos, L. O., Ferreira, P. J., Rêgo, M. A. V., Pavão, A. C., & Augusto, L. G. S. (2009). Vulnerabilidades e situações de riscos relacionados ao uso de agrotóxicos na fruticultura irrigada. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 12(1), 39-49.
- Bernardes, J. (2013). Transtorno mental resulta em longos afastamentos do trabalho, aponta estudo da FSP. *Agência USP de Notícias*. Recuperado de <http://www5.usp.br/26411/transtorno-mental-resulta-em-longos-afastamentos-do-trabalho-aponta-estudo-da-fsp/>
- Binder, M. C. P., & Almeida, I. M. (1997). Estudo de caso de dois acidentes do trabalho investigados com o método de árvore de causas. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(4), 749-760.
- Binder, M. C. P., & Almeida, I. M. (2003). Acidentes do trabalho: Acaso ou descaso? In R.Mendes (Org.), *Patologia do trabalho* (pp. 769-808). São Paulo, SP: Atheneu.
- Binder, M. C. P., & Cordeiro, R. (2003). Sub-registro de acidentes do trabalho em localidade do Estado de São Paulo, 1997. *Revista de Saúde Pública*, 37(4), 409-16.

- Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. L. T. (2008). *Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo, SP: Saraiva.
- Bovolenta, A., Kohn, S. C., & Soares, M. A. M. (2007). A (des)proteção social do trabalhador: Os casos de acidente de trabalho. *Serviço Social & Realidade*, 16(2), 56-82.
- Braverman, H. (1981). *Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX* (3aed.). Rio de Janeiro, RJ: Guanabara.
- Cabral, L. A. A., Soler, Z. A. S. G., & Lopes, J. C. (2014). “Acidente de dupla espécie”: Uma terceira espécie de acidente do trabalho e sua importância para a vigilância em saúde do trabalhador. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(12), 4699-4708.
- Castelhano, L. M. (2005). O medo do desemprego e a(s) nova(s) organizações de trabalho. *Revista Psicologia e Sociedade*, 17(1), 17-28.
- Castro, J. S. M., & Confalonieri, U. (2005). Uso de agrotóxicos no Município de Cachoeiras de Macacu (RJ). *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(2), 473-482.
- Ceccato, A. D. F., Carvalho Junior, L. C. S., Cuissi, R. C., Monteshi, M., Oliveira, N. G., Padovani, C. R. et al. Absenteísmo por doença ocupacional de trabalhadores rurais no setor canavieiro. *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 30(10), 2169-2176.
- Chiavegato Filho, L. G., & Pereira Junior, A. (2004). LER/DORT: Multifatorialidade etiológica e modelos explicativos. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 8(14), 149-162.
- Cipolla, F. P. (2003). Economia política do Taylorismo, Fordismo e Teamwork. *Revista de Economia Política*, 23(3), 78-93.
- Cohn, A., Hirano, S., Karsch, U. S., & Sato, A. K. (1985). *Acidentes do trabalho: Uma forma de violência*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Cohn, A., & Marsiglia, R. G. (1993). Processo e organização do trabalho. In L. E. Rocha, R. M. Rigotto, & J. T. P. Buschinelli, *Isto é trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil* (pp. 56-71). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988, 5 de outubro). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
- Cordeiro, H. A. (1988). A política de saúde na nova república: Das ações integradas de saúde ao Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 15(1/4), 56-60.
- Cordeiro, R., Sakate, M., Clemente, A. P. G., Diniz, C. S., & Donalisio, M. R. (2005). Subnotificação de acidentes do trabalho não fatais em Botucatu, SP, 2002. *Revista de Saúde Pública*, 39(12), 254-260.
- Coriat, B. (1994). *Pensar pelo avesso: O modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- Costa, M. R. (1981). *As vítimas do capital: Os acidentes do trabalho*. Rio de Janeiro, RJ: Achiamé.
- Dal Rosso, S. (2008). *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Dal Rosso, S., Barbosa, M. L., & Fernandes Filho, H. P. (2001). Intensidade do trabalho e acidentes. In J. F. Silva, R. B. Lima, & S. Dal Rosso (Orgs.), *Violência e trabalho no Brasil*. Goiânia, GO: Ed. UFG; Brasília, DF: MNDH.
- Decreto No. 73.626* (1974, 12 de fevereiro). Aprova Regulamento da Lei número 5.889, de 8 de junho de 1973. Brasília, DF: Presidência da República.
- Decreto No. 6.042*. (2007, 12 de fevereiro). Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999, disciplina a aplicação, acompanhamento e avaliação do Fator Acidentário de Prevenção - FAP e do Nexo Técnico Epidemiológico, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Decreto No. 4.074*. (2002, de 04 de janeiro). Regulamenta a Lei número 802, de 11 de julho de 1989. Brasília, DF: Presidência da República.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo, SP: Oboré.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, 14(3), 27-34.
- Dejours, C. (2007). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.
- Dejours, C. (2013). A carga psíquica do trabalho. In C. Dejours, E. Abdoucheli, & C. Jayet, *Psicodinâmica do trabalho: Contribuição da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (pp. 21-32). São Paulo, SP: Atlas.
- Dejours, C., & Abdoucheli, E. (2013). Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In C. Dejours, E. Abdoucheli, & C. Jayet, *Psicodinâmica do trabalho: Contribuição da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (pp. 119-145). São Paulo, SP: Atlas.
- Delgado, G. H. C. (1985). *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo, SP: Cone; Campinas, SP: Editora UNICAMP.
- Dias, E. C. (2006). Condições de vida, trabalho, saúde e doença dos trabalhadores rurais no Brasil. *Saúde do Trabalhador Rural –RENAST*.
- Diniz, C. C., & Crocco, M. A. (1996). Reestruturação econômica e impacto regional: O novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, 6(1), 77-103.
- Drebes, L. M., Scherer, C. B., Gonçalves, J. R., & Dörr, A. C. (2014). Acidentes típicos do trabalho rural: Um estudo a partir dos registros do hospital universitário de Santa Maria, Rs, Brasil. *Revista Monografias Ambientais– REMOA*, 13(4), 3467-3476.

- Dupas, G. (1998). A lógica da economia global e a exclusão social. *Estudos Avançados*, 12(34), 121-159.
- Faria, N. M. X., Facchini, L. A., Fassa, A. G., & Tomasi, E. (1999). Estudo transversal sobre saúde mental de agricultores da Serra Gaúcha (Brasil) *Revista de Saúde Pública*, 33(4), 391-400.
- Faria, N. M. X., Facchini, L. A., Fassa, A. G., & Tomasi, E. (2000). Processo de produção rural e saúde na serra gaúcha: Um estudo descritivo. *Cadernos de Saúde Pública*, 16(1), 115-128.
- Faria, N. M. X., Rosa, J. A. R., & Facchini, L. A. (2009). Intoxicações por agrotóxicos entre trabalhadores rurais de fruticultura, Bento Gonçalves, RS. *Revista de Saúde Pública*, 43(2), 335-344.
- Faria, N. M. X., Victora, C. G., Meneghel, S. N., Carvalho, L. A., & Falk, J. W. (2006). Suicide rates in the State of Rio Grande do Sul, Brazil: Association with socioeconomic, cultural, and agricultural factors. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(12), 2611-2621.
- Fausto, B. (1996). *História do Brasil*. São Paulo, SP: EDUSP.
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. (2012). *Índice Firjan de desenvolvimento municipal 2010*. Recuperado de <http://www.firjan.org.br/ifdm/downloads/>
- Ferrante, V. L. S. B. (1976). O Estatuto do Trabalhador Rural e o FUNRURAL: Ideologia e realidade. *Perspectivas*, 1, 189-202
- Fehlberg, M. F., Santos, I. S., & Tomasi, E. (2001). Acidentes de trabalho na zona rural de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil: um estudo transversal de base populacional. *Cadernos Saúde Pública, Rio de Janeiro*, 17(6), 1375-1381.
- Ferreira, M. L. P. C. (2015). A pulverização aérea de agrotóxicos no Brasil: cenário atual e desafios. *Revista Direito Sanitário, São Paulo*, 15(3), 18-45.
- Ferreira, L. L., Gonzaga, M. C., Donatelli, S., & Bussacos, M. A. (2008). *Análise coletiva do trabalho dos cortadores de cana da região de Araraquara - São Paulo* (2a ed.). São Paulo, SP: Fundacentro.
- Ferreira, M. C., & Mendes, A. M. (2001). Só de pensar em vir trabalhar, já fico de mau humor: Atividade de atendimento ao público e prazer-sofrimento no trabalho. *Estudos de Psicologia, Campinas*, 6(1), 93-104.
- Fiorezi, J. M. S., & Vieira, G. C. S (2012). Subnotificação de acidentes de trabalho entre profissionais de enfermagem. *Nursing (São Paulo)*, 14(165), 96-100.
- Franco-Benatti, D. M. (2011). *Acidentes e doenças relacionadas ao trabalho na indústria de calçados de Franca – SP* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

- Galiano, A. M. (2010). *Trabalho e migração: Estudo com jovens trabalhadores no corte da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto – SP* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Galiano, A. M., Vettorassi, A., & Navarro, V. L. (2012). Trabalho, saúde e migração nos canaviais da região de Ribeirão Preto (SP), Brasil: O que percebem e sentem os jovens trabalhadores? *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 37(125), 51-64.
- Gonçalves, J. R. L. (2000). *O uso de bebidas alcoólicas entre os cortadores de cana de uma agroindústria sucroalcooleira* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Gonzales, E. N., & Bastos, M. I. (1979). O trabalho volante na agricultura brasileira. In J. Pinsky (Org.), *Capital e trabalho no campo* (pp. 25-47). São Paulo, SP: Hucitec.
- Gounet, T. (1999). *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Gravina, M. E. R. (2002). LER - lesões por esforços repetitivos: Uma reflexão sobre os aspectos psicossociais. *Saúde e Sociedade*, 11(2), 65-87.
- Guanais, J. B. (2012). O salário por produção enquanto uma estratégia empresarial: Estímulo à intensificação do trabalho dos cortadores de cana brasileiros. *International Journal on Working Conditions*, (3), 65-84.
- Ianni, O. (1984). *Origens agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Ianni, O. (2002). *A era do globalismo*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014a). *Calendário. Aniversário de Araraquara*. Recuperado de <http://teen.ibge.gov.br/calendario-teen-7a12/event/148-aniversario-de-araraquara-sp>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014b). *Cidades. São Paulo: Araraquara*. Recuperado de <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=350320>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014c). *Produção agrícola municipal*. Recuperado de <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350320&search=sao-paulo|araraquara>
- Instituto de Economia Agrícola. (2014a). Mecanização na colheita da cana-de-açúcar paulista supera 80% na safra 2012/13. *Análises de Indicadores do Agronegócios*, 9(7), 1-7. Recuperado de <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=13463>
- Instituto de Economia Agrícola. (2014b). *Valor da produção dos principais produtos da agropecuária do Estado de São Paulo*. Recuperado de <http://ciagri.iea.sp.gov.br/bancoiea/vp.aspx?cod%20sis=15>

- Instituto Nacional do Seguro Social. (2003). *Instrução Normativa INSS/DC No. 98, de 5 de dezembro de 2003*. Recuperado de <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/imagens/paginas/38/inss-dc/2003/anexos/IN-DC-98-ANEXO.htm>
- Ismael, L. L., Rocha, E. M. R., Lins-Filho, L. A., & Lima, P. A. (2015). Resíduos agrotóxicos em alimentos: preocupação ambiental e de saúde para população paraibana. *Revista Verde, Pombal, PB*, 10(3), 24-29.
- Jacques, M. G., & Jacques, C. C. (2009). Acidentes de trabalho e implicações psicossociais: Uma discussão introdutória. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 3(2), 141-149.
- Jardim, S. R., Ramos, A., & Glina, D. M. R. (2010). Diagnóstico e nexos com trabalho. In D. M. R. Glina & L. E. Rocha (Orgs.), *Saúde mental no trabalho da teoria à prática* (pp. 49-80). São Paulo, SP: Roca.
- Junqueira, C. P., Sterchile, S. P. W., & Shiquida, P. F. A. (2009). Mudança institucional e impacto no padrão tecnológico: O caso da mecanização da colheita de cana-de-açúcar no Paraná. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 11(1), 87-105.
- Kantorski, L. P. (1997). As transformações no mundo do trabalho e a questão da saúde - algumas reflexões preliminares. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 5(2), 5-15.
- Karino, M. E., Martins, J. T., & Bobroff, M. C. C. (2011). Reflexão sobre as políticas de saúde do trabalhador no Brasil: Avanços e desafios. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 10(2), 395-400.
- Lacaz, F. A. C. (1996). *A saúde do trabalhador: Um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical* (Tese de doutorado não publicada). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- Lacaz, F. A. C. (2007). O campo saúde do trabalhador: Resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(4), 757-766.
- Laurell, A. C. (1981). Processo de trabalho e saúde. *Saúde em Debate*, (11), 8-22.
- Laurell, A. C. (1983). *Medicina social: Aspectos históricos e teóricos*. São Paulo, SP: Global.
- Laurell, A. C., & Noriega, M. (1989). *Processo de produção e saúde: Trabalho e desgaste operário*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Lei No. 5.889, de 8 de junho de 1973. (1973, 11 de junho). Estatui normas reguladoras do trabalho rural. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15889.htm
- Lei No. 8.080, de 19 de setembro de 1990. (1990, 20 de setembro). Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm

- Lei No. 8.212, de 24 de julho de 1991.* (1991, 25 de julho). Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18212cons.htm
- Lei No. 8.213, de 24 de julho de 1991.* (1991, 25 de julho). Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm
- Lei No. 8.540, de 22 de dezembro de 1992.* (1992, 23 de dezembro). Dispõe sobre a contribuição do empregador rural para a seguridade social e determina outras providências, alterando dispositivos das Leis n/s 8.212, de 24 de julho de 1991 e 8.315, de 23 de dezembro de 1991. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18540.htm
- Lei No. 11.241, de 19 de setembro de 2002.* (2002, 20 de setembro). Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo, seção 1.*
- Leite, B. R. B., Cabral, F. P., & Suett, W. B. (2007). *Importância da ergonomia e segurança do trabalho na melhoria das condições de trabalho do trabalhador canavieiro.* Trabalho apresentado no Vigésimo-sétimo Encontro Nacional de Engenharia de Produção - A energia que move a produção: Um diálogo sobre integração, projeto e sustentabilidade. Foz do Iguaçu, PR.
- Levigard, Y. E., & Rozemberg, B. (2004). A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de “nervos” no meio rural: Uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxico. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(6), 1515-1524.
- Lima, J. C. (2009). A globalização da precariedade: A informação em tempos de trabalho flexível. In V. L. Navarro & V. Padilha (Orgs.), *Retratos do trabalho no Brasil* (pp. 37-62). Uberlândia, MG: EDUFU.
- Lima, J., Rossini, S., & Reimão, R. (2010). Sleep disorders and quality of life of harvesters rural labourers. *Arq. Neuropsiquiatr*, 68(3), 372-376.
- Lopes, F. S., & Ribeiro, H. (2006). Mapeamento de internações hospitalares por problemas respiratórios e possíveis associações à exposição humana aos produtos da queima da palha de cana-de-açúcar no estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 9(2), 215-225.
- Lourenço, E. A. S. (2009). *Na trilha da saúde do trabalhador: A experiência de Franca/SP* (Tese de doutorado não publicada). Universidade Estadual Paulista, Franca, SP.
- Lourenço, E. A. S., & Bertani, I. F. (2010). *Invisibilidade social das doenças relacionadas ao trabalho: Desafios para a reabilitação profissional.* Trabalho apresentado no Sétimo Seminário de Saúde do Trabalhador e Quinto Seminário O trabalho em debate: Saúde mental relacionada ao Trabalho, Franca, SP.
- Lukács, G. (1972). *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx.* São Paulo, SP: Editora Ciências Humanas.

- Machado, J. M. H., & Minayo-Gomez, C. (1994). Acidentes de trabalho: Uma expressão da Violência Social. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(Supl. 1), 74-87.
- Machado, J. M. H., & Minayo-Gomez, C. (1999). Acidentes de trabalho: Concepções e dados. In M. C. S. Minayo (Org.), *Os muitos Brasis: Saúde e população na década de 80* (2a ed., pp. 117-142). São Paulo, SP: Hucitec; Rio de Janeiro, RJ: Abrasco.
- Maeno, M. (2001). *Lesões por Esforços Repetitivos – LER*. Cadernos de Saúde do Trabalhador. São Paulo, SP.
- Maeno, M. (2010). A construção da saúde do trabalhador - Avanços e recuos. In C. R. Lima (Org.), *Seguridade social, desenvolvimento e saúde: Desafios para o mundo do trabalho* (pp. 85-98). São Paulo, SP: Central Única dos Trabalhadores/Secretaria Nacional de Saúde do Trabalhador.
- Marques, T. A., Sasso, C. G., Sato, A. M., & Souza, G. M. (2009). Queima do canavial: aspectos sobre a biomassa vegetal, fertilidade do solo e emissão de CO₂ para atmosfera. *Biosci. J.*, Uberlândia, 25(1), 83-89.
- Marx, K. (1996a). *O capital: Crítica da economia política* (Vol.1, Tomo 1, Coleção Os Pensadores). São Paulo, SP: Nova Cultural.
- Marx, K. (1996b). *O capital: Crítica da economia política* (Vol. 1, Tomo 2, Coleção Os Pensadores). São Paulo, SP: Nova Cultural.
- Marx, K. (2004). *Manuscritos econômico-filosóficos* (J. Ranieri, Trad.). São Paulo, SP: Boitempo.
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)* (R. Enderle, N. Schneider, L. C. Martorano, Trans.). São Paulo, SP: Boitempo.
- Mendes, J. M. R. (2003). *O averso e o anverso de uma história: O acidente e a morte no trabalho*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS.
- Mendes, R., & Dias, E. C. (1991). Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista Saúde Pública*, 25(5), 341-349.
- Merlo, A. R. C., & Lapis, N. L. (2007). A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: Reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 61-68.
- Meyer, T. N., Resende, C. I. L., & Abreu, J. C. (2007). Incidência de suicídios e uso de agrotóxicos por trabalhadores rurais em Luz (MG). *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 32(116), 24-30.
- Minayo, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento-pesquisa qualitativa em saúde* (8a ed.). São Paulo, SP: Hucitec.

- Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2012). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (32a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Minayo-Gomez, C. (2013). Avanços e entraves na implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 38(127), 11-30.
- Minayo-Gomez, C., & Lacaz, F. A. C. (2005). Saúde do trabalhador: Novas-velhas questões. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), 797-807.
- Minayo-Gomez, C., & Thedim-Costa, S. M. F. (1997). A construção do campo da saúde do trabalhador: Percurso e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(Supl. 2), 21-32.
- Minayo-Gomez, C., & Thedim-Costa, S. M. F. (1999). Precarização do trabalho e desproteção social: Desafios para a saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(2), 411-421.
- Ministério da Previdência Social. (1999). *Conceito, definições e caracterização do acidente do trabalho, prestações e procedimentos*. Recuperado de http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/4_101112-101538-142.pdf
- Ministério da Previdência Social. (2008). *Manual de apoio de estatística: Segurança e saúde ocupacional. Auxílios-doenças acidentários e previdenciários segundo os códigos da Classificação Internacional de Doenças – CID-10*. Recuperado de <http://www.mtps.gov.br/dados-abertos/dados-da-previdencia/estatistica-saude-e-seguranca-do-trabalhador/estatistica-beneficios-previdenciarios/item/327-estatisticas-cid-10>
- Ministério da Previdência Social. (2009). *Manual de apoio de estatística: Segurança e saúde ocupacional. Auxílios-doenças acidentários e previdenciários segundo os códigos da Classificação Internacional de Doenças – CID-10*. Recuperado de <http://www.mtps.gov.br/dados-abertos/dados-da-previdencia/estatistica-saude-e-seguranca-do-trabalhador/estatistica-beneficios-previdenciarios/item/327-estatisticas-cid-10>
- Ministério da Previdência Social. (2010a). Resolução No. 1.316, de 31 de maio de 2010. *Diário Oficial da União, seção 1*. Recuperado de <http://www2.dataprev.gov.br/fap/resolucao1316.pdf>
- Ministério da Previdência Social. (2010b). *Manual de apoio de estatística: Segurança e saúde ocupacional. Auxílios-doenças acidentários e previdenciários segundo os códigos da Classificação Internacional de Doenças – CID-10*. Recuperado de <http://www.mtps.gov.br/dados-abertos/dados-da-previdencia/estatistica-saude-e-seguranca-do-trabalhador/estatistica-beneficios-previdenciarios/item/327-estatisticas-cid-10>
- Ministério da Previdência Social. (2011a). *Anuário estatístico da Previdência Social*. (Suplemento Histórico: 1988 a 2011). Brasília, DF: MPS/DATAPREV.
- Ministério da Previdência Social. (2011b). *Manual de apoio de estatística: Segurança e saúde ocupacional. Auxílios-doenças acidentários e previdenciários segundo os códigos da Classificação Internacional de Doenças – CID-10*. Recuperado de <http://www.mtps.gov.br/dados-abertos/dados-da-previdencia/estatistica-saude-e-seguranca-do-trabalhador/estatistica-beneficios-previdenciarios/item/327-estatisticas-cid-10>

Ministério da Previdência Social. (2012a). *Transtornos mentais: Trabalho em escala, condições insalubres e recompensa insatisfatória podem ocasionar transtornos mentais*. Recuperado de <http://blog.previdencia.gov.br/?p=1105>

Ministério da Previdência Social. (2012b). *Manual de apoio de estatística: Segurança e saúde ocupacional. Auxílios-doenças acidentários e previdenciários segundo os códigos da Classificação Internacional de Doenças – CID-10*. Recuperado de <http://www.mtps.gov.br/dados-abertos/dados-da-previdencia/estatistica-saude-e-seguranca-do-trabalhador/estatistica-beneficios-previdenciarios/item/327-estatisticas-cid-10>

Ministério da Previdência Social. (2012c). *Auxílio-acidente*. Recuperado de <http://www.previdencia.gov.br/?s=auxilio+acidente>

Ministério da Previdência Social. (2012d). *Estatísticas municipais de acidentes do trabalho, por situação do registro e motivo – 2011/2012*. Recuperado de <http://www.previdencia.gov.br/estatisticas/aeat-2012/estatisticas-de-acidentes-do-trabalho-2012/subsecao-d-acidentes-do-trabalho-segundo-o-municipio/tabela-d/>

Ministério da Previdência Social. (2013a). *Anuário estatístico da Previdência Social*. Brasília, DF: MPS/DATAPREV.

Ministério da Previdência Social. (2013b). *Acidentes do trabalho*. Recuperado de <http://www.mtps.gov.br/dados-abertos/dados-da-previdencia/previdencia-social-e-inss/anuario-estatistico-da-previdencia-social-aeps>

Ministério da Previdência Social. (2013c). *Manual de apoio de estatística: Segurança e saúde ocupacional. Auxílios-doenças acidentários e previdenciários segundo os códigos da Classificação Internacional de Doenças – CID-10*. Recuperado de <http://www.mtps.gov.br/dados-abertos/dados-da-previdencia/estatistica-saude-e-seguranca-do-trabalhador/estatistica-beneficios-previdenciarios/item/327-estatisticas-cid-10>

Ministério da Previdência Social. (2013d). *Estatísticas municipais de acidentes do trabalho, por situação do registro e motivo – 2012/2013*. Recuperado de <http://www.previdencia.gov.br/tabelas-d-2013/>

Ministério da Previdência Social. (2014). *Acidentes do trabalho*. Recuperado de, <http://www.mtps.gov.br/dados-abertos/dados-da-previdencia/previdencia-social-e-inss/anuario-estatistico-da-previdencia-social-aeps>

Ministério da Saúde. (1986). *I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador*. Recuperado de http://www.renastonline.org/sites/default/files/arquivos/recursos/1a_conf_nac_saude_trabalhador.pdf

Ministério da Saúde. (1994). *Relatório final da II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador*. Recuperado de http://www.renastonline.org/sites/default/files/arquivos/recursos/0207cnst_relato_final.pdf

Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Área Técnica de Saúde do Trabalhador. (2001). *Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT)*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

- Ministério da Saúde. (2004). *Portaria No. 777, de 28 de abril de 2004*. Dispõe sobre os procedimentos técnicos para a notificação compulsória de agravos à saúde do trabalhador em rede de serviços sentinela específica, no Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde. (2005a). *Portaria No. 2.437, de 7 de dezembro de 2005*. Dispõe sobre a ampliação e o fortalecimento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador - RENAST no Sistema Único de Saúde - SUS e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde. (2005b). *Portaria No. 1.125, de 6 de julho de 2005*. Dispõe sobre os propósitos da política de saúde do trabalhador para o SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. (2006a). *Notificação de acidentes de trabalho fatais, graves e com crianças e adolescentes*. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde do Trabalhador (2006b). *Lesões por Esforços Repetitivos (LER), Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (Dort) e Dor relacionada ao trabalho: Protocolos de atenção integral à Saúde do Trabalhador de Complexidade Diferenciada*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde. (2009). *Portaria No. 2.728, de 11 de novembro de 2009*. Dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. (2011). *Trabalhar, sim! Adoecer, não!: O processo de construção e realização da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde. (2012). *Portaria No. 1.823, de 23 de agosto de 2012*. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde. (2013a). *Portaria No. 2.808, de 20 de novembro de 2013*. Convoca a Quarta Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, tendo como tema central: Saúde do trabalhador e da trabalhadora, direito de todos e todas e dever do Estado. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde. (2013b). *Resolução No. 494, de 27 de novembro de 2013*. Aprova o Regimento Interno da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde. (2014a). *Portaria No. 1.271, de 6 de junho de 2014*. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

- Ministério da Saúde. (2014b). *Portaria No. 1.984, de 12 de setembro de 2014*. Define a lista nacional de doenças e agravos de notificação compulsória, na forma do Anexo, a serem monitorados por meio da estratégia de vigilância em unidades sentinelas e suas diretrizes. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde. (2014c). *Documento orientador da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde, & Organização Pan-Americana da Saúde. (2001). *Doenças relacionadas ao trabalho: Manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Ministério do Trabalho e Emprego. (2003). *Caminhos da análise de acidentes do trabalho*. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego.
- Ministério do Trabalho e Emprego. (2005). *Norma Regulamentadora NR31*. Brasília, DF.
- Ministério do Trabalho e Emprego. (2010). *Guia de análise acidentes de trabalho*. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego.
- Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência Social, & Ministério da Saúde. (2004). *Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador*. Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Moraes, M. A. F. D., Figueiredo, M. G., & Oliveira, F. C. R. (2009). Migração de trabalhadores na lavoura canavieira paulista: Uma investigação dos impactos sócio-econômicos nas cidades de Pedra Branca, Estado do Ceará, Estado de São Paulo. *Revista de Economia Agrícola*, 56(2), 21-35.
- Moraes Neto, B. R. (1986). Máquina, taylorismo e fordismo: a reinvenção da manufatura. *Rev. Adm. Emp.*, 26(4), 31-34.
- Moraes Neto, B. R. (2007). As forças produtivas em Marx e o surpreendente século XX. In *Encontro Nacional de Economistas Marxista*, 1, Curitiba, PR.
- Moraes, P. W. T., & Bastos, A. V. B. (2013). As Ler/Dort e os fatores psicossociais. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(1), 2-20.
- Moreno, C. R., Fischer, F. M., & Rotenberg, L. (2003). A saúde do trabalhador na sociedade 24 horas. *São Paulo em Perspectiva*, 17(1), 34-46.
- Navarro, V. L. (2006). *Trabalho e trabalhadores do calçado: A indústria calçadista de Franca (SP): Das origens artesanais à reestruturação produtiva*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Navarro, V. L., Alessi, N. P., & Lima, M. G. (2001). A violência no trabalho e a saúde do trabalhador no contexto da reestruturação produtiva no Brasil. In J. F. Silva, R. B. Lima, & S. Dal Rosso (Orgs.), *Violência e trabalho no Brasil* (pp. 229-245). Goiânia, GO: Ed. UFG; Brasília, DF: MNDH.
- Navarro, V. L., & Padilha, V. (2007). Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 14-20.

- Netto, J. P., & Braz, M. (2007). *Economia política: Uma introdução crítica* (2a ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Novaes, J. R. P. (2006). *Os cortadores de cana. O drama de quem “tem que aguentar”*. Entrevista especial com José Roberto Novaes, professor na UFRJ. Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-antecedentes/3076-os-cortadores-de-cana-o-drama-de-quem-tem-que-ag%C3%B3Centar-entrevista-especial-com-jose-roberto-novaes-professor-na-ufrj>
- Novaes, J. R. P. (2007a). Idas e vindas: Disparidades e conexões regionais. Um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In J. R. Novaes & F. Alves (Org), *Migrantes: Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)* (pp. 87-117). São Carlos, SP: EdUFSCar.
- Novaes, J. R. P. (2007b). Campeões de produtividade: Dores e febres nos canaviais paulistas. *Estudos Avançados*, 59(21), 167-177.
- Novaes, J. R. P. (2009). Trabalho nos canaviais - os jovens entre a enxada e o facão. *Ruris*, 3(1), 105-127.
- Novaes, J. R. P., Conde, F., Maiane, R., & Zeitone, T. (2007). *Cortadores de cana do interior do estado de São Paulo: Relatório das Situações-Tipo Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: iBase/Instituto Pólis.
- Oliveira, E. (2004). *Toyotismo no Brasil: Desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Oliveira, G. L. (2014). *O FUNRURAL após a EC 20/98*. Recuperado de <http://jus.com.br/artigos/30748/o-funrural-apos-a-ec-20-98>
- Oliveira, L., & Barrocas, R. (2001). Vantagens e desvantagens na queimada da cana, no estado de São Paulo, Brasil [Resumo]. *Encuentro de Geografos de America Latina*, 8 (pp. 25-26). Santiago, Chile: Universidad de Chile.
- Ometto, A. M. H., Furtuoso, M. C. O., & Silva, M. V. (1995). Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. *Revista de Saúde Pública*, 29(5), 403-414.
- Paim, P. (2007). *Destaque para necessidade de uma política mais incisiva na prevenção contra acidentes e doenças provocadas pelo trabalho*. Recuperado de <http://www.senadorpaim.com.br/verDiscurso.php?id=287>
- Penteado, A. C. A., Sanches, F. P. P., Castelane, R. G., Valderrama, T. V. B. P., & Magagnini, M. A. M. (2013). Ocorrência de acidentes de trabalho com trabalhadores no corte manual da cana-de-açúcar, *CuidArte Enfermagem*, 7(1), 51-58.
- Peres, F., Lucca, S. R., Ponte, L. M. D., Rodrigues, K. M., & Rozemberg, B. (2004). Percepção das condições de trabalho em uma tradicional comunidade agrícola em Boa Esperança, Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(4), 1059-1068.

- Peres, F., Rozemberg, B., & Lucca, S. R. (2005). Percepção de riscos no trabalho rural em uma região agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil: Agrotóxicos, saúde e ambiente. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(6), 1836-1844.
- Pignati, W. A., Machado, J. M. H., & Cabral, J. F. (2007). Acidente rural ampliado: O caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(1), 105-114.
- Pinto, G. A. (2007). *A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Piovesan, A., Lima, L. D., Ottobelli, C., & Germani, A. R. M. (2008). Controle Social: Ferramenta no processo de construção do Sistema Único de Saúde. *Revista de Enfermagem*, 4(4,5), 89-105.
- Pires, D. X., Caldas, E. D., & Recena, M. C. P. (2005). Uso de agrotóxicos e suicídios no Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(2), 598-605.
- Pochmann, M. (2003). Sobre a nova condição de agregado social no Brasil: Algumas considerações. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, (105), 5-23.
- Pochmann, M. (2009). *Força de trabalho e tecnologia no Brasil: Uma visão de história com foco atual na produção de cana-de-açúcar*. Rio de Janeiro, RJ: Revan.
- Prefeitura Municipal de Araraquara. (2010). *Câmara aprova lei do Executivo que obriga notificação ao Cerest de todos os acidentes de trabalho*. Recuperado de <http://www.araraquara.sp.gov.br/noticia/Noticia.aspx?IDNoticia=1776>
- Prefeitura Municipal de Araraquara. (2014). *Centro de Referência em Saúde do Trabalhador*. Recuperado de <http://www.araraquara.sp.gov.br/pagina/Default.aspx?IDPagina=2992>.
- Produtores reclamam do fim da queima da cana. (2014, 4 de março). *Tribuna Imprensa Araraquara*.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2010). *Ranking IDHM Municípios 2010*. Recuperado de <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>
- Priuli, R. M. A., Moraes, M., & Chiaravalloti, R. M. (2014). Impacto do estresse na saúde de cortadores de cana. *Revista Saúde Pública*, 48(2), 225-231.
- Rago, L. M., & Moreira, E. F. P. (1984). *O que é taylorismo*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Ranieri, J. J. (2000). *Alienação e estranhamento em Marx: Dos manuscritos filosóficos de 1844 à ideologia alemã* (Tese de doutorado não publicada). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

- Rebouças, A. J. A., Antonaz, D., Lacaz, F. A. C., Ribeiro, H. P., Snelwar, L. I., Sato, L. ... Todeschini, R. (1989). *Insalubridade - Morta Lenta no Trabalho: a insalubridade no Brasil*. São Paulo, SP: Oboré.
- Recena, M. C. P., & Caldas, E. D. (2008). Percepção de risco, atitudes e práticas no uso de agrotóxicos entre agricultores de Culturama, MS. *Revista de Saúde Pública*, 42(2), 294-301.
- Ribeiro, H. P. (1997). Lesões por Esforços Repetitivos (LER): Uma doença emblemática. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(Supl. 2), 85-93.
- Ribeiro, H. (2008). Queimadas de cana-de-açúcar no Brasil: efeitos à saúde respiratória. *Revista Saúde Pública*, 42(2), 370-376.
- Ribeiro, H., & Ficarelli, T. R. A. (2010). Queimadas nos canaviais e perspectivas dos cortadores de cana-de-açúcar em Macatuba, São Paulo. *Saúde e Sociedade*, 19(1), 48-63.
- Rocha, F. L. R., Marziale, M. H. P., & Hong, O.-S. (2010). Work and health conditions of sugar cane workers in Brazil. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 44(4), 974-979.
- Rocha, F. L. R., Souza, J. A., Marziale, M. H. P., Robazzi, M. L. C., & Gabriel, C. S. (2010). Perfil de adoecimento de trabalhadores rurais no interior do estado de São Paulo. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 9(4), 713-720.
- Rodrigues, D. A. (2014). *Acidentes graves e fatais no trabalho de corte mecanizado de cana-de-açúcar: O olhar através do método mapa* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, SP.
- Rodrigues, V. L. G. S., & Silva, J. G. (1986). Acidentes de trabalho e modernização da agricultura brasileira. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 14(56), 28-39.
- Ronquim, C. C. (2010). *Queimada na colheita da cana-de-açúcar: Impactos ambientais, sociais e econômicos*. Campinas, SP: Embrapa Monitoramento por Satélite.
- Rosa, L. A. (2009). *Trabalho e trabalhadores dos canaviais: Perfil dos cortadores de cana da região de Ribeirão Preto (SP)* (Monografia de conclusão de curso não publicada). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Rosa, L. A., & Navarro, V. L. (2014). Trabalho e trabalhadores dos canaviais: Perfil dos cortadores de cana da região de Ribeirão Preto (SP). *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(1), 143-160.
- Rumin, C. R. (2004). *Trabalho rural e saúde: Um estudo das condições de trabalho e sua relação com a saúde dos cortadores de cana-de-açúcar do município de Pacaembu – SP* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Santana, V., Maia, A. P., Carvalho, C., & Luz, G. (2003). Acidentes de trabalho não fatais: Diferenças de gênero e tipo de contrato de trabalho. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(2), 481-493.

- Schлиндwein, V. L. D. C. (2011). A desproteção social dos trabalhadores rurais nos acidentes de trabalho. *Textos & Contextos*, 10(1), 109-117.
- Schlosser, J. F., Debiasi, H., Parciannello, G., & Rambo, L. (2002). Antropometria aplicada aos operadores de tratores agrícolas. *Ciência Rural*, Santa Maria, 32(6), 983-988.
- Schmidt, M. L. G., & Godinho, P. H. (2006). Um breve estudo acerca do cotidiano do trabalho de produtores rurais: Intoxicações por agrotóxicos e subnotificação. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 31(113), 27-40.
- Schwertner, L. M. P., & Decker, J. R. (2014). Segurados especiais x auxílio-acidente. *Revista Destaques Acadêmicos*, 6(2), 118-132.
- Scopinho, R. A., Eid, F., Vian, C. E. F., & Silva, P. R. C. (1999). Novas tecnologias e saúde do trabalhador: A mecanização do corte da cana-de-açúcar. *Cadernos de Saúde Pública*, 15(1), 147-161.
- Secretaria do Estado de São Paulo. (2012). *Regionais de Saúde do Estado de São Paulo*. Recuperado de <http://www.saude.sp.gov.br/ses/institucional/departamentos-regionais-de-saude/regionais-de-saude>
- Seligmann-Silva, E. (1994). *Desgaste mental no trabalho dominado*. São Paulo, SP: Cortez.
- Seligmann-Silva, E. (2002). Psicopatologia e saúde mental no trabalho. In R. Mendes (Org.), *Patologia do trabalho* (pp. 1141-1182). São Paulo, SP: Atheneu.
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: O direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo, SP: Cortez.
- Seligmann-Silva, E. (2013). Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho: marcos de um percurso. In C. Dejours, E. Abdoucheli, & C. Jayet. *Psicodinâmica do Trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (PP.13-19). São Paulo, SP: Atlas.
- Silva, J. G. (1980). *O que é questão agrária*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Silva, J. M., Novato-Silva, E., Faria, H. P., & Pinheiro, T. M. M. (2005). Agrotóxico e trabalho: Uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), 891-903.
- Silva, M. A. M. (1999). *Errantes do fim do século*. São Paulo, SP: Fundação Editora da UNESP.
- Silva, M. A. M. (2006). A morte ronda os canaviais paulistas. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária: ABRA*, 33(2), 111-141.
- Silva, M. A. M. (2007). Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. In J. R. Novaes & F. Alves (Orgs.), *Migrantes: Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)* (pp. 55-86). São Carlos, SP: EdUFSCar.

- Silva, M. A. M. (2008). Mortes e acidentes nas profundezas do 'mar de cana' e dos laranjais paulistas. *INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, 3(2), 1-31.
- Silva, M. A. M., & Martins, R. C. (2009). A modernidade da economia Junker à moda contemporânea do rural paulista: A degradação social do trabalho e da natureza. In V. L. Navarro & V. Padilha (Orgs.), *Retratos do trabalho no Brasil* (pp. 279-327). Uberlândia, MG: Edufu.
- Silveira, C. A., Robazzi, M. L. C. C., Marziale, M. H. P., & Dalri, M. C. B. (2005). Acidentes de trabalho entre trabalhadores rurais e da agropecuária identificados através de registros hospitalares. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 4(2), 120-128.
- Simões, M. R. L., Marques, F. C., & Rocha, A. M. (2010). O trabalho em turnos alternados e seus efeitos no cotidiano do trabalhador no beneficiamento de grãos. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 18(6), 1-7.
- Singer, P. (1979). Capital e trabalho no campo. In J. Pinsky (Org.), *Capital e trabalho no campo* (pp. 1-6). São Paulo, SP: Hucitec.
- Sousa, Y. G., Medeiros, P. C., & Medeiros, S. M. (2014). A importância da relação existente entre o acidente de trabalho e o nexó técnico epidemiológico (NTEP). *Enfermagem Revista*, 17(1), 03-13.
- Souza, A. R. (2004). As trajetórias do planejamento governamental no Brasil: Meio século de experiências na administração pública. *Revista do Serviço Público*, 55(4), 5-29.
- Souza, N. S. S., Santana, V. S., Albuquerque-Oliveira, P. R., & Barbosa-Branco, A. (2008). Doenças do trabalho e benefícios previdenciários relacionados à saúde, Bahia, 2000. *Revista de Saúde Pública*, 42(4), 630-638.
- Szmrecsányi, T. (1976). *Contribuição à análise do planejamento da agroindústria canavieira do Brasil* (Tese de doutorado não publicada). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- Szmrecsányi, T. (1994). Tecnologia e degradação ambiental: O caso da agroindústria canavieira do estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, 24(10), 73-82.
- Stoppelli, I. M. B., & Magalhães, C. P. (2005). Saúde e segurança alimentar: a questão dos agrotóxicos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(sup), 91-100.
- Talamone, R. S. (2010). *Condições de trabalho nas plantações de cana-de-açúcar ainda prejudicam trabalhadores*. Recuperado de <http://reporterbrasil.org.br/2010/07/condicoes-de-trabalho-nas-plantacoes-de-cana-de-acucar-ainda-prejudicam-trabalhadores/>
- Tavares, A. S., Veloso, L. U. P., Silva, I. C. B., Sousa, G. A., Leão, N. R. C., & Monteiro-Neto, F. F. (2014). Perfil dos acidentes de trabalho no Piauí. *Revista de Enfermagem da UFPI*, 3(1), 72-78.

- Teixeira, M. L. P., & Freitas, R. M. V. (2003). Acidentes do trabalho rural no interior paulista. *São Paulo em Perspectiva*, 17(2), 81-90.
- Tomazi, Z. T. (1986). *O que todo cidadão precisa saber sobre saúde e Estado Brasileiro*. São Paulo, SP: Global.
- Toldrá, R. C., Daldon, M. T. B., Santos, M. da C., & Lancman, S. (2010). Facilitadores e barreiras para o retorno ao trabalho: a experiência de trabalhadores atendidos em um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – SP, Brasil. *Revista Brasileira Saúde Ocupacional*, São Paulo, 35(121), 10-22.
- Torres, A. R. A., Chagas, M. I. O., Moreira, A. C. A., Barreto, I. C. H. C., & Rodrigues, E. M. (2011). O adoecimento no trabalho: Repercussões na vida do trabalhador e de sua família. *Sanare*, 10(1), 42-48.
- Torquato, S. A., Fronzaglia, T., & Martins, R. (2010). Condicionantes e impactos da colheita mecanizada em alguns estados produtores de cana-de-açúcar. *Economia Política do Desenvolvimento*, 3(8), 123-146.
- União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA). Recuperado de <http://www.unica.com.br/FAQ/>.
- Vasconcellos, L. C. F., Minayo-Gomez, C., & Machado, J. M. H. (2014). Entre o definido e o por fazer na Vigilância em Saúde do Trabalhador. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(12), 4617-4626.
- Veloso, F. A., Villela, A., & Giambiagi, F. (2008). Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): Uma análise empírica. *RBE*, 62(2), 221-246.
- Verthein, M. A. R., & Minayo-Gomez, C. (2000). A construção do sujeito-doente em LER. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 8(2), 327-345.
- Vilela, R. A. G., Iguti, A. M., & Almeida, I. M. (2004). Culpa da vítima: Um modelo para perpetuar a impunidade nos acidentes do trabalho. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(2), 570-579.
- Vilela, R. A. G., Laat, E. F., Luz, V. G., Silva, A. J. N., & Takahashi, M. A. C. (2015). Pressão por produção e produção de risco: A “maratona” perigosa do corte manual da cana-de-açúcar. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 40(131), 30-48.
- Volpato, M. (2003). A inovação tecnológica transformando o trabalho. *Gestão: Revista Científica de Administração*, 1(1), 41-51.
- Whitaker, D. C. A., Dantas, A., Andrade, E. A., Fiamangue, E. C., Araújo, R. A., & Machado V. (2002). A transcrição da fala do homem rural: Fidelidade ou caricatura? In D. C. A. Whitaker (Org.), *Sociologia rural: Questões metodológicas emergentes* (115-120). Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem.
- Wikipedia. (2014, Jan 6). *Mapa da cidade de Araraquara*. Recuperado de <http://pt.wikipedia.org/wiki/Araraquara>

- Waldvogel, B. C. (1999). Vidas roubadas no exercício do trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, 13(3), 126-136.
- Waldvogel, B. C. (2003). A população trabalhadora paulista e os acidentes do trabalho fatais. *São Paulo em Perspectiva*, 17(2), 42-53.
- World Health Organization. (1990). *Public health impact of pesticides used in agriculture*. Geneva, Switzerland: WHO.
- World Health Organization. (2001). *Relatório Mundial da Saúde: Saúde mental: Nova concepção, nova esperança*. Lisboa, Portugal: OMS.
- Wünsch Filho, V. (1999). Reestruturação produtiva e acidentes de trabalho no Brasil: Estrutura e tendências. *Cadernos de Saúde Pública*, 15(1), 41-51.
- Wünsch Filho, V. (2004). Perfil epidemiológico dos trabalhadores. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, 2(2), 103-117.

APÊNDICE A – Produção imagética

Foto: Canavial na região de Araraquara.

Foto: EPI – Caneleira

Foto: Sapato para o trabalho na lavoura

Foto: Instrumento de Trabalho Facão e Lima

Foto: Caminhão de transporte de cana

APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas

Data:

Telefone:

Nome:

Idade:

Gênero: M () F ()

Escolaridade:

☐ Analfabeto	☐ Ensino Superior incompleto
☐ Realiza leitura	☐ Ensino Superior completo
☐ Fundamental incompleto	☐ Ensino Técnico incompleto
☐ Fundamental completo	☐ Ensino Técnico completo
☐ Ensino Médio incompleto	☐ Outro:
☐ Ensino Médio completo	

Filhos? () SIM () NÃO Quantos?**Estado Civil:**

☐ Casado (a)	☐ Viúvo (a)
☐ solteiro(a)	☐ Outros:
☐ separado(a)	

Quantas pessoas residem em sua casa?**Onde o senhor(a) nasceu?****Há quanto tempo mora na região de Araraquara?****Qual sua renda mensal?****HISTÓRIA OCUPACIONAL**

Há quanto tempo o senhor (a) está no trabalho rural?

Quais atividades o senhor (a) já exerceu no meio rural?

Há quanto tempo está no trabalho com cana-de-açúcar?

Já exerceu algum outro trabalho anteriormente? Qual?

Quantas horas o senhor (a) trabalha por dia?

☐ 4hr	☐ 8hr	☐ 12hr
☐ 5hr	☐ 9hr	☐ mais de 12hr
☐ 6hr	☐ 10hr	
☐ 7hr	☐ 11hr	

Quantos dias na semana?

☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 6	☐ 7

O senhor(a) é registrado? () Sim () Não

O senhor (a) ganha por produção? () Sim () Não Quanto o senhor (a) ganha?

Para qual Usina o senhor (a) trabalha?

Qual o meio de transporte o senhor (a) utiliza para ir ao trabalho?

Que horas o senhor (a) acorda para ir ao trabalho? Que horas vai para o trabalho e que horas volta do trabalho?

Qual o seu horário de almoço? Onde almoça? O senhor (a) leva de casa ou a empresa fornece? O quê costuma almoçar?

O senhor (a) faz algum tipo de exercício ao iniciar sua jornada de trabalho? Onde é feito? O que acha? O senhor (a) gosta?

Conte como é a sua rotina de trabalho?

Como é dividido o trabalho na cana-de-açúcar? (Processo de trabalho)

Como é realizado o seu trabalho?

Como é o ritmo de trabalho na lavoura?

Como é o ambiente físico do trabalho?

Há pausas durante o trabalho? O que é realizado durante as pausas?

O senhor (a) tem tempo de ir ao banheiro? Como é o banheiro?

O que o senhor (a) acha das condições de trabalho no campo?

Qual o seu instrumento de trabalho? *Mecanizado ou manual?*

O senhor (a) trabalha com algum tipo de produto químico, por exemplo veneno? Qual?

O senhor (a) já teve algum tipo de intoxicação por esse produto?

O senhor (a) acha que seu trabalho traz algum tipo de risco à sua saúde? Qual?

O senhor (a) utiliza algum tipo de equipamento de proteção individual ou coletiva? Quais?

☐ Luva	☐ Roupa especial/impermeável
☐ Bota	☐ Meias
☐ Chapéu/ gorro/ boné	☐ Máscara para produtos químicos
☐ Calça comprida	

☐ Não uso

☐ Outro tipo de roupa: _____

O senhor (a) teve treinamento para fazer seu trabalho? SIM ☐ NÃO ☐

Com quem?

☐ técnico ou outro profissional ☐ outro

☐ com os colegas de trabalho ☐ não recebi

Qual a quantidade de cana-de-açúcar que o senhor(a) corta durante o dia?

O senhor (a) usa alguma substância para o (a) deixar forte durante o seu trabalho?

Como é sua relação com seus colegas de trabalho?

O que o senhor (a) considera mais desgastante no seu trabalho?

O senhor (a) trabalha em outros lugares? Qual atividade?

Quando não está trabalhando o quê costuma fazer? Qual a sua atividade de lazer? Como é sua rotina na sua casa?

ACIDENTE DE TRABALHO

Qual a data do acidente?

Como foi que ocorreu o acidente?

Que horas ocorreu o acidente?

O que o Sr (a) estava fazendo no momento do acidente?

Para o senhor (a) quais foram as causas do acidentes?

Qual parte do corpo atingida? Tipo de lesão?

Teve afastamento? ☐ SIM ☐ NÃO Quanto tempo?

O senhor (a) teve algum atendimento médico? Foi levado para o Hospital?

O seu acidente foi registrado? (Comunicação de acidente de trabalho)

O senhor (a) realizou algum tratamento? Qual?

O senhor (a) precisou realizar cirurgia?

Como o senhor (a) se sentiu com o ocorrido?

Esse acidente interferiu de que maneira em sua vida?

O senhor (a) precisou de atendimento psicológico?

Você foi atendido no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador? Fez algum tipo de reabilitação no CEREST?

O senhor(a) já sofreu algum outro tipo de acidente de trabalho?

☐ por animais (picada ou mordida) ☐ Queimadura

☐ corte em algum membro ☐ trajeto na ida/volta do trabalho

☐ Intoxicação por produtos químicos

☐ Fratura

Qual a sua perspectiva de futuro após o acidente?

Após o acidente, o senhor (a) voltou para o trabalho?

Em qual função?

Como estão as condições de trabalho após seu retorno?

O senhor (a) sente medo de sofrer um acidente de trabalho novamente?

O senhor(a) já se sentiu mal durante o seu trabalho? ☐ SIM ☐ NÃO. Quando?

Quais sintomas você sentiu? Por que você acha que isso aconteceu?

Foi hospitalizado? ☐ Sim ☐ Não

Hoje tem algum problema de saúde? ☐ Sim ☐ Não Qual? Há quanto tempo?

Atualmente o senhor (a) faz uso de algum remédio? ☐ Sim ☐ Não. Qual?

Como é o seu sono antes e depois do acidente?

Como o senhor (a) se sente fisicamente?

Como o senhor (a) se sente mentalmente?

O senhor(a) possui hábitos de fumar? Quantidade por dia?

O senhor (a) ingere algum tipo de bebida alcoólica? O quê? Quantidade por dia? Em qual hora do dia?

Como é a relação com sua família? Sua família mora em que cidade?

O senhor (a) tem planos para o futuro? Sonhos?

O senhor (a) gostaria de fazer alguma consideração sobre a entrevista?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista para a equipe do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara

- 1) Quando foi fundado o CEREST em Araraquara e desde quando se tem a equipe de profissionais de saúde completa? Quais são os profissionais que compõe a equipe e desde quando eles atuam?
- 2) Em que consiste o atendimento do trabalhador acidentado pela equipe do CEREST?
- 3) Quando o trabalhador acidentado busca atendimento no CEREST, e é verificado que ele não tem a CAT registrada, qual é a conduta a tomada por aqueles que o atende?
- 4) Quando o trabalhador procura o CEREST, em geral ele procura com qual tipo de queixa relacionada à saúde?
- 5) Quais os atendimentos prestados pelo CEREST ao trabalhador? (médico, psicológicos, fisioterapeuta, assistencial, jurídico).
- 6) Que tipo de atendimento o CEREST presta ao trabalhador? (ambulatorial?)
- 7) Como é a demanda de trabalhadores rurais por estes tipos de atendimentos?
- 8) Como funciona o atendimento psicológico nesses casos? (individual, grupos)
- 9) Sindicatos de trabalhadores costumam procurar o CEREST para denunciar condições insalubres e perigosas de trabalho?
- 10) Quando o CEREST toma conhecimento da existência de locais de trabalho que estão colocando em risco a saúde e a integridade física do trabalhador, qual é a sua conduta?
- 11) O CEREST realiza ações em conjunto com a Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Delegacias do Trabalho e Ministério Público do Trabalho?
- 12) Em caso positivo, quais têm sido os resultados dessas ações?
- 13) Além do atendimento ambulatorial, de vigilância, quais são outras atribuições do CEREST? (realiza algum tipo de formação para o pessoal da rede pública de saúde?)

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar do estudo **Acidentes de trabalho e o sofrimento físico e psíquico dos trabalhadores da agroindústria canavieira da região de Araraquara – SP**. Os avanços na área da saúde do trabalhador ocorrem através de estudos como esse e, por isso, sua participação é importante. Trata-se de uma pesquisa que busca conhecer as causas dos acidentes envolvendo trabalhadores da agroindústria canavieira na região de Araraquara (SP) registrados no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e as consequências físicas e psíquicas desses acidentes na vida do trabalhador rural. Espera-se que o estudo possa trazer reflexões importantes para compreender as ocorrências dos acidentes de trabalho rural, bem como informações acerca das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores rurais, de forma que o conhecimento que será construído possa contribuir com medidas de ações acerca do tema saúde/doença do trabalhador no meio rural.

Caso você participe, será necessária a sua disponibilidade para participar de uma entrevista, com duração média de 60 minutos. A entrevista será gravada, por meio de gravador, para posterior transcrição na íntegra de sua fala, para manter a fidelidade das informações prestadas por você. Será feita a fotografia, quando necessária, do corpo ou de parte do corpo atingido pelo acidente de trabalho mediante a sua autorização, sem que o (a) senhor (a) seja identificado (a). As fotos ficarão sob domínio da pesquisadora responsável sendo utilizadas apenas para fins científicos e de estudos.

Não será realizado nenhum procedimento que lhe traga qualquer desconforto, risco, prejuízo ou lesão à sua integridade física ou emocional. Assim, não haverá riscos previsíveis relacionados à sua participação.

Você poderá ter todas as informações que quiser e poderá não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro, mas terá a garantia de que todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não serão de sua responsabilidade. É também garantido o sigilo a respeito das informações prestadas: seu nome ou qualquer outra informação que permita sua identificação não serão revelados em qualquer momento do estudo ou em publicações posteriores.

Eu, _____, portador (a) de Carteira de Identidade RG nº _____, compreendi a utilidade do estudo e qual procedimento a que serei submetido (a). A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Tenho ciência que não terei quaisquer despesas e que, por minha participação, não receberei qualquer quantia em dinheiro ou qualquer outra vantagem. Autorizo que a entrevista seja gravada para manter a fidelidade das informações que possam ser importantes para a pesquisa. Autorizo o uso de fotografia, desde que eu não seja identificado (a) para fins científicos e de estudos. Estou ciente que o presente estudo tem finalidade de pesquisa e que os dados obtidos virão a ser utilizados em publicações científicas, sem que as pessoas participantes sejam identificadas.

Declaro que concordo em participar desse estudo e que todas as minhas dúvidas foram esclarecidas. Recebi uma das vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ficando a outra, sob domínio da pesquisadora responsável.

Araraquara, ____/____/____

Assinatura do voluntário: _____

Pesquisadora: Dathiê de Mello Franco-Benatti

Contato: (16) 9745-6507

E-mail: dathiefranco@usp.br

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lucia Navarro

Contato: (16) 97965277

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP/USP)

Esclarecimentos referentes aos aspectos éticos da pesquisa:

Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP

Avenida Bandeirantes, 3900 - bloco 3 - sala 16 - 14040-901 - Ribeirão Preto - SP - Brasil

Fone: (16) 3602-4811 / Fax: (16) 3633-2660

E-mail: coetp@ffclrp.usp.br

ANEXO A – Aprovação Comitê de Ética

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Comitê de Ética em Pesquisa

Campus de Ribeirão Preto

Of.CEtP/FFCLRP-USP/121-jsl

Ribeirão Preto, 31 de outubro de 2012

Prezada Pesquisadora,

Comunicamos a V. Sa. que o projeto de pesquisa intitulado "ACIDENTES DE TRABALHO E O SOFRIMENTO FÍSICO E PSÍQUICO DOS TRABALHADORES DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DA REGIÃO DE ARARAQUARA - SP" foi reanalisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP, em sua 113ª Reunião Ordinária, realizada em 25.10.2012, e enquadrado na categoria: **APROVADO** (CAAE - 06697912.2.0000.5407).

Solicitamos que eventuais modificações ou emendas ao projeto de pesquisa sejam apresentadas ao CEP, de forma sucinta, identificando a parte do projeto a ser modificada e suas justificativas, e que, ao término do estudo, um relatório final seja entregue, via Plataforma Brasil.

Atenciosamente,

Prof.ª Dr.ª ANDRÉIA SCHMIDT
Coordenadora

À Senhora
Dathiê de Mello Franco Benatti
Programa de Pós-graduação em Psicologia da FFCLRP USP

Com cópia para a orientadora:
Profa. Dra. Vera Lúcia Navarro
Departamento de Psicologia da FFCLRP USP

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP
Fone: (16) 3602-4811
Fax: (16) 3633-2660 (direto) ou 3633-5015
Avenida Bandeirantes, 3900 - bloco 3 - sala 16 - 14040-901 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Homepage: <http://www.ffclrp.usp.br> - e-mail: coetp@ffclrp.usp.br

ANEXO B – Modelo do Relatório de Atendimento ao Acidentado

CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR
CEREST REGIONAL
PROGRAMA DE VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO
RELATÓRIO DE ATENDIMENTO AO ACIDENTADO DO TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO/ATENDIMENTO/CLASSIFICAÇÃO

UNIDADE: _____ DATA: ____/____/____ HORA: ____:____

NOME: _____ Raça/Cor: _____

NOME DA MÃE: _____ CARTÃO SUS: _____

DATA NASC.: ____/____/____ IDADE: _____ SEXO: ☐ M ☐ F OCUPAÇÃO: _____

END.: _____ Nº _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ FONE: _____ MUNICÍPIO: _____

REGIME DE TRABALHO: ☐ Com Registro ☐ AUTÔNOMO ☐ FUNCIONÁRIO PÚBLICO ☐ OUTRO

EMPRESA: _____ RAMO DE ATIVIDADE: _____

END. EMPRESA: _____ FONE: _____

IDENTIFICAÇÃO DO ACIDENTE:

DATA: ____/____/____ HORA: ____:____ ☐ TÍPICO ☐ TRAJETO ☐ DOENÇA OCUPACIONAL

LOCAL: _____

DESCRIÇÃO DO ACIDENTE: _____

Carimbo e assinatura da Enfermagem

PARECER MÉDICO

DOENÇA OCUPACIONAL (Hip. Diag.): _____

AGENTE:

☐ QUÍMICO ☐ FÍSICO ☐ BIOLÓGICO ☐ ERGONÔMICO

PARTES DO CORPO ATINGIDAS:

☐ ABDOMEN	☐ COTOVELO	☐ MÃO	☐ PERNA	☐ TESTA
☐ ANTEBRAÇO	☐ COXA	☐ NARIZ	☐ PESCOÇO	☐ TORAX
☐ BOCA	☐ DEDOS DA MÃO	☐ OLHO	☐ PUNHO	☐ TORNÓZELO
☐ CABEÇA	☐ DEDO DO PÉ	☐ OMBRO	☐ QUADRIL	☐ OUTROS
☐ COLUNA	☐ FACE	☐ ORELHA	☐ QUEIXO	
☐ COSTAS	☐ JOELHO	☐ PÉ	☐ SUPERCÍLIOS	

FATORES QUE DESENCADEARAM O ACIDENTE

☐ ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO	☐ CORPO ESTRANHO	☐ PRODUTO QUÍMICO
☐ ACIDENTE BICICLETA	☐ CORRENTE ELÉTRICA	☐ QUEDA DE ALTURA
☐ ACIDENTE MOTO	☐ ESFORÇO FÍSICO/REPETITIVO	☐ QUEDA DA PRÓPRIA ALTURA
☐ ANIMAIS E INSETO	☐ MAQUINAS/EQUIPAMENTOS	☐ SUBSTÂNCIA QUENTE/FRIA

DIAGNÓSTICO:

☐ AMPUTAÇÃO	☐ INTOX/ENVENENAMENTO	☐ TCE
☐ CONTUSÃO	☐ LUXAÇÃO	☐ TRAUMA
☐ ENTORSE	☐ PERFURAÇÃO	☐ CONCUSSÃO
☐ ESCORIAÇÕES	☐ POLITRAUMATISMO	☐ OUTROS
☐ ESMAGAMENTO	☐ QUEIMADURA/QUÍMICA	
☐ FERIMENTO CORTE CONTUSO (FCC)	☐ SURDEZ	
☐ FRATURA		

OBSERVAÇÃO: _____ **CID:** _____

CLASSIFICAÇÃO INICIAL

☐ LEVE ☐ MODERADO ☐ GRAVE ☐ FATAL

COM AFASTAMENTO: ☐ SIM ☐ NÃO

Carimbo e assinatura do médico

ANEXO C – Termo de Autorização para realização da pesquisa no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara

CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR

CRST – REGIONAL ARARAQUARA / SP

Autorização para o desenvolvimento da pesquisa de Doutorado

Araraquara/SP, 29 de março de 2012

Eu, Matilde Damiani, gerente do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara/SP (CEREST), autorizo a aluna Dathiê de Mello Franco-Benatti do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP), a realizar a coleta de dados da pesquisa de Doutorado no CEREST/Araraquara, sob orientação da Profa. Dra. Vera Lúcia Navarro.

MATILDE DAMIANI
GERENTE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM
SAÚDE DO TRABALHADOR

Gerente do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araraquara